ISSN: 2318-4817

Altus Ciência

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR
DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

V.13
N.13
AGO A DEZ
2021

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN: 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Administrativa: Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves –FCJP

CONSELHO EDITORIAL:
Profa. Alexandra Maria Pereira – Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP/Universidade de São Paulo- USP
Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Adriana Santos Prado Sadoyama- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Alice Fátima Martins- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Profa. Dra. Antónia Fialho Cnde- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Profa. Dra. Cláudia Matos Pereira- Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, FBAUL – Portugal
Profa. Dr. Cláudio Márcio Campos de Mendonça- Universidade Federal do Amapá- UNIFAP
Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP.
Profa. Dra. Elizângela de Jesus Oliveira- Universidade Federal do Amazonas-UFAM
Prof.Dr. Enoque Pereira, da Silva- Universidade Federal de Viçosa-UFV
Profa. Ms. Giselda Shirley da Silva- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Dra. Helen Ulhoa Pimentel- Universidade Estadual de Montes Calros- UNIMONTES
Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas- Escola superior de Guerra-ESG
Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva –Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
Prof. Dr. João Brigola- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro –Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Karla Denise Martins- Universidade Federal de Viçosa -UFV
Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília – UCB
Profa. Dra. Magda Fonseca Queiroz Mota- Universidade de Salamanca- Espanha
Profa. Dra. Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro IFTM -Brasil
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- Universidade Federal de Uberlândia- UFU
Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves – Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP
Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCG)
Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-Universidade Federal do Espírito Santos-UFES

Prof. Dr. Manoel Ramírez Sánchez – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria -España
Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR
Profa. Dra. Olga Magalhães- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro- Universidade Estadual de Goías - UEG
Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR
Profa. Dra. Rosa Jussara Bonfim Silva- Universidade Católica de Brasília-UCB
Profa. Dra. Rose Elke Debiasi- Universidade Federal do Santa Catarina- UFSC
Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento –Italia
Prof. Dr. Samuel, de Jesus Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro –IFTM
Prof. Dr. Saulo Gonçalves Pereira- Faculdade Patos de Minas-FPM-Brasil
Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália
Profa. Dra. Soeli Regina Lima- Universidade do Contestado- UNC
Prof. Ms. Vandeir José da Silva - Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Prof. Dr. Vaston Gonçalves da Costa- Universidade Federal de Goias- UFG
Profa. Dra.Vera Lúcia Caixeta –Universidade Federal do Tocantis- UFT

CAPA:
Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38) 3561-3900

E-mail: altusciencia.fcjp@gmail.com

INDEXAÇÕES

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP

H918
ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 8 n 13 v.13 Ago a dez.2021
423 p.
Periodicidade: Anual- **ISSN 2318-4817**
1. Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais
CDU: 3+ 61
1.Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais

ISSN 2318-4817

CDU 3

Sumário

EDITORIAL 10

AUTORES CONVIDADOS 16

RECUSA VACINAL: PONDERAÇÃO DE CONFLITOS ÉTICOS, MORAIS E JURÍDICOS 17
Fabrício Santos Neves 17
Geórgia Thâmisa Malta Cardoso 17
Margareth Vetis Zaganelli 17

***BRANDED CONTENT:* ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS NAS** 35
ORGANIZAÇÕES 35
Marcelo Marques Araújo 35

AUTORS ESTRANGEIROS 52

O CASO DO ENSINO DAS ARTES: AS 7 MARAVILHAS DE PORTUGAL 53
Susana Oliveira e Sá 53
Enrique Vázquez-Justo 53
Paulo Sousa-Pereira 53
Cristina Costa-Lobo 53

IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO NAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS DO 1º CICLO: UM ESTUDO DE CASO NUM AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO NORTE DE PORTUGAL 73
Sofia Correia 73
João Pascoinho 73

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 115

O PAPEL DA MOTIVAÇÃO EM EQUIPES NO SEGMENTO DE VENDAS 116
Rafael Alves Pedrosa 116
Elizângela de Jesus Oliveira 116

***STARTUP* O ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE SUA CRIAÇÃO PROTÓTIPO DE PROJETO, COMERCIALIZAÇÃO DE FRANGOS CAIPIRA** 134
Jeorge Felipe Gonçalves de Menezes 134
Unilson Gomes Soares 134

DESMOTIVAÇÃO COMO CONSEQUENCIA DE ASPECTOS NEGATIVOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CONTABILIDADE DE BRASILÂNDIA DE MINAS153
Marcia Mirelly Pereira de Jesus 153
Bráulio Emilio Maciel Faria 153

AS VANTAGENS DE SE TER UM GESTOR DE COMPRAS EMERGENCIAIS: NA EMPRESA DESTILARIA VEREDAS IND. DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA 175

ALTUS CIÊNCIA: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP- ISSN 2318-4817. Ano IX, n.13. vol. 13 – ago-dez 2021.

Tiago Freitas Noronha 175
Unilson Gomes Soares 175

A GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM UMA EMPRESA SUCROALCOOLEIRA LOCALIZADA NO NOROESTE DE MINAS GERAIS 197
Thamiris Rosa de Assis 197
Renata Suzelli de Souza Gonçalves 197

INFLUÊNCIA DO REGIME DO SIMPLES NACIONAL NA TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, A PARTIR DAS ALTERAÇÕES DA LEI 155/2016 PUBLICADAS EM 2018 213
Amélia de Souza Medeiros. 213
Dinamar Vidallas Rodrigues. 213
Ana Clara Fonseca do Amaral 213
André Ernesto Campos 213

ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS A ENTIDADE DE TERCEIRO SETOR: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE INFÂNCIA E VELHICE DE PATOS DE MINAS 228
Franciely Tolentino Pereira 228
Ana Clara Fonseca do Amaral 228
Cleyde Cristina Pereira 228
Alessandra Fonseca de Morais 228

HISTÓRICO DO SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS NO BRASIL (SICONV) 244
Lacordaire Kemel Pimenta Cury 244
Haihani Silva Passos 244
Leandro Rodrigues da Silva Souza 244
Lucilene Bueno Borges de Almeida 244

HISTÓRIA DO ENSINO DE BIOLOGIA NO BRASIL ENTRE 1970-2020, E A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL 258
Claudia Helena Batista Araújo 258
Marcia Soares E Silva Chaves 258
Wanderson Pereira Alves 258
Daniela Cristina Silva Borges 258
Saulo Gonçalves Pereira 258

METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA SECAGEM DE TIJOLOS OCOS DE CERÂMICA 271
Éder Lopes do Couto 271
José Helvécio Martins 271
Rafael Pinheiro Amantéa 271

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE 293

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO TEXT NECK: TRATAMENTO E PREVENÇÃO DA HIPERLORDOSE CERVICAL 294

Adriane Araújo de Matos **294**
Eliana da Conceição Martins Vinha **294**

FISIOTERAPIA NA FRAQUEZA MUSCULAR OCASIONADA PELA PERMANÊNCIA DE INTERNAÇÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA .. **313**
Kellen Cristina Ribeiro da Silva **313**
Eliana Conceição Martins Vinha **313**

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SUPERVISÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM JOÃO PINHEIRO **335**
Leticia Gonçalves dos Santos **335**
Edson Geraldo Fagundes **335**

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUA APLICABILIDADE NUMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO (MG) **360**
QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES DE JOÃO PINHEIRO EM HEMODIÁLISE **380**
Silvânia Maria Soares de Paula **380**
Alexandra Maria Pereira **380**

CADERNO DE RESENHAS **408**

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA BREVE ANÁLISE **409**
Sthela Evelly Soares Nascimento **409**

PERSPECTIVAS ACERCA DO HOLOCAUSTO **413**
Igor Márcio Monteiro Sales **413**

LIDERANÇA QUE INSPIRA SOB A PERSPECTIVA DO FILME ESCRITORES DA LIBERDADE **416**
Roseline Martins Sabião **416**
Cílson César Fagiani **416**
Saulo Gonçalves Pereira **416**

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO **422**

EDITORIAL

O segundo volume de 2021 da **Altus Ciência** está ricamente composto por pesquisas de autores renomados oriundos de diversas universidades brasileiras, assim como por autores de universidades europeias.

A seção de **Autores Convidados** conta trabalhos de pesquisadores com notória expressividade em suas áreas. Nesse número ela foi constituída por dois trabalhos, a saber:

Os pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo, **Fabrício Santos Neves, Geórgia Thâmisa Malta Cardoso e Margareth Vetis Zaganelli** demostram que o implemento da tecnologia das vacinas como medida sanitária na prevenção e promoção da saúde, desde seu advento, é marcada por oposição, apesar das beneficies cientificamente validadas. Nesta lógica este trabalho objetivou confrontar nuances de importância bioética e jurídica para tentar compreender o fenômeno e gerar reflexão através da produção de argumentos, consolidando diversos pontos de vista já produzidos sobre a temática.

Marcelo Marques Araújo, professor da Universidade Federal de Uberlândia, afirma que *Branded content* não é uma nova ferramenta, trata-se de um novo enfoque, uma nova maneira de comunicar mensagens de marca e isso traz um diálogo profundo com o *marketing*. Para o autor, o artigo procura discutir isso trazendo dados de uma pesquisa de 2015, realizada pela Newscred, no Reino Unido. As marcas buscam atrair a atenção dissipada dos sujeitos neste mundo imerso em informação. Quando encontram a estratégia adequada torna-se mais fácil entregar relevância e alcançar resultados. Este texto apresenta reflexões sobre o lugar do *branding*, termo da área empresarial aqui emprestado com o significado de gestão de marcas nas organizações, em especial o *brand (ed) content* a partir do *brand jornalism*, conceito que remete ao processo (discursivo) de construção de sentidos sobre marcas a partir de uma rede discursiva que remete ao jornalismo.

Buscando internacionalizar as publicações a Revista **Altus Ciência** abre espaço em sua política editorial, constituindo uma seção destinada a **Autores Estrangeiros**. Especificamente nesse volume, ela está composta por dois artigos oriundos de universidade portuguesas.

Susana Oliveira e Sá, Enrique Vázquez-Justo, Paulo Sousa-Pereira e Cristina Costa-Lobo evidenciaram o ensino das Artes, para além de outras variáveis, abarca as variáveis criatividade e emoção. Criatividade, neste estudo, será um conceito dinâmico, em constante mudança, e que parece adquirir significados diferentes de acordo com as realidades sociais estudadas. Emoção é algo que reagrupa estados emocionais. De acordo com o s autores sabe-se que criatividade e emoção estão interrelacionadas. Neste estudo, eles verificaram de que

modo existe essa inter-relação, tendo como questão investigativa: qual o impacto social da criatividade na seleção das 7 maravilhas de Portugal? Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, de análise de conteúdo com recurso ao software webQDA® a partir de uma questão aberta enviada online a 1230 sujeitos.

Sofia Correia e João Pascoinho realizaram uma pesquisa no âmbito do programa Nacional de promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), os Agrupamentos de Escolas / Escolas não Agrupadas Portuguesas foram convidadas a conceber Planos de Ação Estratégica (PAE) a implementar nos anos letivos subsequentes ao ano de conceção, apontando, assim, como um dos objetivos, na área da educação, a redução para metade do insucesso escolar, com especial incidência no ensino básico. Os planos de ação estratégica, como parte do PNPSE, procuram criar a oportunidade de (re)pensar a escola e (re)construir os caminhos de promoção do sucesso, constituindo um trilho de mudança. Conforme os auotres, neste relatório lança-se um olhar analítico sobre as forças e/ou fraquezas do PNPSE na qualidade das aprendizagens dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no Agrupamento de Escolas de Infias. Para eles revela-se imperativo conhecer as atitudes dos professores relativamente às novas ferramentas de promoção de sucesso educativo, já que a atitude gera motivação para a intervenção, moldando comportamentos e ações.

O Caderno de Ciências Sociais está composto por artigos assim dispostos:

Rafael Alves Pedrosa e Elizângela de Jesus Oliveira realizaram uma investigação e chegaram a conclusão que a motivação é um assunto que desperta a atenção das grandes organizações e a preocupação de seus administradores. Ter uma equipe de vendas motivada, disposta a enfrentar os novos desafios, tornou-se questão de sobrevivência na era da economia globalizada. Este trabalho tem como objetivo analisar o estado motivacional das equipes de vendas. Os autores utilizaram-se, como ferramenta de coleta de dados, um questionário semiestruturado, para levantar informações que corroboraram com a literatura estudada e permitem compreender a importância da motivação para os profissionais de vendas.

Jeorge Felipe Gonçalves de Menezes e Unilson Gomes Soares pretenderam mostrar a prototipação de uma *Startup* por meio de estudo da viabilidade econômica e financeira da sua criação, com a comercialização de frangos caipiras, através da inovação no modelo de comercializar o produto em natura pelo o aplicativo Ciscou Chegou e a valorização dos pequenos produtores rurais trazendo um grande desenvolvimento. Conforme os autores diante da potencialidade econômica do município de João Pinheiro no ramo do agronegócio e dos estudos feitos através do desenvolvimento do plano de negócio podemos observar que a criação

da Startup apresenta propícia, e portanto, apresenta plenamente viabilidade econômica e financeira, evidenciado que será possível a sua implantação com retorno "quase" garantido conforme demonstrados nos indicadores.

Marcia Mirelly Pereira de Jesus e Bráulio Emilio Maciel Faria intencionaram pontuar os aspectos da desmotivação no trabalho, para tal, estabeleceram com principal objetivo desta pesquisa identificar qual a visão dos colaboradores em relação ao trabalho, observando se existem fatores que podem levar a desmotivação e quais características os mesmos apresentam estando nesse estado.

Tiago Freitas Noronha e Unilson Gomes Soares investigaram a necessidade e vantagens de se ter um gestor de compras emergenciais na empresa Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, localizada no Noroeste de Minas Gerais. Conforme os autores objetivo geral do trabalho foi identificar a importância de se ter um profissional responsável pela gestão das compras emergenciais. Assim como analisar as vantagens de se ter uma pessoa específica para essa modalidade de compra.

Os estudos de **Thamiris Rosa de Assis e Renata Suzelli de Souza Gonçalves** apontam que o Capital intelectual é uma ferramenta fundamental dentro de uma organização é através da sua gestão que se consegue obter melhores resultados, trazendo assim benefícios não só para a mesma, mas para toda a equipe envolvida, ele é um capitalimportantíssimo nos dias de hoje. Para as autoras, através da gestão do capital intelectual a organização valoriza mais os seus colaboradores, dando a eles o seu devido valor perante o seu trabalho realizado, fazendo com que eles se sintam mais satisfeitos e motivados, gerando assim mais desenvolvimento para a empresa através dos seus serviços de qualidade.

Os pesquisadores **Amélia de Souza Medeiros, Dinamar Vidallas Rodrigues, Ana Clara Fonseca do Amaral e André Ernesto Campos** investigaram as novas regras tributárias, na maior parte dos casos, tendem a aumentar a carga tributária das empresas. O presente estudo busca discutir a compreensão prática da Lei 155/2016 que passou a vigorar em 2018, e alguns de seus principais impactos na realidade empresarial, através de exemplos de uma empresa localizada no Estado de Minas Gerais.

Franciely Tolentino Pereira, Ana Clara Fonseca do Amaral, Cleyde Cristina Pereira e Alessandra Fonseca de Morais demonstraram que serviço prestado pela auditoria é fundamental para a arrecadação de recursos, pelas entidades sem fins econômicos, sendo, fundamental para uma maior transparência e confiabilidade dos relatórios financeiros da entidade. Para os autores a Auditoria objetiva assegurar a transparência e, a adequada prestação

de contas dos recursos. Segundo a ética profissional da Auditoria, que prevê sigilo o resultado do trabalho na instituição, será apresentado de forma geral, no objetivo de demonstrar apenas a amplitude e aspectos observados no mesmo. Com a cobrança de prestações de contas mais detalhadas, e demonstrações contábeis com confiabilidade, para que possam obter recursos tanto de terceiros quanto governamentais, para sustentar suas obras.

Lacordaire Kemel Pimenta Cury, Haihani Silva Passos, Leandro Rodrigues da Silva Souza e Lucilene Bueno Borges de Almeida intencionaram entender porque o embora o SICONV tenha como elemento fundamental o seu caráter redistributivo e técnico, que busca proporcionar aos municípios brasileiros condições semelhantes de desenvolvimento econômico, ele ainda está engessado em uma gama de emendas e decretos-lei, muitos deles que apenas comprometem a plataforma digital pelo caráter político-partidário, que disseminam.

Claudia Helena Batista Araújo, Marcia Soares E Silva Chaves, Wanderson Pereira Alves, Daniela Cristina Silva Borges e Saulo Gonçalves Pereira estabeleceram com objetivo desse trabalho o intuito de levantar dados históricos do ensino de Biologia e Educação Ambiental, procurando metodologias e didáticas sobre como o professor pode trabalhar essa temática de forma eficaz, facilitando seu entendimento e conscientizando sobre a preservação ambiental.

Éder Lopes do Couto, José Helvécio Martins e Rafael Pinheiro Amantéa estabeleceram o objetivo de apresentar uma metodologia para análise do processo de secagem de tijolos ocos de cerâmica em um secador industrial que apresenta como características a presença de um túnel de fluxo cruzado, englobando um sistema de equações de transporte de energia e massa na sua forma concentrada.

O Caderno de Ciências da Saúde contém 5 artigos assim dispostos:

As fisioterapeutas **Adriane Araújo de Matos e Eliana da Conceição Martins Vinha** buscaram demonstrar que o uso das novas tecnologias, por exemplo, os smartphones e outros dispositivos eletrônicos muitas vezes usados com a postura inadequada causam a hiperlordose cervical, também conhecido como – Text Neck. A fisioterapia tem como premissa prevenir, reabilitar, promover saúde e bem-estar dos pacientes que desenvolveram o Text Neck.

Conforme **Kellen Cristina Ribeiro da Silva e Eliana Conceição Martins Vinha** o corpo humano, na sua dinâmica de movimentar-se para realizar suas atividades de vida diária, necessita de manter-se em completa homeostasia. Tal fato é modificado quando o indivíduo encontra-se em uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva), principalmente no que tange ao sistema muscular e suas funções. De acordo com as pesquisadoras este estudo tem como

objetivo promover o conhecimento sobre a atuação da Fisioterapia na fraqueza muscular ocasionada pela permanência de internação na UTI.

Leticia Gonçalves dos Santos e Edson Geraldo Fagundes buscaram compreender o processo de trabalho do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde da Estratégia de Saúde da Família. Eles eafirma tratar-se de um projeto de estudo qualitativo, descritivo, foi realizada por meio de uma entrevista que é um meio de instrumento de História Oral. Para os autores Os enfermeiros inseridos na Unidade Básica de Saúde vêm exercendo suas funções de supervisão e educação dos profissionais sob sua responsabilidade, assim possibilitando uma melhor assistência à saúde de forma preventiva a comunidade assistida.

De acordo com **Júlio César Alves dos Santos e Alexandra Maria Pereira** o campo das práticas alternativas em saúde vem se expandindo e sendo explorado cada vez mais por usuários dos serviços de saúde e profissionais que atuam na prestação desses serviços nos setores públicos e privados. Para eles este estudo teve por escopo consultar as recomendações do sistema único de saúde para essas práticas.

Silvânia Maria Soares de Paula e Alexandra Maria Pereira realizaram uma pesquisa que monitorou a saúde de pacientes em hemodiálise residentes no município de João Pinheiro, no desejo de analisar a natureza, gravidade e prognóstico da doença, e avaliar os efeitos do tratamento para esses pacientes. Buscando, coletar informações básicas em relação a qualidade de vida dos pacientes em terapia hemodialítico no ano de 2019, visando aperfeiçoar a humanização na terapia desses pacientes.

O Caderno de Resenhas está composto por 3 resenhas:

Sthela Evelly Soares Nascimento elaborou uma resenha do filme **Inteligência Artificial** (2001). A autora afirma que é um clássico de ficção científica que aborda uma sociedade sobrevivente a grandes inundações planetárias advindas do aumento dos níveis dos oceanos. A partir dessas inundações a vida dos habitantes passam a ser controladas excessivamente, até o número de filhos dos casais passam por uma tutela.

Igor Márcio Monteiro Sales afirma que **Negação** é um filme estrelado pela vencedora do Oscar Rachel Weisz e Timothy Spall e dirigido pelo premiado diretor Mick Jackson. O enredo baseado em fatos reais conta a trajetória da professora de história Deborah Lipstadt e sua batalha jurídica contra o escritor David Irving. Para o autor no centro da trama os dois protagonizam um profundo debate acerca da existência ou não do holocausto. De um lado, a jovem professora e escritora judia defende ardorosamente o seu argumento de que o nazismo ceifou a vida de milhares de judeus na Alemanha durante o Terceiro Reich, enquanto

o escritor e pretenso historiador David Irving, afirma justamente o contrário, defendendo que o holocausto não passou de uma invenção dos próprios judeus que viviam na Alemanha, com a intenção de auferir vantagens financeiras do estado.

Roseline Martins Sabião, Cílson César Fagiani e Saulo Gonçalves Pereira produziram uma resenha sobre o filme **Escritores da Liberdade**, originalmente Freedom Writers. Estreou em 5 de janeiro de 2007 nos Estados Unidos, e em 15 de fevereiro de 2007 no Brasil. O drama norte-americano foi dirigido por Richard LaGravenese, com produção de Danny DeVito, Michael Shamberg e Stancey Sher. Para os resenhistas o filme trata de forma emocionante as adversidades da educação, com foco em um ambiente socioeconômico problemático. A professora deu a possibilidade aos seus alunos de uma nova visão de mundo. Por exemplo, quando mostrou aos seus alunos, as semelhanças entre as gangues que faziam parte e a ideologia nazista, afirmando que enquanto eles travavam pequenas batalhas os nazistas dizimavam povos e territórios

Agradecemos a valiosa colaboração dos autores desse volume, e, reafirmamos a importância do debate acadêmico/científico provocado por esses diálogos interdisciplinares promovido pela revista **ALTUS CIÊNCIA** da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Convidamos toda a comunidade acadêmica a participar deste projeto editorial e desejamos a todos uma boa leitura!

AUTORES CONVIDADOS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

RECUSA VACINAL: PONDERAÇÃO DE CONFLITOS ÉTICOS, MORAIS E JURÍDICOS

Fabrício Santos Neves[1]
Geórgia Thâmisa Malta Cardoso[2]
Margareth Vetis Zaganelli[3]

Resumo: O implemento da tecnologia das vacinas como medida sanitária na prevenção e promoção da saúde, desde seu advento, é marcada por oposição, apesar das beneficies cientificamente validadas. Nesta lógica este trabalho objetivou confrontar nuances de importância bioética e jurídica para tentar compreender o fenômeno e gerar reflexão através da produção de argumentos, consolidando diversos pontos de vista já produzidos sobre a temática. Assim se constituiu estudo qualitativo sob metodologia dialética na formulação de discussões atinentes ao tema e voltados para ponderação dos robustos princípios bioéticos, a dinâmica da ciência jurídica, neste entendimento, e a prognose dos impactos morais da possibilidade de recusa vacinal. A pesquisa concluiu que, malgrado a liberdade individual e a ratificação da hesitação em ser imunizado ou vacinar os seus tutelados, é flagrante a desordem sanitária proveniente do avanço dessa não adesão, até pelo constatado ressurgimento de algumas doenças ou, o cada vez mais recorrente, perecimento por razões, presumivelmente, imunopreveníveis.

Palavras-Chave: Recusa vacinal. Movimentos antivacina. Saúde coletiva. Bioética. Direito fundamental à saúde.

---

1 Graduado em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz - BA (2004) e graduando em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-5894-6320. ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/2715981913714316. E-mail: fabricio.s.neves@aluno.ufes.br.

2 Bacharel em Enfermagem, Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo; pesquisadora na área de Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos, Violência e Gênero, Gênero e Relações de Trabalho. Estagiária no Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Aluna de Iniciação Científica com bolsa do CNPQ nos anos de 2018 a 2019. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-0675-5837. iD Lattes: http://lattes.cnpq.br/4143338031363743. Email: georgiamalta@gmail.com.

3 Doutora em Direito (UFMG). Mestre em Educação (UFES). Estágios Pós-doutorais na *Università degli Studi di Milano –Bicocca* (UNIMIB), na *Alma Mater Studiorum Università di Bologna* (UNIBO) e na *Università degli Studi Del Sannio* (UNISANNIO). Professora Titular de Direito Penal, Bioética e Direito Comparado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro da Comissão de Relações Internacionais-OAB/SP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bioethik (UFES). Professora colaboradora do Projeto Erasmus+ Jean Monnet Module *"Emerging 'moral' technologies and the ethical-legal challenges of new subjectivities"* - cofinanciado pela União europeia. E-mail: mvetis@terra.com.br.

Recebido em 18/04/2020
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: Since its onset, and despite scientific evidence, implementing of technology in vaccines as a sanitary tool in the prevention and promotion of health has been fought with opposed views. Under such perspective, this work aims at confronting hues of bioethical and legal importance in order to try to understand this phenomenon and generate reflection through the production of arguments, as to form different viewpoints that have already been produced about this theme. Thus, this qualitative study was carried out under the dialectic methodology to formulate discussions related to the topic and consider ponderation of strong bioethical principles, the dynamics of legal science within such realm, and the prognosis of moral impacts in face of the possibility to one's refusal towards vaccination. Research concluded that despite individual's liberty and the ratification of hesitating in getting oneself or those under their responsibility immune, the sanitary chaos that arises from such attitudes is notorious. Evidence thereof is the revival of some diseases and, which occurs more often, deaths caused by sources that were vaccine-preventable.

Keywords: Vaccination refusal. Anti-vaccination movements. Collective health. Bioethics. Fundamental right to health.

INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, a humanidade deflagra luta contra inimigos invisíveis, microorganismos, patógenos que levam o homem a diversas mazelas, sendo que até nos Textos Sagrados podemos observar diversos relatos desses embates e até orientações de como proceder (vide, por ex., Bíblia Sagrada, Lv 13:12). De sorte o início dessa contenda levou o inconsciente humano, instintivamente, numa luta pela vida plena e saudável, que não vencer morte, a acurar seu olhar à estes problemas na busca lógica de soluções, primariamente rudimentares, mas sequentemente, já conscientes e orientadas, evoluindo com a humanidade e sob égide da ciência, buscando bases robustas em evidências do quase indubitável, diante uma perspectiva remota, para um enfrentamento, em uma considerável parte das vezes, eficaz e salutífera ao homem.

Dentre as diversas estratégias possíveis, numa perspectiva de prevenção, e até de promoção da saúde, temos o advento tecnológico das vacinas. Nessa possibilidade, como haveremos de discorrer, o homem saudável é exposto, numa proposta controlada e segura, a estrutura patógena, fazendo que seu próprio organismo crie unidades de defesa suficientes para um enfrentamento futuro, numa possibilidade de contaminação por uma forma natural/ selvagem deste mesmo microorganismo.

A princípio, a introdução de tal tecnologia, vem constituindo importante estratégia de saúde coletiva e tem sido fator importante na melhoria da qualidade de vida e longevidade dos

indivíduos. Contudo a recusa a esta possibilidade propedêutica também é observada e buscamos neste arrazoado, justamente, sobre esta debater.

A expressão a esta recusa, num cenário brasileiro, encontra correspondência desde o início do século passado, na historiciada Revolta da Vacina de 1904, insurreição patente à Lei n. 1.261, de 31 de outubro de 1904 que tornou "*obrigatorias, em toda a Republica, a vaccinação e a revaccinação contra a variola*", condição até bem compreensível para o contexto da época, de poucas possibilidades educacionais, onde o modelo de vida era ainda eminentemente rurícola.

Contudo ainda na atualidade, seja por laço sincrético, seja por alguma dita base científica, se houver, movimentos de insurreição à vacina (ainda) existem e mesmo sem o alarido bélico e violento observados no início do século passado, aqui no Brasil, têm grande repercussão, senão maiores consequências que em tempos idos, haja vista possibilidades midiáticas de fácil difusão e ampla assimilação, onde cada emissário convicto encontra por seus asseclas aptos em qualquer parte do globo terrestre, prontos a assimilar e a difundir as ideias propostas.

Este estudo não cumpre a crítica a nenhuma postura, apesar de, pelo vernáculo, já ter expressado a opinião de seus autores, nos propomos então a discutir os conflitos éticos, morais e jurídicos diante da recusa vacinal. Destarte, tem o indivíduo direito à recusa vacinal, sob justificativa da autonomia - bioética e constitucional - em contraposição da demanda coletiva de promoção da saúde?

Por conseguinte, hipoteticamente entendemos que, mesmo diante uma lógica de preservação dos direitos individuais, bioeticamente previstos e salvaguardados na Carta Magna, eles nunca devem sobrepor os interesses da coletividade, sendo que neste caso, numa demanda por altas coberturas, a taxa de hesitação poderá interferir na proteção pública, sendo, *a priori*, moralmente reprovável.

Podemos enumerar diversos estudos com olhar de enfrentamento similar ao adotado neste trabalho, contudo a dispersão temática é ainda maior e a proposta deste só se reforça na lógica de, mais que entender o direito da individualidade, prospectar o interesse da coletividade como contradita às razões de autonomia apresentadas pelos adeptos à recusa, constituindo instrumento, caso se prove a hipótese, à esta base de confrontação.

Trata assim de uma pesquisa qualitativa, colacionando referencial bibliográfico sobre a matéria, numa tentativa de entender a perspectiva do objeto desta análise e assim destacar as

consequências disso, ponderando, consequentemente, entre a autonomia da recusa individual e a disposição coletiva em suportar os seus efeitos.

Adotamos o método dialético, pretendendo formular produto das discussões já apresentadas, numa concatenação adaptada à temática, gerando ponderada reflexão e orientando alguma perspectiva à problemática, contudo, sem pretensão de esgotar o controverso tema, obviamente, de possível análise em vários outros pontos de vista.

1. A AUTONOMIA INDIVIDUAL E A RECUSA VACINAL

O preâmbulo da Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, que aprova as "diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos" do Conselho Nacional de Saúde do Brasil, incorpora, "sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça". Tais princípios foram introduzidos (1979) pelos filósofos, bioeticistas, Tom Beauchamp e James Childress, num incremento, quanto ao princípio da não maleficência, e num profícuo debate ao Relatório Belmont (1978)[4].

No que se refere a autonomia, o Relatório Belmont (1978), no tópico que discute o "respeito às pessoas", prevê que uma pessoa autônoma é aquela capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e agir no sentido dessas deliberações, ainda concluindo que respeitar essa autonomia significa valorizar as suas opiniões e escolhas, a menos que sejam claramente prejudiciais aos outros, sendo que repudiar essas decisões é equivalente a negar ao indivíduo a liberdade de agir de acordo com elas.

Neste ponto Beauchamp e Childress (1999, p. 114) cotejam teorias a este princípio, apurando que a pessoa autônoma deve ter precipuamente a capacidade de autogoverno, incluindo a esta as faculdades de compreensão, raciocínio, reflexão e escolha independente. Na sequência da obra ainda propõe cenários de flexibilização ao princípio e por fim concluem que "portanto, é melhor avaliar se a autonomia é o suficiente em cada um dos diferentes contextos, em vez de propor uma teoria geral sobre o que é ou não suficiente. " (BEAUCHAMP & CHILDRESS, 1999, p. 116, *tradução livre*).

4 Produto da *National Comission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research* do governo norte-americano, que visa impor regramento às pesquisas realizadas em seres humanos na perspectiva de proteção dos indivíduos.

Oportunamente ainda Beauchamp e Childress (1999, p. 117) discutem um cenário de incompatibilidade entre a autonomia e a autoridade da Igreja, do Estado ou qualquer outra situação em que se veja necessária legislação sobre decisões, por dedução, individuais. Destarte conclui que, muitos dos problemas de autonomia surgem, como em contextos médicos, devido à natureza dependente do paciente e a posição autoritária do profissional de saúde, isso não porque a autoridade e autonomia sejam incompatíveis, mas porque a autoridade não foi devidamente delegada ou aceita.

Assim na bioética de Tom Beauchamp e James Childress, a autonomia está ancorada essencialmente na idéia de liberdade de autodeterminação, onde o indivíduo conduz sua vida de acordo com decisões próprias, construindo leis individuais, desde que não invada a autonomia subjetiva de outrem. (NETO, 2014, p. 363).

Não é diverso, outrossim, o pensamento de Santos e Hespanhol (2013, p. 329) ao entenderem que,

> O respeito pelo paciente implica que o indivíduo tem o direito de ser tratado com dignidade e assume o acesso à melhor informação disponibilizada numa linguagem compreensível, garantindo a sua opção livre de escolher ou rejeitar o procedimento médico, que à partida é proposto a favor dos seus melhores interesses, numa ponderação que inclui o benefício esperado da intervenção, o seu risco e os seus custos.

Já do ponto de vista normativo-constitucional brasileiro a mesma autonomia individual, aqui pautada, está insculpida nas cláusulas gerais das liberdades individuais e dignidade da pessoa humana da Carta Magna de 1988 (NETO, 2014, p. 363), não encontrando correspondente direto ou sendo descrito em termos exatos.

Em se tratando da recusa vacinal tendo por base o princípio da autonomia, Paulo Santos e Alberto Hespanhol (2013, p. 332) ainda discutem que o respeito ao princípio, não invalida o esforço profissional e científico de capacitar o indivíduo para o seu melhor interesse, deixando claro que a decisão pode ser a qualquer tempo revogável, contudo, em sendo legalmente obrigatório, deve ficar claro as possibilidades de sanções ao ato. Assim concluem que:

> Em qualquer dos casos, a não adesão às vacinas é tão antiga como a própria vacinação e os profissionais envolvidos devem encarar cada acontecimento como uma oportunidade de fazer educação para a saúde, com o objetivo de aumentar a capacitação da população, contribuindo para a melhoria do seu nível de saúde.

No Brasil a adesão da população à vacinação vinha produzindo valores satisfatórios desde a década de 1990, sendo a cobertura vacinal infantil acima de 95%, contudo as

informações mais atuais têm demonstrado que desde 2016 esses valores têm tido declínio significativo, inclusive proporcionando o ressurgimento de doenças outrora erradicadas. O aumento da hesitação vacinal, e assim da queda de cobertura, promove o aumento das doenças imunopreveníveis, de epidemias e de mortes por doenças que poderiam ser evitadas e a esta recusa podemos vincular fatores como a complacência, a conveniência e a confiança nos imunobiológicos. (CARDIN; NERY, 2019, p. 236).

Em seus estudos José Renato Venâncio Resende e Cândice Lisbôa Alves (2020, 144-5) concluem que mesmo tendo sua eficácia demonstrada de diversos modos, a vacinação no Brasil, através do Programa Nacional de Imunizações, não foi impeditiva para que variados grupos passassem a se opor às políticas de imunização. Verificaram também que os grupos opositores são compostos por indivíduos nos mais diversos níveis de escolaridade, ou seja, não são formados por pessoas meramente desinformadas ou ignorantes.

Não há que se olvidar, porquanto, das razões que levam o indivíduo à recusa vacinal. O médico Dr. Guido Carlos Levi (2013, 11-2) por tratar em sua obra dos chamados "antivacinacionistas", elenca entre as motivações, razões de cunho filosófico, religioso, medo de eventos adversos e até orientação médica, sendo razoável entender que numa minoria dessas razões encontram-se aquelas respaldadas pela ciência e fatores individuais que na verdade contraindicam a propedêutica, sendo razão de exceção.

Ainda na obra "Recusa de vacinas: causas e consequências" o médico afirma que nos acontecimentos históricos que marcaram a recusa vacinal, ademais o pano de fundo religioso, sempre questões políticas e sociais tiveram papel de destaque, além do que "em épocas mais recentes, os movimentos antivacinacionistas perderam muito de sua base religiosa e tornaram-se predominantemente um fenômeno de classes sociais mais altas e de certos grupos intelectuais. " (LEVI, 2013, p. 20).

Para efeito comparativo das consequências diante da recusa vacinal nos Estados Unidos, por ex., "até pouco tempo a maioria dos estados aceitava a recusa em vacinar-se por motivos religiosos ou filosóficos, no entanto, em virtude dos surtos que estão acontecendo, – em especial, por sarampo – esta visão parece que está começando a se alterar". (DOMINGUES *et al.*, p. 109).

Diferente da Revolta da Vacina do início do século passado, atualmente, com novos meios de comunicação e interação social, as informações, sejam verdadeiras ou não, são amplamente difundidas, como nunca antes, sendo incalculáveis as suas dimensões e possíveis consequências. As *fake news*, modo mais comum desse tipo de difusão, podem gerar grandes

prejuízos, quer pelo modo, quer pela velocidade desta estratégia. (ARMANI PONTINI; FABRIZ, 2019, p. 342).

A despeito das razões por aqui intuídas e na flagrante dificuldade de definir a garantia ou não do exercício da liberdade individual autônoma, o Dr. Guido Carlos Levi (2013, 58-9), num elevado grau de proposição à razoabilidade destaca que "em virtude de todos esses aspectos, parece-nos que a grande batalha a favor da vacinação deverá ocorrer basicamente na área da informação e do esclarecimento".

2. VACINAS: BREVE HISTÓRICO, A PROTEÇÃO COLETIVA E A DEMANDA POR ALTAS COBERTURAS

A vacinação, instrumento de política de saúde pública, é um processo pelo qual um agente biológico ou o seu componente, morto ou atenuado, é inoculado no corpo humano ou animal com o intento de produzir uma resposta imunológica que conferirá uma proteção contra uma infecção deflagrada por um determinado agente patogênico vivo (ABBAS, 2019, p. 369).

Hodiernamente a grande maioria dos países representados na Organização Mundial de Saúde (OMS) possui programas nacionais de vacinação estruturados (SANTOS, HESPANHOL, 2013, p. 329). No Brasil por determinação do Ministério da Saúde (MS), em 1973 foi formulado, por uma comissão de sanitaristas e pelo ministro da saúde à época, o Programa Nacional de Imunização (PNI) com o condão de coordenar todas as ações referentes à imunização, até este ínterim, as ações relativas à vacinação da população eram descentralizadas, descontínuas e episódicas (BRASIL, 2021, *online*). Nesse afã, no ano de 1975 o PNI foi institucionalizado.

Por volta do ano 1000 d. C., na região da atual Índia, iniciou-se uma prática com o intento de prevenir o aparecimento de doenças. Tal prática ancestral, conhecida como "variolação", consistia, segundo Levi (2013, p. 6) "na inoculação de material obtido pela remoção das cascas das pústulas, a seguir moídas e aplicadas por esfregaço na pele ou por inoculação nas narinas". Essa experiência costumeira, mostrou-se eficaz com o passar do tempo, apesar de ser considerada de risco.

No Brasil, as primeiras tentativas de imunização foram feitas ainda no período monárquico, por volta de 1810, quando foi criada a Junta Vacínica da Corte. Revelino Leonardo Pires de Mattos (2005, p. 6), relata que no período republicano foi fundado o Instituto Vacínico

Municipal, responsável por promover uma ampla prática vacinatória na cidade do Rio de Janeiro.

O modelo de imunização de rebanho, isto é, vacinação em massa, cujo objetivo é que indivíduos vacinados protegem a si e aos não vacinados, é amplamente utilizado no Brasil. Esse método pode promover o controle e, até mesmo, a eliminação da circulação do agente infeccioso (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017). O advento das imunizações é considerado como "a maior conquista sanitária do século XX pelo *Center for Disease Control and Prevention* (CDC), dos Estados Unidos" (LEVI, 2013, p.1).

Oportuno torna-se dizer que as campanhas de vacinação massivas são oriundas da primeira metade dos anos 1900 nos Estados Unidos com o propósito de controlar a poliomielite. Elas possuíam um controle e organização militares para que se garantisse uma ampla cobertura da população. Sem embargo, esta estratégia não alcançou nem 85% da cobertura estimada para a população nacional (NIGENDA-LÓPEZ *et al*.,1997, p. 314).

Os autores, ainda, dão destaque ao fato que nos anos de 1955 a situação da vacinação em massa ficou mais delicada quando "centenas de crianças de diversas idades desenvolveram paralisias após serem vacinados com um lote de vacina Salk que não fora preparada com a forma inativada do vírus" (idem, em *tradução livre*). Este incidente ficou conhecido na área de saúde como "Acidente *Cutter*". Por derradeiro, aumentou-se a rechaça e a recusa da população em relação à vacinação na época em questão.

De igual modo, nenhuma vacina apresenta isenção de riscos. Evidentemente, os estudos científicos e as pesquisas nesta área buscam ampliar a eficácia e reduzir ao máximo os riscos e efeitos adversos ocasionados pela terapia. Daí a pertinência em pontuar a diferença entre a eficácia e a efetividade vacinal. Por eficácia vacinal entende-se que a capacidade da vacina prevenir a enfermidade contra a qual se destina. Ou seja, ao se considerar que uma vacina tem 75% de eficácia, significa que 75 a cada 100 vacinados ficam protegidos. Por isso urge a necessidade de se manter uma cobertura vacinal elevada, pois é essencial à prevenção às doenças imunopreveníveis. Em contrapartida, a efetividade é o impacto real que a vacinação produz na redução de casos, mortalidade ou hospitalizações por determinada doença. Trata-se, portanto, de um parâmetro empírico.

Nessa toada, é fundamental destacar que nenhuma vacina apresenta 100% de eficácia, isto porque existem aqueles indivíduos cujos sistemas imunológicos não produzirão resposta imune ante à imunoterapia. Não raro, as barreiras construídas acerca da recusa vacinal tangenciam, também, este indicador de ineficácia.

Um dos aspectos mais relevantes relacionados à recusa vacinal é o medo atrelado à sensação de insegurança, oportuna a referência de NIGENDA-LÓPEZ *et al*. (1997, p. 314).

> *A través de una encuesta encontró que las razones más comunes para no vacunar a los niños fueron: miedo e inseguridad ante la vacuna, la oposición general a cualquier vacuna, la oposición del padre (jefe de familia) o del médico asesor a la vacuna y otras como la falta de motivación, el alto costo de la vacuna, y alguna enfermedad del niño al momento de recibir la vacuna*.

Os aspectos psicológicos são de primaz importância, dentre eles, a crença, dito, mais claramente, a construção cultural coletiva da suscetibilidade a determinada doença em detrimento da vacinação. Rosenstock *et al*. (1959, p. 101) comunga desse entendimento, obtemperando, em *tradução livre*, que "o comportamento é determinado muito mais pela crença que alguém tem da realidade do que pela realidade em si".

Em semelhante tom é a lavra de Garcia e Lima (2002, p.48) ao afirmarem que "a formação de uma consciência sanitária, muito embora remeta a uma esfera subjetiva, se constrói por meio de experiências diárias, mas também se aproveita de experiências que ocorrem em espaços que não o do dia-a-dia do trabalho".

A Semana Mundial de Imunização, no Brasil, que acontece de 24 a 31 de abril, foi criada pela OMS em 2012 e designada para estimular a adesão da população aos programas de vacinação e, por conseguinte, prevenir diversas doenças ao longo da vida. O êxito das Campanhas de Vacinação contra a varíola na década dos anos sessenta, mostrou que a vacinação em massa tinha o poder de erradicar a doença. O último caso de varíola notificado no Brasil foi em 1971 e, no mundo, em 1977 na Somália (BRASIL, 2021, *online*).

3. CONFLITOS ÉTICOS, MORAIS E LEGAIS DA RECUSA VACINAL

Outro aresto que merece destaque, já pontuado, é que tão antigos quanto a vacinação são os movimentos contrários a ela. No que se refere aos programas nacionais de imunização, muito se discute sobre as questões técnicas e organizacionais para que se garanta o amplo acesso da população à terapia imunológica. Entretanto, ponto fulcral, tem sido "menosprezado de maneira importante: a participação da população e as causas que a motivam" (NIGENDA-LÓPEZ *et al*.,1997, p. 313, tradução livre).

> *Históricamente se conocen distintos casos en los que las poblaciones han rechazado la oferta de vacunas o condicionado su participación en los programas [...]. Diversos*

> *investigadores se han preguntado sobre cuáles son los elementos sociales y culturales que subyacen a la aceptación de las vacunas por parte de la población a fin de entender hasta donde esta aceptación tiene un carácter permanente. Desde luego existen una gran cantidad de respuestas que dependen por un lado de los elementos culturales y sociales que caracterizan a las poblaciones, y por otro a la forma en la que los investigadores han abordado el tema.* (idem)

O legislador constituinte brasileiro demonstrou não estar alheio à importância do tema, portanto, as questões atinentes à saúde, ao tratamento médico e à manutenção da vida merecem a atenção do Direito, sobretudo do biodireito. *Ab initio*, na lavra de Resende e Alves (2020), a vacinação compulsória interfere na esfera da liberdade e saúde individuais, conquanto, a recusa vacinal perpassa a esta esfera e interfere a saúde coletiva. Dito de forma mais cristalina, "pode-se pensar a questão pela perspectiva de um conflito entre direitos individuais e coletivos, ambos, todavia, fundamentais e de natureza muito próxima, o que dificulta, já de início, um consenso sobre eles" (RESENDE; ALVES, 2020, p. 131).

Todavia, este mesmo autor ainda escreve que "embora haja algumas normas que determinam a vacinação obrigatória de toda a população, não há nenhuma sanção penal para quem se nega a fazê-lo, restando a coação na órbita cível" (idem, p. 131).

Cunha (2019, p. 23) discute justamente a possibilidade dessa criminalização, sob égide da legislação portuguesa. O estudo entende que a recusa em vacinar poderá configurar um crime de perigo abstrato, tendo em vista que a não vacinação de um menor configura sempre um perigo ou ameaça potencial para si e para outrem. E ainda defende:

> Está implicada, tão só e apenas, a suscetibilidade de se criar um perigo para o bem jurídico, o que difere da real existência de perigo. Ou seja, a recusa dos pais em vacinar os filhos não representa nenhum perigo concreto, independentemente do número de estudos científicos que comprovem os benefícios da vacinação. Representa, antes, um perigo abstrato, na medida em que uma criança não vacinada está sempre suscetível de criar um perigo para outrem. Há aqui o fator de incerteza no que diz respeito a se verificar o perigo, mas certeza de que a conduta, em si mesma, é perigosa e merecedora de tipificação penal. (idem, p.24).

No Brasil a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975, regulamentada pelo Decreto n. 78.231, de 12 de agosto de 1976, que hodiernamente ainda vigente, rege o Programa Nacional de Imunizações, de competência do Ministério da Saúde. Este dispositivo marca o retorno ao ordenamento jurídico pátrio de uma legislação específica no que concerne à vacinação. Diante de sua primaz importância é que "essa lei adota como medidas de saúde pública referentes à imunização a vigilância epidemiológica e a notificação compulsória de doenças [...]" (RESENDE; ALVES, 2020, p. 135).

A referida Lei, em seu artigo 27 e seguintes, torna compulsórias as vacinações conforme as definições do Ministério da Saúde contra as doenças imunopreveníveis. Ademais, também deixa cristalino o dever, de todo e qualquer cidadão, de submeter-se e de proporcionar aos menores dos quais tenha a guarda legal ou responsabilidade à vacinação obrigatória.

Neste mesmo intuito o § 1.° do art. 14 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências" estabelece que "é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias", sendo que aqui há vinculação legal expressa e a cláusula geral de liberdade, da Constituição Federal de 1988, art 5.°, II - "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", fica limitada pela obrigatoriedade criada.

Neste ponto comentam CARDIN & NERY (2019, p. 236):

> A legislação brasileira estabelece, ainda, sanção para os responsáveis pela criança ou pelo adolescente em caso de inobservância do Calendário Nacional de Vacinação, definido pelo Ministério da Saúde, inclusive com a aplicação de multa, decretação de reflexos restritivos ao exercício do Poder Familiar, decretação de medidas de proteção e, até mesmo, com a configuração de crimes que previstos no Código Penal, quais sejam: crimes de abandono, tentativa de homicídio, homicídio e, também, delitos contra a saúde pública.

Armani Pontini e Fabriz (2019, p. 346) fazem proveitosa comparação entre o dever fundamental de alistamento militar obrigatório, no Brasil, e àquele que não imuniza o menor por quem é responsável, sendo violados, por fim, direitos de terceiros, para o caso, defesa da pátria e direito à saúde. Defendem também que infligir sanção imediata para indivíduos que descumprem o dever de proteger incapazes, é uma forma de realizar a proteção de todos que estão ao seu redor, concentrando punição a um indivíduo imprudente como maneira de se evitar prejuízo de toda a coletividade. Por fim concluem que o tipo de coima não importa em si, desde que seja significativa e que incentive àqueles que não pretendem imunizar os menores sob sua responsabilidade a se demoverem de seu intento.

Do ponto de vista jurídico, *lato sensu*, se faz muito oportuna a análise de Resende e Alves (2020, p. 145):

> Torna-se clara a percepção de que o tema vacinação está em constante tensão, com suas múltiplas dimensões que abarcam classificações diversas e concomitantes quanto à sua representação, tendo em vista o direito à saúde: a vacinação é espécie de direito individual (daquele que almeja – ou não – ser vacinado) e coletivo (já que os efeitos da vacinação estão relacionados à coletividade toda se submeter ao procedimento, sob pena de a não vacinação individual colocar em xeque a imunização coletiva), tendo ainda uma feição negativa (já que exige abstenção do Estado de intervir desarrazoadamente na saúde das pessoas) e outra positiva (na medida em que determina a obrigação de o Estado garantir/ concretizar o direito à saúde).

Nesta senda jurídica, de ampla discussão, restam claras possibilidades legais que em sentido abstrato podem levar às medidas de sanção diante recusa vacinal e prejuízos decorrentes dela, contudo a cizânia não se resolve pela mera argumentação legal, haja vista o amparo é passível de análise e esta atende pressupostos numa precípua garantia de direitos individuais, assim, o complexo contexto que se desenha só se completa numa perspectiva de exame ético e moral.

Cabe, para deslinde e completude do raciocínio, fugaz introdução e diferenciação - simplória - desses termos, assim, para a moral vamos intuir o "conjunto de princípios, preceitos, comandos, proibições, normas de conduta, valores e ideais de vida boa que, em seu conjunto, é constituído por um grupo humano concreto em uma determinada época histórica" constituindo ideário à uma boa conduta estabelecida pela sociedade (FIGUEIREDO, 2008, p. 5). Por ética, depreende-se a disciplina da filosofia que estuda "os sistemas de morais elaborados pelos homens, buscando compreender a fundamentação das normas e proibições próprias a cada uma e explicar seus pressupostos, ou seja, as concepções sobre o ser humano e a existência que os sustenta. " (FIGUEIREDO, 2008, p. 9).

Para oportuna perscrutação sob perspectiva dos conflitos éticos no panorama da recusa vacinal caberá recorte aplicado, onde a bioética, pontuada no primeiro tópico deste estudo, se faz patente, vez que "surgiu para dar conta dos conflitos morais e problemas éticos surgidos no âmbito das ações em saúde e das ciências biomédicas. " (LESSA; DOREA, 2013, p. 230). Neste ponto, a bioética mostra-se eficiente e legitimada para a análise crítica da moralidade nas práticas vacinatórias contemporâneas, constituindo apoio à tomada de decisão, sob justificativa ética, por ações no campo da saúde que garantam a distribuição equânime sejam dos benefícios, sejam dos possíveis riscos que envolvem a prática (LESSA; DOREA, 2013, p. 230).

Assim, bioeticamente, diante seus princípios, já discutimos a autonomia e a vulnerabilidade individual ao seu - talvez necessário - cerceamento, posto que dali se extraiu o primeiro conflito: até onde a liberdade individual, *prima facie* da autonomia, poderá interferir na esfera da responsabilidade coletiva.

Do princípio da beneficência podemos pressagiar a busca pela proteção contra doenças específicas, contudo não podemos perder de vista, principalmente, a possibilidade diante dos eventos adversos pós-vacinação, bem como algumas questões como erro de programação, devida avaliação dos riscos epidemiológicos e a falta de informações nestes pontos, quer pelo

Estado e/ ou por parte dos profissionais de saúde, envolvidos no processo de vacinação (SOUZA DE JESUS *et al*., 2016, p. 267).

Lessa e Dorea (2013, p. 230) entendem que assim se consolida que é moralmente indesejável causar danos às pessoas, ou pelos riscos dos eventos adversos pós-vacinação - EAPV, ou pela exposição às doenças pela falta de imunização, haja vista que os agentes de saúde, por princípio, não podem provocar danos a seus pacientes - *primum non nocere*. Assim se formula o princípio da não-maleficência.

> Neste caso, uma ação inicial que visava cumprir o princípio da beneficência passa a não atender ao princípio da não maleficência. O dilema moral existente seria o de que não vacinar significa, por um lado, não submeter as crianças aos riscos de EAPV, mas, por outro, submetê-las ao risco de adquirir doenças imunopreveníveis. Assim, surgem conflitos entre princípios, porque determinado princípio ético é definido com base nos resultados pretendidos de uma ação, não considerando os possíveis efeitos dela resultantes. (idem)

Dessa sistemática advém o princípio da justiça, balizado no equilíbrio dos benefícios, do ponto de vista coletivo, na imunização das populações em geral, gerando o conflito na possibilidade de algum indivíduo, ocasionalmente, carregar o ônus da vacinação, sob a perspectiva do evento adverso pós-vacinação, em benefício da saúde pública (LESSA, 2013, p. 60).

Faz-se consentâneo deliberar, na efetivação do princípio de justiça, necessidade pela edição de medidas compensatórias para estes casos, sendo que “o Brasil não possui nenhuma política pública para compensar os danos causados pelas vacinas. ” (LESSA, 2013, p. 100). Constitui-se assim importante dilema ético no campo da vacinação, tendo em vista que aqueles vacinados - compulsoriamente - “ficam excluídos das políticas compensatórias implementadas pelo governo”.

No imbricado constituído divisamos os conflitos nunca meramente analisados sob ponto de vista apenas ético ou moral, ou ainda jurídico. Mormente, pela complexidade da matéria, a recusa vacinal e suas consequências deverão ter expressão no enfrentamento diuturno e exaustivo diante, sobretudo, de um ideário salutífero à coletividade. É assim que se faz a sociedade, avaliando riscos em detrimento da maximização dos benefícios, quiçá comuns. Fomenta-se um ciclo, baseado nos princípios esquadrinhados, pois no mesmo tempo que as possibilidades jurídicas não exaurem este enfrentamento, a bioética coaduna na lógica do justo, através, principiologicamente, da justiça, de modo que temos assim a conformação do biodireito.

CONCLUSÃO

Diante excogitado, ratifica-se a hipótese do estudo e não restam dúvidas que a recusa vacinal pode ser considerada dentro de uma possibilidade de direito, tendo por base a liberdade individual, contudo deve-se prudentemente ponderar essa capacidade em oposição ao interesse coletivo, que reside justamente na melhor efetividade do intento vacinal, sob a égide da demanda de uma cobertura que possa inclusive erradicar doenças, como já foi observado e comprovado na história sanitária recente.

Dessas construções, conclui-se que a vacinação como um dos requisitos do direito fundamental à saúde é direito, mas também configura-se como um dever fundamental. Cotejando-se direito/dever fundamental, no âmbito da saúde coletiva, entendemos que a vacinação deve ser outorgada pelo Estado, dado que, a eficiência da prática da imunoterapia, ao longo dos séculos, demonstra a perempção na contenção da propagação de doenças imunopreviníveis.

Faz-se cônsono, ademais a autonomia da liberdade individual, prospectar a relação entre os princípios da beneficência e não maleficência, que na questão abordada ganham contornos quase dramáticos, tendo em vista que a ratificação imperiosa da vacina, vez que traz, dialeticamente, beneficiamento, tanto individual, como coletivo, também podem ser/ deverão ser danosos a alguns indivíduos, que na premissa estabelecida se encontraram no ardil dos eventos adversos pós-vacinação, presumidamente ínfimos, diante coletividade e ponderação do risco-benefício, probabilisticamente mensurados, mas não menos presentes, tanto que aos seus padecentes, e familiares, haverá de impor severos danos.

Não por menos, nesta possibilidade, se baseiam principalmente os antivacinacionistas, mas não há respaldo, até mesmo científico, para justificar movimento que, pelas mesmas razões de risco-benefício, se comprovarão até mais prejudiciais, em escala, até catastrófica. A ciência já possui meios de mitigar parte desta ominosa desventura, mas ainda não suficiente para prever de modo absoluto, tendo em vista que a relação de benefício da vacina, na soroconversão de anticorpos, se dá *in situ*, e razões de exceção eminentemente individuais podem ser gatilho a elas.

Daí oportuno obsecrar o princípio bioético da justiça, no sentido de equilibrar estes possíveis prejuízos. Neste ínterim, pelo observado, há importante lacuna estatal, seja na

estratégia do não esclarecimento pleno às reações adversas, como motivo a diminuir a adesão aos imunobiológicos, seja na não previsão legal de amparo e compensação aos afetados.

Do ponto de vista jurídico se aferiu dimensões que vão da garantia de liberdade individual ao infligir obrigação de responsabilidade social ao ato vacinal. A legislação disponível flutua desconfortavelmente neste conflito, e por mais que moralmente impelido à compulsar, também ampara, em medidas tênues e mais evidentes do ponto de vista omissivo, àqueles que se escusam das demandas sanitárias de prevenção.

Nessa medida, há de se convir que devido ao enredamento do tema as decisões a serem tomadas devem se alicerçar não apenas em regras legais, já que, muitas vezes prevalece o entendimento que o direito, posto que ciência humana, deve servir como fria ferramenta de garantia dos direitos previstos em seu ordenamento; mas também considerar as questões econômicas ou epidemiológicas, bem como os princípios morais, tais como solidariedade, responsabilidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunidade aos Microrganismos. *In:* **_____.** *Imunologia Celular e Molecular*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. p. 350-371.

ARMANI PONTINI, Ramon; FABRIZ, Daury César. O dever fundamental dos pais e tutores de colaborarem para com o sistema de saúde público por meio da vacinação de seus filhos e tutelados. *Derecho y Cambio Social*, Lima, n. 55, v. 2, p. 333-352, jan.-mar. 2019. Disponível em: https://bit.ly/3dr6Sn5. Acesso em: mar. 2021.

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza; AITH, Fernando Mussa Abujamra. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. *Rev. Cadernos de Saúde Pública*, [*s. l.*], v. 33, n. 2, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311x00173315. Acesso em: mar. 2021.

BEAUCHAMP, Tom Lamar; CHILDRESS, James Franklin. *Princípios de ética biomédica*. Barcelona: Masson, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mar. 2021.

_____. *Lei n. 1.261*, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatorias, em toda a República, a vaccinação e a revaccinação contra a variola. Disponível em: https://bit.ly/3uVQJMg. Acesso em: fev.-mar. 2021.

_____. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: mar. 2021.

_____. *Lei n. 6.259*, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/2Y41GgO. Acesso em: mar.-abr. 2021.

_____. *Decreto n. 78.231*, de 12 de agosto de 1976. Regulamenta a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, sobre o programa nacional de imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Disponível em: https://bit.ly/343nE7B. Acesso em: mar.-abr. 2021.

_____. Ministério da Saúde. *Apresentação*. Programa Nacional de Imunização. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/webtabx.exe?bd_pni/tpnibr.def. Acesso em: mar. 2021.

_____. *Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996*: aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: mar.-abr. 2021.

CARDIN, Valéria Silva Galdino Cardin; NERY, Lais Moraes Gil. Hesitação vacinal: direito constitucional à autonomia individual ou um atentado à proteção coletiva? *Rev. Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 224-240, jul.-dez. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5585/prismaj.v18n2.14482. Acesso em: mar.-abr. 2021.

CUNHA, Mariana da Silva. *Criminalização da recusa de vacinação a filho menor*. 2019. 57 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito - Escola do Porto, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.14/30397. Acesso em: abr. 2021.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; MARANHÃO, Ana Goretti Kalumi; TEIXEIRA, Antonia Maria; BRAZ, Rui. Coberturas vacinais: como explicar a queda? *In:* KFOURI, Renato de Ávila; LEVI, Guido Carlos (Coord.). *Controvérsias em Imunizações - 2019*. São Paulo: Segmento Farma, 2019. p. 65-111.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *The Belmont Report*: Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human Subjects of Research. Disponível em: https://bit.ly/3vdtcqv. Acesso em: mar.-abr. 2021.

FIGUEIREDO, Antônio Macena. Ética: origens e distinção da moral. *Saúde, Ética & Justiça*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v13i1p1-9. Acesso em: abr. 2021.

GARCIA, Maria Rita de Almeida; LIMA, Enezila de. Poder público nas campanhas de vacinação em massa no Brasil. *Rev. Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 49-54, jan.-jun. 2002. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5639. Acesso em: abr. 2021.

LEVI, Guido Carlos. *Recusa de vacinas*: causas e consequências. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

LESSA, Sérgio de Castro. *Vacinação infantil e os eventos adversos pós-vacinação: contribuição da bioética para implantação de políticas compensatórias no Brasil*. 2013. 71 f. Tese (Doutorado em Bioética) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/13332. Acesso em: mar.-abr. 2021.

_____; DOREA, José Garrofe. Bioética e vacinação infantil em massa. *Rev. Bioética*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 226-236, ago. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1983-80422013000200005. Acesso em: abr. 2021.

MATTOS, Revelino Leonardo Pires de. Revolta da Vacina (1904): Varíola e Vacinação. *In:* COLÓQUIO DO LAHES - Laboratório de História Econômica e Social, 1., 2005, Juiz de Fora. *Anais*... Juiz de Fora, 2005. Disponível em: https://bit.ly/3v0W4C1. Acesso em: abr. 2021.

NETO, Heráclito Mota Barreto. O princípio constitucional da autonomia individual. *Boletim Científico ESMPU*, Brasília, v. 13, n. 42-43, p. 331-366, jan./dez. 2014. Disponível em: https://bit.ly/3sCn5dD. Acesso em: mar.-abr. 2021.

NIGENDA-LOPEZ, Gustavo; OROZCO, Emanuel; LEYVA, René. Motivos de no vacunación: un análisis crítico de la literatura internacional, 1950-1990. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 313-321, jun. 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000300015. Acesso em: abr. 2021.

RESENDE, José Renato Venâncio; ALVES, Cândice Lisbôa. A vacinação obrigatória como um dever jurídico decorrente do direito fundamental à saúde. *Rev. da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, v. 65, n. 2, p. 129-148, maio/ago. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5380/rfdufpr.v65i2.69582. Acesso em: mar.-abr. 2021.

ROSENSTOCK, I.; DERRYBERRY, M.; CARRIGER, B. Why people fail to seek poliomyelitis vaccination. *Public Health Rep.*, v. 74, n. 2, p. 98-103, 1959. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1929202/. Acesso em: mar.-abr. 2021.

SANTOS, Paulo; HESPANHOL, Alberto. Recusa vacinal - o ponto de vista ético. *Rev. Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, Lisboa, v. 29, n. 5, p. 328-333, set. 2013. Disponível em: https://bit.ly/2Qd534j. Acesso em: mar. 2021.

SOUZA DE JESUS, Andreia; RODRIGUES DE JESUS, Luanna; VIEIRA, Vanessa de Oliveira; DA SILVA SENA, Edite Lago; SILVA DE OLIVEIRA BOERY, Rita Narriman; YARID, Sérgio Donha. Aspectos bioéticos da vacinação em massa no Brasil. *Acta bioethica*, Santiago, v. 22, n. 2, p. 263-268, nov. 2016 . Disponível em: https://doi.org/10.4067/S1726-569X2016000200013. Acesso em: mar.-abr. 2021.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

BRANDED CONTENT: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Marcelo Marques Araújo[1]

Resumo: *Branded content* não é uma nova ferramenta, trata-se de um novo enfoque, uma nova maneira de comunicar mensagens de marca e isso traz um diálogo profundo com o *marketing*. O artigo procura discutir isso trazendo dados de uma pesquisa de 2015, realizada pela Newscred, no Reino Unido. As marcas buscam atrair a atenção dissipada dos sujeitos neste mundo imerso em informação. Quando encontram a estratégia adequada torna-se mais fácil entregar relevância e alcançar resultados. Este texto apresenta reflexões sobre o lugar do *branding*, termo da área empresarial aqui emprestado com o significado de gestão de marcas nas organizações, em especial o *brand (ed) content* a partir do *brand jornalism*, conceito que remete ao processo (discursivo) de construção de sentidos sobre marcas a partir de uma rede discursiva que remete ao jornalismo. O *brand jornalism*, área do jornalismo especializada em repercutir temas que estejam vinculados a marcas. Nosso objeto, recortado do projeto de *branded content* desenvolvido em parceria pelo estúdio Abril Branded Content e a marca OMO mostram a personalidade discursiva dialógica da marca e a produção de sentidos relevantes a partir do jornalismo. A pesquisa ancora-se teoricamente em AAKER (2015); ZOZZOLI (2010); NEUMEIER (2008); SEMPRINI (2006); entre outros, no que se sustentam os conceitos vinculados ao branding; e também proponho análises a partir da semiose / comunicação multipotencial baseadas em ARAUJO (2016); e em KUNSCH (2003) tomando por base a comunicação empresarial e os sentidos que impactam no/do/pelo jornalismo a partir do discurso das marcas.

Palavras-chave: marketing, branded content, comunicação multipotencial, estratégia comunicacional

Abstract: Branded content is not a new tool, it is a new approach, a new way of communicating brand messages and this brings a deep dialogue with marketing. The article seeks to discuss this with data from a 2015 survey conducted by Newscred in the United Kingdom. Brands seek to attract the dissipated attention of subjects in this world immersed in information. When they find the right strategy, it becomes easier to deliver relevance and achieve results. This text presents reflections on the place of branding, a term in the business area here borrowed with the meaning of brand management in organizations, especially brand (ed) content from brand

[1] Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo e do Programa de Mestrado Profissional em Comunicação, Tecnologias e Educação, ambos da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor. E-mail: marcelo.araujo@ufu.br

Recebido em 29/10/2020
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

journalism, a concept that refers to the (discursive) construction process of meanings about brands from a discursive network that refers to journalism. Brand journalism, a journalism area specialized in reflecting themes that are linked to brands. Our object, cut from the branded content project developed in partnership by the Abril Branded Content studio and the OMO brand, show the brand's dialogical discursive personality and the production of relevant meanings from journalism. The research is theoretically anchored in AAKER (2015); ZOZZOLI (2010); NEUMEIER (2008); SEMPRINI (2006); among others, in which the concepts related to branding are sustained; and I also propose analyzes based on multipotential semiosis / communication based on ARAUJO (2016); and in KUNSCH (2003) based on business communication and the meanings that impact on / by / through journalism from the discourse of brands.

Keyword: marketing, branded content, multipotential communication, communicational strategy

Introdução

Como as marcas podem atrair a atenção das pessoas? É a indagação que este estudo busca responder. O *branded content*[2] nasce como uma necessidade de fazer as marcas visíveis para todas as pessoas que estão fugindo da propaganda. Mas, por que de fato as marcas (e não apenas elas!) precisam de *branded content*? A resposta é simples: marcas relevantes estão interessadas em contar histórias que fazem sentido para a vida das pessoas, sem incomodá-las com propaganda tradicional ou jornalismo esvaziado de conteúdo. O Netflix não tem propaganda, o Youtube Premium não tem propaganda, ninguém lê propaganda enquanto faz um *scroll* na tela do celular. A saída é ter profundidade, consistência, apresentar os conteúdos da melhor maneira possível e por isso as marcas encontraram bons caminhos se associando aos bons *publishers*.

Proponho aqui uma discussão sobre *branding* e relevância de marca a partir da construção discursiva que faz emergir os sentidos que respondem aos desejos dos sujeitos interpelados pelos discursos das marcas. O objeto principal da análise ancora-se no *brand(ed) content*. Conforme Zozzoli (2010, p. 14), "*branded content* ou conteúdo de marca, *brand content* ou produção de s) pela(s) marca(s) e o *advertainment* (combinação de publicidade e entretenimento)" situam-se neste artigo num quadro de construção de conteúdos com referência a marca a partir do estúdio Abril Branded Content e a marca OMO. O *branded content*[3], termo

[2] A definição do termo especializado virá logo a frente no texto.
[3] Por escolha do autor, o termo que será usado no artigo é *branded content*, por indicar a construção de conteúdo de/pela marca.

que será usado de agora em diante neste artigo, refere-se a conteúdo produzido com técnicas jornalísticas para promover direta ou indiretamente uma marca, seja aludindo à mesma ou enfocando temas e valores com os quais ela quer ser associada. Este tema será retomado oportunamente neste artigo.

O ponto de partida é *branding*. Tentarei mostrar que a queda dos muros entre áreas é iminente e uma das formas-conceito que permitem isso é o *branded content* que aponta para o brand journalism. Por fim, por meio da análise, proponho uma metodologia de *branding* com fundamento em uma plataforma discursiva de investigação.

Branding e posicionamento

Hiller (2012, p. 131) esclarece que o *branding* deve ser entendido "como um modelo de gestão empresarial que coloca a marca no centro de todas as decisões corporativas e tem, como objetivo central, construir o *brand equity*, que são valores intangíveis".

As políticas comunicacionais com foco em posicionamento e *branding* muitas vezes nem chegam a ser discutidas nos redutos acadêmicos e tampouco estão pautadas por aqueles que tomam decisões, sobretudo empresários e empreendedores. Muitos gestores insistem em estratégias de *outbound* marketing[4] isoladas; não se preocupam com o desenvolvimento de ações que valorizem o *branding* institucional; não constroem iniciativas de fidelização; atuam de forma isolada e distante da realidade do mercado; não estão dispostos a firmar parcerias em *co-branding*; direcionam esforços para o que é mais lucrativo em um curto espaço de tempo; não estão plenamente conscientes da necessidade de investimentos em marcas ativas, estratégicas, com personalidade e propósito; desconhecem práticas de gestão em *branding* e ignoram a necessidade de pensar marcas com suas funcionalidades, sensações, relações simbólicas e atitude.

Branding 1.0 e 2.0

Nas discussões mercadológicas descrevem-se duas metodologias de posicionamento de marca, *positioning guide* (guia de posicionamento) e construção da marca, as quais são bastante úteis em todos os processos de gestão de marca, sejam produtos, serviços ou marcas pessoais.

[4] Estratégia tradicional de marketing em que a marca é ativa no processo de prospecção de clientes. No *outbound* marketing são encontradas ações tais como: comerciais de TV, rádio, internet, telemarketing, mala direta, flyers e links patrocinados. A metáfora para *outbound* marketing é uma rede de pesca lançada para pescar o maior número possível de pessoas, ao contrário do *inbound* marketing, que é um anzol com uma isca para atrair indivíduos com base em seus gostos e no envolvimento de cada um com a marca.

Positioning guide[5] situa-se no que denominou-se *branding* 1.0. Em *positioning guide*, existem três categorias que posicionam a marca: *target audience* (público-alvo), *frame of reference* (qual é o mercado?) e *point of difference* (sinaliza pontos que diferenciam a marca no mercado). O *target audience* é uma categoria de posicionamento que define qual o público-alvo (informações demográficas e psicográficas), com dados relevantes que identifiquem os possíveis consumidores. Para posicionar a marca, *frame of reference* trabalha com os seguintes questionamentos: "Qual o seu mercado? Quais as lógicas de funcionamento? Quem são seus concorrentes? Como funciona a sua arena competitiva? ". A última categoria, *point of difference*, utiliza o conceito: "O que é aquilo que só você possui e que mais ninguém tem?". Neumeier (2008) estabelece três perguntas para uma resposta satisfatória ao diferencial de uma marca: o que é você? O que você faz? Como você se diferencia? Certamente, a última pergunta é a mais difícil de ser respondida, e quem a responde de forma satisfatória consegue sair a frente. A metodologia denominada *positioning guide* tem sua origem na gestão da marca Coca-Cola.

Outra metodologia de posicionamento da marca, denominada *construção de marca*, situa-se no que se denominou *branding* 2.0. Esta trabalha com cinco categorias: escolher, mergulhar, afinar, ter consistência e paixão. Escolher define como a marca se adequa aos atributos funcionais que a constroem. Mergulhar direciona as pesquisas e diagnósticos do mercado para uma "verdade humana". Afinar é a categoria que distingue qual o propósito da marca, por isso, afina a comunicação entre verdade humana, consumo e conexão com o público. A quarta categoria, consistência, presume como executar a marca no mercado de forma a torná-la sólida criando identidade própria. A última categoria, paixão, define como pensar os detalhes de forma que conquistem e emocionem o consumidor. Emocionar nesta categoria transcende para os sentidos da afetividade que interpela os sujeitos a buscarem experiências significativas com as marcas.

Branded content e *Brand Journalism*

O *branded content* não é uma nova ferramenta ou "gênero discursivo", aliás, já no início do século passado havia registros de conteúdos produzidos por marcas e chancelados em jornais de grande circulação. Há diferenças expressivas entre o que se denomina *native advertising*,

[5] Ver Hiller (2012).

publieditorial, *sponsored content* e *brand content*. Porém, neste estudo, procurei encaminhar as discussões apontando para *branded content*. Há cinco importantes eixos que constituem o *branded content*: comunicação de marcas, serviços jornalísticos e publicitários, posicionamento, entretenimento e conteúdo relevante. No processo de posicionamento em que marcas se tornaram *publishers*, o *branded content* torna-se uma ferramenta estratégica ativa na conquista da atenção das pessoas.

A atenção é hoje o bem de maior valor na economia global. O objetivo é fazer com que o conteúdo pertença a uma pessoa que vai consumi-lo de alguma maneira. É uma forma de encontrar pontos de intersecção entre marcas e consumidores com interesses em comum, em *timing* sinérgico e com proposta de valor, que consiga informar, entreter e orientar o consumidor. Trata-se do equilíbrio inteligente entre dois pilares: publicidade e jornalismo. Algumas marcas souberam usar o *branded content*: "Guia Michelin (Michelin)", "Academia da Carne" (Friboi) e "Dia do Sexo" (Olla) indicam resultados expressivos com a utilização desta ferramenta. Em uma pesquisa realizada com leitores da Forbes, destacou-se que o *branded content* é altamente eficaz para 59% dos leitores da revista[6]; além disso, a lembrança da marca é bem superior numa comparação entre um artigo (*branded content*) e um anúncio gráfico. A pesquisa concluiu que entre os 4 mil leitores da Forbes o *branded content* foi percebido por mais de 90% de forma mais positiva do que os anúncios gráficos, com os consumidores acreditando que o conteúdo é destinado a educar. Muitos dos leitores da revista não se importaram em saber que trata-se de conteúdo de marca, para eles o que realmente importa é a qualidade do conteúdo.

Os especialistas indicam o *buzzfeed.com* como uma plataforma que, além de publicar bastante conteúdo patrocinado, marcado sempre pela expressão *promotion by*, também produz conteúdos muito bem escritos e que ajudam as marcas patrocinadoras a "dialogarem" com seus públicos.

Conforme Zozzoli (2010, p. 14):

> Desde o início deste novo milênio, os conteúdos de marca centralizados principalmente em torno de conhecimentos, informações ou entretenimento estão em pleno desenvolvimento, integrando um programa de marca (lançamento de produto, *product place*ment/*product integration*, criação de *show* e outros eventos etc. – *funded programming*) em ofertas midiáticas

[6] Pesquisa realizada com 4 mil leitores da Forbes. Resultados divulgados em 23/09/2016. A pesquisa traz detalhes neste link: <http://www.forbes.com/sites/forbespr/2016/09/23/new-study-reveals-branded-content-is-twice-as-memorable-as-display-ads/#3d96abdd4fbb>. Acessado em: 28 jan. 2017.

> tradicionais (ficção, reportagem, jogo, reality show...), isto é, numa trama existente (*branded content*) e em tramas/histórias, *cases* editados ou produzidos, por iniciativa própria, pela marca (*brand content*).

Marcas que compreendem a necessidade de produzir conteúdo relevante que mobilize sentidos nas novas práticas discursivas imersas principalmente nas plataformas digitais conseguem cativar a atenção pelo conteúdo e não apenas por publicidade ou marketing. Segundo Semprini (2006, p. 54):

> De maneira ainda mais fundamental, muitas marcas falharam em sua missão, a mais importante em um contexto socioeconômico pós-industrial, a de reintroduzir sentidos nas práticas de consumo, de propor bens e serviços realmente inscritos nos projetos de vida dos indivíduos e não presos de forma abstrata a narrativas enfraquecidas, que não mais mobilizam e não produzem sentido para uma grande parte dos indivíduos.

O desafio está em pensar os discursos que produzem sentidos para/nos/pelos indivíduos a partir do que as próprias marcas enunciam.

A partir desse conceito emerge o de *brand journalism*. Trata-se de uma nova área que está em franco crescimento em diferentes agências de notícias esparramadas mundo afora. Quando em 2004, Larry Light, então CMO McDonald's, lançou o conceito de *brand journalism*, algo como jornalismo de marca, as reações no mundo do marketing vieram de todos os lados, inclusive com severas críticas no campo da comunicação organizacional. Segundo artigo das pesquisadoras Ana Rêgo e Ranielle Moura[7], "a proposta de Light seria adotar o *brand journalism* como uma alternativa à prática usual de construção de posicionamento das marcas e seus produtos e serviços na mente dos consumidores".

O *brand journalism* oferece perspectivas múltiplas de abordagem e criação de conteúdos informativos acerca das marcas que podem interessar ao cliente e à sociedade, criando com esses laços de referencialidade a partir de formas comunicativas distintas propiciadas pelo jornalismo e suas funções como informar, educar, entreter, etc.

O jornalismo atual é lugar de múltiplos olhares a partir das possibilidades de exploração de conteúdos no ambiente mercadológico, proporcionando o desenvolvimento de posicionamentos adequados para cada público de interesse e não apenas um posicionamento na mente de um consumidor generalizado.

[7] Disponível em http://comunicacaoorganizacionalufpi.blogspot.com/2010/12/brand-journalism-entre-marca-e-o.html. Acessado em: 29 de jun. 2018.

Nesse contexto, segundo Ana Rêgo e Ranielle Moura, o jornalismo, por suas inúmeras características, dentre elas, os tipos de discursos possíveis, pode propiciar os meios ideais para que de fato ocorra uma comunicação direta e verdadeira com cada um dos públicos de interesse do mundo corporativo. Além disso, os processos tecnológicos que hoje envolvem as práticas jornalísticas no mundo virtual são favoráveis para o desenvolvimento de um processo de interatividade cada vez mais forte.

Em pesquisa realizada pela Newscred (2015), foram apontadas algumas características da área, por exemplo, a importância de jornalistas especializados em marcas e o diálogo efetivo entre jornalismo e marketing.

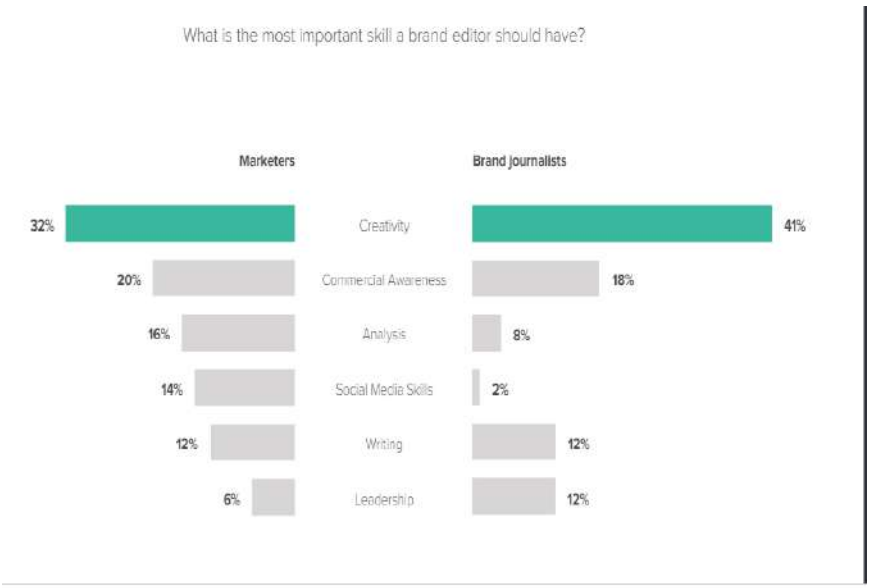


Figura 1 – Fonte: Newscred

Uma das principais razões disso é o prestígio que os jornalistas têm alcançado nas agências de comunicação por dominarem algumas competências a partir do diálogo com áreas antes antagônicas, por exemplo, marketing. Isso está sinalizado no gráfico que segue:

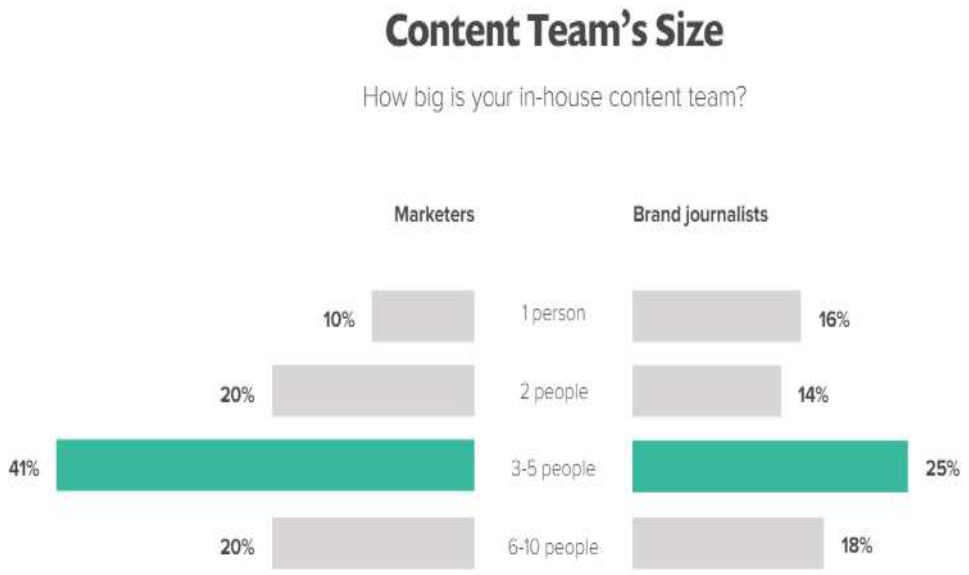


Figura 2 – Fonte: Newscred

***Branding* e discurso e jornalismo: e agora?**

Em Fairclough (2001) registra-se uma concepção de discurso que aponta para a prática social:

> [...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Em relação a produção específica de gêneros veiculados em meios de divulgação e distribuição diversos, esta prática discursiva envolve um trabalho coletivo, com equipes compostas por jornalistas, produtores, equipe editorial, técnica, além da constitutividade de crenças, valores, relações de poder, e claro, a instituição e o discurso / semiose[8] como elementos da prática social jornalística. Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam os seguintes elementos constitutivos das práticas sociais: atividade material, relações sociais e processos (relações sociais, poder, instituições), fenômenos mentais (crenças, valores, desejos) e

[8] O termo 'semiose' se refere a signos, que incluem palavras e imagens (cf. Kress, e Van Leeuwen, 1996 e Chouliaraki e Fairclough, 1999).

discurso/semiose.

Em Fairclough (2003), o pesquisador inglês concentra-se na análise dos três modos principais pelos quais o discurso é constituído nas práticas sociais: modo de agir, modo de ser, e modo de representar. A esses modos, ele associa três tipos de significado: acional – associado a gênero, identificacional – associado a estilo, e representacional – associado ao discurso / semiose. Neste estudo, abordamos o representacional, pois nosso foco é na representação dos elementos discursivos que constituem o *branded content*.

O discurso das marcas no *branded content* mostra a importância de focarmos nossa atenção nas metáforas visuais representadas nos textos multimodais como defendem Kress e Van Leeuwen (2006 [1996]) e nos textos multissemióticos, como trata Vieira (2007), cujos argumentos principais são de que os textos contemporâneos caminham a passos largos para uma composição multimodal e de que desse fato a atividade publicitária, jornalística, artística e educacional não pode fugir. Frente a essas mudanças concretas, é impossível não aderir à multimodalidade, aos textos híbridos compostos com múltiplos recursos semióticos, construídos com base em metáforas visuais.

Uma análise que leve em conta os elementos constitutivos do discurso, Vieira e Silvestre (2015), das marcas reside na inclusão dos modos de significação visual, oral, espacial, gestual e linguístico na escrita e a respetiva articulação dos diferentes modos. Isto significa que todos os elementos provenientes de sistemas semióticos diversos constitutivos de textos multimodais podem ser analisados, relacionados uns com os outros e interpretados em termos das escolhas feitas entre os recursos semióticos disponíveis e em termos das suas contribuições para a função social e comunicativa do texto. Silvestre (2010) considera que:

> O Discurso da Marca permite estudar a marca numa perspectiva holística ou integradora dos diferentes olhares sobre a Marca (Direito; Marketing; Semiótica; Contabilidade, Comunicação, entre outras), possibilitando captar a complexidade da sua identidade, da sua interação com os outros e com o mundo, da sua performance através dos recursos semióticos ideacionais, interpessoais e textuais. As práticas sociais envolvem, assim, formas de trabalho, identificação – construção de identidades sociais (em que as identidades e as relações sociais são especificadas) – e representações do mundo interior ou social (SILVESTRE, 2010, p. 3).

O significado do texto não é, por conseguinte, produzido unicamente por um único modo, mas pela composição dos diversos elementos, algo que se aplica à construção discursiva do *branded content*. Por outras palavras, há necessidade da redefinição do conceito de discurso de marca no sentido de nele integrar as necessidades básicas constitutivas de textos

multimodais.

Entre os anos 80 e 90, observou-se gradativa alteração na lógica social da comunicação. Aos poucos, a lógica da oferta, que caracteriza os meios de comunicação de massa, foi sendo substituída pela lógica da demanda, que caracteriza a comunicação multipotencial, apontada para necessidades mercadológicas cujo foco está na produção de sentidos a partir do interesse da audiência. A lógica da oferta funciona por emissão de mensagens, ao passo que a lógica da demanda funciona por disponibilização e acesso.

Quando aproximamos os conceitos de *branding* e discurso torna-se possível compreender a dinâmica de sentidos que constituem a construção de marcas a partir dos efeitos de sentidos instaurados na interpelação entre marca e consumidor numa representação discursiva. Por exemplo, quando a marca Dove registra os sentidos de "envolvimento pessoal, intimidade e amizade",[9] está criando o efeito de sentido de "confidencialidade" da marca junto às mulheres que buscam ser elas mesmas. O tigre Tony, do Sucrilhos Kelloggs, representa um tio, um irmão mais velho ou um técnico esportivo que acompanha o crescimento do garoto, presente nos desafios a serem enfrentados pelas crianças e adolescentes, impulsionando-os a vencer. A Colgate busca, em uma atuação mais "professoral e profissional", certo distanciamento condizente com a voz de especialista, aconselhando como cuidar bem dos dentes e gengivas. As marcas criam efeitos de sentidos em tudo o que comunicam.

As operações semióticas que transitam na internet são repercutidas pelas características da linguagem multipotencial, tais como dialogicidade, hiperdiscursividade e projeção sentidural (ARAÚJO, 2016). Isso pode ser explicado pelo reposicionamento da marca Omo[10], da Unilever, em todos os meios de comunicação, que representa 51% do mercado de sabão em pó e está presente em cerca de 80 milhões de domicílios no país. A capacidade das marcas em criar sentidos está estampada em Omo. Até o início dos anos 2000, a marca reforçava em suas mensagens a ideia do "Omo faz, Omo mostra; "Melhor que Omo só Omo"; "Só Omo lava mais branco".

[9] As aspas indicam que os enunciados foram extraídos de análises anteriores que podem ser encontradas, em forma mais aprofundada e robusta, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "*Branding* e discurso nas organizações", com registros em arquivos contendo centenas de textos publicitários e jornalísticos que transitam no campo discursivo das marcas. Para maiores informações acesse: <www.especializado.jor.br>. Acessado em: 28 jan. 2017.
[10] Apenas por curiosidade, cito aqui o significado de Omo – Older Mother Owl, que, em português, pode ser traduzido por "velha mãe coruja", que sinaliza para o zelo materno e sabedoria. A marca Omo é objeto deste estudo.

A brancura era o que sustentava os sentidos das consumidoras de Omo, para isso repetia-se o discurso que fazia emergir a ideia de que apenas "Omo deixava as roupas mais brancas". Porém, um grande *insight* ocorre a partir do início da década passada, e, em 2003, aparece o "Se sujar faz bem" numa nova proposta de compreensão da verdade humana que desloca o sentido da brancura para a sujeira, uma vez que todas as crianças precisam ser de fato crianças.

Dessa maneira, temos o conceito de comunicação multipotencial como o resultado da construção de sentidos em um dispositivo multimodal de representação / ativação entre os interlocutores. Assim, quando produzimos um discurso, por estarmos em um lugar social determinado, os efeitos de sentido desse discurso emergem produzindo diferenças e levando as marcas a desenvolverem pesquisas que indiquem a forma de criar associações, propósitos, benefícios, relevância, posicionamento, memória, enfim, sentidos que interpelem o *frame of reference* (mercado) e o *target* (consumidores), uma vez que os enunciadores encontram-se em diferentes lugares sociais, diferentes ideologias, entre tantas outras singularidades. Eis aí um papel fundamental do jornalismo. O desafio é exatamente aproximar o discurso das marcas daquele esperado pelos sujeitos consumidores. Ninguém melhor para produzir discursos que aproximem marcas e leitores-internautas-seguidores-telespectadores-etc do que o jornalismo.

Branded content: construção de sentidos na comunicação multipotencial das marcas – estúdio Abril Branded Content e Omo

Neste estudo, por questões de espaço, identificaremos apenas a comunicação multipotencial dialógica que ocorre quando o (s) sujeito (s) produtor (es) do discurso atribui (em) características que identificam sentidos relevantes, pois, "a marca deve ser sentida por seus públicos" (NEUMEIER, 2008, p. 34). Isso quer dizer que uma marca que consiga falar ao coração dos consumidores tem grande chance de ocupar um lugar na discursividade, memória e sentidos dos mesmos. Quando uma marca consegue ser carismática[11], ela se torna tema constante nas conversas culturais. Coca-Cola, Apple, Nike, IBM, Virgin, BMW, Google, Disney, entre outras, tornaram-se ícones porque representam coisas que as pessoas desejam – felicidade, inteligência, força, sucesso, conforto, estilo, amor materno, imaginação. Há um processo de busca pelo desejo de captar as vozes enunciadas por meio dos sentidos que

[11] Uma marca carismática é qualquer produto, serviço ou empresa para os quais as pessoas acham que não há substituto (Neumeier, 2008, p. 19).

emergem naquilo que as marcas realizam.

Marcas de sucesso têm uma identificação própria que está ancorada em um propósito definido. Quando uma marca conhece o seu mercado e tem um propósito, ela tem condição de propor o novo, o inesperado. Quando a Natura questionou e rompeu com o paradigma de que cosméticos deveriam esconder a realidade e fazer promessas falsas, deslocando o discurso para aquilo que não era verdadeiro, criou uma inovação. Surgiu aí a revolucionária campanha de Chronos, "Mulher bonita de verdade", que utilizava modelos reais mostrando suas idades reais e falando dos benefícios 'verdadeiros' de um creme antissinais – não de um "anti-idade". Logo a Dove adotou uma estratégia bastante aplaudida, com o "*all you need is Dove*", mais tarde surgiu o "real beleza", valorizando as curvas femininas do jeito que elas são de fato, expondo modelos reais que estrategicamente se distanciavam dos paradigmas da moda e da estética.

A experiência das pessoas com as marcas é fundamental. Muitas marcas não entregam o que prometem e tornam seus discursos pouco eficientes, com uma grande chance de descontruírem uma identidade de marca. A Hollister é uma marca que empreende todos os esforços para constituir sentidos na experiência dos clientes no ambiente das lojas.

O projeto desenvolvido pela Abril Branded Content para a Omo tocou em um ponto fundamental da história dos pequenos: a importância das crianças poderem brincar livremente. O projeto contou com influenciadores para escrever conteúdo sobre o tema na revista Claudia e também nos sites das marcas da Abril. A veiculação do projeto foi de seis meses. As peças envolveram as plataformas on e off-line e buscaram endossar as causas defendidas pela marca, que explora o tema "Livre para Descobrir". A proposta foi uma campanha mais focada em 'causas' em vez de produtos, o que contribui para a personalização e identificação discursivas, como o 'Se sujar faz bem', que traz sentidos cujos objetivos perpassam a defesa de que as crianças precisam de mais tempo livre, brincar soltas, com liberdade, para serem melhores no futuro e aprenderem com suas próprias experiências.

Além dos convidados influenciadores do universo digital, como youtubers, blogueiros e apresentadores, que têm afinidade com o tema, para participar e ampliar as discussões, agregar ideias diferentes e novos pontos de vista, também foram produzidos 16 conteúdos nativos no canal customizado "Livre para Descobrir" dentro do site MdeMulher; 16 colunas no Huffington Post sobre os temas do projeto; e um folder off-line ilustrado, com exemplos de brincadeiras infantis antigas, encartado na edição de julho de CLAUDIA e voltado para esse público específico. A seguir registra-se um recorte da Campanha Abril Branded Content e Omo:

Figura 3: Coluna “Educar é coisa muito, muito séria”

O desafio da comunicação de marcas hoje é conseguir falar com vários públicos ao mesmo tempo. Foi-se o tempo em que as empresas decidiam falar com um público e silenciar as vozes em relação aos demais. Atualmente, as marcas falam para clientes que também são formadores de opinião. Falam para seus segmentos, para seus colaboradores e investidores, que por sua vez transmitem mensagens até outros públicos. Os discursos precisam ser consistentes e fazer sentido para qualquer público.

A linguagem é essencial, afinal, as marcas estão “conversando” o tempo todo com seus clientes. Quando uma marca se preocupa com a linguagem, ela passa a olhar todas as manifestações, inclusive as de natureza semiótica. O Banco Itaú é sempre lembrado pela cor laranja. O Banco Bradesco pelo neologismo “bra”, do “muito mais bra pra você”. Ao mesmo tempo, quando a linguagem é pobre, os resultados podem ser danosos, basta um olhar para o slogan das Lojas Marabrás, “preço melhor ninguém faz”.

Ser relevante é conquistar. A relevância é hoje um dos indicadores mais importantes do *branding*. As pessoas estão exaustas com tanta informação, com tanta publicidade, e nessa escassez de atenção do outro, marcas que conseguem criar relevância de conteúdo estão bem. É a relevância que transforma potenciais em futuros clientes reais.

A era do *publishing* impõe uma nova interface que descontrói as dicotomias características do jornalismo *versus* publicidade e incita um diálogo ainda “jogado para escanteio”, mas cada vez mais próximo da realidade mercadológica. As dicotomias impactam da forma mostrada na Figura 3:

Figura 4 – Dicotomias Jornalismo e Publicidade

Jornalismo	**Publicidade**
Indutivo: da parte para o todo, constrói pelo raciocínio	Dedutiva: do todo para a parte, desconstrói criativamente
Busca a tese	Busca a síntese
Trabalha com a realidade	Trabalha com a fantasia
Faz retrato	Faz pintura
Quer informar	Quer divertir/emocionar
Põe no lugar	Tira do lugar
Quer profundidade	Quer impacto
Objetividade	Subjetividade
Trabalha para o consumidor final	Trabalha para o cliente

Fonte: Adriano Silva, da Draft[12].

A quebra dos muros é iminente. Discutir isso não é o objetivo deste capítulo, mas o jornalismo está em busca de ressignificar seu próprio papel, por exemplo, na tentativa de emocionar, de encontrar novos modelos de negócios, de produzir conteúdo com profundidade e viabilidade econômica, de atrair a atenção das pessoas para o que realmente faz sentido para elas mesmas e construir vozes que impactem. Enquanto isso, a publicidade segue o caminho da proposição de novas estratégias que consigam dialogar com o jornalismo em busca de ainda mais relevância e atenção do público. O desafio da publicidade está em conseguir perceber a relação entre o que as marcas querem falar *versus* o que as pessoas querem realmente ouvir. A publicidade está mergulhada na crescente implosão do sistema de concentração de verbas para determinados nichos. A crescente irrelevância dos veículos como mídia está redefinindo o papel do consumidor.

A busca pela relevância perpassa a do conteúdo perfeito. A Figura 4 indica as intersecções necessárias para alcançá-lo.

[12] Palestra ministrada no dia 07/11/2016 no curso de Gestão em Comunicação Digital oferecido pela ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), em São Paulo –SP.

Figura 5 – Conteúdo Perfeito

Fonte: Daniel Rimoli, da Edelman.[13]

Um projeto de comunicação de marca capaz de unir o discurso da marca ao que faz sentido para o público sem abandonar as tendências e eixos temáticos relevantes no momento histórico das condições de produção é o grande desafio do "conteúdo perfeito", o que para alguns mais céticos jamais será possível. Há vários atores nesse processo e todos são igualmente importantes. Comunicação organizacional (KUNSCH, 2003), jornalismo, publicidade, relações públicas, *branding* e marketing precisam dialogar no processo de maturação de estratégias comunicacionais eficientes. O desafio não está somente na comunicação em si, mas no que dizer, para quem dizer e como dizer.

Considerações finais

Um discurso de marca eficiente expressa uma personalidade única, transformando uma empresa sem rosto em um grupo de pessoas com propósito, brio e um jeito especial de trabalhar. Somente por meio de um discurso estratégico pode-se atingir a consistência da comunicação, estabelecendo familiaridade e confiança com o público.

O mais importante, porém, é que o tom de voz adotado, tal como as histórias narradas pela marca, reflita sempre a verdadeira essência da empresa e das pessoas envolvidas. Não é

[13] Palestra ministrada no dia 26/10/2016 no curso de Gestão em Comunicação Digital oferecido pela ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), em São Paulo –SP.

preciso reinventar completamente a linguagem, mas sim identificar e aperfeiçoar uma maneira de usar palavras já existentes na empresa. A essência produz sentidos significativos.

As respostas às perguntas "Quem você é?", "O que você faz?" e "Por que sua marca é importante?" (Neumeier, 2008) podem identificar sentidos em uma rede discursiva que revela equívocos talvez imperceptíveis aos gestores da marca.

As duas metodologias de posicionamento da marca, *positioning guide* e construção da marca, podem ser aplicadas em qualquer análise de *branding*, não importa o tamanho e o *brand equity* da marca. Especificamente no exemplo registrado na análise, percebe-se um certo alinhamento com um posicionamento que estrategicamente assevera as soluções e personalizam atores implicando na construção de sentidos relevantes.

O jornalismo é fundamental para a construção de conteúdos relevantes a partir da relevância de marcas. Para isso, os critérios de noticiabilidade, precisão, certitude, investigação, fontes, abrangência, utilidade pública entre outros, não se perdem quando há um projeto de *branded content*, ao contrário, a comunicação multipotencial possibilita um grande avanço na interface *branding* e jornalismo.

Referências:

AAKER, D. *On branding: 20 princípios que decidem o sucesso das marcas*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ARAÚJO, M.M. *Branding e discurso nas organizações*. 2016. Disponível em: <https://doi.galoa.com.br/sites/default/files/10.21745/ac06-16.pdf>. Acessado em: 15 jul. 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

HILLER, M. *Branding: a arte de construir marcas*. São Paulo: Trevisan Editora, 2012.

KUNSCH, M.M.K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003

NEUMEIER, M. *The Brand Gap*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SEMPRINI, A. *A marca pós-moderna: poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea*. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

SILVESTRE, C. *O Discurso Multimodal da Marca*. FEEVALE/RS: 2010.

VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C.; COULTHARD, M. (eds.). *Texts and Practices: readings in Critical Discourse Analysis*. Londres:

Routledge, 1996, p. 32-70.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional*, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social/ Josenia Vieira e Carminda Silvestre. – Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015.

ZOZZOLI, J.C.J. A marca diante das novas práticas midiáticas. ***Pensamento e Realidade*.** São Paulo, v. 25, n. 2, p. 11-30, 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7230/5222>. Acessado em: 16 nov. 2016

AUTORS ESTRANGEIROS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O CASO DO ENSINO DAS ARTES: AS 7 MARAVILHAS DE PORTUGAL

Susana Oliveira e Sá[1]
Enrique Vázquez-Justo[2]
Paulo Sousa-Pereira[3]
Cristina Costa-Lobo[4]

Resumo: O ensino das Artes, para além de outras variáveis, abarca as variáveis criatividade e emoção. Criatividade, neste estudo, será um conceito dinâmico, em constante mudança, e que parece adquirir significados diferentes de acordo com as realidades sociais estudadas. Emoção é algo que reagrupa estados emocionais. Sabe-se que criatividade e emoção estão interrelacionadas. Neste estudo, verificamos de que modo existe essa inter-relação, tendo como questão investigativa: qual o impacto social da criatividade na seleção das 7 maravilhas de Portugal? Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, de análise de conteúdo com recurso ao software webQDA® a partir de uma questão aberta enviada online a 1230 sujeitos. Concluímos que a criatividade muda e se transforma, se torna flexível e é dinamizada constantemente. A criatividade em si é criativa na sua essência. Se por um lado, se torna complexo o ensino desta variável, por outro, como se garante que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover a sustentabilidade do desenvolvimento, incluindo, entre outros, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da cultura.

[1] Pós-doutorada e Doutorada em Educação pela Universidade do Minho. Licenciada em Ensino de Física e Química pela Universidade do Minho. Investigadora do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do IESF (CIDI). Professora Adjunta do Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESF), Portugal. Avaliadora externa do IGEC- Inspeção Geral do Ensino e Ciência, Portugal, Cátedra da Unesco. susana.sa@ieafafe.pt.

[2] Doutorado pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Licenciado com Grau pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Licenciado pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Investigador do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação do IESF (CIDI); Investigador do Brain and Behavior Institute da UFP. Presidente do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, em Portugal; Docente no Instituto Estudos Superiores de Fafe (Portugal); Docente na Universidade Fernando Pessoa, Portugal. presidente@iesfafe.pt.

[3] Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESF), Portugal.

[4] Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Brasil; Licenciada em Psicologia pela Universidade de Coimbra, Portugal; Mestre e Doutorada em Psicologia pela Universidade do Minho, Portugal; Investigadora da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Investigadora do CEPESE-Universidade do Porto, Portugal; Docente e Investigadora do Instituto de Estudos Superiores de Fafe (CIDI), em Portugal; Docente na UNIFACS-Bahia e Universidade Estadual do Centro-Oeste, no Brasil. Vice coordenadora dos RIECs UNICENTRO, Brasil e RIEC IESF Amarante, Portugal. cristinalobo@iesfafe.pt.

Recebido em 11/07/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Palavras-chave: Criatividade. Emoção. Ensino das Artes. Impacto social da criatividade. webQDA®

Abstract: The teaching of the Arts, in addition to other variables, encompasses the variables creativity and emotion. Creativity in this study will be a dynamic, ever-changing concept that seems to acquire different meanings according to the social realities studied. Emotion is something that brings together emotional states. Creativity and emotion are known to be interrelated. In this study, we verify how this interrelation exists, having as an investigative question: what is the social impact of creativity in the selection of the 7 wonders of Portugal? This is a qualitative research, content analysis using webQDA® software from an open question sent online to 1230 subjects. We conclude that creativity changes and transforms, becomes flexible and is constantly energized. Creativity itself is creative in its essence. If, on the one hand, the teaching of this variable becomes complex, on the other, how is it ensured that students acquire the knowledge and skills needed to promote sustainable development, including, among others, promoting a culture of peace and nonviolence, global citizenship and appreciation of cultural diversity and culture.

Keywords: Creativity. Emotion. Social impact of creativity. Teaching of the Arts. webQDA®

1 Introdução

É inegável, no mundo da globalização, que exista um apelo intenso e explícito criatividade para o desenvolvimento pessoal e social.

As cidades concentram grandes oportunidades e potencialidades, mas paralelamente enfrentam alterações e desafios sociais significativos. Disso são exemplo, o envelhecimento da população, o aumento do desemprego e do trabalho informal, os problemas ligados à criminalidade, segurança e proteção, os movimentos de emigração e imigração, os problemas de pobreza e segregação, entre outros. Neste contexto, as cidades e respetivas comunidades necessitam de acelerar a sua capacidade de inovação e de identificar novas abordagens e soluções que respondam aos desafios sociais que enfrentam.

Estes desafios ou problemas fazem da inovação social uma prioridade no contexto das cidades. A inovação social é vista na União Europeia como:

> […] inovações que são sociais tanto nos seus fins como nos seus meios. Especificamente, definimos inovações sociais como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que, simultaneamente, respondem às necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e criam novas relações ou colaborações sociais. Por outras palavras, são inovações que não são apenas positivas para a sociedade, mas que aumentam também a capacidade de ação da sociedade. (BEPA, 2010, p. 24).

Tendo em vista a consideração do impacto social de eventos sociais, seja o concurso das 7 maravilhas de Portugal que teve início em 7 de dezembro de 2007, com o concurso do património arquitetónico português, selecionando monumentos e castelos, realizando-se de dois em dois anos. Inclui vários painéis, desde monumentos, maravilhas naturais, gastronomia, praias, aldeias, a doces (este concurso está a decorrer no momento da escrita deste artigo), um júri nomeado por um painel de especialistas: (http://candidaturas.7maravilhas.pt/ficheiros/regulamento.pdfcandidaturas.7maravilhas.pt), rege-se por sete critérios do regulamento da organização do concurso. Entre esses sete elementos, destacam-se, na categoria de doces: a história do doce, recheada de factos de importância histórica para a comunidade ou para a região, demonstráveis através de referências históricas ou da sua referência, é de importância económica, enquanto ingrediente da economia local, quer através da comercialização do doce em si num ou em mais pontos de venda, quer através da utilização de produtos locais, que sejam geradores da sua própria economia ou de emprego.

Os especialistas selecionam 21 doces e colocam-nos à votação dos portugueses e portuguesas durante sete meses. A votação que virá a eleger os preferidos dos portugueses e portuguesas é disponibilizada, via internet, telefone e *SMS* (*Short Message Service*), entre outros meios.

Mas, nesta seleção, estão variáveis que vão para além do que é supostamente controlável, tais como a criatividade e as emoções, pois, os votantes, em princípio, e aqueles a quem se apela para serem criativos, são de nacionalidade portuguesa.

As pessoas criativas não são feitas de materiais especiais. Todos têm potencial criativo e, segundo alguns autores, o expectável é que sejam todos efetivamente criativos. Mas assumir que todos são criativos não é esclarecedor e não é isso que se pretende acerca de uma temática tão importante para a sobrevivência social.

Aliás, neste contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNITED NATIONS, 2015), é uma agenda ambiciosa que tem como objetivo máximo erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável até 2030. Quando adotou a nova Agenda em setembro de 2015, a comunidade internacional reconheceu que a educação era essencial para o sucesso de todos os seus 17 objetivos. As ambições para a educação são essencialmente expostas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que propõe: assegurar uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, até 2030. Através da Declaração de Incheon, adotada no Fórum Mundial de Educação, em maio

de 2015, a UNESCO (2014), como agência especializada e dedicada, no seio das Nações Unidas, à educação, foi encarregada de liderar a agenda da Educação 2030 com seus parceiros.

Na linha daquele objetivo, a Declaração de Incheon para a Educação 2030 (UNESCO, 2014) estabelece uma nova visão para a educação, segundo a qual, até àquela data, dever-se-ia garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover a sustentabilidade do desenvolvimento, incluindo, entre outros, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da cultura.

Desta forma, questionamos até que ponto a necessidade de utilizar a criatividade do modo habitual "obriga" a conceber este fenómeno em termos mais maleáveis, mais realizáveis e mais acessíveis ao nível das competências pessoais - sejam elas profissionais ou emocionais - e, ao mesmo tempo, em que medida a não exigência da atividade criativa no cotidiano dos indivíduos não lhes permite gerar "criatividade" como um fenómeno mais distante e inatingível, uma vez que é mais "selado" no seu mundo profissional. É desta ideia que surge a elaboração do nosso objetivo geral. Neste trabalho, tentamos explorar como os conceitos de criatividade e emoção são articulados, levando em conta realidades psicossociais diferentes.

1.1 Criatividade

Os primeiros trabalhos teóricos sobre a criatividade e as narrativas introspetivas de indivíduos criativos demonstraram que a criatividade e as emoções estão relacionadas de diferentes formas.

A complementaridade dos benefícios que a criatividade proporciona tanto pessoal, como socialmente, é clara, no entanto, ainda há uma falta de concordância na definição da criatividade, bem como a forma como ela pode ser medida e desenvolvida (COSTA-LOBO, MONTEIRO, STOLTZ, VÁZQUEZ-JUSTO e CABRERA, 2018). Atualmente a criatividade é considerada uma competência fundamental para a subsistência do próprio indivíduo, que necessita de ser desenvolvida e explorada nas suas diferentes dimensões bem como os processos que a envolvem (GARCÊS et al, 2015). Ainda estes autores (GARCÊS et al, 2015) referem a dificuldade que existe em se encontrar uma definição da criatividade, pois, envolve considerações sobre a pessoa, o processo, o meio social e o produto. Consideramos necessário validar as evidências que nos dão conta da relevância social da criatividade a partir de uma visão complexa e transdisciplinar em todos os âmbitos. A perspetiva de alguns investigadores

que ensinam a criatividade pode ser um valioso suporte para a sua aplicação social (HERRÁN e CABRERA, 2014).

Portanto, consideramos de especial relevância movimentos mais emergentes em torno da complexidade e transdisciplinaridade (CABRERA, 2009; CABRERA, 2015; CABRERA, 2018, CUEVAS, 2009; COSTA-LOBO, CAMPINA e MENEZES, 2017), desde o enfoque transdisciplinar e eco-sistémico (TORRE, 2006) e o complexo-evolucionista ou radical e inclusivo (HERRÁN, 2003, 2005, 2014). Considerar a criatividade segundo uma visão transdisciplinar e eco-sistémica supõe considerá-la integrando todos os significados desta até agora estudados por diferentes disciplinas (psicologia, pedagogia, filosofia, sociologia); e englobar novas visões científicas (neurociência, neurocardiologia, física quântica) e mais alguma, ou seja, considerando outros campos do saber que enriqueçam a sua aplicação. Por outro lado, a complexidade como elemento emergente nos estudos sobre criatividade, não seria condição suficiente para distinguir a criatividade como "um adjetivo de" (pessoas, processos, produtos e ambientes).

1.2 Emoção

O conceito de emoção entende-se como uma categoria genérica que reagrupa as noções de estados emocionais, de humor e de características emocionais individuais (COSTA-LOBO e CABRERA, 2017). Entenda-se por estado emocional uma reação curta e intensa, em resposta a um estímulo externo, que está constituído por componentes de tipo fisiológico, comportamental e cognitivo. O humor pode-se definir como uma disposição afetiva dominante e duradoura no tempo.

Note-se que o estado emocional e o humor não são experiências estritamente independentes, pois um certo humor pode facilitar o surgimento de um estado emocional (EKMAN, 2016), assim como o estado emocional pode prolongar-se sob a forma de humor (FRIDJA, 2007). As características individuais do sujeito, por sua vez, influenciam o modo como apreende as emoções, assim como uma forma ou como uma vivência, um estado emocional ou o humor. Como características individuais entende-se as noções emocionais como quantidade de emoções, a atenção ou alcance das emoções, a intensidade afetiva, a expressividade emocional e a natureza idiossincrásica das emoções sentidas.

Outros conceitos estão relacionados com o conceito de emoção. Vejamos, por exemplo, a noção de sentimento, que corresponde a uma disposição emocional para com um objeto,

pessoa ou evento em particular (FRIDJA, 2007). Os sentimentos diferem das emoções porque são menos intensos, mais duradouros e não estão acompanhados de manifestações orgânicas intensas. Para Damásio (2004, p. 32), os sentimentos não são uma mera "decoração das emoções...". A emoção e as diferentes reações relacionadas estão alinhadas com o corpo, os sentimentos estão alinhados com a mente.

Outro conceito a considerar é o de inteligência emocional (MAYER, SALOVEY e CARUSO, 2003) que reagrupa a capacidade de perceber as emoções, o conhecimento dessas emoções e a capacidade de controlar as situações emocionais, respondendo de forma adaptada.

No século XXI, a criatividade entende-se como o ato de viver que origina coisas novas e que se renova em experiências singulares, como uma força rítmica ou cíclica, pois cada indivíduo personifica uma aventura criativa da sua existência. Pensamos que a mistura de emoções que cada um dos criadores vive e sente em cada momento da criação é determinante no resultado, isto é, na criação (CABRERA e HERRÁN, 2014).

Sem dúvida que todos somos seres criativos, embora a maior parte das pessoas não se aperceba. A criatividade é uma estratégia usada inconscientemente por alguns, mas pode ser despertada e usada conscientemente por todos. O nosso cérebro descobre, inventa, experimenta, associa e com isto cria e reinventa novas possibilidades que modificam constantemente o meio, quer seja para o bem ou para o mal.

O pensamento criativo é, portanto, exequível para qualquer pessoa, e qualquer um pode conhecer os resultados criativos (SIMONTON, 2000).

Criar é estar carregado de emoções num lugar comum, no momento adequado e com os recursos necessários para realizar descobertas interessantes que mereçam ser consideradas efetivamente criativas (CSIKSZENTMIHALYI, 1998).

1.3 Impacto social da criatividade

Na vertigem em que o tempo transcorre, a ideia das cidades, aldeias ou vilas criativas parece ter décadas. Lentamente, embora mais lento numas localidades do que noutras, constrói-se a perceção de que a criatividade pode ser a chave para um futuro personalizado e, por isso mesmo, inconfundível. Nas duas últimas décadas têm-se multiplicado os estudos, os projetos, as expectativas e as iniciativas. Todos os territórios, em todas as escalas e não importa com que condicionantes, buscam a materialização de tão sedutor conceito, indutor de emprego qualificado, identidades "refrescadas" e novas oportunidades de investimento.

Parte destas localidades são hoje *hotspots* políticos, financeiros e produtivos com uma capacidade enorme de se autorreproduzirem a partir da sedução exercida sobre quem quer vingar nestes domínios. As leis da física, que tradicionalmente têm sido convocadas por alguns modelos de incidência territorial – modelos gravitacionais diversos, teoria dos lugares centrais de Christaller, entre outros – continuam a demonstrar a sua utilidade na explicação da autossustentação do poder urbano a partir do jogo das mobilidades das massas demográficas (turismo) com consequentes resultados económicos, políticos e sociais para as cidades.

Os valores urbanos (e não só as cidades) materializados nos conceitos de paisagem, democracia e abertura são os produtos maiores de uma utilização correta daqueles ingredientes.

As localidades, enquanto nós estratégicos e complexos de interação contínua de elementos materiais e imateriais tornam-se centros catalisadores de conhecimento e ambientes de excelência para a criatividade e inovação e autossustentação.

Embora sejam recorrentemente utilizados como sinónimos, existem diferenças importantes entre estes dois conceitos que importa sublinhar. A criatividade, neste caso, de acordo com Nieh (2005), é entendida como a capacidade de gerar ou ligar novas ideias, tornando-se num tipo de vantagem competitiva para as organizações e regiões. Esta criatividade também denominada genérica é ainda distinta da "criatividade artística", mais relacionada com práticas criativas ligadas às artes, ao design e aos média. A inovação, conforme é concetualizada no Manual de Oslo (OCDE, 2005) assenta na ação, ou seja, na implementação de novos (ou de melhorias significativas em) produtos, serviços ou processos. Assim, a capacidade de inovação não se fica pela geração de ideias, envolvendo-se na sua aplicação a esses novos produtos, serviços ou processos.

Em muitos casos, a implementação de estratégias de localidades criativas surge como resposta a um declínio industrial, emigracional ou comercial (TRIP e ROMEIN, 2010). Como tal, a localidade criativa surge dependente do seu próprio percurso de desenvolvimento e das suas raízes, mas também associada aos seus ativos tangíveis e intangíveis, como a qualidade do lugar, o contexto político e cultural, o ambiente construído, a estrutura económica ou a comunidade local (SELADA, CUNHA e TOMAZ, 2012). Desta combinação nasce o seu carácter único, distintivo e identitário essencial a um projeto de futuro que não seja meramente uma operação de *branding*. Importa salientar que o modelo de *quadruple hélix* está diretamente alinhado com a visão da Estratégia Europeia 2020, que tem como objetivo um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, implicando mudanças no sentido de uma melhor articulação entre os diversos atores. A visão colaborativa em que assenta o conceito de localidade criativa

é convergente com a teoria de *Creative placemaking* de Markusen e Gadwa (2010), onde os setores públicos, privado, não lucrativo e a comunidade colaboram estrategicamente para dar forma física e cunho social aos bairros, vilas, aldeias e cidades em torno das atividades culturais, do património material ou imaterial, associativas e criativas.

Dois exemplos a realçar são a eleição da Vila de Óbidos (Centro Litoral de Portugal) e da cidade Idanha-a-Nova (Centro Interior de Portugal) designadas pela UNESCO (2014), como cidades criativas na área da literatura e da música, entre as mais 116 cidades em todo o mundo. Verificou-se um incremento de turismo e abertura de novos espaços comerciais, nessas cidades, onde se comprova que é uma estratégia de desenvolvimento do território que pretende demonstrar que é possível considerar agendas alternativas de desenvolvimento cultural em cooperação direta com a economia, planos sociais (incremento de vida cultural) e até a reabilitação urbana.

2 Metodologia

2.1 Objetivos e problemática do estudo

Os objetivos norteadores deste estudo são: a) investigar como os conceitos de criatividade são articulados com os emocionais, levando em consideração a diferença de género; b) definir criatividade; c) organizar o conceito de criatividade de acordo com a experiência profissional e social; d) verificar de que maneira as competências profissionais, se articulam com a criatividade; e) explorar e determinar competências profissionais semelhantes e diferentes em grupos profissionais criativos e não criativos; f) avaliar o impacto social de como os dois tipos de grupos profissionais (criativo versus não criativo) organizam o conceito de criatividade e como esse conceito difere entre eles.

Ou seja, o objetivo geral deste estudo é investigar como os conceitos de criatividade são articulados com os emocionais, levando em consideração diferentes realidades psicossociais. Uma vez que pretendemos verificar se as pessoas organizam o conceito de criatividade de acordo com a experiência profissional e social.

Atendendo às especificidades dos objetivos, a questão a investigar é: qual o impacto social da criatividade dos portugueses e das portuguesas em relação ao seu património?

O estudo é de natureza qualitativa, pois "os métodos qualitativos não podem ser encarados como independentes do processo de investigação e da questão a estudar" (FLICK, 2005, p. 19).

No estudo de casos múltiplos, como aqueles que aqui se apresentam, os casos constituem-se subcasos dentro do caso holístico e são casos que podem ajudar a reforçar as descobertas de todo o estudo, uma vez que os casos múltiplos podem ser escolhidos como replicações de cada caso, como comparações deliberadas e contrastantes, ou variações com base em hipóteses (YIN, 2003). Utilizaremos o termo *unidade de referência* como unidade que pode ser a frase ou o conjunto de palavras que façam sentido e tenham significado (AMADO, COSTA e CRUSOÉ, 2013).

2.2 Caracterização da amostra

Como universo de estudo, queríamos representar a população trabalhadora portuguesa; isto é, o universo de indivíduos maiores de idade antes da idade da reforma. Começamos por realizar uma análise descritiva do total da população pesquisada, seguindo a descrição do grupo de sujeitos que trabalham em áreas criativas, e depois o grupo de profissionais não criativos.

Ambos serão caracterizados em diversas variáveis como género, idade, estado civil, número de filhos, área e nível de experiência, área e situação profissional, entre outros.

Ressaltamos que os assuntos que fazem parte do grupo de profissionais criativos foram selecionados com base num estudo relatado pela UNESCO (2006), entendendo as Indústrias Criativas: estatísticas culturais para elaboração de políticas públicas, enquanto profissionais não-criativos seriam indivíduos com qualquer outra profissão não mencionada nesta lista. Desta forma, as classes de profissões consideradas englobadas na indústria criativa são as seguintes: a) publicidade; b) arquitetura; c) mercado de arte e antiguidades; d) artesanato; e) projeto; f) design de moda; g) filme e vídeo; h) software de entretenimento interativo; i) música; j) engrenagem cénica; l) edição; m) software e serviços de computador e n) televisão e rádio. Por meio de uma metodologia de "concordância entre juízes", as profissões indicadas pelos participantes foram incluídas numa categoria (participantes considerados "criativos") ou fora dessa categoria (participantes considerados "não criativos"). As profissões que não foram categorizadas como pertencentes à indústria criativa estão principalmente relacionadas aos setores de Serviços, Indústria, Administração Pública e Administração Privada.

A amostra tem uma faixa etária muito alta. Cento e oitenta e sete participantes têm idade entre 18 e 25 anos, 331 assumem uma idade que varia entre 26 e 30 anos. Com mais de 41 e menos de 50 anos, temos 158 participantes. Há 39 participantes que possuem entre 51 e 55 anos, e os 36 restantes têm mais de 55 anos de idade.

A maioria dos participantes é solteira (622 participantes). Trezentos e oitenta e dois participantes são casados, 112 vivem em união de facto. Da população da amostra há 96 participantes divorciados, 15 separados e 2 viúvos. A área de formação da nossa população é muito variada. A título de exemplo, há quarenta e sete participantes da área de educação, duzentos e sessenta sujeitos da área de artes e humanidades, trezentos e cinquenta e três com formação na área das ciências sociais, do comércio e do direito.

Na amostra, existem variadas situações de trabalho. Cento e oitenta e três participantes estão sob contrato temporário, 58 têm um contrato indefinido, enquanto 455 participantes são fixos. Vinte e cinco participantes estavam desempregados no momento da pesquisa e 18 são estagiários. Ainda existem 305 profissionais autónomos, isto é, trabalhadores independentes. A amostra contém 600 mulheres e 630 homens.

2.3 Recolha de dados

O processo de coleta foi retirado de uma base de dados que continha uma questão aberta realizado a partir de uma plataforma criada para esse fim, contendo três questões: criatividade: conceito e origens, que incluía TMMS-24 -Trait Meta-Mood Scale, uma Escala de Avaliação de Competências Profissionais, a Ryff Wellness Scale e, finalmente, o Eysenck Questionnaire of Personality.

As 1230 respostas à questão aberta “o que é a criatividade”, foram introduzidas num software designado webQDA® (COSTA, MOREIRA e SOUZA, 2019), de apoio à análise qualitativa e analisadas por um dos investigadores, autor deste estudo.

3 Análise dos dados

É relativamente à questão aberta que irá versar a nossa análise. Como metodologia procedeu-se à análise de conteúdo das 1230 respostas. Posteriormente, e sempre que possível, visando a comparação e triangulação dos dados, procedemos à análise comparada entre os resultados obtidos.

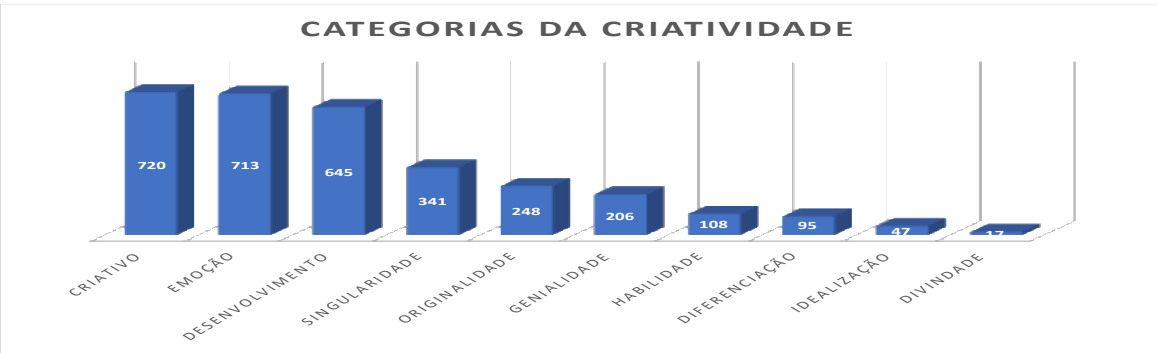
Tendo em conta os objetivos do estudo, procuramos realizar uma descrição pormenorizada e rigorosa, de forma a garantir a validação ou a credibilidade do estudo qualitativo (AMADO, COSTA e CRUSOÉ, 2013). Consideramos a "necessidade de estabelecer algumas estratégias. Entre elas, destacamos a triangulação das várias fontes recolhidas, ou seja, olhar para o mesmo fenómeno de diferentes ângulos" (SÁ e COSTA, 2016, p. 9); optámos ainda por privilegiar a triangulação de dados – modalidade que comprova se as informações recolhidas são confirmadas por outra fonte (teórica), e recorremos à transparência de todo o processo que garante o mérito, a credibilidade e a confiabilidade da investigação (DE SOUZA, COSTA, DE SOUZA, 2015, p. 151), solicitando o apoio de 3 experts, autores deste estudo.

3.1 Análise das categorias

Tendo principiado com uma "leitura flutuante" (BARDIN, 2015), a fim de estabelecer um primeiro contacto com os documentos, seguiram-se posteriores leituras – dada a riqueza e extensão do *corpus* analisado. Após esta fase, começaram a emergir as grandes categorias, de forma indutiva, conforme os objetivos pré-estabelecidos, o quadro teórico e o resultado da leitura das respostas à questão aberta.

Recorrendo ao software webQDA®, incluímos os dados da questão aberta nas fontes internas. Questionamos as 20 palavras mais frequentes, condicionando a leitura a um mínimo de 6 letras, e as mais referidas foram: "Criativo" (720vezes); "Emoção" (713vezes); "Desenvolvimento" (645vezes); "Singularidade" (341vezes); "Originalidade" (248vezes); "Genialidade" (206vezes); "Habilidade" (108vezes); "Diferenciação" (95vezes); "Idealização" (47vezes) e "Divindade" (17vezes).

Gráfico 1- *Categorias da Criatividade*



Fonte: Autores

De seguida, procedeu-se à codificação, onde confirmamos a dimensão da nossa análise: Criatividade e Emoção, bem como os restantes vértices sobre os quais assenta o nosso estudo: ser criativo é: ter emoção..., é estar em desenvolvimento perante...; é ser singular...; é ser original...; é ser genial...; é possuir uma habilidade diferente ...; é ter uma visão de diferenciada ...; é ser idealista ...; é ser divino ...".

Tínhamos consciência das características próprias da comunidade e o número reduzido de estudos sobre o tema específico. Assim, importava a criação de uma matriz de coerência interna, (ver tabela 1) que proporcionasse uma análise homogénea e visasse três objetivos: (a) não perder de vista a questão de investigação; (b) permitir uma triangulação e comparação entre os vários *corpora* de dados; (c) possibilitar a comparação entre contextos. A matriz então criada demonstrou-se facilitadora destes objetivos e apresenta-se a seguir:

Tabela 1. *Coerência interna da investigação para a Dimensão "Criatividade"*

Questão de investigação	Objetivo de investigação	*Corpus* de dados	Tipos de Análise	Observações e Expectativas
Qual o impacto social da criatividade dos portugueses e das portuguesas em relação ao seu património.	Investigar como os conceitos de criatividade são articulados com os emocionais, levando em consideração a diferença de género; Definir Criatividade; Organizar o conceito de criatividade de acordo com a experiência profissional e social; Verificar de que maneira as competências profissionais, se articulam com a criatividade; Explorar e determinar competências profissionais semelhantes e diferentes em grupos profissionais criativos e não criativos; Avaliar o impacto social de como os dois tipos de grupos profissionais (criativo versus não criativo) organizam o conceito de criatividade e como esse conceito difere entre eles.	Questão aberta	Análise de Conteúdo	Se a criatividade é um fenómeno social, será difícil encontrar uma relação próxima entre esse fenómeno e as características de personalidade dos indivíduos e esperamos que sejam independentes. Quando pensamos que a criatividade é um componente integral do mundo do trabalho de muitos indivíduos, seria interessante descobrir até que ponto esse fenómeno requer o desenvolvimento que outros tipos de trabalho não exigem, explorando competências profissionais, o impacto social semelhante em diferentes em grupos profissionais criativos e não criativos. Também pretendemos avaliar o impacto social de como os dois tipos de grupos profissionais (criativo versus não criativo) organizam o conceito de criatividade e como esse conceito difere de género.

Fonte: Autores

4 Análise e discussão dos resultados

Este ponto do trabalho é dedicado à reflexão que fazemos dos resultados que consideramos relevantes para estudarmos os nossos objetivos, depois de questionarmos as categorias obtidas e obtermos as correspondentes matrizes de correlação (ver tabela 2).

Começaremos com a sistematização e reflexão sobre os dados encontrados. Vamos então refletir sobre algumas limitações que consideramos ter este estudo e outros obstáculos que não conseguimos superar.

Tabela 2- *Matriz das Unidades de referência da Criatividade correlacionadas Atividades e Género*

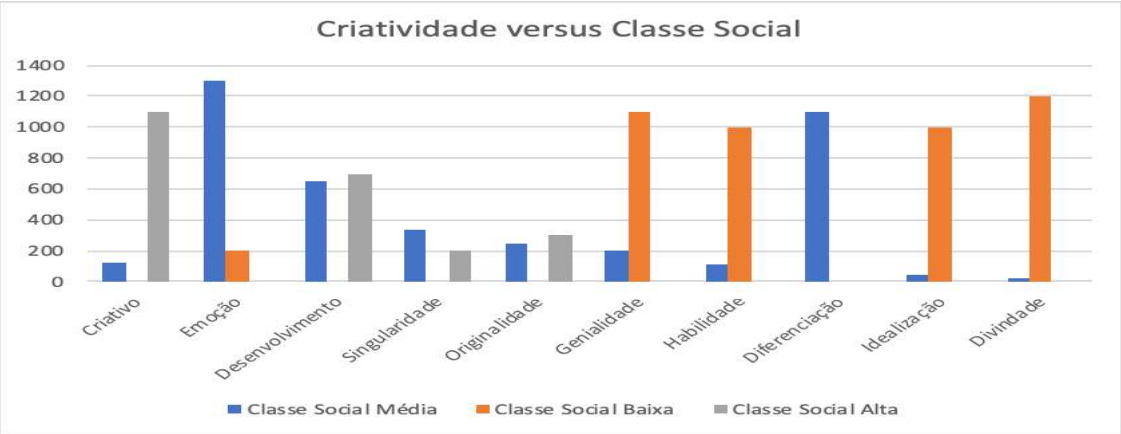
	Atividades Criativas	**Atividades Não Criativas**	**Género Feminino**	**Género Masculino**
Criativo	1200	800	900	1100
Emoção	2000	500	1200	1300
Desenvolvimento	600	1004	1300	304
Singularidade	520	280	500	300
Originalidade	508	500	507	501
Genialidade	1451	201	302	1350
Habilidade	1002	1009	1001	1010
Diferenciação	1001	1100	900	1201
Idealização	47	175	20	202
Divindade	1287	803	990	1100

Fonte: Autores

O principal objetivo de nosso estudo foi investigar as representações do conceito de criatividade, em que os pontos são compartilhados e diferenciados em grupos formados por indivíduos que exercem (ou não) profissões com exigência criativa. Escolhemos essa dimensão (profissão) de diferenciação de grupos, pois seria praticamente impossível distinguir entre indivíduos, os indivíduos "criativos" dos "não criativos".

De seguida, iremos analisar a influência do aspeto social na criatividade (ver gráfico 2):

Gráfico 2- *Criatividade versus aspeto social do indivíduo*



Fonte: Autores

Indivíduos profissionais criativos e não-criativos de classes sociais economicamente mais baixas consideram a criatividade uma divindade. Os indivíduos de classes sociais economicamente médias consideram a criatividade uma emoção e os das classes sociais economicamente mais altas consideram a criatividade uma noção de desenvolvimento criativo.

Portanto, existem três ordens de fatores causais da criatividade: características estáveis das pessoas, interação com o estado médio e subjetivo em que a pessoa está. Assim, as características estáveis estão relacionadas com características inatas e, portanto, não é possível alterá-las. A interação com o meio está relacionada ao desenvolvimento da criatividade através da experimentação, do teste de vários tipos de combinações, baseado nas relações entre pessoas e objetos. Este fator adivinha uma noção de desenvolvimento criativo, que poderá influenciar subjetivamente a sua opinião perante a arte. Finalmente, o estado subjetivo em que a pessoa se encontra no momento de dar a opinião acerca do ato criativo reforça a ideia de algo interior que faz parte dos indivíduos, uma coragem interior que se denota consoante o género e a sua atividade profissional.

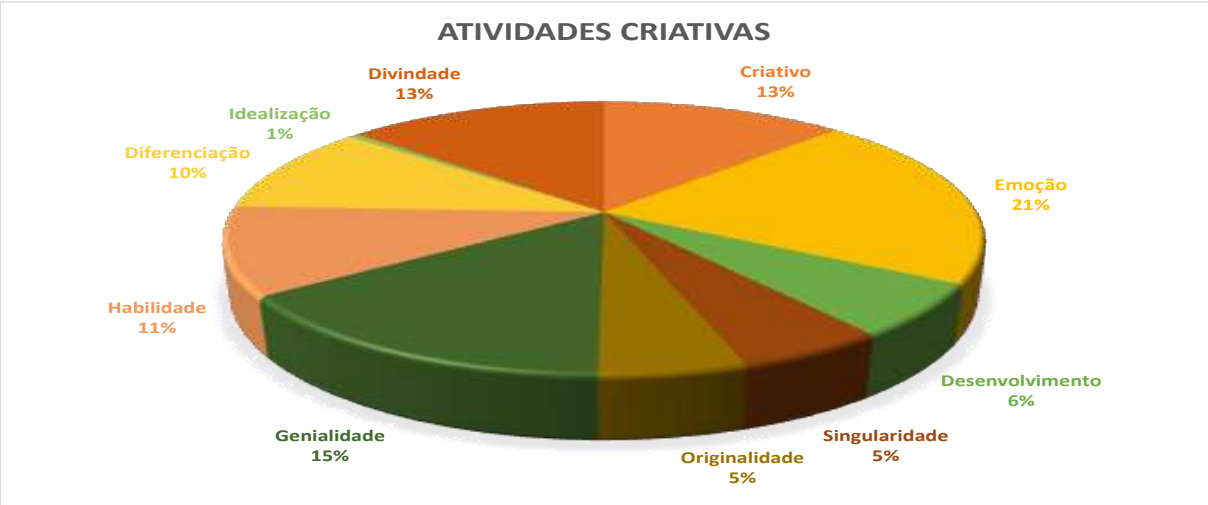
Não obtivemos correlação entre classe social e género relativamente à criatividade.

Pensamos que um dos resultados mais interessantes que obtivemos foi o fato de descobrir que a nossa população de indivíduos criativos considera que o desenvolvimento das emoções são claramente competências que devem ser adquiridas para o ato de criar. Para esses indivíduos, não faz sentido conceber "Criatividade" sem recorrer ao aspeto emocional dos indivíduos criativos (ver gráfico 3). E esse aspeto emocional, de acordo com os indivíduos criativos, é uma competência que pode ser desenvolvida e, portanto, alcançável e aprimorada no cotidiano dos indivíduos. Já indivíduos que não fazem atividades criativas associam o componente emocional a um conceito ligado a "divindade", "diferenciação", "habilidade".

Portanto, esses participantes associam emoções a componentes incontroláveis da personalidade dos indivíduos. Podemos especular que as emoções são dimensões que não podem ser trabalhadas e, portanto, não desenvolvidas para a rentabilidade do ato criativo.

Ambos os grupos profissionais organizaram a definição de criatividade em três dimensões; criatividade implica ser único (diferente, original), é um ato excecional (singular e divino), e isso requer o desenvolvimento de algumas competências fundamentais (habilidade, imaginação).

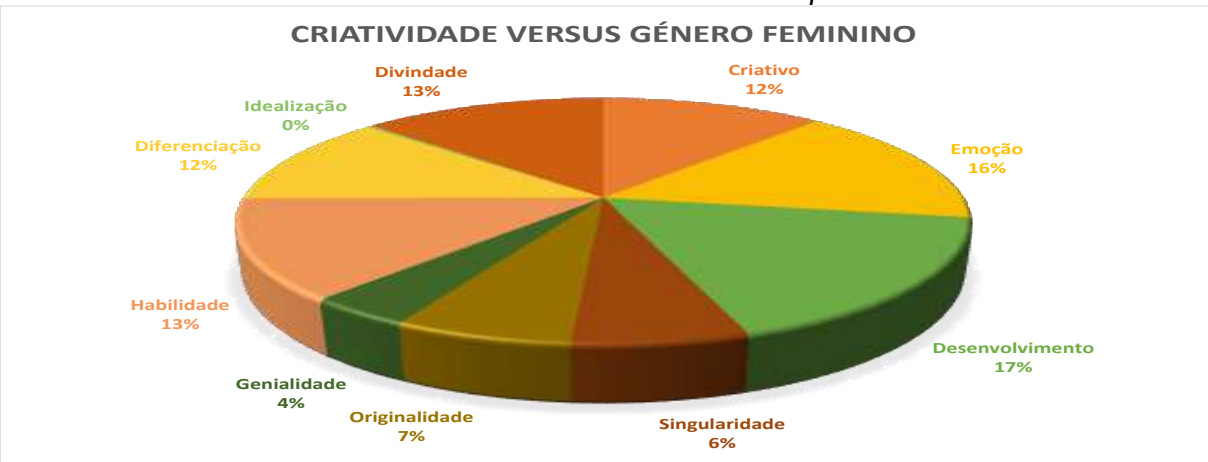
Gráfico 3 – *Criatividade versus Atividade criativa, atividade não criativa*



Fonte: Autores

Outro resultado também está ligado à forma como os indivíduos definem a criatividade e o que pensamos que devemos enfatizar está ligado ao fato de que indivíduos criativos não consideram que "ser criativo é ser genial", no caso dos homens (ver gráfico 5). No caso das mulheres (criativas) consideram que “ser criativo é ser emotivo” (ver gráfico 4). Parece que para esses indivíduos a Criatividade pode ser trabalhada, desenvolvida de um modo melhor ou pior, ou sentida, disponíveis para todos os indivíduos, já que não é uma característica inatingível. Já os indivíduos que não trabalham com criatividade consideram que esse componente é determinante para a criatividade ocorrer.

Gráfico 4 – *Criatividade versus Género feminino*

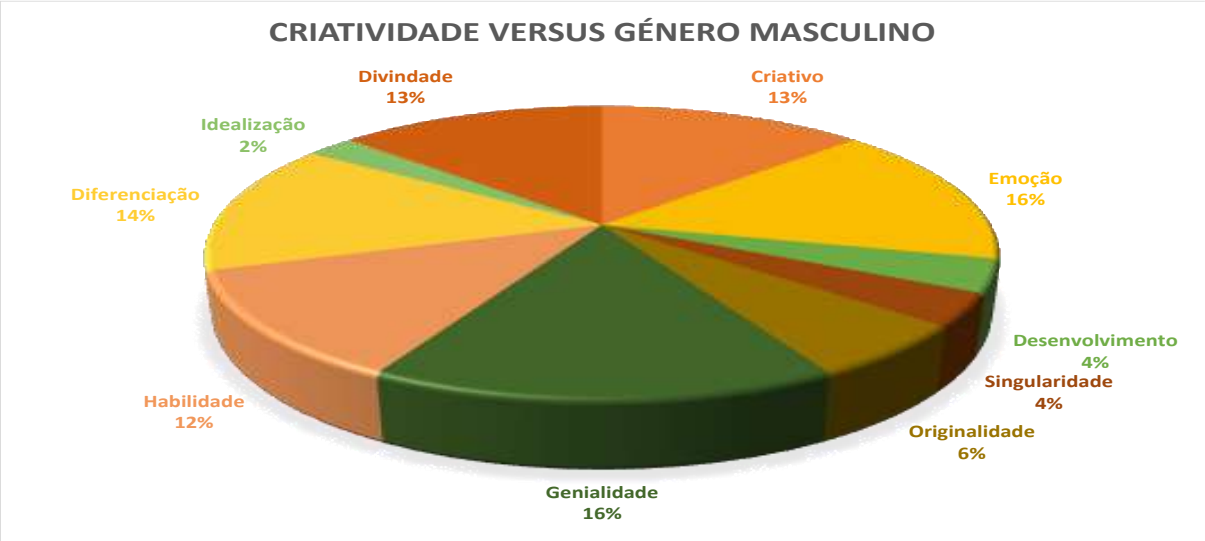


Fonte: Autores

Assim, parece que os indivíduos que não lidam com atividades criativas associam esse tipo de atividade a uma representação mais relacionada a "talento, desenvolvimento", "dom" inato e incontrolável, e que, portanto, está apenas ao alcance de uma elite de pessoas, no caso dos homens, no caso das mulheres colocam esse tipo de atividade como algo “divino”. Essas causas não nos permitem perceber se os indivíduos realmente acreditam que a criatividade pode

ser desenvolvida (e de que maneira), ou corresponde a um ato incontrolável (ou inato), porque neste mais observável nos homens do que nas mulheres, uma vez que estas continuam a considerar que criatividade é emoção.

Gráfico 5 – *Criatividade versus género masculino*



Fonte: Autores

Os resultados mais notáveis em relação a essa questão referem-se ao facto de não haver concordância de género entre indivíduos criativos no sentido de privilegiar a ideia de que a criatividade pode-se desenvolver, trabalhar, vivenciar consistentemente na vida cotidiana e ao longo da vida. Assim, uma cidadania socialmente criativa e inovadora deverá ser capaz de gerar novas ideias em resposta às necessidades sociais emergentes e transformar essas ideias em práticas e ações.

5 Considerações finais

A criatividade é mesmo daqueles indivíduos que não precisam disso assiduamente. Se quiséssemos localizá-la a partir de nossos resultados, poderíamos dizer que parece ser um objeto especialmente interessante para as mulheres, para pessoas de classe social de nível superior, para indivíduos mais extrovertidos e para a maturidade em termos de inteligência emocional. Seja como for, para os indivíduos que a usam menos assiduamente, a criatividade adquire uma mística de fantasia, sonho e divindade, "ser criativo é ser excepcional ...". Mas a criatividade é também para quem a experimenta. E nesses indivíduos adquire uma existência mais poderosa, uma vez que tem uma existência socialmente compartilhada e mais estável. O conceito de criatividade compartilhada é para quem se apropria e para quem tem que lidar com ela todos os dias. A representação compartilhada deste objeto aparece em quem precisa de usá-

lo. Indivíduos que trabalham em profissões que exigem criatividade são indivíduos que provavelmente tiveram a necessidade de compartilhá-la e de interiorizá-la, para estes, torna-se facilmente um objeto concreto e com existência real (social).

No entanto, este é um objeto que requer o desenvolvimento de competências específicas, fundamentalmente ligadas à emoção. Os criativos usam as suas emoções, fraquezas e forças emocionais no sentido de potencializá-las, tal como apresentam outros estudos (CABRERA, 2018; CABRERA, 2015; CUEVAS, 2009; SOUSA PEREIRA, 2009; COSTA-LOBO, 2018; COSTA-LOBO e CABRERA, 2017; COSTA-LOBO, CAMPINA e MENEZES, 2017; VÁZQUÉZ-JUSTO, SOUSA PEREIRA, COSTA-LOBO, FERNANDES e MAGALHÃES, 2018).

Queríamos qualificar o conceito de criatividade. Reunimos variáveis, exploramos resultados e associamos várias medidas. Mesmo no que parece mais simples, isto é, o significado de criatividade, encontramos algumas dificuldades. Não podemos indicar o seu significado univocamente.

Este estudo não apresenta uma definição objetiva nos resultados, ou porque foi mal planeado, ou mesmo desajustado. Porém, admitimos que não há resposta para essa pergunta.

A criatividade adapta-se às necessidades dos contextos em que se destaca. É ela que muda e se transforma, se torna flexível e é dinamizada constantemente. A criatividade em si é criativa na sua essência.

Se por um lado, se torna complexo o ensino desta variável, por outro, como se garante que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover a sustentabilidade do desenvolvimento, incluindo, entre outros, a promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da cultura.

O que torna um aviso para os reguladores de concursos onde entra esta variável, uma vez que ela é mutável e assim poderá criar um impacto social não desejável com os resultados.

No caso concreto do Concurso das 7 maravilhas de Portugal, estes resultados, aleatórios, não controláveis e mutáveis, poderão acarretar nefastas consequências económicas, políticas e socias para quem não é o selecionado, uma vez que não nos podemos esquecer das recomendações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no sentido de erradicar a pobreza através do desenvolvimento sustentável até 2030 e a Declaração de Incheon para a Educação 2030 que estabelece uma nova visão para a educação, visando que em 2030, seja possível garantir conhecimentos e habilidades necessários para promover a sustentabilidade do desenvolvimento, incluindo, entre outros, estilos de vida sustentáveis e de cidadania global.

6 Limitações do estudo

Além das nossas reflexões sobre as limitações do nosso estudo, acreditamos que haveria um "mundo" de coisas para investigar sobre esse assunto. É muito interessante conhecer as representações que os indivíduos têm sobre criatividade e os seus fatores de desenvolvimento. Mas também seria extraordinário saber o que realmente é criatividade. Isso implicaria um acesso mais concreto ao objeto em estudo (criatividade) que não foi profícuo. É verdade que há muita pesquisa sobre esse assunto.

A criatividade é de fato um tema "escorregadio". Os nossos resultados reforçam a ideia de que é um conceito dinâmico, em constante mudança, e que parece adquirir significados diferentes de acordo com as realidades sociais estudadas. Não existe uma definição única, consensual, de que criatividade é "apenas". Em seguida, deixamos a mesma pergunta que constantemente nos perguntamos: "A criatividade é ...?", para podermos de fato responder à nossa questão de investigação: Qual Impacto Social da Criatividade ...

De facto, todas as limitações, em vez de meras descrições do que não são superadas, correspondem às nossas reflexões - muitas delas vêm de preocupações que tivemos desde o início - que não só levaremos em conta em pesquisas futuras, mas que também, esperamos, sirva de exemplo para outros pesquisadores que comecem a trabalhar neste tópico.

7 Referências Bibliográficas

AMADO, J., COSTA, A. P. e CRUSOÉ, N. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

BEPA. **Empowering People, Driving Change: Social Innovation in the European Union**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2010.

CABRERA, J. Creatividad hoy. Una evolución hacia mayores niveles de conciencia y complejidad. **Revista Educación y Futuro**, v. 21, 15-42, 2009.

CABRERA, J. Creatividad, complejidad y formación: Un enfoque transdisciplinar. **Revista Complutense de Educación**, v. 26, n. 3, 505-526, 2015.

CABRERA, J. Epistemología de la creatividad desde un enfoque de complejidad. **Revista Educación y Humanismo**, v. 20, n. 35, 113-126, 2018.

CABRERA, J. e HERRÁN, A. Creatividad y complejidad en la formación universitária. **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 66, n. 1, 1-23, 2014.

COSTA-LOBO, C. e CABRERA, J. Teacher training: the relevance of creativity in school. In

Paulo Alberto da Silva Pereira e Osman Titrek, Gozde Sezen- Gultekin (Eds.), **Proceedings of 3rd international conference on lifelong education and leadership for all** (156-165), Porto (Portugal), 2017.

COSTA-LOBO, C., CAMPINA, A., e MENEZES, J. Criatividade nas realidades educativas: considerações teoréticas. **Revista Diálogos Possíveis**, v. 1, 2 – 23, 2017.

COSTA-LOBO, C., COIMBRA, D. C., e ALMEIDA, L. S. La pertinencia de la creatividad en la escuela: evaluar el potencial creativo de los alunos. **Libro de actas del 5th international congress of educational sciences and development**, 25-27 de Mayo de 2017, Santander, Spain, 2017.

COSTA-LOBO, C., MONTEIRO, F., STOLTZ, T., VÁZQUÉZ-JUSTO, E. e CABRERA, J. Intervenção psicológica na criatividade: resultados de revisão sistemática quantitativa de uma década de literatura**. Diálogos possíveis**, v. 17, n. 1, 3-25, 2018.

COSTA, A., MOREIRA, A. & SOUZA, F. **webQDA (version 3.1) - Qualitative Data Analysis**. Aveiro University and MicroIO, Aveiro – Portugal, 2019.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Creatividad: El fluir y la psicología del descubrimiento y la invención**. Barcelona: Paidós, 1998.

CUEVAS, J. Creatividad hoy: una evolución hacia mayores niveles de conciencia y complejidad. **Educación y Futuro**, v. 21, 15-42, 2009.

DAMÁSIO, A. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

EKMAN, P. What scientists who study emotion agree about. **Perspectives on Psychological Science**, v.11, n. 1, 31-34, 2016.

FLICK, U. **Métodos Qualitativos na Investigação Científica**. Lisboa: Monitor, 2005.

FRIDJA, N.H. **The Laws of Emotion**. Lawrence Erlbaum: Mahwah, 2007.

GARCÊS, S., POCINHO, M., JESUS, S., VISEU, N., IMAGINÁRIO, S. e WECHSLER, S. Estudo de validação da Escala de Personalidade Criativa. **Revista IberoAmericana de Diagnostico Y Evaluavión Psilológica**, v. 40, n. 2, 17-24, 2015.

HERRÁN, A. de la. El Nuevo Paradigma Complejo-Evolucionista. **Revista Complutense de Educación**, v. 14, n. 2, 499-562, 2003.

HERRÁN, A. de la. El nuevo paradigma complejo evolucionista en educación. In A. de la Herrán, E. Hashimoto e A. Machado**, Investigar en educación. Fundamento, aplicación y nuevas perspectivas**, 481-571. Madrid: Dilex, 2005.

HERRÁN, A. de la. Enfoque radical e inclusivo de la formación. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 12, n. 2, 2014. Disponível em : http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol12num2/art8.pdf, Acesso em 20 de mar de 2019.

MARKUSEN, A., e GADWA, A. Creative Placemaking (White Paper) (p. 67). Washington, D.C.: **Mayors' Institute On City Design, National Endowment for the Arts**, 2010. Disponível em: http://www.nea.gov/pub/CreativePlacemaking- Paper.pdf, Acesso em 29 de mar de 2019.

MAYER, J., SALOVEY, P. e CARUSO, D. **Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence**

Test (MSCEIT) user's manual. Toronto (Canadá): MHS Publishers, 2002.

NIEH, D. Silicon Valley and Beyond: Towards an Architecture of Creative Communities. In Ng. Waikeen and J. Ryser (Eds), **Making spaces for the creative economy, the hague: international society of city and regional planners (ISOCARP)**, 10-25, 2005.

OCDE. Organização para cooperação e desenvolvimento económico. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. Rio de Janeiro: FINEP, 2005, 3ªed. Disponível em : http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4639.html, Acesso em 15 de mar de 2019.

SÁ, S. O., e COSTA, A. P. Critérios de Qualidade de um Estudo Qualitativo (Carta Editorial). **Revista Eixo**, v. 5, n. 3, 9-12, 2016.

SELADA, C., CUNHA, I. e TOMAZ, E. Creative -based Strategies in Small and Medium Sized Cities: Key Dimensions of Analysis**. Quaestiones Geographicae**, v.4, 43 -51, 2012.

SIMONTON, D. Creativity: Cognitive, personal, developmental, and social aspects. **American Psychologist**, v. 55, 151- 158, 2000.

SOUSA PEREIRA, P. **Creatividad y Emociones: una experiencia en organizaciones em Portugal**. (Tesis Doctoral, non publicada, 172 f.). Universidad de Cádiz: Cádiz, España, 2009.

SOUZA, N. de, COSTA, A. P., SOUZA, F. de. Desafio e inovação do estudo de caso com apoio das tecnologias. vol. 2. In F. de Souza, D. de Souza & A. P. Costa (Orgs.), **Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios**, (143-162), Oliveira de Azeméis, Aveiro: Ludomedia, 2015.

TORRE, S. Teoría interactiva y psicosocial de la creatividad, In S. de la Torre e V. Violant (Coords.), **Comprender y evaluar la Creatividad**, vol. 1 (123-154). Málaga: Aljibe, 2006.

TRIP, J. e ROMEIN, A. Creative City Policy: Bridging the Gap with Theory. **Eighth european urban and regional studies conference 'repositioning europe in an era of global transformation'**. Vienna: Vienna University of Economics and Business, 2010.

UNESCO. **Directrices de la UNESCO sobre la educación intercultural**, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147878_spa, Acesso em 17 de mar de 2019.

UNESCO. **Shaping the Future We Want: UN Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014) – Final Report, 2014**. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002303/230302e.pdf. Acesso em 17 de mar de 2019.

UNITED NATIONS. **The addis ababa action agenda of the third international conference on financing for development**, 2015. Dispinível em: http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/232/22/PDF/N1523222.pdf?OpenElement. Acesso em 18 de mar de 2019.

VÁZQUÉZ-JUSTO, E., SOUSA PEREIRA, P., COSTA-LOBO, C., FERNANDES, S. e MAGALHÃES, M. Creativity, perception and emotions. In L. Gómez Chova, A. López Martínez, I. Candel Torres (Eds.), **ICERI18 PROCEEDINGS**, (7014-7022). Sevilla, Spain, 2018.

YIN, R. K. **Case studies research: design and methods**. 3ª ed. Thousands Oaks: Sage, 2003.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO NAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS DO 1º CICLO: UM ESTUDO DE CASO NUM AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO NORTE DE PORTUGAL

Sofia Correia[1]
João Pascoinho[2]

Resumo: No âmbito do programa Nacional de promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), os Agrupamentos de Escolas / Escolas não Agrupadas Portuguesas foram convidadas a conceber Planos de Ação Estratégica (PAE) a implementar nos anos letivos subsequentes ao ano de conceção, apontando, assim, como um dos objetivos, na área da educação, a redução para metade do insucesso escolar, com especial incidência no ensino básico. Os planos de ação estratégica, como parte do PNPSE, procuram criar a oportunidade de (re)pensar a escola e (re)construir os caminhos de promoção do sucesso, constituindo um trilho de mudança. Deste modo, neste relatório lança-se um olhar analítico sobre as forças e/ou fraquezas do PNPSE na qualidade das aprendizagens dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no Agrupamento de Escolas de Infias. Revela-se imperativo conhecer as atitudes dos professores relativamente às novas ferramentas de promoção de sucesso educativo, já que a atitude gera motivação para a intervenção, moldando comportamentos e ações. Assim, foi utilizada uma metodologia qualitativa, com recurso à pesquisa arquivística e análise documental e à recolha de dados através do *focus group*. Os resultados deste estudo apontam para a relevância do programa, enquanto guia orientador e condutor do sucesso pleno das aprendizagens, no sentido de mobilizar os diferentes atores sociais de modo a criar sinergias entre os mesmos, potenciando a eficácia das medidas a implementar visando garantir uma educação de qualidade como resposta às novas exigências de uma sociedade do conhecimento e da competitividade, de modo a criar uma nova escola, uma escola a pensar no futuro.

Palavras-chave: PNPSE, sucesso Escolar, Qualidade das Aprendizagens.

---

[1] Especialização em Administração e Organização Escolar pelo Instituto de Estudos Superiores de Fafe (IESF). Licenciatura em Ensino Básico - 1º Ciclo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Bacharelato em Professores do Ensino Primário pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Professora do 1º ciclo do Ensino Básico no Agrupamento de Escolas de Infias. Email:sofiaatc@gmail.com

[2] João Carlos Pascoinho é Professor Adjunto no Instituto de Estudos Superiores de Fafe e Professor Coordenador do Curso de Formação Especializada em Administração e organização Escolar da Escola Superior de Educação de Fafe.ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0620-4250. Email: joaopascoinho@iesfafe.pt

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: Within the scope of the National Program for the Promotion of School Success (PNPSE), the Portuguese School / School Group Groups were invited to design Strategic Action Plans (PAE) to be implemented in the academic years following the year of conception, thus pointing out how one of the objectives, in the area of education, is to reduce school failure to half, with a special focus on basic education. Strategic action plans, as part of the PNPSE, seek to create the opportunity to (re) think about the school and (re) build the ways to promote success, constituting a path of change. In this way, this report takes an analytical look at the strengths and / or weaknesses of the PNPSE in the quality of the learning of students in the 1st Cycle of Basic Education, in the Grouping of Schools for Children. It is imperative to know the teachers' attitudes towards the new tools for promoting educational success, since the attitude generates motivation for intervention, shaping behaviors and actions. Thus, a qualitative methodology was used, using archival research and document analysis and data collection through the *focus group*. The results of this study point to the relevance of the program, as a guiding guide and driver of the full success of learning, in the sense of mobilizing the different social actors in order to create synergies between them, enhancing the effectiveness of the measures to be implemented in order to guarantee an education of quality as a response to the new demands of a society of knowledge and competitiveness, in order to create a new school, a school thinking about the future.

Keywords: PNPSE, School success, Quality of Learning.

Introdução

O trabalho que se irá realizar pretende analisar o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), enquanto documento orientador para a promoção do sucesso educativo.

Na perspetiva de Certã e Pereira (2015) há uma necessidade premente de nos focarmos na política educativa da escola, sendo que esta deve ter o sucesso educativo como missão estratégica fundamental. Em igual senda de pensamento, Amorim e Alves (2015) interrogam quais os fatores internos, de uma escola, promotores do (in)sucesso escolar, alertando para o facto de que é pertinente perceber de que forma as dinâmicas organizacionais e as lógicas de ação da escola influenciam os resultados escolares dos alunos" (Amorim & Alves, 2015: 577) . É neste sentido que surge a pertinência deste estudo na medida em que a atitude e intervenção dos professores são determinantes podendo "fragilizar os alunos mais desfavorecidos, como podem promover o seu sucesso, sendo a qualidade da escola e dos seus professores um fator decisivo para a aprendizagem" (Amorim & Alves, 2015: 576).

As diferentes iniciativas no âmbito do PNPSE, que assentam em pressupostos e indicadores europeus, orientaram-se pelo princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as suas fragilidades e potencialidades, delegando às escolas o trabalho de conceção e implementação de planos de ação estratégica dirigidos a problemas

educativos específicos, com definição de prioridades e metas, inspirando soluções locais inovadoras, atendendo sempre ao contexto onde se inserem. É deste modo que Moreira (2014) corrobora com esta política organizacional do governo e normativos europeus, em que valoriza todo o esforço que se tem feito, no contexto educativo português, de modo a concretizar as metas europeias. Foram desenvolvidas diversas iniciativas, diferenciadas pelas escolas, pretendendo a melhoria dos rendimentos escolares e a diminuição do abandono escolar, no entanto, para além desta melhoria, importa não desvalorizar "uma formação de excelência, uma escola com um sistema de ensino de qualidade, um sistema de avaliação exigente e uma escola funcional e dinâmica do ponto de vista organizacional" (Moreira, 2014: 65).

Para atingir o tão desejado sucesso educativo, a tutela criou o Programa Nacional de Promoção de Sucesso Escolar, que assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos.

Na prossecução da missão da Escola Pública que passa por garantir que todas as crianças e jovens têm acesso às aprendizagens que lhes permitem concluir a escolaridade com os saberes, as competências, as atitudes e os comportamentos necessários à vida em sociedade, o papel das escolas e dos professores é determinante, no âmbito da sua ação, já que a melhoria das práticas educativas é intrínseca à promoção do sucesso escolar para todos os alunos.

Neste sentido foi determinante a escolha desta temática para desenvolver o presente trabalho. Ao definirmos esta problemática torna-se necessário explanar a pergunta de partida. Estamos inevitavelmente a enquadrar a vertente do estudo a desvendar, a procurar as relações fundamentais que podem servir de explicação e a definir mais concisamente o objeto de estudo. Dado que, "para desempenhar corretamente a sua função, a pergunta de partida deve apresentar qualidades de clareza, de exequibilidade e de pertinência." (Quivy & Campenhoudt, 1998: 44). A análise do impacto do PNPSE implica a conjugação de muitos fatores, entre os quais: "a necessidade de formar e qualificar professores, a elaboração e adaptação de diferenciações de intervenção curricular, inovação e investigação educativa bem como a adaptação dos recursos humanos e materiais" (Bautista et al., 1997: 7).

Neste contexto, e para melhor compreender o PNPSE importa conhecer um caminho histórico, composto por estratégias de avanços e, também recuos, mas que procuraram modificar atitudes e práticas inovadoras.

1. Pedagogia do sucesso: construção de uma escola para o sucesso

1.1. A educação em Portugal no ano de 2015 - 2016

Conforme os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) referentes à taxa de retenção e desistência no ano letivo 2015/2016, ano de lançamento do PNPSE e dos planos de ação estratégica das escolas, a taxa média de retenção e desistência no Ensino Básico era de 6,6%, sendo uma taxa média de retenção e desistência elevada quando comparada com a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ainda, e no que respeita a este indicador, importa salientar o que acontece nos anos iniciais de ciclo do Ensino Básico. Assim, no ano letivo referido, a taxa média de retenção e desistência no 2.º ano atingiu os 8,9%, apesar deste indicador, no conjunto dos quatro anos do 1.º Ciclo, ter ficado pelos 3,7%; no 5.º ano fixou-se nos 6,8%, apresentando o 2.º Ciclo um valor de 6,7% e no 7.º ano alcançou os 12,6%, apesar do valor para o 3.º Ciclo ser de 10,0%.

Na perspetiva de Flores, Casas-Novas e Ferreira, responsáveis pelo estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE) denominado "Estado da Educação 2015", a quantidade das retenções constitui uma "forma interessante de medir o sucesso dos alunos e a capacidade de aprendizagem, dado que se considera que se os alunos repetem um ano é porque não alcançaram os mínimos da aprendizagem" (CNE, 2015: 229).

De modo a combater o abandono escolar precoce, "[…] a taxa de abandono de 13,7% registada em 2015 ainda é superior à média da UE28 (11%) e ao objetivo estabelecido para 2020 (10%)" (CNE, 2015:105), no entanto, verificou-se que "[…] a taxa de abandono de 13,7% registada em 2015 ainda é superior à média da UE28 (11%) e ao objetivo estabelecido para 2020 (10%)" (CNE, 2015:105), apesar de Portugal ter elaborado uma panóplia de medidas para melhorar a equidade na educação, com a finalidade de se reduzir as taxas de insucesso e de abandono escolares, que se situam ao nível da conceção do sistema educativo, das práticas escolares e extraescolares e da afetação de recursos, de acordo com as recomendações da OCDE, de 2008 e do Conselho da UE, de 2011, como a Intervenção Precoce na Infância e Educação Especial; Ação Social Escolar; Orientação Escolar e Profissional; Atividades de Enriquecimento Curricular; Rede de Bibliotecas Escolares; Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; Programa "Mais Sucesso Escolar"; entre outros.

Pesa embora estes indicadores, e fazendo justiça aos esforços e aos compromissos estabelecidos ao longo dos anos no que à educação respeita, com o intuito de progredir num percurso da quantidade para a qualidade, isto é, de uma escola de acesso a todos a uma escola de sucesso para todos, é, igualmente, pertinente atender à investigação comparada a partir das

bases de dados dos alunos portugueses que participaram nos sucessivos ciclos de testes do Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA).

A este respeito, as autoras do projeto de investigação "aQeduto: avaliação, qualidade e equidade em educação", Flores, Casas-Novas e Ferreira, concluem, utilizando uma diversidade de técnicas estatísticas, que o aumento em 8% dos resultados portugueses, entre 2000 e 2012, é relevante no contexto europeu, sendo Portugal um dos países que apresenta maior crescimento neste período, com a agravante de ser o país que mais reduziu o PIB per capita com a crise económica dos últimos anos. Ao longo deste período, aconteceram algumas mudanças estruturais no sistema que devem ser olhadas com atenção, nomeadamente a capacidade de obter bons resultados em escolas inseridas em meios socioeconómicos desfavoráveis. Este feito foi alcançado num ambiente em que os professores melhoraram as suas qualificações pedagógicas, aumentaram a sua motivação e, comparativamente a outros países, foram os que conseguiram manter o melhor relacionamento com os alunos. Também uma melhoria do Estatuto Socioeconómico e Cultural das famílias contribuiu para melhores aprendizagens, embora tenha havido uma estagnação a nível do estatuto profissional dos pais (CNE, 2015:227).

Os resultados animadores do PISA abrem caminhos de possibilidades que interessa trilhar, pois, como preconizam Raymond e Negassi (2015) na introdução da publicação da Fundação Francisco Manuel dos Santos "O Quinto Compromisso. Desenvolvimento de um Sistema de Garantia do Desempenho Educativo em Portugal", Portugal precisa que todas as suas escolas públicas ofereçam um ensino de excelente qualidade a todos os alunos. Não se trata de uma postura política ou de um cliché sem preceito: conforme as escolas evoluírem, assim evoluirá a futura força de trabalho e a sociedade em geral. O que os alunos assimilam e aprendem hoje projeta não só o seu futuro, mas o de toda a sociedade. A questão é globalizante: a população de Portugal caracteriza-se, hoje, pela possibilidade de uma constante mobilidade comparativamente a outra época da sua história, de modo que cada escola precisa de educar os seus alunos numa vertente crítica, responsável, fiável e consistente.

A realidade preconizada em cada escola, em cada sala de aula, é fundamental, não só hoje, mas nas próximas décadas. São necessárias melhores escolas para preparar a próxima geração para a formação contínua e/ou emprego. Elas são indispensáveis para melhorar as bases económicas do país. E são necessárias para marcar presença numa sociedade cada vez mais global (Raymond & Negassi, 2015: 9).

Nesta senda, também Azevedo (2011:1) defende que "A criação de percursos educativos de qualidade para cada um e para todos constitui o grande desafio da escola portuguesa neste início do século XXI. Um desafio que é, na realidade, um mandato social".

1.2. Os desafios na escola de hoje

A evolução histórica da educação pública em Portugal pode manifestar-se em cinco convenções, que no entendimento de Raymond e Negassi (2015) foram sendo construídos de sucessiva e cumulativamente, e contam uma história coerente da crescente consciência da centralidade da educação pública para o bem-estar social e financeiro de Portugal.

Assim, a primeira convenção teve como premissa que "Os alunos de todas as origens merecem a oportunidade de frequentar uma escola que lhes proporcione uma base educativa para a vida" (Raymond & Negassi, 2015:14). Esta primeira convenção tinha a finalidade de obter a equidade de inclusão, com o propósito de atingir o alcance da universalidade na educação.

Por sua vez, a segunda convenção que institui que "Os alunos devem receber instrução de duração suficiente para cultivarem, pelo menos, um mínimo especificado de conhecimentos e competências" (Raymond & Negassi, 2015:15), cataloga-se com o alargamento da escolaridade obrigatória, no segundo semestre de 2009, de 15 anos de idade para os 18 anos de idade ou 12 anos de escolaridade.

Já a terceira convenção que recomenda que "Todos os alunos portugueses devem receber uma educação orientada e alinhada com metas de aprendizagem desenvolvidas para assegurar que os diplomados estão prontos para abraçar os desafios do ensino superior ou para conseguir um emprego viável" (Raymond & Negassi, 2015:16), tem vindo a destacar-se, nos dias de hoje, século XXI, visando a equidade nas competências e nos conhecimentos e competências basilares, de modo a coexistir o verdadeiro direito de igualdade de oportunidades.

A quarta convenção preconiza que "para garantir que o ensino providenciado em cada sala de aula concretiza as metas de aprendizagem, todos os educadores em Portugal devem ser altamente qualificados na sua profissão" (Raymond & Negassi, 2015:19), focalizando-se consequentemente na equidade, no sentido de existir uma instrução eficaz e capaz, com o propósito de garantir que todos os alunos alcancem o sucesso.

Por último, a quinta convenção sugere que "para que Portugal concretize os seus objetivos económicos e sociais, deve dar prioridade ao sucesso dos alunos nas escolas públicas

portuguesas; educadores, administradores e legisladores comprometem-se a assegurar que os educadores e as escolas tiram partido dos seus recursos para funcionar com elevados níveis de qualidade" (Raymond & Negassi, 2015: 27). Esta convenção, tal como a quarta, demonstra que o foco do sistema educativo português está em mutação e tem como prioridade a qualidade e a eficácia das aprendizagens, ao incluir o acesso à equidade, às referências comuns de aprendizagem, à qualidade dos professores e ao uso eficiente dos recursos materiais e tecnológicos para melhorar os resultados académicos dos alunos.

Assim, nas últimas décadas, assistimos a mudanças profundas que colocaram em causa todo um conjunto de valores e de conhecimentos tidos como referência na sociedade moderna, que teve origem nas teorias racionalistas da Idade das Luzes, que defendiam a capacidade de a ciência proporcionar ao Homem o domínio sobre a Natureza, o aperfeiçoamento das instituições sociais e, finalmente, a sua emancipação, justificando, para alguns, a passagem para uma nova era denominada de "pós-modernidade" (Fernandes, 2000; Hargreaves, 1998a; Marchesi & Martín, 2003; Roldão, 2001).

Nesta pós-modernidade, originária dos anos sessenta, que Hargreaves (1998) carateriza em torno de sete dimensões-chave - economias flexíveis, o paradoxo da globalização, certezas mortas, o mosaico fluido, o Eu sem limites, a simulação segura, a compressão do tempo e do espaço - e cuja transição foi marcada pela globalização da informação e da comunicação decorrente do desenvolvimento das tecnologias de informação, a aceleração das descobertas científicas e tecnológicas e a mundialização da economia, criou-se uma nova dinâmica de sociedade apelidada, por vários autores como o já nomeado Hargreaves, mas também Fernandes, Roldão, Rocha e Sebarroja, entre muitos outros, de "sociedade cognitiva", "sociedade da aprendizagem", "sociedade do conhecimento" ou "sociedade da informação", na qual o conhecimento e a informação assumem grande preponderância e perante a sua quantidade e diversidade interessa, segundo Sebarroja (2001:61), "sabê-la codificar, integrar, contextualizar, organizar e interpretar, dar-lhe sentido e significado, isto é, transformá-la em conhecimento".

Perante esta perspetiva de uma nova sociedade, Alarcão (2001:10) assevera que a escola precisa de mudar "para conseguir acompanhar a evolução dos tempos e cumprir a sua missão da atualidade".

Neste sentido, Fernandes refere que as pressões para a mudança originam novas conceções de educação e de formação, agora necessárias ao longo da vida e não circunscritas a um período determinado, e altera o conceito de escola, como uma organização dinâmica,

portadora de sentido e não de um espaço físico, despersonalizado e tutelado à distância pelo poder central (2000).

Em articulação com estas pressões para a mudança, o mesmo autor (2000:33) destaca um conjunto de aspetos que devem ser tidos em conta na agenda educativa desta pós--modernidade, principalmente:

1. a educação para todos e a sua continuidade ao longo da vida;
2. a melhoria da qualidade educativa (do ensino, das aprendizagens e das próprias instituições) e consequente reforço da avaliação, como meio de promover o desenvolvimento económico e a contínua modernização;
3. o reforço da autonomia da escola, criando-se espaço para uma política educativa própria de cada estabelecimento de ensino e/ou território educativo;
4. a valorização dos contextos (locais e regionais) e das identidades e relações aí forjadas e que são familiares aos sujeitos, contrariando as tendências centralizadoras e despersonalizantes do passado;
5. a redefinição das competências que o aluno deve adquirir/desenvolver durante a escolaridade básica e secundária e que melhor o podem preparar para se integrar na nova época em que vivemos;
6. a diferenciação pedagógica, como resposta à massificação da escola e à diversidade de culturas hoje patentes nas nossas escolas.

Neste clima de renovação, Fullen (2003:9) adianta mesmo que "o propósito final da educação é criar uma sociedade que aprende, logo, um mundo que aprende" e que "as organizações (e as sociedades) que se fundamentem numa aprendizagem e num ensino permanentes a todos os níveis dominarão o séc. XXI".

Nestes conceitos, é fundamental que as escolas e as empresas, organizações equivalentes, sejam consideradas como "sociedade do conhecimento" e "organização de aprendizagem", caso contrário jamais serão capazes de sobreviver. Assim, os líderes empresariais e educativos enfrentam desafios equitativos – como cultivar e manter a aprendizagem perante uma mudança tão complexa e rápida (2003, p. 9).

Segundo Hargreaves, numa "sociedade do conhecimento" especta-se que os professores edifiquem comunidades de aprendizagem, criem a sociedade do conhecimento e desenvolvam as capacidades que permitem a inovação, a flexibilidade e a dedicação à mudança, pressupostos essenciais à prosperidade económica e social. Em simultâneo, também se deseja que eles minimizem ou contrariem muitos dos imensos problemas que as sociedades baseadas no

conhecimento geram, tal como o consumismo excessivo, a perda de sentido de comunidade e o crescimento do fosso entre ricos e pobres (2003:23).

Assim, nesta sociedade em constante mudança exige-se à escola que assuma a aprendizagem como algo obrigatório, pois como defende Fullan (2003:156) "não se pode ter uma sociedade que aprenda sem alunos que aprendam, e não se pode ter alunos que aprendam sem professores que aprendam". Nesta perspetiva, Alarcão (2001: 26) refere que "diante da mudança, da incerteza e da instabilidade que hoje se vive, as organizações (e a escola é uma organização) precisam rapidamente de repensar, reajustar-se, recalibrar- se para atuar em situação". No entanto, Bolívar (2003) faz um alerta quando afirma que "a ironia da realidade escolar está no facto de instituições dedicadas à aprendizagem não terem, elas próprias, o hábito de aprender".

Na literatura referente às organizações de cariz empresarial, a organização que aprende é designada por "organização qualificante ou formadora" ou "organização inteligente" (Bolívar, 2000 e 2003), já no âmbito da organização escolar, os termos mais frequentes são a "escola que aprende" (Santos Guerra, 2001), as "escolas inteligentes" (Palomares, 1998), a "escola curricularmente inteligente" (Leite, 2003) ou "escola reflexiva" (Alarcão, 2001).

Deste modo, segundo Bolívar (2003:174), uma "organização que aprende" "é aquela que adquiriu uma nova competência que a torna capaz de, aprendendo colegialmente da experiência do passado e do presente, processar a nova informação, corrigir os erros e resolver, de forma criativa, os seus problemas". Por seu lado, Senge afirma que as "organizações inteligentes" são aquelas onde as pessoas aumentam continuamente a sua aptidão para criar os resultados que desejam, onde se cultivam novos e expansivos padrões de pensamento, onde a aspiração coletiva tem plena liberdade, e onde as pessoas estão continuamente a aprender a aprender em conjunto (2005:11).

Para Alarcão (2001:25) designa de "escola reflexiva" uma "organização (escolar) que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo". A mesma autora acrescenta a ideia de que "só a escola que se interroga sobre si própria se transformará em uma instituição autónoma e responsável, automatizante e educadora" (2001:25). Esta autora (2001:12) acrescenta, ainda, a convicção de que uma escola que é reflexiva habilitará os alunos a refletir e, assim, os alunos terão a motivação "para continuar a aprender e para investigar, reconhecerão a importância das dimensões afetivas e

cognitivas do ser humano, reagirão melhor em face da mudança e do risco que caracterizam uma sociedade em profunda transformação".

Enquanto que para Leite, uma "escola curricularmente inteligente" é uma instituição que, em vez de se limitar a administrar e a distribuir conhecimentos, na lógica de um pensamento linear e convergente, promove práticas onde se desenvolvem a criatividade e competências de ordem cognitiva, efetiva e social. […] instituição que não depende exclusivamente de uma gestão que lhe é exterior porque nela ocorrem processos de tomada de decisão participados pelo coletivo e onde, simultaneamente, ocorrem processos de comunicação real que envolvem professores e alunos e, através deles, a comunidade, na estruturação do ensino e na construção da aprendizagem (2003).

De acordo com Santos Guerra (2001), é indispensável que a escola assuma a aprendizagem como algo inevitável, para responder ao enorme desafio de não apenas sobreviver na sociedade pós-moderna, mas de viver com esta sociedade, defendendo esta ideia com argumentos organizados em torno dos seguintes princípios:

1. Princípio da racionalidade: se, por um lado, é necessário que a escola defina as metas a alcançar, é lógico que conheça o nível de realização, isto porque, segundo este autor (2001:46), num "mundo em mudança, numa atividade tão complexa e multifacetada como a educação, é importante lutar contra o improviso e contra o azar". Por outro lado, é imprescindível que a escola esteja atualizada no desenvolvimento dos seus conhecimentos científicos, pedagógicos, organizativos, psicológicos e jurídicos;

2. Princípio da responsabilidade: a atividade educativa desenvolvida na escola está comprometida com a sociedade em que se insere, logo, exige- se atenção sobre as repercussões que derivam dos procedimentos, dos enfoques e do modo de agir;

3. Princípio do profissionalismo: são várias as maneiras de aprender a ser melhor profissional, mas, a aprendizagem que surge da reflexão rigorosa, partilhada e constante sobre a prática profissional é uma das mais eficazes. Neste sentido, Santos Guerra (2001:47, citando Stewart, 1997) refere que "a nova riqueza das organizações é o seu capital intelectual. Ou seja, a capacidade dos profissionais agirem e interagirem de forma inteligente e colegial";

4. Princípio da perfeição: revela-se importante primar os processos que impliquem a participação e a aprendizagem partilhada. É de salientar, como afirma Santos Guerra (2001:49), que a participação de todos os elementos da escola é a "base da inovação eficaz", afetando não só o desenvolvimento da atividade, como também a sua planificação e a sua avaliação;

5. Princípio da exemplaridade: abertura à crítica é uma maneira de conhecer e de analisar com rigor os acontecimentos que ocorrem na escola, revelando a importância da abertura mental e humilde que conduz à aprendizagem. Neste âmbito, a escola surge, segundo Santos Guerra, não como fiel depositária de respostas, mas como impulsionadora de perguntas, não como a cúpula do saber, mas antes como a perscrutadora da verdade, não como a detentora do conhecimento hegemónico, mas sim como a indagadora do saber desconhecido. A escola converte-se, pois, no caminho, não no fim (2001:49).

6. Princípio da felicidade: atualmente, ouve-se falar da desmotivação e do descontentamento da classe docente, resultado de um trabalho rotineiro, individualista e mecanicista. Porém, existem outras formas de práticas docentes desenvolvidas, frequentemente, em comunidades de ensino e de aprendizagem, encaradas como desafios e que possibilitam a recuperação da motivação. São disso exemplo as práticas abertas à discussão, ao diálogo e ao trabalho coletivo.

Para finalizar este ponto, prezo acrescentar que a literatura sobre as organizações aprendentes defende que esta corrente carece de suporte teórico e empírico (Huysman, 2000), tendendo para uma generalização abusiva de resultados, extraídos de experiências, muitas vezes, levadas a cabo numa só organização, sendo pouco provável que os resultados sejam, de igual modo, relevantes para todas as organizações, pois estas apresentam, entre outras, diferenças de tamanho, de tipo de atividade, de cultura, de liderança, etc. (Baetz, 2003).

Em síntese, o futuro da escola não está imune à conjuntura vivenciada no interior da dita "sociedade do conhecimento" e o debate e a preocupação em torno da eficácia e da melhoria da escola, sempre na ordem do dia, levou a que tenham surgido, nas últimas décadas, e com base em conhecimentos emanados da investigação, movimentos que têm procurado encontrar os fatores que favorecem os resultados dos alunos, assim como os modos de os desenvolver na escola.

Deste modo, na prossecução da sua missão, a escola pública precisa de garantir que todas as crianças e jovens têm acesso às aprendizagens que lhes permitem concluir a escolaridade no tempo certo e adequado à sua idade, com os saberes, as competências, as atitudes e os comportamentos necessários à vida em sociedade. Assim, surge o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), que coloca as escolas e as comunidades educativas como os grandes decisores e instiga-as a delinear planos de ação estratégica, na base de compromissos e de parcerias de convergência escolar, com vista à construção de respostas e

soluções, nomeadamente ao nível local, para os problemas de aprendizagem e de integração socioeducativa diagnosticados nos seus territórios educativos.

1.3. Caracterização do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE)

Os planos de ação estratégica desenhados e implementados nas escolas, foram desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), e resultaram em mais de duas mil e novecentas medidas locais e respetivas condições de operacionalização. Este Programa, criado no quadro das orientações de política educativa definidas no XXI Programa do Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019, e na Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, tem por finalidade "promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade da escola pública" (Verdasca, 2016:1195) e assenta numa lógica de políticas *bottom up*, conforme patenteia a seguinte transcrição do preâmbulo do mesmo normativo:

"[…] são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para encontrar soluções locais e conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as práticas educativas e as aprendizagens dos alunos".

Nesta linha de procura de soluções locais desenvolvidas pelas escolas e de forma a potenciar a eficácia de implementação das mesmas nos seus contextos territoriais, sem esquecer a importância de fazer convergir medidas incitadoras de boas práticas e de corresponsabilizar todos os atores com impacto na promoção do sucesso escolar, o PNPSE requer a construção de parcerias de convergência escolar entre as diversas estruturas socioeducativas de modo a criar sinergias entre os mesmos, articulando-se entre si, nomeadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais (CIM), as instituições da comunidade e as entidades formadoras.

Assim, e de acordo com a nota de apresentação do PNPSE, da autoria de José Verdasca, Coordenador da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e na esteira do entendimento de autores como João Barroso (2013), Ilídia Cabral e José Matias Alves (2016), o PNPSE apresenta os seguintes sete princípios orientadores:

1. a prevalência das políticas *bottom up* que reconheçam a capacidade das escolas se auto-organizarem na resolução dos seus próprios problemas, criando mais facilmente condições para que estas possam melhorar as suas práticas e dinâmicas educativas e superar as suas fragilidades e constrangimentos;

2. o equacionamento de novos modos de (re)agrupamento de alunos, de novas formas de gestão curricular e de diferenciação pedagógica, fomentadoras da criação de dinâmicas de trabalho colaborativo entre os professores, levando-os a refletir e agir conjuntamente sobre as práticas letivas e sobre o compromisso de cada um com a aprendizagem dos alunos, isto porque a rigidez da gramática escolar e a sua compartimentação na organização dos processos de ensino dos alunos como se fossem um só, não se coadunam com uma conceção de escola que vê o sucesso escolar como a sua condição natural;

3. a enfâse dada ao modo como se pensa e concretiza a ação estratégica no espaço aula, os métodos e recursos didáticos e a relação pedagógica que se estabelece com os alunos enquanto variáveis determinantes na construção das possibilidades de sucesso, com a justificação de que a alteração das variáveis organizacionais não implica, por si só, que se produzam transformações imediatas nos modos como se concretiza o trabalho pedagógico no espaço aula, ainda que o induza de forma intensa e responsabilizante;

4. a convicção de que as lideranças, de topo e intermédias, para a aprendizagem e autorregulação dos processos e resultados, se constituem como importantes forças motrizes e fontes de energia no sulcar dos caminhos de possibilidades de maior equidade, eficiência e sucesso educativo e de desenvolvimento da escola, pois são estas que se encontram centradas na gestão curricular e pedagógica, conhecedoras dos modos de ensinar dos professores, povoadoras e indutoras de dinâmicas de implicação e compromisso na organização-escola, atentas às aprendizagens dos alunos e da comunidade, na utilização e gestão da informação como recurso;

5. a crença de que a conceção e sustentabilidade de novos modos de ação pedagógica não se compadecem com visões unilaterais e espartilhadas da realidade, mas requerem antes uma visão sistémica e integradora de culturas organizacionais e profissionais, olhando as coisas como parte de um todo com múltiplas interações entre as diversas estruturas na produção de respostas para a melhoria desse todo indivisível que é a ação educativa;

6. a certeza de que as organizações escolares orientadas para a melhoria educativa constroem lógicas de ação em rede que lhes permitem ligar as pessoas a um conjunto de valores e ideias comuns, promovendo oportunidades de interação e colaboração mútuas e de aprendizagem com os outros, na base de uma ação conjunta e plural na procura de caminhos de possibilidades;

7. a ideia fundamentada de que a referência do aluno médio como bússola pedagógica é falaciosa, não fazendo qualquer sentido basear e orientar os processos de

organização do ensino para os alunos como se fossem um só e onde sob a capa do enriquecimento que deriva da heterogeneidade da turma e do grupo, ficam de fora da aula os alunos que estão no extremo da mediania e de fora da realização escolar sucedida invariavelmente os que estão no extremo inferior.

O PNPSE, todavia, não se limita à implementação dos planos de ação estratégica, já que contempla uma panóplia de medidas, das quais se destacam as que se relacionam no esquema da figura 1.

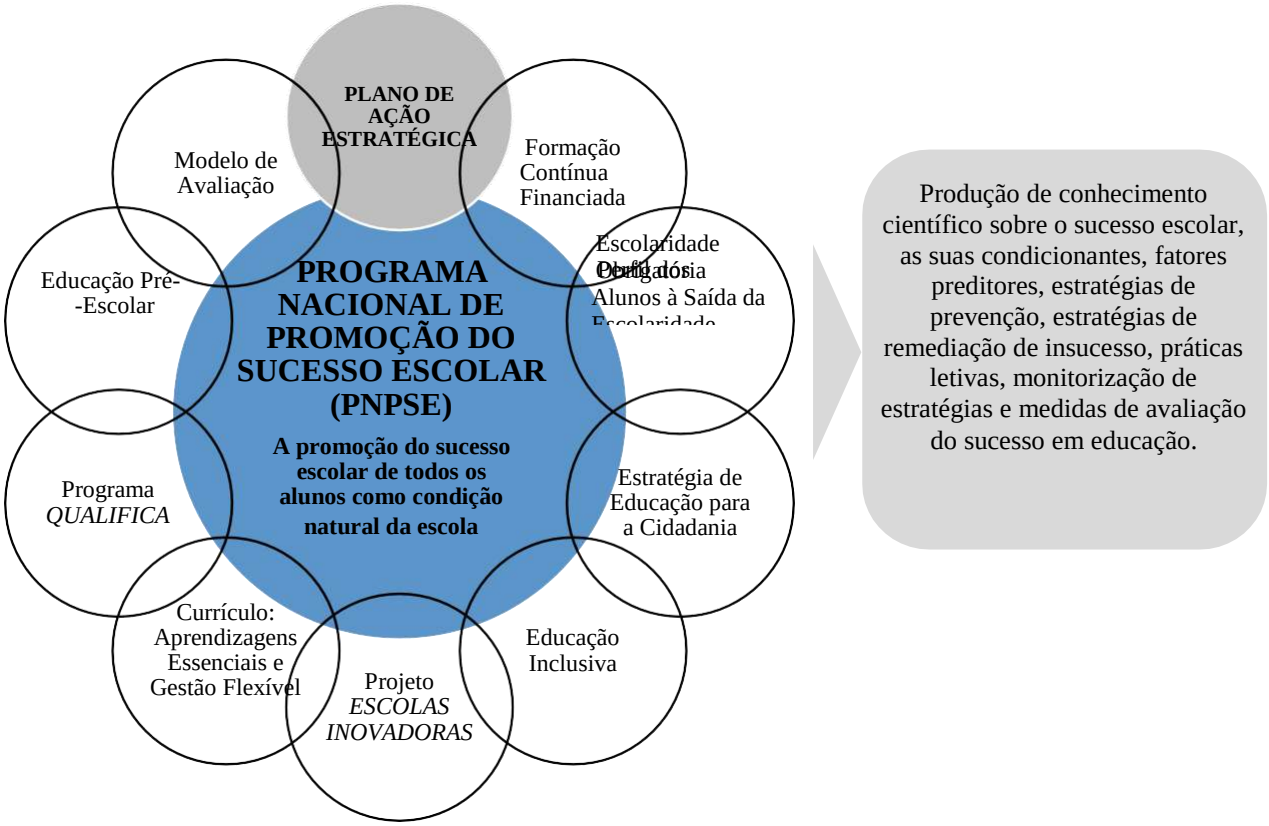


Figura 1 – Principais medidas do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo.

O PNPSE adota como lema: "Sucesso escolar, a condição natural da escola". Assim, foi criada a Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, de natureza científica e de acompanhamento e proximidade aos estabelecimentos de ensino básico e secundário, para operacionalizar as linhas orientadoras e para identificar as iniciativas a desenvolver no âmbito do PNPSE de uma forma mais generalista e com a missão concreta de implementar e assegurar o acompanhamento, a monitorização e a avaliação deste Programa.

A Estrutura de Missão funciona na subordinação do Secretário de Estado da Educação e abrange um Coordenador designado por aquele membro do governo e uma equipa de cinco elementos. Junto da Estrutura de Missão, funciona um Conselho Consultivo composto por cinco elementos nomeados igualmente pelo Secretário de Estado da Educação, de entre individualidades de reconhecido mérito no domínio da educação e, ainda, cinco elementos designados pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministro da Saúde, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Conselho das Escolas e Confederação Nacional de Associações de Pais.

O PNPSE é um programa financiado no âmbito do Portugal 2020, nomeadamente em sede da medida 10.1 do Programas Operacionais Regionais (POR) e do Eixo 4 do Programa Operacional Capital Humano (POCH) e, neste contexto, efetiva-se, para o biénio 2016-2018, o compromisso especificado no Quadro 1 e que foi divulgado nos sucessivos Seminários Regionais do Programa.

Quadro I – Compromisso nacional do PNPSE para o biénio 2016-2018.

Tipo de Indicador	Indicador	Meta
Realização	Percentagem de medidas implementadas dos planos de ação estratégica (PAE).	>=80%
Resultado	Redução da percentagem de alunos dos 1.º, 2.º, 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos.	>=10%
	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos.	>=25%

Fonte: Autores

Resumindo, de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, o PNPSE germina da "urgência de um compromisso nacional visando garantir uma educação de qualidade como resposta às novas exigências de uma sociedade do conhecimento e da competitividade". A sua finalidade máxima, é o compromisso alinhado com as metas da União Europeia em matéria de educação, decorrendo da atual situação da mesma, no que respeita à taxa de retenção e desistência, por ano letivo, nível de ensino, ciclo de estudos e ano de escolaridade; à taxa de abandono escolar precoce e à preocupação crescente dos diversos sistemas de ensino dos países da OCDE com a qualidade das aprendizagens e a equidade no acesso à educação.

1.4 Pedagogia do sucesso: o nosso estudo

"A inovação não se decreta. A inovação não se impõe. A inovação não é um produto. É um processo. Uma atitude. É uma maneira de ser e de estar na educação." (Nóvoa, 1999)

De acordo com Afonso (2005), a investigação compreende uma estrutura social e histórica que retrata e transforma o ambiente social em que se encontra inserida e orienta para o paradigma do conhecimento científico.

Pretendemos, assim, explanar a forma como o estudo está organizado, tornando-se pertinente caracterizar os instrumentos escolhidos, a amostra em estudo, bem como os diversos procedimentos utilizados e a tipologia do tratamento de dados efetuada, para a verificação das hipóteses e para a resposta às questões.

Deste modo, no sentido de aclarar a organização do nosso estudo, e após a contextualização do quadro teórico de suporte, pretendemos fundamentar, em função dos objetivos definidos, a opção metodológica que originará esta investigação. Abrimos a apresentação do estudo com a problemática, delineação dos objetivos e questões de investigação, assim como os procedimentos metodológicos na seleção da amostra, instrumentos de avaliação utilizados e a tipologia do tratamento de dados efetuada, para a verificação das hipóteses e para a resposta às nossas questões.

Segundo Carmo e Ferreira (1998) esta área da investigação procura compreender e explicar a situação atual do que pretendemos estudar. Para este tipo de investigação utiliza-se normalmente uma recolha de dados.

O presente trabalho assumiu a forma de uma investigação qualitativa, complementada com recurso ao *focus group*.

Assim, a questão de partida que presidiu o estudo empírico foi a seguinte:

Qual o impacto do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Educativo nos resultados académicos?

Num esforço contínuo de dar resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução do insucesso, o Programa assenta no reforço do papel da escola e da comunidade. São as comunidades quem melhor conhece os seus contextos, as suas dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para encontrar soluções locais e conceber Planos de Ação Estratégicos, pensados ao nível de cada escola e da região onde se encontra, como o propósito da melhoria das práticas educativas e das aprendizagens dos alunos. A implementação convergente dos planos estratégicos das escolas

(agrupamentos e escolas não agrupadas) vai permitir desenvolver uma intervenção territorial articulada focada na utilização plena dos recursos, na melhoria das aprendizagens, na partilha de boas práticas, no reforço da ligação da escola às famílias e à comunidade.

A corresponsabilização socio-educacional alargada estimula a criação de dinâmicas locais de intervenção em resposta aos problemas e necessidades específicas das populações escolares contextualizadas no território. Em cada comunidade, a promoção do sucesso escolar de todos os seus alunos como condição natural da escola é um desígnio que requer a construção de parcerias de convergência escolar entre as diversas estruturas socioeducativas. O desafio do cumprimento dos compromissos nacionais de diminuição do insucesso e abandono escolar precoce transforma-se, assim, na ambição coletiva de melhoria da qualidade das aprendizagens das crianças e dos jovens de cada concelho e do nosso país.

Para tal, incluímos neste estudo, numa perspetiva qualitativa o recurso ao *focus group,* com professores do 1º ciclo, efetuando-se uma categorização manual através da conceção de um registo e de um sistema de codificação. Para concretizar o trabalho manual de registo utilizamos o processador de textos do *Word (Microsoft Office XP).*

Para Esteves (2005) a escola e a sociedade exigem cada vez mais dos profissionais da educação pelo que todos os contributos para a melhoria da sua formação são necessários e pertinentes.

1.5 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva, legislada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, "estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa" (n.º 1 do Artigo 1.º). Este diploma legislativo articula com outros diplomas integrados no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Assim sendo, não se pode falar em educação inclusiva sem falar neste programa, pois, inclui tudo aquilo que é necessário fazer, para que a Escola consiga dar aos alunos efetivas condições de aprendizagem: o Investimento no Pré-escolar, Programa Qualifica, Formação Contínua de Professores, Plano de Ação Estratégica, Perfil do Aluno, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Aprendizagens Essenciais, Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, Modelo de Avaliação e Escola Inclusiva.

O Agrupamento de Escolas de Infias reconhece a importância de educar "Todos com Todos", no respeito pelas singularidades de cada um, respondendo à heterogeneidade dos seus

alunos, providenciando oportunidades de aprendizagem efetivas e inclusivas para Todos, facultando a Todos a possibilidade de acesso e de sucesso educativo e social, assumindo assim, o seu compromisso com o desenvolvimento de uma Escola cada vez mais Inclusiva. O Agrupamento de Escolas de Infias-Vizela é um agrupamento que se orgulha do trabalho que faz ao nível da inclusão dos seus alunos, assumindo este como um processo inacabado, uma vez que a procura de melhorar a sua oferta e as suas práticas é uma preocupação constante, à qual dedica muito empenho e dedicação.

O AEIV está empenhado em operacionalizar os princípios da inclusão (a equidade, a inclusão, a diversidade, a personalização, flexibilidade, autodeterminação, envolvimento parental e a interferência mínima), segundo uma abordagem multinível (medidas universais, seletivas e adicionais). Esta abordagem por referência ao currículo e às aprendizagens essenciais tem enfoque na dimensão pedagógica e curricular, na intervenção preventiva e atempada. Assenta no Desenho Universal para a Aprendizagem como resposta à diversidade em sala de aula, proporcionando modos múltiplos de apresentação, modos múltiplos de ação e expressão e modos múltiplos de autoenvolvimento.

1.6 Projeto “Vamos Partilhar”

É cada vez mais importante adequar os projetos às necessidades diferenciadas de cada contexto escolar, neste caso particular, aos alunos com Medidas Adicionais que integram o Centro de Apoio às Aprendizagens, não descurando aspetos de componente prática e experiencial, nem a sua inclusão em contexto de sala de aula.

Este projeto visa sobretudo a implementação de estratégias e práticas facilitadoras que permitam assegurar que os alunos aprendam de forma significativa competências relacionadas com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, garantindo o seu desenvolvimento pessoal e social, tendo em conta os facilitadores à sua aprendizagem, bem como a eliminação das barreiras.

1.7 PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) do AVE

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar é promovido no âmbito do programa operacional NORTE 2020 e está integrado no Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Ave. Tem como objetivo "definir novas abordagens educacionais" a implementar nos estabelecimentos escolares do concelho de Vizela e restantes municípios do Ave.

Este plano pretende ser agregador das medidas educativas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, alinhadas com as políticas educativas nacionais e europeias, e refletindo a estratégia educativa para a NUT III Ave, desenhada no âmbito da CIM

do Ave pelo Conselho Intermunicipal de Educação e restante comunidade educativa desta sub-região, tendo como objetivos: i) Promover uma escolarização de excelência e inteligente para a NUT III Ave; ii) Contribuir para a diminuição do abandono escolar precoce na NUT III Ave; iii) Promover a igualdade de oportunidades a todos os alunos e o sucesso escolar na NUT III Ave; iv) Melhorar a qualidade das aprendizagens através de abordagens experimentais e inovadoras ao nível das práticas educativas; v) Promover o espírito empreendedor na comunidade educativa do Ave; vi) Capacitar a Comunidade Educativa da NUT III Ave para uma intervenção integrada na promoção do sucesso escolar.

2. Metodologia

2.1 Problema da Investigação

"As questões de método são secundárias em relação às questões do paradigma, que definimos como a crença básica num sistema ou perspetiva do mundo que orienta o investigador, não apenas na escolha do método, mas também ao nível dos fundamentos ontológicos e epistemológicos." (Lincoln & Denzin, 2000:1049)

Na ótica de Quivy e Campenhoudt (2008), a problemática constitui a abordagem ou perspetiva teórica que o investigador determina para conduzir o estudo que pretende realizar. Para estes autores, na prática, a elaboração de uma problemática verte-se na formulação dos principais pontos de referência teóricos da investigação.

Nos nossos dias, a escola confina-se com uma frequência de alunos de grande heterogeneidade social e cultural. É com esta realidade que a organização e gestão escolar devem conceptualizar uma mudança, assumindo e reconhecendo o direito à diferença e privilegiando a diversidade. A sociedade dos dias de hoje evolui, e com essa evolução a comunidade tornou-se mais responsável.

Deste modo a investigação caracteriza-se por utilizar os conceitos, as teorias, a linguagem, as técnicas e os instrumentos com a finalidade de dar resposta aos problemas e interrogações que se levantam nos mais diversos âmbitos de trabalho. O problema da investigação é base investigadora de estudos científicos. É ele que preside o rumo de toda a investigação.

Quadro II - Como surge o problema de investigação.

O problema surge, em investigação, devido à necessidade:
1. De esclarecer uma lacuna no conhecimento pedagógico (Barquero, 1989);
2. De se estudar um fenómeno educacional novo (McGuigan, 1977);
3. De testar programáticas, metodológicas e técnicas educacionais (Mouly, 1978);

4. De analisar as relações pedagógicas (Estrela, 1986).

Fonte: Adaptado de Sousa (2005:45)

Neste sentido o estudo que pretendemos fazer pretende dar resposta à questão de partida: **Qual o impacto do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Educativo nos resultados académicos?**

Partimos, assim, desta questão como referência para a posterior definição do futuro desenho desta investigação.

2.2 Objetivos

Numa investigação, o objetivo "constitui um enunciado declarativo que precisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação, indicando, consequentemente, o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo" (Freixo, 2011:164). É dessa intenção que surgem "as hipóteses que são uma resposta prévia ao problema proposto" (Baptista e Sousa, 2011:26), pelo que a " hipótese deve justificar o trabalho da parte empírica da investigação" (Hill & Hill, 2002: 22).

Neste estudo investigador pretendemos dar respostas a um definido número de questões, que são os objetivos deste estudo os quais, tomamos como orientação para a elaboração do mesmo, e em resposta à problemática e hipóteses definidas.

Segundo vários investigadores, a título meramente exemplificativo, Graue & Walsh (1998), o objetivo da investigação é, conhecer cada vez mais o mundo de modo a transformá-lo num lugar melhor. Na componente empírica da pesquisa que traçámos, originada pelas questões sobre o alcance do sucesso das aprendizagens, os objetivos que pretendemos atingir poderão equacionar-se do seguinte modo:

Analisar o impacto do PNPSE no sucesso educativo;

Aferir os resultados nos diferentes anos de escolaridade, do 1º Ciclo, após a implementação do PNPSE;

Aferir os resultados nos diferentes anos de escolaridade, do 1º Ciclo, comparativamente com os diferentes anos de implementação;

Avaliar a satisfação com o decorrer do programa, através da avaliação global da intervenção;

Comparar os resultados dos dados do agrupamento com os dados do *focus group*.

2.3 Hipóteses

"Uma hipótese, ou seja, uma sugestão de resposta para o problema, deve apresentar as seguintes caraterísticas:

1. Estabelecer uma conjetura sobre a relação entre duas ou mais variáveis.

2. Ser formulada claramente e sem ambiguidade, em forma de frase declarativa.

3. Ser testável, ou seja, deve ser passível de reformulação, em forma operacional, de modo a poder ser então avaliada a partir de dados." (Tuckman, 2005:29).

Da reflexão e consideração de alguns dos resultados de estudos relativos ao sucesso educativo dos alunos foram elaboradas as hipóteses bem como a revisão da literatura. Substanciando os objetivos e a problemática deste estudo, formularam-se as sequentes hipóteses:

H1 – A maioria dos alunos apresenta mais sucesso educativo com o PNPSE;

H1.1 – Os alunos do 1º e 2º anos apresentam uma melhoria dos resultados.

H1.2 – Os alunos do 3º e 4º anos apresentam uma melhoria dos resultados.

H2 – Os participantes do grupo de intervenção, *focus group* confirmam as taxas de sucesso do programa.

H2.1 – O programa potencia o sucesso escolar;

H2.2 – As boas práticas dos professores potenciam o sucesso escolar.

2.4. Amostra

"A amostra é um pedaço do todo" (Sousa, 2005:55)

Na perspetiva de Almeida e Freire (2003), o conceito de amostra significa todo um conjunto de situações sejam elas referentes a indivíduos, casos ou observações, explorado numa determinada população. O processo para se chegar à definição da amostra designa-se amostragem. Em termos de metodologia científica, esse processo deve possuir certos requisitos de modo a garantir a validade dos resultados e a possibilidade de os mesmos serem generalizados a uma população.

Sandin (2003) apresenta a amostra dividida e definida como sendo: uma definição ou seleção do universo ou especificação dos possíveis sujeitos ou elementos de um determinado tipo; determinação da população ou parte dela a que o investigador tem acesso, dado ser impossível aceder a toda uma população; seleção da amostra convidada ou conjunto de elementos da população a quem se pede que participe na investigação; amostra ou parte da amostra convidada que aceita participar; e a amostra produtora de dados: parte que aceitou e que realmente produz.

A amostra é um subconjunto de sujeitos pertencentes a uma determinada população. Na perspetiva de Martins (2005) esta é a totalidade, ou o universo, dos elementos que constituem o objeto de pesquisa pela abordagem quantitativa, é uma parte da população que é observada com o objetivo de obter informação para estudar a caraterística pretendida.

De acordo com Bisquerra (2004) podemos classificar os métodos de amostragem em dois grandes grupos: os probabilísticos, em que se determina a probabilidade de seleção de cada indivíduo pertencem à amostra, e os não-probabilísticos em que se desconhece a probabilidade da seleção.

Dadas as caraterísticas pretendidas para a nossa investigação, a seleção da amostra será realizada pelo método de amostragem não probabilístico (*focus group*).

Para a realização da presente investigação será escolhido o Agrupamento de Escolas de Infias – Vizela. De um modo específico, o estudo será efetuado no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No que se refere ao *focus group* o painel dos intervenientes foi constituído por doze professores do 1.º ciclo, responsáveis por diferentes cargos no Agrupamento de Escolas de Infias.

Deste modo apresenta-se o quadro síntese da amostra aplicada (quadro III).

Quadro III - Síntese da amostra aplicada.

Fonte: Autores

Professores	Caracterização
Professora (P1)	1º Ciclo; titular de turma, 18 anos de serviço; 40 anos de idade.
Professora (P2)	1º Ciclo; titular de turma, 34 anos de serviço; 57 anos de idade.
Professora (P3)	1º Ciclo; Diretora adjunta; 22 anos de serviço; 44 anos de idade.
Professora (P4)	1º Ciclo; Diretora adjunta; 36 anos de serviço; 59 anos de idade.
Professor (P5)	1º Ciclo; titular de turma; 10 anos de serviço; 35 anos de idade.
Professora (P6)	1º Ciclo; titular de turma; 20 anos de serviço; 45 anos de idade.
Professora (P7)	1º Ciclo; titular de turma; 15 anos de serviço; 37 anos de idade.
Professora (P8)	1º Ciclo; titular de turma; 18 anos de serviço; 39 anos de idade.
Professor (P9)	Educação Especial; Diretor Adjunto; 36 anos de serviço; 58 anos de idade.
Professora (P10)	Professora Bibliotecária, 22 anos de serviço; 45anos.
Professora (P11)	Professora de Educação Especial; 15 anos de serviço; 38 anos de idade.
Professora (P12)	Coordenadora de EE; 24 anos de serviço; 49 anos de idade.

Fonte: Autores

2.5. Focus group (grupos de discussão)

O *focus group* faz parte de um conjunto de métodos de discussão baseados em grupos.

É um método de investigação social já consolidado, que assume a forma de uma discussão estruturada que envolve a partilha progressiva e a clarificação dos pontos de vista e ideias dos participantes muito útil para a elaboração do nosso programa promotor do sucesso educativo.

Usado inicialmente em estudos de mercado, é agora amplamente aplicado a uma variedade de contextos de aplicação e de investigação académica com vista à produção de informação e de conhecimento. A técnica tem particular interesse na análise de temas ou domínios que promovem opiniões divergentes ou que envolvem questões complexas que necessitam de ser exploradas com especificidades.

A utilização do *focus group* tem vindo a alargar o seu campo de aplicação a diferentes disciplinas e com diferentes finalidades, como é o caso, na investigação em educação.

Os *focus group* são pessoas colocadas em grupo "sendo que aquilo que os define e os distingue de outros tipos de grupo é o facto de serem dirigidos à recolha de dados qualitativos junto de pessoas com algum tipo de semelhança, numa situação de grupo" (Krueger & Casey, 2009, p. 15). Esta técnica, uma vez que se efetiva com um número de sujeito diverso, que se diferencia em função de diferentes critérios (idade, sexo, experiência, nível socioeconómico e cultural), aumentando consideravelmente a quantidade de informação a registar e contribuindo para diversificadas opiniões que vão possibilitar um leque abrangente de distintos pontos de vista.

Em resumo, podemos dizer que o *focus group* é uma técnica na pesquisa qualitativa, cuja aplicação é de extrema utilidade nas ciências sociais. Algumas das caraterísticas gerais podem ser destacadas, como o sucesso das aprendizagens, a sequência de sessões, a correta moderação para a obtenção de dados qualitativos pertinentes neste estudo.

O *focus group* permitiu reunir os diferentes professores e recolher uma imensa quantidade de informação qualitativa. Ao partilhar e comparar as suas experiências e pontos de vista, os professores contribuíram para novos conhecimentos e entendimentos que ajudaram a esta investigação.

Os resultados foram transcritos como o produto do debate, sobre esta temática, cujos objetivos se prendiam com o seguinte:

Conhecer a opinião dos elementos professores participantes no *focus group*, em relação às dimensões em estudo;

Promover o desenvolvimento de uma discussão em grupo onde o raciocínio e a lógica de pensamento, contribuíssem para analisar os contributos do PNPSE para o efetivo sucesso educativo.

Estas discussões serviram para revelar novas ideias e considerações, cobrindo, muitas vezes, temas estreitamente relacionados com as perguntas colocadas, referentes à promoção do sucesso. Os resultados produzidos por parte deste *focus group* foram valiosos, servindo como contributo á eficácia do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Educativo, no Agrupamento em estudo.

Esta fase final consiste em interpretar e comparar a informação dada pelos professores participantes e procurar opiniões partilhadas e divergentes entre eles. Desde modo descrevemos de forma sintetizada, os resultados que consideramos mais significativos, obtidos através do *focus group* aos doze professores participantes. A informação recolhida foi codificada

manualmente para se poder organizar os resultados em relação aos objetivos de avaliação e proceder à sua categorização de informação.

2.5.1. Desenho do *focus group*

Estender o interesse do estudo e explicitar os objetivos do mesmo;

Explicar a importância do seu contributo para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação;

Garantir o anonimato das suas opiniões;

Agradecer o facto de ter aceitado fazer parte do *focus group* e manifestar as suas atitudes educacionais face ao sucesso educativo dos alunos;

Contribuir para a proposta de estratégias inovadoras e facilitadoras de sucesso nos alunos.

2.5.2 Questões do *focus group*

Dimensão A: Formação

Categoria – Aptidão pedagógica para a implementação dos projetos promotores do sucesso educativo

Sente-se pedagogicamente preparado para a prática da promoção dos projetos promotores do sucesso educativo existentes no agrupamento?

Qual o impacto das ações de formação na promoção do sucesso educativo?

Dimensão B: Experiência

Categoria - Experiência dos professores

Tem ou já teve, na prática, conhecimento destes projetos?

Na vossa opinião possuem experiência para trabalhar estes projetos?

Dimensão C: Quadro Legal

Categoria - Conhecimento da legislação referente à Educação

Por norma, acompanha a atualização da legislação referente à Educação?

Conhece os normativos legais que permitem a promoção do sucesso educativo?

Dimensão D: Dificuldades

Categoria - Barreiras à Implementação dos projetos

Na vossa opinião, quais são as dificuldades que enfrentam na implementação dos projetos?

Quadro IV - Modelo de análise do *focus group.*

ALTUS CIÊNCIA: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP- ISSN 2318-4817. Ano IX, n.13. vol. 13 – ago-dez 2021.

Fonte: Autores

Modelo de análise do *focus group*		
Dimensões do *focus group*	**Categoria**	**Subcategoria**
Dimensão A Formação	Aptidão profissional para a implementação de projetos promotores de sucesso educativo.	Possui formação em projetos promotores de sucesso. Não possui formação.
Dimensão B Experiência	Experiência dos professores no contributo para o sucesso dos alunos.	Tem prática ou conhecimento de projetos promotores de sucesso. Possui experiência para trabalhar com projetos promotores de sucesso.
Dimensão C Quadro Legal	Conhecimento da legislação referente à Educação.	Acompanha a atualização da legislação referente à Educação. Conhece o PNPSE, criado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril.
Dimensão D Dificuldades	Barreiras à implementação dos projetos.	Dificuldades na implementação dos projetos.

2.5.3 Perfil dos intervenientes do *focus group*

Na intervenção ao nível do *focus group*, o painel dos intervenientes foi constituído por doze professores, de 1.º Ciclo, com diferentes funções e com habilitações académicas de licenciatura e/ou mestrado.

Os professores foram escolhidos de forma a confirmar alguns critérios, tais como:

Diversidade de grau académico;

Diversidade de formação;

Diversidade de trabalho pedagógico;

Diferença de faixas etárias;

Diferença de tempo de serviço.

Quadro V – Perfil dos intervenientes do *focus group*.

Fonte: Autores

Professores	Caracterização
Professora (P1)	1º Ciclo; titular de turma, 18 anos de serviço; 40 anos de idade.
Professora (P2)	1º Ciclo; titular de turma, 34 anos de serviço; 57 anos de idade.
Professora (P3)	1º Ciclo; Diretora adjunta; 22 anos de serviço; 44 anos de idade.
Professora (P4)	1º Ciclo; Diretora adjunta; 36 anos de serviço; 59 anos de idade.
Professor (P5)	1º Ciclo; titular de turma; 10 anos de serviço; 35 anos de idade.
Professora (P6)	1º Ciclo; titular de turma; 20 anos de serviço; 45 anos de idade.
Professora (P7)	1º Ciclo; titular de turma; 15 anos de serviço; 37 anos de idade.
Professora (P8)	1º Ciclo; titular de turma; 18 anos de serviço; 39 anos de idade.
Professor (P9)	Educação Especial; Diretor Adjunto; 36 anos de serviço; 58 anos de idade.
Professora (P10)	Professora Bibliotecária, 22 anos de serviço; 45anos.
Professora (P11)	Professora de Educação Especial; 15 anos de serviço; 38 anos de idade.
Professora (P12)	Coordenadora de EE; 24 anos de serviço; 49 anos de idade.

2.5.4 Procedimento de Intervenção

Para o desenvolvimento da presente investigação optamos pelos seguintes procedimentos:

Solicitar à escola a autorização para a utilização dos instrumentos de recolha de dados;

Agendar com os intervenientes, a data, a hora e o local para a realização do *focus group* (grupo de discussão).

A realização do *focus group* efetuou-se no dia 10 de janeiro de 2020, de acordo com a disponibilidade de todos os intervenientes.

Participaram doze elementos e o investigador – moderador que interveio apenas para colocar questões iniciais, ou moderar em caso de discussão desadequada. O moderador sensibilizou para o recurso à autonomia e à crítica de pensamento de cada participante, mencionando que não há opiniões erradas, mas sim pontos de vista diversos, introduzindo o tema.

O moderador recorreu a uma grelha de observação, que lhe permitiu distinguir as opiniões e as expressões verbais e não-verbais.

Após a apresentação do tema para discussão o moderador iniciou o debate solicitando a cada participante que se expresse individualmente, apresentando o seu ponto de vista, em relação ao tema.

3. Análise e Tratamento dos Dados

O estudo compreendeu uma etapa de natureza qualitativa, com recurso à pesquisa arquivística e análise documental e à recolha de dados através do *focus group*.

Não utilizamos nenhum programa estatístico, procedendo a uma categorização manual através da elaboração de um registo e um sistema de codificação. Para se proceder ao trabalho manual de registo recorremos ao processador de textos do *Word* (*Microsoft Office*).

3.1. Resultados Académicos

Com a análise dos Resultados Académicos, pretende-se contribuir com uma reflexão crítica e construtiva do nível de sucesso académico dos alunos, por ano de escolaridade e disciplinas, comparativamente com o ano letivo anterior à implantação do PNPSE e o ano subsequente, assim como com as metas estabelecidas pelo agrupamento.

Assim, e de acordo com o gráfico 1, verificamos que no ano letivo 2015/2016, duas disciplinas não apresentam sucesso pleno no 3.º período, Português e Apoio ao Estudo, contudo, todas as restantes disciplinas deste ano letivo superaram as metas estabelecidas.

Estes dois casos de sucesso não pleno à disciplina de Expressões apresentaram evoluções muito significativas e a de Matemática atingiu em todos os períodos sucesso pleno, ao longo do ano letivo.

Já no ano letivo 2016/2017, o 1.º ano alcançou níveis de sucesso de 100% em todas as disciplinas e áreas disciplinares ao longo dos três períodos letivos. A maior subida relativamente à meta definida registou-se a Português, sendo de destacar a consolidação do sucesso relativamente ao ano letivo anterior.

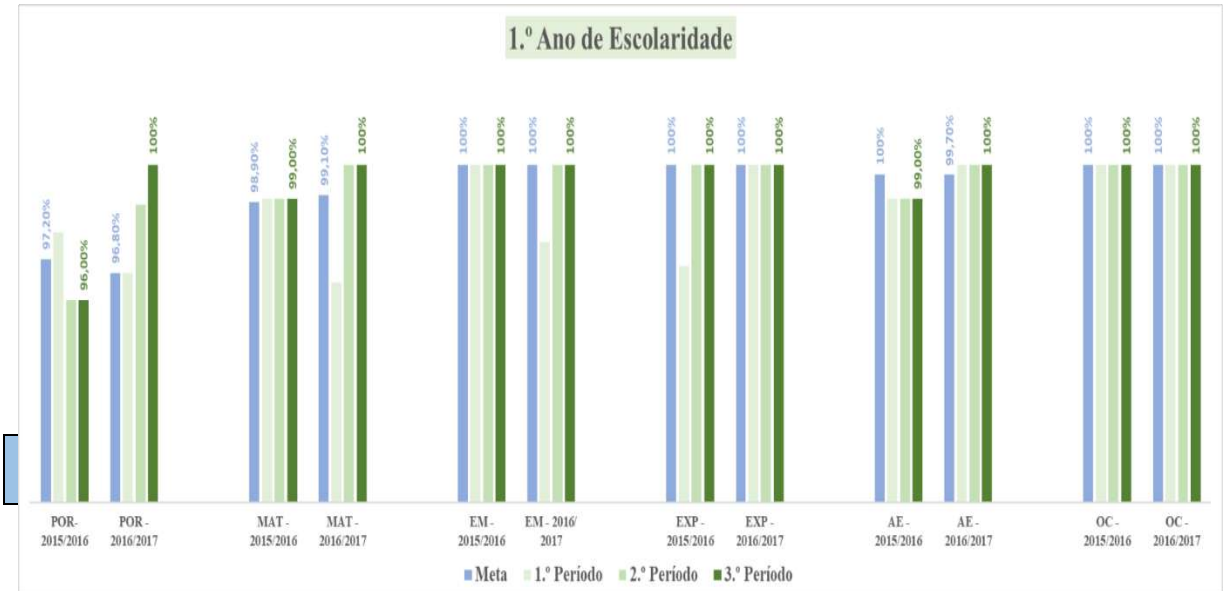


Gráfico 1 – Comparação de resultados, no 1.º ano, nos dois anos letivos em estudo.

No que diz respeito ao 2.º ano de escolaridade (gráfico 2), no ano anterior à implementação do Programa, apesar da quase totalidade das disciplinas ter superado ou mantido as metas estabelecidas, verifica-se insucesso nas disciplinas de Português e de Matemática. A disciplina que superou a meta de modo mais pronunciado foi o Apoio ao Estudo, acompanhada de um desempenho equivalente pela disciplina de Estudo do Meio.

No ano subsequente, no 2.º ano, também se alcançaram níveis de sucesso de 100% em todas as disciplinas e todas as áreas disciplinares, no 3.º período, o que representa uma evolução positiva, acompanhada da superação de todas as metas definidas. A maior subida registou-se a Matemática, acompanhada de Português, embora numa margem estreita de variação.

Gráfico 2 – Comparação de resultados, no 2.º ano, nos dois anos letivos em estudo.

Quanto ao 3.º ano de escolaridade (gráfico 3), este apresenta, no ano letivo 2015/2016, taxas de sucesso de 100% em quase todas as disciplinas, com exceção da disciplina de Matemática. A disciplina de Português apesar de apresentar sucesso pleno, sofreu oscilações ao longo do ano letivo.

No que concerne ao ano letivo 2016/2017, o 3.º ano também apresenta taxas de sucesso de 100% em todas as disciplinas e em todas as áreas disciplinares no 3.º período. Este ano de escolaridade está alinhado com a evolução de escolaridade anterior (2.º ano), sendo

evidentemente positivo, pela manutenção e pela sustentabilidade nos resultados de sucesso obtidos.

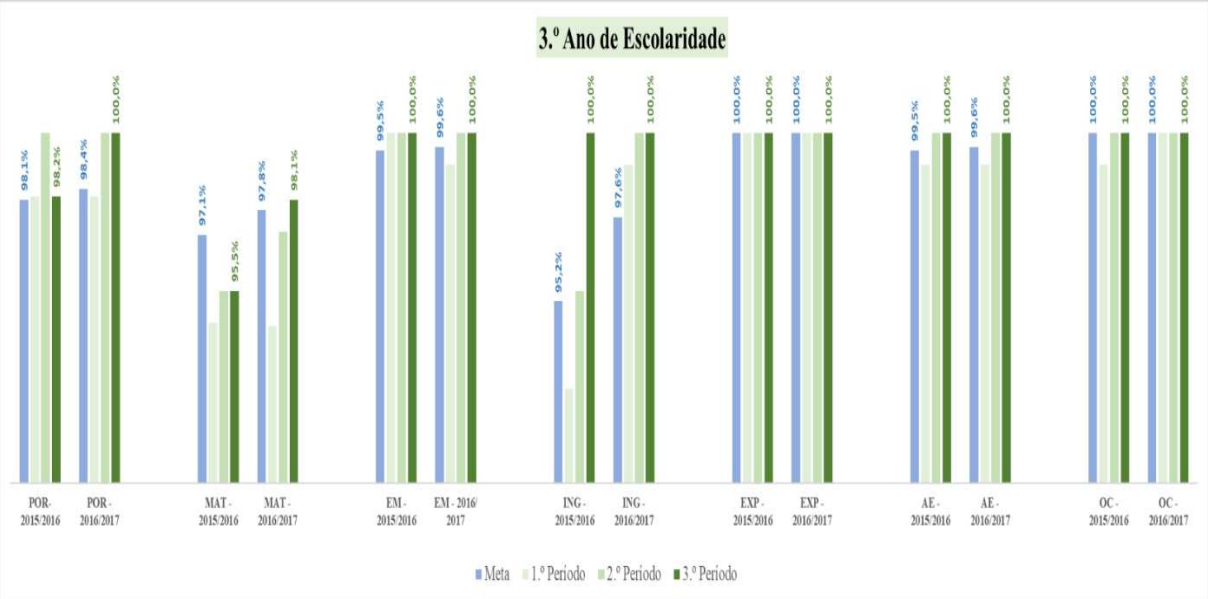


Gráfico 3 – Comparação de resultados, no 3.º ano, nos dois anos letivos em estudo.

O 4.º ano de escolaridade, em ambos os anos letivos, segundo o gráfico 4, apresentou um sucesso pleno em todas as disciplinas e em todas as áreas disciplinares, com 100% de sucesso no 3.º período. Sendo o ano de final de ciclo, permite assumir uma consolidação de resultados sustentada, que se reflete a todas as disciplinas e ao longo dos anos de escolaridade, ultrapassando, em todos os casos, as metas de sucesso estabelecidas.

Em síntese, o primeiro ciclo apresenta uma evolução muito positiva ao nível do sucesso académico, atingindo valores de sucesso pleno a todas as disciplinas e a todas as áreas disciplinares, em todos os anos de escolaridade que o integram. Destacam-se as disciplinas nucleares (Português e Matemática) e o sentido crescente desta evolução, face às metas, face ao ano letivo anterior ao Programa e ao longo do ano posterior. Será importante estabelecer a ligação entre estes bons resultados e as ações desencadeadas, as estratégias definidas e as medidas de suporte e de apoio implementadas, de modo a preservar os níveis de sucesso alcançados.

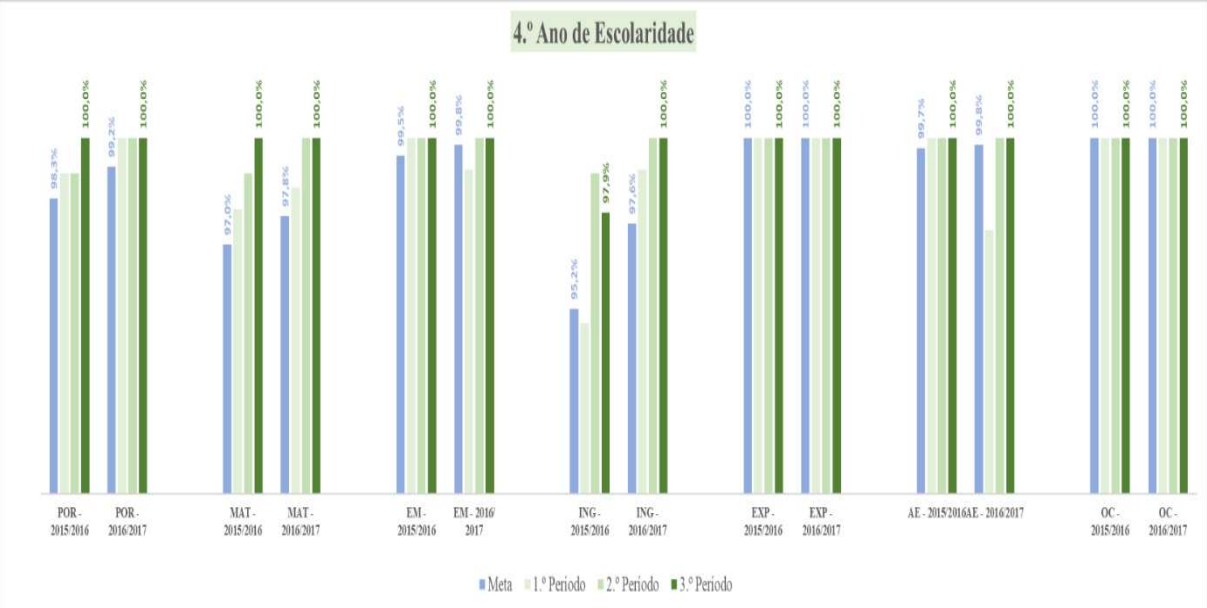


Gráfico 4 – Comparação de resultados, no 4.º ano, nos dois anos letivos em estudo.

3.2. Análise de conteúdo – *focus group*

O *focus group* permitiu reunir os diferentes professores e recolher uma imensa quantidade de informação qualitativa. Ao partilhar e comparar as suas experiências e pontos de vista, os professores contribuíram para novos conhecimentos e entendimentos que ajudaram a esta investigação.

Os resultados foram transcritos como o produto do debate, sobre esta temática, cujos objetivos se prendiam com o seguinte:

Conhecer a opinião dos elementos professores participantes no *focus group*, em relação às dimensões em estudo;

Promover o desenvolvimento de uma discussão em grupo onde o raciocínio e a lógica de pensamento, contribuíssem para a melhoria de resultados.

Estas discussões serviram para revelar novas ideias e considerações, cobrindo, muitas vezes, temas estreitamente relacionados com as perguntas colocadas, referentes à promoção do sucesso.

Esta fase final consiste em interpretar e comparar a informação dada pelos professores participantes e procurar opiniões partilhadas e divergentes entre eles. Deste modo, descrevemos de forma sintetizada, os resultados que consideramos mais significativos, obtidos através do

focus group aos doze professores participantes. A informação recolhida foi codificada manualmente para se poder organizar os resultados em relação aos objetivos de avaliação e proceder à sua categorização de informação.

Dimensão A: Formação

Categoria - Aptidão profissional para a implementação de projetos promotores de sucesso educativo

Subcategoria - Possui formação especializada

A nossa formação inicial é demasiado teórica e com poucas cadeiras relativamente a conceitos relacionados com o sucesso. Todo o conhecimento que adquiri depois da formação inicial é que me permitiu evoluir e acompanhar as mudanças que a escola sofre. Torna-se essencial a capacitação dos professores através de formação e ações que nos aprofundam o conhecimento. Para estar atualizada faço imensa formação, frequento conferências e congressos. Só assim me sinto confortável com o meu conhecimento. (P2)

A minha aptidão profissional teórica ajuda-me no conhecimento destes projetos dado que estou na direção e envolvida na conceção de projetos, assim como na dinâmica a implementar. (P4)

Procuro manter-me atualizada e melhorar o meu nível de competências, no qual tenho atendido e participado em formações, em diversos seminários e conferências de discussão e estratégias científico/pedagógicas, bem como em eventos que permitem uma atualização e reflexão crítica de conhecimento. A oportunidade de inovar a educação dando abertura às propostas e às expetativas de participação de todos os elementos da comunidade educativa, enquanto condição para promover a ruptura que conduz à renovação. (P 1)

A formação inicial pouco ou nada ajuda. A formação é extremamente importante e a atitude e pedagogia do amor é que conseguem um real sucessol. (P5)

Subcategoria- Não possui formação especializada

A aptidão profissional não é suficiente. (P7)

A minha formação profissional não me trouxe quase nada. A experiência trouxe muito. (P8)

Considero que a formação académica e sobretudo a experiência profissional adquirida ao longo dos anos de trabalho com diferentes alunos são um contributo valioso para ajudar a conseguir obter sucesso. (P6)

Considero ter lacunas formativas no âmbito da implementação de projetos promotores de sucesso. No entanto julgo ser fundamental, ao longo da vida profissional, dispor de formação especializada. (P10)

A experiência traz muito mais do que a formação inicial que é muito deficitária no que diz respeito às didáticas e práticas pedagógicas. (P9)

A formação inicial funciona como uma base que só cresce com a formação constante e a vontade de querer saber mais. (P3)

Dimensão B: Experiência

Categoria – Experiência dos professores no contributo para o sucesso dos alunos

Subcategoria – Tem prática ou conhecimento de projetos promotores de sucesso

Sinto-me pedagogicamente preparada para trabalhar com os meus alunos e levá-los a alcançar o sucesso. Na verdade, seria o ideal, essa é a minha opinião. (P2)

Sim, apesar de sentir algumas dificuldades quando os alunos não têm acompanhamento em casa. (P1)

Sim, mas cada aluno é único num todo. Podemos considerar uma prática recorrente no agrupamento, incluir todos os alunos, existindo um trabalho colaborativo por parte de todos os intervenientes, permitindo ao aluno, e de acordo com o seu desenvolvimento biopsicossocial, atingir sucesso nas suas aprendizagens. (P7)

Sim, com alguns limites e constrangimentos. (P11)

Conheço projetos promotores de sucesso, no entanto eles não surtem efeito se não forem postos em prática. (P5)

É um desafio e tanto ler e conhecer variados projetos e estratégias, de modo a coloca-los em prática…. é crescer e aprender todos os dias. (P6)

Sim, mas o sucesso depende sempre do aluno na sua individualidade. Cada aluno tem as suas características, dificuldades e adaptações. (P8)

Subcategoria – Possui experiência para trabalhar com projetos promotores de sucesso

Sinto que me preparo a cada desafio, por isso tento participar na elaboração dos projetos que desencadeiam o sucesso. (P9)

Não os conheço na prática, pois estou a desempenhar funções sem turma. (P10)

Sim, apesar de não ser titular de turma, apoio alunos com dificuldades e por isso tento diversificar as minhas estratégias e conhecer na prática os projetos, de modo a concretizá-los. (P12)

Sim, apesar das lacunas formativas, com a caraterística "bom senso pedagógico" o professor deve de estar preparado para trabalhar para o sucesso. (P4)

Não me sinto de todo preparada, já que não tenho turma atribuída e desempenho outras (P3)

Dimensão C: Quadro Legal

Categoria - Conhecimento da legislação referente à Educação

Subcategoria - Acompanha a atualização da legislação referente à Educação

Sim. (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12)

Subcategoria - Conhece o PNPSE, criado na Resolução de Conselho de Ministros nº23/2016, de 11 de abril

Sim. (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12)

Dimensão D: Dificuldades

Categoria - Barreiras à implementação de projetos

Subcategoria - Dificuldades na implementação de projetos

Algumas dificuldades. Nós, professores, não estamos exacerbados de funções burocráticas e logísticas, que o tempo disponível para a escola e os alunos se torna escassa para a exigência do ensino nos tempos de hoje. (P7)

Faltam todo o tipo de recursos, materiais e tecnológicos. (P8)

Não há recursos suficientes. (P6)

Às vezes é impossível, são tantos projetos, tantas atividades que é difícil selecionar. As escolas não têm recursos, não está preparada. (P1)

Todas e mais algumas Há uma necessidade de mudança de paradigma, de atitude dos professores e da gestão de recursos. (P11)

Não existem as condições propícias, dada a necessidade burocrática da questão. Um projeto tem de ser aprovado em conselho pedagógico por pessoas que não reconhece a realidade da minha turma. (P5)

A escola (agrupamento) está preparada para apoiar e validar todos os projetos promotores de sucesso, uma escola faz-se de sucesso. (P9)

Fazem falta mais recursos físicos e materiais e uma reestruturação curricular que permita ao professor gerir o seu currículo, desenvolvendo o seu projeto de turma. (P2)

O desinteresse e a desmotivação de alguns professores. (P12)

A atitude dos professores e a falta de recursos são dificuldades patentes. (P10)

Os professores têm todas as condições para implementarem novos projetos promotores de sucesso e participarem nos já existentes. (P4)

Os recursos de algumas escolas são diminutos para a implementação de projetos motivadores e desencadeantes de sucesso. (P2)

Em resumo, podemos constatar que todos os professores da amostra afirmam conhecer a legislação e os normativos que orientam a Educação em geral e o PNPSE em particular.

De um modo geral, os professores reiteram que a prática e experiência contribuem para o alcance do sucesso nos seus alunos. Outro fator preponderante é a atitude dos professores face à forma como encaram todo o processo ensino/aprendizagem dos alunos, sentindo-se preparados para atingirem resultados de sucesso.

Pode-se constatar que os professores titulares de turma, por necessidade de uma constante formação e diversificação de estratégias conhecem melhor, na prática os projetos promotores de sucesso, enquanto que os professores que integram outras funções conhecem-nos teoricamente.

São referidas barreiras na implementação dos projetos, nomeadamente no concerne à escassez de recursos físicos, materiais e tecnológicos.

Considerações Finais

O tema de Educação, enquanto promoção de sucesso, é muito atual, atinente e relevante, num cenário marcado por rápidas mudanças sociais e políticas, tem sido objeto de estudo em diversos trabalhos de investigação.

Com esta investigação pretendemos contribuir para potenciar a evolução dos estudos realizados sobre a Educação no contexto do sucesso, no âmbito do tema das atitudes e ação dos professores na sua efetivação e exigibilidade, bem como a necessária implicação do princípio de igualdade no sucesso a todos os alunos, como um dos princípios constitucionais do direito à educação.

Um sistema educativo para ter sucesso tem de garantir aprendizagens de qualidade para todos os alunos bem como garantir que no final da escolaridade obrigatória, todos alcançaram um perfil de base humanista, que tem como suporte o desenvolvimento de valores e de

competências que os torna capazes de serem cidadãos futuros ativos e livres propiciando o bem-estar de todos à saída da escolaridade obrigatória.

A estes desafios globais que foram apresentados pelo programa do XXI Governo Constitucional, Portugal respondeu com um conjunto de políticas públicas de educação promotoras de sucesso, conjugada com as necessidades e indicadores nacionais. Assumiram necessariamente um quadro normativo apropriado com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, onde se inclui o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, com as Aprendizagens Essenciais, a Autonomia e Flexibilização Curricular, a Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania e o Programa Nacional de Promoção de Sucesso Educativo, criado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, cuja prioridade reside "num ensino de qualidade para todos, no combate ao insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas".

A escolha do tema em estudo, "Impacto do Programa Nacional de Promoção de Sucesso Educativo nas Aprendizagens dos Alunos de 1º Ciclo : Um estudo de caso num Agrupamento de Escolas do Norte de Portugal" surgiu da necessidade de constatar a relevância deste programa no sucesso pleno das aprendizagens, dando resposta a uma problemática que cada vez mais afeta o sistema educativo e que está relacionado com a atual conjuntura nacional e internacional que é apresentada aos professores e gerido por eles nas escolas. Da reflexão sobre esta visão, tornou-se imperativo aprofundar os conhecimentos sobre os fatores que contribuem para a promoção de uma escola de sucesso.

Assim, explicitamos as principais conclusões que a nossa investigação permitiu aferir:

As atitudes educacionais dos professores face à promoção do sucesso dos alunos e todo um conjunto de fragilidades que os professores sentem no todo do conceito escola.

A relevância do programa, promotor de sucesso educativo, face à evolução positiva de resultados de sucesso, com ações diversificadas, devidamente estruturadas e com uma linha condutora. A criação deste programa de ação/ intervenção, é potenciador de conhecimento e de novas ações, propícias a novas aprendizagens e a práticas de intervenção inovadoras.

Sente-se por parte dos professores a importância da aquisição de recursos materiais e tecnológicos, de modo a facilitar e potenciar os projetos.

Constrangimentos à implementação do PNPSE:

articulação deficiente ou falta dela com as autarquias;

exigência de uma formação específica por parte dos professores para responder aos desafios que se colocam;

resistência à mudança por parte dos alguns docentes;

não garantir a prossecução do Plano.

Potencialidades do PNPSE:

o sucesso escolar (intrínseca ao Plano);

legalizar a legítima contribuição para autonomia de Escola;

permitir a contribuição alargada de vários atores, designadamente Escola/Autarquia/Pais e EE(s).

Balanço da implementação do PNPSE:

está a mudar práticas, a criar novas dinâmicas e interações entre os vários interlocutores, sempre com o propósito de garantir o sucesso de todos os alunos;

os Agrupamento de Escolas/Escolas Não Agrupadas elaboraram o Plano de Ação Estratégico identificando, assim, as principais fragilidades, estratégias de intervenção e necessidades formação contínua em contexto escolar;

gerar aproximações e entendimentos entre os diferentes interlocutores (Escolas e Autarquias) do território e minorar os constrangimentos.

Referências Bibliográficas

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação*: *Um guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores.

Afonso, N. (2012). *Políticas promotoras do sucesso escolar* in Alves, J. & Moreira, L. (org.), Projeto Fénix: as artes do voo e as ciências da navegação. Porto: Universidade Católica do Porto, pp. 149-155.

Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Alarcão, I. (2000). *Escola reflexiva e supervisão: uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora.

Almeida, L. e Freire, T. (2003). *Metodologias da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Alvarenga, I. (2011). *A planificação docente e o sucesso do processo ensino-aprendizagem.* Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Alves, M. M., Ribeiro, R., e Simões, F. (2013). *Universal design for learning (UDL): Contributos para uma escola para todos* (pp. 121-146). Tecnologias da Informação em Educação. Indagatio Didática.

Amorim, M. & Alves, M. (2015). *Os fatores organizacionais e o (in)sucesso escolar* in Machado, J. (coord.) et al., Educação, territórios e desenvolvimento: atas do I seminário internacional, vol. II. Porto: Universidade Católica Portuguesa do Porto. Faculdade de Educação e Psicologia, pp. 567-578.

(Acedido em http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/12484/3/ATAS_VOL_II-2.pdf).

Antunes, F. & Sá, V. (2010). *Estado, escolas e famílias: públicos escolares e regulação da educação* in Revista Brasileira de Educação, v. 15. n.º 45 set./dez., pp. 468-593. (Acedido em http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/06.pdf).

Azevedo, J. (1998). *Novas metáforas para a (des)orientação profissional* in Saber & Educar. n.º 3, pp. 41-51. (Acedido em http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/208).

Azevedo, J. (2011). *Como se tece o (in)sucesso escolar: o papel crucial dos professores*. Porto: Universidade Católica Editora.

Disponível em:

http://www.joaquimazevedo.com/Images/BibTex/Sucesso%20escolartexto%20para%20livro%20%20Joaquim%20Machado%20v%202.pdf, consultado em 14 de março de 2020

Azevedo, J. (2013). *Como se tese o (in)sucesso escolar: o papel crucial dos professores* in Machado, J. & Alves, J. (org.), Melhorar a escola: sucesso escolar, disciplina, motivação, direção de escolas e políticas educativas. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da UCP/ Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH) & Serviço de Apoio à Melhoria das Escolas (SAME), pp. 39-54.

Baptista, C., & Sousa, M. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha* (4.ª Ed.). Lisboa: Pactor.

Barbour, R. S., & Kitzinger, (2008). *Developing Focus Group Research & Politics,Theory & Practice*. Londres: Sage.

Bartolomeis, F. (1984). Introdução à Didática da Escola Ativa. Lisboa: Livros Horizonte.

Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação* (4.ª ed.). Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.

Benavente, A. (1990). *Escola, professoras e processos de Mudança*. Lisboa: Livroshorizonte, Colecção Biblioteca do educado.

Bisquerra, R. (2004). *Metodología de la Investigación Educativa* (pp. 51-87). Madrid: La Muralla.

Blázquez, E. F. (1991). *La Investigación-Acción. Metodos y tecnicas de investigacióncualitativas*. Proyectos curriculares y de Investigación-acción (pp. 75-99). Alcoy: Marfil.

Bogdan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as escolas. Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas.* Porto: Edições ASA.

Bolívar, A. (2012). *Melhorar os processos e os resultados educativos. O que nos ensina a investigação.* Lisboa: Fundação Manuel Leão.

Capucha, L. (Coord.) (2009). *Mais Escolaridade – realidade e ambição*. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória Lisboa, Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Carrolo, C. (1997). *Viver e construir a profissão docente* (pp. 81- 113). Porto: Porto Editora.

Carmo, H., & Ferreira, M. M., 1998. *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cavaco, M. H. (1993). *Ser professor em Portugal*. Colecção Terra Nostra. Lisboa: Editorial Teorema.

Coll, C., & Solé, I. (2004). *Ensinar e aprender no contexto da sala de aula*. São Paulo: Artmed Editora.

Conselho Nacional de Educação (CNE). (2015). *Estado da educação 2015.* Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Costa, P. B. A. (2016). *Formação continuada de docentes* (dissertação de mestrado). Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa, Portugal.

Cid, M., Verdasca, J., Oliveira, M., Borralho, A., Grácio, L., Chaleta, E., Fialho, I. & Monginho, R. (2014). *Os cursos científico-humanísticos e o alargamento da escolaridade obrigatória*. Medidas educativas de inclusão. Lisboa: MEC -DGE.

Fernandes, M. (2000). *Mudança e inovação na pós-modernidade: Perspectivas curriculares*. Porto: Porto Editora.

Flores, M. A. (2015). *Formação de professores: Questões críticas e desafios a considerar.* Lisboa: Comissão Nacional de Educação.

Fonseca, P. N., Gouveia, V. V., Gouveia, Rildésia S. V., Pimentel, C. E., & Medeiros, E. D. (2007). *Escala de atitudes frente à escola: validade fatorial e consistência interna*. Psicologia Escolar e Educacional (pp. 285-297). Brasil: Campinas.

Freire, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Franco, M. A. R. S. (2012). *Pedagogia e prática docente*. São Paulo: Cortez.

Fullan, M. (2002). *Las fuerzas del cambio.* Madrid: Akal.

Fullan, M. (2003). *Liderar numa cultura de mudança.* Porto: Edições ASA.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Lisboa: McGraw-Hill.

Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. (2ªEd.). Lisboa: Edições Sílabo.

Leite, C. (2003). *Para uma escola curricularmente inteligente.* Porto: Edições ASA.

Marcelo, C. (1997). *A formação de professores: Novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor* (pp. 51-77). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Martins, M. E. G. (2005). *Introdução à Probabilidade e à Estatística.* Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Missão (2019). *Desafios e oportunidades das comunidades intermunicipais na promoção do sucesso escolar*. Norte 2020 - Educação para todos. Boletim dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, 8, 10-12. Disponível em: http://norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/piicie_8.pdf

Moreira, L. (2014). *Projeto Fénix: Sentidos de um projeto emergente na construção do sucesso escolar*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Niza, S. (1997). *Formação cooperada*. Lisboa: Educa, Movimento da Escola Moderna Portuguesa e Autor.

Nóvoa, A. (1988). *Inovação para o sucesso escolar*. Lisboa.

Nóvoa, A. (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Nóvoa, A. (1999). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.

Nóvoa, A. (2007). *O regresso dos professores* (pp. 21-28). In Comunicação Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a equidade de aprendizagem ao longo da vida. Lisboa: ME/DGRHE.

Nóvoa, A. (2008). *O regresso dos professores* (pp. 21-28). Lisboa: Ministério da Educação.

Nóvoa, A. (2014). O professor na educação do século 21 (p.16). *Revista Gestão Educacional.*

Nunes, A. S. (1977). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial, Colecção Análise Social.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Grádiva.

Raymond, M. E. & Negassi, Y. (2015). *O quinto compromisso. Desenvolvimento de um sistema de garantia do desempenho educativo em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rosa, S. P. F. I. M., & Schnetzler, P. R. (2003). *A Investigação-ação na Formação Continuada de Professores de Ciências* (pp. 27 – 39). Ciência e Educação.

Sanches, I. (2001*). Comportamentos e estratégias de actuação na sala de aula*. Porto: Porto Editora.

Sandin, M. (2003). *Investigácion Cualitativa en Educación. Fundamentos y tradiciones*. Madrid: McGraw-Hill.

Santos Guerra, M. (2001). *A escola que aprende.* Porto: Edições ASA.

Sebarroja, J. (2001). *A aventura de inovar. A mudança na escola*. Porto: Porto Editora.

Silva, J. C. & Silva, M. M. (2015). *Colaboração entre Professores e Autoeficácia Docente: Que relações?* (pp. 87-109). *Revista Portuguesa de Educação.*

Silva, J. C. (2011). Formação Continuada dos Professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. *Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação.*

Silva, A. M. C. (2002). *Formação contínua de professores, construção de identidade e desenvolvimento professional* (pp.119-137). Porto: Porto Editora.

Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Teodoro, A. (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo. Os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Thurler, M. G., & Perrenoud, P. (1995). *A Escola e a Mudança*. Contributos Sociológicos. Lisboa: Escolar Editora.

Tuckman, B. (2005). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Verdasca, J. (2013). *Promovendo o sucesso escolar: lições de práticas recentes*. Em J. M. J. Machado, Melhorar a Escola: *Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas* (pp. 17-38). Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Verdasca, J. L. (2015). *Território, Educação e Desenvolvimento Local: dilemas educacionais em territórios do interior*. I Seminário Internacional Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano, v. I - Conferências e Intervenções, pp. 80-89. Porto.

Referências legislativas

Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho.

Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Despacho normativo n.º 4-A/2016, de 16 de junho.

Edital do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Abertura de candidatura à apresentação de planos de ação estratégica dos Agrupamentos/Escolas não Agrupadas com vista à promoção do sucesso escolar.

Programa do XXI Governo Constitucional 2015 – 2019.

Resolução do Conselho de Ministros N.º 23/2016, Diário da República, 1.ª série, N.º 70, 11 de abril de 2016.

Documentos consultados na escola em estudo

Plano de Ação Estratégica.

Plano de Melhoria.

Projeto Educativo.

Relatório de Resultados 2015/2016.

Relatório de Autoavaliação 2016/2017.

Relatório Fénix (3.º período) 2016/2017.

Relatório da Inspeção-Geral da Educação e Ciência no âmbito da “Avaliação Externa das Escolas” - 2013-2014.

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O PAPEL DA MOTIVAÇÃO EM EQUIPES NO SEGMENTO DE VENDAS

Rafael Alves Pedrosa[1]
Elizângela de Jesus Oliveira[2]

Resumo: A motivação é um assunto que desperta a atenção das grandes organizações e a preocupação de seus administradores. Ter uma equipe de vendas motivada, disposta a enfrentar os novos desafios, tornou-se questão de sobrevivência na era da economia globalizada. Este trabalho tem como objetivo analisar o estado motivacional das equipes de vendas. Utilizou-se, como ferramenta de coleta de dados, um questionário semiestruturado, para levantar informações que corroboraram com a literatura estudada e permitem compreender a importância da motivação para os profissionais de vendas. O resultado foi satisfatório, pois evidencia a motivação como elemento importante para o processo de crescimento sustentável de pessoas e equipes no contexto aqui estudado.

Palavras-chaves: Motivação. Vendas. Teoria de Maslow.

Abstract: Motivation is a subject that is calling attention of big organizations and their managers. Having a motivated Sales Team willing to face new challenges has become a survival issue in this globalized economic era. This paper work has the objective of analyzing the motivational condition of the Sales Teams of a retail stores. It was used, as a tool of data gathering, a questionnaire, based upon Theory of Needs by Maslow, to raise information that had reinforced the literature studied. The result was satisfactory, because it was able to get to know the strong spots and the ones that must be improved in the studied stores.

[1] Doutorado em Planejamento e Gestão pela Universidade Federal do ABC. r.pedrosa@hotmail.com

[2]Professora da UFAM - Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba e Mestre em Administração pela FPL - Fundação Pedro Leolpodo de Minas Gerais. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente da Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. É Professora Autora e Conteudista em EaD das disciplinas para Graduação EaD e Pós-Graduação em EaD (Teorias Administrativas, Gestão de Pessoas, RSC e Governança Corporativa). Possui experiência como Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância para Cursos Superiores e na Coordenação da Pós-Graduação em Gestão Pública. Atua na Avaliação de diversos periódicos e seminários no Brasil na área das Ciências Sociais Aplicadas. É credenciada do BASIS/INEP - AVALIADORA DO MEC dos cursos de Graduação de Administração, CST em Processo Gerenciais e áreas correlatas (Presencial e na Modalidade EaD). E-mail: elizoliveirajesus@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Keywords: Motivation, Sales, Maslow's Theory.

1.Introdução

O ambiente de trabalho, por mais simples que possa parecer, está diretamente condicionado ao grau de motivação de sua equipe. No momento em que os preços e a tecnologia oferecidos são praticamente iguais, o grande diferencial competitivo nas organizações são as pessoas que nelas trabalham. Funcionários motivados e comprometidos, capazes de improvisar, inovar e investir em si mesmos para o progresso de suas companhias são a grande vantagem competitiva deste século necessário (CARPES *et. al*; RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R, 2017).

Desta forma, estabeleceu-se como problema o seguinte questionamento: os vendedores sentem-se motivados no seu trabalho?

A população estudada faz parte de um dos maiores nichos de funções legalmente registradas do estado do SP, que envolvem, além do comércio, vários outros segmentos, como fábricas e indústria em geral. Sendo a função que mais apresenta discrepâncias de resultados entre indivíduos que desempenham a mesma função e assim fazem da motivação um fator considerado diferencial fundamental.

O tema do trabalho justifica-se pelo fato de poder contribuir com as estratégias das empresas atuantes no segmento de vendas e suas equipes, através da análise do papel da motivação das equipes e, também, verificar o nível de influência desta nos resultados. A partir de então, foi estabelecido também o objetivo geral de analisar o nível motivacional das equipes de vendas de três lojas do grupo.

O método escolhido para realização desta pesquisa foi a revisão bibliográfica exploratória, que, de acordo com Martins e Theóphilo (2007), trata-se de uma investigação que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real, em que o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade da situação e criativamente descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

Fazer uma análise comparativa entre motivação e vendas é relevante pelo fato de a profissão de vendedor se constituir muito de altos e baixos. Para Massie (1998), poucas profissões são tão inerentemente marcadas pela rejeição, carregadas de vicissitudes, sujeitas a extremos da sorte e, em qualquer que seja a situação, os vendedores têm sempre que estar motivados para poder realizar seu trabalho de forma adequada e satisfatória.

Os resultados obtidos pela pesquisa demonstram que a teoria de Maslow não pode ser considerada como algo rígido, uma vez que os vendedores, mesmo sem ter suas necessidades fisiológicas totalmente atendidas, comprovando a ideia de Tevah (2005) sobre a importante necessidade que cada um tem de se sentir fazendo parte de um grupo, ou de uma equipe.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Motivação Humana

De acordo com Chiavenato (2002), é difícil definir exatamente o conceito de motivação, uma vez que tem sido utilizado com diferentes sentidos. De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a uma propensão, a um comportamento específico necessário (CARPES *et. al*; RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R, 2017).

Marins (2007) explica que motivar é ter motivos para trabalhar, para se dedicar, para se comprometer, para querer vencer e aprender. Para o trabalho, a insatisfação e a desmotivação são desastrosos tanto para as organizações quanto para o trabalhador. As organizações se constroem ou se destroem pelo desempenho das pessoas que nelas trabalham. O ser humano, no contexto organizacional, é o diferenciador que impulsiona e, às vezes, até desestabiliza o desenvolvimento da organização.

Segundo Robbins (2009), podemos definir motivação como um comportamento externado. As pessoas motivadas dedicam um esforço maior ao seu desempenho do que as desmotivadas. Uma definição mais descritiva, embora menos substantiva, descreve a Motivação como a disposição para fazer alguma coisa, que é condicionada pela capacidade dessa ação de satisfazer uma necessidade do indivíduo.

Para compreender a motivação humana no trabalho e a forma pela qual as teorias motivacionais a abordam, é fundamental o conhecimento do conceito da natureza humana, da definição de trabalho e da função, quer seja no nível do indivíduo, quer seja da sociedade mais ampla adotada por cada uma delas. A compreensão das teorias motivacionais exige a análise de seus pressupostos valorativos e de suas propostas fundamentais. É importante ressaltar que as teorias estudadas são balizadas por esses fatores e que a sua contribuição deve ser avaliada considerando-se tais limitações (AGUIAR, 1992).

A preocupação com as pessoas na administração moderna está bem evidenciada em Chiavenato (2002). As organizações são constituídas de pessoas e dependem delas para atingir seus objetivos e cumprir suas missões. E, para as pessoas, as organizações constituem um

meio pelo qual elas podem alcançar vários objetivos pessoais, com um mínimo custo de tempo, de esforço e de conflito. O autor deixa clara a importância da harmonia entre organização e pessoas para um bom desempenho de uma empresa necessário (CARPES *et. al*; RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R, 2017).

Ajudar as pessoas a superar dificuldades criadas por elas mesmas é uma situação típica "ganha-ganha" com a qual se deparam os gerentes. Quando um membro da equipe realiza seu potencial, tanto o indivíduo quanto a organização colhem os frutos (HARVARD BUSINESS REVIEW, 2005).

Conforme Machado (2001), a solução, um tanto complexa, para a grande parte dos autores é criar uma motivação duradoura e autossustentável em sua vida e, dessa forma, não se deixar abater quando as dificuldades surgirem. Hoje já há uma grande preocupação em criar um clima empresarial em que as pessoas tenham ambiente de respeito, valorização e motivação. O que anteriormente era um instrumento da área de recursos humanos passa a integrar cada vez mais a estratégia superior das empresas.

Bergamini (1997) afirma que as pessoas trazem, dentro de si mesmas, seus potenciais motivacionais, que são as suas necessidades, as suas pulsões e os seus desejos. A forma pela qual esse conjunto é atendido determina maiores ou menores níveis de satisfação motivacional. É por isso que medidas administrativas de caráter genérico e impessoal podem ser consideradas como altamente desmotivantes. Da mesma forma, as organizações devem considerar que são impotentes para motivar quem quer que seja, pois as pessoas já estão motivadas ao serem portadoras de necessidades próprias. Elas só podem oferecer a oportunidade para que as forças motivacionais entrem em ação. Parece ser um paradoxo o fato de não se conseguir motivar quem quer que seja ao mesmo tempo em que se é capaz de desmotivar os outros pelo não-atendimento da sua diferença individual.

O mesmo autor afirma que as carências representam estados interiores, por isso, não se podem criar necessidades motivacionais dentro de alguém. São as necessidades e não aquilo que satisfaz essas necessidades a fonte da sinergia motivacional. Segundo ele, em situação de trabalho, por exemplo, só valorizará novos desafios quem estiver aborrecido com a rotina de atividades repetitivas e desinteressantes; só valorizará o relacionamento harmônico com os colegas aqueles que se sintam realmente mal por estarem privados de uma convivência agradável, e assim por diante.

2.2 A Relação de Motivação e Vendas

De acordo com Souza (2008), estar motivado é um fator determinante no ramo de vendas. Um vendedor desmotivado não vende e nem se vende. Ele não passa a segurança que o cliente precisa receber, além de demonstrar a todos a sua insatisfação. Um vendedor sem motivação dificilmente alcança as metas, tanto das empresas quanto as próprias.

Spitzer (1997) sugere considerar os melhores vendedores de uma organização. Embora todos tenham uma habilidade inata semelhante e recebam o mesmo treinamento básico, de alguma forma, os melhores geram resultados muito superiores. Esses melhores vendedores fazem o que precisa ser feito, quando precisa ser feito; engajam-se no planejamento adequado sem que seja preciso pedir que o façam; saem às ruas e telefonam para os clientes; e não adiam. Em suma, são mais motivados. Não se sentam no escritório e esperam ou lamentam; não gastam energia reclamando de clientes reticentes; tomam atitudes persistentes positivas.

O mercado de vendas fala muito em motivação, as empresas possuem equipes inteiras tentando diariamente fechar novas vendas e atingir as tão sonhadas metas, e passam muito mais tempo do que deveriam se perguntando: "Minha equipe está motivada?". De acordo com Tomanini (2008), ao chegarem à conclusão de que "falta motivação", muitas empresas, considerando ser a solução do problema, vão atrás dos célebres palestrantes motivacionais. A tendência dessas palestras é que as pessoas se sintam emocionadas e, no momento que a emoção passar, tudo volte a ser como era antes.

Segundo Marins (2007), existem, no mínimo, dois tipos de motivação: a emocional e a cognitiva. A emocional, como o próprio nome diz, usa a emoção das pessoas por meio de depoimentos e da descrição de casos e situações. Já a motivação cognitiva discute as razões, os motivos de ordem lógica e racional para se ter este ou aquele comportamento necessário (CARPES *et. al*; RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R, 2017).

Atualmente, são muitos autores que se referem à importância das fontes internas de energia motivacional, deixando sempre implícita a crença de que nada se pode fazer para conseguir motivação de uma pessoa a não ser que ela mesma esteja envolvida, de forma espontânea nesse processo. De acordo com Bergamini (1990), uma pessoa não pode jamais motivar outra, o que ela pode fazer é estimulá-la.

É necessário conhecer a equipe de vendas, saber quais são suas limitações, prestar atenção exatamente onde estão os problemas, entender suas principais dificuldades, afinal, é conhecendo as dificuldades que se busca a solução para os problemas que provêm delas. As equipes de vendas precisam estar entrosadas, não adianta darem as mãos uma ou duas vezes ao ano e gritarem juntas o quanto se amam. É entrosamento no dia a dia, nas falhas e nas

vitórias. Ao invés de pensar em motivação, é melhor pensar em incentivo e estímulos. Realizar táticas que mantenham a equipe sempre em busca do estimulo necessário (CARPES *et. al*; RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R, 2017).

Chiavenato (2002) faz uso de três premissas para explicar o comportamento humano. Na primeira, o comportamento é causado por estímulos internos ou externos. Na segunda, o comportamento não é casual nem aleatório, mas sempre orientado e dirigido para algum objetivo. Na terceira e última, em todo o comportamento existe sempre um impulso, um desejo, uma necessidade, uma tendência, expressões que servem para designar os motivos do comportamento.

Dentro desse contexto, pode-se concluir que, antes de se pensar em motivação, é importante conhecer um pouco da história de cada pessoa da sua equipe de vendas e procurar perceber como ela reage perante certas situações (vitórias, derrotas, alegrias e frustrações).

2.3 Teorias da Motivação

Conforme afirma Bergamini (1990), para que se possa compreender mais adequadamente o verdadeiro sentido que têm as atuais teorias sobre motivação, é necessário investigar-se, primeiro e com certo cuidado, como o pensamento foi se transformando através dos tempos a esse respeito.

Chiavenato (2002) afirma que a primeira concepção surgiu no início do século XX e foi oferecida pela teoria da administração científica de Taylor, Gilbreth, Gantt e outros. Essa teoria procurou passar a visão do homem motivado exclusivamente por recompensas salariais, econômicas ou físicas.

A segunda concepção, de acordo com o mesmo autor, surgiu na década de 1930 com a teoria das relações humanas de Mayo, Lewin, Roethkusberger, Dickson e outros psicólogos sociais. Foi a abordagem do homem motivado exclusivamente por recompensas sociais. Essa teoria tentou provar que as pessoas trabalham e se esforçam para poder conviver com seus semelhantes em grupos sociais ou em organizações.

A terceira surgiu com o aparecimento da teoria da burocracia na teoria das organizações e seu posterior desdobramento na teoria estruturalista no início da década de 1950. Essa abordagem procurou conciliar e integrar os dois conceitos anteriores.

A quarta concepção veio com a teoria comportamental no final da década de 1950. De acordo com vários estudiosos do assunto, essa teoria marca a mais profunda influência do

comportamento na administração. Para muitos, representa a aplicação da psicologia organizacional à administração. Essa teoria se assenta em novas proposições acerca da motivação humana, notadamente as contribuições de McGregor, Maslow e Herzberg. O administrador precisa conhecer os mecanismos motivacionais para poder dirigir adequadamente as pessoas. Segundo essa ideia, as pessoas recebem e processam informações do ambiente que as envolve e tomam incessantemente decisões a respeito de todos os seus atos cotidianos.

A teoria da contingência, apontada por Chiavenato (2002) como a quinta concepção, enfatiza a abordagem do homem complexo. Essa teoria aborda cada pessoa como um mundo à parte, uma realidade distinta das demais. As pessoas são mais bem compreendidas quando situadas em seu contexto e nas situações com que interagem continuamente.

2.3.1 A Teoria das Necessidades de Maslow

A teoria da motivação humana proposta por Maslow, de acordo com Aguiar (1992), é uma teoria que considera o ser humano na sua totalidade, dando ênfase à integração dinâmica dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Para Chiavenato (2002), as chamadas teorias das necessidades partem do princípio de que os motivos do comportamento humano residem no próprio indivíduo: algumas são conscientes outras não.

Muitas perguntas são feitas a respeito do trabalho de Maslow querendo saber o que o torna ele tão relevante. De acordo com Bueno (2002), num campo frequentemente influenciado, ele apresentou uma coerente, unificada e compreensiva maneira de observar o comportamento humano no local de trabalho.

Maslow teve muitos críticos, mas deve-se considerar que, sem sua contribuição, dificilmente se teria chegado próximo a um melhor entendimento sobre a complexidade da motivação humana. A Figura 1 demonstra o arranjo hierárquico proposto por Maslow, segundo ele, as necessidades humanas estão organizadas em uma pirâmide de importância e de significativa influência no comportamento humano. Na base da pirâmide, situam-se as necessidades mais baixas e recorrentes, as chamadas necessidades primárias, enquanto no topo estão as mais sofisticadas e intelectualizadas, as necessidades secundárias.

Figura 1: O Modelo de Maslow

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2004)

Na pirâmide de Maslow, percebem-se cinco níveis de necessidades: na base, as fisiológicas (fome, sede sono, etc.) são as necessidades relacionadas com a sobrevivência e a existência do indivíduo. No segundo plano, estão as necessidades de segurança (proteção e abrigo), que levam a pessoa a buscar proteger-se de qualquer perigo, real ou imaginário.

No centro da pirâmide, estão as necessidades sociais (amizade, amor, pertencer ao grupo), que são as necessidades relacionadas com a vida associativa do indivíduo junto a outras pessoas.

Em seguida, têm-se as necessidades de auto- estima (status, prestígio, auto respeito, autoconfiança, reconhecimento), que são as relacionadas com a maneira pela qual a pessoa se vê e se avalia. E, por fim, no topo da pirâmide, estão as necessidades de autorrealização (crescimento, desenvolvimento pessoal, sucesso profissional), que são as que levam cada pessoa a tentar realizar seu próprio potencial e se desenvolver continuamente como criatura humana ao longo de toda a vida.

A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow pressupõe os seguintes aspectos: somente quando um nível inferior de necessidade está satisfeito é que um nível mais superior surge no comportamento; uma necessidade satisfeita não é motivadora de comportamento; apenas as necessidades não- satisfeitas influenciam o comportamento, dirigindo-o para objetivos individuais; no momento em que a pessoa começa a controlar suas necessidades fisiológicas e de segurança, surgem lenta e gradativamente as necessidades mais elevadas.

2.4 A Relação Motivação x Liderança

De acordo com Aguiar (1992), não cabe a ninguém motivar aqueles que trabalham nas organizações, portanto, não é essa a tarefa do chefe imediato, ele não tem condições para isso. No entanto, tem-se verificado que o despreparo dos supervisores a respeito do assunto tem criado situações que comprometem seriamente a manutenção da satisfação motivacional daqueles que já chegam motivados para o seu primeiro dia de trabalho.

Segundo Penna (2008), alguns especialistas afirmam que, quando um funcionário fala mal da empresa, a chance de estar se referindo ao chefe direto é de 80%. De acordo com eles, é na convivência diária que os conflitos se manifestam. Por outro lado, quando faz um elogio, é sinal de que essa relação vai bem.

Se, há algum tempo, a figura do chefe era reduzida à caracterização de alguém a quem cabia reger disciplinarmente um grupo de trabalhadores, hoje esse perfil assume novas características devido aos crescentes graus de sofisticação tecnológica pelos quais vêm passando as organizações contemporâneas. Os líderes vêm sendo bastante criticados pelo fato de tornarem o local de trabalho tenso, confundindo seriedade e tensão. É possível, de acordo com Tevah (2005), ter um ambiente altamente profissional e alegre.

Outro problema abordado por Tevah (2005), nas lideranças, é a falta de habilidade em criar um espírito de equipe nas pessoas. Para ele, é extremamente natural e faz parte da evolução do ser humano o sentimento de pertencerem a uma equipe, a um time. Percebe-se que, em muitas equipes, cada pessoa se sente um ser isolado e que o trabalho do outro em nada influencia o conceito do setor. A empresa, por vezes, é um ser distante de cada um. Mas o próprio setor é algo bem próximo.

3. Metodologia

Com base nos objetivos, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois, de acordo com Gil (2007, p.42):

> As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, [...], uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática.

Já com base nos procedimentos utilizados, foi realizado o estudo, que, segundo Yin (2005), é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto

da vida real. Este estudo de caso foca a análise da motivação das equipes de vendas, visto que esta tem fundamental importância nos resultados financeiros da empresa.

Para o desenvolvimento do tema, fez-se necessário um embasamento teórico através de pesquisas bibliográficas em diversos livros, revistas e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica, usada neste estudo, busca o entendimento do assunto em torno de teorias existentes em livros, revistas e artigos escritos sobre o tema a ser analisado.

Os dados foram coletados pessoalmente, e por questionário *online* através de um questionário semiestruturado, aplicado entre os meses de agosto e outubro de 2018, a 120 vendedores.

O questionário, do tipo fechado, utilizado neste trabalho, tem na sua construção questões de resposta fechada, permitindo obter respostas que possibilitam a comparação com outros instrumentos de recolha de dados. Este tipo de questionário facilita o tratamento e análise da informação, exigindo menos tempo. Por outro lado, a aplicação deste tipo de questionário pode não ser vantajosa, pois facilita a resposta para um sujeito que não saberia ou que poderia ter dificuldade acrescida em responder a uma determinada questão. Os questionários fechados são bastante objetivos e requerem um menor esforço por parte dos sujeitos aos quais é aplicado.

O questionário não necessitou de pré-teste de aplicação, pois já foi utilizado por outros pesquisadores, como Gradisching (2004), como instrumento de levantamento de dados.

Além da utilização do questionário, o pesquisador também valeu-se de observação in loco e conversas informais com os entrevistados durante a realização da pesquisa, o que trouxe maior riqueza de detalhes e esclareceu algumas das opiniões dos vendedores.

A técnica de análise dos dados utilizada foi a análise quantitativa sendo que, após coletados os dados, foram compilados formando gráficos para facilitar o entendimento. Além disso, os resultados foram comparados à teoria pesquisada para embasar as sugestões de melhoria feitas à empresa.

Também se estabeleceu uma relação entre os resultados obtidos através do questionário aplicado com a teoria pesquisada para um melhor entendimento dos resultados e embasamento das conclusões obtidas desta forma.

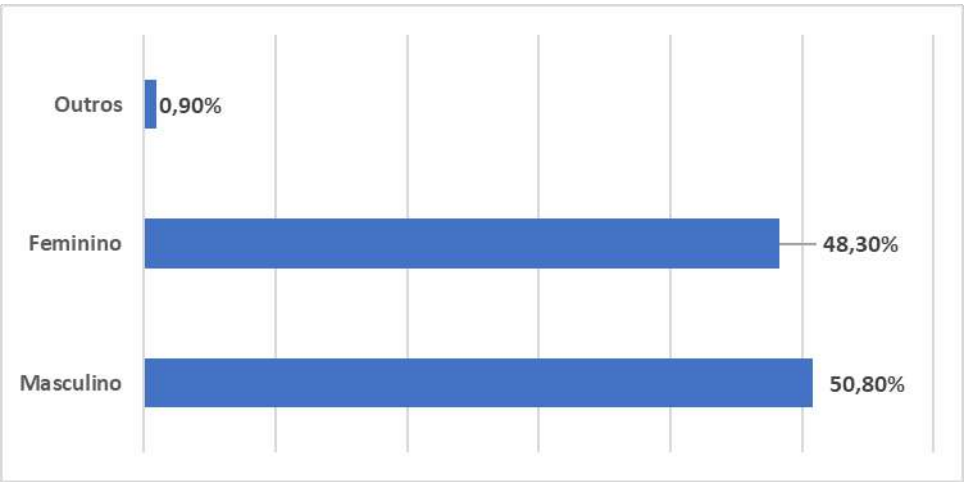
4. Resultados e Discussão

A seguir, são apresentados os resultados obtidos analisando-se as respostas dos vendedores entrevistados, possibilitando o delineamento do perfil da amostra entrevistada assim como

também se fez possível reunir elementos que demonstram a importância da motivação para os resultados obtidos pelos vendedores no que cerne suas atividades professionais.

Destarte fora iniciado o questionário com a identificação de gênero dos entrevistados, estratificada conforme mostra figura 2:

Figura2: Gênero dos entrevistados



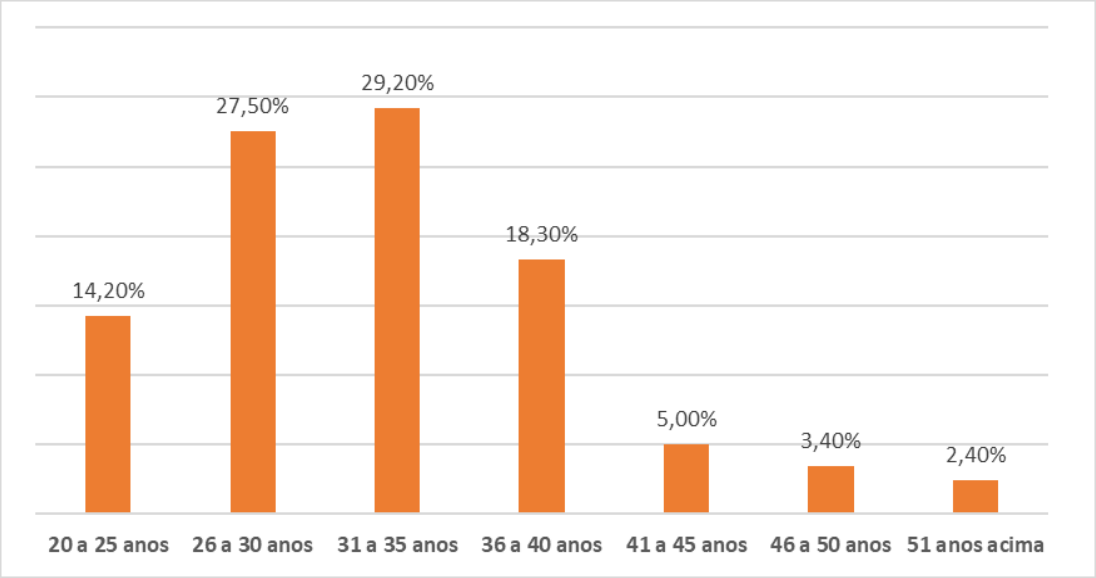
Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se perceber o equilíbrio entre a distinção de gênero dos entrevistados da amostra aqui estudada, onde se obteve resultados que apontam ser do gênero masculino um percentual equivalente a 50,80%, já em referência ao gênero feminino um total de 48,30% dos entrevistados e por fim os demais 0,90% restantes se identificaram na categoria “outros” que enquadra todas as definições de gênero fora daquelas denominadas como masculino ou feminino.

Os indicadores aqui demonstrados indicam que há um relativo equilíbrio entre os profissionais do gênero masculino e feminino na ocupação de vagas de vendedores, e estes resultados ainda corroboram e com as teorias que apontam essa profissão como a de maior equidade de condições de disputa por vagas entre os gêneros e fazem de fatores outros dentre os quais esta a motivação como o fiel da balança para ser o diferencial do profissional que atua nesta área.

Afim de apurar melhor o perfil dos vendedores entrevistados, fez-se uma categorização da idade por faixa etária dos respondentes, permitindo assim, uma delineação mais apurada dos aspectos pessoais dos entrevistados, que deram subsidio para identificação de outros fatores analisados nesta pesquisa, conforme mostra a figura 3:

Figura 3: Idade dos entrevistados



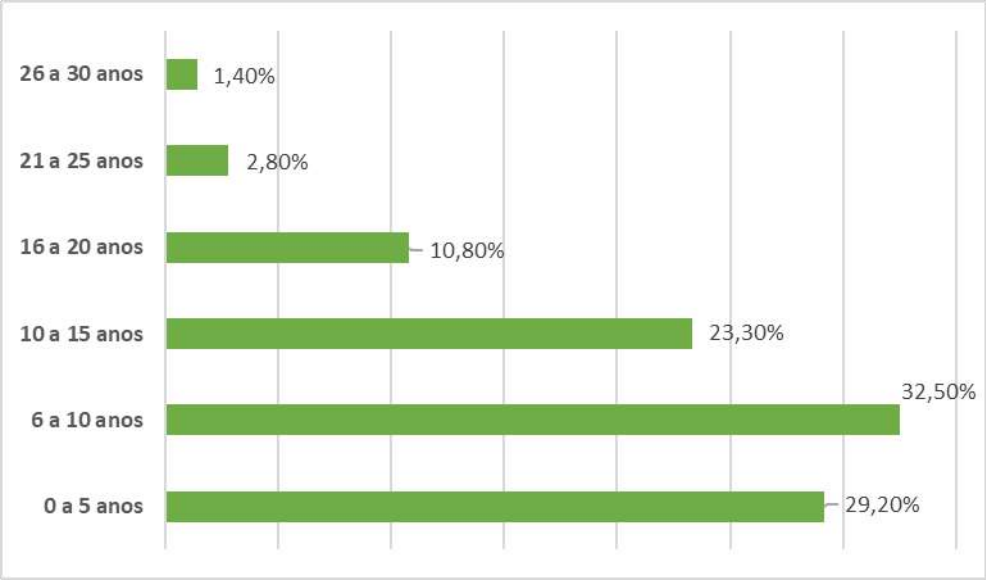
Fonte: Elaborado pelos autores

Os entrevistados estão distribuídos da seguinte forma dentro das faixas etárias pré-definidas. Na casa dos 20 aos 25 anos estão 14,20%, na casa dos 26 aos 30 anos temos o segundo maior indicador relacionado com 27,50%, e entre 31 e 35 anos temos o resultado mais expressivo desta amostra com 29,20% do total. Na sequência seguem as demais faixas etárias categorizadas em 36 a 40 anos, 41 a 45 anos, 46 a 50 anos e de 51 anos para cima representados com percentuais decrescentes de 18,30%, 5,0%. 3,40% e 2,40% respectivamente.

De fato, não há descriminação com a idade dos vendedores na maioria dos segmentos onde estes atuam, ao contrário, em algumas delas a experiência pode se tornar inclusive o diferencial importante para o bom desempenho e obtenção de melhores resultados, sobretudo em áreas de venda mais técnicas e especificas onde a idade tende a passar maior segurança aos clientes.

Afim de apurar melhor o contato temporal e a experiência dos entrevistados com a área de vendas foram indagados sobre o tempo em que atuam diretamente com vendas e os resultados estão estruturados conforme, figura 4:

Figura 4: Tempo de atuação dos entrevistados na área de vendas



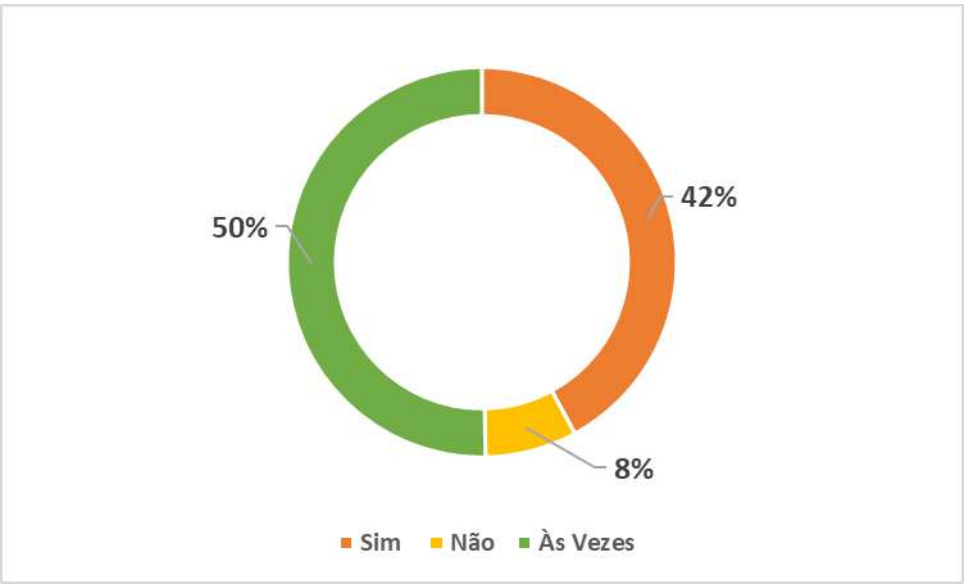
Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados da abordagem aos entrevistados trouxeram números expressivos sobretudo as duas faixas temporais de experiência iniciais aqui utilizadas que são, a de 0 a 5 anos com 29,20% e de 6 a 10 anos com 32,50% que somente entre si já somam mais da metade dos enquadramentos aqui estudados. Na sequência decrescente aparecem os vendedores com experiência entre 10 e 15 anos na área com 23,30%, os que estão no grupo que possui entre 16 e 20 anos de experiência estão outros 10,80% e por fim aparecem as categorias entre 21 a 25 anos e 26 a 30 anos com 2,80% e 1,40% respectivamente.

Há claramente diante da bagagem profissional dos vendedores aqui entrevistados uma amostra qualificada e capaz de avaliar e opinar sobre os questionamentos realizados na continuidade deste estudo.

Sendo exemplo disso a indagação feita na sequência aos entrevistados onde buscou-se saber se os mesmos recebem apoio de suas lideranças durante o exercício de suas atividades profissionais, conforme mostra a figura 5:

Figura 5: Recebimento de apoio motivacional dos entrevistados por parte de suas lideranças.



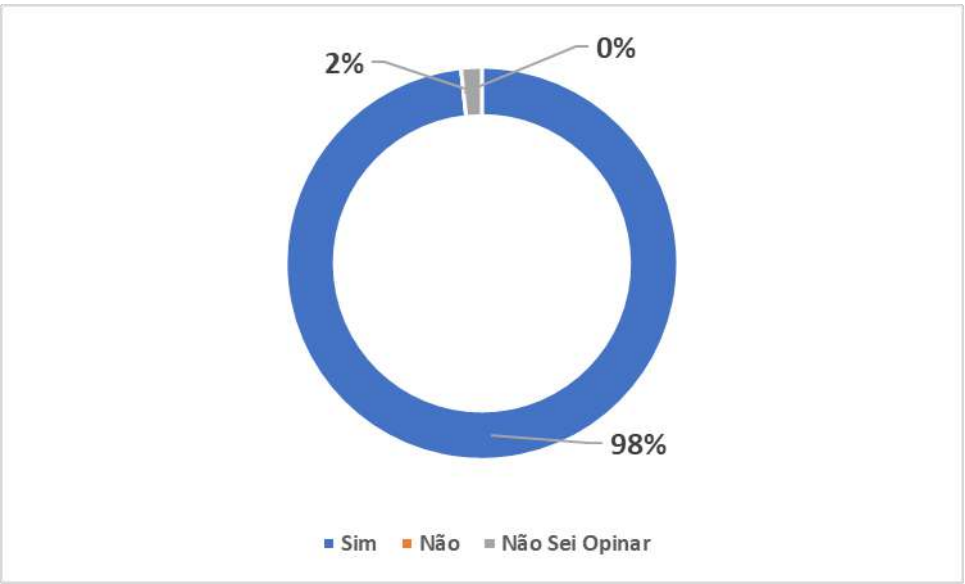
Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo responderam os entrevistados o recebimento de apoio motivacional não é uma constante em suas jornadas profissionais, ao menos não constantemente conforme informo a maioria dos respondentes. Um total de 50% dos vendedores entrevistados afirmam receber apoio motivacional da sua hierarquia apenas às vezes, ou seja, de forma descontinuada e que quando somado aos 8% que afirmam não receber nenhum tipo de apoio motivacional totalizam 58% do total entrevistado. Em contrapartida outros 42% dizem o contrário, ou seja, recebem apoio motivacional oriundo da hierarquia de forma regular.

Percebe-se que o fator motivacional apesar de comprovado por diversos estudos como ferramenta potencializadora de desempenho de equipes, continua não sendo explorado, ao menos não de forma consistente no ambiente profissional de forma ampla e conforma percebeu-se aqui no segmento de vendas não é diferente.

Destarte para analisar a importância da motivação sob a perspectiva dos profissionais dessa área (vendedores), indagou-se os mesmos sobre a motivação ser ou não um diferencial, os resultados estão estratificados, como mostra a figura 6:

Figura 6: Percepção dos entrevistados sobre a motivação ser um diferencial



Fonte: Elaborado pelos autores

É latente e cabe destacar a percepção e importância que os entrevistados atribuem a motivação e seus efeitos benéficos para o desenvolvimento do seu trabalho de forma eficiente. Diversos autores destacam que há muitas formas de se manter alguém motivado em seu ambiente profissional.

De acordo com Nelson (2007), para motivar os colaboradores pode-se estabelecer premiações para o "funcionário do mês" com base em alta produtividade, qualidade ou vendas; maior aperfeiçoamento; menor taxa de ausência, ou qualquer outro aspecto que a empresa julgue importante, pode-se colocar uma foto do colaborador num lugar de destaque e homenageá-lo durante todo o mês com almoços ou eventos.

Ainda segundo o mesmo autor, deve-se premiar o bom atendimento, por exemplo, dar um broche de prata, ou algum outro prêmio, ao funcionário que receber mais elogios de clientes; ou criar um "quadro do elogio", onde possam ser colocadas cópias de e- mails e bilhetes de agradecimentos de clientes. O gerente da loja também pode programar um sorteio mensal do qual participam os vendedores que receberam algum tipo de elogio de clientes ou que tenham tido alguma atitude proativa no período.

Não faltam exemplos a serem citados. É importante que cada empresa estude a melhor alternativa para o seu negócio e para a sua equipe, mas fica evidente que a motivação pode se tornar o diferencial buscado por organizações para o atingimento de suas metas e para a evolução de equipes e profissionais dentro dos seus contextos produtivos que no caso estudado é o segmento de vendas

5. Considerações Finais

No resultado geral, foi possível perceber que os profissionais da área de vendas, são favoráveis a uma política motivacional e esse resultado fica evidente quando 98% se mostram favoráveis à sua implementação permitindo concluir que há grande chance de êxito nesse processo. Esse resultado computado no contexto do estudo aqui apresentado demonstra a importância da motivação no ambiente profissional, aproximando as pessoas e equipes de suas metas devido seu efeito potencializador.

De acordo com Karling (2004), não existe uma fórmula única e milagrosa, mas sim uma combinação de fatores em função da necessidade individual e da equipe e do bom senso gerencial, que podem influenciar no estado motivacional da equipe de vendas.

Uma ferramenta útil para empresas com equipes de vendas seria a adoção de um sistema de coleta de ideias e sugestões de melhorias. Essas ideias poderiam ser discutidas com os funcionários da loja em reuniões mensais. Dessa forma, a empresa ouve e envolve os seus funcionários nos processos, melhorando a auto estima destes. A ideia, após aceita pelo grupo, passaria pela direção para uma segunda avaliação e, se aprovada, implantada em toda a rede de lojas, podendo o autor ser premiado.

Toda a empresa tem defeitos e virtudes, assim como as pessoas. Cabe, a cada uma, rever seus objetivos e procurar por estímulos motivacionais sustentáveis que lhe possam ajudar a superar os altos e baixos períodos de vendas. O salário não é e não pode ser considerado um fator motivacional isolado.

Criar motivação sustentável, conforme Massie (1998), é fazer escolhas na vida. Quando você monitora sua atitude, supera o medo do prazer, rejeita estímulos tóxicos, cerca-se de amigos nutritivos e organiza seu meio ambiente físico, está estabelecendo um compromisso consigo mesmo e com seu próprio desenvolvimento pessoal e competência – um compromisso que vai muito além do treinamento de sorrisos ao qual a maioria dos vendedores está habituada.

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Maria Aparecida Ferrreira de. **Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações.** São Paulo: Excellus Editora e consultoria, 1992.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação. 3**. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____ . **Motivação nas organizações**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 1997.

BUENO, Marcos. **As teorias de motivação humana e sua contribuição para a empresa humanizada (**2002). Disponível em:<http://www.cesuc.com.br>.Acesso em: 24. abr. 2008.

CARPES, A. M.; MAZZARDO, R.; RIZZATTI, A. B.; SOARES, S. S.; SILVA, A. C. C. J.; RODRIGUES, V. The Coaching Leadership in the Media. International Journal of Professional **Business Review,** v. 2, n. 2, p. 36-51, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto**. Recursos humanos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____ **. Recursos humanos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRADISCHING, Verli Elisabete**. Motivação**: um estudo de caso no setor de vendas de empresa madereira Vila Rica Ltda. Novo Hamburgo, 2004.

HARVARD BUSINESS REVIEW. **Liderança e motivação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KARLING, Damiana**. O desafio de emocionar e envolver pessoas nas organizações**. Novo Hamburgo, 2004.

MACHADO, Cleide de Lourdes Barbosa. **Motivação, qualidade de vida e participação no trabalho**. Dissertação de mestrado, UFSC, 2001.

MARINS, Luis. **Desmistificando a motivação no trabalho e na vida.** São Paulo: Harbra, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASSIE, Brigid McGrath. **Vendas para quem odeia vender**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

NELSON, Bob. **1001 maneiras de premiar seus colaboradores**. Sextante: Rio de Janeiro, 2007.

PENNA, Gabriel. **Liderança conquistada**. Disponível em: <http://vocesa.abril.com.br>. Acesso em:18 abr. 08.

RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R. Influência do Estilo de Liderança na Motivação e Conflitos Interpessoais em Empresas Familiares. **Revista de Administração FACES Journa**l, v. 16, n. 1, p. 29-44, 2017.

SPITZER, Dean R. **Supermotivação: uma estratégia para dinamizar todos os níveis da organização.** São Paulo: Futura, 1997.

SOUZA, Edmir Bitencourt de**. Motivação para o trabalho**: um estudo de caso para operadores da Petrobras Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Dissertação de mestrado, UFSC, 2001.

SOUZA, Dominic. **Motivação: sinônimo de vendas.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br, 21 jan. 2008>. Acesso em: 12 mai. 08.

TEVAH, Eduardo. **A revolução: uma jornada em busca do crescimento profissional e pessoal.** Porto Alegre: Pallotti, 2005.

TOMANINI, Claudio. Vai uma motivação aí? Disponível em: <http://www.tribunadobrasil.com.br>. Acesso em: 01 abr. 08.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

STARTUP O ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE SUA CRIAÇÃO
PROTÓTIPO DE PROJETO, COMERCIALIZAÇÃO DE FRANGOs CAIPIRA

Jeorge Felipe Gonçalves de Menezes [1]
Unilson Gomes Soares [2]

Resumo: Este objeto de estudo pretendeu mostrar a prototipação de uma *Startup* por meio de estudo da viabilidade econômica e financeira da sua criação, com a comercialização de frangos caipiras, através da inovação no modelo de comercializar o produto em natura pelo o aplicativo Ciscou Chegou e a valorização dos pequenos produtores rurais trazendo um grande desenvolvimento. Diante da potencialidade econômica do município de João Pinheiro no ramo do agronegócio e dos estudos feitos através do desenvolvimento do plano de negócio podemos observar que a criação da Startup apresenta propícia, e portanto, apresenta plenamente viabilidade econômica e financeira, evidenciado que será possível a sua implantação com retorno "quase" garantido conforme demonstrados nos indicadores. O intuito desse estudo foi desenvolver nos pequenos produtores rurais o aproveitamento dos seus produtos e com isso a lucratividade utilizando o aplicativo como ferramenta. A comercialização dos produtos in natura aos quais os produtores não fazem uso da sua lucratividade econômica com isso será comercializado, impulsionado e incentivado com a criação da *startup.*

Palavras-chave: *Startups*. Agronegócio. Frango caipira. Aplicativo. Economia.

Abstract: This object of study intended to show the prototyping of a Startup through the study of the economic and financial viability of its creation, with the commercialization of redneck chickens, through innovation in the model of commercializing the product in natura by the Ciscou Chegou application and the valorization of small farmers bringing a great development. Given the economic potential of the municipality of João Pinheiro in the agribusiness sector and the studies made through the development of the business plan we can observe that the creation of the Startup presents propitious, and, therefore, presents full economic and financial viability, evidenced that it will be possible to implement it with return "almost" guaranteed as demonstrated in the indicators. The aim of this study was to develop in small farmers the use of their products commercialization of redneck chickens, the aim of this study was to develop

[1] Jeorge Felipe Gonçalves de Menezes acadêmico do curso de Administração na Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), técnico em Agronegócio, trabalha na empresa multinacional Egir Comercial LTDA no cargo de Assistente Administrativo Pleno, e-mail jeorgefellipe@hotmail.com

[2] Unilson Gomes Soares coordenador do curso de Administração da Faculdade Cidade de João Pinheiro MG (FCJP). Bacharel em Administração, Mestrado na USAL Buenos Aires – Argentina, e-mail gomessoaresu@gmail.com.

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

in small farmers the use of their products and thus profitability using the application as a tool. The commercialization of fresh products to which producers do not make use of economic profitability will be commercialized, boosted and encouraged with the creation of the startup.

Keywords: Startups. Agribusiness. Country chicken. Application. Economy.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como tema gestão de negócios, o objeto de pesquisa é *Startup*: o estudo da viabilidade econômica e financeira da sua criação – protótipo de projeto e comercialização de frangos caipira. O projeto foi desenvolvido na cidade de João Pinheiro, noroeste de Minas Gerais, com aproximadamente quinze produtores rurais, teve início em fevereiro de 2020 e com término em dezembro de 2020, sendo que a startup terá uma duração de cinco anos.

A escolha pelo município de João Pinheiro para elaboração e desenvolvimento do projeto dá-se por constituir moradia nesta cidade e, pela falta de incentivo e perspectiva dos produtores rurais (pesquisa) quanto ao aproveitamento de sua matéria prima, pois João Pinheiro é um grande produtor de frangos caipira.

Com tudo que foi apresentado e vendo que este projeto tem grandes perspectivas de sucesso, inquietei-me a elaborar algo que contribuísse de forma significativa para o município através da criação do aplicativo ciscou chegou.

O município de João Pinheiro foi emancipado em 10 de setembro de 1911, possui, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2019, 47.452 habitantes, dos quais 81% tantos domiciliados na zona urbana e 19% domiciliados na zona rural. Seu território é de 10.727,471 km², sendo o maior município do Estado de Minas Gerais. Possui renda per capita avaliada em R$562,24 (IBGE 2010) girando sua economia em torno do agronegócio e na agropecuária.

Diante da potencialidade econômica do município no ramo do agronegócio, torna-se relevante o impulsionamento e incentivo à criação e desenvolvimento de *Startups* que possam alavancar o setor econômico municipal. Sendo assim, a prototipagem do aplicativo ciscou chegou se deu por acreditar que este tipo de negócio além de inovador traz lucratividade para os agricultores e a cidade.

Este projeto além da contribuição para o agronegócio faz com a inserção das pessoas que moram na zona rural tenham sustentabilidade, não precisando deixar as suas propriedades

e vir para a zona urbana à procura de sobrevivência e, sim vivendo em seu habitat e tirando o seu sustento através de seus produtos.

Com a evolução tecnológica a criação de aplicativos tornou-se necessário devido à comodidade que o cidadão precisa, pois, ao receber os seus produtos em casa não há a necessidade de deslocamento e com isso ganha em tempo, então a criação desse aplicativo vem trazer confiabilidade e segurança aos usuários.

Percebe-se que vários produtores têm em sua propriedade matéria prima e muitas das vezes não sabem como conseguir aumentar a sua renda através delas, e, este projeto vem viabilizar um meio de sustentabilidade econômica e o êxodo rural e também apresentar um meio eficaz, confiável, rápido e cômodo. Com isso, cria-se a startup como meio de ajudá-los com melhores condições de sobrevivência.

O termo *Startup* surgiu na década de 90, após o período em que houve uma forte alta das ações das empresas de tecnologia da informação e comunicação da internet, conhecida como "a bolha da Internet". Desta forma vale ressaltar que *Startup* é um "grupo de pessoas trabalhando com uma ideia inovadora para o mercado". (SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Para que ela possa tornar-se um projeto de sucesso é preciso além de colocar em prática uns dos princípios do empreendedorismo, que é a inovação, torna-se necessária a elaboração de um trabalho de gestão da inovação e uma fundamentação teórica aplicável ao estilo do projeto.

Para Toledo (2012, p. 19), "As Startups nascem de ideias de empreendedores, que acreditam poder fazer um produto ou serviço significativo e rentável. Durante o processo de desenvolvimento dessa ideia, define-se um modelo de negócio". Diante disso, os criadores desse estilo de negócio são pessoas que colocam as suas ideias em prática, com ênfase na rentabilidade, levando em conta a demanda de produto e serviço.

Grandes empreendimentos e *Startups* nascem de forma informal, através de ideias mirabolantes, de conversas em bares ou até mesmo em dormitórios de faculdade, esse é o caso grande empresário MarkZuckerberg, o criador do Facebook, projeto de Startup que começou dentro do seu quarto, com um algoritmo escrito em sua janela, daí começou a rede social mais acessada de todos os tempos que vale hoje US$ 200 Bilhões de dólares na bolsa (Exame 2020).

Com os acontecimentos negativos nos meses março, abril, maio, junhoe julho de 2020 a respeito da Covid-19, a queda das bolsas e a alta do dólar desvalorizando assim a nossa moeda surgem alguns questionamentos que nortearam este estudo: Qual a viabilidade econômica e financeira para os criadores e o comércio de João Pinheiro com a criação de uma *startup* de

frango caipira? Existe matéria prima suficiente para suprir o comércio? Neste momento é seguro para os criadores de frango caipira entrar em um projeto novo? Este projeto tem um tempo determinado para que os criadores de frango possam se sustentar até vir o lucro? Os criadores têm suporte para enfrentar a ampla concorrência? Qual será o ponto chave destaque da *Startup* para despontar no mercado Pinheirense e conseguir se sobressair?

Por se tratar de uma proposta inovadora e diferenciada para os produtores de frango caipira em João Pinheiro, a relevância pessoal deste projeto é analisar e verificar viabilidade da implantação da *Startup* para a cidade e, com isso auxiliar os pequenos produtores a revender o seu produto com lucratividade, respeitando os meios para que isso ocorra.

A relevância social foi pensando no processo de criação deste projeto, a relevância deste para a população seria uma forma de contribuir com o desenvolvimento econômico dos criadores de frango caipira e, também para a população que teria um produto de qualidade e com preço acessível. Com isso o retorno voltaria a população e ao município com a demanda de mais espaços para a venda do frango.

A relevância acadêmica científica foi de um estudo aprofundado e o desenvolvimento do projeto trouxe um olhar para as questões do aprendizado dos acadêmicos, já que esse projeto desenvolve a expectativa para o crescimento da cidade de João Pinheiro. O estudo se mostra relevante ao trazer uma visão expansionista e aleatória acadêmica à prática empreendedora fática. Visando desenvolver ideias inovadoras, lucrativas e sustentáveis.

Considerando a visão de José Dornelas (2018), é empreendedor "aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos e cálculos", sendo assim o projeto está imbuído das características empreendedoras necessárias à criação e desenvolvimento da Startup.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral foi à realização do estudo da viabilidade econômica e financeira na criação de uma *Startup,* com objetivo de obter uma análise do mercado de comercialização de frangos caipiras. E os objetivos específicos: constatar em como se deu o desenvolvimento de um *Startup,* através da elaboração de um plano de negócio; realizar uma análise de mercado do comércio do frango caipira em João Pinheiro; analisar a importância da implantação de um novo conceito na venda de frangos caipira no noroeste mineiro e verificar a situação econômica e financeira da criação da *Startup,* levantamentos de custos e despesas para desenvolvimento do projeto.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a pesquisa foi voltada para elaboração de um plano de negócio (estudo de viabilidade econômica e financeira) e a prototipagem de um aplicativo, onde o objeto de análise foram aproximadamente 15 produtores rurais da cidade de João Pinheiro – MG que foram escolhidos aleatoriamente no projeto de assentamento da fazenda Diamante. A metodologia utilizada foi por pesquisa de campo, quantitativa e qualitativa - exploratória, bibliográfica e por amostragem, sendo os produtores pesquisados parte fundamental desse estudo.

Segundo José Dornelas (2018): “um bom plano de negócio deve mostrar claramente a competência da equipe, o potencial do mercado-alvo e uma ideia realmente inovadora; culminando em um negócio economicamente viável, com projeções financeiras realistas”.

Como exploratória, pois consoante segundo Gil (2002), tais pesquisas são realizadas principalmente quando o tema é pouco explorado e complicado de se formular hipóteses precisas.

De acordo com o magistério de Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa qualitativa é caracterizada por sua investigação volvida para os fatores qualitativos. É considerada a parte subjetiva de um determinado problema.

Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada visando à maior compreensão das diferentes interfaces do assunto em questão, através de material acessível ao público em geral bem, tais como livros, artigos científicos e teses que tratam do tema (GIL, 2002).

A pesquisa de campo realizada depois do levantamento teórico, para que se apreenda um bom conhecimento sobre o tema (YIN, 2001). É nessa fase que o pesquisador vai delinear os objetivos do estudo, as hipóteses, traçar qual o procedimento de coleta de dados a ser adotado, mensuração da amostra e como os dados deverão ser estudados e tabulados (VERGARA, 2010).

A intenção da criação deste startup é que a mesma possa ser utilizada por todos os produtores rurais do município de João Pinheiro, e de quem mais se interessar na investidura dessa causa, não havendo por tanto a exclusão de quem possa beneficiar-se da pesquisa.

A pesquisa realizou-se no núcleo de Assentamento PA Diamante, de acordo o site do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) assentamento é:

> Um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas.

Segundo a citação acima o Núcleo de assentamento P.A Diamante Ribeirão dos Órfãos e Buriti localizado no município de João Pinheiro MG, na região norte aproximadamente a 8 km da cidade.

O público-alvo da pesquisa serão aproximadamente 15 pequenos produtores do projeto de assentamento da fazenda Diamante no município de João Pinheiro – MG, sendo que estes serão escolhidos de forma aleatória, esta pesquisa terá o intuído de levantar informações sobre as suas produções e incentivos.

Inicialmente elaborou-se um questionário semiestruturado com 2 perguntas abertas e 6 fechadas, e aplicadas de forma presencial "in loco" e de forma virtual "internet" utilizando a ferramenta Google Forms (aplicativo fornecido de forma gratuitamente pelo o Google), no formulário irá conter informações dos entrevistados (nome, endereço, localização e as principais produções existentes no terreno) o qual será tabulado e apresentado através de gráficos todas as análises feitas e descritas pelo proprietário.

Ao público a ser estudado foram garantidos a isonomia de exposição da sua imagem e dos dados fornecidos, os quais serão guardados sigilosamente. Aos mesmos foi apresentado um termo de autorização para divulgação da pesquisa, pois com essa pesquisa não se pode fechar os olhares quanto ao assunto pesquisado e sim apresentar prospectos, novos horizontes ao desenvolvimento sócio econômico das regiões em estudo (termo de consentimento).

4. REVISÃO LITERÁRIA

4.1 Conceito de *Startup*

Inovar e empreender nunca será uma tarefa fácil para quem almeja criar uma empresa e até mesmo uma *Startup*, requer sempre uma dedicação e assumir riscos, por isso *Startup* é considerada como um negócio escalável e que cresce de uma forma muito mais rápida e eficiente em comparação às micro e pequenas ou medias empresas, com isso as *Startups* são caracterizadas por serem empresas jovens que tem apenas duas intenções que são evoluir e se tornar uma empresa renovável ou fechar as portas. Escaláveis sendo com um dos principais atributos para a sua criação, ou seja, a sua capacidade de crescimento gera receita de forma mais rápida do que a sua estrutura de custos. Tecnológicas, por serem ideias inovadoras e terem um

excelente relacionamento com a tecnologia em geral. E econômicas, por seus custos serem pequenos em comparação aos lucros, tendo do si uma premissa de manter os custos baixos com o objetivo de obter benefícios de forma mais ágil e rentável, de acordo com a autora (CODEGILIA Ana, 2019).

Segundo a autora (CODEGILIA Ana, 2019) *"Startup* é um termo em inglês usado para definir as empresas que ainda são jovens ou recém-criadas e apresentam grandes possibilidades de crescimento". Diante disso, os criadores desse estilo de negócio são pessoas que colocam as suas ideias em prática, com ênfase na rentabilidade, levando em conta a demanda de produto e serviço.

4.2 Evolução das *Startups* no Brasil

Nos últimos cinco anos as *Startups* no Brasil vêm tendo um crescimento significativo, de acordo com dados informados pela Associação brasileira de Startups (Abstartups) dos anos de 2015 a 2019 número de Startups teve um aumento de 207%, saindo de 4.151 para 12.727, isso nos mostra que obteve se um salto enorme, quando se fala de criação de novas Startups.

O quadro abaixo, apresenta a evolução das Startups no cenário brasileiro.

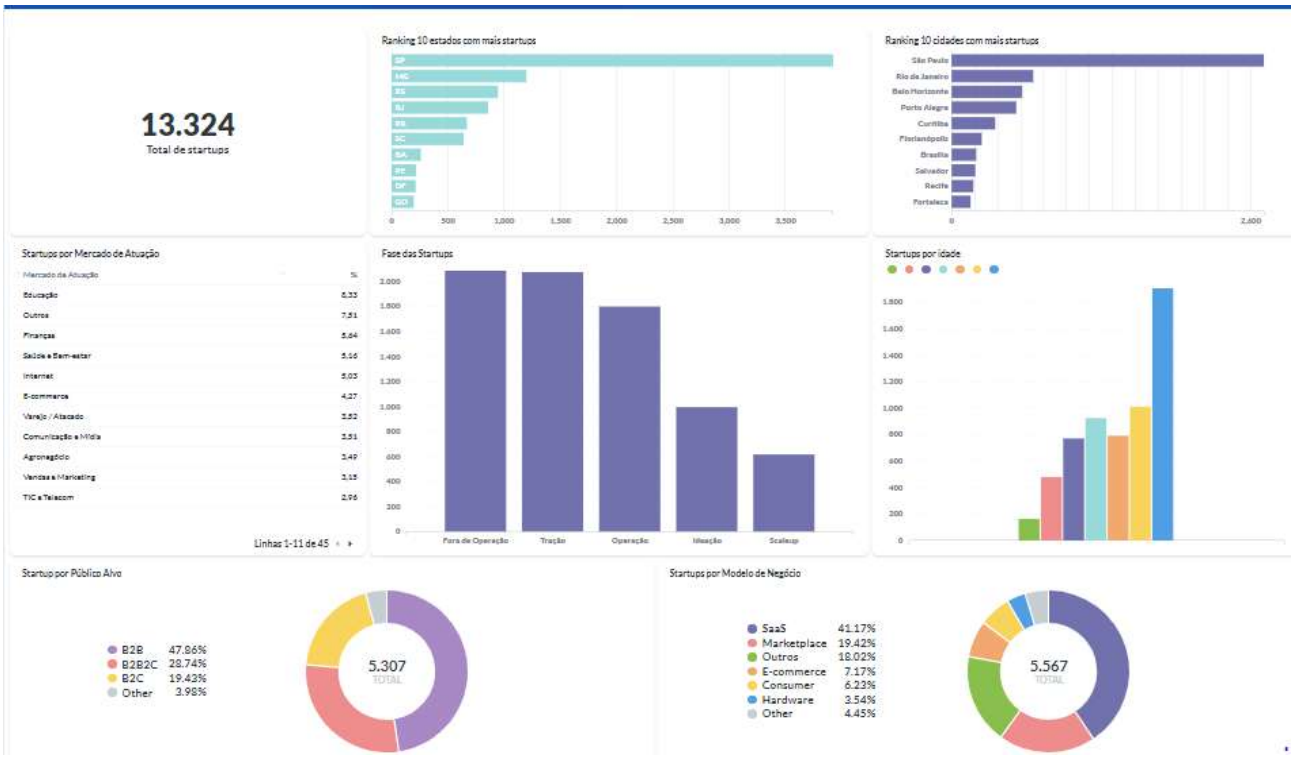


Figura 1: Quadro do ranking das *Startup* no Brasil
FONTE: site da StartupBase (Nov.2020) atualizadohttps://startupbase.com.br/home/stats

Ao serem analisando os dados informados no quadro acima retirados do site da StartupBase (2020), podemos observar que hoje no Brasil temos 13.324 Startups criadas e em ativa, tendo o estado de São Paulo como o principal destaque no desenvolvimento de novas ideias, com um total de 3.923 empreendimentos, seguido pelo o estado de Minas Geais com 1.197 empreendimentos e pelo o estado do Rio Grande do Sul com 945 empreendimentos. O setor da Educação é o principal responsável pelo o surgimento de novas Startups no Brasil, representando 8,33%, logo em seguida vem o setor de Finanças com 5,64% e a de Saúde e Bem-estar com 5,16%. Com isso podemos observar que as *Startups* vêm ganhando um espaço significativo no Brasil, pois elas trazem um grande desenvolvimento para o setor econômico Brasileiro.

O Brasil possui grandes exemplos de Startups que se tornaram grandes empresas, e a cada dia que passa vem ganhando mais espaço no mercado e se destacando no cenário mundial, a Nubank é uma delas, criada no ano de 2013, sendo a empresa pioneira no seguimento de serviços financeiros. Hoje ela é o maior banco digital do mundo com mais de 20 milhões de clientes, espalhados em todos os 5.570 municípios do Brasil, de acordo com o site oficial da empresa da empresa. Nubank (2020).

4.3 Plano de negócio: conceitos, características e vantagens no desenvolvimento de uma *Startup*

Planejar é algo que requer bastante atenção aos detalhes, com isso a elaboração de um plano de negócio vem para nos proporcionar maneiras e técnicas que visão trazer soluções e inovações, por isso de acordo com o autor José Dornelas (2018) “um negócio bem planejado terá mais chances de sucesso do que aquele sem planejamento, nessa mesma igualdade de condições”. Por isso todo desenvolvimento de uma empresa ou Startup é preciso que tenha a realização de um plano de negócio bem elaborado. Com isso José Dornelas (2018) enfatiza que a principal objetivo do plano de negócio é “promover uma ferramenta de gestão para o desenvolvimento inicial de uma empresa”.

Segundo o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) plano de negócio é:

> Um plano de negócio é um documento que descreve por escrito os objetivos de um negócio e quais passos devem ser dados para que esses objetivos sejam alcançados, diminuindo os riscos e as incertezas. Um plano de negócio permite identificar e restringir seus erros no papel, ao invés de cometê-los no mercado.

Por isso o plano de negócio é uma ferramenta dinâmica, que deve ser atualizada constantemente, pois o ato de planejar é dinâmico e corresponde a um processo cíclico, sua elaboração envolve um processo de aprendizagem e autoconhecimento em seu desenvolvimento que permite o empreendedor conectar-se ao seu ambiente de negócio almejado, como nos fala José Dornelas (2018).

Segundo o site Panorama Positivo (2018) a elaboração de um plano de negócio para a criação de uma *Startup* é de suma importância para que seus idealizadores para que tenham uma noção do mercado em que irá se ingressar, com isso tópicos como propósito do seu projeto, o seu público alvo, quais tipos de problemas serão solucionados, a análise da concorrência, seus principais KPIs (key Performance Indicator – indicador de chave de desempenho), inovação e recursos são elementos essenciais para o desenvolvimento do plano de negócio. Por isso essa ferramenta serve para transformar ideias em negócios.

4.4. Resultados e discussões

Com o grande avanço do agronegócio no cenário brasileiro, aparecem oportunidades para o desenvolvimento do país, com isso a criação de frangos caipira é considerada uma atividade que oferece grandes oportunidades para os pequenos produtores rurais desde a sua criação até a comercialização do produto final. De acordo com o autor André Siqueira (2006) o grande gargalo da comercialização do frango caipira é a padronização do produto ofertado, e como medida para solucionar o problema apontado é através do planejamento da sua produção para poder oferecer com regularidade um produto de boa qualidade.

Com isso o desenvolvimento da *Startup* vem com a intenção de desenvolver e revolucionar o comércio de frangos caipira, ajudar os pequenos produtores rurais a fornecer os produtos, se auto desenvolver e adquirir uma renda maior.

5. ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com os produtores rurais do Núcleo de assentamento P.A Diamante Ribeirão dos Órfãos e Buriti localizado no município de João Pinheiro, no qual foram abordados assuntos, que visavam levantar dados informativos para o desenvolvimento do plano de negócio e estudo de mercado.

A primeira pergunta abordada foi qual seria o tempo em que o proprietário possuía o terreno no local. E as respostas foram às seguintes:

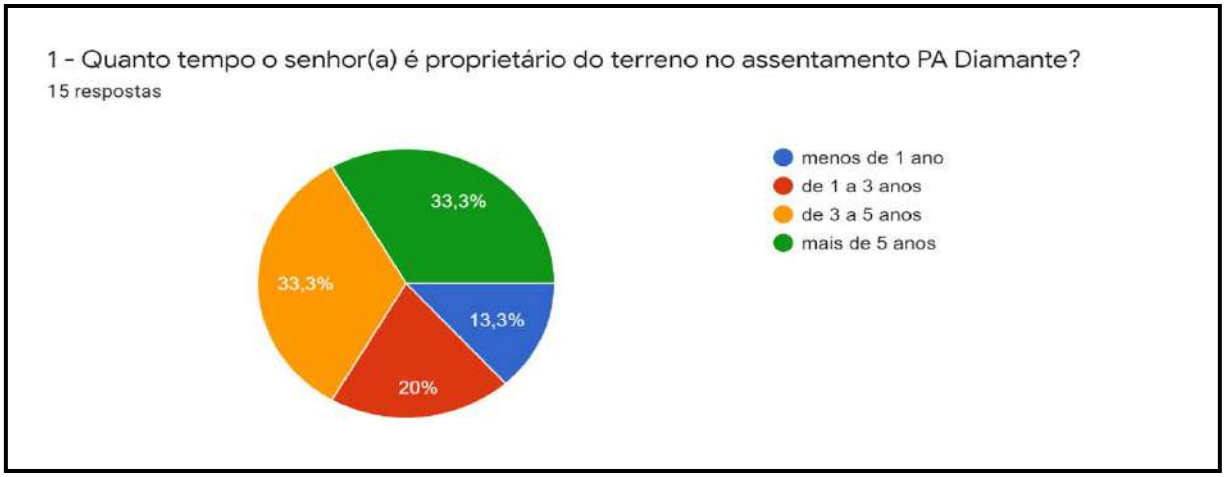


FIGURA 2 - Quanto tempo o senhor (a) é proprietário do terreno no assentamento PA Diamante? Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE: https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Ao fazer a análise do gráfico acima percebe-se que 13,3% dos entrevistados vivem menos de um ano no assentamento, 20% vivem entre um a três anos, 33,3% vivem entre três a cinco anos e 33,3 % vivem no assentamento a mais de cinco anos.

Com isso percebe-se que a maioria dos moradores que residem no assentamento por mais de cinco anos são por perceber que o local do P.A Diamante é um excelente local para se ter uma propriedade, pois o longo período de permanência dá a entender que além da moradia eles aproveitam o terreno para produzir e comercializar seus produtos.

A contribuição da família na propriedade rural é importante, com isso a segunda pergunta aborda como é a quantidade de pessoas da família estavam envolvidas diretamente nas atividades laborais no dia a dia da propriedade rural, o gráfico nos mostra o percentual desse envolvimento:

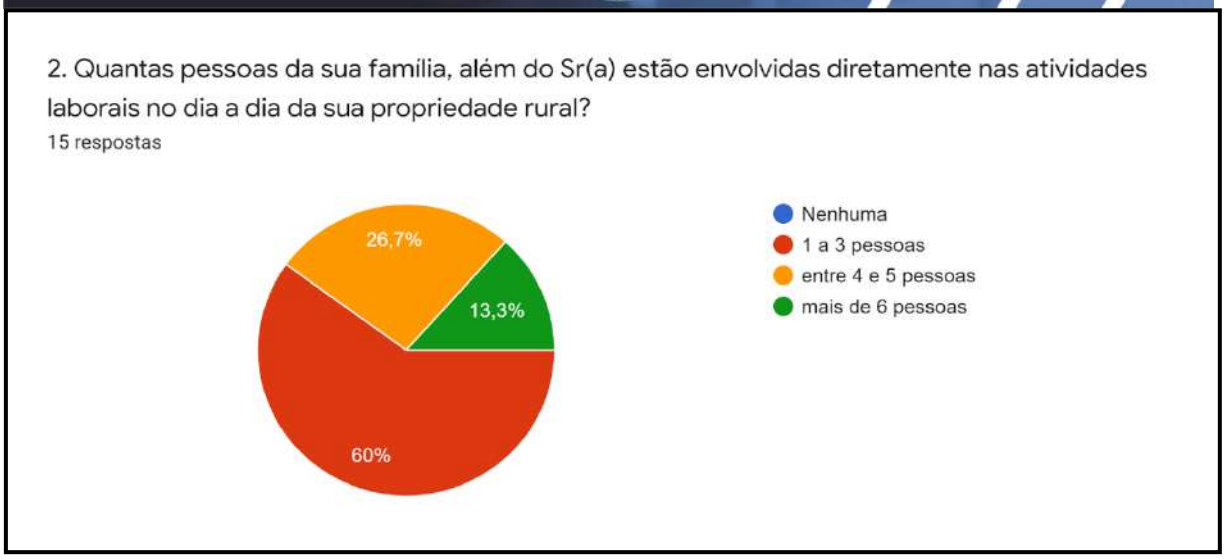


FIGURA 3 – Quantas pessoas da sua família, além do Sr. (a) estão envolvidas diretamente nas atividades laborais do dia a dia da sua propriedade rural?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE: https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Observa-se no quadro acima que 60% dos entrevistados possui de um a três integrantes da sua família presentes em sua propriedade, 26,7% de quatro a cinco familiares e 13,3% com mais de cinco familiares presente.

De acordo com o site Dicio (Dicionário Online de Português) familiares significa "quem se considera ou é considerado como integrante, como parte da família". Portanto percebe-se que no assentamento PA Diamante tem a participação em massa dos familiares no manejo e cultivo das terras, deixando o ambiente bastante agradável e familiar

Programas governamentais e privados em apoio aos agricultores familiares são de grande importância para poder ajudar o desenvolvimento da propriedade e automaticamente tirar-se o sustento delas, com isso a terceira pergunta veio abordando se os assentados do P.A Diamante obtiveram algum apoio para o desenvolvimento sustentável e produtivo do seu terreno, o gráfico nos mostra o percentual:

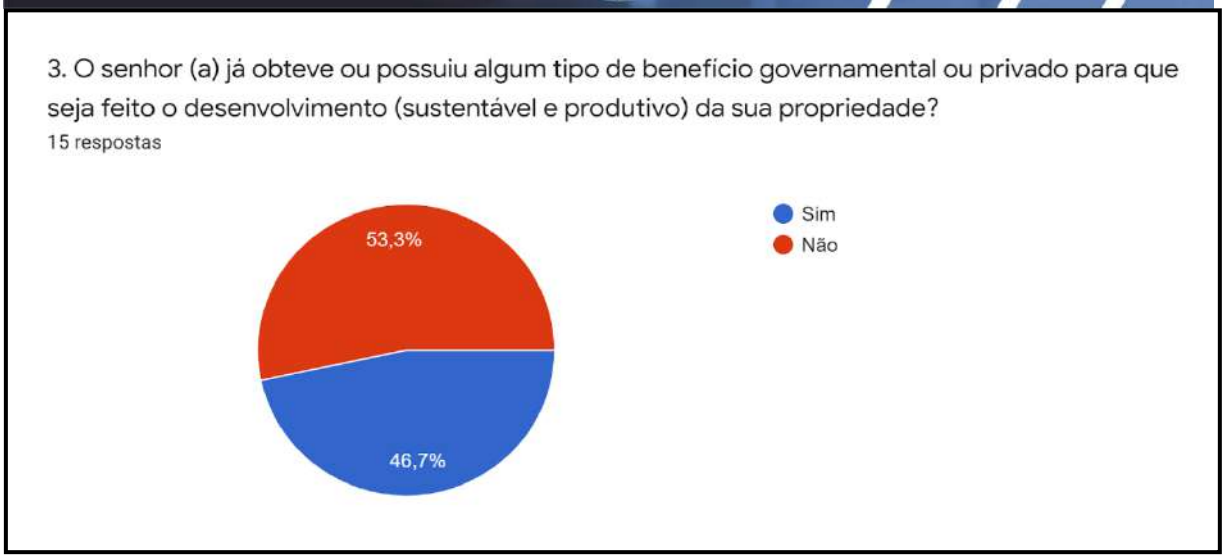


FIGURA 4– O Senhor(a) já obteve ou possui algum tipo de benefício governamental ou privado para que seja feito o desenvolvimento (sustentável e produtivo) da sua propriedade?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE: https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Observar-se que 53,3% dos produtores rurais do assentamento P.A Diamante não recebe apoio, incentivo governamental ou privado e 46,7% dizem que recebem alguma contribuição.

As políticas públicas e os programas de incentivo ao desenvolvimento rural em curso no Brasil visam sensibilizar positivamente territórios rurais com enfraquecimento econômico, ou seja, com baixa capacidade de geração de emprego, baixo nível de renda da população, baixa qualificação profissional, etc. (ESTEVES, 2004).

Os benefícios tanto do governo quanto dos bancos/cooperativas privadas, são pouco disponibilizados para os pequenos produtores rurais através de microcréditos deixando então o desenvolvimento e avanço do agronegócio em nossa região a desejar.

O agronegócio na região de João Pinheiro-MG é bastante forte e, é o fator principal da economia da cidade, por isso o terceiro questionamento foi: quais são os principais produtos colhidos e cultivados em suas propriedades? A resposta desta questão será analisada a seguir através dos números:

FIGURA 5 – O que é produzido e colhido na propriedade?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE:https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Examinando cautelosamente o gráfico acima observa-se que 86,7% dos entrevistados cultivam hortaliças e produzem frangos em suas propriedades, outros 40% ordenham as vacas e tiram leite, 26,7% criam gado de corte e produzem produtos derivados do leite, 20% cultivam grãos em suas propriedades, 20% tem porcos em seus terrenos e 6,7% dos assentados possuem cultivos de frute culturas em seus terrenos. (Na pesquisa o item “I” NÃO entrou nos cálculos devido à falta de identificação). Portanto percebe-se que os produtores rurais tiram o seu sustento e colocam a sua atividade final que é produzir na prática, tornando o assentamento mais desenvolvido e alto sustentável.

O cultivo de aves em nossa região vem se destacando nos últimos anos, por ser uma cultura local, de muita tradição e reconhecimentos, por isso a quinta pergunta procura saber se nas propriedades rurais possuem produção de aves (frango, galinha e derivados) para comercialização, o gráfico abaixo nos mostra:

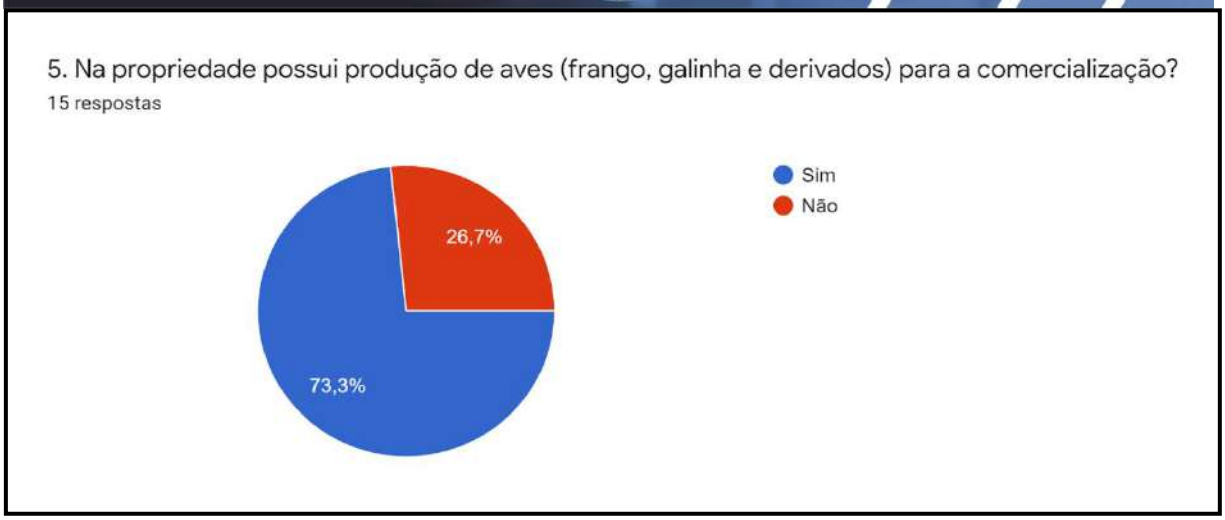


FIGURA 6 – Na sua propriedade possui produção de aves (frango, galinha e derivados) para a comercialização?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE: https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Ao averiguar o gráfico acima se observa que 73,3% dos assentados responderam que sim, que nas propriedades deles há a produção de aves para comercialização,26,7% responderam que não há produção. E de acordo com o Dicio (Dicionário Online de Português) o significado de propriedade é "área relativamente grande de terra, o que nela está e pertence ao proprietário; fazenda". Isso mostra que a região é bastante produtiva para a criação de frangos e possui uma logística bastante favorável.

O processo de comercialização tem a intenção de colocar algo a venda sendo ele um produto ou serviço de acordo com o site Dicio (Dicionário Online de Português), com isso a sexta pergunta procura saber a quantidade de aves que são comercializadas nas propriedades dos assentados, o gráfico nos mostra os dados dos entrevistados:

FIGURA 7 – Qual a quantidade de aves que são comercializadas por mês na sua propriedade?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE:https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

Analisando o gráfico acima, identifica-se que 33,3% dos entrevistados comercializam menos de cinco aves, outros 33,3% entre cinco a nove aves, 13,3% comercializam de dez a quinze aves, e outros 13,3% de dezesseis a vinte aves e 6,7% comercializam mais de 21 aves. Entretanto, esses dados nos mostram que a comercialização em questão de quantidade no assentamento é muito baixa, deixando claro que o local de localização do assentamento é excelente no quesito de logística, sendo que o potencial é ótimo para o desenvolvimento e a exploração desse mercado

Estar à frente de uma propriedade rural e colocar a atividade fim dela em prática (que é produzir) não é fácil, requer sempre uma dedicação, foco e vontade, além de tudo necessita também de capital para poder estimular o investimento, procurando saber a opinião dos entrevistados sobre essa questão, a sétima pergunta quer saber do assentado se este gostaria de obter algum tipo de custeio/apoio para a produção de aves, e qual seria o tipo de ajuda. O gráfico abaixo nos mostra o resultado:

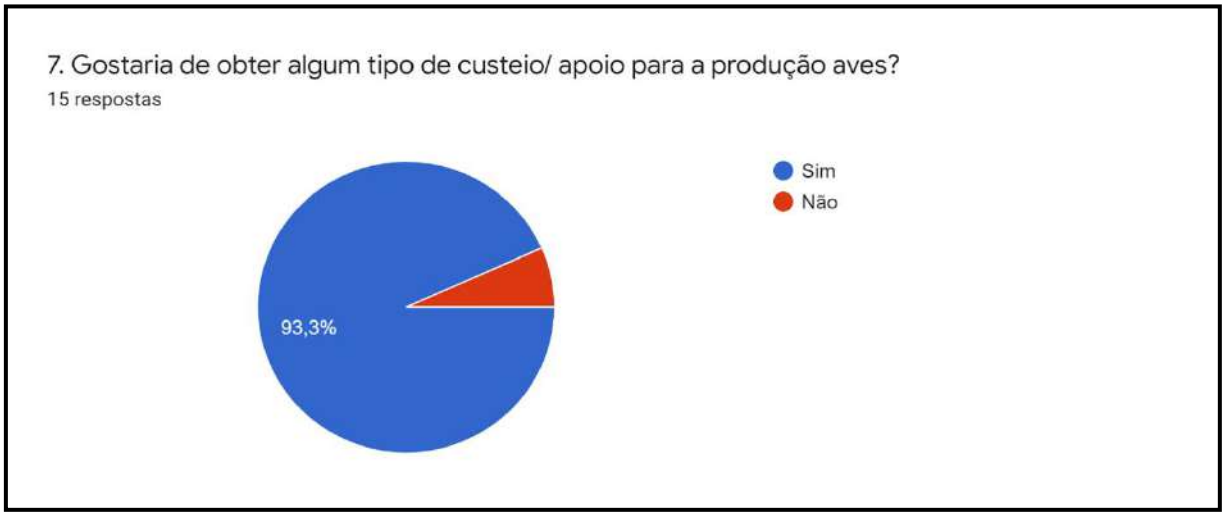


FIGURA 8 – Gostaria de obter algum tipo de custei/ apoio para a produção de aves?
Amostras de dados pesquisa produtores rurais P.A Diamante
FONTE: https://forms.gle/pk1YGPaDvJ5FdVHQA

As informações expostas no gráfico acima mostram que 93,3% dos entrevistados responderam “sim” que possuem o desejo de ter algum tipo de custeio sendo ele governamental ou privado, e 6,7% responderam não.

Os assentados responderam "sim" e complementaram com as seguintes falas. (Nov 2020)

Entrevistado do Lote 54 - "Apoio financeiro"
Entrevistado do Lote 0 – "Ajuda de Custo"
Entrevistado do Lote 459 –"Principalmente orientação"
Entrevistado do Lote 17 – "Granja"
Entrevistado do Lote 10 – "Ajuda de custo"
Entrevistado do Lote 33 – "Financeiro"
Entrevistado do Lote 86 – "Ajuda de crédito e apoio com a produção, produtos caros"
Entrevistado do Lote 96 – "Dinheiro, para ajudar na plantação"
Entrevistado do Lote 51 – "Financeiro"
Entrevistado do Lote 125 – "Financeiro"
Entrevistado do Lote 63 – "Ajuda de custo"
Entrevistado do Lote 9 – "Ajuda Financeira"
Entrevistado do Lote 32 – "Dinheiro"
Entrevistado do Lote 111 – "Dinheiro"

Verifica-se que a ajuda financeira é de importantíssima para os produtores e que através dessa ajuda que os produtos chegam ao consumidor final.

A satisfação dos assentados do PA Diamante é bastante notória, de acordo com a oitava e última pergunta, nota-se nos comentários citados abaixo (Nov 2020).

Entrevistado do Lote 54 - "Lugar bom de morar e viver"
Entrevistado do Lote 0 – "Muito bom"
Entrevistado do Lote 459 –"Lugar que sonho tirar todo sustento"
Entrevistado do Lote 17 – "Terra de primeira e o assentamento um dos melhores da região"
Entrevistado do Lote 06 – Muito bom o melhor lugar para se viver.
Entrevistado do Lote 10 – "Lugar muito bom de morar"
Entrevistado Lote 33 – "Perto da cidade e de fácil acesso"
Entrevistado do Lote 86 – "Lugar agradável, e perto da cidade e as terras são muito boas"
Entrevistado do Lote 96 – "Lugar bom de morar"
Entrevistado do Lote 51 – "Lugar muito bom de morar"
Entrevistado do Lote 125 – "Lugar que amo morar"
Entrevistado do Lote 63 – "Lugar que amo morar"
Entrevistado do Lote 24 – "Terra muito boa para produção, e bastante água"
Entrevistado do Lote 32 – "Lugar bom de se morar"
Entrevistado do Lote 111 – "Lugar perto da cidade, melhor assentamento"

O índice de satisfação dos moradores do PA Diamante nos mostra que o assentamento é um ótimo lugar para viver e que todos que ali habitam, gostam do local, e tem planos para tirar renda e levar o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de frangos caipira que é a matéria prima principal para o desenvolvimento da prototipagem do aplicativo é algo de difícil produção, mais de comércio bastante promissor, e a forma como foi proposta no plano de negócio apresentado com o modelo cooperativista e de fidelização dos fornecedores para a capitação dos recursos para abastecer o estoque da *Startup*.

Diante dos levantamentos, das entrevistas realizada se da elaboração do plano de negócio foi possível detectar que o surgimento de uma Startup requer bastantes cuidados e estudos, a viabilidade econômica e financeira para os criadores e o comércio de frango caipira no município de João Pinheiro é rentável de acordo com o plano de negócio feito (o mesmo seguem em anexo).

Averiguando o plano de negócio em anexo podemos observar, que o tempo determinado para que possa obter retorno do empreendimento é a partir de 1 ano e 5 meses do lançamento da Startup e com o modelo cooperativista e de fidelização dos seus fornecedores que é através da participação dos lucros e do sistema de cotas (ações) da Startup, com isso em exatamente um ano todos os seus fornecedores terão retorno da sua produção.

Com o desenvolvimento do sistema cooperativista revolucionário, no fornecimento da matéria prima - frango caipira, os seus fornecedores terão em troca da matéria prima, o auxílio na produção das aves, como ajuda com ração, remédios, tratamento entre outros. Com isso a segurança na produção dará confiança aos produtores no enfrentamento da sua concorrência.

Portanto, na conclusão deste objeto de estudo pode-se afirmar que o ponto chave da *Startup* e o desenvolvimento do aplicativo “Ciscou Chegou” vem para trazer inovação no contexto de comercialização, praticidade e facilidade na hora de pedir um frango caipira.

Referências

CODEGILIA Ana, 2019 -https://startupbase.com.br/home/stats 03 setembro 2020.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018. 288 p.

ESTEVES, M. C. A **Sustentabilidade dos Empreendimentos Rurais:** um estudo a partir da implantação do turismo rural no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Engenharia

de Produção), UFSCar. CCET – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. EP, São Carlos, 2004.

EXAME. **Facebook vale mais de US$ 200 milhões na bolsa. 2014.** . Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mercados/facebook-vale-mais-de-us-200-bilhoes-na-bolsa/>. Acesso em: 30 março. 2020

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama> Acesso em: 30 março. 2020.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/joao-pinheiro.html>. Acesso em: 30 março. 2020.

INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/obtencao-de-terras.html>. Acesso em: 08 de julho. 2020

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEBRAE. **Como elaborar um plano de negócio**. 1.ed, Brasília: Sebrae Nacional, 2013. 159 p.

SEBRAE. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/o-que-e-uma-startup,17213517aa47a610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 30 março. 2020.

TOLEDO, Marcelo. **Plano de Negócios para *Startups*.** [s. L.]: Ebook, [2012]. Disponível em: <http://www.inovativabrasil.com.br/plataforma/media/upload/entregaveisV2/media/upload/indicacoes/14/tarefa_entregue_18595c91fe508dfc5c7a94513a23ef92.pdf>. Acesso em: 30 março. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

Sites pesquisados:

https://www.meupositivo.com.br/panoramapositivo/plano-de-negocios-de-startups/ 22-09-2020
https://abstartups.com.br/pesquisas/#mapeamento 09/2020

https://www.dicio.com.br/comercializacao/ 29/09/2020

https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/avicultura/livros/GALINHA%20CAIPIRA%20OVO%20MANEJO%20CRIACAO%20E%20COMERCIALIZACAO.pdf 30*09*2020

https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/avicultura/livros/GALINHA%20CAIPIRA%20OVO%20MANEJO%20CRIACAO%20E%20COMERCIALIZACAO.pdf 14/10/2020

http://atividaderural.com.br/artigos/4e5997dce9209.pdf 16/10/2020

https://www.dicio.com.br/comercializacao/#:~:text=substantivo%20feminino%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20comercializar,de%20brinquedos%20asi%C3%A1ticos%20no%20Brasil. 23/11/2020

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DESMOTIVAÇÃO COMO CONSEQUENCIA DE ASPECTOS NEGATIVOS: um estudo de caso em uma contabilidade de Brasilândia de Minas

Marcia Mirelly Pereira de Jesus[1]
Bráulio Emilio Maciel Faria[2]

Resumo: A motivação nos faz ter prazer em realizar alguma ação ou serviço, nesse sentido as empresas têm mostrado preocupação e buscam meios de desenvolver um ambiente satisfatório e produtivo, por outro lado a desmotivação é algo que deve ser lembrado dentro das organizações pois ela pode criar situações desagradáveis que impossibilitam esse acontecimento. Existe uma serie de trabalhos científicos que abordam sobre condições motivacionais no ambiente de trabalho, no entanto, existem poucos que argumentam sobre os aspectos específicos sobre a desmotivação, tendo em vista que essa pode ser um malefício para as empresas, como também para os colaboradores. Entender sobre os fenômenos que envolvem a motivação e desmotivação dos colaboradores possibilita aos donos de empresas conhecimentos de como agir diante dessas situações, seja por meio dos modelos de gestão ou com mudanças no ambiente organizacional. Deste modo na intenção de pontuar os aspectos da desmotivação no trabalho, o presente artigo fundamentou o estudo através da pesquisa qualitativa para fazer a análise dos conteúdos e também fez o uso da pesquisa quantitativa que auxiliou na coleta dos dados na empresa na qual será realizada a pesquisa. Assim o principal objetivo desta pesquisa foi identificar qual a visão dos colaboradores em relação ao trabalho, observando se existem fatores que podem levar a desmotivação e quais características os mesmos apresentam estando nesse estado. A presente pesquisa foi elaborada por meio da internet, fazendo o uso de periódicos disponíveis em bases de dados online, SCIELO, assim como também livros que se referem ao tema. O desfecho da pesquisa mediante os dados obtidos acentua a importância de observar melhor os colaboradores dentro da organização com foco na valorização, boa comunicação e na gestão que se aplica, visando prevenir que os mesmos venham a desenvolver aspectos de desmotivação e consequentemente criar conceitos negativos

[1] Bacharel em Administração pela Faculdade cidade de Joao pinheiro (FCJP)E-mail: marciamirellymg@hotmail.com

[2] Mestrando em Gestão Estratégica Pública e Privada pela FUCAPE Business School - FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS (2019), Especialista em Gestão de Pessoas pela Associação Educacional de Patos de Minas (2016) e Bacharel em Administração pela Associação Educacional de João Pinheiro (2012). Atualmente é Coordenador de Recursos Humanos da Faculdade Patos de Minas e Faculdade Cidade de João Pinheiro, Professor de Ensino Superior da Faculdade Patos de Minas e Faculdade Cidade de João Pinheiro. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Recursos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: Administração, Psicologia do Trabalho, Recursos Humanos, Marketing Pessoal, Gestão Estratégica, entre outros.
E-mail: braulioemilio@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

da organização, o que pode afetar sua produtividade e desempenho na realização dos seus serviços.

Palavras-chave: desmotivação, motivação, organização.

Abstract: The motivation makes us have pleasure in performing some action or service, in this sense the companies have shown concern and seek ways to develop a satisfactory and productive environment, on the other hand the demotivation is something that should be remembered within organizations because it can create unpleasant situations that make this event impossible. There is a series of scientific works that deal with motivational conditions in the work environment, however, there are few who argue about the specific aspects of demotivation, considering that it can be a harm to companies, as well as to employees. Understanding the phenomena that involve the motivation and demotivation of employees provides the owners of companies with knowledge on how to act in these situations, either through management models or with changes in the organizational environment. In this way, with the intention of punctuating the aspects of discouragement at work, this article based the study on qualitative research to analyze the contents and also made use of quantitative research that helped in the collection of data in the company where the research will be carried out. Thus, the main objective of this research was to identify what the vision of the collaborators in relation to the work, observing if there are factors that can lead to demotivation and which characteristics they present being in this state. This survey was developed through the Internet, making use of journals available in online databases, SCIELO, as well as books that refer to the subject. The outcome of the survey through the data obtained emphasizes the importance of better observing the employees within the organization with a focus on valorization, good communication and the management that is applied, in order to prevent them from developing demotivation aspects and consequently creating negative concepts of the organization, which may affect their productivity and performance in the performance of their services.

Keywords: demotivation, motivation, organization.

1. Introdução

A motivação esta cada vez mais presente no ambiente organizacional. Tendo em vista que os empresários começaram a identificar que um fator humano motivado pode contribuir para o crescimento da organização, segundo Simon March (1975) a continuação da empresa depende das formas de motivação e estímulos que a mesma oferece.

Diante desse assunto, o presente artigo pontou possíveis situações que podem levar um colaborador se sentir desmotivado em relação ao trabalho assim como também identificou fatores negativos dentro do ambiente organizacional.

A desmotivação pode interferir no rendimento das pessoas assim como também na produtividade das empresas, deste modo ela pode gerar problemas tanto para organização quanto para as pessoas Maciel & Sá (2007). Assim Thomas et al (2004) diz que a desmotivação

pode despertar não somente a percepção negativa do trabalho por parte dos colaboradores, mas como também pode afetar o rendimento do mesmo dentro da empresa.

A pesquisa foi realizada em uma contabilidade, onde foram mensurados dados sobre o grau de satisfação dos colaboradores e sua produtividade em cinco anos. A empresa teve início das suas atividades no dia doze de julho de dois mil e sete, tendo como principal atividade a prestação de serviços na área contábil para empresas de pequeno a grande porte. Além da área contábil a empresa também presta serviços de assessoria empresarial, onde os gerentes e proprietários podem solicitar caso necessitem de uma consultoria ou direção a respeito do seu negocio.

Cabe também ressaltar que a empresa desenvolve serviços de corretagem na compra, venda e avaliação de imóveis. Seu quadro de funcionários possui cinco pessoas, contando com os sócios diretores, assim cada função é dignada a uma pessoa como por exemplo a área de recursos humanos e departamento pessoal a área fiscal e contábil.

A microempresa esta localizada na cidade de Brasilândia de Minas um município situado no norte de Minas Gerais, possui área total de 2 515,339 km² e 14 226 habitantes segundo o (IBGE de 2010). A cidade comemora seu aniversario no dia 22 de maio, data que relembra a chegada dos primeiros colonos. A cidade que antes era distrito de João Pinheiro pela lei municipal n° 397, de 30/07/1991 foi elevado à categoria de município com a denominação de Brasilândia de Minas, pela lei estadual n° 12030, de 21/12/1995 desmembrado de João Pinheiro. (site prefeitura de Brasilândia de Minas)

Esse estudo respondeu os seguintes problemas: Qual é a visão dos colaboradores da empresa em relação ao trabalho? De que maneira um comportamento desmotivado pode afetar a produtividade na empresa? Como o modelo de gestão Participativa pode ajudar as empresas na questão motivacional?

Uma hipótese levantada foi que colaboradores podem despertar aspectos negativos no trabalho, que são causados pela falta de reconhecimento, ausência de confiança, falta de organização e comunicação e gestores autoritários, ambos os fatores podem gerar no colaborador cansaço físico e mental.

Foi pensado anteriormente que um colaborador desmotivado pode afetar diretamente a sua produtividade dentro da empresa, pois o mesmo estando insatisfeito não contribuiria para a organização visando seu crescimento, mas somente para manter emprego e seu salário.

Espera que o resultado a ser encontrado seja que ao aplicar o modelo de gestão Participativa a empresa consiga resolver os problemas ligados à área motivacional, trabalhando

dentro dos mesmos aspectos importantes como engajar todo o quadro de funcionários nos objetivos da empresa.

A principal aspiração que sustentou o projeto de pesquisa residiu na importância que o tema possui para a área de gestão de pessoas, tendo em vista que a forma de comportamento dos colaboradores pode influenciar de uma forma positiva ou negativa a maneira que o trabalho se desenvolve. Levando isso em conta, surgiu o desejo da pesquisadora de identificar os fenômenos que envolvem a motivação ou desmotivação dos colaboradores**.**

Ao perceber que muitos gerentes e donos de empresas não observam a questão da satisfação do colaborador, se fez presente a necessidade de realizar uma pesquisa que possa ajudar socialmente os responsáveis de micros e grandes empresas da cidade de Brasilândia de Minas onde os mesmos tomem conhecimento dos problemas causados pela desmotivação e saibam como lidar com o problema dentro de suas organizações. Acredita ser de grande valia um projeto que possa ajudar aqueles que não podem pagar por uma consultoria de qualidade e que precisam de orientações a respeito do tema apresentado.

Contribuir para a literatura ao trazer conhecimento sobre o que causa desmotivação algo muitas vezes esquecido pelos gerentes de empresa. Desta maneira é importante perceber a importância da pesquisa para a formação do profissional de administração. Segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 157) a pesquisa é: “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento cientifico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Assim a relevância desta pesquisa se deu ao exercitar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e os colocar em prática.

2. Objetivos

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar qual a visão dos colaboradores em relação ao trabalho, verificou se existem fatores que possam levar a desmotivação, e quais características são apresentadas estando eles neste estado. Objetivou se também mensurar dados a respeito de como esses comportamentos afetam na produtividade e crescimento da empresa como um todo seja na relação patrão funcionário como no sucesso da empresa. Assim como compreendeu como a gestão Participativa pode ser aplicada dentro das empresas com o objetivo de ajudar os gerentes a lidar com a questão motivacional, e também com a valorização do funcionário.

3. Metodologia

A metodologia que foi utilizada para fundamentar este estudo caracterizou se como pesquisa qualitativa para descrição e analise de dados com aspectos quantitativos para coleta dos mesmos. Os métodos foram escolhidos devidos suas características que de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p.76):

> Consistem em investigações de pesquisa empírica, cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e pelos controles estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses.

Assim a pesquisa que consistiu em um estudo de caso, que segundo Yin (2005, p.32) se define como:

> Uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Deste modo pretendeu se estudar os fenômenos que acontecem dentro da empresa que podem levar a uma desmotivação dos funcionários, procurando entender porque isso acontece. Desta forma foram aplicados questionários contendo cinco questões fechadas e uma aberta onde o entrevistado pode expressar sua opinião sobre o assunto. Marconi e Lakatos (2003, p. 201) define questionário como sendo:

> Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio, por um portador ou por algum meio eletrônico; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Dito isso o critério escolhido para os entrevistados foi a seleção de 05 colaboradores sendo um de cada setor de forma aleatória, a fim de levantar índices para medir o grau de satisfação dos mesmos. Foi aplicado então questionários em formato de *Survey*, onde os mesmos poderiam responder via e-mails ou whatssap e seus dados foram preservados. Os dados foram tabulados pelo google forrms e analisados neste artigo final.

A presente pesquisa apontou riscos mínimos. Tendo em vista que os pesquisados possam vir a se sentir entediados com perguntas da entrevista ou dos questionários aplicados, então para atenuar tal acontecimento o pesquisador se mostrou empático e afável, bem como também manteve o respeito em relação ao tempo e limites da pesquisa. Fez o uso de dinâmicas para tornar o ambiente agradável e foi o mais sucinto possível sem delongas para que o pesquisando pudesse voltar as suas atividades.

Acredita se ser uma contribuição importante para essa pesquisa a divulgação das informações coletadas afim de poder compartilhar conhecimentos a respeito do que pode vir a ser um ambiente desmotivado dentro da mesma e formas de lidar com os possíveis problemas que podem surgir. A pesquisa também pretende agregar a sociedade buscando informações que serão de acesso a quem tiver o interesse em saber sobre o assunto tratado e desenvolver dentro de suas empresas sem precisar pagar por isso.

A pesquisa foi realizada em uma contabilidade, a empresa teve início das suas atividades no dia doze de julho de 2007, e sua principal atividade consiste na prestação de serviços como: abertura de empresa, emissão de guia de impostos, entrega de obrigações acessórias, emissões de certidão negativa de débitos, assessoria para planejamento tributário, assessoria proativa para gestão financeira.

Além da área contábil a empresa também presta serviços de assessoria empresarial, onde os gerentes e proprietários de negócios que possuem duvidas a respeito da situação de sua empresa podem requerer o auxílio com uma assessoria. Por fim, a empresa também presta serviços na área da corretagem de imóveis.

Dito isso deve salientar que a empresa conta com um quadro de funcionários de 05 pessoas, sendo um sócio diretor, um auxiliar contabilista, e três colaboradores que ficam responsáveis pelas áreas fiscal, pessoal e contábil.

A empresa está situada na cidade de Brasilândia de Minas, município localiza no norte de Minas Gerais, possui área total de 2 515,339 km² e 14 226 habitantes segundo o (IBGE de 2010).

O critério para seleção dos participantes da pesquisa consiste em todo quadro de funcionários da empresa. Foram 05 entrevistados, sendo eles 03 mulheres com idade entre 20 e 40 anos, e 02 homens com idade entre 30 e 50 anos.

Aos participantes da pesquisa foi garantido o sigilo, a privacidade a integridade e a confiabilidade, de maneira que todos os seus dados foram preservados, bem como sua liberdade de participação.

4. Referencial Bibliográfico

4.1 A história do trabalho

Sabe se que na mitologia Grega existem histórias a respeito de homens que foram acorrentados e obrigados a prestar algum trabalho doloroso por castigo dos deuses, começa então a percepção de trabalho ainda nessa época de que a ideia do serviço era algo penoso, símbolo de tortura para muitos. Martins et.al. (2012).

Outra ideia também escrita na antiguidade com relação ao trabalho visto como punição está na história de Adão e Eva existe uma punição lançada a eles depois te terem sido expulsos do paraíso, onde os mesmos deverão buscar seu próprio alimento, ou seja, teriam que trabalhar para conseguir o pão de cada dia. Bíblia, Gênesis, 3, 23 (2010).

Desde então se associa o trabalho a um objeto de punição, se olharmos a origem da palavra pode se perceber que existe nela também essa mesma ideia. Assim como Chauí (2005, p.390) diz

> ...a palavra latina na qual trabalho deriva é *tripalium*, um instrumento de três estacas, destinado a prender bois e cavalos difíceis de ferrar, portanto, um instrumento de tortura. A outra palavra latina empregada para designar trabalho é *labor*, que corresponde ao grego *ponos*, portanto, indica pena, fadiga, cansaço, dor.

Desde a antiguidade já tinha se essa percepção do trabalho a começar de como se dá a origem da palavra. Percebe se que a humanidade evoluiu e juntamente com ela o trabalho, nos primórdios os povos trabalhavam única e exclusivamente para sua sobrevivência, a partir da caça e pesca. Depois com a formação das civilizações modificou se a compreensão de trabalho para algo visto como desprezo, derrota, humilhação entre outros. Abrahão (2002)

Diante disso pode se sugerir que essas formas de trabalho não faziam parte da escolhas do homem, ele foi obrigado a ter que se acostumar com as épocas e fases culturais, como por exemplo: o nomadismo e sedentarismo que segundo Castro (2002, p. 59)

> Uma fase nômade, baseada na economia de caça e coleta, passou o homem para uma sedentária, de uma economia de produção. Esta segunda fase é marcada pelo inicio das grandes civilizações: China, Egito, Mesopotâmia, Índia, Grécia, Arábia, Roma.

Assim como essas fases, pode se perceber que o trabalho passou por varias transformações ao longo dos tempos, algo antes visto como martírio, passou por mudanças e

nos dias atuais pode se dizer que é possível estar um serviço prazeroso, ter satisfação em estar trabalhando. Abrahão (2002).

4.3 A escola das relações humanas

Preocupando se com a questão da valorização do colaborador, surge a escola das relações humanas, ela nasceu a fim de corrigir os problemas ligados aos fatores de impiedade no trabalho, ela ampara o colaborador e prega o bem-estar e o relacionamento em equipe como formas para tornar o ambiente de trabalha agradável, bem como trazer a necessidade do homem em ter segurança, afeto e respeito. Pivetta et.al. (2018).

O ponto de partida para o inicio dessa teoria foi o experimento realizado na fábrica da Western Eletric, sabe se que era a mesma consistia em uma empresa que se preocupava como bem-estar e satisfação dos seus colaboradores, assim foram as experiências realizadas não foram com intuito do aumento da produção, mas com a ideia de conhecer melhor seus colaboradores. Borges et.al. (2011).

Foram desenvolvidas quatro etapas, cada qual investigava um aspecto diferente como: o contato direto, planejamento, relações recíprocas e o processo de coordenação.

Na escola das relações humanas na percepção de Lodi (1984) o mesmo acredita que a escola de relações humanas começa a enfatizar satisfação humana com produtividade. Se analisarmos quesitos como sentimentos, atitudes e relacionamentos isso requer uma atenção maior visto que isso pode ter relação direta quando o assunto é alcançar os objetivos que as organizações estabelecem.

Assim com o surgimento dessa teoria Azevedo (2012) salienta que surge uma nova linguagem no setor administrativo onde começa a falar de motivação, organização, dinâmica de grupo, liderança entre outros aspectos que vem para confrontar princípios clássicos, e a felicidade humana é vista como algo diferente, o que antes fazia ênfase tarefas da lugar a ênfase nas pessoas.

4.4 Teorias de motivação

Com as evoluções da escola das relações humanas, surgiram as teorias de motivação que explicam como isso acontece e de que maneira um fator humano se encontra motivado.

Em sua definição a palavra motivação vem do Latin "motivos", ou seja, algo que seja móvel, que esteja em movimento. Assim é importante ter um colaborador motivado para se alcançar uma satisfação no trabalho, bem como melhorar o desempenho e produtividade. Pérez (1990).

Porém existe uma percepção que para Marras (2000) para que exista motivação, é preciso que ela venha de dentro de cada indivíduo, isso varia de acordo a vida que esta pessoa vive no ambiente de trabalho. Assim Chavienato (2004) completa ao dizer que a motivação é a procura pela satisfação que vem do interior de cada um.

Dentre os diversos autores que falam a respeito dessa temática, existe dois que são os mais tradicionais e que desenvolveram teorias a respeito dos aspectos de motivação, são eles Abraham Maslow e Frederic Herzberg.

Em sua teoria Maslow fala sobre a hierarquia das necessidades humanas, essas correspondem a obrigações como alimentação e segurança no trabalho, em sua pirâmide é possível verificar como essas necessidades estão colocadas de forma ao grau de complexidade e importância que elas se encontram. Boher (1981).

Figura 1: Hierarquia das necessidades de Maslow
Fonte: disponível em: https://exoconsultoria.com.br/o-que-motiva-voce-revista-mente-cerebro/piramide-maslow/

Percebe se então que para Maslow a motivação dependia do momento e da importância que o indivíduo deposita sobre determinada situação em que ele se encontra, compreende - se que um indivíduo dificilmente estará totalmente satisfeito.

Outra teoria que deve ser lembrada ao se falar em motivação é a teoria dos dois fatores de Frederic Herzberg, sendo o estudioso que mais evidenciou sobre a relevância de exercer a motivação no ambiente de trabalho.

Em sua percepção Herzberg salienta que os fatores motivacionais estão dentro do trabalho, ou seja, as atitudes tomadas de podem influenciar no sucesso ou fracasso de um indivíduo dentro das organizações Valdez (2003). Deste modo diferente de Maslow, Herzberg acredita que o ambiente externo bem como a maneira que o colaborador exercer suas funções gera influência nos fatores motivacionais.

4.5 Desmotivação como consequência de aspectos negativos

A desmotivação tem como característica que podem despertar em um funcionário atitudes e comportamentos que venham a afetar a organização. Assim como Maciel & Sá (2007) descrevem a desmotivação quando não tratada pode vir a causar transtornos quanto ao rendimento e produtividade do colaborador.

Deste modo percebe se que essas características podem despertar no individuo uma percepção negativa do trabalho, o que o leva a pensar que em toda empresa acontece esse tipo de situação. Fernandes (2009).

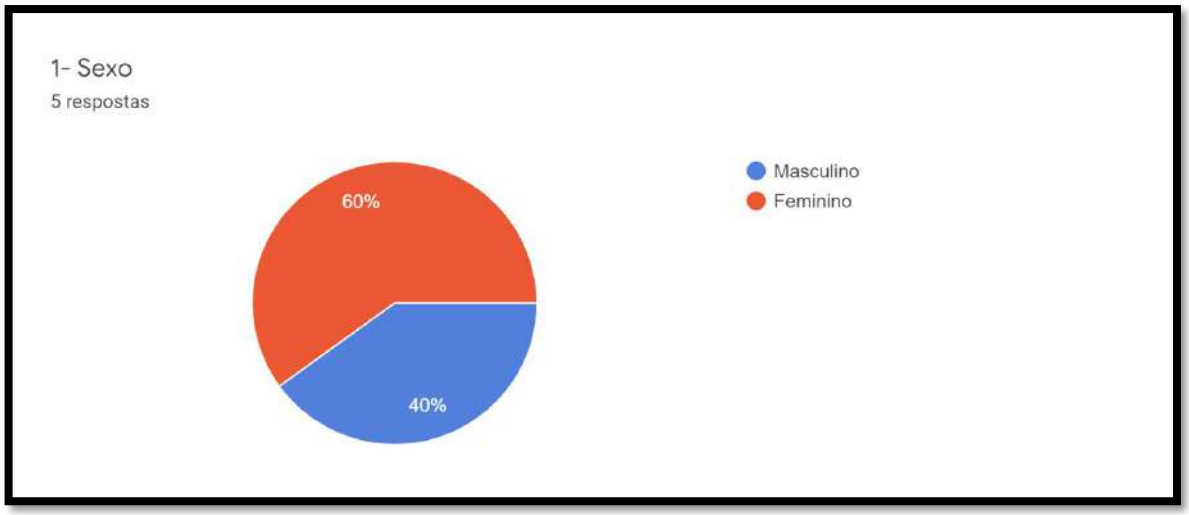
As empresas que buscam fazer diferença e se destacar dentre o mercado competitivo, vem apostando nessa questão de estudar melhor o quadro de funcionários e traçar dinâmicas para conhecê-los melhor, bem como Fernandes (2009) salienta que isso ajuda na hora de desenvolver estratégias dentro da organização que melhorem os sintomas da desmotivação.

Ao se preocupar com esses aspectos a empresa buscara meios de tornar o ambiente agradável, e proporcionar aos colaboradores um impacto reduzido causado pela desmotivação, e que por consequência pode resultar em um quadro de funcionários produtivos que se preocupam além do seu bem-estar com o crescimento da empresa. Fernandes (2009).

5. Análise dos dados

Neste capítulo será realizada a análise dos resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada na empresa que conta com um total de 5 pessoas em seu quadro de funcionários.

Gráfico 1 – Gênero dos pesquisados

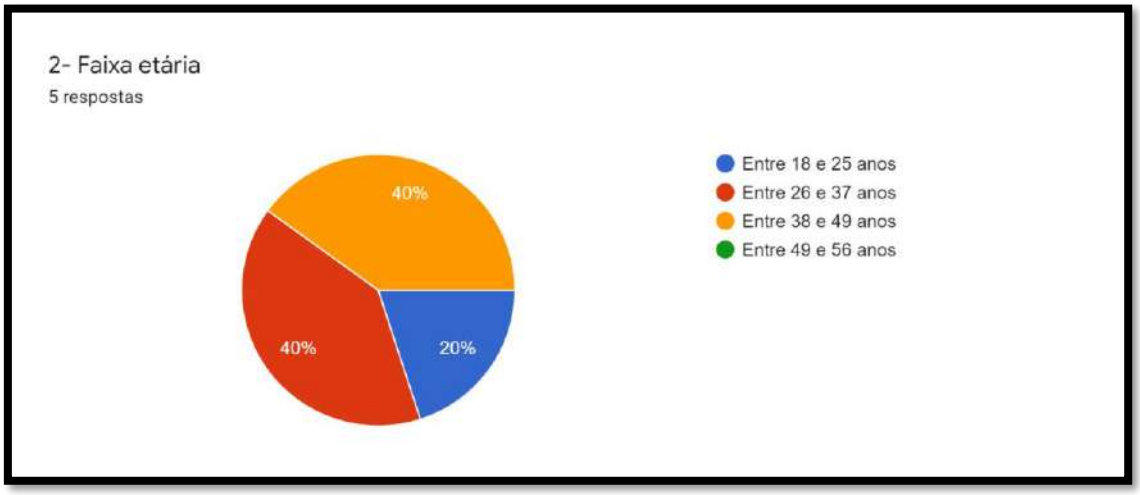


Fonte: Dados retirados da pesquisa (2020)

Para começo da pesquisa foi identificado o gênero de cada um, o que permitiu verificar que 60% dos colaboradores são do sexo feminino enquanto 40% constituem o de sexo masculino.

Segundo Betiol (1991) ” A mulher na organização é importante, porque suaviza as relações...”. Ou seja, a presença da mulher em maiores números nos setores administrativos mostra que ambas estão cada vez mais conquistando seu lugar no mercado de trabalho além de serem cotadas por sua percepção de lidar com situações rotineiras.

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados

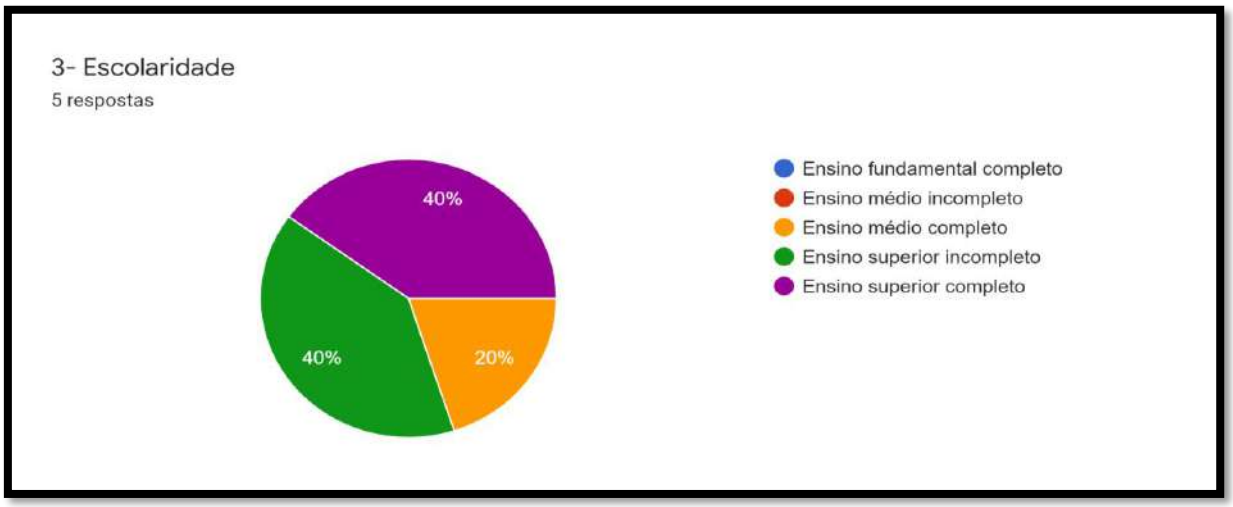


Fonte: Dados retirados da pesquisa (2020)

Neste momento a pergunta foi direcionada para saber a idade dos entrevistados, foi possível perceber que 20% dos colaboradores possui entre 18 e 25 anos, já 40% tem idade entre 26 e 37 anos já 40% tem entre 38 e 49 anos de idade.

Percebe se então que a um empate entre as pessoas que possuem entre 26 e 37 anos e as que possuem entre 38 e 49 anos, o que demostra que essa empresa opta por colaboradores com mais de 26 anos, ou seja, pessoas mais experientes.

Gráfico 3 – Grau de escolaridade

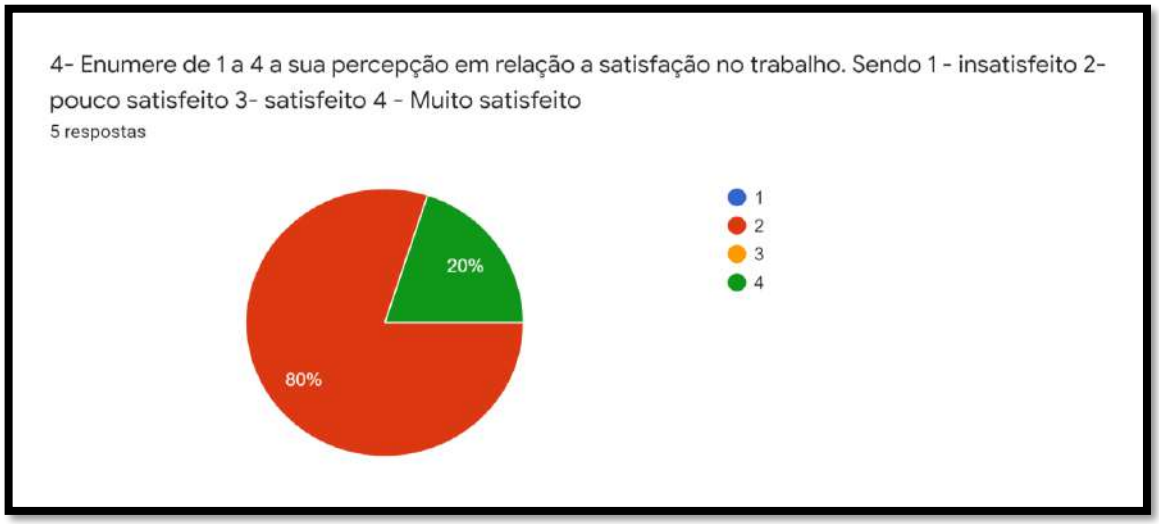


Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

O gráfico 3 vem mostrar que nesta empresa 20% dos colaboradores possuem ensino médio completo enquanto 40% estão ingressados em algum curso e 40% já possuem superior completo.

O que mostra que por se tratar de uma empresa no ramo da contabilidade é relevante o nível de conhecimento dos colaboradores bem como sua experiencia. É possível observar que não possuem pessoas que possuem escolaridade a baixo do 9° ano.

Gráfico 4- Qual a percepção dos funcionários em relação à satisfação no trabalho



Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

No gráfico 4 podemos observar que para 80% dos funcionários a percepção no trabalho não está satisfatória, ou seja, existe algo que acontece na empresa que não está trazendo satisfação para os mesmos. Já 20% diz estar satisfeito em relação a satisfação na organização. É importante para o dono da empresa identificar ate que ponto a insatisfação no trabalho pode atrapalhar o desempenho dos colaboradores.

Desta maneira Locke (1976) “refere que a satisfação no trabalho pode gerar consequências tanto para o indivíduo como para a organização, afetando aspectos comportamentais e a saúde física e mental do trabalhador”, ou seja, é relevante observar essa questão dentro das organizações para manter o ambiente organizacional e consequentemente colaboradores satisfeitos e para com o trabalho desempenhado.

Gráfico 5 – Importância do reconhecimento dentro do trabalho

Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

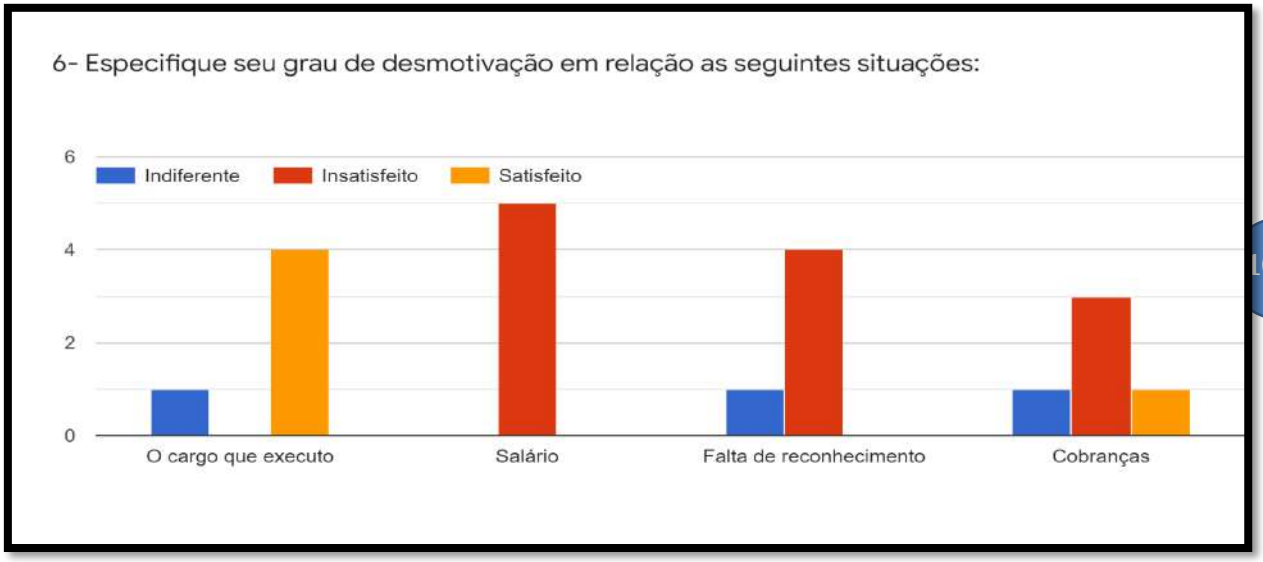
No gráfico 5 percebe-se que há uma unanimidade dos pesquisados com relação a pergunta feita, todos consideram a importância do reconhecimento do colaborador dentro da empresa. Dentre as queixas que mais acontecem dentro das organizações vemos a questão do reconhecimento e valorização do funcionário como as mais cotadas.

Desde então é notório a preocupação dos gerentes e donos de empresas em lidar com essas questões e estão cada vez mais buscando promover reuniões, e conferencias bem como também buscam meios de gestão que venham a trabalhar dentro da empresa esses aspectos de valorização do funcionário.

Hoje em dia é muito falado sobre escolha das empresas que são melhores para se trabalhar. Assim como Chavienato (2004) relata é importante manter os indivíduos dentro da organização como parceiros, onde os mesmos fornecem seus conhecimentos, competências.

E assim percebemos que as organizações que optam por pensar assim constituem de colaboradores mais produtivos, empenhados com o crescimento da organização.

Gráfico VI – Grau de desmotivação



Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

Aqui podemos identificar alguns aspectos que levaram os colaboradores a sentirem desmotivação em relação ao trabalho. Percebemos que apenas um votou indiferente em relação ao cargo que ele executa, enquanto quatro disseram estar satisfeitos, neste aspecto não há uma relação preocupante em quesito de desmotivação.

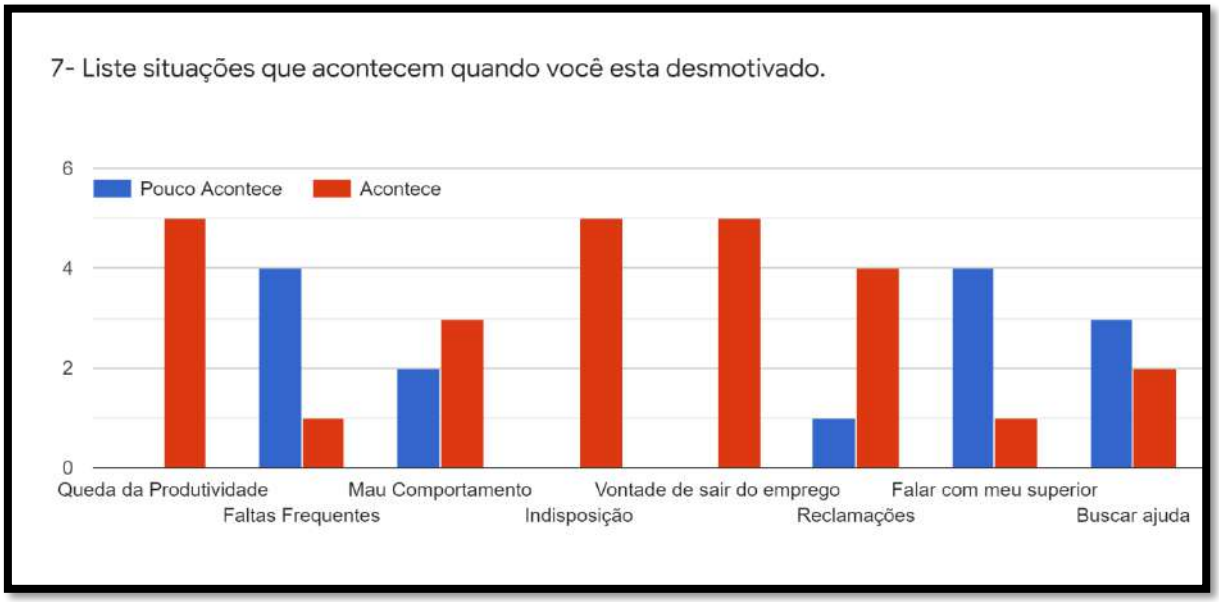
Quando se tratando de salário, todos em unanimidade votaram estar insasisfeitos, algo que se torna preocupante pois acaba fazendo com que esse indivíduo venha a apresentar comportamentos desmotivados dentro da organização.

E mais uma vez se tratando da falta de reconhecimento, vemos que apenas um votou ser indiferente, enquanto os outros quatro disseram estar insatisfeitos, o que deve ser levado em conta tendo em vista que isso possa vir a prejudicar seu desempenho dentro da organização.

Outro aspecto é em relação as cobranças, e que gerou respostas interessantes, pois um indivíduo diz ser indiferente neste quesito, outro disse estar satisfeito, enquanto 3 disseram estar insatisfeitos, percebe se que a maioria entende como algo que pode levar gerar um desânimo, e por não ser todos é algo que pode ser tratado de forma rápida.

É relevante e faz a diferença dentro das organizações saber idenficar esses aspectos para que não ocorra casos de perda de funcionários como diz Tavares (2002,p.21) “As empresas que não investirem na qualidade de vida dos seus funcionários vão perder talentos”.

Gráfico 7 – Comportamento dos funcionários estando desmotivados



Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

Este gráfico vem mostrar as consequências dos apectos tratados na pergunta anterior, onde vemos que um funcionário desmotivado pode vir a gerar uma queda na produtividade, aqui todos sem exceção disseram que quando estão desmotivados isso pode acontecer.

As faltas frequentes apenas um diz ser uma consequência que gera aspectos desmotivacionais, já quatro disseram que pouco acontece. No quesito mau comportamento vemos que duas pessoas disseram que pouco acontece enquanto tres disseram acontecer, acredita ser uma reação do funcionário o stress a exaustão devido não estar satisfeito no trabalho e isso pode vir a gerar um mau comportamento.

Assim como Cabral (2014) diz muitas vezes as necessidades basicas são esquecidas, isso pode vir a trazer frustrações, agressividade, baixa autoestima e inseguranças. Deste modo vemos ao perguntar se esses aspectos podem levar a vontade de sair do emprego todos os pesquisados responderam que sim, pode vir acontecer, isso so reforça que o mesmo vai chegando em um ponto que não aguenta mais ficar na empresa e prefere sair para preservar ate mesmo sua saude.

Ao perguntar se estando desmotivado os calobaroes iriam sentir indisposição e vontade de sair do emprego, por uníssono todos responderam que sim. Isso reforça a ideia de que a desmotivação pode prejudicar o rendimento desse colaborador, algo que merece muita atenção devido ao fato do dono da empresa acabar perdendo um colaborador muito bom por o mesmo estar desmotivado.

Quando se tratanto das reclamações apenas um diz que pouco acontece enquanto quatro disseram que acontece, ao estar insatisfeito pode também gerar no funcionaário o pessimismo e junto com ele reclamações.

Ao serem perguntandos se falariam como o seu supervisor apenas um respondeu que aconteceria, equanto quatro disseram que pouco acontece, isso pode estar ligado a algum modelo de gestão que não oferece abertura aos funcionários e que por isso acaba deixando o mesmo inseguro para falar com o dono da organização.

Por fim foi perguntado se os pesquisados buscariam ajuda, onde três disseram que pouco acontece e dois disseram que acontece, alguns colaboradores prefererem guardar para si, ou ate mesmo desistir do emprego do que procurar melhoras, ou ajuda.

Gráfico 8 – Ações para manter o clima Organizacional

Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

No gráfico 8 a pergunta tem o objetivo de identificar se a empresa realiza ações para manter o clima organizacional, de forma a entender se isso pode ser uma das causas da desmotivação.

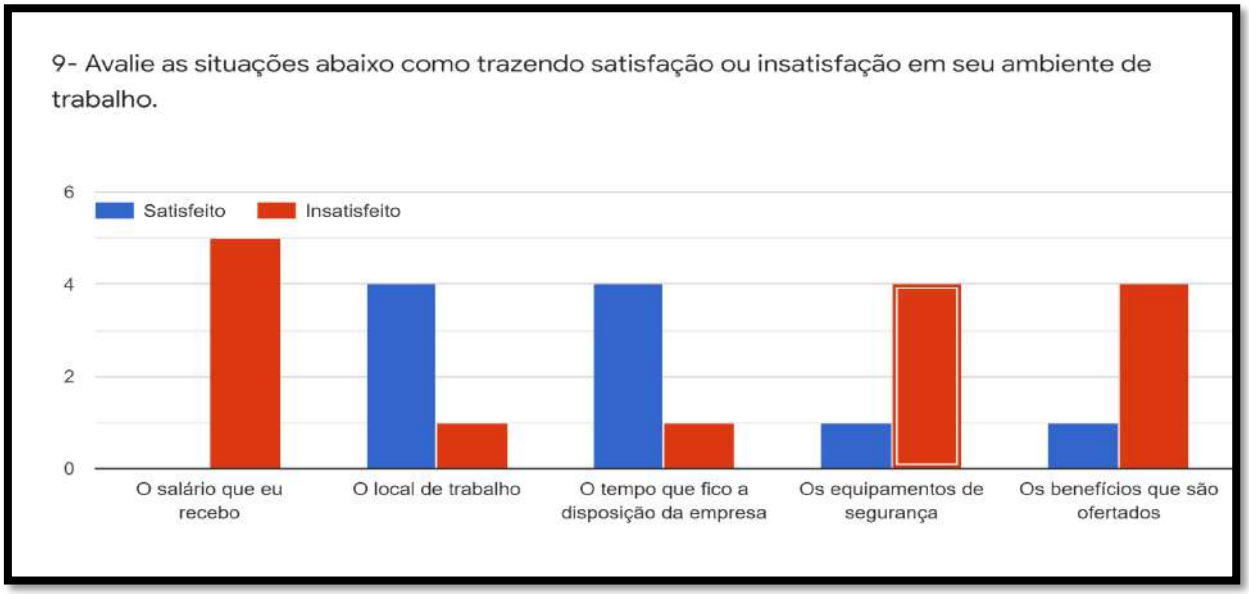
Ao perguntar sobre participação nas decisões vemos que por unanimidade todos respoderam que não acontece, sabe se que é importante manter o funcionário perto e isso pode ser feito através de gestões que permitam essa parceria.

Também acontece uma escolha generalizada dos pesquisados quando perguntando sobre reuniões frequentes, onde os mesmos disseram não acontecer.

E novamente quando perguntando sobre a questão do reconhecimento do colaborador vemos que por consonante todos respoderam que não acontece. Se tratando dos feedbacks apenas um respondeu que acontece enquanto os outros quatro responderam que não.

É relevante observar que é necessário manter um clima organizacional agradável, tendo em vista que como diz Chiavenato (2010) os indivíduos passam a maior parte do dia no seu local de traballho.

Gráfico 9 – Situações que trazem satisfação e insatisfação no trabalho



Fonte : Dados retirados da pesquisa (2020)

Neste último gráfico, a pergunta nos permite entender situações que estão trazendo satisfação e insatisfação na organização pesquisada. A primeira situação é o salário, neste quesito houve unanimidade entre os pesquisados, onde todos responderam estar insatisfeitos. É importante para organização então observar se verdadeiramente o salário está coadunável com o mercado e com as funções que os mesmos executam.

Quando se tratando do local de trabalho apenas um diz estar insatisfeito enquanto os outros quatro disseram estar satisfeitos, o ambiente é algo que deve ser levado em conta para o bem-estar dos funcionários, e vemos que esse não é um problema para a empresa.

Ao perguntar sobre o tempo que ficam disponíveis a empresa, quatro responderam que estão satisfeitos, enquanto um disse estar insatisfeito. Em relação aos equipamentos de

segurança apenas um disse estar satisfeito enquanto quatro responderam que estão insatisfeitos, é um ponto relevante, pois além de ser um meio de reduzir acidentes, também é necessário para manter a dignidade e integridade do colaborador além poder melhorar o ambiente organizacional e as relações entre dirigente e colaborador.

Quando perguntado sobre os benefícios ofertados, apenas um disse estar satisfeito enquanto os outros quatros responderam que estão insatisfeitos. Os benefícios são de suma importância e tem sido cada vez mais visto pelas organizações. Em sua definição Marras (2011) diz que benefícios caracteriza se como um conjunto de planos que a organização oferece para assim complementar o salário dos colaboradores.

Dito isso é evidente sua importância para melhorar a qualidade dos desempenhos nas organizações, onde quando não ofertado gera um gasto para o funcionário que terá que desembolsar do seu salário e adquirir do mercado esses benefícios, tais como: vale transporte, alimentação e assistência medica.

6. Considerações Finais

O presente artigo teve como alento observar de que forma um colaborador desmotivado se comporta dentro da empresa e se esse indivíduo estando desmotivado possa vir a afetar seu desempenho dentro da organização. Dito isso a pesquisa foi aplicada de forma a observar nas rotinas dos colaboradores situações que poderiam despertar um comportamento negativo do trabalho.

Mediante os dados obtidos através da pesquisa pode se confirmar que a hipótese levantada de que os colaboradores possam vir a despertar um aspecto negativo no trabalho, seja ela por falta de organização, comunicação, confiança ou por meio de gestões autoritárias. Esse prognostico foi confirmado pela análise dos resultados onde a maioria dos pesquisados confirmaram que se sentem desmotivados quando se encontram nessas situações dentro da organização.

De acordo com os resultados encontrados, quando perguntados sobre as situações que aconteceriam os pesquisados se encontrassem em estado de insatisfação no trabalho, os mesmos responderam que seria a queda da produtividade a vontade de sair do emprego, indisposição e reclamações frequentes. Dito isso pode se concluir na hipótese levantada de que um colaborador desmotivado pode afetar a produtividade e desempenho dos seus serviços dentro da organização.

Essa situação pode vir a afetar diretamente a empresa, pois o colaborador começa a trabalhar apenas para o seu sustento, sem interesse de contribuir para o crescimento próprio e também da organização.

Quando os pesquisados foram questionados sobre as ações que a empresa desenvolve para manter o clima organizacional e consequentemente um ambiente de trabalho favorável, foi dito que falta a participação dos colaboradores nas decisões, também a ausência de reuniões bem como a carência da valorização dos mesmos dentro da organização.

Assim é possível sugerir que com a aplicação da Gestão Participativa que em sua essência, visa a participação dos colaboradores por meio de um espaço em que os mesmos possam expressar sua opinião, suas ideias e criticas bem como melhorar o entrosamento e comunicação da equipe, o que resultaria em uma estrutura sem penúria de hierarquias e ate mesmo foco apenas em um individuo. Isso possibilita um ambiente favorável e que venha a incentivar o colaborador a desempenhar um bom trabalho.

Desta maneira pode se observar que com a Gestão Participativa a organização forma uma equipe que trabalha em conjunto, o colaborador se sente importante e consequentemente trabalha em conjunto para o crescimento mútuo. Assim vemos que o gestor age de forma colaborativa ou seja ele visa a valorização do coletivo e isso motiva sua equipe ao contrário da forma impositiva que muitas vezes visa apenas uma pessoa de forma individualista .

7. Referências Bibliográfica

ABRAHÃO, Júlia Issy; PINHO, Diana Lúcia Moura. As transformações do trabalho e desafios teórico-metodológicos da Ergonomia. **Estudos de Psicologia (Natal),** v. 7, n. São Paulo:SPE, 2002. p. 45-52.

AZEVEDO, Mário José. Conceito sobre organização: A percepção de estudantes novatos e concludentes de um curso de administração de empresas. **Revista Expressão Católica**, [S.L.], v. 1, n. 1. 2012.

BÍBLIA, A. T.Gênesis. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica:** Antigos e Novos Testamentos. Tradução de. São Paul João José Pedreira de Castro:Ave-Maria, 2010. p. 51.

BOHRER, Ricardo Schlatter. "Motivação: abordagem crítica da teoria de Maslow pela propaganda." **Revista de Administração de Empresas.** v. 21.n. 4, 1981. p. 43-47.

BORGES, Viviane Velozo. et.al.. Os grupos na produção de conhecimento na psicologia: Uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2. 2011. p. 379-390.

CABRAL, G. (2014). Maslow e as necessidades humanas. Acessado em 18 de janeiro de 2014.

CASTRO, C.A.P. **Sociologia aplicada a administração**. São Paulo: Atlas, 2002.p. 59.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.p. 390.

CHIAVENATO,I. **Administração nos novos tempos.** 2.ed. rev**.** Atual. Rio de Janeiro: Campus, 2004.p.8.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FERNANDES, Patrícia Ramos Silva. **Causas de desmotivação no trabalho em uma empresa pública federal**. 2009.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, A. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 . ed. São Paulo: Atlas, 2003. p .201.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 157.

LODI, J. B. **História da administração**. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1984.
Maciel, S. E. V., Sá, M. A. D. **Motivação no trabalho**: uma aplicação do modelo dos dois Fatores de Herzberg. Studia Diversa, CCAE-UFPB, (2007).

The nature and causes of job satisfaction. *In*: DUNNETTE M. D. (ed.). ***Handbook of industrial and organizational psychology***. Chicago: Rand McNally, 1976. p. 1297-1349.

MACIEL, S. E. V., Sá, M. A. D. **Motivação no trabalho:** uma aplicação do modelo dos dois Fatores de Herzberg. Studia Diversa, CCAE-UFPB, (2007).

MARCH, J.; SIMON, H. A teoria do equilíbrio da organização. In: ETZIONI, Amitai. **Organizações complexas:** um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1975. p. 70-79.

MARCONI, A. M., LAKATOS, M. E. (08/2017). **Técnicas de Pesquisa**, 8ª edição. [Minha Biblioteca]. Disponível em : <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013535/>. Acesso em 01 de maio de 2020.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.
MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

PÉREZ-RAMOS, Juan. **Motivação no trabalho**: abordagens teóricas. Psicologia USP, v. 1, n. 2, São Paulo, 1990. p. 127-140.

MARTINS, J.; AQUINO, C.; SABÓIA, I.; PINHEIRO, A. De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 219-228, 1 dez. 2012.

PIVETTA, Natália Pavanelo; et.al.. A Influência do modelo weberiano de burocracia na escola clássica, escola de relações humanas e abordagem comportamental. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 2. 2018. p. 90-117.

TAVARES, Fernanda Pereira. Motivação e desmotivação sob o enfoque organizacional. **Administração E Ciências Contábeis**, p. 21, 2002.

THOMAS,. et al. ***Demotivating factors influencing the productivity of civil engineering projects*.** Hong Kong, Austrália, 2004.

VALDEZ, M. R. K. "**Análise dos fatores motivacionais no trabalho segundo Herzberg e da eficiência do atendimento ao cidadão: estudo de caso da Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas do município de Joinville**." 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 32.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

AS VANTAGENS DE SE TER UM GESTOR DE COMPRAS EMERGENCIAIS: na empresa Destilaria Veredas Ind. de Açúcar e Álcool LTDA

Tiago Freitas Noronha[1]
Unilson Gomes Soares[2]

Resumo: Este trabalho investigou a necessidade e vantagens de se ter um gestor de compras emergenciais em uma empresa. A empresa analisada foi a Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, localizada no Noroeste de Minas Gerais. O interesse do estudo foi oferecer elementos para aprofundar o conhecimento desta temática em futuras pesquisas na área. A construção deste trabalho se deu a partir de uma abordagem metodológica que utilizou a pesquisa aplicada de natureza qualitativa exploratória. A técnica de coleta de dados foi por meio de um questionário semiestruturado e aplicado aos funcionários dos setores de diretoria, gerência de transportes e gerência agrícola e mecânica geral por conveniência do pesquisador e através de aceitação dos respondentes. A estratégia aplicada na empresa Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA foi ter como prioridade as compras emergenciais, para que não houvesse perdas financeiras devido a hora parada da máquina e/ou equipamento que tem um custo por hora elevado, levando em consideração os valores das peças ou mão de obra necessárias para seu funcionamento. O objetivo geral do trabalho era identificar a importância de se ter um profissional responsável pela gestão das compras emergenciais e analisar as vantagens de se ter uma pessoa específica para essa modalidade de compra. Como a demanda emergencial é elevadíssima na empresa analisada e causa graves impactos financeiros, operacionais e provoca um grande stress operacional em todos os envolvidos na cadeia de compras, foi-se observada a necessidade de um gestor específico para as compras emergências, tendo como objetivo sanar esse furo, pois com essa alta demanda, as compras não emergenciais acabavam se tornando também emergenciais por causa do tempo gasto para resolver as emergências, comprovando o que foi esperado no início dos estudos e pesquisas, ora vivenciada no Município, levou-nos à inquietação e abordagem desse estudo.

Palavras chave: Compras; Compras Emergenciais; Administração de Empresas.

---

[1] Bacharelado em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP.

[2] Bacharelado em Administração, licenciado em filosofia, MBA- Gestão Estratégicas de RH, pós-graduado em filosofia da educação. Mestre educação permanente pela USAL-Buenos Aires-Argentina. Professor de Pós-Graduação FCJP, FPM, FCC. Professor curso de administração Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Professor curso de Administração, contábeis, Engenharia Elétrica e Gastronomia Faculdade Cidade de Patos de Minas FPM. E-mail: gomessoaresu@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: This work investigated the need and the advantages of having an emergency purchasing manager in a company. The company analyzed was Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, located in the northwest of Minas Gerais. The interest of the study is to offer elements to deepen the knowledge of this theme in future research in the area. The construction of this work was based on a methodological approach that used applied research of an exploratory qualitative nature. The technique of data collection was through a semi-structured questionnaire and applied to employees in the sectors of directorship, transport management and agricultural management at the researcher's convenience and through the acceptance of the respondents. The strategy at Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA will be to prioritize emergency purchases, so that there are no financial losses due to downtime of the machine and / or equipment that has a high cost per hour, taking into account the values of parts or labor required for its operation. The general objective of the work was to identify the importance of having a professional responsible for the management of emergency purchases and to analyze the advantages of having a specific person for this type of purchase. As the emergency demand is very high in the analyzed company and causes serious financial and operational impacts and causes a great operational stress in everyone involved in the purchasing chain, it was observed the need for a specific manager for emergency purchases, with the objective of solving this hole, because with this high demand, non-emergency purchases end up also becoming emergency because of the time spent to resolve emergencies, proving what was expected at the beginning of studies and research, now experienced in the Municipality, led us to unease and approach of this study.

Keywords: Purchases; Emergency Purchases; Business Administration.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo verificou a importância de se ter um gestor de compras emergenciais dentro de uma empresa (Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA), da cidade de João Pinheiro, emancipado a município em 10 de setembro de 1911, possui, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2019, 47.452 habitantes, dos quais 81% tantos domiciliados na zona urbana e 19% domiciliados na zona rural. Seu território é de 10.727,471 km², sendo o maior município do Estado de Minas Gerais. Possui renda per capta avaliada em R$562,24 girando sua economia em torno do agronegócio e na agropecuária.

O conceito de compras envolve um extenso processo que abrange a ação de localização de fornecedores e fontes de suprimento, aquisição de materiais por meio de negociações de preço e condições de pagamento. Para além, o acompanhamento do processo junto aos fornecedores escolhidos e o recebimento do material comprado para controlar e garantir o fornecimento dentro das especificações solicitadas fazem parte do conceito também. O órgão de compras, que constitui o elemento de ligação entre a empresa e o seu ambiente externo, é o responsável pelo suprimento dos insumos e materiais necessários ao funcionamento do seu

sistema produtivo. Um gestor de compras é um profissional responsável por gerenciar todo o setor de compras, ele realiza o contato com o fornecedor, apresenta as melhores propostas para seus superiores, assegura o cumprimento dos prazos e verifica a demanda das áreas para efetuar com maior qualidade os processos de compras.

As compras emergenciais estão ligadas à falta de planejamento dos requisitantes de materiais e ou serviços e as vezes a alguns fatores externos, tais como: clima e área de atuação dos equipamentos. Diante disso, a gestão de compras é uma atividade que busca adquirir materiais e matérias primas essenciais dentro de uma empresa. É uma área muito importante pela sua responsabilidade em incluir os cálculos relacionados às despesas, fazer análise dos sistemas de custeio e avaliações das instalações. A empresa acaba tendo inúmeros benefícios ao criar essa gestão, como por exemplo, evita gastos desnecessários, aproveita bem os recursos disponíveis e evita a falta dos produtos ou materiais no estoque dessa empresa.

No entanto, quando há a ausência de planejamento de compra eficaz ou um ato falho na área de requisições dos materiais e ou serviços necessários para o bom funcionamento da empresa, são feitas as denominadas compras emergenciais. Estas são realizadas com um tempo de entrega inferior ao que o fornecedor normalmente oferece como padrão, para que haja o abastecimento do estoque da instituição o mais rápido possível. Em consequência, todo o setor de compras é prejudicado, pois as compras emergenciais não fornecem muitas alternativas aos compradores em termos de procura e de negociação, ocasionando preços mais elevados. Além disso, a gestão de estoque também será afetada diretamente com a falta de produtos, provocando stress operacional e prejudicando o andamento natural das compras não emergenciais, pois ficarão paradas até a resolução das compras emergenciais.

Em vista das consequências encontradas pelas empresas com as compras emergenciais e analisando a diminuição do impacto financeiro e operacional de quando um gestor de compras está presente em uma empresa para realizar essa compra de urgência, o presente trabalho teve como objetivo identificar as vantagens de se ter um profissional responsável pela gestão de compras emergenciais. As empresas ainda desconhecem esta função, pois é algo novo apresentado nessa pesquisa. Segundo DIAS e COSTA (2003, p. 21), “compras emergenciais sempre existirão [...], pois não há como uma organização manter estoques disponíveis de todos os itens para atender aqueles que requisitam materiais em sua totalidade”. Nesse viés, faz-se necessário que as empresas tracem algumas estratégias para que consigam realizar suas compras em um número capaz, que não colocarão toda a produção da empresa em risco e nem mesmo causarão a formação de estoques exagerados, e com isso possam diminuir os possíveis impactos

de uma compra emergencial. Para isso, pode-se adotar algumas medidas eficientes, como por exemplo, "estabelecer controles e prioridades de atendimento e criar um canal de comunicação com os solicitantes no âmbito empresarial" (OLIVEIRA, 2002, p. 12) e estes poderão ser realizados, somente, com a formação de uma boa equipe na área de compras e, especialmente, com gestores e gerentes de compras especializados.

Sendo assim, compreender a necessidade de um gestor de compras emergenciais faz-se necessário não apenas para aqueles que trabalham em tal área, mas também para todas as pessoas envolvidas em uma determinada empresa, seja ela fazendo parte de quem compra ou até mesmo de quem vende.

Compreendendo esses aspectos, a pesquisa poderá trazer um retorno à sociedade no que diz respeito às compras de novos estoques, caso estes venham a acabar, e a geração de novos empregos, no que diz respeito à contratação de um gestor para as compras emergenciais. Sendo assim, este estudo buscou responder às seguintes questões: qual a necessidade de um gestor de compras emergenciais em uma empresa? O gestor de compras precisa de alguém para auxiliá-lo nas compras não programadas?

Ao iniciar a pesquisa foram levantadas as hipóteses de que a presença de um gestor de compras emergenciais dentro de uma empresa diminuiria os impactos causados por uma compra emergencial, tanto o impacto econômico, quanto o impacto na gestão das atividades e a diminuição no stress operacional. Somado a isso, caso uma empresa não tenha esse gestor, foi estipulado que o gasto mensal da empresa seria bem maior que o de uma empresa que apresenta esse profissional.

Acredita-se que esse trabalho tenha uma grande relevância social, pois revela aos empresários a importância de se possuir um gestor de compras emergenciais. Além de revelar qual o seu papel e por que a empresa deve realizar a contratação desses profissionais para o seu negócio. Para o nível acadêmico, servirá como um estudo teórico e prático de como um gestor de compras atua dentro de uma empresa e de como um gestor específico para as compras emergenciais pode auxiliar no controle de compras e na diminuição de gastos, apresentando uma pesquisa realizada dentro de uma empresa com grande importância para região e seu posicionamento sobre o desempenho desse profissional na mesma.

2. OBJETIVOS

Verificar como são feitas as compras emergenciais na empresa Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, localizada no Noroeste de Minas Gerais; investigar a

importância de se ter um gestor de compras emergenciais em uma empresa; verificar como a empresa poderá proceder em relação às compras emergenciais; demonstrar como o gestor de compras emergenciais poderia agir em todas as situações que pode aparecer a ele.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve por objetivo verificar como são feitas as compras emergenciais na Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, empresa localizada no Noroeste de Minas Gerais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória. De acordo com Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa qualitativa é caracterizada por sua investigação volvida para os fatores qualitativos. É considerada a parte subjetiva de um determinado problema.

Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada visando à maior compreensão das diferentes interfaces do assunto em questão, através de material acessível ao público em geral, tais como livros, artigos científicos e teses que tratam do tema (GIL, 2002).

A pesquisa de campo foi realizada depois do levantamento teórico, para que se aprendesse sobre o tema. Foi nessa fase que o pesquisado buscou os objetivos do estudo, as hipóteses, traçou qual o procedimento de coleta de dados seria adotado, fez a mensuração da amostra e como os dados deveriam ser estudados e tabulados.

Assim nos mostra Martins e Theóphilo (2009, p. 89): “os levantamentos são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais.”.

Assim, foi criado um webquestionário usando a ferramenta do google drive, que, após pronto, foi enviado para os funcionários mencionados, para responder e compreender às questões a respeito do Gestor de Compras Emergenciais.

O projeto de pesquisa deve primeiramente passar pelo Comitê Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP).

A pesquisa foi realizada na empresa Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool LTDA, localizada no noroeste de Minas Gerais, município de João Pinheiro.

A pesquisa contou com vinte e um (21) funcionários ligados diretamente às compras realizadas pela mesma.

As pessoas questionadas foram dos setores de diretoria, gerência de transportes, gerência de agrícola e mecânica geral.

Todos os questionados foram informados que poderiam desistir quando quisessem, e que os dados informados seriam totalmente conservados, garantindo sua integridade, sigilo e confidencialidade.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Compras: conceitos e evolução histórica

Na base de um relacionamento entre empresa e fornecedor, está a área de compras (que pode também ser chamada de suprimentos) de uma organização que pode ser definida. Segundo Ballou (2001), como sendo a função da empresa que se envolve com a compra de matérias-primas, suprimentos e componentes para a organização. O autor ainda relata que algumas das atividades associadas a essa função são: selecionar e qualificar fornecedores; avaliar o desempenho, negociar contratos, comparar preços, qualidade e níveis de serviços oferecidos pelos fornecedores, e também especificar as formas de recebimento dos bens.

Para Ballou (2011), a função compras em uma empresa é fundamental, uma vez que, geralmente, nas empresas, os itens comprados representam entre 40 e 60% do custo do produto vendido. Isto significa que ganhos relativamente pequenos na função de compras têm grande impacto nos lucros das empresas.

Para um entendimento da importância de mudança na forma de gestão de compras, é possível recorrer à evolução histórica dos sistemas de produção e de seus modelos de gestão, começando com o sistema de produção artesanal (século XVI a XIX), passando pelo taylorismo, pela manufatura em massa (século XX) e, assim, chegando em modelos ou paradigmas modernos como o sistema Toyota de produção. A segunda metade do século XX, manufatura responsiva, customização em massa e manufatura ágil. Esse conjunto de alterações nos modelos de gestão dos sistemas de produção foi impulsionado por mudanças rápidas do ambiente empresarial, forte concorrência e inovações tecnológicas, que pressionam as empresas tanto a reavaliar seus produtos quanto a reduzir seus custos (MARTINS, 1999).

Lambert, Cooper e Pagh (1998) definem gestão de compras como a parte da cadeia de suprimentos responsável pela integração entre a organização em análise e seus elos a montante

na cadeia, assim, a definição das variáveis de controle visa alcançar maior qualidade na pesquisa a ser desenvolvida.

4.2 Gestores: contexto histórico e definições

Desde a origem dos tempos a atividade de material, já acontecia mesmo que de uma forma muito incipiente, pode-se citar a forma como realizavam trocas de caças e de utensílios e, continuando essa viagem no tempo passou-se também pelas trocas mercantis, até atingir os tempos modernos com a chegada da Revolução Industrial. Pode-se dizer que essa inevitável vontade do homem de produzir, estocar e trocar objetos e mercadorias existe tanto quanto a sua própria existência.

Observava-se à história mais recente, os períodos da fase inicial da produção e a troca de material passaram a ter grande valor para o desenvolvimento dos povos, como fator de fornecimento. Nesses períodos tiveram o início e o desenvolvimento das primeiras ações de comércio, envolvendo compras, vendas, atendendo as necessidades da economia mercantilista.

Segundo Chiavenato (2003), com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII e se estendendo até o século XIX, provocou uma maior concorrência de mercado e melhorou as operações de comercialização dos produtos, dando mais importância aos setores de compras e estoques. O referido período foi marcado por modificações profundas nos processos do sistema de fabricação e estocagem em grande escala, devido a linha de produção defendida na época, o Fordismo.

Com isso, alguns fatores contribuíram para impulsionar à Administração de Materiais, dentre eles a evolução fabril, o consumo, as exigências dos consumidores, o mercado concorrente e novas tecnologias, nascendo assim uma gestão de mercadorias. Segundo Francischini; Gurgel (2002), com o surgimento da mecanização, da busca pela produção mais eficiente e a automação, o excedente da linha de produção se torna cada vez mais uma preocupação, e com isso, a Administração de Materiais, se torna uma ferramenta fundamental para que exista o equilíbrio dos estoques, para que não falte a matéria-prima, porém não haja excedentes.

Nota-se, desse modo, que o marco do nascimento dos gestores é datado na Revolução Industrial, de modo que era preciso controlar a produção e os estoques, pois era uma produção em larga escala.

4.3 Gestores de compras e seus papéis em uma organização

Ao longo do tempo, a função compras passou a ser imprescindível para a administração de recursos de uma empresa. Embora poucos artigos vinculassem compras ao planejamento estratégico, começou a ser desenvolvido esse lado estratégico de compras e, como resultado de um estudo abrangente sobre o futuro das compras, a capacidade de compras para impactar o planejamento estratégico aumentou em várias empresas. Assim, os profissionais de compras têm novas oportunidades para se tornarem estratégicos devido ao ambiente competitivo em rápida mudança.

Segundo Moraes (2005), a Gestão da aquisição – a conhecida função de compras – assume papel verdadeiramente estratégico nos negócios de hoje em face do volume de recursos, principalmente financeiros, envolvidos, deixando cada vez mais para trás a visão preconceituosa de que era uma atividade burocrática e repetitiva, um centro de despesa e não um centro de lucros.

Conforme afirmam Gaither & Frazier (2001), o departamento de compras desempenha um papel fundamental na realização dos objetivos da empresa. “Sua missão é perceber as necessidades competitivas dos produtos e serviços, tornando-se responsável pela entrega no tempo certo, custos, qualidade e outros elementos na estratégia de operações”.

Decorrente das mudanças ocorridas nas organizações, a função compras não é mais vista como uma atividade rotineira e sim como parte do processo de logística das empresas (Simões & Michel, 2004). Com isso, mais do que simplesmente adquirir produtos, o setor de compras atualmente está relacionado com todos os outros setores da empresa, influenciando e sendo influenciado.

Para Martins e Alt (2001), em toda empresa para a execução de seus serviços precisa de uma interação entre todos os seus departamentos ou processos, precisando também de certa organização. Ainda segundo os mesmos estudiosos, a área de compras é a que possui uma interação mais intensa com todas as outras áreas, por precisar receber e processar as informações e, diante delas, alertar os outros departamentos de informações úteis sobre suas tomadas de decisões segundo o problema ou pedido que foi apresentado (Martins, 2009)

Os níveis de estoque da empresa, por exemplo, afetam o custo de produção e podem trazer outros problemas para a empresa, como a necessidade de um maior controle, de pessoal e despesas com a sua manutenção. Assim, a área de compras tem uma função importante de

cuidar para que os níveis de estoque da empresa estejam sempre equilibrados (Simões & Michel, 2004)

Devido a essa alta inter-relação das compras com a qualidade de produtos, minimização dos custos de produção, maior agilidade nas aquisições, e além disso, melhorar a lucratividade das organizações, pode aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos e, consequentemente, a satisfação dos clientes, faz-se a importância de se ter um gestor de compras.

Um Gerente de Compras apresenta propostas, assegurar o cumprimento dos prazos, verificar a demanda das áreas para efetuar os processos de compras. Está sob as responsabilidades de um Gerente de Compras atuar com planejamento, gestão e controle de todos os processos de compras, realizar o desenvolvimento e homologação de novos fornecedores de forma a obter melhores preços, condições de pagamento e prazos de entrega, fazer a gestão do cadastro de fornecedores, acompanhar as grandes tendências no mercado de fornecimento, fazer a gestão de equipe de compradores, planejar, dirigir e controlar as compras de materiais e equipamentos, entre outros.

4.4 Tipos de compras e suas características

O comportamento e a atitude dos consumidores, de maneira geral, referem-se as facetas de ser um consumidor e o seu comportamento de compra geral (Luiz & Silva, 2015). As operações de aquisição de produtos ou matérias-primas dependem da necessidade de consumir ou investir. Portanto, todos os modelos de compras estão relacionados à aquisição para consumo ou para aplicação de recursos em um novo equipamento, ampliação da infraestrutura etc.

Podemos dividir os tipos de compras em 6 diferentes partes, que são: compras para investimento, compras para consumo, compras locais, compras por importação, compras formais e compras informais (HOINASK, 2014)

As compras para investimento são voltadas para aquisição de equipamentos e bens que vão compor o ativo da organização, ou seja, os bens e direitos que possuem valores econômicos e podem ser convertidos em recursos financeiros (HOINASK, 2014). Para resumo, são aquelas compras que irão compor o patrimônio da empresa. Por exemplo, uma empresa decide comprar uma nova máquina que possua uma maior capacidade de produção e, desta forma, irá completar o processo de produção já existente ali.

A aquisição para consumo é voltada para a compra de materiais e matérias-primas que serão usados na produção, inclusive o valor aplicado para o material de escritório (HOINASK, 2014). Da maneira usual do dia a dia, é apelidada como compra de custeio. Esse tipo de compra pode ter, ainda, 2 subdivisões: a compra de materiais improdutivos (são aqueles que não são adotados no processo de produção, apenas itens de consumo forçado) e a compra de materiais produtivos (são compostas por itens relacionados direta ou indiretamente ao processo de produção, que costumam interagir com o produto final).

As compras locais podem ser adotadas tanto pelas empresas privadas quanto pelas públicas. A diferença nas operações é que no primeiro caso há informalidade e o segundo é mais formal, porém os procedimentos executados são bastante similares (HOINASK, 2014).

As compras por importação é a operação voltada para o comércio exterior e, por isso, exige o envolvimento de um profissional qualificado. Conforme Hoinask (2014), esse tipo de compras exige uma análise mais aprofundada para confirmar que todas as diretrizes e regulamentações estão sendo seguidas e cumpridas corretamente. Além disso, segundo o mesmo analista, para que seja conferido todas essas exigências é necessário seguir algumas etapas fundamentais, como o processamento de faturas pro forma, processamento de documentos para importação no Departamento de Comércio Exterior (DECEX), compra de câmbio para efetuar o pagamento contra uma carta de crédito que seja irrevogável, monitoramento das ordens de compra no exterior, pedido de averbações de seguro para realizar transporte aéreo ou marítimo, dentre outras etapas (HOINASK, 2014).

As compras formais são aquelas em que a operação exige a emissão de algum documento de formalização. Geralmente, essas aquisições possuem valores predeterminados, que influenciam o processo. Dependendo do valor a formalidade pode ser maior ou menor, ou seja, existem diferentes níveis de formalidade. Por fim, as compras informais são aquelas que não possuem processamento burocrático devido ao seu baixo valor.

4.5 Compra emergencial: definição e importância na organização

A função de compras busca adquirir bens e serviços levando em conta o preço, a entrega, a qualidade e quantidade. Além disso, do fornecedor que tem condições de atender. Segundo Szabo (2015) algumas funções são fundamentais para a estratégia competitiva da empresa, para compras a obtenção de matéria-prima, transporte, produção de produtos ou a operação de ofertar mercadorias aos clientes é responsabilidade da cadeira de suprimentos.

É preciso que haja sempre um leque de alternativas com as especificações que o requisitante solicita (FERREIRA, 2019). É imprescindível olhar se existe alguma especificação exclusiva para compra daquele produto, cotar os valores encontrados, olhar o valor que deverá ser pago com frete ou sem frete, quais tipos de tributos são cobrados de acordo com as leis fiscais de cada estado, e, se o fornecedor atenderá no prazo estipulado pelo requisitante (FERREIRA, PALMUTI E TROMBINE, 2019).

No entanto, quando há uma ausência de um planejamento de compra eficaz ou um ato falho na solicitação do produto no tempo correto, são feitas as denominadas compras emergenciais (LADEIRA E VASCONCELOS, 2015). Estas são realizadas com um tempo de entrega inferior ao que o fornecedor normalmente oferece como padrão, para que haja o abastecimento do estoque da instituição o mais rápido possível. As compras de emergência ocorrem normalmente, em razão da deficiência do planejamento dos responsáveis pela solicitação.

Ferreira, Palmuti e Trombine (2019) afirmam que o grande problema de planejamento do setor de compras se deve ao número de compras emergenciais que são realizadas frequentemente e são realizadas devido a necessidade dos requisitantes, interferindo diretamente em todos os resultados que chegam no final de cada mês. Eles destacam, ainda, que a reposição de um certo produto não é feito de maneira instantânea e, por isso, é preciso que haja consciência de que após a colocação da ordem de compra é necessário algum tempo para a aquisição, produção e entrega do que foi pedido (FERREIRA, PALMUTI & TROMBINE, 2019).

A abordagem relacionada a cultura organizacional é um tema muito delicado visto que envolve aspectos valorizados pelas empresas e que muitas vezes fazem parte da sua razão de existência. Por esse fato podem ocorrer as seguintes situações: consumo elevado de um produto, sendo bem maior do que o esperado, tempo de compensação do estoque maior do que o que era considerado em primeiro momento e ocorrência de ambos os cenários. (GONÇALVES, 2013).

Além disso, a organização leva em consideração a capacidade de compra. Conforme dito por Lélis (2013) a necessidade da capacidade é definida pela demanda dos clientes internos ou externos das empresas. É interessante buscar prever qual vai ser a necessidade de capacidade futuramente, com isso é possível fazer suposições do pedido da produção, principais ideias dos concorrentes e inovação tecnológica (FERREIRA, PALMUTI E TROMBINE, 2019).

Para além, pode-se ainda dizer que com a gestão adequada há uma análise dos custos da empresa, que devem refletir as atitudes, comportamentos, estruturas e modos de operar

(FERREIRA, PALMUTI E TROMBINE, 2019). Quanto mais estruturada for uma empresa, melhores serão os resultados encontrados. Quanto menos informações estiverem disponíveis, ou se a qualidade dessas informações não for das melhoras, os resultados encontrados por certo serão deficientes. (MEGLIORINI, 2012).

A conscientização dos requisitantes pode estabelecer uma visão mais estratégica quanto aos custos desnecessários gerados por compras emergenciais, isso traz um futuro mais ambicioso para a empresa. "Um dos requisitos para se criar uma visão é ter a capacidade de ler bem o que está ocorrendo no setor de atuação. " (DINIZ, 2014, p.93).

Conforme Lélis (2016, p.71), um estoque bem controlado e bem gerenciado pode trazer várias vantagens para as empresas da mesma forma que um estoque negligenciado vai significar uma srie de riscos, como a falta do produto ou serviço ao cliente ou custos elevadíssimos em virtude de um estoque ocioso.

É importante destacar que, segundo (CHIAVENATO, 2008, p.49), " nenhuma empresa funciona na base da improvisação. Nada é feito aleatoriamente. Tudo precisa ser planejado, para evitar desperdícios, perdas de tempo, atrasos ou antecipações desnecessárias". Por isso, a empresa deve-se organizar e evitar as compras emergenciais.

4.6 Vantagens de manter gestor compras emergenciais

Para DIAS e COSTA (2003), as compras emergenciais sempre vão existir, pois não tem como uma organização conseguir manter os estoques disponíveis de todos os itens para atender aqueles que requisitam os materiais em sua totalidade. Nesse viés, faz-se necessário que as empresas tracem algumas estratégias para que consigam realizar suas compras em um número capaz, que não colocarão toda a produção da empresa em risco e nem mesmo causarão a formação de estoques exagerados, e com isso possam diminuir os possíveis impactos de uma compra emergencial.

Para isso, pode-se adotar algumas medidas eficientes, como por exemplo, "estabelecer controles e prioridades de atendimento e criar um canal de comunicação com os solicitantes no âmbito empresarial" (OLIVEIRA, 2002) e estes poderão ser realizados, somente, com a formação de uma boa equipe na área de compras e, especialmente, com gestores e gerentes de compras especializados.

Os responsáveis pela área de compras devem conhecer profundamente o que é pedido, quem pede e como pede (LADEIRA E VASCONCELOS, 2015). Segundo DIAS e COSTA

(2003), os controles costumam mostrar quais procedimentos estão sendo realizados de maneira incorreta e que são passiveis de correção, para trazer os benefícios ao departamento de compras e da própria organização, levando, até mesmo, a desburocratizar as atividades. Para eles, a implementação de controles consegue possibilitar a realização das avaliações de desempenho das atividades que estão sendo desempenhadas pelo departamento (DIAS & COSTA, 2003).

Para minimizar as ocorrências de emergências, o controle mais importante a ser implantado é o da requisição de materiais. Por ele, possível identificar claramente quais as áreas com maior incidência de pedidos em caráter emergencial e, a partir desse ponto, dar início ao trabalho efetivo de redução dessas emergências, conforme citam Ladeira e Vasconcelos (2015).

Muitas das requisições emergenciais que chegam ao departamento de compras não são assim tão urgentes. Segundo DIAS e COSTA (2003, pág. 26) existem várias razões para que esse fato ocorra, mas uma delas é o desejo prioridade no atendimento, desejo egoísta e não coorporativo que algumas pessoas carregam dentro delas. O fato de estabelecer uma hierarquia de prioridades se faz necessário, a fim de atender primeiramente os problemas de natureza mais importante para a empresa (VASCONCELOS E LADEIRA, 2015). Ainda segundo DIAS e COSTA (2003) essa hierarquia de prioridades deverá ser feita de acordo com o tipo do material a ser comprado.

De modo a classificar a demanda provinda da área usuária, para cada requisição de compra criada será atribuída pelo usuário solicitante responsável pela criação da requisição, um nível de prioridade que são, segundo DIAS e COSTA (2003): Normal (requisição de mínima prioridade; aguarda normalmente na fila seu processamento), Urgente (requisição emergencial, com alto grau de importância, tem prioridade sobre requisições normais) e Imediato (requisição crítica a qual necessita compra emergencial e tem prioridade sobre qualquer outra requisição).

Ademais, os profissionais de compras, além de planejarem as próprias ações, precisam fazer com que as mesmas se insiram também no planejamento global da instituição, conforme dizem VASCONCELOS e LADEIRA (2015). O tradicional modelo de planejamento empresarial requer a execução ordenada dos planejamentos estratégico, tático e operacional.

Segundo DIAS e COSTA (2003:30) as vantagens para a organização com a realização do planejamento são as seguintes: força o envolvimento dos vários elementos da empresa no cumprimento das diretrizes; objetivos e metas pré-estabelecidos; facilita e agiliza o processo de tomada de decisões; cria alternativas gerenciais; possibilita o comportamento sinergético das várias unidades organizacionais; oferece aos envolvidos no sistema, a oportunidade de

afastarem-se da execução de atividade rotineira e passarem a pensar na organização com um todo; possibilita a obtenção de melhores resultados por todos os envolvidos.

A enorme vantagem de se ter um gestor de compras é, essencialmente, maximizar os seus lucros. Esse profissional deve equilibrar sempre a gestão do estoque e a gestão de compras, para que não haja uma compra emergencial. Com a presença desse profissional, a empresa passará por um estudo para determinar a administração da cadeia de suprimentos, que inclui o planejamento da demanda, as compras, a gestão de contratos, o armazenamento e a distribuição. "A delimitação de cada um desses processos é um aspecto importante para a definição dos objetos de mensuração para a construção dos indicadores. ", conforme diz Dezolt (2016). Observa-se que um gestor traz a instituição uma organização complexa que deve ser seguida para que a empresa mantenha sua eficiência.

Deve-se ainda abordar que um gestor de compras está sempre atento em relação as influências de compras de acordo com a procura de seus clientes, o que exige constantemente em uma grande flexibilidade no empreendimento. DANTAS (2015) diz que o controle do estoque possibilitará ao gestor uma alternativa de realizar as suas compras de acordo com a procura dos seus clientes. Com isso, acredita-se que quando os custos destes produtos não são compensados com as vendas, deve ser feita uma análise e reavaliação na rotatividade das mercadorias mais vendidas, pois não é o resultado esperado (DANTAS, 2015).

Diante disso, a flexibilização sempre visará uma melhoria na qualidade do serviço oferecido, baseado na demanda do cliente, e consequentemente atenderá sempre a uma maior lucratividade. É importante destacar que ao realizar a compra de matérias para a realização da produção com base nas demandas do cliente, os empreendimentos estarão cada vez mais deixando de lado a acumulação e formação de estoques, tornando assim, uma outra vantagem de se ter um gestor de compras na empresa. Tal pensamento pode ser exemplificado de acordo com Silva, Reichenback e Karpinski (2010), que afirmam que um bom controle de estoque e um monitoramento das movimentações são ações fundamentais para que seja obtido o lucro e a competitividade da empresa, no entanto, é preciso que o custo do controle do estoque seja menor que os benefícios que ele possa proporcionar.

Dentre todas as ações, é válido ressaltar que é de suma importância a execução por meio do gestor de compras emergenciais, pois sem o auxílio desse profissional dentro da empresa, seria impossível uma organização tão complexa diminuir os impactos negativos sobre a produtividade e lucratividade sem impactos negativos nas compras emergenciais.

4.7 Desvantagem das compras emergenciais

"Uma compra emergencial caracteriza em um atendimento de urgência, evitando uma situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas, com alto grau de importância, tendo prioridade sobre as requisições normais." (VASCONCELOS & LADEIRA, pag. 9, 2015).

Esse modelo de compra derruba todo o sistema montado para efetivação de uma aquisição segura, com menor custo e com maior qualidade. Tudo em prol de "não parar a produção" (VASCONCELOS, 2015). Em consequência, todo o setor de compras é prejudicado, pois, conforme Galvão & Vasconcelos (2015), as compras em caráter de emergência não fornecem muitas alternativas aos compradores em termos de procura e de negociação, ocasionando, preços mais elevados. Além disso, a gestão de estoque também será afetada diretamente com a falta de produtos, o stress operacional e o grande volume de solicitação de compras, pois as duas áreas estão intimamente relacionadas.

Segundo VASCONCELOS e GALVÃO (2015), o prejuízo das compras urgentes e apressadas de um modo geral geram custos extras e não planejados, que afetam diretamente o resultado financeiro da organização. Em geral compra-se por maior preço e menor qualidade, favorecendo ao fornecedor no processo de negociação.

HOINASKI (2016) aponta que as maiores desvantagens de uma compra emergencial estão ligadas a: problemas na negociação com fornecedores homologados devido à urgência, necessidade de adquirir produtos de fornecedores que não estão cadastrados, o que exige a criação do cadastro, envolvimento da área de contas a pagar etc. e falta de qualidade dos produtos adquiridos de forma urgente.

É importante ressaltar que não somente o financeiro será atingido por essas compras, como também o processo produtivo e todos os outros processos dependentes deste, conforme cita HOINASKI (2016).

Com o estudo realizado por FERREIRA *et al* (2019) é possível comprovar que a diminuição da quantidade de compras emergenciais pode resultar em melhores resultados, custos com aquisição de produtos serão diminuídos e esse valor pode ser melhor utilizado pela empresa em investimento em desenvolvimento. Foram encontrados aproximadamente 45 milhões de reais que podem ser investidos de outra forma nas empresas caso diminuísse a

frequência de compras emergenciais, o que se torna impressionantemente algo que deve ser evitado.

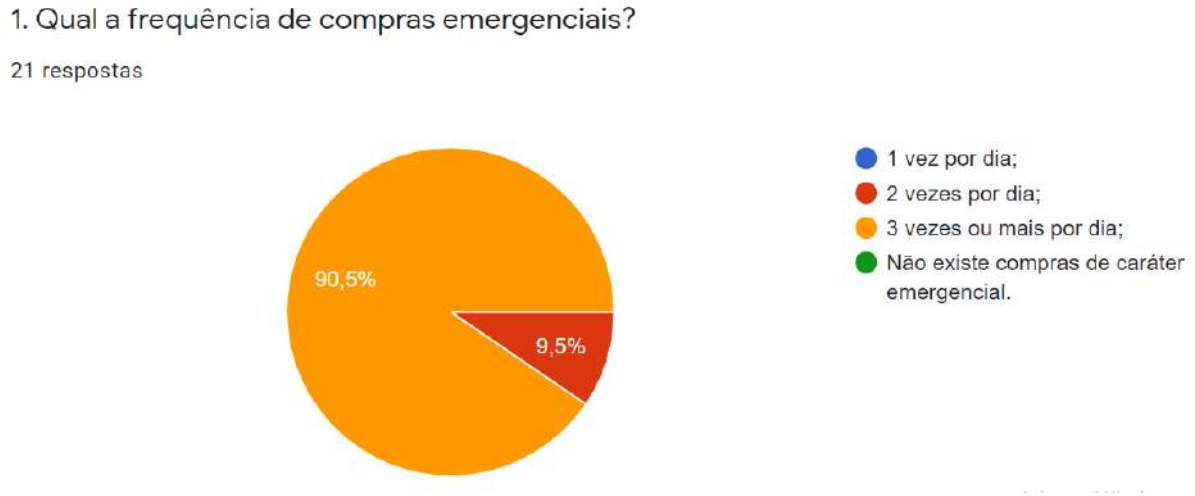
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Discussão sobre as vantagens de se ter um gestor de compras emergenciais

Foi aplicado um webquestionário a um total de vinte e uma (21) funcionários com perguntas voltadas às compras emergenciais. Este questionário lida diretamente com o questionamento para uma comprovação da necessidade ou não de um gestor de compras emergenciais. As informações dispostas nesta análise estão todas de acordo com os dados coletados no questionário.

5.1.1 *Pergunta 1: Frequência de compras emergenciais*

A primeira pergunta está voltada para saber a frequência de compras emergenciais. Para a resposta havia 4 opções: 1 vez ao dia, 2 vezes ao dia, 3 vezes ou mais por dia e não existe compras de caráter emergencial.

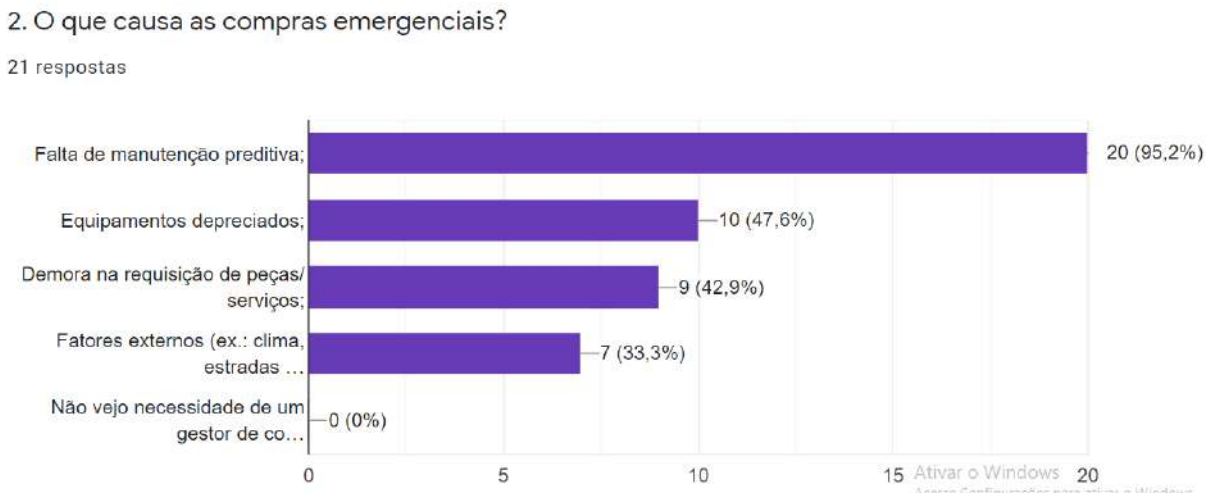


A maior parte dos questionados afirmou que a frequência das compras urgentes acontece 3 vezes ou mias por dia, sendo cerca de 90,5% das respostas marcadas contendo essa opção, e a outra parcela dos questionados afirmaram que compras emergenciais ocorrem 2 vezes por dia, totalizando 9,5% das respostas marcadas. Diante disso, nota-se que todos os dias são realizadas

muitas compras emergenciais e que é necessário a ajuda de algum profissional específico para que possa auxiliar uma empresa nesse ponto e ajudá-la em seus lucros e gastos.

5.1.2 *Pergunta 2: Motivos que podem levar a uma compra emergencial*

A pergunta 2 se atentou a quais motivos levam a ter uma compra de caráter emergencial, podendo marcar mais de uma alternativa com as opções de resposta: falta de manutenção preditiva, equipamentos depreciados, demora na requisição de peças/serviços, fatores externos (ex.: clima, estradas e operacional) e não vejo necessidade de um gestor de compras emergenciais. Nessa pergunta, os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção.

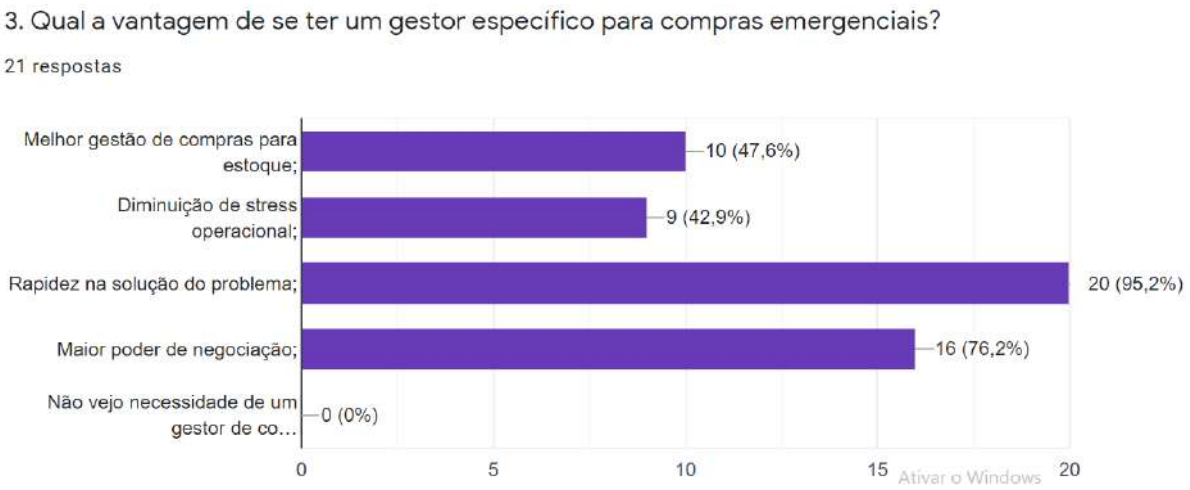


Foram obtidas 20 respostas para a opção 1, 10 respostas para a opção 2, 9 respostas para a opção 3, 7 respostas para a opção 4 e 0 respostas para a opção 5. Dessa forma, foi possível perceber que a grande parte das respostas obtidas poderiam ser solucionadas com uma gestão dentro da empresa no setor de compras, pois somente as opções 2 e 4 tratava-se de questões relacionadas a imprevistos e acidentes.

5.1.3 *Pergunta 3: Vantagens de se ter um Gestor específico para Compras Emergenciais*

A questão 3 questionava quais as vantagens encontradas pelos entrevistados de se ter um gestor para compras emergenciais. Também era possível marcar mais de uma alternativa. A opção 1 tratava de uma melhor gestão de compras para estoque, a opção 2 de uma diminuição do *stress* operacional, a opção 3 era uma maior rapidez na solução de problemas, a opção 4 com

um maior poder de negociação e a opção 5 com a desnecessidade em se ter um gestor de compras.



Como resultados foram obtidos: 10 respostas para a opção 1, 9 respostas para a opção 2, 20 respostas para a opção 3, 16 respostas para a opção 4 e 0 respostas para a opção 5. É notório que um gestor de compras emergenciais poderia ajudar a empresa em otimizar sua produção e seus serviços, além de garantir uma maior lucratividade e economia. As repostas tratavam-se de consequências positivas que poderiam ser resolvidas por apenas um profissional, caso fosse contratado e assim, observa-se as maiores vantagens em se ter um gestor de compras emergenciais.

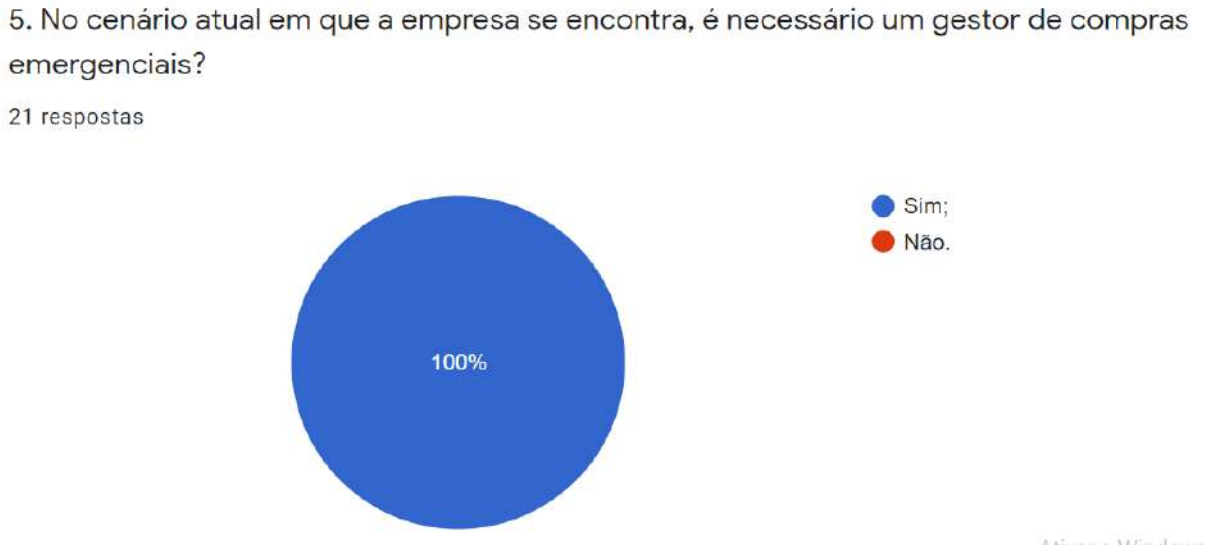
5.1.4 *Pergunta 4: Viabilidade de contratação de um Gestor de Compras Emergenciais*

A pergunta 4 questionou se os entrevistados achariam viável a contratação de um gestor de compras emergenciais para uma empresa. Havia somente 2 opções de resposta: uma para discordar e outra para concordar.

Como resultados foram garantidos 100% de respostas afirmativas. Com isso, percebe-se a consciência que já se tem de se ter um profissional responsável pelas compras emergenciais.

5.1.5 *Pergunta 5: Necessidade da contratação de um Gestor de Compras Emergenciais*

A pergunta 5 questionou se, no cenário atual em que a empresa se encontra, há a necessidade da contratação de um gestor de compras emergenciais. As duas opções de resposta também eram de concordância e discordância.



Com os resultados, observa-se que 100% das respostas foram afirmativas, que era necessário a contratação de um gestor de compras emergenciais. Portanto, é notório que a função de um gestor de compras emergenciais é muito relevante dentro de uma empresa e que os negócios estão cada vez mais cientes disso para alcançarem o máximo de produtividade, lucratividade e economia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos por essa pesquisa, notou-se que a função de gestão de compras emergenciais é claramente benéfica para a empresa. De acordo com o desenvolvimento deste trabalho e suas vantagens, a empresa optou pela contratação de um gestor de compras direcionado especificamente às compras emergenciais. Contratação esta, que foi efetivada através das respostas positivas obtidas durante a produção deste trabalho e teve suas vantagens reafirmadas diante da apresentação dos resultados do questionário à diretoria da empresa. Como concluído pela pergunta dois do questionário, onde 100% dos entrevistados responderam que há sim uma necessidade da contratação de um gestor de compras emergenciais deixando claro a resposta da pesquisa ora elaborada.

Assim, analisando os resultados obtidos e observando também as análises bibliográficas, foi possível notar a importância e as vantagens de se te ter um gestor dedicado às compras de cunho emergencial, já que há, de fato, notoriedade da necessidade desse tipo de cargo dentro de uma empresa, principalmente da analisada em si.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos*: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DANTAS, July Caroline de Araújo. **A importância do controle de estoque: estudo realizado em um supermercado na cidade de Caicó/RN.** 2015. 57 f. Dissertação (bacharel em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

DEZOLT, Ana Lúcia, et al. **Compras públicas estaduais** – Boas práticas brasileiras. CONSAD, Brasília – DF, 2016.

DIAS e COSTA, Mário, Roberto Figueiredo. **Manual do comprador – conceitos, técnicas e práticas indispensáveis em um departamento de compras.** São Paulo: Edicta, 2003.

DINIZ, Andre. **Estratégias de gestão e organização empresarial**.1 edição. São Paulo:Pearson, 2014.

FERREIRA, Joyce Constante; PALMUT, Claudio; TROMBINE, Jessica. **COMPRAS EMERGENCIAIS: Seus custos e impactos nos resultados da empresa.** 2019. 13 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, Varginha, 2019. Disponível em: http://repositorio.unis.edu.br/handle/prefix/1204. Acesso em: 28 set. 2020.

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano A. **Administração de Materiais e do Patrimônio**, São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg, **Administração da Produção e Operações**. 8 ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOINASKI, Fabio. **TIPOS DE COMPRAS: CONHEÇA OS 6 MODELOS EXISTENTES**. 2016. Disponível em: https://ibid.com.br/blog/tipos-de-compras-conheca-os-6-modelos-existentes/. Acesso em: 28 set. 2020.

HOINASKI, Fábio. **Indicadores de suprimentos: 7 deles que você não pode ignorar.** Artigo blog, 2016. Disponível em: <https://ibid.com.br/blog/indicadores-de-suprimentos/> Acessado em 19 Ago. 2020.

IBGE, **2010**. Disponível em: <http://www.**ibge**.gov.br/ home/geociencias/areaterritorial/principal. shtm>. Acesso em mar. 2020.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMBERT, D.; COOPER, M.; PAGH, J. Supply chain management: implementation issues and research opportunities. *International Journal of Logistical Management*, v. 9, n. 2, p. 19, 1998.

LEDEIRA, Lívia Galvão; VASCONCELOS, Denise Barbosa. **O impacto negativo das compras urgentes nas empresas.** 2015. 13 f. Dissertação (pós graduação em Administração de Contas) - Instituto de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2015.

LEDEIRA, Lívia Galvão; VASCONCELOS, Denise Barbosa. **O impacto negativo das compras urgentes nas empresas.** 2015. 13 f. Dissertação (pós graduação em Administração de Contas) – Instituto de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2015.

LÉLIS, Eliacy. **Administração da produção**. 1 edição. São Paulo:Pearson, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5.ed., Editora Atlas. 2003.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo:Editora Saraiva, 2001.

MARTINS, M. F. **Análise da função suprimentos nas empresas de manufatura:** o caso das empresas da indústria de linha branca. Tese (Doutorado)-Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Pearson, 2012.

MIGUEL, P. C. C. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. **Produção,** v. 17, n. 1, p. 216-229, 2007.

MORAES, André. **Gestão de Compras. Apostila do Curso de Administração Industrial.** CEFDET. Rio de Janeiro: 2005.

OLIVEIRA, Ricardo Z. **O departamento de compras nas organizações.** Trabalho de conclusão de pós-graduação - Universidade do Estado de Santa Catarina. Joinville, 2002.

SIMÕES, Erica; MICHEL, Murillo. **IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE COMPRAS PARA AS ORGANIZAÇÕES**. Revista Científica Eletônica de Ciências Contábeis, Garça, v. 2, n. 3, p. 1679-3870, maio 2004. Semanal. Disponível em: https://blog.ietec.com.br/a-importancia-da-funcao-de-compras-nas-organizacoes/#:~:text=A%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20compras%20%C3%A9%20uma%20atividade%20fundamental%20para%20o,e%20ao%20sucesso%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o.. Acesso em: 28 set. 2020.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A GESTÃO DO CAPITAL INTELECTUAL EM UMA EMPRESA SUCROALCOOLEIRA LOCALIZADA NO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Thamiris Rosa de Assis[1]
Renata Suzelli de Souza Gonçalves[2]

Resumo: O Capital intelectual é uma ferramenta fundamental dentro de uma organização é através da sua gestão que se consegue obter melhores resultados, trazendo assim benefícios não só para a mesma, mas para toda a equipe envolvida, ele é um capitalimportantíssimo nos dias de hoje. Através da gestão do capital intelectual a organização valoriza mais os seus colaboradores, dando a eles o seu devido valor perante o seu trabalho realizado, fazendo com que eles se sintam mais satisfeitos e motivados, gerando assim mais desenvolvimento para a empresa através dos seus serviços de qualidade. A presente pesquisa teve como objetivo verificar como é feito a gestão do capital intelectual em uma indústria Sucroalcooleira localizada no Noroeste de Minas Gerais; demonstrando assim a importância da valorização do Capital Intelectual na empresa, verificando como ela faz para demonstrar e divulgar as informações sobre o seu capital intelectual e como faz para reter esse capital; a pesquisa foi qualitativa com aspectos quantitativos de caráter exploratório, os entrevistados foi 10 colaboradores sendo eles das áreas gerencial e administrativa da organização, pois através deles conseguimos obter as informações necessárias de como a empresa administra a gestão do seu capital intelectual. Esta pesquisa demonstra que o tema aqui abordado é de suma importância nos âmbitos acadêmico, social e pessoal, pois através dela a sociedade vai conhecer e entender a importância dos seus conhecimentos, no âmbito acadêmico será um tema cada vez mais aprofundado gerando assim possíveis pesquisas futuras, este tema foi abordado pela pesquisadora para ela poder ampliar ainda mais os seus conhecimentos na área pesquisada e poder vivenciar um pouco de como isso tudo éfeito no dia a dia das organizações. O resultado da pesquisa perante os dados obtidos evidencia a notabilidade da gestão do capital intelectual nas organizações, pois através da valorização e reconhecimento do seu patrimônio primordial a empresa consegue se sobressair perante o mercado competitivo e amplo em que estamos vivendo, se destacando pelo seu diferencial perante aos seus concorrentes.

Palavras-Chave: Capital Intelectual; Organização; Valorização; Gestão; Colaboradores; Desenvolvimento.

[1]Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro- (FCJP) Curso técnico em Administração. E-mail: thamirisrosadeassis@gmail.com

[2] Especialista em Auditoria pela Unimontes e Didática Metodologia do Ensino Superior pela FCJP.E-mail: renatassg@yahoo.com.br

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: The Intellectual Capital is a fundamental tool within an organization and it is through its management that better results are achieved, thus bringing benefits not only to the organization, but to the whole team involved, it is a very important capital nowadays. Through the management of intellectual capital the organization values its employeesmore, giving them their due value before their work, making them feel more satisfied and motivated, thus generating more development for the company through its quality services. This research aimed to verify how the management of intellectual capital is done in a Sugar and Alcohol industry located in the Northwest of Minas Gerais; thus demonstrating the importance of valuing the Intellectual Capital in the company, verifying how it does to demonstrate and disseminate information about its intellectual capital and how it does to retain this capital; the research was qualitative with quantitative aspects of exploratory character, the interviewees were 10 employees being them from the management and administrative areas of the organization, because through them we can get the necessary information on howthe company manages its intellectual capital. This research shows that the theme here approached is of paramount importance in the academic, social and personal spheres, because through it society will know and understand the importance of their knowledge, in the academic sphere it will be a theme increasingly deepened generating thus possible future research, this theme was approached by the researcher to be able to further expand their knowledge in the area researched and be able to experience a little of how all this is done in the day to day of organizations. The result of the research before the obtained data evidences the notability of the management of the intellectual capital in the organizations, because through the valuation and recognition of its primordial patrimony the company gets to stand out before the competitive and ample market in which we are living, standing out for its differential before its competitors.

Keywords: Intellectual Capital; Organization; Appreciation; Management; Employees.

1Introdução

Na era industrial o capitalismo focava apenas no capital financeiro, porém com as evoluções tecnológicas as organizações da atualidade passaram a fazer o uso cada vez mais da informação como fonte de atração para consumidores e clientes e também como instrumento gerencial. Se antes os empresários eramdonos das ferramentas e dos materiais de trabalho, agora o trabalhador as carrega em sua mente, os seus conhecimentos e suas experiências. Para Stewart (1998), o capital intelectual é intangível, ele é a junção de conhecimentos de todos em uma organização, o que lhe concede benefícios perante aos seus concorrentes.

O capital intelectual corresponde ao conjunto de conhecimentos e informações, encontrado nas organizações, que agrega valor ao produto ou serviços; é o conjunto de ativos intangíveis composto por diversos fatores, tais como qualidade e coerência do relacionamento entre empresa, clientes e fornecedores, são ideias apresentadas por todos os envolvidos no contexto organizacional. Esses fatores quando combinados e trabalhados em um sistema gerencial eficiente geram conhecimento capaz de promover a inovação e reestruturação contínua nos processos, gerando resultados eficazes.

Gestão é a forma de lidar na empresa com todos os recursos disponíveis parase alcançar o objetivo esperado, ela está ligada a cuidar das condições, a conjugar os recursos disponíveis na organização de forma inteligente para se atingir osresultados desejados, ela tem sua definição ampla e pode ser aplicada em várias situações.

Rodriguez apresenta sistema de gestão como sendo:

> [...] a apresentação de forma estruturada e organizada de como ocorre à integração entre os seus sistemas internos formais e informais que fazem com que seja assegurado o atendimento às estratégias de negócios suportadas pelas pessoas dentro de uma organização formal de poder (RODRIGUEZ, 2002, p.156).

Diante do exposto, a presente pesquisa aborda como é feita a gestão do capital intelectual em uma indústria sucroalcooleira, mostrando como a empresa gerencia especificamente o capital intelectual, na busca de seus objetivos, como ela valoriza esse capital intelectual, como ela registra e divulga essas informações e como se dá retenção do capital intelectual na empresa.

A presente pesquisa foi realizada em uma indústria Implantada no noroeste do Estado de Minas Gerais, no município de João Pinheiro, na região do Vale do Riodo Paracatu, ela está posicionada estrategicamente em relação aos mercados consumidores locais e vias de exportação no noroeste mineiro. A região caracteriza- se pelo relevo plano, com diversidades de solos, ótima disponibilidade de recursos hídricos, altitude e condições climáticas ideais para o cultivo de cana-de-açúcar.

É uma das usinas mais avançadas tecnologicamente no Brasil para a produção de etanol, açúcar e cogeração de energia elétrica, tem como missão gerar energia limpa, produzir açúcar e etanol de fontes renováveis e de forma inovadora, gerando valor aos acionistas, colaboradores, parceiros e sociedade.

A presente pesquisa responde as questões de que modo é feito a gestão do capital intelectual dentro da empresa pesquisada? Qual a importância da valorização do capital intelectual na empresa? De que maneira a empresa procede com relaçãoà demonstração e divulgação dessas informações? Como a empresa faz para reter esse capital?

Diante das problematizações aqui expostas, a princípio levantamos as seguintes hipóteses:

A gestão do capital intelectual é feita através da capacitação, motivação e valorização, fazendo com que assim os colaboradores possam adquirir cada vez mais conhecimentos, agregando mais valor ao seu trabalho.

Através da valorização do capital intelectual a empresa aumenta a sua produtividade, pois a utilização dos conhecimentos dos seus colaboradores para o bem da empresa gera

melhorias nos processos, maior eficiência na distribuição de serviços e mais desenvolvimento para a organização.

A empresa faz a demonstração e divulgação das suas informações através deaplicativos e sites, gerando relatórios com suas demonstrações atualizadas da organização para que assim todas as pessoas que se interessar possam ter acesso aos seus relatórios atualizados.

A retenção do capital intelectual é feita através de um bom ambiente de trabalho, com flexibilidade e um clima incentivador que valoriza os colaboradores e fornece melhores condições para alavancar seu desempenho, pois através do reconhecimento e capacitação deles se tem um melhor desenvolvimento no seu trabalho.

O tema deste projeto foi abordado pela pesquisadora por ser de grande interesse particular em conhecer e aprofundar na temática do capital intelectual, compreender como a empresa que valoriza o seu capital intelectual consegue se destacar no mercado perante seus concorrentes.

A sociedade necessita conhecer e entender que os conhecimentos proporcionados pelos colaboradores da organização são de suma importância, pois é através deles que a empresa consegue o seu crescimento e destaque no mercado competitivo.

No âmbito acadêmico a contribuição da pesquisa sobre capital intelectual se dá na proporção da importância do tema e para que o conhecimento sobre esse capital intelectual seja cada vez mais difundido e que possa contribuir para futuras pesquisas.

Para Gil (1996), a dinâmica da pesquisa é essencial para as diferentes áreas do saber, pois é através dela que se tem a construção de um ambiente acadêmico mais saudável e construtivo.

Através da pesquisa conseguimos demonstrar novas experiências através da leitura e de experimentos, fazendo com que assim possamos buscar novas ideias e aprimorar os nossos conhecimentos.

2-Objetivos

Verificar como é feito a gestão do capital intelectual em uma indústria Sucroalcooleira localizada no Noroeste de Minas Gerais. Demonstrar a importância da valorização do Capital Intelectual na empresa. Verificar como a empresa procede com relação à demonstração e divulgaçãodas informações sobre o capital intelectual.Demonstrar como a empresa faz para reter esse capital.

3Metodologia

O trabalho que aqui se apresenta foi realizado em uma indústria Sucroalcooleira dando origem a um estudo exploratório e descritivo, com uma pesquisa qualitativa com aspectos quantitativos. Para atingir o objetivo necessáriofoi realizada uma entrevista através de redes sociais, aplicativos de mensagens ou por e-mail, composta por questões abertas e fechadas.

Os pesquisados foram 10 colaboradores sendo eles das áreas gerencial e administrativa da organização, que foi a supervisora contábil, supervisora de recursos humanos, secretária executiva, diretor executivo, gestor operacional de auditoria e qualidade, diretor administrativo, assessor de comunicação, analista fiscal de controladoria, coordenador de contratos e medições, e auditor interno.

Para Paulilo (1999), a pesquisa qualitativa procura ir ao encontro à investigação, ela sempre está em busca da comprovação de algo mais intrínseco de entender, ela tem como principal objetivo interpretar o fenômeno em observação, através dela conseguimos compreender os fatores que estão no nosso universo de estudo mais claramente.

A pesquisa qualitativa é de caráter exploratório, ela é subjetiva e através dela conseguimos ter uma interpretação aperfeiçoada dos dados e assim entender melhor a natureza geral da questão pesquisada.

A presente pesquisa foi realizada em uma indústria Sucroalcooleira localizada no noroeste do Estado de Minas Gerais, município de João Pinheiro, na região do Vale do Rio do Paracatu.

O seu principal ramo de atividade é a produção de etanol, açúcar e cogeração de energia elétrica; a empresa contribui de forma significativa com a economia da região e do estado.

A empresa pesquisada tem aproximadamente 1.404 colaboradores com postos de trabalhos diretos, a população pesquisada na presente pesquisa foi 10 colaboradores, especificamente, nas áreas Gerencial e Administrativa, pois através deles que foram obtidas as informações de como a empresa administra a gestão do capital intelectual da empresa.

As pessoas entrevistadas foram à supervisora contábil, a supervisora de recursos humanos, a secretária executiva, diretor executivo da organização, gestor operacional de auditoria e qualidade, diretor administrativo, assessor de comunicação, analista fiscal de controladoria, coordenador de contratos e medições, e auditor interno, pois através deles conseguimos saber como é feita a gestão da empresa, no que se refere à gestão do capital intelectual.

Todos os entrevistados foram informados que poderiam desistir quando quisessem e que os dados informados são totalmente conservados, garantindo asua integridade, sigilo e confidencialidade.

A presente pesquisa teve riscos mínimos, sendo o de não receber o projetode volta no tempo adequado, mudanças de colaboradores nos setores aos quais foi realizada a entrevista, gerando assim certa dificuldade para conseguir que concedaa entrevista.

Para minimizar os riscos apresentados o projeto foi entregue com antecedência com o objetivo de que caso houvesse mudança no quadro de funcionários, os novos se comprometeriam em responder a pesquisa, e assim conseguiria receber de volta no tempo estimado tendo êxito na pesquisa realizada.

Os benefícios desta pesquisa, para a empresa pesquisada será a demonstração e divulgação da sua gestão do capital intelectual, mostrando que é através da valorização dos seus colaboradores que ela consegue o seu crescimento e destaque no mercado, pois através do desenvolvimento e admiração dos funcionários a empresa cresce consequentemente, conseguindo assim um processo mais inteligente de produção com mais rapidez e velocidade, fazendo assim com que haja mais adequação das decisões que os gestores têm que tomar.

4 Revisão de Literatura

Surgimento do capital intelectual

A origem do termo capital intelectual é recente, ele surgiu na sociedade do conhecimento que é caracterizada por uma série de mudanças e transformações, onde o conhecimento gerado e utilizado pelos colaboradores passou a ser o principal recurso para o crescimento da economia e sucesso das organizações. Antes das transformações da era do conhecimento, um dos principais recursos para a economia e sucesso de uma determinada organização, era a mão de obra dos empregados e o seu capital financeiro, mas com as transformações que surgiram no decorrer do tempo o principal capital a ser valorizado e importante dentro de uma empresa passou a ser o intelectual que é todo o conhecimento e experiência que as pessoas têm na sua mente.

Para Thomas Stewart (1998), o capital intelectual é formado de toda uma matéria intelectual que são os conhecimentos, informações e experiências elaspodem ser utilizadas para gerar riqueza.

Quem possui o capital intelectual são as pessoas que estão dentro dasorganizações, o sucesso vem de todo o conhecimento que elas têm e utiliza, se elas não conseguirem colocar em prática dificilmente vão conseguir o resultado esperado, é preciso ter e saber utilizar o conhecimento de maneira eficaz. O conhecimento é considerado o recurso mais importante que uma organização pode ter, a organização deve procurar desenvolver e absorver ao máximo esse conhecimento.

O Capital Intelectual é uma ferramenta fundamental dentro de uma organização, pois é uma forma de aproveitar os conhecimentos adquiridos pelos colaboradores noseu dia a dia de trabalho. Capacitar e motivar as pessoas faz com que a empresa cresça de forma que cada colaborador adquira maior conhecimento, agregando maisvalor ao seu trabalho.

Histórico do capital intelectual

O capital intelectual se tornou conhecido através dos trabalhos desenvolvidos por Stewart e publicado na Fortune Magazine, no inicio dos anos noventa, ele trouxeo conceito de capital intelectual para as discussões de negócios, definindo como o conhecimento que existe dentro das organizações pode ser utilizado para criar um diferencial competitivo perante o mercado.

Uma das principais obras publicadas por Thomas Stewart foi com o título: Tour *company`s most valuable asset: intellectual capital*, essa obra serviu como basepara vários artigos acadêmicos nos Estados Unidos e no Brasil, pois ela abordavaas primeiras experiências que foram realizadas por algumas organizações paramensurar o seu capital intelectual.

Capital intelectual nos dias de hoje

O capital intelectual é gerado por conhecimentos sendo grande produtor de riquezas para o ser humano e a causa de grandes aumentos de produtividade na maioria das empresas e na vida das pessoas. O conhecimento é a arma mais importante de uma pessoa e serve como utilidade em sua vida para muitas coisas, como identificar ameaças e oportunidades que surgem, facilitando assim a resoluçãode problemas que possa vir a surgir, ajudando as pessoas a tomarem decisões certas e se sobressaírem no dia a dia.

A economia vem passando por um processo de transformação em que o conhecimento vem ganhando destaque e espaço e com isso o capital intelectual é realçado, para poder competir e enfrentar os desafios de um mercado cada vez maisexigente, as empresas têm que investir nos seus colaboradores conseguindo assim um processo mais inteligente de produção com mais rapidez e velocidade, fazendo assim com que haja mais adequação nas decisões que as pessoas têm que tomar. Para se destacar no mercado é necessário que as empresas desenvolvam e incentive os seus colaboradores a buscar e aprimorar os seus conhecimentos.

Quando a organização proporciona a seus colaboradores um bom ambiente de trabalho, flexibilidade e um clima incentivador que os valoriza e forneça melhores condições para alavancar seu desempenho, o reconhecimento e capacitação dos colaboradores faz com que eles

tenham um melhor desenvolvimento no seu trabalho, é através do crescimento e valorização dos funcionários que a empresa cresce consequentemente.

Antes da era do conhecimento o valor de mercado das organizações dependia do seu valor patrimonial, mas atualmente com as mudanças constantes que vem acontecendo no mundo globalizado o valor maior de mercado das organizações é o seu capital intelectual, pois através da soma de conhecimentos dos seus colaboradores a empresa consegue desenvolver serviços com mais qualidade e eficiência, conseguindo se destacar perante o mercado competitivo que estamos vivendo e assim conseguir alcançar os seus objetivos com mais agilidade gerando o aumento da sua riqueza.

5-Análise dos Resultados

Serão apresentados neste item os dados colhidos pela pesquisa de campo, que foi feita através da aplicação do Survey.

A pesquisa foi realizada com 10 colaboradores de uma empresa Sucroalcooleira no noroeste de Minas Gerais que contribui para o enriquecimento deinformações sobre o tema pesquisado.

1- A primeira pergunta pretendia aferir o sexo dos questionados.

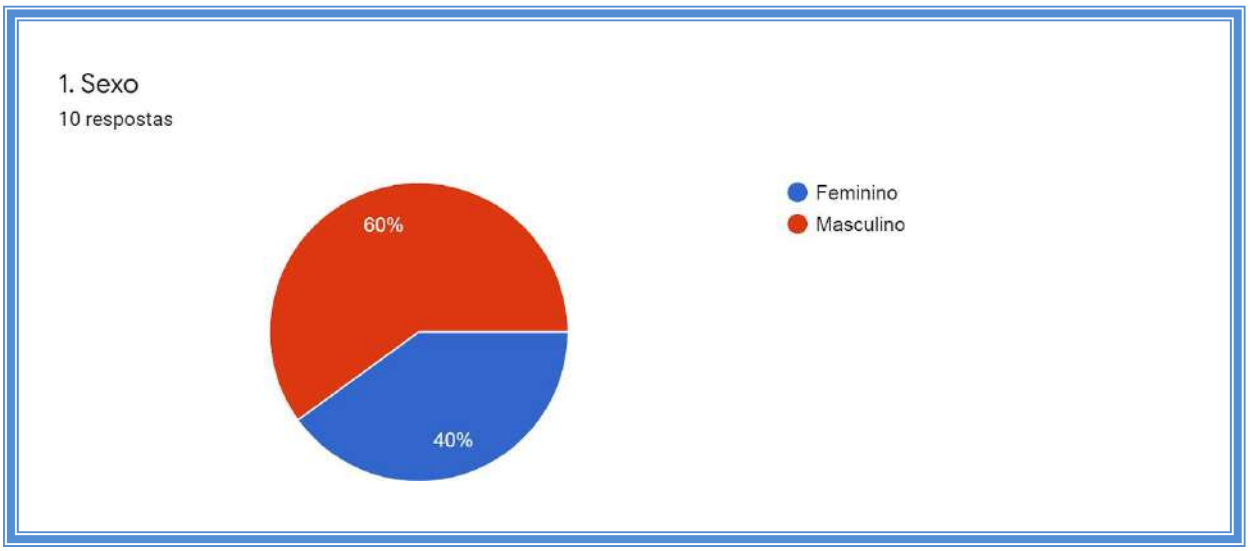


Gráfico 1: Sexo dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2020.

No gráfico 01 perguntamos o sexo dos entrevistados, verificando que 60%são do sexo masculino e 40% feminino. Pode-se observar que ainda há muitos desafios em relação à

mulher no mercado de trabalho, ainda existe muitos preconceitos e a igualdade infelizmente ainda não faz parte do dia a dia de muitas mulheres.

2- A Segunda pergunta pretendia aferir a idade dos questionados.

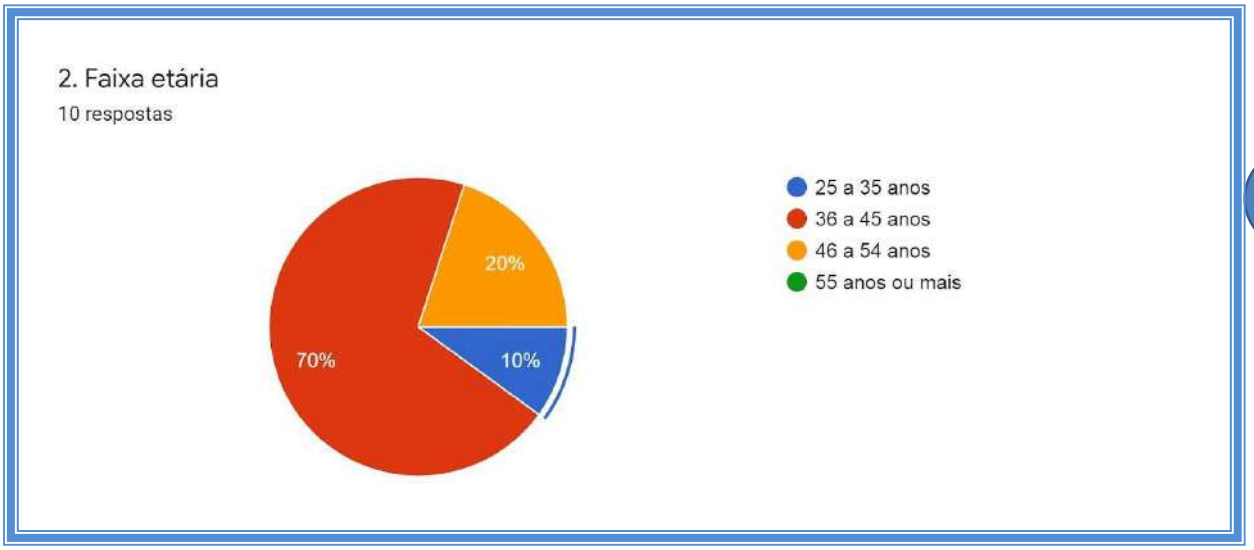


Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2020.

No gráfico 02 perguntamos a faixa etária dos entrevistados, verificando que 70% têm de 36 a 45 anos, 20% tem de 46 a 54 anos e 10% têm de 25 a 35 anos. Pode se observar que a maturidade profissional é essencial na escolha de um colaborador para exercer determinada função.

3- A Terceira pergunta pretendia aferir o grau de escolaridade dos questionados.

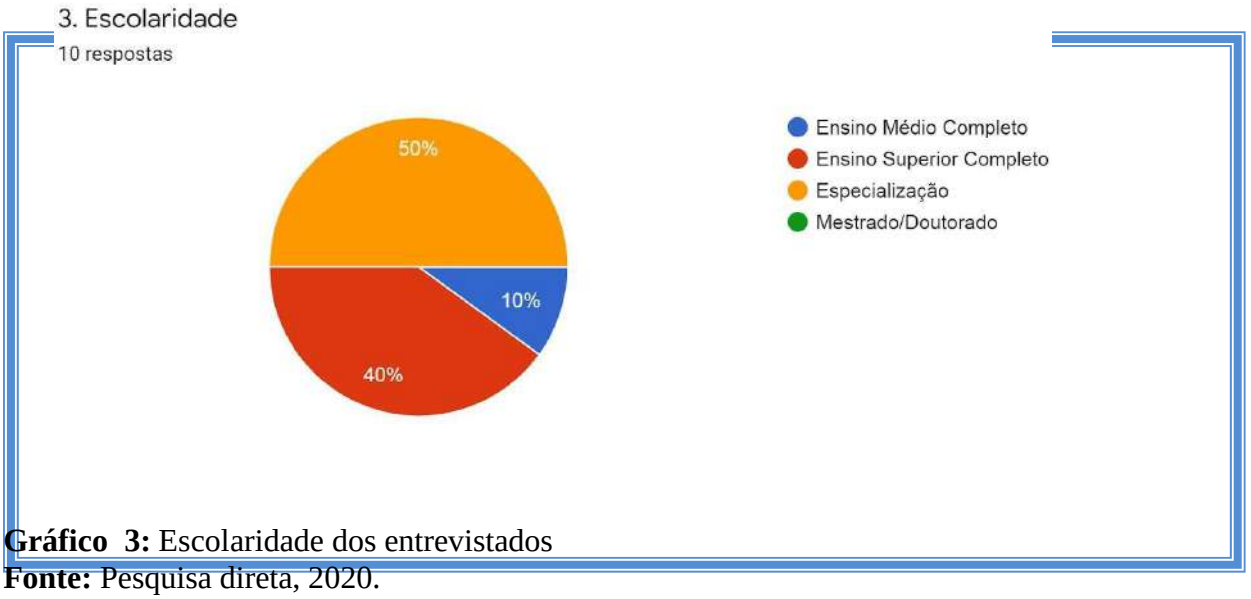


Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa direta, 2020.

No gráfico 03 perguntamos o grau de escolaridade dos entrevistados, verificando que 50% tem especialização, 40% Ensino superior completo e 10% ensino médio completo. Pode se observar que qualificação profissional é essencial nos dias de hoje para se conseguir ter cargos importantes dentro de uma organização.

Para Chiavenato (2002) a qualificação profissional amplia e desenvolve os conhecimentos do profissional, fazendo com que assim ele consiga ter um crescimento dentro da organização, se tornando mais eficiente e produtivo na sua função.

4- A Quarta pergunta pretendia aferir qual o conceito de Capital Intelectual de cada entrevistado.

> *Colaborador 1: Nível de conhecimento dos colaboradores e "skills", além do "know-how" embutido nos processos.*
> *Colaborador 2: Soma dos conhecimentos de uma pessoa, ao meu ver é o recurso mais importante dentro de uma organização.*
> *Colaborador 3: Soma de conhecimentos.*
> *Colaborador 4: Pessoas talentosas dentro das empresas. Colaborador 5: Conhecimento adquirido através da experiência ouensino acadêmico.*
> *Colaborador 6: Bem "intangível" composto de experiência, literaturas e conhecimento intelectual desenvolvido nas pessoas que trabalham.*
> *Colaborador 7: Capital intelectual diz respeito ao valor gerado pelo conhecimento disponível dentro de uma organização. No meu entendimento é o maior capital de uma empresa. Conhecimento é um valor imensurável.*
> *Colaborador 8: É o potencial de conhecimento e informações do indivíduo. Baseados em experiências pessoais ou estruturadas que podem ser compartilhadas com outras pessoas.*
> *Colaborador 9: Conhecimento do profissional adquirido através de treinamentos, cursos e experiências.*
> *Colaborador 10: Capital intelectual é a soma de conhecimento e experiência.*

Para Chiavenato (2010) o diferencial competitivo que promove o sucesso de uma organização, são as pessoas que estão nela, pois são através delas que se constrói uma empresa de sucesso e competitiva, os conhecimentos que cada pessoa tem é um bem incalculável.

5- A Quinta pergunta pretendia aferir se eles acreditam que a gestão do capital intelectual, pode gerar benefícios para a empresa como um todo?

> *Colaborador 1: Sim, principalmente acompanhando e identificando pontos de melhoria, em linha com as mudanças demandadas pelo mercado.*

Colaborador 2: Com certeza! Uma empresa deve sempre estar preocupada em desenvolver as competências e habilidades dos seus colaboradores para obter os melhores resultados.
Colaborador 3: Sim. Agrega valor as empresas, aos clientes.
Colaborador 4: Sim. Aumenta produtividade da empresa.
Colaborador 5: sim
Colaborador 6: Sim, quanto mais conhecimento, mais assertividade nas tomadas de decisão, tudo isso agrega valor no resultado final.
Colaborador 7: Com certeza. Não há outra forma de crescer se não houver uma gestão eficaz dentro da organização.
Colaborador 8: Com Certeza. Compartilhar experiências e conhecimentos gera uma cadeia que reflete em benefícios para a corporação.
Colaborador 9: Acredito que pode trazer benefícios a partir do aproveitamento das melhores experiências dos colaboradores, além de evitar que os mesmos erros sejam cometidos repetidamente.
Colaborador 10: Sim.

Para Garcia; Araújo (2009) as pessoas que estão dentro das organizações contribuem favoravelmente na busca dos seus objetivos, fazendo com que assim elaconsiga chegar ao seu destino que tanto se almeja, os colaboradores são combustíveis que faz a empresa andar.

6- A Sexta pergunta pretendia aferir: Com relação à gestão e desenvolvimento do capital intelectual na empresa, você acredita que deve sertratado e analisado como os outros recursos disponíveis da empresa?

Colaborador 1: Não, acho que deve ser tratado especialmente, como sua principal riqueza.
Colaborador 2: Entendo que deve ser tratado como o principal recurso e que sempre deve ser direcionado verbas de investimento direcionada para o desenvolvimento desse capital.
Colaborador 3: Deve ser tratado com importância.
Colaborador 4: Sim, acredito! Pior que não saber treinar pessoas e não saber tete Las na organização.
Colaborador 5: sim
Colaborador 6: Sim, a gestão e desenvolvimento de pessoas dentro de uma empresa, é a engrenagem necessária para os resultados positivos.
Colaborador 7: Sim, concordo plenamente.
Colaborador 8: Sim, devem ser aplicados em conjunto aos procedimentos da empresa.
Colabrador 9: Sim pois trata-se de um ativo intangível da empresa, sendo mais valioso que os ativos tangíveis em muitos segmentos.
Colaborador 10: Sim.

Segundo CRAWFORD (1994) as organizações que priorizam o seu capital intelectual, são as que têm mais chance de prosperar perante o mercado competitivo, o conhecimento e a informação são primordiais para a geração de benefícios na empresa.

7- A Sétima pergunta pretendia aferir como é desenvolvido o capital intelectual dentro da empresa? Quais são as ações que a empresa pratica para que esse capital seja ampliado?

> *Colaborador 1:Treinamentos diversos e programa de gestão de executivos.*
> *Colaborador 2: Investindo na busca de inovação e novos conhecimentos, apostando em programas de capacitação coletiva e individual dos colaboradores, estruturando os processos internos e promovendo uma comunicação eficiente.*
> *Colaborador 3: investir na busca de novos conhecimentos/estruturar os processos.*
> *Colaborador 4: Buscando novos métodos de desenvolvendo através de treinamentos, motivação e melhorias de processos.*
> *Colaborador 5: Políticas própria de RH para desenvolvimento profissional.*
> *Colaborador 6: Através de plataformas virtual, com cursos gratuito para diversas áreas e capacitação presencial para lideres de setores. Alfabetização de quem não teve oportunidade no passado através de parceria com instituições de ensino da região.*
> *Colaborador 7: Na empresa que trabalho atualmente isso é pouco explorado ainda.*
> *Colaborador 8: Reuniões de alinhamento, apresentação de projetos e qualificação dos profissionais.*
> *Colaborador 9: Foi implementada plataforma de treinamento online e definido Plano de Desenvolvimento para os profissionais.*
> *Colaborador 10 :Com uma plataforma de treinamento online.*

Segundo Stewart (1998) a gestão do capital intelectual é uma descoberta recente, poucas organizações entendem a sua importância e sabe desenvolve-lo de forma correta, gerando assim uma ampliação maior do seu capital.

8- A Oitava pergunta pretendia aferir como a empresa faz para demonstrar e/ou divulgar o seu capital intelectual?

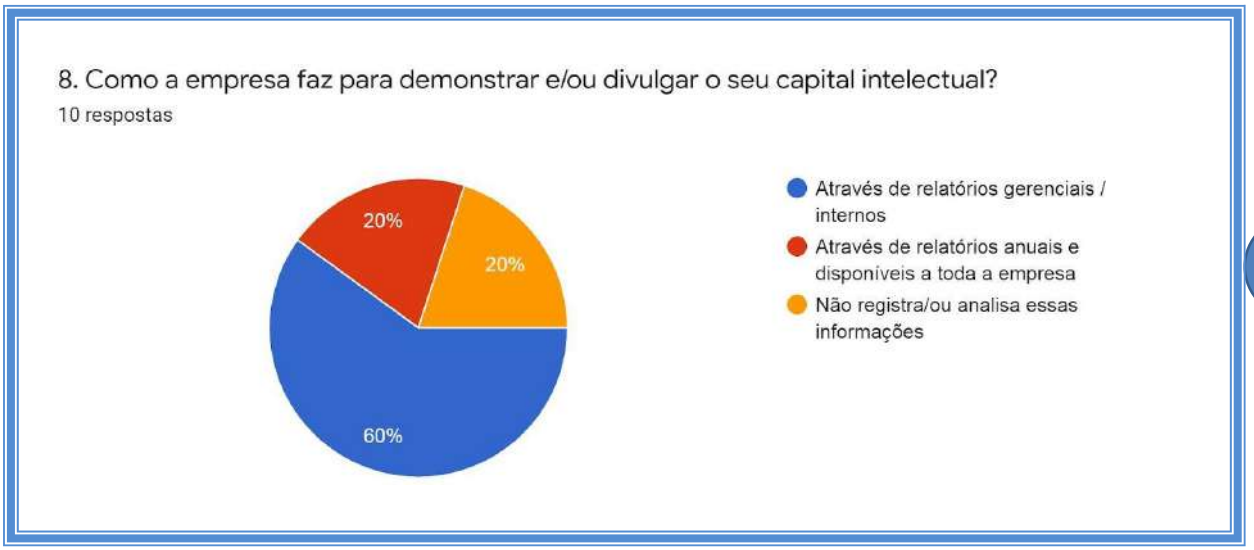


Gráfico 4: Divulgação do capital intelectual da empresa
Fonte: Pesquisa direta, 2020.

No gráfico 04 perguntamos aos entrevistados, como a empresa faz para demonstrar e divulgar o seu capital intelectual, verificando que 60% responderamque é através de relatórios gerenciais internos, 20% falaram que é através derelatórios anuais disponíveis para toda a empresa e 20% disseram que a empresa não registra ou analisa essas informações. Pode se observar que a empresa faz a demonstração do seu capital intelectual para que assim se consiga fazer uma avaliação melhor dos pontos positivos e negativos, visando sempre o melhor para a empresa e para seus colaboradores.

Segundo Silva (1986) é de suma importância às empresas darem ênfase na divulgação do seu patrimônio, pois através do relatório é possível avaliar melhor o que esta dando certo e o que precisa ser melhorado para o melhor desenvolvimento da mesma.

9- A Nona pergunta pretendia aferir o que a empresa tem feito para reter os talentos dos seus colaboradores?

> *Colaborador 1: Nesse ano investimos em treinamentos através da aquisição de uma Plataforma EAD que permite o desenvolvimento on-line para os colaboradores;*
> *Colaborador 2: Promovendo melhores condições de trabalho, tais como plano de carreira, prêmio de participação nós resultados , benefícios e treinamentos específicos.*
> *Colaborador 3: Possuímos um projeto chamado Kaizen, em que alem de bonificação por novos projetos apresentados os colaboradores recebem reconhecimento para incentivá-los no desenvolvimento de novas ideias.*
> *Colaborador 4: Quase nada.*

Colaborador 5: Está em desenvolvimento a partir da contratação de consultorias.
Colaborador 6: Gestão estratégica transparente e participativa, além de investir em treinamentos e programa de renda variável.
Colaborador 7: Capacitação interna.
Colaborador 8: Divulgação de vagas internas em primeira mão para os colaboradores, oportunidade de aperfeiçoamento nas plataformas de ensino da própria empresa.
Colaborador 9: Plataforma de Cursos
Colaborador 10: Política de Salários e benefícios.

Segundo Leonardo (2002) as organizações devem avaliar as qualificações de cada colaborador e valorizar e o seu desenvolvimento perante a mesma, gerando assim um método onde ela consiga desenvolver e reter o talento de cada um de forma eficaz e coerente, contribuindo assim para o crescimento do seu patrimônio intelectual, gerando assim colaboradores cada vez mais incentivados e satisfeitos com o seu ambiente de trabalho.

Considerações Finais

Diante das hipóteses aqui apresentadas, analisamos que a gestão do capital intelectual dentro da organização é feita através do Investimento na busca de inovação e novos conhecimentos, apostando em programas de capacitação coletiva e individual dos colaboradores, estruturando os processos internos, promovendo uma comunicação eficiente e reuniões de alinhamento, apresentando projetos e qualificação dos profissionais; confirmando assim a hipótese aqui levantada no iniciodesta pesquisa.

Verificamos que a gestão do capital intelectual gera benefícios para a empresa como um todo através do compartilhamento das experiências e conhecimentos de cada colaborador, quanto mais conhecimento se tem dentro da organização mais assertividade vai haver nas tomadas de decisão, agregando assimmais valor no resultado final; reconhecendo assim então que a valorização do capitalintelectual é um dos fatores primordiais para o aumento da sua produtividade.

A demonstração e divulgação do capital intelectual é feito através de relatórios gerenciais internos, tendo acesso só as pessoas que fazem parte da organização, priorizando assim o sigilo perante as demais pessoas que não fazem parte do meio corporativo da empresa.

A empresa retém o seu capital intelectual promovendo melhores condições detrabalho, tais como plano de carreira, prêmio de participação nós resultados, benefícios e treinamentos específicos, divulgação de vagas internas em primeira mão para os colaboradores, oportunidade de aperfeiçoamento nas plataformas de ensino da própria empresa e capacitação

interna; confirmando assim que é através da retenção do seu capital intelectual que se consegue um bom desenvolvimento no mercado competitivo.

6- Referências Bibliográficas

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAUJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de Pessoas:** estratégias e integração organizacional. 2. Ed. São Paulo. Atlas, 2009.

BARROS, F. S. O.; PONTE, V. M. R.; FARIAS, I. Q. Gerenciamento do capital intelectual: um estudo em empresas do setor têxtil cearense. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 4, n. 2, p. 137-148, 2007. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/20416/gerenciamento-do- capital-intelectual--um-estudo-em-empresas-do-setor-textil-cearense. Acesso em04/09/2020.

BELLIA, Rogéria Aparecida Camargo Lima. **Material didático**: falando sobre pesquisa. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_neide_regina_usso_barreto.pdf. Acesso em 24/04/2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano:** o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas - seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

LEONARDO, Jefferson Marco Antonio. A guerra do sucesso pelos talentos humanos. **Revista Produção**, v. 12, n. 2, p. 42-53, 2002.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 1, n. 2, p.135-148, jul./dez. 1999.

Relatório de Sustentabilidade Bioenergética Vale do Paracatu S.A. Ano safra2018/2019. Disponível em: https://www.bevapbioenergia.com.br/arquivos/Relatorio_Sustentabilidade_Bevap- 2019.pdf. Acesso em 20/03/2020.

SILVA, A. M. da. Comissão de valores mobiliários - CVM. **Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade** - objetivos da contabilidade. Deliberação nº 29 de 05, de Fevereiro de 1986.

SOUSA, Wilson Vanderlei Costa. ; RIBEIRO, Cíntia de Melo de Albuquerque. ; RODRIGUEZ, Martius Vicente Rodriguez Y. A contribuição da gestão do capital intelectual para minimização dos custos ocultos na administração pública. **Sistemas & Gestão**, v. 11, n. 3, p. 326-341, 3 nov. 2016.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**- 6. Ed. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste.- Rio de Janeiro: Campos 1998.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva dasempresas. Rio de Janeiro: 11. ed. Campus, 1998.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INFLUÊNCIA DO REGIME DO SIMPLES NACIONAL NA TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, A PARTIR DAS ALTERAÇÕES DA LEI 155/2016 PUBLICADAS EM 2018

Amélia de Souza Medeiros.[1]
Dinamar Vidallas Rodrigues.[2]
Ana Clara Fonseca do Amaral[3]
André Ernesto Campos[4]

Resumo: Novas regras tributárias, na maior parte dos casos, tendem a aumentar a carga tributária das empresas. O presente estudo busca discutir a compreensão prática da Lei 155/2016 que passou a vigorar em 2018, e alguns de seus principais impactos na realidade empresarial, através de exemplos de uma empresa localizada no Estado de Minas Gerais. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e um estudo de caso. Os dados teóricos e práticos apontam que as alterações do novo Simples Nacional podem ser favoráveis para algumas empresas, mas, para outras poderá acarretar um aumento na carga tributária, por isso, torna-se relevante estudar caso a caso, para saber se com o novo cálculo proposto para esta modalidade de imposto, pode ocorrer um aumento na carga tributária. Conclui-se que com o novo cálculo houve um aumento na carga tributária da empresa objeto de estudo em questão.

Palavras-chave: Empresa de Pequeno Porte. Lei 155/2016-2018. Planejamento Tributário. Regime do Simples Nacional.

Abstract: New tax rules, in most cases, tend to increase the tax burden of companies. The present study seeks to discuss the practical understanding of Law 155/2016 that came into force in 2018, and some of its main impacts on business reality, through examples of a company located in the State of Minas Gerais. A bibliographic, quantitative research and a case study were carried out. The theoretical and practical data indicate that the changes in the new National

[1]Amélia de Souza Medeiros, Bacharel Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail. melinhajp@hotmail.com

[2] Dinamar Vidallas Rodrigues, Mestre em Ciências Contábeis – Fucape Business School. E-mail: excelencia.dinamar@hotmail.com

[3]Ana Clara Fonseca do Amaral, Mestre em Ciências Contábeis – Fucape Business School. E-mail: anaclara86fonseca@gmail.com

[4]André Ernesto Campos, Mestre em Ciências Contábeis – Fucape Business School. E-mail: andrecampos.cont@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Simples may be favorable for some companies, but for others it may lead to an increase in the tax burden, therefore, it is relevant to study case by case, to know if with the new calculation for this type of tax, an increase in the tax burden may occur. It is concluded that with the new calculation there was an increase in the tax burden of the company object of study in question.

Keywords: Small business. Law 155/2016-2018. Regime of the National Simples. Tax Planning.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a quantidade de tributos é tão significativa quanto a complexidade para acompanhar, decifrar, aplicar e cumprir a legislação tributária. Ser provido de habilidade para dominar essas funções é o ponto inicial para que os contadores possam planejar uma possível redução da carga tributária nas empresas em que atuam, ou não as deixar à margem de riscos fiscais. Assim, o planejamento tributário é de extrema relevância para garantir a existência das empresas. Levando-se em conta os diferentes tipos de tributos existentes no país, a elevada carga tributária configura parte expressiva do resultado das empresas que pode influenciar em seus resultados econômicos (BACKES, 2014).

São três os principais tipos de regimes tributários mais adotados pelas empresas no Brasil, cuja classificação depende das atividades desenvolvidas por elas, quais sejam: Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional (COSTA, 2017).

O Simples Nacional foi estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006 e consiste em um modo simplificado de tributação, cuja base de cálculo é a receita bruta. Após escolher o regime de tributação este deve permanecer para todo o ano calendário. O Simples Nacional enquadra empresas classificadas em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) (SILVA *et al*. 2017).

Consideram-se EPP's aqueles empreendimentos que alcançaram a "receita de venda no mercado interno superior a R$ 360 mil e inferior ou igual a R$ 4,8 milhões" (GUIMARÃES, CARVALHO e PAIXÃO, 2018, p. 21)

O que diferencia a Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP é o valor da receita bruta recebida no ano-calendário. A empresa que exceder o limite da receita bruta constituída por Lei não poderá desfrutar dos benefícios das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte. O Microempreendedor Individual – MEI configura como aquela pessoa cujo trabalho por conta própria se legaliza como pequeno empresário, presentemente enquadra-se naquele que "fatura no máximo R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês ou em cada ano-

calendário igual ou inferior a R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular" (SILVA *et al*. 2017).

Inserção de novas regras tributárias, na maioria dos casos, tende a aumentar a carga tributária das empresas. Segundo a convergência, a publicação da Lei Complementar nº 155/2016, vigorante a partir de janeiro de 2018, sobretudo referente ao cálculo dos tributos nas empresas que optam pelo Simples Nacional, também não foi diferente, isto é, ocorre novo aumento de carga tributária (GRUBA, GRUBA JUNIOR, 2017).

Numa perspectiva otimista, as mudanças advindas da Lei Complementar 155/2016 tentam a tornar a tributação mais igualitária, vez que considera todo o faturamento acumulado. Mas, o impacto na tributação por meio dos novos anexos não poderá ser positivo para as EPP, exceto o anexo V (BRITO, 2017).

As mudanças ocorridas na Lei Complementar 155/2016 podem repercutir sobretudo nas EPP's, prontamente observou-se a importância de se propor um trabalho para analisar os principais impactos para este tipo de empresa, de forma a analisar se a nova carga tributária poderia reduzir ou aumentar para este porte de empreendimento.

Este trabalho pode ser importante para a EPP objeto de estudo em questão, vez que os gestores poderão ter clareza das alterações da legislação vigente. Também, enquanto aluna do curso de Ciências Contábeis teve-se a intenção de buscar maiores informações relacionadas a área tributária, vez que o exercício com a área fiscal requer plena ciência da legislação preconizada para o setor e suas possíveis alterações e exigências em vigor.

A instituição de ensino em questão igualmente poderá se beneficiar, pois confeccionou-se um trabalho claro e objetivo, que conviesse como conteúdo de pesquisa para profissionais interessados pela área e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis.

Diante do contexto ora exposto, perguntou-se: Um planejamento tributário, de acordo com a análise de todos os tributos, partes e custos, seria uma das soluções para o gestor tentar amenizar os principais impactos causados pela Lei 155/2016? Partiu-se da hipótese de que mesmo com um planejamento tributário, os impactos da maior parte dos anexos do novo Simples Nacional poderiam ser negativos para a tributação das empresas de pequeno porte. Essa hipótese foi confirmada assim como é possível observar no estudo de caso aqui realizado.

O objetivo deste estudo é discutir a compreensão prática da Lei 155/2016 que passaram a vigorar em 2018, e alguns de seus principais impactos na realidade empresarial, através de exemplos de uma empresa localizada no Estado de Minas Gerais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O Sistema Tributário Nacional (STN) se estabelece conforme a Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, fundamenta-se em leis complementares, em decisões do Senado Federal e, nos alcances das relativas competências, nas Constituições, em leis federais, estaduais e municipais. O art. 3º do STN preconiza que tributo "é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada" (BRASIL, 1966). Em outros termos, os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.

A legislação tributária brasileira é muito complexa por ser provida de inúmeras leis e frequentes alterações. Com isso, o Planejamento Tributário (PT) se revela como um dos principais agentes de (in) sucesso da empresa, vez que a carga tributária, que é tão alta no país, configura valor financeiro significativo, o qual interfere diretamente no resultado econômico empresarial (DEBOVI *et al*. 2017).

O PT é o ato de eleger meios lícitos para reduzir os custos com tributos, negando-se a prática de meios ilegítimos como a sonegação. Os contadores buscam meios contábeis e fiscais para reduzir os altos custos com tributos, pois estes configuram boa parcela dos gastos das empresas. O PT nasce de um fato, sendo este fato o que gera a principal obrigação tributária de uma ocasião. O PT objetiva avaliar a compatibilidade das obrigações e receitas das empresas, prevenir e analisar os tributos, buscando adotar procedimentos que permitam a escolha menos onerosa (FERNANDES; COSTA, 2017).

O planejamento tributário, porém, se diferencia da sonegação fiscal. O objetivo principal do PT é evitar a incidência do tributo, aderir a procedimentos que visem evitar a ocorrência do fato gerador, de modo a reduzir o valor do tributo, na medida em que busca reduzir a base de cálculo ou alíquota e contemporizar o pagamento do mesmo. O contribuinte toma medidas capazes de suspender ou reduzir o pagamento do tributo sem haver ocorrência de multas. O PT deve ser realizado com profissionais em conjunto, ou seja, contador e área jurídica para que, segundo a lei, seja possível obter menor impacto nos recursos empresariais (CORREIA *et al*., 2018).

O conceito de PT não é novo, mas a sua aplicabilidade é cada vez mais imprescindível para as empresas modernas. A extensa carga tributária brasileira as obrigam a trabalharem com uma margem de lucro curta. Soma-se a isso, a atual crise econômica que exige a otimização

dos lucros, restando o PT buscar estratégias que visem o menor pagamento de tributos. O PT é um instrumento para competir em ambiente globalizado, por demandar a presença de atos e fatos ele auxilia nas tomadas de decisões e sem a informação contábil não há como planejar. Quando se trata de EPP, então, essa demanda fica ainda mais manifesta, somente uma análise minuciosa do seu ramo, gastos e alíquotas previstas nas tributações irá permitir uma conclusão adequada e positiva (PEREIRA, 2017).

Com o objetivo de "evitar perdas para o empresário (investimento), para a sociedade (desemprego) e para o país (geração de riqueza). " Um correto planejamento tributário é imperativo para garantir a sobrevivência e lucros de qualquer empresa legalizada no país (COSTA, 2017, p.11).

No Brasil, os principais tipos de regimes tributários mais adotados pelas empresas são Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional. Este estudo interessa pelo tributo Simples Nacional, que a propósito se descreve no tópico subsequente.

Fabretti (2006, p.221-222) assegura que o lucro presumido ou estimado se refere a um conceito tributário que objetiva "facilitar o pagamento do IR, sem ter que recorrer à complexa apuração do lucro real ou pressupõe contabilidade eficaz, ou seja, capaz de apurar o resultado antes do último dia do mês subsequente ao encerramento do trimestre".

O termo lucro real significa o próprio lucro tributável, para fins da legislação do imposto de renda, qualificado pelo lucro líquido estabelecido contabilmente. Conforme o art. 247 do RIR/1999, "lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal" (RECEITA FEDERAL, 2011, p.1). A resolução do lucro real deverá preceder a apuração do lucro líquido de cada período de apuração com base nas leis comerciais.

2.2 REGIME DO SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional (SN) é um tributo unificado de âmbito federal, estadual e municipal, cujo objetivo é sintetizar todos os impostos em uma só guia. Por ser facultativo a atividade empresarial deve ser analisada caso a caso. O SN baseou-se na Lei Complementar 123/2006 e substituiu o Simples Federal a partir 01/07/2007. Para ingressar no SN deve-se estar enquadrado na definição de ME de EPP, atender aos requisitos da legislação e formalizar a opção pelo SN. A cobrança do tributo é feita em forma de declaração única e simplificada com dados socioeconômicos e fiscais indicativos ao valor devido mensalmente pela ME ou EPP. Estes

dados procedem de cálculos e aplicação da alíquota constante na tabela, correlativos a Receita Bruta do período de apuração (SILVA *et al*. 2016)

Conforme o art.179 da Constituição Federal:

> Art.179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão as microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de leis (BRASIL, 1988)

A Lei Complementar 123/2006, art. 13 preconiza que o Simples Nacional sugere o recolhimento mensal, por meio de documento único de arrecadação, dos ulteriores impostos e contribuições:

> I - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica- IRPJ;
> II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
> III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
> IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
> V - Contribuição para o PIS/Pasep;
> VI - Contribuição Patronal Previdência – CPP para Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5-C do art. 18 desta Lei Complementar;
> VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
> VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS (BRASIL,2006)

O recolhimento desses tributos é feito em apenas uma única guia, que é o Documento de Arrecadação do Simples – DAS (SILVA *et al.* 2016). Como visto, o Simples Nacional é uma opção de enquadramento tributário que pode ser adotado para EPP, que a intento se discorre na seção subsequente.

2.3 EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

O Simples Nacional foi criado, portanto, para beneficiar as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, a propósito o art. 3°da Lei Complementar n° 123/2006 define EPP da seguinte forma:

> Art.3° Consideram-se microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou ao empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrado no Registro de Empresa Mercantis ou no Registro de Pessoas Jurídicas, conforme

> o caso desde que: I – No caso da microempresa, aufira, em ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); II – No caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (BRASIL, 2006)

Observa-se que a diferença entre ME e a EPP é o valor da receita bruta recebida no decorrer do ano-calendário. Assim, a empresa que exceder o limite da receita bruta proposta por Lei fica impedida de usufruir tais prerrogativas. Mas, a Lei do Simples Nacional nº 123/2006 sofreu alterações no regime de tributação também para as EPP, estas passaram a vigorar a partir de 01/01/2018, em efeito da Lei Complementar 155/2016, sancionada no dia 27/10/2016. Essa lei pode alterar regras e limites do Simples Nacional (Silva *et al*., 2017).

A próxima seção é dedicada a apresentar considerações referentes as alterações da Lei 155/2016 publicadas em 2018 quanto ao novo Simples Nacional.

2.4 ALTERAÇÕES DA LEI 155/2016 PUBLICADAS EM 2018: NOVO SIMPLES NACIONAL

As alterações da Lei 155/2016 vigentes a partir de 2018 trouxeram aumento do limite da receita bruta para as empresas optantes pelo Simples Nacional,

> O valor de R$ 3.600.000,00 para R$ 4.800.000,00. Conforme a alteração do Simples Nacional as Empresas de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional que ultrapassar o limite máximo de R$ 3.600.000,01 (três milhões, seiscentos mil reais e um centavo) a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais) no ano-calendário de 2017 poderão continuar incluída no Simples Nacional, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante. Contudo, as Empresas ainda não enquadradas no regime de tributação de Simples Nacional, somente poderão optar por esse regime em 2018. A Lei Complementar 155/2016 aborda que para o recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite máximo de receita bruta será de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (SILVA *et al.*, 2017, p.80-81)

As mudanças do SN poderão ser favoráveis para algumas empresas, em compensação, para outras acarreará um aumento na carga tributária, logo, torna-se importante estudar caso a caso.

Com a nova norma, o limite da receita bruta para o enquadramento será elevado em 33,33%, agora empresas com faturamento superior a três milhões e seiscentos mil agora poderão ingressar no SN. Outra questão é a mudança na regra do cálculo, passa-se a calcular a

receita bruta multiplicando pela alíquota correlativa a tabela, de forma a descontar o valor informado na mesma tabela e dividir pelo valor da receita bruta (SILVA *et al.*, 2017).

As alterações no Simples Nacional trazem grandes vantagens em detrimento às desvantagens para as EPP, mas, considerando adotar um identificador único da inscrição da empresa diante da apuração do tributo, em vez de um cadastro para cada âmbito "federal, estadual, municipal, arrecadação única de oito tributos por meio de uma só alíquota, dispensa da contribuição de 20% do INSS Patronal na Folha de Pagamento e simplificação da apuração e da escrituração fiscal e contábil" (PEREIRA *et al*., 2016, p.1).

Um ponto positivo observado na nova regra é o aumento de faturamento anual, que irá subir de R$ 3.600.000,00 para R$ 4.800.000,00, porém neste aumento não foi considerado o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) segundo art. 1º:

> Art. 1° A Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações: Produção de efeito
> "Art. 3° .....
> II no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
> "Art. 13A. Para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite máximo de que trata o inciso II do caput do art. 3° será de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), observado o disposto nos §§ 11, 13, 14 e 15 do mesmo artigo, nos §§ 17 e 17ª do art. 18 e no § 4º do art.19" (GRUBA; GRUBA JUNIOR, 2017, p.4)

Para realizar o cálculo do novo Simples, inicialmente deve-se calcular a alíquota efetiva, com o uso da alíquota nominal, segundo enfatizado no art. 18, da mesma Lei Complementar:

> Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3° deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3°. § 1° Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao do período de apuração. § 1° A. A alíquota efetiva é o resultado de:
>
> $$\frac{RBT12 x Aliq - PD}{RBT12}$$
>
> Em que:
> I RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;
> II Aliq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar;
> III PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

(GRUBA; GRUBA JUNIOR, 2017, p.5)

Para fazer o cálculo do Simples até 2017 as empresas ainda devem considerar as 6 tabelas de cálculo previstas na Lei Complementar nº 123/2006 diretamente na tabela, de modo a respeitar apenas a faixa de faturamento que acumulou nos últimos 12 meses, sem calcular a alíquota efetiva como decide a nova regra (GRUBA; GRUBA JUNIOR, 2017).

As mudanças do Simples Nacional poderão aumentar ou reduzir a carga tributária para algumas empresas, isso reforça a relevância do planejamento tributário como ferramenta fundamental para sobrevivência das empresas, vários tipos de cargas tributárias existentes no país podem representar uma parcela expressiva no resultado das empresas. Acompanhar a evolução das leis é vital para o desenvolvimento das EPP.

3 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e um estudo de caso. Foi necessário providenciar o levantamento e a coleta de dados na legislação do Simples Nacional para alcançar a compreensão prática da Lei 155/2016 que passou a vigorar em 2018, e alguns de seus principais impactos na realidade empresarial, por meio de exemplos de uma empresa localizada no Estado de Minas Gerais. Para ingressar no SN deve-se estar enquadrado na definição de ME de EPP, atender aos requisitos da legislação e formalizar a opção pelo SN. A cobrança do tributo é feita em forma de declaração única e simplificada com dados socioeconômicos e fiscais indicativos ao valor devido mensalmente pela ME ou EPP. Estes dados procedem de cálculos e aplicação da alíquota constante na tabela, correlativos a Receita Bruta do período de apuração (SILVA *et al*. 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela Anexo I - Comércio

TABELA 1 - Anexo I – 2017

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota Total	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ Pasep	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%

De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

Uma empresa situada no estado de Minas Gerais, AB Comércio, realiza o seguinte fechamento mensal referente ao ano 2017 e 2018.

TABELA 2 - Cálculo Receita Bruta 12 Meses - Simples Nacional 2017

Último 12 meses	
Período	Valor
dez/16	251.688,23
jan/17	253.834,76
fev/17	197.731,63
mar/17	324.603,29
abr/17	258.392,30
mai/17	265.188,50
jun/17	315.803,60
jul/17	349.627,30
ago/17	321.190,65
set/17	307.428,16
out/17	302.762,88
nov/17	325.856,80
Total	3.474.108,10

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

Na Tabela 2, tem-se os dados da empresa AB Comércio dos últimos 12 meses. Com esses resultados demonstra-se como era feito o cálculo do Simples Nacional no ano de 2017. Nessa tabela temos a receita bruta dos últimos 12 meses, que é com base nela que iremos encontrar em qual alíquota a empresa se encaixa para fazer o cálculo do imposto.

TABELA 3 – Resultado 2017

	Receita Interna	Alíquota Interna	Imposto Interno
Revenda de mercadoria sem substituição tributária	38.641,39	11,61	4.486,27
Revenda de mercadoria com substituição tributária	266.815,66	7,66	20.438,08
Total	305.457,05		24.924,35

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

Na Tabela 3, realizou-se a demonstração de como era feito o cálculo do Simples Nacional no ano de 2017, que seria:

TB= receita interna x alíquota total

ST= alíquota total – ICMS x receita interna

Observação: para ser possível saber qual a alíquota utilizada, utilizou-se a Tabela do ANEXO I, verificou-se em qual alíquota a receita bruta dos últimos 12 meses se enquadrava e a utilizou para fazer o novo cálculo do Simples Nacional.

TABELA 4 - Anexo I – 2018

Faixa	Receita Bruta em 12 Meses (em R$)	Alíquota	Valor a Deduzir (em R$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

TABELA 5 – Faixas – 2018

Faixas	**IRPJ**	**CSLL**	**COFINS**	**PIS/Pasep**	**CPP**	**ICMS**
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

TABELA 6 - Cálculo Receita Bruta 12 meses - Simples Nacional 2018

Último 12 Meses		
	PERIODO	VALOR
	jul/17	183.810,79
	ago/17	174.683,08
	set/17	215.776,24
	out/17	215.889,28
	nov/17	203.790,52
	dez/17	255.323,79
	jan/18	215.545,04
	fev/18	248.599,77
	mar/18	239.182,25
	abr/18	244.604,64
	mai/18	200.248,83
	jun/18	254.320,61
TOTAL		2.651.774,84

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

Na Tabela 6, temos os dados da empresa AB Comercio dos últimos 12 meses. Com esses resultados iremos demostrar como está sendo feito o cálculo do Simples Nacional do ano de 2018. Irá ser feito da mesma forma, o que muda é a alíquota e o valor da receita e do imposto a ser pago.

TABELA 7 – Resultado 2018

	Receita Interna	Alíquota Interna	Imposto Interno
Revenda de mercadoria sem substituição tributária	21.231,85	11	2.335,5
Revenda de mercadoria com substituição tributária	177.776,19	7,32	13.013,22
Total	199.008,04		15.348,72

FONTE: Elaborado pela autora, 2018

Na Tabela 7, fiz a demonstração de como é feito o cálculo do Simples Nacional no ano de 2018, que é:

TB= RBT12 x alíquota nominal – parcela a deduzir / RBT12 = alíquota interna x receita interna

ST= alíquota interna TB – ICMS = alíquota interna x receita interna

Portanto para verificar a diferença do imposto do ano de 2017 para o ano de 2018 veja um simples exemplo:

A empresa teve um faturamento de 35.000,00 ao mês, sendo 17.500,00 de mercadoria com ICMS-ST (ICMS recolhido na entrada) e 17.500,00 de mercadoria TB normalmente pelo ICMS. RBT12 de 2.560.000,00. Fazendo o cálculo encontramos:

2017 imposto	2997,75
2018 imposto	3172,91

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo mostra o quão é importante o planejamento tributário, e se não analisados podem gerar um resultado ruim, e é por consequência desses resultados que vários empresários passam a praticar atos ilícitos, como a sonegação fiscal. Cada anexo possui suas particularidades, com a nova metodologia de apuração do Simples Nacional acarretará alguns impactos para as microempresas e as empresas de pequeno porte. Como podemos ver também houve um aumento no valor da receita bruta anual, o anexo utilizado para efetuar o cálculo foi do ANEXO I do Comercio. Contudo teve um aumento no valor da receita, mas o imposto na empresa analisada aumentou em relação de um ano ao outro.

Um bom planejamento contribui para ajudar a analisar as informações geradas pela empresa, com isso tem-se um correto enquadramento fiscal e economizamos nos impostos.

Com relação aos resultados encontrados pode-se perceber que no ano de 2018 obteve-se um aumento com a carga tributária em relação ao ano de 2017. Com isso os caixas das empresas sofreram um impacto devido ao aumento da tributação.

Conclui-se com esse trabalho que, com essa nova forma de tributação, houve um aumento na tributação dos impostos para as empresas optantes pelo regime de tributação Simples Nacional. Então, como sugestão de pesquisas futuras, é de imensa importância realizar um planejamento tributário, se organizar para que os caixas das empresas não sofram grandes impactos com a nova forma de cálculo da tributação Simples Nacional.

REFERÊNCIAS

BACKES, S. K. **Análise tributária de uma empresa do ramo do agronegócio**. 2014, 102f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS) 2014. Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2634/Trabalho%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20Solange%20Karine%20Backes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018

_____. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. (Republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.) Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 29 mar. 2018

BRITO, I. M. A. **Simples Nacional:** um estudo sobre os impactos na tributação das microempresas e empresas de Pequeno Porte, a partir das mudanças em 2018 advindas da lei 155/2016. 2017. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2017. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15103/1/PDF%20%20Isabela%20Maria%20Ara%C3%BAjo%20de%20Brito.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

CORREIA, J. J. A; NASCIMENTO, E. L. S.; VASCONCELOS, L.; SILVA, D. B.. Utilização de artefatos da gestão empresarial para análise da economia tributária de empresas comerciais. **Refas**: Revista Fatec Zona Sul, v. 4, n. 2, p.21-36, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6325949 >. Acesso em: 29 mar. 2018.

COSTA, G. S. **Lucro real x lucro presumido x simples nacional**: um comparativo entre os regimes de tributação. 2017. 22 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/11401/1/21409309.pdf >. Acesso em: 29 mar. 2018.

DEBOVI, A.; SIMON, E. I.; MAZETTO, F. W.; BRIGHENTI, J.; CREMONIN, L.; Planejamento Tributário no ramo supermercadista. **Anais Centro de Ciências Sociais Aplicadas.** Edição atual v. 4, n. 2, p.91-117, 2017. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/ccsa/article/view/106/108>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária.** 10. ed. São Paulo; Atlas, 2006. 346p.

FERNANDES, A. S.; COSTA, L. P. S. A importância do planejamento tributário para a redução dos gastos com tributos: um estudo comparativo da empresa A Educativa Papelaria LTDA. **Revista Saber Eletrônico.** v. 1, n. 3, p,89-109, 2017. Disponível em: <https://sabereletronico.emnuvens.com.br/saber/article/view/6/13 >. Acesso em: 29 mar. 2018.

GUIMARÃES, A.B.S.; CARVALHO, K.C. M.; PAIXÃO, L.A. R. Micro, pequenas e médias empresas: conceitos e estatísticas. **Radar**, 55, p.21-26, fev. 2018.. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8274/1/Radar_n55_micro_pequenas.pdf >. Acesso em: 29 mar. 2018.

GRUBA, F.; GRUBA JUNIOR, F. Aumento de carga tributária no Simples – Lei Complementar Nº 155/2016. **Contabilidade em Pauta**. Santa Cruz, p.1-9. 2017. Disponível em: <http://www.santacruz.br/v4/download/contabilidade-em-pauta/aumento-da-carga-tributaria-no-simples.pdf >. Acesso em: 29 mar. 2018.

PEREIRA, A. A.; SILVA, R. F.; SILVA, E.W.; SOUZA, J. A. Simples Nacional: um estudo comparativo da tributação Simples Nacional da LC 123/2006 com a nova LC 155/2016. **Unincor** – Universidade Vale do Rio Verde, 2017 Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/viewFile/4855/3650>. Acesso em: 29 mar. 2018.

PEREIRA, M. S. **A (in) eficácia do Simples Nacional enquanto ferramenta de incentivo ao crescimento das microempresas e empresas de pequeno porte no Brasil.** 2017, 75p. Trabalho de Conclusão de Curso. Disciplina de Monografia II. Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, RS 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11461/Pereira_Maur%C3%ADcio_daSilva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mar. 2018.

RECEITA FEDERAL. **Lucro Real.** 2011..Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/PergResp2005/pr242a264.ht>. Acesso: 05 set. 2018.

SILVA, J.; SILVA, M. G.; SILVA, S. S.; IZIDIO, G.; CAETANO, V. M.; REZENDE, R; ANDRADE, A. As principais mudanças no Simples Nacional para 2018. **Revista FAROL** – Rolim de Moura – RO, v. 5, n. 5, p. 80-96, set., 2017 Disponível em: <http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/75/90>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SILVA, P. S. S.; ALVES, S. A. S.; SILVA, T. T.; RIZZO, M. R.; ATHAYDE, T. R. Microempreendedor individual e seus aspectos de transição. **Org. Soc.**, Iturama (MG), v. 5, n. 4, p. 65-78, jul. /dez. 2016 Disponível em: <http://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/239/196>. Acesso em: 29 mar. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ESTUDOS SOBRE A INFLUÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS A ENTIDADE DE TERCEIRO SETOR: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE INFÂNCIA E VELHICE DE PATOS DE MINAS

Franciely Tolentino Pereira[1]
Ana Clara Fonseca do Amaral[2]
Cleyde Cristina Pereira[3]
Alessandra Fonseca de Morais[4]

Resumo: O serviço prestado pela auditoria é fundamental para a arrecadação de recursos, pelas entidades sem fins econômicos, sendo, fundamental para uma maior transparência e confiabilidade dos relatórios financeiros da entidade. Assim, partindo dessa premissa, O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica e documental, analisando documentos da entidade, para chegar ao resultado esperado. Por fim, de um modo geral, além de ajudar a entidade na obtenção de recursos, a auditoria serve, também, para mostrar a entidade os pontos em que necessita aperfeiçoar as aplicações de seus recursos. A Auditoria objetiva assegurar a transparência e, a adequada prestação de contas dos recursos. Segundo a ética profissional da Auditoria, que prevê sigilo o resultado do trabalho na instituição, será apresentado de forma geral, no objetivo de demonstrar apenas a amplitude e aspectos observados no mesmo. Com a cobrança de prestações de contas mais detalhadas, e demonstrações contábeis com confiabilidade, para que possam obter recursos tanto de terceiros quanto governamentais, para sustentar suas obras.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Entidades, Prestação de Contas, Auditoria.

Abstract: The service rendered by the audit is fundamental for the collection of resources by non-economic entities, and is fundamental for greater transparency and reliability of the entity's financial reports. Thus, starting from these first fruits, a bibliographical and documentary revision is done, analyzing documents of the entity, to arrive at the expected result. Finally, in general, in addition to helping the entity in obtaining resources, the audit also serves to show

[1] Bacharel em Ciências Contábeis Faculdade Patos de Minas e-mail franciely.tolentino@hotmail.com

[2] Mestre em Ciências Contábeis Fucape Business School e mail anaclara86fonseca@gmail.com

[3] Doutorando em Ciências Contábeis Universidade de Uberlândia - UFU e-mail cleyde.ufv@gmail.com

[4] Doutora em Letras Universidade Pontifícia Católica de Minas Gerais e mail afm2203@yahoo.com

Recebido em 18/01/2020
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

the entity the point where it needs to improve the applications of its resources. The Audit aims to ensure transparency and proper accountability of resources. According to the professional ethics of the Audit, which provides for confidentiality the result of the work in the institution, will be presented in general, in order to demonstrate only the breadth and aspects observed in it. With the collection of more detailed account renderings, and reliable financial statements, so that they can obtain resources from both third parties and government, to sustain their works.

Keywords: Third Sector, Entities, Provision of Accounts, Audit.

1 INTRODUÇÃO

A definição de auditoria quando procurado em qualquer dicionário será: um exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em determinada empresa, cujo objetivo é averiguar se elas estão de acordo com as planejadas e/ou estabelecidas previamente, se foram implementadas com eficácia e adequadas à consecução dos objetivos. Mas vai muito além disto serve também para auxiliar os gestores na tomada de decisão de qualquer empresa apontando os pontos fortes e fracos da instituição. Partido desta premissa será citado neste trabalho as entidades do terceiro setor e a forma de auditar estas entidades (AURELIO, 2003).

Segundo Ferreira (2017) as entidades de terceiro setor são um espaço ocupado, especialmente, pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas, visando contribuir com a solução de problemas sociais, e em prol do bem comum. O terceiro setor, não é público e nem privado, é um espaço institucional que abriga entidades privadas com finalidade pública, isso não significa eximir o governo de suas responsabilidades, mas reconhecer que a parceria com a sociedade permite a formação de uma sociedade melhor (FERREIRA, 2017).

Sendo, estes tipos de entidade, não substituído da função do estado, a ideia é de complementação e auxílio na resolução de problemas sociais, enquadrando as associações sem fins lucrativos, organização não governamental - ONG´s, sociedades cooperativas, fundações, institutos, instituições Filantrópicas, entidades de assistência social e as organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP´s. Todas são entidades de interesse social, apresentam como características em comum ; a ausência de lucro e o atendimento de fins públicos e sociais (FERREIRA , 2017).

Conforme levantamento realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística-IBGE (2010), concluiu-se que, em 2010 existiam cerca de 296 mil entidades sem fins lucrativos no país.

Devido ás ações das entidades de terceiro setor ser de interesse público a transparência das atividades e da gestão dessas entidades, é importante, principalmente por terem como fonte de recursos para seu custeamento, as doações, subvenções e contribuições de voluntário (TOZZI, 2018).

Uma das formas dessas entidades do terceiro setor, ter a transparência nas atividades e na gestão, é por meio de prestação de contas. A prestação de contas pode ser realizada por meio das demonstrações contábeis publicadas e veiculadas em jornais de alta circulação, para dar credibilidade às demonstrações contábeis. (FERREIRA, 2017).

Segundo Ferreira (2017) a auditoria é onde se encontra a oportunidade de estabelecer, testar e avaliar cada procedimento, seus registros e reflexos para a entidade. Por esse motivo, atualmente, muitas entidades têm "investido" não só na auditoria externa, mas, nos serviços de auditoria interna, com foco nesses controles que refletem diretamente nas prestações de contas.

O foco deste estudo está, totalmente, em uma entidade específica, sendo essa, a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas, fundada em 23/08/1957 (vinte e três de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete), que tem como objetivo atender pessoas carentes realizando atendimentos institucionais.

Diante do contexto exposto, pergunta-se: A auditoria interna na entidade seria um diferencial na obtenção de recursos a instituição?

Parte-se da hipótese de que o chamado Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor, fundamentado através da Lei 13.019/2014, traz uma série de mudanças para a formalização de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a Administração Pública (BRASIL, 2014).

Assim, uma análise mais criteriosa da norma, pode proporcionar um melhor entendimento de como se dará legal, formal e operacionalmente, tal relação contratual, que já sofreu algumas alterações em dezembro de 2015. Por meio da Lei 13.204/2015, correlacionando a confiabilidade na prestação de contas, e na obtenção de recursos para a manutenção da obra e certificação do Certificado de Entidades Beneficente da Assistência Social-CEBAS (BRASIL, 2015).

O objetivo deste estudo é discutir a influência da auditoria nas entidades sem fins econômicos com base em um estudo de uma entidade do terceiro setor. A relevância do trabalho para as empresas do terceiro setor, com o objeto do estudo em questão, acredita-se que os gestores poderão ter clareza das alterações da legislação vigente, e prestação de contas para obtenção de recursos.

A instituição de ensino em questão, igualmente, poderá se beneficiar, pois se pretende confeccionar um trabalho claro e objetivo, que convenha como pesquisa para profissionais interessados pela área e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, com intenção de pesquisas futuras, pois trabalhos desta natureza são escassos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUDITORIA E SUAS APLICAÇÕES

Segundo Cavalcanti (2008) a auditoria é uma atividade nova no Brasil, ainda em estágio em amadurecimento, em termos e técnica, tendo em vista a escassez de profissionais realmente habilitados na área em questão, haja vista, a legislação especifica e procedimentos profissionais a serem mais rigorosos. A auditoria requer maior atenção de seus órgãos responsáveis, no sentido de padronizar procedimentos, pois, e uma atividade dinâmica e sempre está em mutação. A auditoria nos traz duas áreas importantes, a auditoria externa ou auditoria independente e a auditoria interna (ALMEIDA, 2017).

Para Almeida (2017) a auditoria externa surgiu como parte da evolução do sistema capitalista, em primícias, as empresas eram de capitais fechadas, geralmente controladas entre os familiares, com o crescimento do mercado e o acirramento na concorrência, houve necessidade das empresas ampliarem suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente, visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivo seus produtos no mercado. Para processar todas essas mudanças, seria necessário um volume de recursos impossível de ser obtidos por meios tradicionais, operações lucrativas ou de seus sócios, tendo, assim, que buscar recursos de terceiros, como empréstimos bancários em longo prazo e abrindo o capital das empresas a terceiros, mas, como os investidores necessitavam conhecer a posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros e como estava sendo efetuada a administração financeira dos recursos na empresa. Sendo, a melhor forma para obtenção das informações, por meio, das demonstrações contábeis, avaliando melhor a liquidez e a rentabilidade de seu futuro investimento. (ALMEIDA, 2017)

A auditoria interna em suas primícias, as empresas sentiram necessidade, com a expansão de seus negócios, darem importância e destaque as normas ou procedimento internos,

devido ao fato de que o administrador ou proprietário da empresa, não poderia supervisionar todas as atividades de suas empresas, não validando os procedimentos impostos para melhoria de suas atividades, assim, não sendo suficiente apenas um auditor externo, mesmo citando em seus relatórios as mudanças necessárias. Criando a necessidade de alguém que acompanhasse de perto todos estes procedimentos e dicas, dados pelos auditores externos, criando, assim, o auditor interno, que atenderia á administração da empresa com maior grau de profundidade e visando também ás outras áreas não relacionadas com a contabilidade. (ALMEIDA, 2017).

Segundo o autor Marcelo Cavalcanti (2017) independente se o auditor for interno ou externo, estes profissionais têm responsabilidades sobre as demonstrações financeiras e na descoberta de irregularidades. No caso da auditoria interna, o responsável pela implantação de sistemas de controle interno, de modo a permitir que as demonstrações contábeis ou financeiras reflitam sua posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens a aplicações de seus recursos. As demonstrações financeiras elaboradas pela empresa são de inteira responsabilidade das empresas, mesmo que sendo o auditor que tenha preparado totalmente ou parcialmente. O auditor externo deve examinar as demonstrações contábeis, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, não sendo sua prioridade ou objetivo principal, detectar irregularidades, mas, irá relatar quando existir alguma irregularidade durante sua averiguação.

Esses profissionais têm órgãos relacionados, os principais são: Comissão de valores imobilizados – CMV, Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Conselho Regional de Contabilidade - CRC, Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA . Cada órgão com a sua finalidade de registro, fiscalização, buscando realizar o intercâmbio de ideias, impondo normas e resoluções para auxiliar no serviço destes profissionais.

Geralmente, empresas que contratam esse tipo de serviço, são empresas de grande porte financeiro, mas, esse cenário vem mudando ao longo do tempo, algumas empresas que não tinham obrigatoriedade desse tipo de serviço passam a ter necessidade, como as empresas sem fins econômicos.

Com a cobrança de prestações de contas mais detalhadas, e demonstrações contábeis com confiabilidade, para que possam obter recursos tanto de terceiros quanto governamentais, para sustentar suas obras.

2.2 – HISTÓRIA DA ENTIDADE ANALISADA

A Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas-ASPROMIVE, fundada em 23/08/1957 (vinte e três de agosto de mil novecentos e cinquenta e sete), têm como objetivo, atender pessoas carentes. A construção da Casa das Meninas iniciou-se em 1957, visando abrigar crianças e adolescentes (meninas) abandonadas, em situação de risco. A sua inauguração foi realizada em 12 de outubro de 1960.

Atendendo ao convite do Monsenhor Manuel Fleury Curado e Dom José André Coimbra, as Irmãs Servas do Espírito Santo administraram a Casa das Meninas, no período de 1960 a 1971. Com a saída delas, a entidade ficou fechada por algum tempo, e as crianças foram devolvidas aos seus familiares incapacitados para o desenvolvimento do seu futuro.

Segundo uma das fundadoras da Casa das Meninas, a senhora Edith Gomes de Deus Melo, em sua obra do Nascer ao por do Sol, explicita que o Bispo Dom Jorge Scarso, vendo a urgente necessidade de se reabrir a casa, toma para si a responsabilidade de se conseguir outras religiosas para administrarem esta obra.

Assim, Dom Jorge convidou a comissão da Associação para acompanhá-lo até Araxá, a fim de manter contatos com as Irmãs Discípulas de Jesus Eucarístico, pois, já apreciava o trabalho realizado por elas na sua Diocese, e quis que as Irmãs continuassem este trabalho em Patos de Minas.

Decidido que a Congregação assumiria esta obra, aos 19/06/1962 (dezenove de julho de mil novecentos e setenta e dois), lavrou-se a Escritura Pública de doação do Patrimônio, prédio da Casa das Meninas, às Irmãs. Há 60 (sessenta) anos, estão na administração desta obra, que aos olhos de muitos é impossível de ser realizada, porém, para aqueles que acreditam que é possível a promoção humana, devolvendo a dignidade de se viver melhor, é muito gratificante. Atualmente, o trabalho é realizado por cinco Irmãs da Congregação.

Além do trabalho realizado pelas Irmãs; para a manutenção e organização da Entidade, foi estabelecido um convênio com a Prefeitura Municipal de Patos de Minas, cabendo a ela fornecerem profissionais capacitadas para o melhor funcionamento da Creche. À Instituição, cabe a remuneração de 36 funcionários. Lembra-se que o trabalho realizado pelas Irmãs é voluntário, portanto, não são oneradas, o salário é o bem que se faz por aqueles que estão esquecidos, excluídos da sociedade.

A Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas, mais conhecida como Casa das Meninas Nossa Senhora Aparecida tem por finalidade:

- A educação, instrução dentro dos princípios religiosos;
- Assistência, proteção, instrução, educação das crianças e adolescentes carentes e em situação de risco;
- Assistência social em toda a sua plenitude;
- Manutenção de organismos de promoção humana aos menos favorecidos.

O objetivo é atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, que se encontra em situação de risco, muitas vezes não podendo voltar ao seio da família. Percebe-se que esse tipo de obra não é reconhecido como válida, pelos vários setores públicos de atendimento a menores, e para esse tipo de atividade não conseguimos estabelecer convênios, além do já pré-estabelecido pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, que por sua vez, não são repassados mensalmente, para o atendimento de todas as necessidades básicas das meninas: educação (uniforme e material escolar), saúde (medicamentos e outros serviços), vestuário, alimentação, dentre outros. Atualmente são atendidas 11 meninas, em regime de internato. Também, são atendidas crianças e adolescentes em regime de contra turno escolar, com a faixa etária de 04 (quatro) a 12 (doze) anos, possibilitando, às mães a trabalharem para fornecer uma vida mais digna para suas filhas, independente do meio em que vivem. Atualmente, são atendidas 30 meninas. A casa, recebe em regime de Centro Educacional Infantil, 100 (cem) crianças que residem aos arredores do Bairro Boa Vista, com a faixa etária de 01 ano e oito meses a 4 anos de idade, das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira. Há 11 anos, foi inaugurado um Lar para Idosas com 23 leitos, além, de reformado com o auxílio do Pró Vida, mais conhecido como Central Geral do Dízimo de Campinas (doou uma grande quantidade de material de construção) e da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, subvenção para a mão-de-obra. O Lar tem por finalidade, abrigar idosas com idade igual ou superior a 60 anos, autônoma ou com grau de dependência I, sem condições financeiras ou qualquer forma de desamparo que a impeça de viver com dignidade. Atualmente são abrigadas 23 Idosas. Cabe ressaltar, que para o funcionamento do Lar, possuem-se recursos humanos (médico, enfermeiras, fisioterapeuta, psicóloga, assistente social, técnicos de enfermagem, auxiliar de serviços gerais e etc.). Assim, o lar atende cerca de 164 pessoas diariamente.

2.3 – TERCEIRO SETOR RELAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA

Em uma organização do Terceiro Setor, a auditoria se inicia entregando ao auditor todos os documentos, licenças e prestação de contas da entidade. Em seguida, o auditor irá avaliar todos estes arquivos, calculará os riscos, para que ele possa, enfim, estruturar a melhor estratégia para esta entidade em específico um dos benefícios de uma auditoria é que o auditor, após analisar todos os documentos, poderá apontar o que a organização deve fazer para minimizar seus riscos. E, ele também, poderá detectar se houver qualquer tipo de fraude dentro da entidade. Sendo assim, a auditoria possibilitará que todo e qualquer erro que a entidade esteja cometendo, seja investigado e analisado minuciosamente para seja corrigido da melhor maneira possível (TOZZI, 2018).

Para que a auditoria seja feita da melhor maneira possível, é necessário escolher um auditor que saiba trabalhar em grupo, pois com a colaboração de todos os funcionários e gestores da entidade, a auditoria será muito mais eficaz e eficiente. Além disso, é importante que o auditor seja experiente, pois é uma tarefa importantíssima para ser deixada nas mãos de uma pessoa incompetente. Por isso, é crucial que se verifique o currículo e as referências do auditor (TOZZI, 2018).

É essencial que o auditor possua comunicação clara e objetiva, para evitar que se perca muito tempo com perguntas e explicações que poderiam ter sido evitadas, se a mensagem tivesse sido clara. Por fim, é imprescindível que o auditor seja uma pessoa que se mantenha sempre atualizada sobre contabilidade e novas formas mais eficazes de executar uma auditoria no Terceiro Setor (TOZZI, 2018).

2.4– TERCEIRO SETOR E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Lei 13.204/2015 alterou alguns dispositivos da Lei 13.019/2014, o qual regula e estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, mais conhecido como o Marco Regulatório, onde se aplica às parcerias no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

O intuito do Marco Regulatório é estabelecer uma mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesses públicos e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, que podem ser

formalizados de três formas: termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação (BRASIL, 2015).

Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual, são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela administração pública que envolva a transferência de recursos financeiros.

O Termo de fomento possui o mesmo conceito do termo de colaboração, só que nesse caso, as propostas são oferecidas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Ou seja, entre o termo de colaboração e o termo de fomento, tem-se a mesma finalidade, com os mesmos conceitos e fundamentos, porém a única diferença que há entre as duas formas de parcerias está em quem fez a proposta: se a proposta de parceria (ou plano de trabalho) partiu da administração pública, o termo é de colaboração, caso seja motivada pelas organizações da sociedade civil, termo é de fomento. O acordo de cooperação consiste, também, na parceria com as mesmas intenções do termo de colaboração e do termo de fomento, só que neste caso não há transferência de recursos financeiros (BRASIL, 2014).

Para a Lei 13.019/2014, as organizações da sociedade civil consistem em:

> a) Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
> b) Sociedades cooperativas previstas na Lei 9.867/1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;
> c) Organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos (BRASIL, 2015).

E como as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão firmar uma parceria com a administração pública, com base nas novas diretrizes da Lei 13.204/2015. Por meio da manifestação de interesse social, a qual consiste na

apresentação de propostas ao poder público, para que se avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração da parceria (BRASIL, 2015).

Após a apresentação da proposta, que devem conter a identificação do seu subscritor, a indicação do interesse público envolvido e o diagnóstico da realidade da qual se busca trabalhar, a administração pública deverá, obrigatoriamente, publicar a proposta por meio de um chamamento público.

Agora o poder público deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados, que orientem os seus interesses, estabelecendo critérios a serem seguidos, notadamente, quanto ao objeto da parceria, as metas, os custos e indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados, independentemente da modalidade de parceria estabulada, por meio da chamada pública.

De acordo com o conceito da própria Lei em análise, chamamento público consiste no procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil, para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Lei 13.204/2015 trouxe, ainda, alguns requisitos para celebração do termo de colaboração e de fomento, tais como, por exemplo, a exigência de as organizações civis possuírem no mínimo um, dois ou três anos de existência (a critério do poder público), experiência prévia do objeto da parceria e condições operacionais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria (BRASIL, 2015).

3 METODOLOGIA

Este estudo, de acordo com Barbosa (2015), além de ser bibliográfico embasado em pesquisas, livros e na legislação foi, também, caracterizado como uma pesquisa exploratória, qualitativa e documental, pois o objetivo desta pesquisa foi familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido e explorado. (GODOY,1995)

O tema deste estudo é recente, por se tratar de uma lei 13.019/ 2014, que entrou em vigor a partir de 31 e julho de 2014. Sendo assim, pouco explorado no âmbito acadêmico (BRASIL, 2014).

Então, por se tratar de um assunto novo, pôde ser utilizada a pesquisa exploratória, que visou mostrar um novo fenômeno, no ambiente legislativo e fiscal onerando um custo para empresas e consequentemente para o consumidor final em sua essência.

Para a concretização deste estudo serão necessários recursos humanos e recursos materiais, sendo esses, materiais da instituição estudada. Os recursos humanos serão voluntários, como autora, orientadora, coordenadora de TCC. Os recursos materiais envolvem materiais de papelaria, notebook, impressora, papel A4, não sendo necessário fazer a aquisição dos mesmos. O presente estudo não necessitará de recursos financeiros da instituição envolvida.

Utilizados Demonstrativos da instituição do ano de 2015 antes da contratação do auditor interno e 2016 após a atuação da auditoria interna sendo estes: Balanço patrimonial, DR – Demonstração do Resultado, DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido , DFC – Demonstrações dos Fluxos de Caixa , com objetivo de comparar pré e pós atuação do auditor interno com relação as demonstrações citadas acima.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Auditoria objetiva assegurar a transparência e, a adequada prestação de contas dos recursos. Segundo a ética profissional da Auditoria, que prevê sigilo o resultado do trabalho na instituição, será apresentado de forma geral, no objetivo de demonstrar apenas a amplitude e aspectos observados no mesmo.

Neste estudo foram feitas verificações de fluxo operacional, e documental, conferências, avaliação contábil e a operacionalização das atividades. Para isso, foram usados técnicas e procedimentos apresentados como exames corroborativos, do sistema de controle interno das organizações e, têm como objetivo, o conhecimento e aquisição de confiança nos registros das transações e fluxos, identificando falhas e visando o aperfeiçoamento dos controles. A confiabilidade se dá, quanto à utilização correta e integrada das técnicas e procedimentos da auditoria.

Na instituição Associação de Proteção a Maternidade Infância e Velhice de Patos de Minas, para conseguir a qualificação como Organização de Sociedade Civil de Interesse Publico - OSCIP. A entidade que deseja se qualificar como OSCIP, deve fazer uma solicitação

formal ao Ministério da Justiça, na Coordenação de Outorga e Títulos da Secretaria Nacional de Justiça, anexando ao pedido, cópias autenticadas em cartório de todos os documentos relacionados a seguir, conforme art. 5º da Lei 9.790/99:

1) estatuto registrado em Cartório;
2) ata de eleição de sua atual diretoria;
3) balanço patrimonial;
4) demonstração do resultado do exercício;
5) Declaração de Isenção do Imposto de Renda (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ), acompanhada do recibo de entrega, referente ao ano calendário anterior;
6) Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CGC/CNPJ).

Não são aceitas cópias Xerox da documentação autenticada. Em relação às exigências do estatuto, a ata de eleição da diretoria da entidade, assim, como os demais documentos, deve ser xerocopiada e autenticada em cartório, antes de ser enviada ao Ministério da Justiça.

No caso do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, mesmo que a entidade tenha sido criada há menos de um ano, deve-se fazer o levantamento dos mesmos, para o período de existência da entidade, o que é feito por um contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

A Declaração de Isenção do Imposto de Renda, é a própria Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), que as entidades sem fins lucrativos isentas são obrigadas a apresentar à Secretaria da Receita Federal/SRF. Para fins de qualificação como OSCIP, essa declaração deve ser referente ao último ano em que a sua entrega a SRF, foi obrigatoriamente apresentada. Por exemplo, se a solicitação de qualificação, como OSCIP, for feita em fevereiro de 2018, a Declaração de Isenção do Imposto de Renda deve ser relativa a 2017.

É importante destacar que, também, é obrigatória a apresentação ao Ministério da Justiça o recibo de entrega da declaração a SRF. As organizações criadas hão menos de um ano deverão procurar maiores esclarecimentos no Ministério da Justiça.

A entidade poderá encaminhar seu pedido de qualificação como OSCIP, pelo correio ou apresentá-lo ao Protocolo Geral do Ministério da Justiça, que deverá indicar data e hora do recebimento.

Uma vez recebido o pedido de qualificação, o Ministério da Justiça tem o prazo de trinta dias para deferi-lo ou não, e mais quinze dias, a partir da decisão, para publicar o ato de deferimento ou indeferimento no Diário Oficial da União, mediante despacho do Secretário Nacional de Justiça (Lei 9.790/99, art. 6º e Portaria 361/99, do Ministério da Justiça) (BRASIL, 1999).

No caso de indeferimento da qualificação, o Ministério da Justiça, envia para as entidades o parecer, identificando as exigências que não foram cumpridas. Após fazer as alterações necessárias, a entidade pode apresentar novamente a solicitação de qualificação como OSCIP a qualquer tempo (Decreto 3.100/99, art. 3º, parágrafo 3º) (BRASIL , 1999).

A qualificação é ato vinculado ao cumprimento dos preceitos da Lei 9.790/99. Portanto, é responsabilidade da organização da sociedade civil, verificar se cumpriu todos os requisitos, antes de enviar o pedido de qualificação ao Ministério da Justiça.

Antes de enviar ao Ministério da Justiça o pedido de qualificação como OSCIP, sugere – se que a entidade, utilize a Lista de Conferência dos Requisitos para Qualificação como OSCIP , checando se todas as exigências foram atendidas como, por exemplo, os documentos necessários e se o estatuto da entidade contempla todas as normas estabelecidas na Lei 9.790/99 (BRASIL, 1999)

Caso a OSCIP deixe de preencher qualquer um dos requisitos legais, que a qualificaram, deverá comunicar ao Ministério da Justiça, o que implica a perda da qualificação (Portaria 361/99, art. 4º) (BRASIL , 199).

Checar se entre os objetivos sociais da entidade, há pelo menos uma das seguintes finalidades constantes no artigo 3º, da Lei nº 9.790/99: Checar se o estatuto da entidade contém expressamente as seguintes normas, conforme determina o artigo 4º, da Lei nº 9.790/99 (BRASIL, 1999).

A aplicação dos métodos visa basicamente a confiabilidade dessa instituição, conferindo os documentos necessários para a certificação, obtendo, assim, primeiramente a certificação como empresa sem fins econômicos, a partir dai surgi as possibilidades de auxílios financeiros para a entidade, para manter a instituição, com a contabilidade vem a credibilidade da instituição perante terceiros e órgãos públicos.

Em análise nas demonstrações da entidade foi verificado que a entidade segue corretamente as regras para a prestação de contas , recursos recebidos pelo governo condiz com o valor do repasse e aprofundando em suas prestações de contas segue as normas das regidas pelas leis de repasse tanto quanto o uso da verba , tendo em vista que algumas verbas há destinação para seu uso . Os valores de seu fluxo de caixa condiz com as entradas que houve de doações que são realizadas na entidade e com seus comprovantes que são mandados para contabilidade, sendo a única ressalva seu ativo imobilizado constando algumas inconsistência verificando por alto que não há depreciação a alguns anos de bens da instituição, mas isto apenas aconteceu pois a entidade não havia controle de seu imobilizado adequadamente . Sugerido a pratica de controle e baixa dos bens e mandar para a contabilidade para realizar a depreciação do bem.

Todavia, a partir da análise das demonstrações contábeis, foi possível constatar também que no ano de 2016 após a auditoria houve aumento nas receitas de doações pois após ser publicado demonstrações auditadas vem as credibilidades agregadas a este entidade esta comparação segue em anexo as demonstrações para verificação, ou seja, além de todos os benefícios que a auditoria interna trouxe a instituição como citado acima um dos destaques foi no aumento com a arrecadação referente as doações.

5 CONSIDERAÇOES FINAIS

A auditoria é uma ferramenta gerencial usada para avaliar, confirmar ou verificar as atividades, opinando sobre a adequação das mesmas. Cria-se segurança e confiança necessária nas informações geradas pela instituição, para os diversos interessados.

No caso da instituição, na condição de entidade do terceiro setor, não necessita primariamente de lucros, mas de recursos para se manterem e de transparência que lhe garanta estabilidade financeira e credibilidade, para continuar a receber recursos necessários e dar andamento aos projetos e objetivos, assim, principalmente, cumprir o papel que lhe é reservado perante a sociedade.

O trabalho realizado neste estudo demonstra, que a instituição em questão, tem efetivamente buscado, cada vez mais, a aproximação com a sociedade, estabelecendo dessa forma uma integração extremamente rica e proveitosa, para todos os envolvidos em projetos dessa natureza.

Por fim , conclui-se com este trabalho a influência dos procedimentos de auditoria interna em uma entidade do terceiro setor em foco a Associação de Proteção a Maternidade infância e Velhice de Patos de Minas , para que haja maior controle interno das obrigações e prestações e contas destes recursos visando , arrecadar mais recursos para a entidade manter a obra e suas necessidades, visando também a credibilidade de suas informações como comparação os anos de 2015/2016 com o aumento das subvenções repassadas a entidade pode trazer recursos a este antes não repassados .

Para pesquisas futuras, sugere-se um estudo teórico empírico sobre as demonstrações contábeis desta instituição como também um estudo de caso abordando o mesmo tema em uma outra entidade do terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: **Um Curso Moderno e Completo**. 5 ed, São Paulo, 2017.

BRASIL . Decreto 3.100/99, art. 3º, parágrafo 3º. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm

_____. Lei 9.790/99, art. 6º e Portaria 361/99, do Ministério da Justiça Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso em: outubro de 2018.

_____. Lei 13.204/15. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm> Acesso em: outubro de 2018.

FERREIRA, Régis Monteiro. **A evolução da contabilidade no terceiro setor:** A evolução da contabilidade no terceiro setor. 2017. Disponível em: https://www.filantropia.ong/informacao/a-evolucao-da-contabilidade-no-terceiro-setor Acesso em: setembro de 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE – Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IMPORTÂNCIA da auditoria focada no terceiro setor: Auditoria Terceiro Setor. Auditoria Terceiro Setor. 2017. Disponível em: <https://www.filantropia.ong/informacao/a_importancia_da_auditoria_focada_no_terceiro_setor>. Acesso em: 01 jan. 2017.

MARCO regulatório das organizações da sociedade civil: Marco regulatório das organizações da sociedade civil. Marco regulatório das organizações da sociedade civil. 2015. Disponível em: <https://edgarherzmann.jusbrasil.com.br/artigos/353441633/marco-

regulatorio-lei-13204-2015-parcerias-entre-a-administracao-publica-e-as-organizacoes-da sociedade-civil>. Acesso em: 10 de outubro. 2018.

PRESTAÇÃO de contas terceiro setor: Prestação de contas terceiro setor. Prestação de contas terceiro setor. 2018. Acesso em 20 de outubro 2018. Disponível em: <https://www.techsoupbrasil.org.br/prestacao-de-contas-no-terceiro-setor>. Acesso em: 19 abr. 2018.
São Paulo: Atlas, 1996.

TOZZI, Jose Alberto. **A importância da auditoria no Terceiro Seto**r .acesso em 13 novembro 2018 . Disponível em :https://www.tozzi.com.br/terceiro-setor/auditoria-no-terceiro-setor.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

HISTÓRICO DO SISTEMA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS NO BRASIL (SICONV)

Lacordaire Kemel Pimenta Cury[1]
Haihani Silva Passos[2]
Leandro Rodrigues da Silva Souza[3]
Lucilene Bueno Borges de Almeida[4]

Resumo: A produção científica e tecnológica é uma preocupação, que ultrapassa os limites acadêmicos para alcançar meios práticos como àqueles voltados para as políticas públicas de desenvolvimento urbano. Pensando nisso, o presente artigo se faz relevante, uma vez que busca apresentar a evolução do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse de verbas públicas (SICONV) no país desde o ano de 2008. Para tanto, lançar-se-á mão da metodologia qualitativa e revisão narrativa de literatura, com o intuito de trazer contribuições futuras para o aspecto, que envolve gestão de recursos da Administração Pública. Destarte, serão destacados conceitos e aspectos legais sobre o tema, bem como elementos que foram aderidos por este no decurso do tempo, a fim de estabelecer uma comparação entre o *modus operandi* antes e depois da construção do aparato legal acerca da temática. A intenção é entender que o embora o SICONV tenha como elemento fundamental o seu caráter redistributivo e técnico, que busca proporcionar aos municípios brasileiros condições semelhantes de desenvolvimento econômico, ele ainda está engessado em uma gama de emendas e decretos-lei, muitos deles que apenas comprometem a plataforma digital pelo caráter político-partidário, que disseminam.

Palavras-chave: Histórico. Sistema de Convênios e Contratos de Repasse de verbas públicas. Desenvolvimento econômico.

Abstract: Scientific and technological production is a concern that goes beyond academic limits to reach practical means such as those aimed at public policies for urban development. With this in mind, this article is relevant, as it seeks to present the evolution of the System of Agreements and Contracts for the Transfer of Public Funds (SICONV) in the country since 2008. For this purpose, qualitative methodology will be used and the deductive- analytical method, in order to bring future contributions to the aspect, which involves the management of Public Administration resources. Thus, concepts and legal aspects on the subject will be highlighted, as well as elements that were adhered by it over time, in order to establish a

[1] Instituto Federal Goiano- Campus Avançado de Catalão.E-mail: lacordaire@gmail.com
[2] Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde
[3] Instituto Federal Goiano- Campus Avançado de Catalão
[4] Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Recebido em 18/07/2021
Aprovado em 05/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

comparision between the modua operandi and after the construction of the legal apparatus on the subject. The intention is to understand that although siconv has a fundamental element its redistributive and technical character, which seeks to provide Brazilian municipalities with similar conditions of economic development, it is still plastered with a range of amendments and decree- laws, many of which only the compromise the digital platform by the political party character, which the disseminate.

Keywords: Evolution. System of Agreements and Contracts for de Transfer of public funds. Economic development.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil, a partir dos anos 1980, se resumiram ao processo de descentralização fiscal, o que impactou significativamente as finanças do país (SANTOS & SILVA FILHO, 2016). Isso porque, novos modelos de gestão foram introduzidos na Administração Pública, tornando as demandas regionais menos burocratizadas e, consequentemente, mais efetivas e transparentes (SOUZA JR et al., 2019).

Não importando a esfera do governo, se Federal, Estadual ou Municipal, inclusive entidades privadas que não possuem fins lucrativos, no que tange ao repasse de verbas Federais, a solução encontrada para proporcionar o desenvolvimento dos entes federativos, foi a transferência voluntária de recursos do Governo Federal para entidades sem fins lucrativos como as públicas e privadas a partir de convênios e instrumentos similares (NONAKA, 2013).

Nesse sentido, acredita-se ser importante descrever o funcionamento das transferências voluntárias da União (TVU) aos municípios brasileiros, de modo que seja possível observar o fato de a distribuição de recursos públicos ser discricionário (SOARES & MELO, 2016) e ainda, ao fato de que as transferências voluntárias desempenham um importante papel nas relações federativas brasileiras, especialmente entre a União e os municípios.

Isso porque a União, ao transferir recursos públicos aos municípios, atua em três dimensões, a saber, a político-partidária; a redistributiva; e a técnica (BRASIL, 2016). Vale acrescentar que essas dimensões visam atender ao interesse público, conforme regulamenta a Constituição Federal de 1988 (SOARES & MELO, 2016), em outras palavras, as finanças públicas são definidas: pelo apoio dado ao presidente durante as eleições e aos municípios que representam o partido do mesmo; às localidades mais pobres, que não conseguem arrecadar recursos suficientes por si só; e aos territórios que melhor desenvolvem projetos tecnicamente válidos, com objetivos claros e bem definidos em programas sociais (BRASIL, 2016).

Além dos recursos destinados aos municípios por meio de emendas parlamentares, os Poderes Executivos Federal e Estadual detêm autonomia em relação à descentralização de crédito de seus programas de governo e que, portanto, por meio de seus critérios técnicos, são capazes de eleger quais localidades terão preferência na alocação de seus recursos (BIJOS, 2018). Ou seja, as transferências voluntárias realizadas pelo Estado mediante Convênios não ocorrem de forma equivalente no território nacional, mas a partir de interesses previamente estabelecidos (GASPARINI, 2003).

Inobstante da iniciativa dos parlamentares ou da decisão institucional da União ou dos Governos Estaduais, os municípios possuem autonomia para demandar o apoio ao financiamento do conjunto de suas ações por meio da celebração de convênios e contratos de repasse, que resultam em transferências voluntárias, as quais podem ter motivações e fundamentos políticos e institucionais (BIJOS, 2018)

Para a União, as transferências voluntárias representam recursos adicionais para a concretização de programas sociais e novos investimentos, que só serão considerados legítimos se atenderem aos interesses da União de alguma forma (BRASIL, 2016). Assim sendo, para garantir o desenvolvimento dos entes federativos, não basta que a União siga mecanismos legais que regem o mercado, mas também que atenda as prerrogativas sociais e a organização política, que impera em cada localidade (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Outro aspecto relevante, está na exigência da sociedade que cada vez mais requer da gestão pública transparência com quantidade e qualidade das informações a respeito dos gastos desse poder. A transparência incentiva a organização pública a evitar ações condenáveis pela sociedade e, graças à transparência, mais facilmente divulgados pela mídia. Este efeito pode ser poderoso para a administração pública, uma vez que "é de se esperar que os servidores se conscientizem mais sobre a alocação de recursos, quando seu órgão ou entidade faz questão de mostrar a todos como ela lida com o tema" (BRASIL, 2012).

Por essa razão, o Estado passou a se ver diante da necessidade de prestar contas do uso dos recursos públicos e respeitar o princípio da publicidade, entre os outros princípios da administração pública, tornando notória a necessidade de transparência das contas dos entes públicos e seus órgãos componentes nas administrações direta e indireta (NETO et al., 2009).

Evidencia-se com as leituras iniciais explanadas nos parágrafos anteriores, a importância das transferências voluntárias de recursos públicos da União para os demais entes federativos, bem como o dever de todo representante eleito para gestão pública realizar a devida prestação de contas dos recursos públicos recebidos e da transparência e publicidade dessa

aplicação a qualquer cidadão. Caso não o faça, esse gestor pode sofrer penalidades centradas na improbidade administrativa.

Posto isso, diante de um contexto de modernização e melhorias de controle e publicidade dos repasses de recursos pela União, surgiu a necessidade de criação de um sistema informatizado de dados, que acompanhassem o alcance dos objetivos desses repasses, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), foi inaugurado. O SICONV, objeto de análise do presente estudo, entendido como uma ferramenta de acompanhamento das transferências de recursos públicos da União para Estados, Municípios e Entidades Privadas sem fins lucrativos, conferindo publicidade, transparência, celeridade e acesso à informação à qualquer cidadão (SANMARTIM & NUNES, 2015). De acordo com o Portal de Convênios, a relação entre a Administração Pública Federal com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Organizações da Sociedade Civil, foi renovada com a automatização dos processos, de modo a permitir uma maior transparência e agilidade na execução das TVU.

Uma vez exposta a temática, tem-se a pretensão de descrever o histórico do SICONV, expondo os aspectos legais que subsidiaram sua construção e legitimidade no Brasil, desde o seu surgimento em 2008, até os dias atuais, bem como os benefícios e as possíveis perdas que a implantação do sistema conseguiu alcançar ao longo dessa amostra temporal. O intuito não é assim, esgotar o tema, mas despertar o interesse pelo mesmo, apresentando os seus progressos e fragilidades, de modo a propiciar contribuições futuras.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, o qual utilizou a técnica de revisão narrativa como aporte metodológico. A metodologia proposta constitui-se da análise da literatura, da interpretação e análise crítica do pesquisador, e ainda possibilita o uso de estudos anteriores em diferentes escalas e contextos.

Os artigos de revisão narrativa na visão aderida são publicações amplas, adequadas para caracterizar e detalhar o "estado da arte" sobre um determinado tópico de estudo, sob ponto de vista teórico ou contextual. O uso da técnica não adota critérios sistematizados para a análise crítica da literatura, tão pouco visa buscas complexas ou esgotar as fontes de informações. Desta forma permite compilar pesquisas com procedimentos distintos, alcançando como produto o estado recente do conhecimento disponível em curto espaço de tempo.

> A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente (CORDEIRO et al., 2007, p. 429).

Partindo-se de tal princípio, a escolha pela revisão narrativa mostrou-se como a abordagem adequada para reunir informações acerca da temática proposta. Diante da relevância do tema, a questão norteadora do estudo buscou analisar os fatores preponderantes proporcionados pela instalação do SICONV, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento dos processos relacionados aos convênios. A busca bibliográfica foi desenvolvida em duas etapas: a primeira direcionada para artigos publicados antes de 2008, ano de implantação do SICONV e a segunda, após este período, priorizando as publicações que ocorrem em razão das atividades desempenhadas a partir do uso do sistema.

A pesquisa teve início em abril de 2021 e seguiu até julho do mesmo ano, e como estratégia de busca, foram utilizadas as palavras-chaves SICONV, Políticas Públicas e convênios, permitindo a partir do critério de seleção inclusão e exclusão, a escolha de 22 publicações entre artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso.

Considerando a baixa quantidade de pesquisas existentes que abordam a temática proposta, sobretudo, o período que antecede a implantação do SICONV, o conhecimento resultante da compilação das informações do presente estudo irá contribuir com o embasamento de futuras pesquisas e intervenções.

REVISÃO DA LITERATURA

A presente revisão da literatura se fundamenta na opinião de diversos autores sobre tópicos relacionados ao papel do SICONV como ferramenta de transferência voluntária da União e sobre os impactos da implantação da ferramenta do SICONV nas relações da União com os Estados e municípios brasileiros.

Situação anterior a implantação do SICONV

A Constituição Federal instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual teve como objetivo criar um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre as atribuições estabelecidas no art. 165 da Constituição Federal de 1988, estão a definição de metas e prioridades da administração pública federal.

Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000, novas atribuições foram conferidas a LDO, em grande parte, associadas à responsabilidade da gestão fiscal, incluindo condições e exigências para a transferência de recursos da União a entidades públicas e privadas.

Nos termos do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Tais transferências são destinadas a atender a ações com propósitos específicos e com regras definidas caso a caso. (GOMES, 2013). Desse modo, com a finalidade de atendimento a prioridades, onde seja necessária a realização de um esforço mútuo entre as partes, com o mesmo objetivo, as entidades celebram convênios ou contratos de repasse.

Os convênios são conceituados como acordos, ajustes ou quaisquer outros instrumentos que disciplinem a descentralização de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (BRASIL, 2007).

No Brasil, o modelo de descentralização constitui em transferir a implementação das políticas públicas para os governos territoriais, mantendo o papel da União nas funções de financiamento e normatização dos programas a serem implementados (ARRETCHE, 2008). No entanto, o modelo adotado não contemplava a sistematização e informatização dos processos, o que acarretava falta de padronização dessas transferências por parte dos órgãos concedentes, o que gerava ineficiência nos procedimentos de registro, acompanhamento, controle e transparência das informações (BRASIL, 2013). Ainda, as entidades precisavam apresentar toda a documentação exigida para cada ministério, com as quais tivesse interesse em estabelecer convênios, de forma física, via correio ou em mãos por servidores do órgão interessado, o que tornava o processo burocrático e moroso.

Adicionalmente, os órgãos concedentes desenvolviam suas próprias iniciativas isoladamente, objetivando ao tratamento interno dos dados, o que concorria apenas para a manutenção da descentralização e não disponibilizavam elementos suficientes para que o Governo Federal tratasse essas informações de forma padronizada. A falta de padrão de documentos e procedimentos, gera múltiplas interpretações de normas.

Assim, União precisava dispor de uma ferramenta que fosse capaz de realizar o controle das transferências voluntárias, fortalecendo o pacto federativo ao propiciar maior equilíbrio

financeiro na distribuição das receitas para os estados e municípios, de forma equânime e democrática (BRASIL, 2013).

Assim, impulsionado pelo necessidade de padronização e otimização dos procedimentos e ainda, em função das evidências de irregularidades encontradas nas auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em ajustes celebrados entre a União e as Organizações não Governamentais (ONG) ou entidades da administração indireta, onde foram explicitadas as dificuldades de controle da execução e da prestação de contas sobre as transferências voluntárias efetuadas pelo governo federal, foi iniciado o processo de criação de um sistema par gestão de convênios, no ano de 2004, através de um esforço conjunto entre diversos entes e entidades, quais sejam: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Defesa, representado pela Marinha do Brasil; e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (BRASIL, 2013).

Assim, até a data de 31 de agosto de 2008, todas as transferências oriundas do Governo Federal aos estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, eram processadas através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Após essa data, foi implantado o SICONV, disponível em versão *Web* para a sociedade, que passou a ser o Sistema do Governo Federal responsável pelo registro e execução das transferências voluntárias (BRASIL, 2013).

Aspectos legais: Histórico do SICONV

Na administração pública, a origem e a evolução das normas que norteiam os convênios, se deram pela edição do Decreto-Lei N° 200/67, pois estabeleceu princípios fundamentais, com destaque para o fato de que as atividades da administração federal devem ser amplamente descentralizadas: dentro de seus próprios quadros, mediante delegação de competências; para as unidades da Federação, quando estejam devidamente aparelhadas, por meio de convênios (AMORIM & SIMÕES, 2012). Para o autor, a edição do decreto indicou um avanço no princípio da transparência da utilização de recursos públicos, monitoramento das execuções dos convênios e atuação mais efetiva de controles internos e externos nas fiscalizações dos convênios.

A Instrução Normativa STN Nº1, de 15 de janeiro de 1997 – a IN/STN nº 1/97, que "Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução

de projetos ou realização de eventos e dá outras providências", foi o instrumento legal que marcou a regulamentação dos convênios. Trata-se do primeiro instrumento normativo, que tratava o convênio de forma completa, relacionando todas as fases e etapas do processo (BRASIL, 1997).

A norma geral que disciplina os convênios celebrados a partir de 1.º de setembro de 2008 é o Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007 (alterado pelos Decretos 6.329/2007, 6.428/2008 e 6.497/2008). O Decreto n.º 6.170/2007 é regulamentado pela Portaria Interministerial n.º 127/2008 (PI 127/2008). Essas novas regulamentações alteram a antiga sistemática de celebração de convênios regida pela Instrução Normativa n.º 1/1997-STN (BRASIL, 2013). Posteriormente, teve como subsídio a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse de verbas públicas (SICONV), que representa uma ferramenta governamental, que busca atender às demandas regionais do país (SOUZA JR et. al., 2019), se impõe aos gestores de forma obrigatória (BRASIL, 2007).

Foi implementado no processo de descentralização fiscal, como meio de garantir maior eficácia e transparência na realização de atos e procedimentos realizados pela União, no que se refere aos Convênios e Contratos de Repasse (BRASIL, 2013). Em outras palavras, o SICONV é uma iniciativa governamental para estruturar e organizar todo o ciclo de vida dos Convênios e Contratos de Repasse, desde a proposta até a prestação de contas no final, sendo atualmente, o principal sistema utilizado para o controle das políticas públicas executadas por meio de transferências voluntárias (BRASIL, 2014).

Quanto aos avanços das ações de implementação de transparência da gestão pública, a Controladoria Geral da União – CGU (2013, p.09), ressalta que: A partir da promulgação da Constituição de 1988, foram publicadas várias leis, decretos e portarias que trataram de questões relacionadas ao acesso às informações públicas. Para citar algumas: [...], a Lei nº 10.520/2002 que criou os pregões presencial e eletrônico, o Decreto nº 6.170/2007 que criou o SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse [...].

Vale acrescentar que, os dados da avaliação dos resultados da plataforma advêm de documentos enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU), os quais analisam todas as celebrações realizadas pelo SICONV, e que ultrapassam mais de 90 bilhões de reais (SOUZA JR et al., 2019).

Dos pontos elucidados por SOUZA JR (et al., 2019, p. 05-06), convém destacar:

> [...] o SICONV surgiu a partir de uma determinação do Tribunal de Contas da União. Com a necessidade de criar um sistema de captação de recursos para transferências voluntárias, deu-se início em 2004 ao projeto de desenvolvimento do Portal de Convênios pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/ MP). Entretanto, somente no ano de 2008, após o Decreto n° 6.170 de 25 de julho do ano anterior, o portal começou a funcionar com o objetivo de instrumentalizar os repasses das transferências voluntárias aos estados, municípios e Distrito Federal, além das instituições privadas sem fins lucrativos pelo Governo Federal. A utilização do Sistema de Convênios é feita via Internet, o que torna seu acesso viável. Pelo Sistema de Convênios é possível o cadastramento de projetos para obtenção de recursos. Após publicações anteriores e adequações, a Portaria Interministerial (PI) nº 507 de 24 de novembro de 2011, estabeleceu normas para a execução dos convênios, cuja plataforma inclui todas as fases do pacto, desde a inclusão da proposta até a execução financeira através de OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária, que é utilizada para pagamento a fornecedores de Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Parcerias.

Posto isso, que a tecnologia da informação e comunicação (TIC`S), utilizada na plataforma do SICONV fomenta formas de relacionamento entre Governo, municípios, cidadãos e empresas (CUNHA, 2005). Apontam os ganhos trazidos aos municípios pelo SICONV e possibilita o acompanhamento dos gastos detalhadamente, a fim de fiscalizar e denunciar más condutas. Ou seja, pelas TIC`S, "o cidadão pode consultar os convênios e pré-convênios, programas, o proponente, as propostas, cotação prévia de preços, adimplência dos partícipes, um registro de irregularidades, as listas de chamamento, extratos e um link direito para denúncias, reclamações e manifestações" (SOUZA JR et al., 2019, p. 08).

A legislação que rege a matéria de convênios é extensa e vem sofrendo várias alterações ao longo dos anos. Atualmente, a Portaria Interministerial nº424/16, bem como a Lei 8666/93, alterada pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos, são os normativos mais recentes que disciplinam a matéria.

Por certo, o SICONV foi desenvolvido, com o objetivo de consolidar uma base de integração mais clara para todos os envolvidos no processo de transferências voluntárias e para tornar o processo mais transparente junto à sociedade civil (*accountability*), bem como reduzir o custo operacional; informatizar todo o ciclo de vida das transferências; facilitar a fiscalização e controle; simplificar, agilizar e padronizar os procedimentos e gerar interoperabilidade com os demais sistemas estruturantes governamentais (BRASIL, 2013).

Com o advento da Lei nº 12.527/2011, a chamada "Lei de Acesso à Informação", cuja finalidade é regulamentar o direito constitucional de amplo acesso dos cidadãos às informações

dos órgãos públicos, percebe- se que as diretrizes de concepção do SICONV estão alinhadas com as premissas estabelecidas na referida lei, e os dados das transferências voluntárias registradas no Sistema já compõem as informações disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2013).

Assim sendo, O SICONV prima pela transparência e eficácia dos processos de transferências voluntárias, buscando de fato atender às demandas municipais e não apenas garantir a perpetuação de favores político-partidários, à medida que atende às dimensões técnicas e redistributivas inter-regionais. Mas ainda encontra muitas dificuldades na sua efetivação, por demandar um projeto, que muitas vezes sai caro aos entes federativos, que não estão familiarizados com os procedimentos específicos que ele exige (BRASIL, 2016).

Atualmente, o SICONV é integrado a Plataforma *mais* Brasil, que de acordo com o portal, constitui ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos, oriundos do Orçamento da União aos demais entes federativos. O Objetivo é que "o sistema *"on line"* seja também um instrumento de acompanhamento das políticas públicas" e que com "uma base única, sejam aprimoradas as medidas de integridade e transparência".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu discorrer um pouco mais sobre os principais pontos, que envolvem a temática do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse de Recursos Públicos, o SICONV. Para tanto, apresentou-se conceitos, objetivos, relevância e aspectos legais acerca do tema.

Inicialmente, se destacou as principais dificuldades enfrentadas pela administração pública anteriores a implantação do Sistema, especialmente a burocratização e a morosidade, devido à falta de padronização no tratamento das transferências voluntárias por parte dos órgãos concedentes, acarretando a falta de eficiência do fluxo operacional dos convênios. Ainda, o alto custo das transações, considerando que a falta de um sistema informatizado obrigava as entidades a apresentarem toda documentação de interesse em estabelecer um convênio de forma física, separadamente, para cada Ministério, todas as vezes que havia esse interesse em celebrar um convênio.

Destacou-se que com o SICONV, se passou a ter uma ferramenta de aprimoramento da relação do Governo Federal com os convenentes, bem como da melhoria do controle de

aplicação do recurso público, pois o sistema passou a contemplar todo o ciclo de vida dos convênios, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final, padronizando todo o fluxo operacional do processo, reduzindo assim a burocracia, os custos das transações e proporcionando uma maior eficiência do processo de transferência voluntária, uma vez que após o órgão apresentar a documentação no portal de convênios, as informações ficam registradas no sistema.

Em síntese, os benefícios da implantação do SICONV, são traduzidos na simplificação de procedimentos operacionais, na agilidade dos processos e no controle de informações sobre as transferências voluntárias da União, promovendo um maior controle e transparência dos gastos públicos, possibilitando a qualquer cidadão e aos órgãos de controle interno e externo, o acompanhamento das etapas de um convênio, inibindo as ações de corrupção por parte dos agentes públicos.

Ainda, o SICONV foi uma grande inovação para a administração pública, considerando que além do arcabouço operacional, o mesmo possibilitou uma maior democratização na distribuição dos recursos pela União, à medida que permitiu, através de uma base única de dados, um instrumento de acompanhamento das políticas públicas, seja pela União, seja pelos demais entes federativos, os quais tem a possiblidade de acompanhar a relação de programas governamentais, bem como pleitear os projetos e atividades que sejam de interesse comum, especialmente dos municípios brasileiros.

Dito isso, buscou-se sintetizar o tema e não o esgotar, marcando os aspectos positivos e negativos, para que possa ser (re) analisado por outros acadêmicos interessados. Em suma, quis-se deixar alguma contribuição futura, ressaltando que o SICONV, hoje, Plataforma *mais* Brasil, é uma ferramenta muito importante no atendimento de princípios básicos como legalidade, transparência e eficácia, sem os quais a Administração Pública não existiria, mas ainda está muito enredada pela quebra de paradigma e mudança de uma gestão em papel para uma gestão informalizada, necessitando que as pessoas estejam aptas a ter o acesso necessário, manusear e dominar o processo. Enquanto por um lado a Tecnologia é fundamental para um maior controle e execução das políticas públicas, não podemos esquecer que somos um país com grande diversidade cultural e social, e que a operacionalização da Plataforma *mais* Brasil pode estar longe da realidade de muitos municípios brasileiros, dos quais ainda persiste a dificuldade de acesso à internet.

REFERÊNCIAS

AMORIN, A.C.; SIMÕES, G. M**. Convênios públicos: a nova legislação.** 2 ed. Brasília: Orzil Consultoria, 2012.

ARRETCHE, MARTA. Descentralização e integração do fomento público. Estratégias de descentralização nas áreas de saúde e educação no Brasil. **Nota Técnica.** Centro de Gestão e Estudos estratégicos. Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, DF. 2008.

BAIÃO, A. L. O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Dissertação (mestrado)** — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

BASTO NETO, M. de M. **Curso Prático de Convênios Com Ênfase no Sistema Federal de Gestão de Convênios SICONV.** São Paulo: Urbana, 2013.

BIJOS, D. Federalismo, instituição política e relações intergovernamentais: um estudo sobre os elementos determinantes das transferências voluntárias da União para municípios do estado de Minas Gerais. **Dissertação (mestrado em ciências políticas)** — Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2013.

BIJOS,D. (2018). Repensando as transferências voluntárias pela perspectiva dos atores e das instituições locais. Desenvolvimento em Questão, 16(44). doi: 10.21527/2237-6453.2018.44.322-350

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais.** São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015 | e-ISSN: 1980-4865.

BRASIL. **Constituição Federal.** Constituição da República Federativa do Brasil**.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000**. Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília, DF: Senado, 2000.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Presidência da República. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Economia. **Sistema de Convênios.** Disponível em:<www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 29 de ago de 2019.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Portaria no 2.917, de 12 de setembro de 2000**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social**. Portaria Seas/MPAS n. 879, de 3 de dezembro de 2001.** Brasília, 2001.

BRASIL. **Portal da Transparência.** Brasília, 2012. Disponível em:< http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Portal dos Convênios.** 2014. Disponível em:< http://plataformamaisbrasil.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL, **Portaria Interministerial Nº 127,** de 29 de maio de 2008. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: http://plataformamaisbrasil.gov.br>; Acesso em 14 de ago. de 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial CGU/MP/MF n. 507, de 24 de novembro de 2011**. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais (Coint). **Transferências voluntárias a estados e municípios** — Dezembro/2012. 2013.

BRASIL. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Um novo paradigma nas transferências voluntárias da União**. Março, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses**. 6ª ed. Brasília: Secretaria-geral de controle externo, 2016.

CUNHA, M. A. V. C. da. Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e poder executivo. **Painel: Ações concretas e avaliações sobre o apoio de TI á consolidação da Cidadania, ética e transparência no Brasil.** X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reformal del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18-21 Out., 2005.

FREITAS, I.; CARVAHO, D. E. O Aumento No Acesso À Internet Por Jovens Da Base Da Pirâmide No Brasil E Suas Particularidades. **Future Studies Research Journal.** ISSN 2175-5825 São Paulo, v.4, n.2, pp. 132-163, Jul./Dez. 2012.

GASPARINE, C. .E.; MELO, C. S. L. Equidade e Eficiência Municipal: Uma Avaliação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Brasília: ESAF, 2003. **Monografia premiada em 1º lugar no VIII Prêmio Tesouro Nacional** – 2003, Tópicos Especiais de Finanças Públicas, Brasília (DF).

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. DADOS — **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-776, 2005.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. Ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, H. L**. Direito administrativo brasileiro**. 34.ed.atual.. São Paulo: Malheiros, 2008.

MOUTINHO, J. da A. Transferências Voluntárias da União para os municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. **Revista Administração Pública** — Rio de Janeiro 50(1):151-166, jan./fev. 2016.

NETO, O. A. P.; DA CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: Obrigatoriedade e Abrangência desses Princípios na Administração Pública Brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, *[S. l.]*, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2009. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320. Acesso em: 25 jun. 2021.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

PRADO, Sérgio. Transferências Intergovernamentais na federação brasileira: avaliação e alternativas de reformas. **Caderno Fórum Fiscal**, n. 6, 2006.

SANTOS, F. V. D. dos; SILVA FILHO, L. A. da. Descentralzação fiscal e seus impactos nas finanças públicas municipais no Nordeste Brasileiro. **Revista Espacios.** Vol. 38, nº 16, 2016. ISSN 0798 1015.

SOARES, M. M.; MELO, B. G. de. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. **Revista Administração Pública**, vol.50, n.4, Rio de Janeiro. July/Aug. 2016. ISSN 0034-7612

SOUZA JÚNIOR, A. M. de; BRAGA, I. F.; NARDI, L. G. O SICONV como ferramenta de descentralização de recursos e intergovernabilidade: um caminho para o atendimento de demandas regionalizadas. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública)-**Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense**,** 2019**.**

TEIXEIRA, C. A. S. RAMOS, L. T. Importância do Sistema de Convênios – SICONV. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXI, Nº. 000005, vol. 1. 10 jul. 2013

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

HISTÓRIA DO ENSINO DE BIOLOGIA NO BRASIL ENTRE 1970-2020, E A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Claudia Helena Batista Araújo[1]
Marcia Soares E Silva Chaves[2]
Wanderson Pereira Alves[3]
Daniela Cristina Silva Borges[4]
Saulo Gonçalves Pereira[5]

Resumo: O ensino de Ciências biológicas entre as décadas de 1970 a 2020 passou por grandes mudanças sendo uma das disciplinas mais habilitadas para se trabalhar à interdisciplinaridade da Educação Ambiental que de acordo com as Conferências Intergovernamentais passou a ser mais discutida após Estocolmo 1972. Dessa forma os Parâmetros Curriculares Nacionais acerca da Educação Ambiental mostram a importância desse tema na escola. O objetivo desse trabalho deu com o intuito de levantar dados históricos do ensino de Biologia e Educação Ambiental, procurando metodologias e didáticas sobre como o professor pode trabalhar essa temática de forma eficaz, facilitando seu entendimento e conscientizando sobre a preservação ambiental. A metodologia utilizada para a pesquisa foi de revisão bibliográfica buscando em artigos, livros e sites assuntos relacionados às palavras chaves como Ensino de Biologia, Didática, Metodologia e Educação Ambiental a pesquisa demonstrou que a escola e fundamental para mudar a realidade de nosso planeta, sobretudo acerca das questões ambientais.

Palavras-chave: Ensino de Biologia. Educação Ambiental. Didática. Metodologia.

[1] Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), 2020. helenaclaudia479@gmail.com

[2] Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). 2020 dudamarcia20182gmail.com

[3] Graduado em Ciências Biológicas, Especialista em Gestão Ambiental Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), professor orientador da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). wandersonbiologo@mail.com.

[4] Professora, Graduada em Ciências Biológicas. Doutora em Saúde Animal. Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). danybio@gmail.com

[5] Professor de biologia, biólogo, Pedagogo. Doutor em Saúde Animal. Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Saulopereira2903@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: The teaching of biological sciences between the 1970s and 2020s went through great changes, being one of the most qualified disciplines to work with the interdisciplinarity of Environmental Education which, according to the Intergovernmental Conferences, started to be more discussed after Stockholm 1972. Thus, the Parameters National Curricula on Environmental Education show the importance of this theme, leaving the teacher to find didactics and methodologies that are able to instruct their students to reflect, think and rethink their own social practice in order to preserve the environment. The choice of this theme was made in order to raise historical data on the teaching of Biology and Environmental Education, looking for methodologies and didactics on how the teacher can work this theme effectively, facilitating its understanding and raising awareness about environmental preservation. Currently, it is of fundamental importance to discuss a better socioeconomic viability, having as one of its principles the search for balance which becomes fundamental to our quality of life every day. The methodology used for the research was a bibliographic review looking for articles, books and websites related to key words such as Biology Teaching, Didactics, Methodology and Environmental Education.

Keywords: Biology teaching. Environmental education. Didactics. Methodology

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Selles (2008) olhar o passado implica em se perceber a "natureza ambígua" de uma disciplina, ou seja, remete a explorar historicamente determinados aspectos. Em épocas remotas educadores e educandos não tinham todos os recursos e possibilidades que hoje as novas tecnologias oferecem no ensino de Biologia, e com isso se tornava mais difícil o ensino e consequentemente a aprendizagem de qualidade (SELLES, 2008).

Fatores esses que geraram no professor dificuldades para por em prática o que foi preparado para ensinar, o que segundo Paulo Freire "Embora seja um movimento novo, cheio de contradições, cujos valores do educador começam a ser quebrados, gerando uma nova postura do Educador" (FREIRE, 1989, p.11).

O ensino de Biologia traz vários pontos a serem discutidos, mas um deles é a capacidade das pessoas que nele estão ingressados têm em aprender e transmitir o que sabem e receberem de volta muitos saberes reunidos. Outro aspecto importante está ligado à transversalidade da Educação Ambiental, o que na maioria das vezes parece ficar a cargo dessa disciplina. Pois, a Biologia possui a capacidade de promover o entendimento dos diversos processos biológicos e assim promover a socialização sustentável, aproximando seus discentes acerca das questões ambientais (CASCINO, 2003).

Dessa forma, didáticas e metodologias relacionadas ao tema, devem estar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), pois as questões ambientais envolvem,

sobretudo a Educação ambiental. Uma questão que, por sua vez tem sido divulgada com frequência pelas mídias e Conferências Internacionais (Estocolmo 1972, Rio 92, Joasnesburgo África, entre outras), cabendo ao professor de Biologia solucionar e desenvolver conteúdos para trabalhar o tema (BRASIL, 2001).

A escolha desse tema se deu com o objetivo de levantar dados históricos do ensino de Biologia, Educação Ambiental e didáticas. Utilizando-se palavras chaves como: Ensino de Biologia, Didática, Metodologia e Educação Ambiental através de pesquisa e revisão literária, em livros, artigos científicos, monografias, dissertação, teses, revistas, Casa de Cultura etc., tais fontes serão adquiridas por meio de empréstimos em bibliotecas e/ou compradas, bancos de dados em sites da internet como o Scielo, Bireme, Lilacs, Google acadêmico.

Sua estruturação está organizada da seguinte maneira: 1° Capítulo: História da Biologia e seu ensino no Brasil de 1970-2020. 2°: Capítulo Movimentos ligados a Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares. Já no 3° Capitulo: Didática e Metodologias para se trabalhar o tema Educação Ambiental.

2 HISTÓRIA DA BIOLOGIA E SEU ENSINO NO BRASIL (1970-2020).

Durante a década de 1970, um aspecto importante relacionado à educação eram ideias relacionadas às teorias cognitivas, às quais enfatizavam a busca pelo conhecimento através da percepção com enfoque no trabalho. Ou seja, o ensino no Brasil estava pautado em perspectivas voltadas a de formação para o mercado trabalho (FURLAM, 2014).

Pouco ou nenhum contexto no ensino estava associado à formação crítica do cidadão. Apesar da proposta profissionalizante, a educação estava a serviço do ideário político militar, pois o Brasil daquela época era uma Ditadura Militar, e aos alunos era facultado realizar atividades voltadas à atuação, e não de desenvolvimento das habilidades mais amplas e diversificadas que democratizassem o ensino (FURLAM, 2014).

Nesse período entrou em vigor a lei N° 5692/71 a qual os componentes do Ensino de Biologia estavam relacionados à generalidade da palavra ciências físicas e biológicas se desdobrando nas disciplinas de Biologia, Física e Química. Um ponto importante dessa reforma foi a mudança de nomenclatura do ensino de ginasial e colegial para 1° e 2° graus, pela qual a primeira etapa estava mais relacionada à vocação inicial para o trabalho e a segunda etapa ao profissional de nível médio (MACEDO, 2004).

De acordo com algumas resoluções presentes nessa norma, o ensino de Ciências tinha como objetivo desenvolver o pensamento lógico e as aplicações do método científico, mas o governo militar forçava uma via de mão dupla forçando o ensino a promover a profissionalização e conter a demanda por ensino superior (SELLES, 2008).

Neste contexto, o ensino de 2° grau passou a ter no núcleo de Ciências as disciplinas de ciências físicas, biológicas e matemáticas. Essa proposta racionava muito o ensino de Biologia e o professor ficava limitado a trabalhar com as matérias de instrução, pois a ênfase era no uso da metodologia científica (GERMANO, 2011).

Ao final dos anos da década de 1970, o sistema educacional brasileiro buscava uma reformulação para o ensino de Biologia. Por esse motivo, foi criada pelo Centro de Treinamento de Ciências de São Paulo (CESCIP-SP) uma programação para o 2° grau composta por cinco volumes: Ecologia, Citologia, Genética e Fisiologia Comparada (Zoologia e Botânica). Dessa forma foram introduzidas técnicas educativas comportamentalistas e, apesar da preocupação, o ensino ainda era precário devido às condições de trabalho encontradas nas escolas (LONGHINI; MORA, 2009)

Já em 1980 entra em vigor a lei N° 7044/82, a qual veio substituir o termo qualificação do trabalho por preparação para o trabalho, passando assim o foco para o ensino de 2° graus e eliminando o termo “habilitações profissionais” pelas escolas. A respeito do ensino de Biologia ainda continuava vinculada a amplitude das Ciências durante o ensino fundamental (1° grau) e no ensino de 2° grau as matérias se desvincularam e foram tratadas como disciplinas Biologia, Física e Química (KRASILCHIK, 1996).

Desta forma, com a redemocratização do país e a busca pelo equilíbrio político e econômico, o Ensino de Ciências passou a contribuir para mudanças sociais no país, e em meados dos anos de 1980 a busca pela paz mundial, pela defesa do meio ambiente e direitos humanos (KRASILCHIK, 1996).

Desse modo, o ensino de Biologia incluso como disciplina no 2°grau pôde possibilitar aos alunos uma maior interpretação crítica do mundo a partir do agir e pensar científico, sob suas realidades. Combatendo, assim, o baixo interesse por profissões científicas e tecnológicas que visavam ao propósito do país que nessa época passava por profunda transformação da realidade brasileira, com o processo de redemocratização de seu regime (LONGHINI; MORA, 2009).

Assim, mais um objetivo foi incluso nos currículos das Ciências, ou melhor, o que já se buscava desde o final dos anos de 1970. Com isso, foram integradas nos anos de 1980, as

diretrizes pautadas no movimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade, valorizando aspectos cognitivos da cultura, cotidiano do aluno e da Educação Ambiental (KRASILCHIK, 1996).

Na década de 1990 foram lançados os parâmetros e as bases educacionais para o Ensino Médio aprovado já no ano de 1996 a lei N°9394 a qual dividiu o ensino em Educação Básica (ensino infantil, fundamental I e II, ensino médio) e Ensino Superior (BRASIL, 1996).

De acordo com essa lei em seu artigo 3°, o ensino teve em sua base pressupostos para as condições de igualdade com acesso e perduração na escola, levando em conta a liberdade de aprender e ensinar bem como do pensamento crítico e cultural a respeito da arte do saber e do pluralismo de ideias bem como a valorização do profissional educador, gratuidade no ensino público em coexistência com o ensino particular de modo a garantir à boa qualidade do ensino e o direito a educação ao longo da vida (BRASIL, 1996).

No que se refere ao ensino de Biologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 1998 direcionam como entendimento formas para explicar o funcionamento do mundo natural, planejando, executando e avaliando ações que intervêm na realidade natural.

Seguidamente, no ano de 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEN) para as áreas das Ciências Naturais, Matemáticas e suas Tecnologias detalharam os conhecimentos que foram abordados em cada uma das disciplinas (BRASIL, 1999).

De maneira que o ensino de Biologia permitisse a compreender a natureza através de estudos levando em consideração que a ciência não possui respostas para tudo, sendo uma de suas características a possibilidade de ser questionada e transformada (BRASIL, 1999).

Desta forma se tornou primordial que o ensino de Biologia estivesse voltado ao desenvolvimento de competências que permitissem o aluno ser capaz de lidar com informações acerca da vida, fazendo o uso de seus conhecimentos advindos da Biologia e das tecnologias (BRASIL, 1999).

Na década de 2000, Nascimento, Fernandes e Mendonça sustentaram que as argumentações a respeito da educação passaram a considerar com maior objetividade a necessidade de haver consciência social e ambiental por parte de todos os cidadãos (NASCIMENTO; FERNANDO; MENDONÇA, 2010).

Consequentemente, o ensino das Ciências, e as questões relacionadas à formação do cidadão devem ser substanciais, possibilitando aos alunos repensar suas concepções de mundo questionando sua confiança nas instituições e [...] “no poder exercido por pessoas ou grupos;

avaliando seu modo de vida e coletividade analisando, previamente, a consequência de suas decisões e ações no âmbito da sociedade" (SELLES, 2008, p. 08).

Sendo assim, no ano de 2002 com a nova reformulação, houve o surgimento de 6 temas estruturados para o Ensino de Biologia: [...] interação entre os seres vivos; qualidade de vida das populações humanas; identidade dos seres vivos; diversidade da vida; transmissão da vida; ética e manipulação gênica; e, origem da vida e evolução (BRASIL, 1996, p. 01).

Também foram apresentadas estratégias para o ensino desses componentes curriculares que englobam a experimentação, estudo do meio, desenvolvimento de projetos, jogos, seminários, debates e simulações com o propósito de apresenta um diálogo direto com os docentes (BRASIL, 1996).

De acordo do o Ministério da Educação (MEC), no ano de 2006 a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação publicou as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Com esse documento, o Ensino Médio junto à educação profissionalizante, separou os estudos preparatórios para a educação superior da formação profissional no Brasil, contribuindo assim com a melhoria da qualidade nessa etapa final da educação básica (BRASIL, 2006).

Essas diretrizes destacaram o desafio colocado aos professores quanto à separação apresentada pelo Ensino de Biologia, nas últimas décadas, pois seu conteúdo e estrutura no Ensino Médio ficaram voltados, exclusivamente, para a preparação do discente para os testes de inclusão no nível superior atribuídos pela LDB 9.394/96 à última etapa da educação básica (BRASIL, 2006).

No ano de 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual resultou na nova proposta do Ministério da Educação para o Programa Nacional de Ensino (PNE) 2011 a 2020.Algumas de suas diretrizes são:

> [...] erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria na qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; promoção humanística cientifica e tecnológica do país; difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (ARAGUAIA, 2011, p. 01).

3 MOVIMENTOS LIGADOS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PARÂMETROS CURRICULARES

Meio ambiente é o conjunto de fatores físicos, químicos, biológicos e socioeconômicos que afetam a vida de todos os indivíduos que constituem a sociedade em geral e que podem ser afetados por ele mesmo, ou seja, a água, ar, solo, animais, plantas entre outros, ou seja, tudo isso pode ser chamado de meio ambiente (RICKLEFS, 2010)

Todos os dias seja em casa, na escola ou no trabalho os vários meios de comunicação sempre dão notícias sobre a biodiversidade, poluição, aquecimento global, desenvolvimento sustentável entre outros. Pois desde a antiguidade o ser humano se relaciona com a natureza diferentemente de outros animais, buscando sempre adaptá-la ao seu modo de sobrevivência essas interferências ao longo dos anos sofreram grandes transformações com o avanço de ferramentas e de técnicas como a agricultura, o que aumentou muito, substituindo as espécies nativas por aquelas que servem de alimento (CASCINO, 2003).

Mas a partir da segunda metade do século XIX a sociedade passou a pensar sobre esses impactos causados à natureza e já no século XX os movimentos começaram a se manifestar com intuito de si discutir as questões ambientais. A partir daí essa história com a preocupação com meio ambiente foi marcada por movimentos internacionais com o objetivo de traçar metas para a redução dos impactos ambientais causados pela cultura capitalista (MENEZES, 2000).

A conferência de Estocolmo no ano de 1972 na Suécia promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) que contou com a presença de 113 países sendo marcada pela entrada da presença de vez das questões ambientais, marcando assim o surgimento das políticas ambientais, entre os temas mais discutidos se destacaram o conceito de desenvolvimento sustentável e as inter-relações entre o meio ambiente e educação (BARBERI, 2005).

Dando continuidade à conferência de Estocolmo, aconteceu na Geórgia (Ex União Soviética) em 1977 a conferência de Tbilisi, nesse encontro foi definido que a educação ambiental deveria orientar-se para a resolução dos problemas ambientais por meio da relação com outras disciplinas e com a participação de cada individuo e da coletividade (BARBERI, 2005).

Já em 2002 aconteceu a conferencia de Johanesburgo África do Sul com representantes de 150 países esse encontro teve como proposta rever as metas da agenda 21 e os acordos firmados no Rio-92 tendo como destaque a busca da redução dos gases de clorofluocarbonetos (CFCs). Já o tratado de Kyoto, realizado no Japão em 1997, por 84 países teve como objetivo a proposta de redução das emissões de gases do efeito estufa pelos países industrializados além de promover a idéia entre os países emergentes de que um desenvolvimento limpo e sustentável é possível (CASCINO, 2003).

Foram traçadas metas para os anos de 2008 e 2012 com o propósito de que os países desenvolvidos reduzissem suas emissões em 5,2% os gases nocivos à camada de ozônio. O COP-15 realizado em dezembro de 2009 em Copenhague, na Dinamarca, teve como ideia principal criar um novo documento que definisse as diretrizes a serem adotadas depois de 2012, a data limite em que o protocolo de Kyoto vence o COP -15 tinham como intenção firma um acordo sobre a redução maciça da emissão do gás carbônico (FRACALANZA, 2009).

Nos últimos séculos, o mundo passou por uma série de transformações no que se refere ao meio ambiente. Tais mudanças se intensificaram nas décadas recentes, é por isso e importante aprender sobre os temas ambientais que interferem em nossas vidas. Cada vez mais ouvimos falar em desenvolvimento sustentável, aquecimento global, efeito estufa entre outros termos (MENEZES, 2000).

Entretanto, tais preocupações ecológicas se fazem necessárias devido aos rumos que a humanidade vem tomando com relação ao futuro, pois as práticas que predominam hoje como o consumismo excessivo que a cada dia é marcado pela degradação do meio ambiente e do ecossistema em geral faz com que os recursos se deteriorem ao longo dos processos causados por esse desenvolvimento. Portanto se faz necessário um desenvolvimento sustentável baseado na prática da educação ambiental crítica e inovadora com uma política voltada para a transformação social buscando uma relação holística entre homem e natureza (MANZINI; VEZZOLI, 2011).

Através do processo de ensino, a Educação Ambiental aliada à sustentabilidade tem como objetivo a busca de uma sociedade consciente, mantendo assim o foco no desenvolvimento de manejo sustentável, pois ao se trabalhar tais temas com crianças, adolescentes, jovens, seremos capazes de voltar à constituição holística entre homem e natureza através de programas quem visem à recuperação e proteção bem como o seu uso consciente (CASCINO, 2003). Dessa forma, o mesmo autor informa

> [...] a escola pode estabelecer ações e propostas pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, contra a fragmentação do conhecimento e criando possibilidades para o desenvolvimento da Educação Ambiental como um todo, e também, contornando dificuldades que se encontram na aplicação das propostas estabelecidas em projetos pedagógicos nos diferentes contextos escolares com orientações seguidas de prática que sejam mais do que informações e conceitos. A escola deve se propor a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos visando assim sensibilizar a comunidade através de seus alunos (CASCINO, 2003, p. 06).

Ao consultar os parâmetros Curriculares Nacionais uma das questões que instigam a introduzir o meio ambiente como tema transversal nas escolas e a contribuição, e que, em termos de educação, essa perspectiva pode contribuir para revelar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da cooresponsabilidade e da equidade (BRASIL, 2001).

Uma vez que o conceito de desenvolvimento sustentável tem como objetivo utilizar os recursos naturais de formam que não limitem os mesmos para as gerações futuras (MANZINI; VEZZOLI, 2011) e sendo a educação o grande meio para a transformação e o surgimento de novos conhecimentos.

Assim, a escola se torna o lugar ideal para que sejam implementadas alternativas a fim de sensibilizar não só alunos como professores e demais funcionários com o intuito de possibilitar a todos uma ampla visão das questões ambientais tanto globais como locais, pois, através do estudo das questões ambientais os alunos serão capazes de trilhar novos rumos para a concepção de uma sociedade mais justa igualitária bem como mais sustentável (BARBERI, 2005).

4 DIDÁTICAS E METODOLOGIAS PARA SE TRABALHAR O TEMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s) a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente á a formação de cidadãos conscientes e capazes de se sensibilizarem, tornando-os aptos a contextualizar a realidade socioambiental com o bem-estar da sociedade, dessa forma a escola deve proporcionar um ambiente saudável e coerente com aquilo que se propõe a ensinar seus educandos (BRASIL, 2001).

Por outro lado, cabe à escola garantir também situações nas quais os alunos coloquem em prática sua capacidade de atuação, sendo necessária a participação de outros agentes educadores externos, como por exemplo, a família, políticos e a mídia os quais exercem grande influência sobre os educandos (BRASIL, 2001).

Além disso, o rádio, as redes de televisão, jornais e outras imprensas são fontes de informações o que torna inegável a sua relevância no desencadeamento de debates com a finalidade de encontrar soluções efetivas acerca dos problemas locais, do país e até mesmo

internacionais o que caracteriza um dos pressupostos da Educação Ambiental o qual se deve agir localmente, mas pensando globalmente (BARBIERI, 2005).

Com isso, as atividades de professores são consideradas como aprimoramento da cidadania, [...] "pois a própria inserção do indivíduo na sociedade implica algum tipo de participação, de direitos e deveres em relação ao meio ambiente" (BRASIL, 2001, p. 01).

Desse modo, o trabalho com a Educação Ambiental deve buscar o debate e soluções acerca dos pontos negativos causados pelo homem em sua interação com o meio ambiente, para alcançar esses objetivos é necessário que toda a comunidade se interaja sobre tais demandas, pois essa dinâmica permite trocas e ampliação dos conhecimentos em relação ao meio ambiente (BRASIL, 2001).

Neste contexto, o ensino da Educação Ambiental deve partir de acontecimentos reais para que o conteúdo dos currículos possa ser trabalhado de modo contextualizado, de forma a mostrar a importância da Educação Ambiental e contribuir para a formação de futuros cidadãos participativos e críticos alheios às questões ambientais (CASCINO, 2003).

O que de acordo com Delicozoicov, deve-se perpassar por uma sequência didática envolvendo a problematização do tema a ser desenvolvido, a organização do conhecimento e sua aplicação, possibilitando assim uma estratégia em torno de um tema a ser desenvolvido (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO., 2002).

No entanto, as diferentes metodologias e didáticas permitem utilizar diferentes alternativas para se trabalhar diferentes conteúdos. Levando em conta o que diz Souto e Silva, nossos pensamentos estão ligados à percepção de mundo ao nosso redor e pela imagem que fazemos deste mundo (SOUTO; SILVA, 2011).

Assim, há diferentes planos e ações metodológicas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento de aulas acerca do tema Educação Ambiental, tais como: atividades expositivas, atividades de campo, contextualizações; dramatização; pesquisas; atividades experimentais e atividades lúdicas voltadas aos objetivos dos PCN´s e Educação Ambiental nas quais o sujeito seja capaz de refletir, pensar e repensar a sua própria pratica social (FREITAS, 2011).

5 CONSIDERAÇOES FINAIS

Esse estudou verificou que, a partir da década de 1970 o ensino de Biologia no Brasil, passou por várias mudanças ás quais eram meramente fundamentadas como as demais para a

formação de trabalhadores. Entretanto com o advento da Educação Ambiental a partir das conferências ambientais instituiu uma nova dinâmica entre homem e meio ambiente tendo como um de seus princípios a busca pelo equilíbrio.

Ao longo dos últimos anos, as diretrizes e opostas do MEC e PCN´s direcionam os professores para uma abordagem de forma eficaz ao contextualizar a transversalidade da EA mostrando-se a importância da problemática atualmente portanto a pesquisa demonstrou que a escola e fundamental para mudar a realidade de nosso planeta sobretudo acerca das questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ARAGUAIA, M. **Plano Nacional de Educação,** 2011. Disponível em: https://educador.brasilescola.uol.com.br/politica-educacional/plano-nacional-educacao-pne.htm. Acesso em 01/10/2020

BARBERI, J. C. **O desenvolvimento e o meio ambiente**: Estratégias de mudanças da agenda 21. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm: Acesso em: 05 mai 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795**, de 27/04/1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos. Acesso em 04 mai 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponívelem:http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf. Acesso em 04 mai 2020.

BRASIL, **ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO -** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Propostas de Diretrizes da Educação Ambiental para o ensino formal **– Resultado do II Encontro Nacional de representantes de EA das Secretarias Estaduais e Municipais (capitais) de Educação** – 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf. Acesso em 06 mai 2020.

CASCINO, F. **Educação ambiental**: Princípios história formação de professores. 3. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989.

FREITAS, D. **Educação ambiental e o papel do/a professor/a: educar para além da sociedade do conhecimento**. In: PAVÃO, A.C.; FREITAS, D. de. (Orgs) Quanta Ciência há no Ensino de Ciências. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

FELDMAN, F. **Principais Conferências sobre o Meio Ambiente e Documentos Resultantes**.Disponívelem:http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fee_meioambiente/principais_c. Acesso em: 20 maio. 2015.

FRACALANZA, H. **Histórias do ensino de biologia no Brasil**. In: SELLES,S. E. et. al. (Orgs). Ensino de biologia: histórias, saberes e práticas formativas. Uberlândia: EDUFU, 2009.p.2548. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1801. Acesso em 04 mai 2020.

FURLAM, E. **Educação na década de 70: formação sem informação**. 2014. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acerhistedbr/jornada/jornada11/art Acesso em: 14 abr 2020.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**.5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Panorama Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama. Acesso em: 20 de mar 2020.

GRÜBEL; J. M.; BEZ, M. R. "Jogos educativos." **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, n. 2, v. 4, 2006, p. 1-7

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo:1996 NUPES. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/edicoes/39/art14_39.pdf. Acesso em: 05 mai 2020.

LONGHINI, Marcos Daniel; MORA, Iara Maria. A natureza do conhecimento científico nas aulas de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Ensino Fundamental: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas, São Paulo: Alínea, 2009.

MACEDO, E. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento: uma visão cultural do currículo de ciências**. In: LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.). Papirus, 2004. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639728. Acesso em: 01 mai 2020.

MANZINI, É. VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MENEZES, M. F. C. Educação ambiental interpretação da realidade. **Faculdade de educação Unicamp**, Botucatu, v.4, n.7, ago.2000. Disponível em: 1&sceipt=attex. Acesso em: 20/10/2020

NASCIMENTO, F.; FERNANDES, H. L. e MENDONÇA, V. M. **O ensino de ciências no Brasil: formação de professores e desafios atuais**. Revista Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/artf. 2010.Acesso em: 03/05/2020.

RICKLEFS, R. **Economia da natureza**. ed.6:rio de janeiro.Guanabara Koogan,2010.

SELLES, S. E. **Formação continuada e desenvolvimento profissional de professores de ciências: anotações de um projeto. Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciência**, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/epec/v2n2/1983-2117-epec-2-02-00167.pdf. Acesso em: 20 mar 2020.

SOUTO, A.; SILVA, E.P.de Q. **Ciência, criatividade e imagem**. In: In: PAVÃO, A.C.; **Estratégia Didática para o Ensino de Educação Ambiental**, 2011. Disponível em: http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/145. Acesso em: 21 mar 2020.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA SECAGEM DE TIJOLOS OCOS DE CERÂMICA

Éder Lopes do Couto[1]
José Helvécio Martins[2]
Rafael Pinheiro Amantéa[3]

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar uma metodologia para análise do processo de secagem de tijolos ocos de cerâmica em um secador industrial que apresenta como características a presença de um túnel de fluxo cruzado, englobando um sistema de equações de transporte de energia e massa na sua forma concentrada. As análises realizadas constituem um sistema de quatro equações diferenciais parciais (EDPs), que foram resolvifos por intermédio de uma técnica numérica utilizando função de base radial (FBR) multiquadrática (MQ). A função MQ necessita da utilização de um parâmetro, com o objetivo de conseguir resultados precisos. O modelo matemático foi validado com o uso de dados de tijolos ocos de cerâmica encontrados na literatura. Foram analisados, no interior do secador, durante o processo de secagem, os dados, tais como: teor da água, umidade absoluta, temperatura do tijolo e umidade relativa do ar. Como resultados notou-se que a secagem com temperatura variável (50 a 100°C) e alta umidade relativa (70 a 85%) permitem que os tijolos cerâmicos possuam uma boa qualidade.

Palavras-chave: secador industrial, cerâmica, tijolo, modelagem, secagem,

Abstract: This article aims to present a methodology for analyzing the drying process of hollow ceramic bricks in an industrial dryer that features the presence of a cross-flow tunnel, comprising a system of energy and mass transport equations in its concentrated form. The analyzes performed constitute a system of four partial differential equations (EDPs), which were solved by means of a numerical technique using a multiquadratic radial basis function (FBR) (MQ). The MQ function requires the use of a parameter, in order to get accurate results. The mathematical model was validated using data from hollow ceramic bricks, which were

[1] Mestre em Engenharia e Gestão de Processos e Sistemas (IETEC). Doutorado em andamento em CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. E-mail: ederlopes3@hotmail.com

[2] Doutor em Engenharia Agricola (Purdue University – EUA) e professor do IETEC. E-mail: j.helvecio.martins@gmail.com

[3] Doutor em Engenharia Agrícola (UFV) e professor do IETEC. E-mail: rafaelamantea@gmail.com

Recebido em 01/10/2021
Aprovado em 17/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

collected in a literature review. Data such as: water content, absolute humidity, brick temperature and relative air humidity were analyzed inside the dryer during the drying process. As a result, it was noted that drying with variable temperature (50 to 100°C) and high relative humidity (70 to 85%) allows the ceramic bricks to have a good quality.

Keywords: drying, modeling, brick, ceramics, industrial dryer.

1- INTRODUÇÃO

O Brasil possui tradição na produção de blocos, tijolos e produtos advindos da cerâmica vermelha o início dessas atividades data de meados do século XVI. Mas é fato que mesmo tendo esse início remoto, esse setor ainda possui um grande atraso tecnológico, que podem ser explicados pelo baixo investimento no setor e por ser desenvolvido massificamente por empresas de pequeno porte (TAPIA; VILAR, 2000).

As técnicas utilizadas também estão obsoletas, cita-se, por exemplo, o processo de secagem por atomização, que pode ser compreendido como aquele que age na retirada da água adicionada na etapa de moagem das argilas, que eleva substancialmente o consumo energético. Esse processo produtivo, chamado como via úmida, é preferido à via seca, que não usa água na moagem dos materiais. Esse processo de via seca contribuiu para que as propriedades finais sejam melhores do que os produzidos por via úmida (GORINI; CORREA, 1999).

Ainda sobre a via úmida, estudos mostram que durante a secagem, alguns fatores podem gerar imperfeições irreparáveis no produto final como a colocação de quantidade de água excessiva e a temperatura do sólido (interior). Entre essas imperfeições, menciona-se a perda de qualidade do produto, ou sua perda total, dimunuindo a eficiência do processo e incindindo no aumento dos custos operacionais (LUCENA; NASCIMENTO; LIMA, 2005).

Nesta seara, é importante conhecer os efeitos do processo de secagem e o seu desempenho durante as etapas de produção, cuja otimização está intrinsecamente ligada ao secador. Assim, é essencial que o secador seja dimensionado e escolhido com intuito de reduzir os custos de produção e atingir a qualidade do produto final (ALMEIDA, 2009; AGHBASHLO *et al*., 2013).

A cerâmica tem como matéria prima principal a argila, ela apresenta diferentes origens, essa característica propicia que possam ocorrer variações nos produtos finais. A plasticidade da argila é sua principal característica, essa propriedade faz com que ela possua mabeabilidade

tornando possível formar vários produtos de diversas formas sem que seja preciso o uso de equipamentos sofisticados (CALLISTER, 2012).

A argila é um mineral de origem natural, de granulação fina, terroso que quando entra em contato com á água apresenta propriedades maleáveis. De acordo com o conceito físico-químico, elas podem ser categorizadas como sistemas separados de minerais que apresentam partículas de diâmetro inferior a 2 μm (ALMEIDA, 2009).

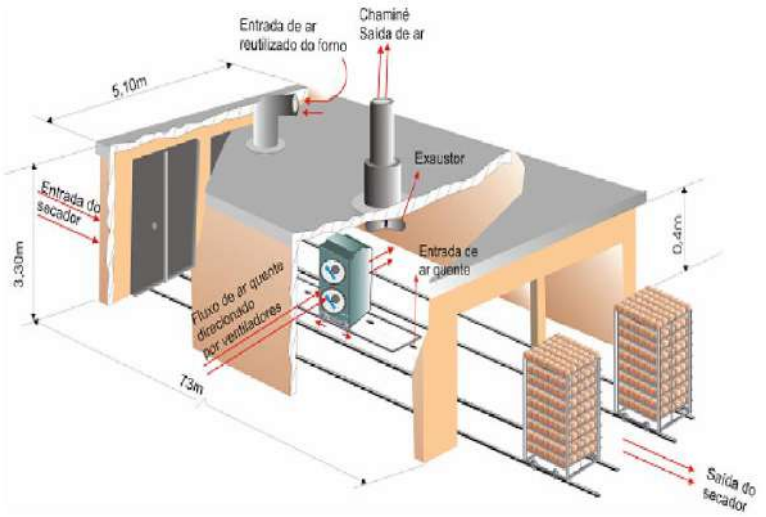
Nesse cenário, este artigo tem como objetivo geral uma metodologia para análise da secagem de tijolos ocos de cerâmica. Os objetivos específicos são verificar a modelagem no processo de secagem de tijoloso ocos de cerâmica; validar o modelo do processo de secagem de tijolos ocos de cerâmica, tendo como base os estudos de Almeida (2009) e apresentar uma solução computacional e um estudo do comportamento do processo de secagem de tijolos ocos de cerâmica, por intermédio de Funções de Base Radial (FBR).

2. METODOLOGIA

Selecionou-se para essa investigação um secador que recebe o ar durante o processo de secagem que é reutilizado no forno com altas temperaturas que acessa o produto por vias internas fazendo o percurso de cima para baixo, como está ilustrado na Figura 1.

Quando se inicia a secagem, a cerâmica passa por um fluxo de ar de alta temperatura combinado com uma baixa umidade absoluta. Dessa forma, o produto recebe toda a umodade do ar o que influencia diretamente no aumento da temperatura do produto. Finalizando o processo de secagem, quando a temperatura do ar cai o produto atinge equilíbrio com o meio.

Figura 1 – Vista esquemática do secador industrial.



Fonte: ALMEIDA, 2009.

A modelagem matemática será usada nesse estudo para definir a transferência de ar e energia no processo de secagem de produto. Dessa forma, o volume infinitesimal do secador será considerado.

2.1. Modelagem matemática

Balanço de energia para o ar

Analisando o balanço de energia, complementa o balanço de materiais para saber as temperaturas e pressões de uma operação. Para verificar o balanço de energia no ar, nesse estudo seguiremos a fórmula a seguir (BROOKER *et al*., 1992):

$$\varepsilon \frac{\partial T}{\partial t} + V_a \frac{\partial T}{\partial y} = \frac{-h_c\, a\left(T-\theta\right)}{\left(\rho_a c_a + \rho_a w\, c_v\right)} \qquad (1)$$

Onde ε é a porosidade do produto, decimal; m/s; h_c é o coeficiente convectivo de transferência de calor, $W/\left(m^2\,K\right)$; t é relativo ao tempo, s; T refere-se a temperatura do ar, K; c_v refere-se ao calor específico do vapor de água, $J/\left(kg\,K\right)$, V_a refere-se velocidade do ar seco, a é a área superficial da partícula , m^2/m^3; θ é a temperatura do produto, K; y é a

ALTUS CIÊNCIA: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP- ISSN 2318-4817. Ano IX, n.13. vol. 13 – ago-dez 2021.

coordenada espacial, m; ρ_a é a massa específica do ar, kg/m^3; w é a razão de umidade, kg/kg; c_a é o calor específico do ar.

Balanço de massa para o ar

É reduzido à aplicação prática da Lei da conservação da matéria. Essa lei nos diz que toda a massa que entra em um sistema sai e / ou se acumula, dependendo do tipo de sistema que temos. Em suma, a massa não é criada nem destruída, apenas se transforma. Para se calcular o balanço de massa para o ar mensura-se a quantidade de vapor de produto que entra e sai do produto além da variação proveniente da umidade do ar que equivale a água contida no ar. Apresenta-se a seguir a fórmula:

$$\frac{\partial W}{\partial t} = -V\frac{\partial W}{\partial y} - \frac{\rho_s}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M}{\partial t} = -\frac{V_a}{\varepsilon}\frac{\partial W}{\partial y} - \frac{\rho_s}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M}{\partial t} \qquad (2)$$

Nessa fórmula, V pode ser entendida como a velocidade do ar intersticial, m/s; ρ_s refere-se massa específica do produto seco, kg/m^3; M é o teor local médio de água do produto, base seca, kg/kg e V_a é a velocidade do ar superficial, m/s.

Balanço de energia para o produto

No balanço de energia para o produto é verificada a quantidade de transferência energética do ar para o produto, o que equivaleria a analisar a quantidade de energia que será necessária para o aquecimento do produto relacionando a quantidade enegética necessária para o produto realizar o processo de evaporação de água. Usando a modificação introduzida por Amantéa (2013) tem-se:

$$\rho_s c_p \frac{\partial\theta}{\partial t} = h_c a\left(T-\theta\right) + \left[h_{fg} + c_v\left(T-\theta\right)\right]\left(\rho_s \frac{\partial M}{\partial t}\right) \qquad (3)$$

Dessa forma, atenta-se que h_{fg} refere-se ao calor latente de vaporização de água livre, J/kg; c_p é entendido como o calor específico do produto, $J/\left(kg\,K\right)$; e h_{fg} refere-se ao calor latente de vaporização de água livre, J/kg.

Balanço de massa para o produto

Para conseguir o balanço de massa do produto pode ser usado a equação de Page que foi mencionado na equação 4, essa foi escolhida, pois adapata-se bem as propriedades dos tijolos ocos de cerâmica (ALMEIDA, 2009). Assim, observa-se:

$$M = (M_0 - M_e)\exp\left(-k_1 t^{k_2}\right) + M_e \tag{4}$$

Levando-se em aspectos como o equilíbrio local e aplicação da Equação acima sobre o tempo, t, chega-se a sequinte equação:

$$\frac{\partial M}{\partial t} = -M_0\left[\left(1-\frac{M_e}{M_0}\right)(k_1 k_2)\right]\left(t^{k_2-1}\right)\exp\left(-k_1 t^{k_2}\right) \tag{5}$$

Segundo as condições assumidas e inserindo um parâmetro de ajuste, k_0, a Equação 5 pode ser reescrita na forma mais simples como a Equação 6, independentemente do teor de água de equilíbrio do tijolo. Isto equivale a assumir um valor nulo para o teor de água de equilíbrio, ou seja, um produto completamente seco. Seguindo essa premissa pode-se inferir que o valor de k_0 na Equação 6 deveria ser igual à unidade, porém, devido o teor de água de equilíbrio não ser exatamente nulo, compreende-se que este valor é menor do que a unidade, mas bem próximo dela (Tabela 1).

$$\frac{\partial M}{\partial t} = -M_0\left(k_0 k_1 k_2\right)\left(t^{k_2-1}\right)\exp\left(-k_1 t^{k_2}\right) \tag{6}$$

Fazendo um ajuste na Equação 6 e colcoando em prática as diferentes condições de secagem, temos os seguintes valores constantes k_0, k_1 e k_2, em função da temperatura de secagem, para diferentes valores da diferença entre o teor de água inicial e de equilíbrio, $M_0 - M_e$. Esse ajuste está presente nos estudos de Almeida (2009) para secagem de tijolos vermelhos vazados e esse modelo serviu como ponto de partida nessa investigação. Os valores dos parâmetros descritos por Almeida (2009) estão descritos na Tabela 1.

Fazendo uma comparação entre as Equações (5) e (6) tem-se que o parâmetro k_0 pode ser escrito como $k_0 = 1 - (M_e/M_0)$. Observa-se, na Tabela 1, que o valor de k_0 obtido por Almeida (2009) é igual a 0,991737, o que nos leva a conclusão que o teor de água de equilíbrio dos tijolos vermelhos vazados, é quase nulo e confirmando a hipótese assumida do desenvolvimento do modelo de secagem

Tabela 1 – Parâmetros da Equação 6, obtidos experimentalmente.

Parâmetros			Coeficiente de Correlação: R	Coeficiente de Determinação: R^2	Função de Perda: $(M_{obs} - M_{pred})^2$
k_0	k_1	k_2			
0,991737	0,124865	1,72028	0,99982	0,99964	0,002418526

Fonte: ALMEIDA, 2009.

A Equação 6 pode ser reescrita da seguinte forma (ALMEIDA, 2006):

$$\frac{\partial M}{\partial t} = -\Psi\, M_0 \left(t^{k_2-1}\right) \exp\left(-k_1\, t^{\,k_2}\right) \tag{7}$$

com $\Psi = k_0\, k_1\, k_2$.

4.1.2 Solução do modelo matemático de secagem

i) Técnicas numéricas

O modelo de solução baseado no modelo matemático de secagem nessa investigação usou o programa computacional MATHCAD (ambiente de trabalho baseado em álgebra computacional), o qual permite a escrita de expressões matemáticas com a utilização de animação, gráficos e textos. O MATHCAD traz como vantagens, a possibilidade da realização de uma avaliação simbólica e numérica de expressões matemáticas, também permite que haja a construção de algoritmos e gráficos que ajudam no desenvolvimento de tarefas matemáticas, na avaliação de integrais e derivadas de funções e na resolução de sistemas lineares.

ii) Discretização das equações que compõem o modelo de secagem

Balanço de energia para o ar

Realizando-se a aplicação da técnica das funções de base radial (AMANTÉA *et al.*, 2013), temos a seguinte fórmula:

$$\frac{\partial T}{\partial t} = f(T,t) \approx (1-\Theta)\cdot f(T,t) + \Theta \cdot f(T, t+\Delta t), \quad \text{para } 0 \le \Theta \le 1 \tag{8}$$

Fazendo a aplicação da Equação 8 à Equação 1, obtém-se:

$$\varepsilon T(t+\Delta t) - \varepsilon T(t) = (1-\Theta)\Delta t\left[-\frac{a h_c (T-\theta)}{(\rho_a c_a + \rho_a c_v w)} - v_a \frac{\partial T}{\partial y}\right] \tag{9}$$

Reorganizando-se a Equação 9, chega-se a equação:

$$\varepsilon T(t+\Delta t)-\varepsilon T(t)= -(\Theta\Delta t)\left(\frac{a\,h_c T}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)+(\Theta\Delta t)\left(\frac{a\,h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)-(\Theta\Delta t)\left(v_a\frac{\partial T}{\partial y}\right)- (1-\Theta)\Delta t\left(\frac{a\,h_c T}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)+(1-\Theta)\Delta t\left(\frac{a\,h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)-(1-\Theta)\Delta t\left(v_a\frac{\partial T}{\partial y}\right) \quad (10)$$

Como observado foi usado uma integração temporal de um passo. O esquema implícito de Crank-Nicolson é um esquema de integração temporal, que realiza uma aproximação de uma derivada parcial $\partial/\partial x$ pelo valor médio, em que $\Theta=0{,}5$ e Δt é o passo no tempo. No percurso mais geral do processo de integração, Θ pode variar de 0, equivalente ao esquema de Euler explícito, a 1 que equivale ao esquema de Euler implícito (HOFFMAN, 2001).

Utlizando-se a notação $f(T,t)=T(t^n)$, onde $t^n = t^{n-1}+D\cdot t$, e definindo $\alpha=\Theta\cdot\Delta t$ e $\beta=(1-\Theta)\Delta t$, a Equação 10 pode ser reescrita como:

$$\varepsilon T^{n+1}-\varepsilon T^n = -\alpha\left(\frac{a\,h_c T}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)+\alpha\left(\frac{a\,h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)-\alpha\left(v_a\frac{\partial T}{\partial y}\right) -\beta\left(\frac{a\,h_c T}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)+\beta\left(\frac{a\,h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right)-\beta\left(v_a\frac{\partial T}{\partial y}\right) \quad (11)$$

Reorganizando-se a Equação 11, consegue-se:

$$T^{n+1}-T^n = -\beta\left[\frac{a\,h_c T}{\varepsilon(\rho_a c_a+\rho_a c_v W)}\right]+\Delta t\left[\frac{a\,h_c\theta}{\varepsilon(\rho_a c_a+\rho_a c_v W)}\right]-\beta\left(\frac{v_a}{\varepsilon}\right)\frac{\partial T}{\partial y} -\alpha\left[\frac{a\,h_c T}{\varepsilon(\rho_a c_a+\rho_a c_v W)}\right]+\Delta t\left[\frac{a\,h_c\theta}{\varepsilon(\rho_a c_a+\rho_a c_v W)}\right]-\alpha\left(\frac{v_a}{\varepsilon}\right)\frac{\partial T}{\partial y} \quad (12)$$

Simplificando ainda mais a Equação 12, definiu-se os operadores H_+ e H_-, que foram expressos pelas seguintes equações (AMANTÉA *et al.*, 2013):

$$H_+ = \left[\varepsilon+\alpha\left(\frac{a\,h_c}{(\rho_a c_a+\rho_a c_v W)}+v_a\frac{\partial}{\partial y}\right)\right]T^{n+1} \quad (13)$$

$$H_- = \left[\varepsilon+\alpha\left(\frac{a\,h_c}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}+v_a\frac{\partial}{\partial y}\right)\right]T^{n}+\Delta t\left(\frac{a\,h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W}\right) \quad (14)$$

A Equação 12, com $T(y,\ t)=u(y,\ t)$ e a utilização dos operadores H_+ e H_-, possibilita a seguinte equação:

ALTUS CIÊNCIA: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP- ISSN 2318-4817. Ano IX, n.13. vol. 13 – ago-dez 2021.

$$\sum_{j=1}^{N}\lambda_j^{n+1}\left(H_+\right)\phi\left(y_{ij}\right)=\sum_{j=1}^{N}\lambda_j^{n}\left(H_-\right)\phi\left(y_{ij}\right)+C \tag{15}$$

$$C=\frac{a\ h_c\theta}{\rho_a c_a+\rho_a c_v W} \tag{16}$$

Dessa forma, verifica-se que a Equação 15 pode ser compreendida como um sistema de equações lineares que, quando é resolvida esta fornece os coeficientes λ_j^{n+1} a partir dos valores conhecidos de λ_j^{n} no tempo anterior. Os valores de $T(y,t)$ podem ser obtidos através da seguinte expressão:

$$T(y,t)=\sum_{j=1}^{N}\lambda_j(t)\ \phi\left(y,y_j\right) \tag{17}$$

No processo de secagem, verifica-se que a dependência espacial é conseguida por intermédio da dependência espacial das outras funções termodinâmicas.

Balanço de massa para o ar

Realizando a aplicação da mesma técnica das funções de base radial à Equação 2, chega-se a seguinte equação:

$$\frac{\partial W(y,t)}{\partial t}=f(y,t)\approx(1-\Theta)f(y,t)+\Theta\ f(y,t+\Delta t),\qquad \text{para}\quad 0\le\Theta\le 1 \tag{18}$$

$$\begin{aligned}W(t+\Delta t)-W(t)=(1-\Theta)\Delta t\left(-\frac{v_a}{\varepsilon}\frac{\partial W^{\,n}}{\partial y}-\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M^{\,n}}{\partial t}\right)+\\ \Theta\Delta t\left(-\frac{v_a}{\varepsilon}\frac{\partial W^{\,n+1}}{\partial y}-\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M^{\,n+1}}{\partial t}\right)\end{aligned} \tag{19}$$

Reorganizando a equação, chega-se ao seguinte resultado:

$$\begin{aligned}W(t+\Delta t)-W(t)=-(1-\Theta)\Delta t\left(\frac{v_a}{\varepsilon}\right)\frac{\partial W^{\,n}}{\partial y}-\Theta\Delta t\left(\frac{v_a}{\varepsilon}\right)\frac{\partial W^{\,n+1}}{\partial y}+\\ (1-\Theta)\Delta t\left(\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\right)\frac{\partial M^{\,n}}{\partial t}-\Theta\Delta t\left(\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\right)\frac{\partial M^{\,n+1}}{dt}\end{aligned} \tag{20}$$

Com o intuito de simplificar ainda mais a Equação 20, elegeu-se novos operadores H_+ e H_-, que são expressos nas seguintes equações (AMANTÉA *et al.*, 2013):

$$H_{+} = \left(1+\alpha\frac{v_a}{\varepsilon}\frac{\partial}{\partial y}\right)W^{n+1} \tag{21}$$

$$H_{-} = \left(1-\beta\frac{v_a}{\varepsilon}\frac{\partial}{\partial y}\right)W^{n} - \beta\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M^n}{\partial t} - \alpha\frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M^{n+1}}{\partial t} \tag{22}$$

A aplicação da Equação 22, com $W(y,t) = u(y,t)$ e a utilização dos novos operadores H_{+} e H_{-}, faz com que alcancemos a seguinte equação:

$$\sum_{j=1}^{N}\lambda_j^{n+1}(H_{+})\phi(y_{ij}) = \sum_{j=1}^{N}\lambda_j^{n}(H_{-})\phi(y_{ij}) + C \tag{23}$$

$$C = \frac{\rho_p}{\varepsilon\rho_a}\frac{\partial M^n}{\partial t} \tag{24}$$

$$W(x,t) = \sum_{j=1}^{N}\lambda_j(t)\phi(y,y_j) \tag{25}$$

Balanço de energia para o produto

Na Equação 3 foram aplicadas a mesma técnica das finções que foram usadas na base radial, chegando-se a seguinte equação (AMANTÉA *et al*., 2013):

$$\frac{\partial\theta}{\partial t} = f(\theta,t) \approx (1-\Theta)f(\theta,t) + \Theta f(\theta,t+\Delta t), \qquad \text{para } 0 \le \Theta \le 1 \tag{26}$$

$$\begin{aligned}\rho_p c_p + \frac{\partial\theta}{\partial t}(t+\Delta t) - \rho_p c_p\,\theta(t) = -\alpha\left(h_c - \rho_p c_v\frac{\partial M}{\partial t}\right)\theta(t+\Delta t)\\ -\beta\left(h_c - \rho_p c_v\frac{\partial M}{\partial t}\right)\theta(t) + \Delta t\left[h_c T - \rho_p\left(h_{fg} + c_v T\right)\frac{\partial M}{\partial t}\right]\end{aligned} \tag{27}$$

$$H_{+} = \left[\rho_p c_p + \alpha\left(h_c - \rho_p c_v\frac{\partial M}{\partial t}\right)\right]\theta^{n+1} \tag{28}$$

$$H_{-} = \left[\rho_p c_p + \beta\left(h_c - \rho_p c_v\frac{\partial M}{\partial t}\right)\right]\theta^{n} + \Delta t\left[h_c T - \rho_p\left(h_{fg}\frac{\partial M}{\partial t} + c_v T\right)\frac{\partial M}{\partial t}\right] \tag{29}$$

$$\sum_{j=1}^{N}\left(\lambda_j^{n+1}\right)(H_{+})\,\phi(y_{ij}) = \sum_{j=1}^{N}\left(\lambda_j^{n}\right)(H_{-})\,\phi(y_{ij}) + C \tag{30}$$

$$C = h_c T - \rho_p \left(h_{fg} \frac{\partial M}{\partial t} + c_v T \right) \frac{\partial M}{\partial t} \tag{31}$$

$$\theta(y,t) = \sum_{j=1}^{N} \lambda_j(t)\, \phi(y, y_j) \tag{32}$$

Balanço de massa para o produto

Como foi descrito na equação anterior e com a aplicação da mesma técnica de base radial à Equação 6, chegou-se a seguinte equação:

$$\frac{\partial M(t)}{\partial t} = f(M,t) \approx (1-\Theta)\, f(M,t) + \Theta f(M, t+\Delta t), \quad \text{para } 0 \le \Theta \le 1 \tag{33}$$

De uma forma mais sintética, a equação 6 pode ser descrita da seguinte forma:

$$M(t+\Delta t) - M(t) = M_0\, g(t) \tag{34}$$

Seguindo a mesma linha de raciocínio que foi empregado nas análises anteriores, foi obtida a seguinte solução para a Equação 6:

$$M(t+\Delta t) - M(t) = (1-\Theta)\Delta t\left[M_0\, g(t)\right] + \Theta \Delta t\left[M_0\, g(t+\Delta t)\right] \tag{35}$$

$$M^{n-1} - M^{n} = \beta\, M_0\, g\left(t^n\right) + \alpha\, M_0\, g\left(t^{n+1}\right) \tag{36}$$

Os operadores H_+ e H_- para este processo são definidos a seguir:

$$H_+ = \left[1 + \alpha\, g\left(t^{n+1}\right)\right] M^{n+1} \tag{37}$$

$$H_- = \left[1 - \beta\, g\left(t^n\right)\right] M^n + M_0\left[\beta\, g\left(t^n\right) + \alpha\, g\left(t^{n+1}\right)\right] \tag{38}$$

A Equação 36, com $M(y,t) = u(y,t)$ e o uso dos operadores H_+ e H_- permite escrever:

$$\sum_{j=1}^{N} \left(\lambda_j^{n+1}\right)\left(H_+\right)\phi\left(y_{ij}\right) = \sum_{j=1}^{N} \left(\lambda_j^{n}\right)\left(H_-\right)\phi\left(y_{ij}\right) + C \tag{39}$$

$$C = \beta\, M_0\, g\left(t^n\right) \tag{40}$$

$$M(y,t) = \sum_{j=1}^{N} \lambda_j(t)\, \phi(y, y_j)\, M(y,t) = \sum_{j=1}^{N} \lambda_j(t)\, \phi(y, y_j) \tag{41}$$

iii) O Processo de secagem

Foi verificado que o secador no processo de secagem comporta-se como uma única vagoneta transportadora, ou seja, o processo de secagem dos tijolos ocos de sá de forma contínua, ou seja, inicialmente as vagonetas são posicionadas no secador, em sequência, uma após a outra, até que seja completado toda a sua extensão.

Também foi considerado nesse estudo aspectos como a temperatura do ar e de umidade sobre o produto, notou-se a presença de fluxos na saída do secador, e não foi observada nenhuma alteração significativa nas condições do ar e do tijolo oco na direção perpendicular às diferenças dos fluxos. Esses dados foram mostrados na equação 6 e foram baseados na pesquisa de Almeida (2009).

2.2 Programa computacional para simulação do processo de secagem de tijolos cerâmicos vazados

O sistema de equações, resultantes do desenvolvimento numérico, foi resolvido por intermédio da utilização de um algoritmo computacional do MATHCAD, que faz o uso de uma linguagem simbólico-matemática. O MATHCAD foi ideal para o desenvolvimento desse estudo, pois ele possui um solucionador interno de equações lineares chamado de LSOLVE, que foi usado para a resolução dos sistemas de equações resultantes do processo de modelagem.

Após a implementação, o programa computacional foi testado tendo como base os estudos de Almeida (2009), após a realização destes testes o programa foi validado. Para o desenvolvimento dos testes de simulação, utilizou-se as propriedades físicas do tijolo vazado tendo como base a investigação de Almeida (2009), conforme foi descrito na Tabela 2. As propriedades físicas do ar de secagem e da água nas fases líquida e de vapor, estão dispostos Tabela 3. Os parâmetros relativos as condições de secagem, do ar, dos tijolos e do secador que foram usados durante os testes de simulação de secagem de tijolos cerâmicos vazados em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados foram descritos a seguir na Tabela 4.

Tabela 2 – Propriedades físicas do tijolo vazado utilizadas no modelo de secagem.

Parâmetro	Equação/Valor	Fonte
Calor latente de vaporização da água	$h_{fg}=-352{,}8(374{,}14-T)^{0{,}33052}\ [kJ/kg]$	Pakowski *et al.* (1991)
Calor específico do tijolo	$c_p=1.673\ [kJ/kgK]$	Nascimento (2002)

Massa específica do tijolo seco	$\rho_p = 1.985,8 \left[kg/m^3 \right]$	Nascimento (2002)
Volume do tijolo	$V_p = 0,00131 \left[m^3 \right]$	Almeida (2009)
Área superficial do tijolo	$A_p = 0,3332 \left[m^2 \right]$	Almeida (2009)
Área superficial específica do tijolo	$a = \frac{A_p (1-\varepsilon)}{V_p} = 40,34 \left[m^2/m^3 \right]$	-
Porosidade da camada de tijolo	$\varepsilon = 0,8644$	-

Tabela 3 – Propriedades físicas do ar e da água nas fases líquida e de vapor utilizadas no modelo de secagem.

Parâmetro	Equação/Valor	Fonte
Calor específico do ar.	$c_a = 1,00926 - 4,04033\times10^{-5}T_a + 6,1759\times10^{-7}T_a^2 - 4,0972\times10^{-10}T_a \quad [kJ/kg\,K]$	Jumah; Mujundar; Raghavan (1996)
Massa específica do ar.	$\rho_a = \frac{P_{atm}\,M_a}{R\,T_{abs}} \quad [kg/m^3]$	Rossi (1987)
Temperatura absoluta do ar.	$T_{abs} = T_a + 273,15 \quad [K]$	Rossi (1987)
Constante universal dos gases para o ar.	$R_a = 8.314,34 \quad [J/kg\,K]$	Rossi (1987)
Umidade relativa do ar.	$\varphi = \frac{P_{atm}\,w_a}{(w_a + 0,622)P_{vs}} \quad [\ ]$	Rossi (1987)
Pressão de saturação do vapor d'água.	$A = -27405,53 + 97,5413T_{abs}$ $B = 0,146244T_{abs} - 0,146244T_{abs}^2$ $C = 0,12558\times10^{-3}T_{abs}^3 - 0,48502\times10^{-7}T_{abs}^4$ $D = 4,34903T_{abs} - 0,39381\times10^{-2}T_{abs}^2$ $P_{vs} = 22105649,25\times\exp\left[\frac{A - B + C}{D}\right] \quad [Pa]$	Rossi (1987)
Pressão atmosférica.	$P_{atm} = 101\cdot325 \quad [Pa]$	Rossi I (1987)
Calor específico da água na fase líquida.	$c_w = 2,82232 + 1,18277\times10^{-2}T_{abs} - 3,5047\times10^{-5}T_{abs}^2 + 3,6010\times10^{-8}T_{abs}^3 \quad [kJ/kg\,K]$	Jumah; Mujundar; Raghavan (1996)
Calor específico da água na fase de vapor.	$c_v = 1,8830 - 0,16737\times10^{-3}T_{abs} + 0,84386\times10^{-6}T_{abs}^2 - 0,26966\times10^{-9}T_{abs}^3 \quad [kJ/kg\cdot K]$	Jumah; Mujundar; Raghavan (1996)

Tabela 4 - Parâmetros utilizados na simulação da secagem de tijolos cerâmicos vazados em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados.

Parâmetros	Variável	Valor
Temperatura do ar de secagem no trecho 1	T_1 (°C)	50
Temperatura do ar de secagem no trecho 2	T_2 (°C)	64
Temperatura do ar de secagem no trecho 3	T_3 (°C)	78
Temperatura do ar de secagem no trecho 4	T_4 (°C)	92
Temperatura do ar de secagem no trecho 5	T_5 (°C)	100
Temperatura do ar de secagem no trecho 6	T_6 (°C)	94
Temperatura do ar de secagem no trecho 7	T_7 (°C)	88
Razão de umidade do ar no trecho 1	w_1 (kg/ kg)	0,07187
Razão de umidade do ar no trecho 2	w_2 (kg/ kg)	0,14490
Razão de umidade do ar no trecho 3	w_3 (kg/ kg)	0,29710
Razão de umidade do ar no trecho 4	w_4 (kg/ kg)	0,68050
Razão de umidade do ar no trecho 5	w_5 (kg/ kg)	1,45200
Razão de umidade do ar no trecho 6	w_6 (kg/ kg)	0,80100
Razão de umidade do ar no trecho 7	w_7 (kg/ kg)	0,57620
Razão de umidade do ar no trecho 8	w_8 (kg/ kg)	0,38140
Velocidade do ar de secagem	v_a (m/ s)	10
Comprimento total do secador	L (m)	73
Altura da vagoneta	H (m)	2,86
Profundidade da vagoneta	C (m)	1,2
Teor de água inicial tijolo (base seca)	$\bar{M}_o$ (kg/ kg)	0,1569
Temperatura inicial do tijolo	θ_o (°C)	22,9
Comprimento do tijolo	R_1 (mm)	200
Profundidade do tijolo	R_2 (mm)	90
Altura do tijolo	R_3 (mm)	190
Velocidade da vagoneta	v_v (m / s)	0,00088
Dimensão dos furos	$a \times b$ (mm)	34×40
Diâmetro hidráulico dos furos	D_h (mm)	35

Fonte: ALMEIDA, 2009.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa investigação foram apresentados modelos baseados em balanços de energia e de massa, percorrendo os princípios físicos presentes ao processo de secagem. Dessa forma, o

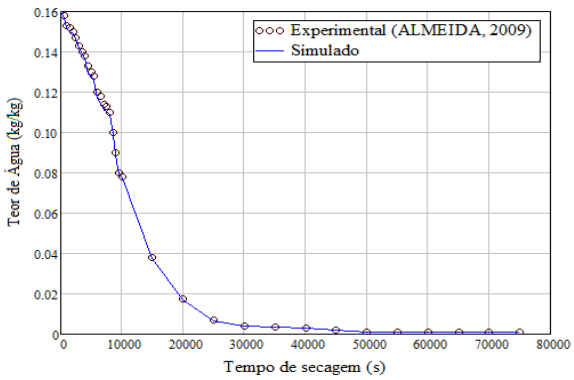
modelo apresentado pode ser considerado válido, já que pode ser usado em outros estudos para a realização com segurança da metodologia do processo de secagem de tijolos ocos. A apresentação da solução da metodologia foi feita utilizando a técnica de funções de base radial (FBR) com função de base multiquádrica. O código do programa foi escrito na linguagem do MATHCAD.

3.1. Validação do programa computacional

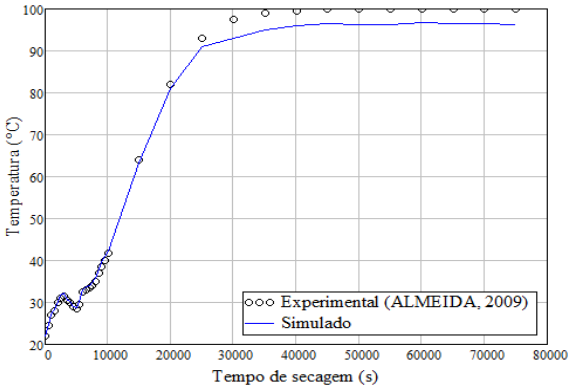
Os resultados das simulações apresentadas nessa investigação tiveram como base os estudos de Almeida (2019). A confiabilidade no método de funções de base radial (FBR) foram estruturadas a partir da realização de um estudo preliminar englobando a solução das equações temperatura do produto e do teor de água, ambos na camada inicial.

Foi feita uma comparação dos resultados experimentais com os simulados (ALMEIDA, 2009) como visto na Figura 3, onde: (a), teor de água durante o experimento, e na Figura 3 (b), para a temperatura dos tijolos ocos durante o experimento.

Figura 3 - Processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados, comparação entre dados simulados e experimentais de tijolos cerâmicos ocos



(a) Teor de água durante o experimento (b.s.)



(b) Temperatura durante o experimento (°C)

Como pode-se observar na Figura 3a quase não há evidências de discrepâncias significativas entre os resultados simulados de teor de água dos tijolos da primeira camada (camada inicial) da câmara de secagem ao longo do tempo e os dados reais, mostrando que a eficiência do método de funções de base radial para solucionar a equação de secagem. Dessa forma, foi observado também que, a partir do tempo de secagem de 50.000 s (aproximadamente, 14 h), o teor de água do produto era, praticamente, igual a zero.

Já na Figura 3b qnota-se que, até o tempo de secagem de 20.500 s (aproximadamente, 5,7 h), os valores de temperatura dos tijolos, simulados e experimentais são, quase idênticos.

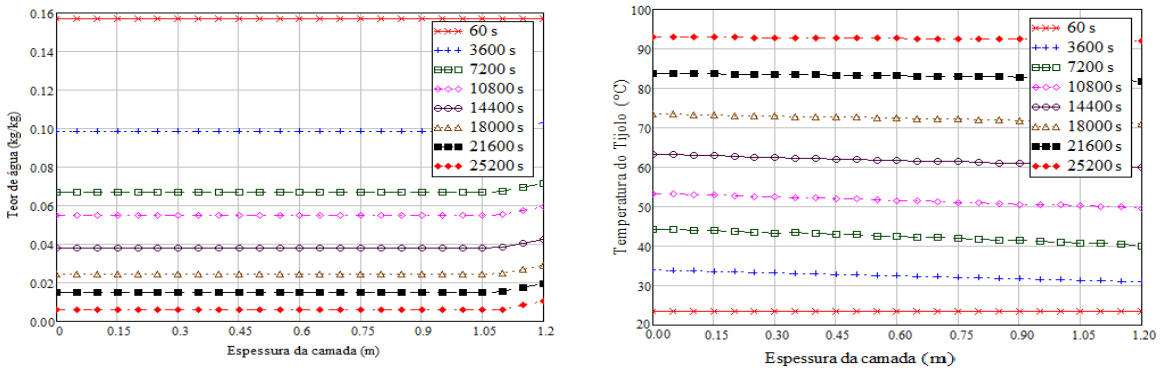
Dessa observação, nota-se que os valores de temperaturas simulados pelo modelo matemático apresentado ficam abaixo dos valores experimentais, com a diferença entre eles permanecendo, aproximadamente, constante a partir do tempo de secagem igual a 30.000 s (8,3 h). Podemos explicar esse resultado fazendo uma suposição de que a predição de condensação pelo modelo que não ocorreu. Essa diferença também pode ter sido ocasionada por alguma suposição inadequada de algum parâmetro do produto ou do ar de secagem.

3.2. Resultados das simulações

No processo de análise da simulação e experimentação do processo de secagem dos tijolos cerâmicos ocos, partiu-se da suposição de que o valor máximo a ser alcançado pela umidade absoluta do ar de secagem por intermédio das camadas de tijolos seria o seu valor de saturação, para a condição local de temperatura do ar, e essa restrição foi incorporada ao modelo de simulação. A consequência dessa alteração no modelo tem equivalência com a imposição de mais uma condição de não-linearidade, com a apresentação de oscilações em soluções numéricas.

Mostra-se a seguir uma variação da temperatura do produto (a) e da variação do teor da água (b) de tijolos cerâmicos ocos no processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados (Figura 4a e 4b.

Figura 4 – Variação da temperatura do produto (a) e da variação do teor da água (b) de tijolos cerâmicos ocos no processo de secagem



(a) Teor de água durante o experimento (b.s) (b) Temperatura durante o experimento (°C)

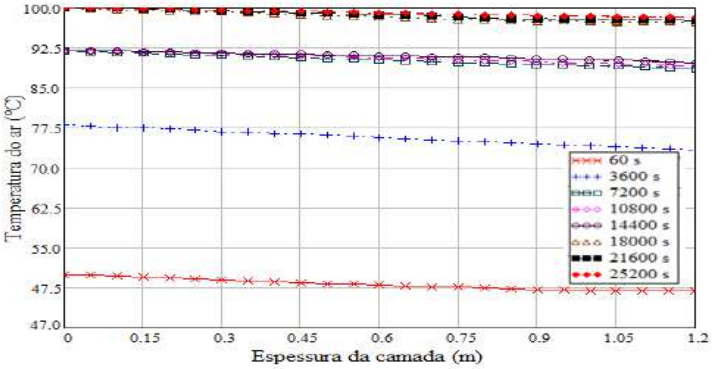
Nota-se-se que, no início do processo da secagem, com um tempo de 60 s, o teor de água do produto permanece constante e, praticamente, com seu valor inicial. Mas ressalta-se que, durante o processo de secagem, o teor de água diminui quase uniformemente em todas as camadas de tijolos, menos na última camada, que se localiza próxima ao local de exaustão do fluxo de ar, o qual possui menor potencial de secagem, com alto valor de umidade absoluta e temperatura mais baixa (próximo da saturação).

Como pode-se observar o processo de secagem do tijolo oco inicia-se com 60s, uma característica observada nesse processo é a constância da temperatura. Nessa fase do experimento, havia pouco ar de secagem agindo sobre os tijolos, assim inferiu-se que nesse estágio não havia tempo suficiente para o processo do resfriamento do ar e do aquecimento do produto, de forma simultânea.

Com o avanço do processo de secagem, a temperatura vai subindo e também há um decréscimo da espessura das camadas dos tijolos de cerâmicos ocos. Nota-se que essa variação aos poucos vai sumindo na proporção que o processo se secagem vai se completando. Ao finalizar a secagem, o ar já não realiza mais o transporte de umidade para o produto e a eficiência energética também vai diminuindo e o poder potencial de secagem perde espaço. Na figura 5 foram apresentadas as variações de temperatura do ar relacionando-a com a função do tempo. Durante a simulação foi observado que a temperatura do ar sofre uma diminuição durante o aumento da escpessura dos tijolos de cerâmica oco, porém a temperatura aumenta no desenvolvimento do processo de secagem, mostrando um comportamento de estabilização quando vai se chegando no fim do experimento.

Ressalta-se que durante o processo de secagem do tijolo de cerâmica oco, a temperatura dos tijolos atinge altas temperaturas, apresentando a tendência de equiparar-se à temperatura inicial do ar de secagem. Também se observou que em determinado tempo de secagem (maior que 7.200 s ou 2 h) não foi possível notar diferenças significativas de temperatura entre as camadas inferiores de tijolos de cerâmicas oco, aproximadamente, um terço da espessura total da camada. Ainda, notou-se que em dois terços restantes da espessura total houve uma modicação crescente de temperatura entre as camadas, com maior valor para a última camada, na saída do fluxo de ar.

Figura 5 - As variações de temperatura do ar relacionando-a com a função do tempo

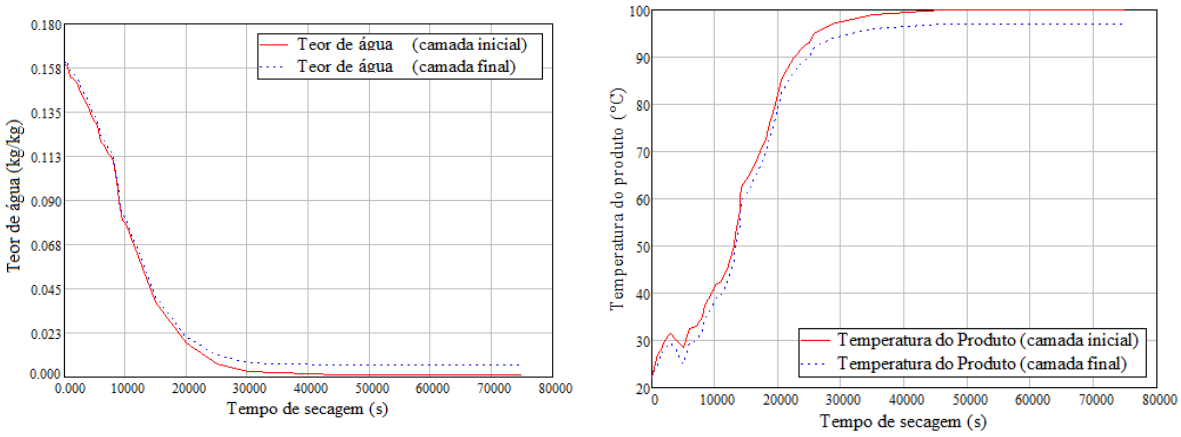


3.3 Análise comparativa dos parâmetros de secagem

Na figura 6 apresenta-se os resultados de perfis temporais do teor médio de água e temperatura dos tijolos de cerâmica ocos, a umidade relativa e a umidade absoluta do ar, para a primeira (inicial) e a última (final) camada de tijolos.

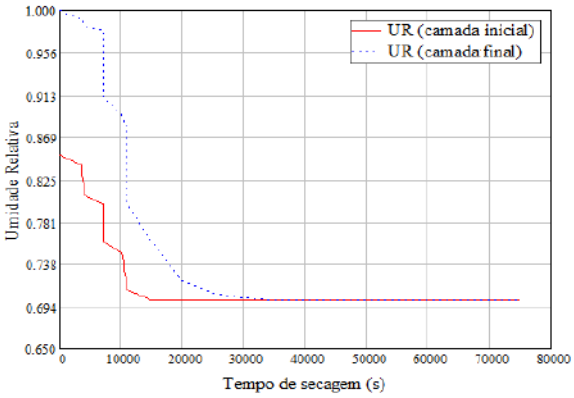
Na figura 6, mostra-se a variação do teor de água dos tijolos na primeira e na última camada da câmara de secagem, em relação ao tempo. Verificou-se que não houve alterações significantes entre a quantidade de água dos tijolos na primeira e na última camada desde que se iniciou o processo de secagem até o tempo de, cerca de, 18.000 s (5 h), no momento que o ar de secagem fica próximo da condição de saturação. A partir desse momento passa a ter uma diferença de teor de água entre as duas camadas. As outras camadas encontram-se em condições intermediárias.

Figura 6 –As Variações do teor de água (a), temperatura (b), umidade relativa do ar (c) e da umidade absoluta do ar (d) na camada inicial e na camada final de tijolos cerâmicos ocos

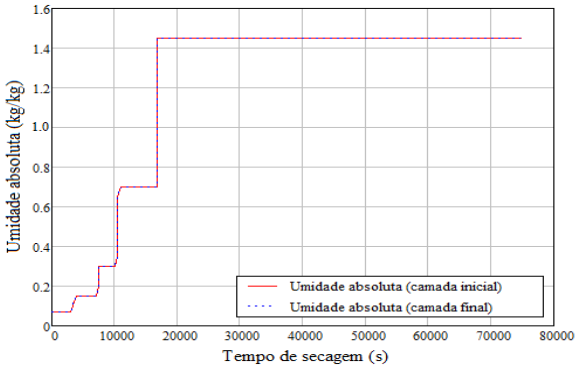


(a) Teor de água (b.s.) durante o processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados.

(b) Temperatura do produto (°C)durante o processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados



(c) Umidade relativa do ar (decimal) durante o processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados



(d) Umidade absoluta do ar (kg/kg) durante o processo de secagem em um secador do tipo túnel de fluxos cruzados

Como pode-se observar na figura 6b foi feito uma análise da variação da temperatura dos tijolos cerâmicos ocos tanto na primeira quanto na útima secagem no secador do tipo túnel de fluxos cruzados. A temperatura mensurada na primeira camada de tijolos foi maior do que a medida na última camada, também foi observado um aumento progressivo no tempo total de secagem. No período de 45.000 s (12,5 h) observou-se a variação de temperatura entre as duas camadas, a temperuta permaneceu constante até a finalização do processo de secagem.

Na figura 6c mostrou-se a variação do tempo na umidade relativa do ar na primeira e na última camada da câmara de secagem. O ar de secagem alcançou a saturação de maneira rápida na última camada, no início do processo de secagem ela já apresenta tendência a diminuir até alcançar uma estabilização em torno de 40.000 s (cerca de 11 h).

Na figura 6d apresenta-se a variação da umidade absoluta do ar na primeira e na última camada da câmara de secagem, em relação ao tempo. Dessa forma, verifica-se que não ocorreu uma variação da umidade absoluta do ar entre a primeira e a última camada da câmara de secagem, esse fato ocorre, porque o ar de secagem não conseguirá alcançar o ponto de orvalho e, a condensação de vapor de água dessa forma não poderá acontecer. Isto ocorre, porque o processo de resfriamento ou aquecimento de uma massa de ar não foi capaz de gerar uma alteração na sua umidade absoluta, desde que o resfriamento não ocorra além do ponto de orvalho, ou que não ocorra nenhuma alteração da quantidade de vapor de água no ar por qualquer outro mecanismo.

4. CONCLUSÕES

Analisando os resultados chega-se as seguintes conclusões:

A metodologia apresentada de funções de base radial gera soluções numéricas precisas para a resolução dos problemas de convecção.

Discrepâncias significativas não foram observadas entre os achados simulados de teor de água dos tijolos na primeira camada (camada inicial) da câmara de secagem em relação aos dados reais e ao tempo.

Os tijolos cerâmicos ocos conseguiram alcançar o teor de água de equilíbrio, aproximadamente, no tempo de secagem igual a 50.000 s (13,8 h, aproximadamente), em conformidade com a curva de secagem. Este teor pode ser considerado quase, nulo para a primeira camada e em torno de 0,006 (base seca) na última camada. Assim, o teor de água de equilíbrio médio é próximo de zero, o que nos leva a confirmação da hipótese assumida na equação de secagem em camada fina.

Notou-se que os valores de temperatura mensurada no experimento dos tijolos experimentais e simulados são quase iguais até o tempo de secagem de, cerca de 20.500 s (5,7 h). A partir deste tempo, os valores de temperaturas simulados apresentaram-se abaixo dos valores experimentais, com a diferença entre eles permanecendo, aproximadamente, constante quando se atingiu o tempo de secagem que é equivalente a 30.000 s (8,3 h).

A umidade relativa do ar, no processo de início de secagem alcança a condição de saturação nas primeiras camadas da câmara de secagem, que pode ser entendido pela presença de um alto teor de água inicial dos tijolos, mas durante pouco tempo (poucos minutos). Nesse cenário, esta condição pode ser considerada desprezível.

Sobre a secagem com temperaturas variáveis, notou-se que esta apresenta-se na faixa de 50ºC a 100ºC, acompanhada de umidade relativa do ar de secagem na faixa de 70% a 85%, o que gera baixos gradientes de teor de água e de temperatura ao longo das camadas de tijolos, o que pode ajudar a evitar a ocorrência de tensões hídricas e térmicas que podem ocasionar danos à qualidade do tijolo.

REFERÊNCIAS

AGHBASHLO, M.; MOBLI, H.; RAFIEE, S.; MADADLOU, A. *A review on exergy analysis of drying processes and systems*. Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 22, p. 1–22, 2013.

ALMEIDA, G. S. Simulação e experimentação da secagem de cerâmica vermelha em sistemas térmicos industriais. 2009. 211p. Tese (Doutorado em Engenharia de Processos) – Departamento de Engenharia Mecânica, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB.

AMANTÉA, R. P.; FORTES, M.; MARTINS, J. H.; FERREIRA, W. R. *Numerical simulation techniques for optimizing thermodynamic efficiencies of cereal grain dryers*. Drying Technology, v. 31, p 672–683, 2013.

BROOKER, D. B.; BAKKER-ARKEMA, F. W.; HALL, C. W. *Drying and storage of grains and oilseeds*. AVI Book, New York, NY, 1992. 450p.

CALLISTER, W. Ciências e Engenharia de Materiais: Uma Introdução. Livros Técnicos e Científicos, 8ª ed., Rio de Janeiro, RJ, 2012.

GORINI, A. P. F.; CORREA, A. R. *Cerâmica para revestimentos*. BNDES Setorial, p. 201-251, 1999.

HOFFMAN, J. D. Numerical Methods for Engineers and Scientists. Marcel Dekker, New York, NY, 2001. 808p.

JUMAH, R. Y.; MUJUMDAR, A S.; RAGHAVAN, G. S. V. *A mathematical model for constant and intermittent batch drying of grains in a novel rotating jet spouted bed*. Drying Technology, v.14, n.3-4, p.765-802, 1996.

LUCENA, C. G.; NASCIMENTO, J. J. S.; LIMA, A. G. B. *Convective drying of ceramic bricks with retangular holes*. Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais, Recife, PE, Brasil, v. 1. p. 1-1, 2005.

NASCIMENTO, J. J. S. Fenômenos de difusão transiente em sólidos paralelepípedos. Estudo de caso: secagem de materiais cerâmicos. 2002. 205p. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

PAKOWSKI, Z.; BARTCZAK, Z.; STRUMILLO, C.; STENSTROM, S. *Evaluation of equations approximating thermodynamic and transport properties of water, steam and air for use in CAD of drying processes*. Drying Technology. v. 9, n. 3, p.753-773, 1991.

ROSSI, S. J. Psicrometria. FUNAPE, João Pessoa, PB, 1987. 60p.

TAPIA, R. S. E. C.; VILAR, S. C. *Manual para a indústria de cerâmica vermelha*. Série Uso Eficiente de Energia, Sebrae, Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NO TEXT NECK: tratamento e prevenção da hiperlordose cervical

Adriane Araújo de Matos[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: O uso das novas tecnologias, por exemplo, os smartphones e outros dispositivos eletrônicos muitas vezes usados com a postura inadequada causam a hiperlordose cervical, também conhecido como – Text Neck. A fisioterapia tem como premissa prevenir, reabilitar, promover saúde e bem-estar dos pacientes que desenvolveram o Text Neck. Este artigo tem como objetivo compreender os danos causados pela má postura, além de descrever os sinais e sintomas apresentados pela hiperlordose cervical. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e de revisão literária, fundamentada em artigos publicados entre 1995 a 2019 em livros, revistas e bases de dados eletrônicos. Ao analisar os danos causados pela hiperlordose cervical compreendeu-se que as alterações posturais são recorrentes, o que pode causar mudanças na qualidade de vida do indivíduo devido à dor. A fisioterapia possui recursos e técnicas que podem ser utilizados para fazer a intervenção e minimizar os sinais e sintomas advindos da alteração postural.

Palavras-chave: Fisioterapia. Hiperlordose cervical. Text Neck. Prevenção.

Abstratc: The use of new technologies, for example, smartphones and other electronic devices often used with improper posture cause cervical hyperlordosis, also known as – Text Neck. Physical therapy is designed to prevent, rehabilitate, promote health and well-being of patients who have developed Text Neck. This article aims to understand the damage caused by poor posture, in addition to describing the signs and symptoms presented by cervical hyperlordosis. The present study deals with a qualitative research and literary review, based on articles published between 1995 and 2019 in books, journals and databases. When analyzing the damage caused by cervical hyperlordosis it was understood that postural changes are recurrent, which can cause changes in the quality of life of the individual due to pain. Physiotherapy has the resources and techniques that can be used to make the intervention and minimize the signs and symptoms resulting from the postural alteration.

Keywords: Physiotherapy. Cervical hyperlordosis. Text Neck. Prevention.

[1] Fisioterapeuta pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: adrianearaujo36@yahoo.com.br

[2] Professora Especialista na Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. E-mail: elianafisio@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por finalidade descrever sobre a atuação da fisioterapia na hiperlordose cervical desenvolvida pelo uso exacerbado das novas tecnologias, resultando no Text Neck.

Germinari (2015) escreveu que o Dr. Dean Fishmam criou o termo Text Neck no ano de 2009, que explica a lesão causada pelo uso excessivo das mídias em dispositivos eletrônicos, na posição olhando para frente e para baixo em uma flexão exagerada dos músculos extensores cervicais. Esta flexão pode causar dores de cabeça, dor no pescoço ombro e dores nos braços, dormência nos membros superiores, pode também comprometer a respiração diminuindo o volume pulmonar e problemas gastrointestinais.

Segundo Barbosa (2013) o aumento das lesões relacionadas à má postura no trabalho na década de 1980 chamou a atenção de alguns fisioterapeutas no Brasil, isso fez com que esses realizassem algo diferenciado no que se refere à prevenção, como intervenções ergonômicas, gerando benefícios para quem utiliza os equipamentos.

Bueno e Lucena (2016) afirmam que, um hábito normal vem causando problemas para humanidade ultimamente, que é o uso do celular na vida diária, pois esses se tornaram indispensáveis em nossas vidas causando danos, por vezes irreversíveis. É comum ver pessoas com a curvatura do pescoço em 60 graus, isso quer dizer quase o queixo encostando ao peito, para usar o celular no modo internet. Esta postura mantida por muito tempo, e repetidas vezes, pode gerar a síndrome Text Neck que já é considerada uma epidemia mundial. A flexão anterior frequente do pescoço, provoca alterações na coluna cervical, nos ligamentos tendões, e musculatura, bem como os segmentos ósseos, comumente causando a mudança postural. Entre as principais queixas associadas ao Text Neck estão às dores no pescoço, ombros, costas, braços, dedos, mãos pulsos e cotovelos e também dores de cabeça

Para Lianza (2007) a hiperlordose cervical é uma das patologias que pode ser desencadeado devido os movimentos inadequados durante os afazeres domésticos ou profissionalmente. Esta má postura vem aumentando os números de acometimentos. Uma das atividades que mais tem causado esta postura é a digitação, com a postura incorreta e devido à falta de informação as pessoas só percebem o problema depois que a patologia já evoluiu, causando alterações na qualidade de vida.

A escolha desse tema deu-se pelo fato do aumento desta postura errônea, que vem acometendo a população em geral e muitas pessoas não têm a devida consciência dos danos causados.

Cada vez mais se houve relatos de sintomas, como dores de cabeça, na nuca, no pescoço e ombros causados pela Text Neck. Este estudo é importante para a sociedade, devido ao fato de que as pessoas durante o uso das tecnologias móveis principalmente, não se preocupam com sua postura e manuseiam o dispositivo por longos períodos sem os devidos cuidados com a postura.

É também de fundamental importância para os acadêmicos e professores, se informar sobre o assunto, para que estes se atentem e possam observar detalhadamente e identificar esse hábito (ainda pouco divulgado e pesquisado) que pode estar causando muitos sintomas, como dor de cabeça, dor nos ombros e dores na coluna cervical

Para melhor compreender este tema levantaram-se os seguintes questionamentos: qual é a postura ideal que o indivíduo deve adotar para evitar as lesões da hiperlordose cervical? Quais os sintomas e como se caracterizam de modo que a fisioterapia possa identificá-los? Como a hiperlordose cervical pode afetar a respiração? Quais os recursos e técnicas fisioterápicas podem ser utilizados para reabilitar os sinais e sintomas advindos da alteração postural? Qual a contribuição da fisioterapia para prevenir o desvio postural? Qual a importância da ergonomia para a melhora da postura corporal? Como a ergonomia pode intervir na prevenção da hiperlordose cervical?

Acredita-se que a causa do text neck se caracteriza devido aos fatores relacionados com a alteração postural, causado pela a desarmonia entre músculos, ossos, ligamentos, tendões e articulações. Existem vários tipos de tratamentos que podem ser realizados como, por exemplo, reeducação postural global (RPG), acupuntura dentre outras, devendo o fisioterapeuta avaliar o paciente e adotar a melhor técnica. A ergonomia pode ajudar as pessoas a usarem adequadamente seus dispositivos para que evite esta patologia ou melhore sua postura.

Esse artigo teve como objetivo compreender os danos causados pela má postura, além de descrever os sinais e sintomas apresentados pela hiperlordose cervical e como se caracterizam de modo que a fisioterapia possa identificá-los, citar os recursos e técnicas fisioterápicas que podem ser utilizados para fazer a intervenção nos sinais e sintomas advindos da alteração postural, identificar a contribuição da fisioterapia para prevenir o desvio postural e compreender a importância da ergonomia para a melhora da postura corporal.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, com o objetivo de informar e buscar estudos com bases científicas e ergonômicas e fornecer orientações sobre problemas posturais, durante o uso de celular e outros.

Silveira e Gerhardt (2009) dizem que a pesquisa qualitativa tem a finalidade de identificar, coletar e analisar dados sobre o objeto estudo, sobre algum tema proposto, onde se deve considerar o ponto de vista dos autores citados.

No presente estudo foi realizado revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos e revistas online. Segundo Lima e Mioto (2007) a pesquisa bibliográfica é um estudo profundo sobre o objeto de estudo, é um conjunto de procedimentos de busca por soluções, este não pode ser aleatório e deve ser baseado no objeto de estudo

3 HIPERLORDOSE CERVICAL E A POSTURA CORPORAL

A melhor postura é a que o corpo corresponde ativamente com movimentos e mobilidade satisfatórios, com menor esforço e o mínimo de sobrecarga nas estruturas do indivíduo. Souza (2016) escreveu que o desvio postural é caracterizado como uma alteração postural, mas não é necessariamente definido como uma doença. Os principais fatores desses desvios são a má postura, deformidades genéticas, gravidez, obesidade, fraqueza de alguns grupos musculares, movimentos repetitivos, lesões, hérnias de disco, entre outros.

Kendal et al (2015, pag. 181) relata que “não existe uma só postura melhor para todos os indivíduos. Cada pessoa deve pegar o corpo que possui e tirar o melhor proveito dele. Para cada pessoa a melhor postura é aquela em que os segmentos corporais estão equilibrados na posição de menor esforço e máxima sustentação”, ou seja, a boa postura é definida quando mantém o equilíbrio muscular e ósseo, ligamentos e tendões, integrando a sustentação das estruturas que protegem o corpo.

Germinari (2015) escreveu que o Dr. Dean Fishmam criou o termo Text Neck, que explica a lesão causada pelo uso excessivo das mídias em dispositivos eletrônicos, na posição olhando para frente e para baixo em uma flexão exagerada dos músculos extensores cervicais. Esta flexão pode causar dores de cabeça, dor no pescoço ombro e dores nos braços, dormência nos membros superiores, pode também comprometer a respiração diminuindo o volume pulmonar e problemas gastrointestinais.

Voight et al (2014), afirma que a coluna vertebral é formada por 33 vértebras, que estão divididas em cinco regiões cervical, torácica, lombar e sacral, entre essas vértebras existem discos intervertebrais fibrocartilaginosos que tem a função de absorver impactos. As vértebras vão aumentando de tamanho para que possa acomodar a postura ereta do indivíduo. O movimento de flexão e extensão chega de 20° a 30°, da primeira a décima vértebra.

Kisner e Colby (2005) definem a postura como a atitude adotada pelo corpo para uma determinada atividade ou uma maneira de suportar seu próprio corpo. A cabeça é anteriorizada à articulação atlantoccipital, a musculatura da cervical posterior é constantemente contraída para manter o equilíbrio da cabeça. A lordose cervical é um exemplo de retificação que é caracterizada pelo encurtamento das musculaturas anterior e os músculos de sustentação superior ou levantador escapular esternocleidomastóideo e escalenos.

Segundo Lianza (2007) a postura corporal é a junção da estética e da dinâmica, de fatores como a flexibilidade, o equilíbrio e a força muscular. De acordo com a inspeção corporal será caracterizado a decorrência de alteração postural ou não. Ao realizar o exame físico deverão ser observadas as alterações musculares, se há simetria, atrofias, hipertrofias e/ou contraturas musculares. Em seguida deve-se realizar a palpação para que possa identificar tecidos ligamentos, tendões, e cápsula articular.

Segundo Kendall et al (1995) a avaliação postural consiste em três partes essenciais, 1°exame de flexibilidade em pé, 2° provas para flexibilidade e comprimento muscular, 3° prova para força muscular. Para a avaliação postural são usados alguns equipamentos como, por exemplo, fio de prumo, esse deve ser usado suspenso acima da cabeça e o peso pendurado em linha anterior ao maléolo lateral, a meio caminho entre os calcanhares na vista posterior, lápis dermatográfico é usado para marcar os processos espinhosos a fim de marcar a posição da coluna, fita métrica pode ser usada para medir os membros ou limitações. Goniômetro serve para medir o grau do movimento realizado, fichas para a avaliação. A avaliação muscular deve ser constituída por provas de flexibilidade e comprimento muscular, prova de força muscular interpretação dos achados da prova.

Knoplich (2015) relata que para a realização do diagnóstico completo deverá ser feita uma análise radiográfica, que deverá ser em incidência em AP com inclinação de 15°, esta posição visualiza-se apenas as vértebras inferiores pela posição da mandíbula e da base do crânio. Para complementar utiliza-se a incidência com a boca aberta em AP para a visualização de C1 e C2 e também na posição de em perfil que permite uma visualização completa.

De acordo com Hamill (2016) a coluna cervical é formada por sete vértebras que formam uma curvatura anteriormente do corpo. Na cervical estão localizadas duas vértebras, o atlas (c1) e o áxis (c2), que são diferentes das outras vértebras, pois o atlas não tem corpo vertebral e apresenta forma de anel, com um arco anterior e outro posterior e possui processos transversos grandes com um forame transverso por onde passa a irrigação sanguínea. O occipício craniano localiza-se em uma fóvea na parte superior da vértebra.

A articulação atlantoccipital é responsável pela movimentação da cabeça no plano sagital e possibilita o movimento de 10° a 15° de flexão e extensão. A articulação atlantoaxial (entre o atlas e o axis) é que permite 10° de extensão e flexão, exceto lateral e rotação de 47° a 50°, assim permitindo a realização do movimento de virar a cabeça de um lado para o outro. A função das outras vértebras cervicais é sustentar o peso da cabeça e proporcionar mobilidade.

Kendall et al (1995, p. 71) descreve que

> Na postura padrão, a coluna apresenta as curvaturas normais e os ossos dos membros inferiores ficam em alinhamento ideal para sustentação de peso. A posição "neutra" da pelve conduz ao bom alinhamento do abdome e do tronco e dos membros inferiores. O tórax e coluna superior ficam em uma posição que favorece a função ideal dos órgãos respiratórios. A cabeça fica ereta em uma posição equilibrada que minimiza a sobrecarga sobre a coluna cervical.

De acordo com a citação, o alinhamento da postura padrão é baseado em evidências científicas é definido por um esforço mínimo e com grande eficiência para o indivíduo. Existem variações na formação e proporção do corpo, com relação ao tipo e tamanho corporal. A coluna mantém suas curvaturas padrão e mantém o alinhamento ideal, a pelve na posição neutra proporciona o alinhamento abdominal, a posição do tórax e da coluna superior beneficia os órgãos responsáveis pela respiração.

Segundo Voight et al (2014, p.744)

> A flexão da região cervical é produzida primariamente pelos músculos esternocleidomastóideos e o grupo muscular dos escalenos na face anterior do pescoço. Os escalenos flexionam a cabeça e estabilizam a parte cervical da coluna vertebral enquanto os esternocleidomastóideos flexionam o pescoço. Os músculos trapézio (parte descendente), semiespinal da cabeça, esplênio da cabeça e esplênio do pescoço estendem o pescoço. A flexão lateral do pescoço é realizada por todos os músculos de um lado da coluna vertebral contraindo-se de maneira lateral. A rotação é produzida quando o esternocleidomastóideo, os escalenos, o semiespinal do pescoço e o trapézio (parte descendente) do lado oposto à direção da rotação se contraem junto com a contração do esplênio do pescoço e longuíssimo da cabeça no lado da direção de rotação.

Percebe-se que os músculos esternocleidomastóideo e os escalenos são responsáveis pela flexão do pescoço e os escalenos flexionam a cabeça, e os que realizam a rotação são os esternocleidomastóideo os escalenos e o semiespinal do pescoço e do trapézio, os músculos da coluna vertebral realizam a flexão lateral.

Segundo Germinari (2015), grau de movimento da coluna vertebral é diferente em cada área do corpo, a cervical e a lombar realizam movimentos apenas em torno do eixo central. De acordo com pesquisa realizada pelo Dr. Fishman (2009) 75% da população mundial que usam seus dispositivos com esta postura errônea, está causando sérios danos à sua coluna cervical.

Segundo Lianza (2015), não existe a postura correta para todos os seres humanos, a melhor postura é aquela que satisfaz as necessidades corporais com menor esforço muscular, sendo assim com menor gasto de energia, havendo o equilíbrio das estruturas do indivíduo (tendões, ligamentos, ossos e músculos).

A boa postura é importante para a integração das partes do corpo, como cabeça, tronco e membros, esta é essencial para o indivíduo para que realize seus afazeres sem causar dano a si próprio. Alguns momentos em que postura inadequada pode prejudicar são: tarefas que envolvem longos períodos, trabalho que exige muita força, postura com o tronco inclinado ou torcido. É sempre importante observar como o indivíduo realiza suas tarefas diárias. Nem todas as cadeiras proporcionam uma boa postura, é aconselhável que a cadeira tenha um leve ângulo para trás, sentar-se em uma cadeira não apropriada pode causar danos à coluna superior.

Kendall et al (1995) diz que, a criança quando inicia na escola há um aumento na posição sentada. A cadeira e a carteira devem ser adaptadas ao tamanho da criança. A criança deve ficar com os pés planos sobre o chão com os joelhos fletidos. A coluna da criança deverá ficar apoiada no encosto da cadeira, que deve ser profundo o suficiente para suportar as coxas adequadamente, sem que prejudique a flexão dos joelhos. A carteira deve ficar na altura em que os braços possam apoiar-se nela sem que necessite inclinar-se demais para frente, pois isso pode gerar dor e fadiga nos músculos do pescoço e região do ombro.

Para Lianza (2007) os hábitos posturais são adquiridos quando repetidos por muitas vezes um determinado movimento de modo inconsciente, por exemplo, durante a realização de atividades físicas e na fase escolar de crianças e adolescentes. Por isso é importante que os fisioterapeutas durante a avaliação postural devem observar não apenas o mau hábito da postura, mas também o bom hábito, que é geralmente adquirido na fase de crescimento.

Segundo Bacciali e Villarta (2000), a compreensão do funcionamento do corpo é muito importante para o bom conhecimento de si próprio. Quando a articulação é mal-usada, a

informação anestésica que chega ao cérebro é inadequada e levará ao mau funcionamento do corpo.

De acordo com Kendall et al (1995, p. 73)

> A posição da cabeça e pescoço no alinhamento ideal é aquela na qual a cabeça acha-se em uma posição bem equilibrada e é mantida com mínimo esforço muscular. Na vista lateral, a linha de referência coincide com o lobo da orelha e o pescoço apresenta a curvatura anterior normal. Na vista posterior, a linha de referência coincide com a linha média da cabeça e com os processos espinhosos cervicais. A cabeça não se acha inclinada nem para cima nem para baixo, não se acha inclinada para os lados nem rodada, e o queixo não se acha retraído.

Nota-se que o alinhamento da postura padrão é baseado em evidências científica é definido por um esforço mínimo e com eficiência. Existem variações na formação e proporção do corpo com relação ao tipo e tamanho corporal. A postura ideal é a em que a posição da cabeça deve estar equilibrada sem exigir esforço da musculatura. Lateralmente a linha de referência coincide com o lobo da orelha e o pescoço a curvatura anteriorizada. Posteriormente a referência coincide com a linha média da cabeça e com os processos espinhosos cervicais. O indivíduo habitua-se a realizar suas atividades diárias com postura inadequada que é caracterizada pela fraqueza muscular e pouca reserva de energia, causando deformidades corporais.

Segundo Lianza (2007) um alinhamento indevido causado por uma postura inadequada, esta resultará em mau funcionamento das articulações, com isso as articulações, ligamentos, ficarão mais reforçados, pois, são mais solicitados. As articulações se tornam mais espessas devido ao aumento dos tônus e mais resistentes nos pontos de maior força fazendo com que ocorra uma compensação da musculatura que participa ativamente da articulação. Esta compensação se tornará insuficiente, passando para a fase de descompensação resultando em alteração do mecanismo articular.

Correa e Boletti (2015) explicam que a má postura pode causar muitos danos ao indivíduo, como por exemplo, sentado sem apoio para a coluna, afeta os músculos extensores do dorso, o assento muito baixo prejudica os músculos extensores do dorso e do pescoço, o ângulo inadequado do assento interfere nos músculos dorsais, o local de trabalho muito baixo prejudica a coluna vertebral e a cintura escapular, os braços estendidos prejudicam braços e ombros. Neste sentido não se deve manter uma mesma postura por muito tempo, os movimentos de pouca amplitude e alternância são prejudiciais. Para que isto não aconteça segue algumas

orientações durante o trabalho faça pequenas pausas, altere a posição dos braços e pernas, enquanto estiver sentado observe a simetria dos membros, mantenha os pés apoiados quando estiver sentado, evite mudar de local usando a cadeira, levante-se, o local de trabalho deve ser adaptado de acordo com o trabalhador, mantenha a mesa sempre organizada.

Kendall et al (1995) descrevem que a consequência do processo inflamatório é a dor, que se dá devido o desequilíbrio das estruturas, ossos tendões ligamentos e músculos, devido este desequilíbrio ocorre degeneração das cartilagens articulares, diminuição do fluxo sanguíneo. Durante a fase a adiantada (crônica), observa-se a instabilidade articular, onde poderá ocorrer formação de osteófitos.

Existem indivíduos com características de postura ruim e muitas vezes não apresentam processos dolorosos e a posição do corpo pode mudar prontamente, devido à mobilidade deste. Mas também pode existir o indivíduo com a postura considerada correta e haver uma rigidez articular ou contração muscular que impede o movimento imediato.

De acordo com Braccialli e Villarta (2000) a posição sentada é que mais prejudica a coluna, pois a pressão no disco intervertebral L3 é menor na postura em pé do que sentada. A biomecânica da coluna não foi feita para ficar muito tempo sentado ou realizando movimentos repetitivos. A posição em pé pressiona o eixo da coluna fazendo com que o líquido que compõe a substância gelatinosa do platô vertebral saia em direção aos centros dos corpos vertebrais ocorrendo uma desidratação. A noite durante o repouso, o núcleo da vértebra atrai água. Com o envelhecimento o núcleo perde a capacidade de reter água e o anel fibroso diminui sua elasticidade.

Bueno e Lucena (2016) relatam que a dor originada da má postura pode ser resultado de sobrecargas pequenas constantes e contínuas por um extenso período de tempo, mas também pode ter efeitos causados por sobrecarga intensa em curto espaço de tempo. A dor causada pela má postura não tem um padrão de sintomas e/ou gravidade. Se assim que for diagnosticado a Text Neck não for iniciado o tratamento podem ocorrer os danos, estes podem se tornar crônico e grave. Como por exemplo, desalinhamento da coluna vertebral, hérnia de disco, danos musculares por danos no nervo, perda da capacidade pulmonar e problemas gastrointestinais.

Knoplich (2015) define que a postura inadequada do indivíduo é resultado dos músculos fracos, por falta de atividade física. Outros fatores também podem alterar a postura como, por exemplo, fatores hereditários, emocionais, culturais e o tipo de atividade exercida. Os fatores emocionais também podem influenciar a postura, devido ao fato de que a postura dos indivíduos que são depressivos costuma inclinar a cabeça para frente pelo o desânimo, pessoas depressivas

geralmente são insatisfeitas. Outro fator que pode causar a alteração postural é o vestuário como, por exemplo, o uso de bolsas, malas, mochilas e calçados que não são adequados para a sustentação eficiente do corpo humano.

Braccialli e Vilarta (2000) escreveram que, os pacientes afetados por este desvio postural apresentam uma dinâmica diferente durante a respiração, decorrente da fraqueza muscular e também devido às alterações da caixa torácica, há uma perda da capacidade do volume pulmonar. A postura inadequada prejudica também os músculos inspiratórios, por não relaxarem. Estes têm a função de tracionar o tórax para baixo, quando eles não relaxam provocam o encurtamento dos músculos da estática relaxando os músculos da dinâmica, resultando em uma respiração insatisfatória, prejudicando a ventilação pulmonar.

Para Kisner e Colby (2005) o sistema respiratório tem fundamental importância no equilíbrio postural como os músculos trabalham de forma sinérgica a alteração da postura muda também o centro de gravidade.

Lianza (2007) cita que as alterações posturais ou psicomotoras podem causar uma alteração comum da ventilação pulmonar. O tratamento fisioterapêutico deverá incluir melhoria do padrão respiratório com exercícios de reexpansão pulmonar, propriocepção e conscientização do sistema respiratório.

3.1 A Fisioterapia e a hiperlordose cervical

Souza (2016) descreve que a fisioterapia pode aliviar a algia e melhora da flexibilidade juntamente com atividade física. É de extrema importância o diagnóstico, que deverá ser com a realização de exame radiológico e testes de flexão, extensão, curvatura lateral e rotação para que se determine as anormalidades o mais breve possível afim de que as alterações posturais não evoluam.

Normalmente o tratamento da hiperlordose cervical é conservador, o fisioterapeuta deverá desenvolver um plano de tratamento, que melhore alteração postural, de acordo com as condições físicas de cada paciente. É importante avaliar se o desvio postural é um vício postural ou uma deformidade.

Ainda segundo Kendall et al, (1995) relatam que, para realizar o tratamento relacionado a postura, deve-se avaliar o paciente, observando o alinhamento do corpo, articulações, músculos e ossos. Em caso positivo estes estarão em alinhamento defeituoso, resultando em sobrecarga e encurtamento musculares. Para que tratamento seja eficaz o indivíduo precisa

adotar o padrão ideal de postura, em que a pelve deve estar em posição neutra alinhando com o abdômen, tronco e os membros inferiores. A cabeça deverá ficar ereta, para que não prejudique a coluna cervical.

Segundo Germinari (2015) depois de realizados os exames e a avaliação do paciente se forem diagnosticados a Text Neck o tratamento deverá ser elaborado um de plano de tratamento. Os efeitos do Text Neck podem ser tratados com as várias técnicas de fisioterapia entre elas quiropraxia, massagem, acupuntura. O alongamento muscular e o treinamento da musculatura da cervical e membros superiores são indicados para que evite ou melhore as dores e que evite o uso por muito tempo do celular.

Lianza (2007) descreveu que, os exercícios de fortalecimento muscular precisam ser trabalhados logo no início do tratamento, pois, o reestabelecimento da postura não será possível até que o paciente sinta segurança o suficiente correspondente com a ação muscular. A fraqueza muscular poderá ser a causa da alteração postural, é necessário que indivíduo mantenha o esquema corporal em equilíbrio, para realizar os exercícios propostos. Os exercícios de fortalecimento muscular precisam ser trabalhados logo no início do tratamento, pois o reestabelecimento da postura não será possível até que o paciente sinta segurança o suficiente para executar a ação muscular. A fraqueza muscular poderá ser a causa da alteração postural, é necessário que indivíduo mantenha o esquema corporal em equilíbrio, para realizar os exercícios propostos

Souza (2016) lembra que, os tipos de tratamento para hiperlordose cervical, dependem da realização do diagnóstico que poderá ser um caso cirúrgico, ou poderá ser também conservador, com uso de medicamentos para alívio da dor e/ou com as técnicas de fisioterapia que poderá ser Reeducação Postural Global, pilates entre outras. Com o exame de radiografia pode-se realizar o diagnóstico de hiperlordose cervical, que pode ser feito através do método Cobb. O método de Cobb observa-se as linhas convergentes, define as vértebras superiores e inferiores, e depois as linhas divergentes considerando a anterior, então por último as retas perpendiculares e estas duas linhas encontram-se o ângulo da curva.

Segundo Knoplich (2015) os exercícios apresentam mais resultados positivo do que medicação para dores crônica na coluna vertebral. O ideal é que se inicie com os exercícios aeróbicos para que melhore a respiração, e em seguida realize um programa de exercícios leve. Os exercícios que se mostram mais eficientes são de flexão, extensão e alongamentos ou combinação entre eles.

Os pacientes que apresentam problemas emocionais necessitam de técnicas de relaxamento. Os pacientes que são resistentes a atividades físicas não correspondem muito bem ao tratamento.

Lianza (2007) cita que a reeducação postural global – RPG é uma técnica que estimula a melhora do trabalho mecânico corporal, efeitos propriocepção e sensitivomotores, que é obtido pela repetição de movimentos até sua automatização. A reeducação do equilíbrio deve ser vista como uma orientação ou colocação do corpo no espaço estabelecendo o equilíbrio corporal, para que faça a reeducação postural com a estimulação da propriocepção e do equilíbrio, que é adquirido com a repetição do movimento correto. O fortalecimento muscular em pacientes com alteração postural é de extrema importância, para que o paciente possa realizar suas atividades dinâmicas, ele necessita de força muscular e potência. Durante o tratamento de RPG o paciente deve ser avaliado por inteiro, pois o indivíduo deve manter o equilíbrio do corpo integralmente. É de suma importância a participação ativa do paciente durante o tratamento, este deverá compreender os objetivos do tratamento.

Esta técnica deve ser realizada ao nível do segmento, nunca de forma isolada. "A reeducação deve ser feita visando ao segmento deformado ou deformante e ao desequilíbrio por ele instalado em nível superior ou inferior em relação ao aparelho locomotor conforme Lianza, (2007, p. 194) ". O movimento da área que está debilitado deverá ser reabilitado em sua integridade com o estímulo dos fenômenos proprioceptivos e sensitivomotores, estes são obtidos pela repetição dos movimentos.

O fisioterapeuta para conseguir reeducar a postura do paciente deverá também melhorar os movimentos dos seguimentos da cintura escapular e da pelve, pois se estes estiverem deficientes haverá uma alteração postural segmentar, a posição do tronco deverá estar normal e estável.

Gould (1993) diz que quando a dor prejudica os movimentos, inicialmente o tratamento deverá aliviar os sintomas, somente depois de avaliar novamente o paciente se houve melhora dos sintomas, então, poderá iniciar a trabalhar os movimentos. No caso em que a resposta inflamatória estiver controlada, o foco nos exercícios deverá com exercícios isométricos em que não há movimento articular. Quando o movimento está indicado deverá iniciar o movimento de aumento da amplitude e assim a progressão será contínua. Havendo resposta positiva, para tratar o movimento então o tratamento evolui para a fase de mobilização da articulação passiva com tração e também exercícios de estabilização para a coluna cervical.

Silva e Mannrich, (2009) escreveu sobre o método pilates que propõe o trabalho com alongamento e fortalecimento das cadeias musculares com reforço do Power House (abdômen), outra característica é trabalhar a respiração, controle e a precisão dos exercícios. Estes podem ser usados para os mais variados tipos de disfunções ou populações, como por exemplo, pós-operatório, ganho de massa óssea, correção postural, problemas ortopédicos, em gestantes, idosos, adultos ou crianças, cada disfunção com tempo ou intensidade a ser tratada de acordo com a característica individual de cada paciente. Segundo os estudos, cada atendimento deverá ter duração de uma hora, três vezes por semana.

Segundo Knoplich (2015) os músculos extensores e flexores da coluna e abdominais devem ser fortalecidos, pois estes quando estão fracos não tem equilíbrio suficiente. Devem-se estimular os alongamentos, mas com os devidos cuidados para que não se comprima as raízes nervosas.

Lianza (2007) cita que os exercícios de fortalecimento muscular precisam ser trabalhados logo no início do tratamento, pois o reestabelecimento da postura não será possível até que o paciente sinta segurança o suficiente correspondente com a ação muscular. A fraqueza muscular poderá ser a causa da alteração postural, é necessário que indivíduo mantenha o esquema corporal em equilíbrio, para realizar os exercícios propostos.

Para Braccialli, Villarta (2000) devem ser realizados alongamentos passivos da musculatura, por 30 minutos através de trações globais corrigindo ou prevenindo compensações musculares. Os alongamentos musculares devem ser realizados com movimentos lentos e suaves e poucas repetições, dessa forma há prevenção dos encurtamentos dos músculos e melhora da flexibilidade.

Kisner e Colby (2005) descrevem que o alongamento muscular é uma técnica fisioterapêutica utilizada para aumentar a mobilidade dos músculos melhorando assim a amplitude de movimento, das estruturas que estiverem com encurtamento ou estão sem movimento. O alongamento poderá ser passivo quando o paciente está totalmente relaxado então o fisioterapeuta executa o exercício para o paciente. O alongamento será assistido quando o paciente executa o exercício sem a ajuda do fisioterapeuta. E o alongamento ativo assistido quando o fisioterapeuta ajuda o paciente a fazer o exercício. O alongamento deverá ser realizado observando sempre as indicações e contraindicações de acordo com a avaliação do paciente.

Segundo Takatani e Meija (2012) a neuroestimulação elétrica transcutânea que é um recurso terapêutico muito utilizado no alívio da dor, pois este estimula as fibras do tipo A e promove o bloqueio das fibras tipo C, dependendo dos parâmetros utilizados poderá ocorrer a

redução da dor. A neuroestimulação elétrica transcutânea (TENS) é utilizado com a colocação de eletrodos no local da dor e a intensidade da corrente poderá ser usada nos casos de dor aguda ou crônica e suas contrações devem ser agradáveis, e ser efetiva na redução da dor. A neuroetimulação elétrica transcutânea (TENS) não tem a função de curar a causa da dor.

Wem (2014) escreve que a acupuntura chinesa milenar, mas com os avanços das pesquisas científicas vem alcançando maior compreensão atualmente. Esta técnica tem mecanismos neurológicos e neuroendrocnológicos. A acupuntura tem por fundamento a normalização dos órgãos que estão debilitados que age pela atuação das energias yin (negativas) e yang (positivas). Ela tem o efeito de estimular o equilíbrio do organismo, melhorando a circulação sanguínea, aumentando a imunidade do indivíduo. O tratamento de acupuntura não age apenas em um local específico comprometido, ela age sobre todo o sistema nervoso.

O efeito da acupuntura é alterar a circulação sanguínea liberar hormônios como o cortisol e as endorfinas que promovem analgesia, estimula o hipotálamo e outras glândulas, melhora o metabolismo que é de grande importância para reestabelecer à saúde.

Segundo Mendonça (2011) a acupuntura é uma técnica de tratamento milenar que é originária tradicionalmente chinesa, que visa a manutenção da saúde através do estímulo de pontos específicos do corpo. Tem como objetivo equilibrar as energias ying e yang. O acupunturista deverá fazer a anamnese e avaliar os sintomas do paciente, então buscar o equilíbrio dos meridianos. A acupuntura pode ser eficaz no tratamento da hiperlordose cervical. Há um grande destaque na literatura no tratamento de cervicalgias e também no estado geral do indivíduo, mesmo no caso de patologias crônicas onde não há uma cura efetiva.

Borges (2004) diz que o ultrassom são ondas sonoras, que ao incidir sobre um cristal ou cerâmico este se dilate alternadamente emitindo ondas ultrassônicas. O ultrassom tem efeito de anti-inflamatório pois acelera a resposta inflamatória, promovendo liberação de histamina, macrófagos, tem também efeito analgésico e de regeneração tissular e de reparação dos tecidos moles.

Segundo Vasconcelos e Mejia (2012) o termo quiropraxia tem significado grego quiro=mão praxis=praticar. A terapia quiropraxia baseia-se em descompressão articular, através da manipulação. Esta terapia atua principalmente com uma boa anamnese a fim de detectar o local da dor, interferindo a ação álgica, com descompressão, facilitação do movimento e relaxamento.

Segundo Navas (2018) a AtlasProfilax®, é uma nova técnica suíça criada por René-Claydius Shumperli, que tem como função a correção do ângulo da primeira vértebra, quando

ela não está devidamente alinhada, prejudica a coluna cervical mudando o centro de gravidade o que pode causar efeitos negativos ao indivíduo. Esta técnica posiciona a vértebra atlas (C1), corretamente com massagens neuromusculares de vibração e pressão nos músculos da nuca, diminui as contraturas nos músculos afetados pelo desalinhamento.

Esta terapia só pode ser realizada uma vez na vida no paciente, dura aproximadamente 45 minutos incluindo a anamnese e testes, dependendo do tamanho, da idade, do sexo, peso do estado de saúde da pessoa. A terapia é realizada com o paciente sentado com um aparelho que promove vibrações. Cada paciente reage de uma forma à técnica, alguns percebem resultados imediatos outros demoram um pouco e alguns não relatam melhora nenhuma. As contraindicações são para pacientes que passaram por algum tipo de cirurgia recentemente. A AtlasProfilax® pode melhorar ou resolver outros problemas como fibromialgia entre outras patologias. O tratamento poderá ser complementado com outras técnicas, como, por exemplo, RPG, dependendo da patologia.

Voight et al (2014) descrevem que se deve incluir exercícios no tratamento inicial da dor pelo fato do efeito ser positivo, pois o paciente age ativamente durante a reabilitação.

Quando o paciente sente alívio dos sintomas, através de exercícios e melhora da postura é provável que o paciente vá adotar essas atividades na sua rotina, sendo esta, uma atitude positiva. Os exercícios de controle da dor podem ser de extensão, flexão, correção dos desvios posturais entre outros.

3.2 A ergonomia como fator preventivo da hiperlordose cervical

Iida (2001) define a ergonomia como sendo o estudo da relação do homem com seus equipamentos o local de trabalho e os aspectos anatômicos, fisiológicos e psicológicos, com o objetivo de resolver as situações onde houver necessidade de análise e adequação do trabalho ao ser humano. A ergonomia tem como objetivo prático o conforto, segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

Barbosa (2009) escreve que a fisioterapia pode contribuir para evitar danos aos indivíduos, seja no trabalho ou nos afazeres do dia-a-dia, pois a ergonomia trata da relação do homem e suas atividades analisando os mecanismos causadores de lesões. Nas empresas o fisioterapeuta poderá atuar nas diversas atividades laborais do trabalhador, atuando na prevenção evitando ou reduzindo o tempo de afastamento.

Knoplich (2015) relata que o objetivo da ergonomia é aumentar o conforto do indivíduo durante a realização de suas tarefas proporcionando conforto e assim diminuindo as patologias relacionadas à postura na escola, no trabalho ou até mesmo nos afazeres domésticos. A ergonomia também pode ajudar com orientações posturais ao dormir, quanto ao colchão ao travesseiro, modos de se vestir e ao se levantar da cama.

Observa-se a necessidade de conscientização aos alunos nas escolas sobre a prevenção dos desvios posturais que poderá ser realizado através de atualizações nos conteúdos de educação física, pedagogia e fisioterapia, estabelecendo ações em médio e longo prazo.

Kendall et al (1995) descreve que em crianças os desvios posturais podem se tornar hábitos, estes podem resultar em defeitos posturais. Os desvios posturais que podem ser do desenvolvimento podem até mesmo desaparecer. Se esses desvios permanecem, necessitam de tratamento. A desnutrição pode afetar muito o bom desenvolvimento postural e funcional do indivíduo quando criança, que poderá causar sérias deformidades esqueléticas, uma delas é o raquitismo. Quando o indivíduo possui uma hiperlordose cervical, não se deve dormir sem um travesseiro. O travesseiro deve ser alto o suficiente para compensar a posição anteriorizada da cabeça, pois pode haver uma hiperextensão do pescoço se o travesseiro for muito baixo. O indivíduo quando dorme em posições defeituosas podem causar maiores danos ao pescoço e ao ombro.

Barbosa (2009) cita que nas empresas o fisioterapeuta não deve ficar apenas no ambulatório ele deve também trabalhar com a intervenção antecipando futuros problemas, que resultará em redução com afastamento ou tratamento dos funcionários. “O fisioterapeuta deve trabalhar mais para saúde e menos para a doença”. Observa-se a necessidade que este seja acessível ao trabalhador para que haja medidas preventivas e também que o fisioterapeuta esteja atento ao desconforto postural e intervenha.

O fisioterapeuta poderá trabalhar também com as prevenções, deverá conhecer sobre a saúde dos trabalhadores e ficar atento à suas necessidades de acordo com sua função.

Gould (1993) diz que a educação pode ser usada na melhora da mecânica corporal, os exercícios isotônicos podem aumentar a flexibilidade e melhorar o movimento do corpo do indivíduo. Os alongamentos musculares são usados para prevenir lesões e melhorar a amplitude de movimento e o fisioterapeuta precisa observar em seus pacientes a ocorrência de posturas errôneas.

Lianza (2007) relata que os fisioterapeutas exercem uma função de suma importância para a área da saúde, pois estes não só promovem a reabilitação, mas são também responsáveis

por orientar seus pacientes, prevenindo doenças e promovendo bem-estar. Estes profissionais prestam seus serviços na área da saúde na reabilitação ou prevenindo comprometimentos e limitações funcionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os danos causados pela hiperlordose cervical compreendeu-se que as alterações posturais são recorrentes, o que pode causar mudanças na qualidade de vida do indivíduo devido à dor. A Text Neck é caracterizada pela contratura da musculatura extensora da coluna cervical, o que causa dores na região da cintura escapular irradiando para os membros superiores e região torácica anterior e superior.

Os sinais e sintomas apresentados pela hiperlordose cervical e suas características possíveis de serem identificados pela fisioterapia são encurtamento das musculaturas anteriores e os músculos de sustentação superior ou levantador escapular esternocleidomastóideo e escalenos, o que pode gerar dores de cabeça, dor no pescoço, ombro e dores nos braços, dormência nos membros superiores e também pode afetar a respiração.

A fisioterapia possui recursos e técnicas que podem ser utilizados para fazer a intervenção e minimizar os sinais e sintomas advindos da alteração postural. Dentre as principais técnicas para o tratamento da hiperlordose cervical estão os exercícios de fortalecimento muscular, a reeducação postural global, o pilates, a acumputrura, ultrasson, a quiropraxia, e também uma técnica recentemente criada na suíça a AtlasProfilax.

Para que a fisioterapia possa contribuir para prevenir o desvio postural, será necessário que o paciente com hiperlordose cervical passe por exame físico para que seja realizado o diagnóstico onde o fisioterapeuta deverá dar atenção especial quanto à postura do paciente, este deverá tratar o paciente como um todo, não há como tratar apenas uma articulação ou um músculo álgico. O tratamento deverá ser de acordo com a habilidade e experiência do fisioterapeuta, mas também deverá ser de acordo com as necessidades do paciente.

Compreender a importância da ergonomia para a melhora da postura corporal foi fundamental para compreender que a fisioterapia pode prevenir danos aos indivíduos e melhorando o conforto no trabalho ou nos afazeres do dia a dia. A ergonomia reconhece os fatores de riscos e se torna uma aliada a fim de adequar o ambiente e orientar quanto a má postura que o indivíduo adota.

Esse estudo não foi totalmente conclusivo, pois requer mais estudos para esclarecimentos sobre as alterações posturais, especificamente sobre a hiperlordose cervical e a contribuição da fisioterapia para melhora do quadro doloroso.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. G. **Fisioterapia preventiva nos distúrbios osteomusculares relacionados a trabalho:** dort's. 2. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2009.

BUENO, G. R; LUCENA, T. F. R. **Geração cabeça-baixa:** saúde e comportamento dos jovens no uso das tecnologias móveis. São Paulo, Simpósio Nacional ABCiber, 2016. Disponível em <http://abciber2016.com/wp-content/uploads/2016/trabalhos/geracao_cabeca-bai> Acesso em 29 de nov. 2019.

BRACCIALI, L, M. P.; VILARTA, R. **Aspecto a serem considerados na elaboração de programas de prevenção e orientação de problemas posturais.** Marília, 2000. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v14%20n1%20artigo2.> Acesso em 14 de mar. 2018.

CORRÊIA, V. M.; BOLETTI, R. R**. Ergonomia fundamentos e aplicações.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

EUFRÁSIO, V. P. S.; GAIOSO, V. S.; CAMPOS, A. O.; **Benefícios da acupuntura no tratamento da cervicalgia.** Disponível em<http www.inicepg.univag.br> Acesso em 14 de mar. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, UFRGS, 2009.
HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M., DERRICK, T. R., **Bases biomecânicas do movimento humano.** 4° ed. Manole: Barueri/SP, 2016.

LIDA, H. **Ergonomia** projeto e produção. 4° Ed. Edgard Blucher Ltda: São Paulo, ano 2005.
LIANZA, S. **Medicina de Reabilitação.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 2015.

LIMA, C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Disponível em<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004> Acesso em 12 de out. 2019.

KENDALL, F. P.; McCREARY E. K.; PROVANCE, P. G. **Músculos provas e funções.** 4ª ed. Manole: São Paulo, ano 1995.

KNOPLICH, J. **Enfermidades da coluna vertebral.** 4. Ed. Manole: Barueri/SP, 2015.

NAVAS, V. E. G. **Efecto de la terapia Atlasprofilax® sobres los sintomas relacionados con disfunción temporomandibular, bruxismo y la relación de las líneas medias**

dentalhes. Disponível em<www.atlasprofilax.la/uploads/media/Estudio_Efecto_de_la__terapia_Atlasprofilax....._01.pdf> acesso em 20 de set. 2019

GERMINARI S. **TEXT NECK:** uma epidemia global 2015. Disponível em:<http://text-neck.com/meet-dr.-fishman.html> 2009 Acesso em 23 de mar. 2018.

SILVA, A. C. L. G; MANNRICH G.; **Pilates na reabilitação:** uma revisão sistemática. Florianópolis 2009. Disponível em: <https://periódicos.pucpr.br/index.php/fisio/article/view/19479/18823> Acesso em 14 de mar. 2018.

VASCONCELOS, S. G. C.; MEJIA, D. P. M. **A quiropraxia em pacientes com cervicalgia.** Disponível em <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs[...]>. Acesso em 21 de jun. 2019.
VOIGH, M. L.; HOOGENBOO, B. J.; PRENTICE, W. E. **Técnicas de exercícios terapêuticos, estratégias intervenção musculoesquelética.** Manole: Barueri/SP, 2014.

SOUSA, A. P. **O pilates como recurso terapêutico na hiperlordose**. 2016. Disponível em: <blogpilates.com.br/pilates-no-tratamento-da-hiperlordose/> Acesso em 12 de abr. 2019

TAKATANI, F. K. G.; MEIJIA, D. P. M. **Eletroterapia para o alívio da cervicalgia:** uma revisão da literatura. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/32/73_Eletroterapia_para_o_alivio_da_cervicalgia.pdf.> Acesso em 3 de jun. de 2019.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FISIOTERAPIA NA FRAQUEZA MUSCULAR OCASIONADA PELA PERMANÊNCIA DE INTERNAÇÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Kellen Cristina Ribeiro da Silva[1]
Eliana Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: O corpo humano, na sua dinâmica de movimentar-se para realizar suas atividades de vida diária, necessita de manter-se em completa homeostasia. Tal fato é modificado quando o indivíduo encontra-se em uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva), principalmente no que tange ao sistema muscular e suas funções. Este estudo tem como objetivo promover o conhecimento sobre a atuação da Fisioterapia na fraqueza muscular ocasionada pela permanência de internação na UTI. A metodologia utilizada refere-se a uma revisão bibliográfica, utilizando obras publicadas entre 1992 a 2017 com a finalidade de conhecer sobre o trabalho fisioterapêutico realizado na fraqueza muscular adquirida por pacientes em longo período de internação na Unidade de Terapia Intensiva. O fisioterapeuta deve iniciar precocemente a reabilitação do paciente em uma UTI, pois quanto mais o paciente se encontrar sem mobilização e fortalecimento muscular maior será a perda de força e de massa muscular e, para tratar e prevenir a fraqueza muscular, o fisioterapeuta faz uso de várias técnicas, manobras e dispositivos.

Palavras-chave: UTI. Fraqueza Muscular. Qualidade de Vida. Fisioterapia.

Abstract: The human body, in the dynamics of moving to do the daily activities of life, needs to keep in a complete homeostasis. This fact changes when the individual is in an ICU (Intensive Care Unit), mainly in the aspect of the muscular system and its functions. This study aims to promote the knowledge about the physiotherapist's performance in muscular weakness caused by the permanence of hospitalization in the ICU. The methodology used refers to a bibliographic review using works published between 1992 and 2017 with the objective of knowing about the physiotherapists work performed on the muscular weakness acquired by patients in a long period of hospitalization in the ICU. The physiotherapist should starts early the patient rehabilitation in a ICU, because the more the patient is without mobilization and

[1] Fisioterapeuta. Técnica de Raio-X e Técnica de Laboratório. E-mail: k.ellen.c@hotmail.com

[2] Professora Especialista da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. E-mail: elianafisio@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

muscle strength, the more will be the loss of strength and muscle mass, and to treat and prevent the muscular weakness, the physiotherapist uses many techniques, maneuvers and devices.

Keywords: UCI. Muscular weakness. Quality of life. Physiotherapist.

1 INTRODUÇÃO

Movimentar-se faz da dinâmica do corpo humano o ponto chave para que o homem possa desenvolver-se, locomover-se e realizar suas atividades de vida diária – AVDS. Quando há perda ou limitação destas funções, os agravos que se manifestam afetam diretamente na qualidade de vida do indivíduo, principalmente se este estiver em uma UTI – Unidade de Terapia Intensiva.

Segundo Bercker et al (2005), nas UTI's o principal foco é o suporte à vida e o tratamento de pacientes gravemente doentes e com inconstância clínica. Além da causa da internação, outros fatores podem contribuir para o agravo no quadro do paciente. O período de ventilação mecânica e o uso de fármacos, como corticoides e neurobloqueadores, levam a quadros de fraqueza muscular, que por sua vez fazem com que a capacidade física e a qualidade de vida dos pacientes sejam afetadas e, essas alterações podem permanecer ainda por anos após a alta hospitalar.

A escolha deste tema se deu por perceber a necessidade de adquirir mais conhecimentos sobre a fraqueza muscular adquirida na UTI, devido ao longo período de internação. Para que seja evitada tal consequência em pacientes de Unidades de Terapia Intensiva, faz-se necessário buscar estudos que apresentem formas de prevenir e tratar o paciente que já se encontra com fraqueza muscular. Além disso, é importante conhecer melhor o trabalho realizado pelo fisioterapeuta dentro de uma UTI juntamente com a equipe multidisciplinar.

A sociedade necessita ter conhecimento do que realmente um longo período em uma Unidade de Terapia Intensiva faz com seu corpo. Precisa entender sobre as alterações e perdas que o corpo sofre nesse tempo. Deve-se informar e esclarecer para os cidadãos que a fraqueza muscular em UTI existe e pode ser evitada, mas, uma vez adquirida, a mesma tem tratamento.

O presente estudo tem a necessidade de informar sobre a atuação do fisioterapeuta na prevenção e tratamento da fraqueza muscular na Unidade de Terapia Intensiva, trabalho este que só pode ser executado pelo fisioterapeuta.

Realizar uma revisão literária é enriquecedor para quem a faz, mais ainda quando explorada e aproveitada por acadêmicos ou pesquisadores que apresentem interesse pela área estudada e querem complementar, comparar e acrescentar em suas pesquisas fatos ainda não descobertos ou vistos.

As problemáticas desse trabalho foram: qual o trabalho do fisioterapeuta na fraqueza muscular ocasionada pela internação em uma Unidade de Terapia Intensiva? A fraqueza muscular causada pelo tempo que o paciente permanece acamado na UTI pode acarretar outras complicações para o seu organismo? Quais procedimentos fisioterapêuticos podem ser realizados com este paciente? Quando deve ser realizado o contato do fisioterapeuta com o paciente na UTI? Como o fisioterapeuta pode prevenir a fraqueza muscular na UTI?

O estudo partiu da hipótese de que o fisioterapeuta na UTI dá ênfase no tratamento e prevenção da fraqueza muscular adquirida por longo tempo de internação. A fraqueza muscular causada pelo tempo que o paciente fica acamado em uma UTI pode gerar várias complicações para o organismo, como, por exemplo, atrofia de pele e úlceras de decúbito, membros edemaciados, contraturas musculares, baixa irrigação sanguínea, deficiência na remodelação dos tecidos, dentre outras. O contato do fisioterapeuta com o paciente deve acontecer assim que ele é internado no hospital, para que já comece a ser feito um trabalho de prevenção da fraqueza muscular e outras alterações neste paciente, para que se necessário a internação na UTI, o mesmo já se encontre fisicamente preparado para esta situação, que continuará sendo prevenida também no leito da UTI.

Este artigo tem como objetivo promover o conhecimento sobre a atuação da Fisioterapia na fraqueza muscular ocasionada pela permanência de internação na unidade de terapia intensiva, bem como identificar como é o trabalho do fisioterapeuta na UTI; apontar e citar complicações que a fraqueza muscular traz para o organismo; apresentar os procedimentos fisioterapêuticos que podem ser realizados com o paciente para prevenir e tratar a fraqueza muscular; analisar o momento que deve ser realizado o primeiro contato do fisioterapeuta com o paciente na UTI.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este referencial teórico se refere a uma revisão bibliográfica utilizando obras publicadas entre 1992 e 2019, com a finalidade de conhecer sobre o trabalho fisioterapêutico realizado na

fraqueza muscular adquirida por pacientes em longo período de internação na Unidade de Terapia Intensiva.

Foram analisadas literaturas de livros relacionados ao tema, estudos científicos, periódicos, pesquisas on-line, artigos e demais publicações impressas e digitais utilizando as palavras chaves: UTI, fraqueza muscular, qualidade de vida e Fisioterapia.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o apuramento de toda a bibliografia, sendo ela no formato de livros, periódicos, publicações isoladas e impressa, escritas já publicadas. Tem como enfoque realizar o contato direto do pesquisador com o material já escrito sobre o assunto proposto, facilitando a busca de informações e a análise de suas pesquisas. A revisão bibliográfica é uma das prioridades para se realizar uma pesquisa científica.

3 FRAQUEZA MUSCULAR EM PACIENTE NA UTI E A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA

Bolebal e Jericó (2006) ajuízam que o Centro de Terapia Intensiva tem como alvo básico restaurar e manter as funções fisiológicas normais do paciente. A UTI é formada por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas e aparelhamentos sofisticados, especializada em internações de pacientes carentes de maiores cuidados e em estado crítico.

Rivoredo e Mejia (2012) ponderam que, de sete a dez dias seja considerado um período de repouso, de doze a quinze dias já é denominado imobilização e a partir de quinze dias é conceituado decúbito de longa duração. Para cada semana completa de imobilização total no leito um paciente pode chegar a perder de dez a vinte por cento de seu índice inicial de força muscular. Em torno da quarta semana, ou seja, um mês, o paciente pode perder até cinquenta por cento da sua força muscular inicial.

Sarmento e Vega (2010) enfatizam que o paciente internado na Unidade de Terapia Intensiva por um extenso período tende a apresentar fraqueza muscular, entre outras complicações, como atrofia de pele e úlceras de pressão, geralmente ocasionadas pela falta de mobilidade no leito, levando à compressão de tecidos moles entre uma superfície óssea e uma superfície de contato com o leito por um longo tempo. Deste modo, se faz necessário o atendimento e cuidado fisioterapêutico, a fim de aperfeiçoar a perda funcional física do paciente, assim como, reduzir e prevenir futuras inépcias, por meio de diversas técnicas e

manobras terapêuticas que vão minimizar as futuras deficiências e parte ou total perda da funcionalidade.

Nozawa et al (2008) esclarecem que a úlcera de pressão é uma habitual complicação que os pacientes acamados enfrentam. Esta sequela é o resultado de um longo período no leito, sendo lesões visíveis na pele e tecidos implícitos. As ulcerações de pressão se desenvolvem geralmente em locais de evidência ou proeminências ósseas, como região maleolar, sacral, trocantérica, calcanhares, epicôndilos de joelhos e cotovelos. As maiores ocorrências são em pacientes ortopédicos, neurológicos e os de UTI. O seu aparecimento tem maior ocorrência ligada a fatores como a idade, a nutrição, o uso de fármacos, a perfusão do tecido, o diabete mellitus, patologias cardiovasculares e a ausência de sensibilidade local.

O aumento da fraqueza muscular generalizada, ligada ao paciente crítico é uma complicação que acomete cada vez mais usuários de UTI. A diminuição da força muscular amplia o período de internação, aumenta o risco de infecções e contribui para outras complicações.

A fraqueza muscular obtida na UTI é uma circunstância percebida clinicamente, que se qualifica por fraqueza difusa e simétrica, abrangendo a musculatura dos membros e os músculos respiratórios. Utiliza-se a fisioterapia nesses pacientes como solução que trata e previne a fraqueza muscular, a hipotrofia e a restauração da capacidade funcional.

Nishida (2013) afiança que a origem do tecido muscular é mesodérmica e se distingue pela característica de contração e relaxamento de suas células, o que define o movimento dos membros e órgãos. Existem três tipos de tecidos musculares: o estriado esquelético, denominado músculo voluntário, que é um tipo de músculo que recebe comando do sistema nervoso central e é responsável pelos movimentos dos inúmeros ossos e cartilagens do esqueleto; o estriado cardíaco, que é a maior composição do coração dos seres vertebrados; o tecido muscular liso, que é encontrado nos órgãos internos, grandes vasos, pele, sistema reprodutor e sistema excretor, e é um músculo involuntário.

Antczak (2005) garante que cerca de 40% (quarenta por cento) do peso corporal é composto pela musculatura esquelética e apenas 10% (dez por cento) compreende os outros dois tipos de tecido muscular. Os músculos esqueléticos são classificados funcionalmente em pronadores ou supinadores, flexores, extensores, abdutores e adutores. Parte do músculo estriado esquelético está interligada ao sistema ósseo e garante a realização de movimentos e posicionamentos do nosso corpo, permitindo a execução de atividades necessárias para sobrevivência.

França (2009) explica que o músculo estriado esquelético tem sua formação a partir da disposição dos filamentos de actina e de miosina, imprescindíveis para a origem da força muscular. Na fraqueza muscular adquirida em uma UTI, nota-se a avaria dos filamentos de miosina, acompanhada da quebra dos filamentos de actina. Fibras musculares do tipo II tendem a se tornar mais suscetíveis à ação inflamatória, que se desenvolve no período crítico da doença grave, tornando-se mais fácil a obtenção da atrofia devido ao desuso dos músculos, sendo mais evidenciado nas fibras do tipo II por causa da diminuição dos níveis de transcrição da miosina.

Clarkson (2002) afirma que o sistema muscular é capaz de realizar uma vasta variedade de movimentos, sendo todas essas contrações musculares orientadas e ordenadas pelo cérebro. A falta de equilíbrio causada pela rápida quebra de proteína muscular junto a outros fatores adjuntos pode induzir grande parte dos pacientes gravemente enfermos, acamados e idosos a serem abrigados precocemente em unidades de cuidados intensivos. A fraqueza muscular ou falta de força é classificada como diminuição da força em um ou mais músculos e, esta fraqueza pode se apresentar de forma geral ou local.

De acordo como Antczak (2005), a fraqueza muscular do paciente grave mostra-se de forma difusa e simétrica, comprometendo a musculatura estriada esquelética apendicular e axial. Os conjuntos musculares proximais comumente mostram-se mais comprometidos que os músculos distais, com implicação dos reflexos tendinosos profundos e da inervação sensório-motora.

Segundo Chy et al (2013), o longo período de repouso causa danos primeiramente aos músculos antigravitacionais e de contração lenta, como eretores da coluna vertebral, da cabeça e sóleo. Posteriormente, são prejudicados os de dupla articulação, ou seja, biarticulares, como o reto femoral e grastocnêmios e, os menos prejudicados são os de contração rápida. Em um curto espaço de tempo ocorrem as alterações e, depois de uma semana sem uso, as mudanças teciduais já se manifestam, como acréscimo das cisternas do retículo sarcoplasmático, baixa nos tecidos com capacidade de contração e desordem de sarcômeros, gerando a fraqueza da musculatura e a hipotrofia muscular. Além das deformidades na musculatura, acontece o aumento da fibrose em torno da articulação, queda de massa óssea e desalinhamento das fibras de colágeno, o que auxilia na diminuição da força provocada.

Existe a dificuldade de analisar os padrões funcionais dos acamados críticos, uma vez que, geralmente estes pacientes são submetidos a sedação profunda ou estão em tratamento com fármacos que podem modificar a função muscular e facilitar a inclinação de neuromiopatias.

Silva (2016) assegura que a força muscular do paciente desacordado pode ser mensurada por diferentes tipos de mutáveis e, em seguida, a aplicação de testes é formulada uma escala dos resultados alcançados em relação à força muscular. Tal escala não é particular, sendo a Escala de Oxford a mais utilizada.

Castilho (2004) esclarece que, para testar e comprovar a força muscular do paciente após a aplicação de cada teste de força muscular existem algumas escalas. A Escala de Oxford é atualmente a mais empregada para se mensurar a força muscular de pacientes sedados, sendo que, quando se gradua o grau zero, significa ausência de contração, o grau 1, tremulação de movimento, o grau 2 significa movimento com a gravidade contrabalançada, o grau 3, movimento contra a gravidade, o grau 4, movimento contra a gravidade e contra a resistência e, por fim, o grau 5 implica quando a força do músculo pode ser titulada como natural, sendo usada a força da gravidade contra o membro do paciente ou a força manual de quem está aplicando o teste em resposta a estímulos dolorosos contra as extremidades.

Clarkson (2002) afirma que em pacientes responsivos, o Medical Research Council (MRC) escore apresenta-se eficaz e com alto teor de precisão sobre a estimativa da força muscular periférica da disfunção neuromuscular do paciente grave. No entanto, na avaliação das pressões realizadas pelos músculos respiratórios ou na disfunção muscular respiratória são mensuradas pelo $Pi_{máx}$ e $Pe_{máx}$, sendo dos músculos inspiratórios pelo $Pi_{máx}$ e músculos expiratórios pelo $Pe_{máx}$, enquanto que o volume máximo de ar é comprovado pela manobra de capacidade vital (CV).

O desuso da musculatura, provocado pela restrição, pelo imobilismo no leito, pelo aumento no tempo em VMI – Ventilação Mecânica Invasiva e pelo comprometimento nas inervações musculares apuradas repetidas vezes nas neuromiopatias, causam a perda de massa muscular e deixam o organismo do paciente crítico exposto a fadiga e a fraqueza muscular, que prejudicam o processo de desmame ventilatório e a alta da UTI e hospitalar.

Presto e Damázio (2009) afirmam que, existe um aglomerado de disfunções que tem por início estrutural a manutenção do posicionamento no leito da pessoa acamada por um longo período. Este aglomerado recebe o nome de Síndrome da Imobilidade Prolongada (SIP). Os resultados da imobilização são titulados como uma diminuição na competência funcional principalmente dos sistemas: músculo esquelético, sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema tegumentar, sistema geniturinário e sistema gastrointestinal. O mais comprometido pelo imobilismo é o sistema musculoesquelético, acarretando complicações como fibrose, contraturas, atrofias, queda na força muscular e diminuição de resistência muscular.

Rivoredo e Mejia (2012) sustentam que, a falta de movimento e o mau posicionamento do paciente no leito favorecem o aparecimento de algias e bloqueios nas articulações, podendo se transformar em uma anquilose. Isso afeta principalmente as articulações da coluna lombar, quadril, joelhos, tornozelos, arcos plantares (aumentando as chances de um futuro comprometimento da marcha), ombros, cotovelos e músculos essenciais das mãos (induzindo a um póstumo comprometimento nas atividades da vida diária).

Silva (2010) pondera que o sistema muscular tem capacidade de realizar uma variedade de movimentos, sendo todos esses controlados e coordenados por contrações musculares estimuladas pelo cérebro, já que esse sistema é planejado para se manter em movimento. Em apenas sete dias de repouso no leito, reduz-se a força muscular em 30% (trinta por cento), adicionando 20% (vinte por cento) de perda da força restante a cada semana.

Santos (2009) afirma que a falta de equilíbrio provocado pela acelerada e estável quebra de proteína muscular ligada a outros fatores associados, acaba induzindo a grande parte dos pacientes gravemente enfermos, acamados e idosos a logo cedo serem instalados em uma unidade de cuidados intensivos, requerendo assim a intervenção da fisioterapia motora.

Ribeiro Netto et al (2011) asseguram que a perda da massa muscular em função do tempo depende de inúmeras condições como: inflamação, inatividade e/ou imobilismo e a resistência anabólica, visto que são fatores que aceleram a perda de massa muscular. A resistência anabólica é definida como inabilidade do músculo em manter a síntese proteica por estimulação adequada e a inibição da degradação de proteínas, sobrepondo-se aos efeitos da idade. A fraqueza muscular e o fator independente de mortalidade intra-hospitalar elevam a dependência da ventilação mecânica, resulta em aumento do tempo de internação em UTI, atrasa o tempo de alta hospitalar, além de determinar a diminuição da qualidade de vida e maiores custos intra e extra-hospitalares.

3.1 O fisioterapeuta na equipe multidisciplinar da UTI

Calvacante et al (2011) explanam que a fisioterapia é uma das áreas mais novas da saúde, tendo sido legitimada como profissão no Brasil em 13 de outubro de 1969, com o Decreto-Lei 938. O artigo 2º de tal decreto-lei afirma que os fisioterapeutas habilitados por centros de ensino e cursos reconhecidos são profissionais de nível superior e, o artigo 3º elucida que é de atividade exclusiva do fisioterapeuta realizar métodos e técnicas fisioterapêuticas a fim de restabelecer, desenvolver e manter a habilidade física do paciente.

Kamada (1978) garante que um grupo de pessoas que possuam certo nível em sua atuação mútua recebe o nome de equipe. Este grupo percorre um processo e uma ampliação antes de se tornar equipe. Possuir um trabalho e tratá-lo de modo organizado é tarefa de equipe. Para que uma tarefa em equipe exista, algumas regras precisam ser respeitadas, como por exemplo, o espírito em equipe e o respeito recíproco entre os componentes da mesma. Tais regras são primordiais para que cada integrante consiga desempenhar de forma harmônica e responsável o seu papel, unindo o saber, a experiência e as habilidades de todos os membros da equipe.

Segundo Silva Neto e Souza (2012), a equipe de profissionais que exercem funções na UTI é constituída por médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, auxiliares administrativo, supervisão médica de enfermagem e de fisioterapia, além de instrutores das referidas áreas e demais profissionais que relacionam constantemente com esta equipe, como: cirurgiões, médicos(as) assistentes, assistentes sociais, psicólogos(as), entre outros.

Pereira e Silva (2014) alegam que em 1972 surgiu a necessidade da criação de uma equipe para cuidados respiratórios, sendo composta inicialmente por anestesistas e enfermeiros que cuidavam de modo superficial da função pulmonar e da higienização de secreções brônquicas. Por anos, os responsáveis por essas UTI's delegaram a função da fisioterapia respiratória e motora a estes profissionais, mas o progresso da medicina e das pesquisas em saúde confirmou a precisão da inclusão de novos profissionais especializados no cuidado dos pacientes de UTI. Baseado nessa precisão surgiu então, a formação da equipe multidisciplinar e, de modo necessário o fisioterapeuta foi adicionado a esta equipe.

O fisioterapeuta e suas atividades nas UTI's foram reconhecidos como de grande relevância para os pacientes destes recintos, aumentando cada vez mais a presença destes nas UTI's. Devido a isso, foram instituídas diversas portarias para a regularização destes profissionais, sendo uma delas a Portaria GM/MS nº 1.071, de 04 de julho de 2005, a qual deixa claro que as UTI´s de todos os hospitais necessitam do amparo fisioterapêutico em período integral, obrigando as entidades a contratarem um fisioterapeuta para cada dez leitos constantes nas UTIs.

Tendo então seu lugar definido na equipe multidisciplinar e anteriormente com suas funções profissionais voltadas para a melhora e manutenção do desempenho respiratório, o fisioterapeuta agora se vê obrigado a atuar e tratar de modo sintético amplo e incluso, minimizando e revertendo o processo de frequência demorada no leito.

De acordo com Seidle Zannon (2003), o conceito de qualidade de vida na área da saúde e a importância do significado que traz essa palavra é relativamente moderno e, deriva, em parte, dos recentes protótipos que têm instigado as regras e as práticas do setor nos últimos tempos. Qualidade de vida se distribui em âmbito social, econômico, psicológico e físico e, mostra a consciência do ser a respeito de sua colocação na vida, no conjunto da cultura, das normas e valores nos quais ele convive e, em ligação aos seus desígnios, perspectivas, exemplos e inquietações. Necessita-se de uma vasta pesquisa em várias áreas da vida do indivíduo para se chegar de fato à sua verdadeira qualidade de vida. Porém, pode-se dizer que um paciente na UTI necessita de melhorar seu estado biopsicossocial e, é neste sentido que a fisioterapia se torna fundamental.

Caetano et al (2007) asseguram que vários aspectos têm sido ligados aos estudos da qualidade de vida. Dessa forma, ao ser usado este termo, deve-se fazer relação a um método de avaliação da forma que se vive, e, logo, do conjunto em que se fundamenta este viver e seus elementos, sob a visão do consumidor dos serviços oferecidos e, sob a visão técnica, impregnada pelos sentidos conferidos no tempo e ambiente. A qualidade de vida pode ser avaliada também com um apontador fidedigno do fruto dos serviços de saúde oferecidos ao cliente, especialmente por ser apontado pelo processo da patologia ou a piora em si, como pelos processos usados para seu tratamento.

Dentro de um ambiente hospitalar intensivo, não só o fisioterapeuta intensivista, mas toda a equipe multidisciplinar tem com principal foco a melhora e a qualidade de vida do paciente, contribuindo cada profissional com o seu melhor teórico e humano para que o paciente que já se encontra em um ambiente invasivo, sinta-se acolhido e tratado da melhor forma e com a melhor terapêutica possível.

Leite e Vila (2005) descrevem que é de suma importância enfatizar que a equipe multidisciplinar deve persistir no diálogo produtivo e benéfico, que deem valor na honestidade, na amizade e que cobrem o respeito mútuo. Necessita-se praticar a motivação do grupo, para que se crie uma equipe unida, harmônica e com foco na assistência de qualidade, resultando, então, no melhoramento da qualidade de vida do enfermo, da família e da respectiva equipe.

3.2 Atuação do fisioterapeuta na UTI

A realização precoce dos procedimentos fisioterapêuticos pode proporcionar uma melhora na funcionalidade do paciente, pois a fisioterapia trata e previne disfunções funcionais

de qualquer segmento do corpo humano. Sendo assim, este artigo teve como objeto de estudo identificar o tratamento e prevenção da fraqueza muscular ocasionada por um longo período de internação em uma Unidade de Terapia Intensiva.

Bispo Júnior (2007) elucida que, desde a sua ascendência, a fisioterapia tem um caráter necessariamente reabilitador e curativo. A atuação na fisioterapia reabilitadora é designada à cura de determinadas doenças e a reabilitação de sequelas e complicações. Seu objeto de intervenção é o ser individualizado, quando não, apenas elementos ou órgãos isolados do corpo. O fisioterapeuta possui formação biologicista, pautada em princípios flexnerianos, o que determina as percepções e as práticas profissionais à fisioterapia reabilitadora, oferecendo então, a formação e conhecimento amplo para tratar e prevenir todo e qualquer distúrbio funcional no segmento do corpo humano.

A fisioterapia motora em paciente de UTI ainda é um tabu para alguns profissionais ou para algumas pessoas, pois acreditam que uma vez que o paciente esteja vivo e respirando, graças aos aparelhos, isto baste, esquecendo que o corpo humano foi feito para movimentar-se, e, quando isso não acontece de forma contínua e correta, várias funções são perdidas ou atenuadas, sendo uma delas a função muscular.

França (2009) defende que, o fisioterapeuta munido de conhecimentos científicos e em dia com as atualidades da área da UTI, pode e deve interferir no mecanismo cronológico da perda funcional, fazendo uso de procedimentos avaliativos que facilite a elaboração de diagnósticos funcionais que propiciam e que lhe dê suporte para indicar, prescrever e executar técnicas, ciente de que o movimento humano e suas variáveis são de domínio característico da fisioterapia, para a ascensão da independência funcional e progresso da qualidade de vida dos pacientes na UTI.

Quando o paciente tem a oportunidade de receber o tratamento fisioterapêutico completo e adequado, suas chances de retardar sua saída da UTI são maiores, e quando é feito, a inserção de volta à rotina é simplificada e acelerada, pois o mesmo recebeu estimulo motor, sensorial e psicológico para facilitar o cumprimento das atividades diárias, diferente dos demais que não tiveram o atendimento fisioterápico integral.

Jerre et al (2007) evidenciaram em seu estudo que, o tratamento fisioterapêutico não deve ser restringido somente em manobras respiratórias, uma vez que, a baixa movimentação ou a falta dela pode causar a fraqueza muscular, resultando na dificuldade ou impossibilidade da mudança de decúbito e aumentando as chances de gerar úlceras de pressão. Existem vários exercícios que podem ser realizados pelo fisioterapeuta em uma UTI e, dentre eles estão os de

posicionamento no leito e as mudanças de decúbito, mobilizações passivas, uso de cicloergômetro, eletroestimulação e treino de transferência da cama para cadeira, diminuindo, assim, as chances de desenvolverem úlcera de pressão e outras peculiaridades do acamado, pela falta de movimento e irrigação sanguínea local.

CHY et al (2013) elucida que para que o fisioterapeuta realize seu trabalho com segurança e clareza, ele desempenha uma análise criteriosa do clínico, do físico e do psicológico do paciente. Suas condutas são distintamente individuais, respeitando o limite e o estado de todo e qualquer paciente, de acordo com os resultados apresentados por sua anamnese e testes complementares. A conduta de atividades para cada paciente é formulada seguindo suas necessidades e baseada no grau de incapacidade do paciente. O modo, a frequência e a duração do tratamento fisioterapêutico são determinados mediante a vida clínica e exame físico do paciente, incluindo neste a inspeção, palpação, mensuração, avaliação dos reflexos, testes especiais, testes de força muscular e de amplitude articular do movimento e, se necessário, uma eletroneuromiografia.

Pereira e Silva (2014) asseguram que, tem como tradição que os fisioterapeutas que atendem em UTI foquem a atenção em normalizar os distúrbios cardiorrespiratórios críticos, que oferecem risco à vida de seus pacientes. Porém, foi incluída neste foco, a prevenção das sequelas de patologias graves, como a fraqueza muscular, que remete por volta de 35% (trinta a cinquenta por cento) dos pacientes em situação grave e, perdura por anos depois da alta hospitalar, de uma maneira que somente uma pequena parte destes retorne ao trabalho antes de um ano.

Rivoredo e Mejia (2012) expõem que, o paciente grave situado em UTI desenvolve limitações de movimento, gerando danos a vários componentes do corpo, e, um deles são os ossos, nos quais acaba ocorrendo a redução da massa óssea integral devido ao aumento da produção osteoclástica, diminuição da produção osteoblástica e aumento da máxima produção osteoclástica, resultando em uma osteoporose por diminuição da utilização, pois é através de movimentos acompanhados de tração e pressão, que este segmento sofre ao decorrer do dia, que ocorre a reabsorção óssea.

Silva, Maynard e Cruz (2010) enfatizam que, de acordo com suas pesquisas e estudos, ao realizar técnicas e manobras como a cinesioterapia com exercícios passivos, ativo-assistidos, ativo-resistidos, estimulação do domínio de tronco, treino de AVD´S (Atividades de vida diária) e a deambulação, pôde-se constatar que, após executar um protocolo com um período de sete semanas, cinco dias na semana e, com sessões de duração de trinta a sessenta minutos, as

melhoras foram plausíveis e significativas na força muscular, nas AVD'S e consequentemente na diminuição do tempo de desmame da Ventilação Mecânica.

Silva, Maynard e Cruz (2010) salientam ainda que, fortalecimentos isométricos, ativos com ou sem carga, alongamentos e variantes das técnicas Bobath e Kabat são manobras que podem ser incluídas ao tratamento, pois também agregam e geram independências nas AVD'S, ampliação das fibras musculares e prevenção das contraturas musculares e articulares. A eletroestimulação funcional (FES) tem sido usada como fim para a preservação da massa muscular em pacientes críticos e para a recuperação da força muscular durante a reabilitação.

A eletroestimulação é apontada, clinicamente, como um artifício que estimula o aumento do músculo, além de elevar a força e a aptidão dos pacientes ainda inaptos a realizar exercícios ativos.

Silva et al (2016) descrevem que, a eletroestimulação neuromuscular (EENM) implica no uso de uma corrente elétrica, que geralmente é de baixa ou média intensidade, por meio de eletrodos depositados sobre a pele, com intuito de estimular certo músculo.

Godoy et al (2015) ratificam que a eletroestimulação neuromuscular mostra-se como um meio apropriado para excitar a função muscular, mesmo em períodos em que o paciente se encontre sob sedação profunda. Essa solução é bem sucedida em pacientes com DPOC – Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas, TRM – Trauma Raquimedular e pós-operatório ortopédico, resultando na melhora da tolerância aos empenhos físicos e prevenindo a hipotrofia muscular e, desse modo, preservando o bom condicionamento aeróbico. Para os doentes críticos, a utilização da eletroestimulação neuromuscular tem apresentado fatos expressivos na diminuição do tempo de ventilação mecânica e do período de desmame ventilatório. O uso da eletroestimulação neuromuscular tem capacidade de produzir efeitos sistêmicos, alterando os valores de oxigenação e valores energéticos do metabolismo em acamados graves. A aplicação desta terapia apresenta resultados na prevenção da atrofia muscular, manutenção da massa magra e melhora da funcionalidade.

Borges et al (2009) descreveram que, a eletroestimulação é bastante suportada na doença crônica, com baixas consequências prejudiciais. Grande parte dos estudos não tem encontrado nenhuma alteração expressiva na frequência cardíaca e na pressão sanguínea. Embasados em fatos existentes, as diretrizes da Sociedade Europeia Respiratória e Sociedade Europeia de Medicina em Cuidados Intensivos afirmaram que, a eletroestimulação pode ser apontada como uma terapia que auxilia no tratamento de pacientes gravemente doentes, que se encontram acamados e com grande risco de desencadear fraqueza da musculatura esquelética.

Godoy et al (2015) salientam que a inserção da eletroestimulação nas condutas fisioterapêuticas já tem sido repetidamente relacionada com o acréscimo da massa, aumento da força e resistência dos músculos. A eletroestimulação atenua a avaria de massa muscular no período da desenervação/imobilismo e gera o restauro da força muscular durante a reabilitação. Também tem mostrado capacidade de indução do aumento da capacidade oxidativa muscular e provado ser mais uma forma de exercício físico leve. O estresse oxidativo, caracterizado pelo desequilíbrio entre formação de radicais livres e substâncias antioxidantes pelas mitocôndrias, inicia um processo de resposta inflamatória, desencadeando alterações sistêmicas. O uso de eletroestimulação em pacientes com estresse oxidativo tem sido aplicado com sucesso.

Gouvea e Santos (2009) destacaram que, uma pesquisa comprovou que a perda de massa muscular poderia ser evitada em pacientes graves somente com alongamentos, movimentos passivos contínuos em períodos de três horas por mais de sete dias, a baixa de proteína e aumento de água foi atenuado no membro inferior tratado comparado com o membro inferior que se tratou de modo rotineiro. Os benefícios do movimento passivo interrupto têm sido apresentados na recuperação de diversas doenças articulares.

Para realizar de forma correta um diagnóstico aceitável do paciente e recomendar o melhor tratamento respiratório, o fisioterapeuta necessita ter um vasto conhecimento de fisiopatologia das estruturas pulmonares, do sistema respiratório e de sua mecânica.

França et al (2009) afirmam que os exercícios de inspiração profunda e a espirometria de incentivo são recomendados para pacientes com complicações respiratórias devido a hipoventilação. Na espirometria de incentivo, usa-se a sustentação máxima inspiratória para chegar a volumes pulmonares elevados associados ao feedback visual, incitando os pacientes a chegarem aos volumes e fluxos necessários. Equipamentos ou dispositivos que provoquem pressão positiva nas vias aéreas são usados no período inspiratório, expiratório ou em ambos os períodos da respiração. Nos equipamentos que oferecem essa pressão estão inclusos ventilação com dois níveis de pressão nas vias aéreas (Bi-level), respiração por pressão positiva intermitente (RPPI), pressão positiva contínua nas vias aéreas (CPAP) e pressão expiratória nas vias aéreas (EPAP).

Sacon et al (2009) afirmam que, a pompage é uma terapia oesteopática que se baseia no contato com a pele do paciente, interagindo diretamente com o tecido conjuntivo (fáscia), promovendo melhoras na circulação, nos sistemas muscular e articular, além do efeito relaxante. Esta técnica pode ser usada em todos os tipos de pacientes, gerando o relaxamento muscular e facilitando a respiração. O reequilíbrio toracoabdominal é uma forma de tratamento,

o qual gera o alongamento do grupo muscular dos acessórios inspiratórios, o alongamento destes músculos gera a evolução da função diafragmática, o melhor condicionamento dos músculos acessórios, a diminuição da impressão de dispnéia, um menor esforço muscular ventilatório e a expectoração das secreções. A união destas duas técnicas intensifica o tratamento fisioterapêutico no cunho respiratório, proporciona aos pacientes a diminuição dos efeitos da internação e a melhora das inércias respiratórias.

De acordo com Presto e Damázio (2009), não é recente o conhecimento de que as consequências nocivas do repouso no leito e os benefícios da mobilização precoce têm tido reconhecimento em enfermos hospitalizados. Os exercícios de mobilização iniciam-se imediatamente depois das mudanças fisiológicas necessárias e, não só depois da alta da Unidade de Terapia Intensiva. A pretensão da mobilização prematura na UTI tem como foco estabilizar ou aumentar a funcionalidade física do paciente e sua força muscular. A fisioterapia motora inclui atividades gradativas, como por exemplo, mudança de decúbito, mobilidade no leito e treino de marcha.

A disfunção muscular pode ser agravada por decorrências de patologias, sedação e imobilidade no leito, tal como veemência e constância inadequadas da reabilitação física. A frequência e agravamento da fraqueza neuromuscular e seus aparecimentos clínicos podem ser abrandados, empregando-se escolhas como a mobilização precoce para prevenir e tratar tais dificuldades.

Ribeiro Netto et al (2011) expõem que, em um estudo realizado com pacientes internados em uma Unidade de Terapia Intensiva, a mobilização antecipada, exercício de cinesioterapia, fortalecimentos isométricos e ativos, o uso da prancha ortostática, a abordagem fisioterapêutica na respiração como na desobstrução brônquica, reexpansão pulmonar, entre outros, são importantes e necessários recursos para reabilitar pacientes críticos. O posicionamento correto no leito dos pacientes na UTI pode ser usado como fim fisiológico de otimização do transporte de oxigênio por meio do aumento da interação da ventilação com o índice de perfusão (V/Q), acréscimo dos volumes pulmonares, diminuição do trabalho respiratório, atenuação do trabalho cardíaco e encurtamento das sequelas do repouso e do imobilismo.

Fleury e Tufanin (2013) defendem que, se utiliza a mobilização como recurso de proteção das estruturas comprometidas de certo segmento ajudando no ganho e manutenção da força muscular e da função física, inserindo e realizando tratamentos fisioterapêuticos graduais, como atividades no leito, em posição de decúbito ou sedestado a borda do leito, deambulação

e mudança de decúbito. Quando estes pacientes não recebem este tratamento e a estimulação física correta e necessária, desenvolvem uma deficiência na remodelação dos tecidos, redução da amplitude de movimento e contraturas musculares, que acarretam alterações teciduais adversas. O emprego da fisioterapia motora em pacientes críticos é uma abordagem confiável, bem suportada e viável.

O exercício físico em uma UTI é uma dilatação coerente da reabilitação e evidencia ser um fator eficaz dos cuidados graves, sendo que as atividades fisioterapêuticas proporcionam melhoramentos físicos e psicológicos rápidos e duradouros.

Pinheirol e Crhistofolettill (2012) narram que, pesquisas recentes mostram que, cada vez mais tem sido dado enfoque à mobilização precoce do paciente crítico, sendo tida como uma intervenção confiável e necessária após a consolidação cardiorrespiratória e neurológica do paciente, que dificilmente gera reações adversas. Usada por vários fisioterapeutas, a mobilização precoce necessita ser feita todos os dias nos pacientes críticos internados em UTI, tanto naqueles estáveis, que estão acamados e inconscientes, como naqueles conscientes e que desempenham a marcha livre. Apesar disso, além de fatos enfatizarem que a mobilização precoce do paciente constitua uma baixa dos resultados insalutífero do imobilismo, oferecendo um melhor progresso clínico dos pacientes, alguns profissionais da saúde apresentam receio em mobilizar pacientes sob Ventilação Mecânica e limitam as atividades destes indivíduos.

Borges et al (2009) afirmam que, as intervenções precoces são indispensáveis para prevenir danos tanto físicos como psicológicos. Deve-se dar inicio a atividade terapêutica precocemente para impedir os riscos da hospitalização delongada e imobilidade associada, podendo ser uma das chaves para a recuperação do enfermo. Ultimamente recomendam-se intervenções fisioterapêuticas com exercícios relacionados a atividades praticadas no dia a dia do paciente, deixando-o assim, preparado e situado para desenvolver e manter uma maior independência e percepção de realização de suas antigas atividades cotidianas. Posteriormente a alta da UTI, os pacientes mostram incapacidades que podem persistir por até mesmo um ano, tornando-se inabilitados a regressar ao trabalho devido a fadiga constante, fraqueza e falta de força funcional. A reabilitação tem o poder de restabelecer o prejuízo funcional, mas, em determinadas vezes, esta é somente principiada depois da alta da unidade, ou seja, com atraso.

O uso de aparelhos e equipamentos por fisioterapeutas para ganho e manutenção da força já são muito utilizados no meio ambulatorial e, agora, os mesmos estão sendo usados em ambientes hospitalares e de terapia intensiva. O cicloergômetro, o bastão, a bola suíça e halteres são equipamentos auxiliares que apontam o aumento de força do tecido musculoesquelético.

De acordo com Pires Neto et al (2013), o cicloergômetro é um equipamento estacionário, que admite rotatividades cíclicas, permitindo a realização de exercícios passivos, ativos e resistidos por pacientes, sendo utilizado somente após o desmame da ventilação mecânica e com os membros superiores, sendo ainda escassos os estudos constando o uso do cicloergômetro nos membros inferiores. A utilização precoce deste aparelho possibilita o ganho da força muscular e o aumento da capacidade funcional do paciente crítico.

Abdon et al (2008) afirmam que, em 1963 a Bola Suíça foi projetada por um italiano chamado Aquilino Cosani, que produzia plásticos. Ele aprimorou um método de moldagem de plástico resistente a rompimentos ou perfurações de grandes bolas. Pezzi bolas era o nome conhecido destas bolas, as quais foram usadas pela primeira vez em condutas fisioterapêuticas para o tratamento de recém-nascidos e lactentes pela Fisioterapeuta britânica Mary Quinton, que trabalhava na Suíça. Este instrumento tem cada vez mais sido utilizado em tratamentos neurológicos, ortopédicos e na terapia intensiva, podendo ser empregado em condutas em adultos e crianças, a nível domiciliar, ambulatorial e hospitalar. A cinesioterapia usando a Bola Suíça tem em vista a reeducação da flexibilidade e das mudanças musculares, favorecendo o relaxamento, evoluindo as disfunções pulmonares, aumentando o equilíbrio e coordenação e o aumento da força muscular.

Gouvea e Santos (2009) esclarecem que, pacientes graves são expostos a diversas tenacidades estressantes como alterações nutricionais, fármacos que afetam a unidade motora, estresse catabólico, alterações nos líquidos e eletrólitos e, todos esses atenuantes conduzem o paciente crítico a desenvolver fraqueza muscular na UTI. Além dos malefícios para o paciente, esta condição também acarreta custos hospitalares.

Chy et al (2013) enfatizam que, a abordagem fisioterapêutica preventiva atenua os riscos de uma complicação devido à infecções hospitalares e das vias respiratórias, favorecendo na redução de gastos e recursos financeiros que seriam investidos na compra de fármacos de altos preços. A atuação fisioterápica especializada nas Unidades de Terapia Intensiva baseia-se em benefícios voltados especialmente para os pacientes, mas visando também o gasto com a saúde em geral.

Nepel et al (2011) deixam evidente que, a inclusão do profissional de fisioterapia na equipe multidisciplinar tem como foco a otimização do período de internação nas Unidades de Terapia Intensiva, assim como a diminuição do gasto hospitalar. A intervenção fisioterapêutica foi avaliada e constatou-se que a abordagem da fisioterapia respiratória aumentou a quantidade

de altas hospitalares em 20% (vinte por cento) e amortizou as transferências de pacientes para outros hospitais em 36% (trinta e seis por cento).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre a fisioterapia na fraqueza muscular ocasionada pela permanência de internação em UTI, foi possível identificar de forma clara e concisa o trabalho e a importância do fisioterapeuta dentro da mesma.

Após encontrar vários autores que citam de forma específica a necessidade do fisioterapeuta em uma UTI, a função do profissional de fisioterapia seja ela dentro ou fora daquela deve ser desenvolvida pelo mesmo, pois só o ele pode realizar a fisioterapia.

A atuação do fisioterapeuta junto à fraqueza muscular ocasionada pelo longo período de internação em uma UTI deve-se iniciar o mais precoce possível, pois quanto mais o paciente se encontrar sem mobilização e fortalecimento muscular, maior será a perda de força e de massa muscular nesse paciente.

Para tratar e prevenir a fraqueza muscular, o fisioterapeuta faz uso de várias técnicas, manobras e dispositivos, sendo que a eficácia da conduta fisioterapêutica pode ser comprovada pelos diversos documentos utilizados neste artigo.

O longo período em que o paciente fica internado não traz apenas a fraqueza muscular, mas outras complicações, tais como, úlceras de pressão, devido ao atrito da pele com o colchão por um longo período e a diminuição de irrigação sanguínea local. As úlceras de pressão são portas de entrada para infecções, retardam o retorno da prática de atividades de vida diárias, podendo aumentar as chances do surgimento da osteoporose, dentre outros.

A conduta fisioterapêutica com alongamentos ativos, passivos e ou ativos-assistidos, cinesioterapia, fortalecimento muscular com ou sem carga, exercícios respiratórios, mudança de decúbito, deambulação, uso da maior quantidade de técnicas, manobras e dispositivos necessários e possíveis como a FES, bola suíça, cicloergômetro, estímulos motores e nervosos podem e devem ser utilizados para o tratamento e prevenção da fraqueza muscular em paciente de UTI e, quanto mais precoce o tratamento fisioterapêutico, melhores serão as respostas destes pacientes, mais rápido seu desmame ventilatório e sua alta hospitalar e, menores sequelas físicas e emocionais para o paciente.

Essa pesquisa não é conclusiva. Em função disso, se faz necessário um maior número de buscas e estudos que ressaltem e enfatizem a atuação do fisioterapeuta em pacientes com

fraqueza muscular devido à permanência nas UTI's, contudo, obtive êxito em sanar todas as problemáticas indagadas nesse artigo.

REFERÊNCIAS

ABDON, A. P. V. et al. **Os efeitos da bola suíça nos pacientes portadores de hemiplegia por acidente vascular cerebral.** 2008. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/viewFile/171/2231> Acesso em: jun. 2018.

ANTCZAK, S. E. et al. **Distúrbios musculoesqueléticos**: Fisiopatologia Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 340p.

BERCKER, S. et al. Polineuropatia da doença crítica em pacientes com SARA. **Critical Care Medicine,** São Paulo, v. 33, p. 711-715, jun. 2005.

BISPO JÚNIOR, J. P. **Fisioterapia e saúde coletiva**: desafios e novas responsabilidades profissionais. 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v15s1/074.pdf> Acesso em: mar. 2019.

BOLEBAL, F.; JERICÓ, M. C. **Unidades de terapia intensiva:** considerações da literatura acerca das dificuldades e estratégias para sua humanização. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000200019> Acesso em: mar. 2019.

BORGES, V. M. et al. **Fisioterapia motora em pacientes adultos em terapia intensiva**. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2009000400016>. Acesso em: mar. 2019.

CAETANO, J. A. C. et al. Cuidado humanizado em terapia intensiva: Um estudo reflexivo. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 2, p. 325-330, jun. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127715306022.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

CALVACANTE, C. C. L. et al. **Evolução científica da fisioterapia em 40 anos de profissão**. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fm/v24n3/16.pdf> Acesso em: jun. 2018.

CASTILHO, L. V. **Sistema multimídia de apoio ao aprendizado dos testes de força muscular**. 2004. Disponível em: <http://www.academia.edu/3113748/Luciana_Vieira_Castilho_Sistema_de_apoio_ao_aprendizado_dos_testes_de_for%C3%A7a_muscular> Acesso em: mar. 2019.

CHY, A. et al. **Critérios de avaliação fisioterapêutica em UTI.** 2013. Disponível em:<http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/27/21__AvaliaYYo_FisioterapYutica_na_Unidade _de_Terapia_Intensiva.pdf> Acesso em: jun. 2018.

CLARKSON, H. M. **Avaliação musculoesquelética:** Amplitude de Movimento Articular e Força Muscular Manual. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FLEURY, H. L.; TUFANIN, A. **Mobilização de pacientes críticos em unidades de terapia.** 2013. Disponível em: <http://www.ceafi.com.br/biblioteca/mobilizao-de-pacientes-crticos-em-unidades-de-terapia-intensiva-uma-reviso-de-literatura>. Acesso em:mar. 2018.

FRANÇA, E. et al. **Força tarefa sobre a fisioterapia em pacientes críticos adultos:** Diretrizes da Associação Brasileira de Fisioterapia Respiratória e Terapia Intensiva (Assobrafir) e Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib). 2009. Disponível em: <http://www.rogerioultra.com.br/arquivos/fisiointensamibfor _atarefa.pdf.> Acesso em: nov. 2019.

GODOY, M. D. P. et al. **Fraqueza muscular adquirida na UTI (ICU-AW):** efeitos sistêmicos da eletroestimulação neuromuscular muscular. 2015. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2015/v51n4/a5409.pdf> Acesso em: abril. 2018.

GOUVEA, M. L.; SANTOS, W. C. **Importância da mobilização em acidentes Internados em uma unidade de terapia intensiva.** 2009. Disponível em: <http://www7.bahiana.edu.br/jspui/bitstream/bahiana/651/1/Artigo.Gouv%C3%AAa.%C3%82ngelaMariaLimade.2009.001.BAHIANA.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

JERRE, G. et al. **Fisioterapia no paciente sob ventilação mecânica.** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-37132007000800010 &script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: mar. 2019.

KAMADA, C. Equipe multiprofissional em unidade de terapia intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 31, n.1. 1978. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-716719780001000 60> Acesso em: jun. 2019.

LEITE, M. A.; VILA, S. C. **Dificuldades vivenciadas pela equipe multiprofissional na unidade de terapia intensiva**. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2006/2084> Acesso em:jun. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** 4. ed. Atlas: São Paulo, 1992. p. 43-44.

NEPEL, A. et al. Intervenção da fisioterapia na redução do tempo de internamento de idosos com afecções respiratórias nos centros municipais de urgências médicas (CMUM's) de Curitiba. **Revista Brasileira de Terapia e Saúde**. 2011. Disponível em: <http://www.omnipax.com.br/RBTS/artigos/v2n1/RBTS-2-1-4.pdf> Acesso em: jun. 2018.

NISHIDA, S. M. **Ciclo de neurofisiologia**. Departamento de Fisiologia, IB Unesp Botucatu. 2013. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/aula.21.contracao_muscular_esqueletica.pdf> Acesso em: jun. 2019.

NOZAWA, E. et al. Perfil de fisioterapeutas brasileiros que atuam em Unidade de tratamento intensivo. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v.15, n. 2, p.177-82, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fp/v15n2/11.pdf> Acesso em: jun. 2018.

PEREIRA, R. R. R.; SILVA, F. M. F. **A importância da inclusão do fisioterapeuta na unidade de terapia intensiva**. 2014. Disponível em: <http://www.ceafi.com.br/biblioteca/pagina/9/a-importncia-da-incluso-do-fisioterapeut a-na-unidade-de-terapia-intensiva> Acesso em: jun. 2018.

PINHEIROL, A. R.; CRHISTOFOLETTILL, G. **Fisioterapia motora em pacientes internados na unidade de terapia intensiva:** uma revisão sistemática. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-507X2012000200016 &script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: mai. 2019.

PIRES NETO, R. C.et al. **Caracterização do uso do cicloergômetro para auxiliar no atendimento fisioterapêutico em pacientes críticos.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbti/v25n1/08.pdf> Acesso em: jun. 2019.

PRESTO, B.; DAMÁZIO, L. **Fisioterapia na UTI.** Elsevier: Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO NETTO, B. L. et al. Atuação da fisioterapia desde a unidade de terapia intensiva até a alta hospitalar no tratamento da polineuropatia do paciente crítico: Um relato de caso. **Anais...** Florianópolis: XIX Congresso Brasileiro de Fisioterapia, 2011.

RIVOREDO, M. G. A. C.; MEJIA, D. **A cinesioterapia motora como prevenção da síndrome da imobilidade prolongada em pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva**. 2012. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/27/15_-_A_Cinesioterapia_Motora_ como_prevenYYo_da_SYndrome_da_Imobilidade_Prolongada_em_pacientes_internados_e m_UTI.pdf> Acesso em: abr. 2018.

SACON, A. B. et al. Fisioterapia Respiratória: uso de técnicas de reequilíbrio toracoabdominal e pompage. **Revista Contexto e Saúde**, Ijuí, v. 8, n. 16, jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.ph p/contextoesaude/article/view/1446> Acesso em: jun. 2018.

SANTOS, A.; ANDRADE, F. Mobilização Precoce Aplicada ao Doente Crítico: Efeitos fisiológicos, Protocolos e Benefícios Clínicos. **Interfisio**, Rio de Janeiro, nov. 2010. Disponível em: <http://interfisio.com.br/?artigo&ID=437&url=Mobilizacao-Precoce-Aplicada-aodoente-Critico–Efeitos-Fisiologicos–Protocolos-e-Beneficios-linicosf%C3%ADcios> Acesso em: nov. 2019.

SARMENTO, G. J. V.; VEGA, J. M.; LOPES, N. S. **Fisioterapia em UTI.** Atheneu: São Paulo, 2010.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. **Qualidade de vida e saúde:** aspectos conceituais e metodológicos. 2003. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X200400020 0027> Acesso em: jun. 2018.

SILVA, A. C. A. et al. **Efeitos e modos de aplicação da eletroestimulação neuromuscular em pacientes críticos.** ASSOBRAFIR Ciência. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rebrafis/article/viewFile/21664/18888> Acesso em: jun. 2018.

SILVA, A. P. P.; MAYNARD, K.; CRUZ, M. R. Efeitos da fisioterapia motora em pacientes críticos: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br /pdf/rbti/v22n1/a14v22n1.pdf> Acesso em: nov. 2019.

SILVA NETO, B. G.; SOUSA, D. P. M. **A prática do fisioterapeuta intensivista junto à equipe multidisciplinar.** 2012. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/27/03__A_prYtica_do_fisioterapeuta_ intensivista_junto_Y_equipe_multidisciplinar.pdf> Acesso em: jun. 2019.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA SUPERVISÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM JOÃO PINHEIRO

Leticia Gonçalves dos Santos[1]
Edson Geraldo Fagundes [2]

Resumo: Objetivos: compreender o processo de trabalho do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde da Estratégia de Saúde da Família. **Métodos:** Trata-se de um projeto de estudo qualitativo, descritivo, foi realizada por meio de uma entrevista que é um meio de instrumento de História Oral. Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas com 05 enfermeiros e 05 agentes Comunitários de Saúde da Estratégia de Saúde da Família. **Resultados:** Os resultados da pesquisa demonstraram que o enfermeiro tem um papel importante na supervisão do trabalho dos Agentes comunitários de Saúde, sendo este uma forma de visar o crescimento pessoal e profissional de toda sua equipe. **Conclusão:** Os enfermeiros inseridos na Unidade Básica de Saúde vêm exercendo suas funções de supervisão e educação dos profissionais sob sua responsabilidade, assim possibilitando uma melhor assistência à saúde de forma preventiva a comunidade assistida.

Palavra-chave: Enfermeiro. Supervisão. Agente comunitário de Saúde. Saúde Pública.

Abstract: Objectives: To understand the work process of nurses in the supervision of community health agents of the Family health strategy. **Methods:** It is a qualitative, descriptive study project, was performed through an interview that is a means of an Oral History instrument. Data were collected through interviews with 05 nurses and 05 Community Health agents from the Family Health Strategy. **Results:** The research results showed that nurses have an important role in supervising Community Health Agents' work aim at the personal and professional growth of your entire team. **Conclusion:** Nurses in the Basic Health Unit supervising and educating the professionals under their responsibility, thus enabling better health care in a preventive way to the assisted community.

Keyswords: Nurse. Supervision. Community Health Agent. Public health.

[1] Bacharel em Enfermagem. Pela Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP-Pós-Graduada em saúde da Família pelo Instituto Máximo. E-mail leticyagsantoss@gmail.com

[2] Completar Bacharel em Enfermagem. Especialista em Formação Pedagógica para os Profissionais da Área da Saúde pela UFMG. Atua como Enfermeiro de Saúde da Família. E-mail: edsongfagundes3m@gmail.com

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

1 INTRODUÇÃO

Divulgado oficialmente em 1994, o Programa de Saúde da Família (PSF), incialmente é definido como um modelo de assistência à saúde do indivíduo, da família e da comunidade, utilizando o trabalho de equipe de saúde, responsáveis pelo atendimento na unidade local de saúde e na comunidade, no nível de atenção primária.

Hoje conhecido como Estratégia de Saúde da Família (ESF), por não se tratar mais apenas de um programa, surgiu na qualidade de estratégia setorial de reordenação do modelo de atenção à saúde, como eixo estruturante para reorganização da prática assistencial, no sentido de imprimir uma nova dinâmica nos serviços de saúde e estabelecer uma relação de vínculo com a comunidade, humanizando esta prática direcionada a vigilância à saúde, na perspectiva da intersetoralidade. A Estratégia de Saúde da Família fundamenta-se em universalização, integralidade, equidade, hierarquização, descentralização e controle social, vindo ao encontro dos princípios constitucionais do SUS.

> O PSF passa a ser considerado não mais como um programa, na tradição corrente do Ministério da Saúde, mas como uma estratégia para a reorganização da pratica assistencial em novas bases e critérios, em substituição do modelo tradicional de assistência, orientado para cura de doenças e no hospital, resgatando os princípios do SUS, visando melhorar e ampliar o atendimento à população. (AGUIAR, 2015, p. 134).

Desta forma, o programa propõe organizar as práticas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), evidenciando o caráter multiprofissional e interdisciplinar das equipes de saúde da família (ESF), com prestação de atendimento integral nas especialidades básicas de saúde, numa base territorial delimitada, com garantia de serviços de referências a saúde para os níveis de maior complexidade, possibilitando o reconhecimento da saúde, como um direito de cidadania, ao estimular a organização da comunidade e buscar o aprimoramento da participação e, de controle social da população na área da saúde.

Essa mesma portaria define as atribuições especificas de cada profissional que compõe a equipe de uma ESF, onde umas das atribuições especificam do profissional enfermeiro (a) é supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem. Assim, o enfermeiro (a) da ESF é um profissional que se depara constantemente com situações concretas referentes à educação, não é só com a comunidade, como também na capacitação dos profissionais sob sua supervisão. (ALENCAR, 2006).

O agente comunitário de saúde (ACS) é um trabalhador que atua em dois importantes programas do Ministério da Saúde: o Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS) e o Programa Saúde da Família (PSF). Atualmente, esses programas consolidam-se no contexto da municipalização e descentralização das ações de atenção primária à saúde no Brasil. O ACS tem como função integrar a comunidade e capacidade para a ajuda solidaria que aliados à sua capacidade de liderança a tornam um mediador entre duas esferas: o estado e a comunidade. (BRASIL, 1999).

Dessa forma, o enfermeiro tem um papel importante como supervisor dos Agentes Comunitários de Saúde de forma a gerar novas competências ao trabalho deste grupo, assim fortalecendo as experiências de cada ACS e somando a novos conhecimentos, para que juntos com os demais profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), possam enfrentar os desafios do dia a dia, possibilitando uma melhor qualidade de vida para a população assistida.

O presente artigo pretende abordou a atuação do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde na estratégia de saúde da família, que será realizada em uma ESF, situada no município de João Pinheiro – MG no ano de 2019.

O município de João Pinheiro – MG está situado no sudeste de Minas Gerais. O mesmo se estende por 10 727,5 km² e contava com 45.260 habitantes no último censo. (IBGE 2016). A densidade demográfica é de 4,2 habitantes por km² no território do município. João Pinheiro se situa a 94 km a Sul-Leste de Paracatu a maior cidade nos arredores. Atualmente conta com 10 Unidades Básicas de Saúde, sendo 7 localizadas na cidade e 3 localizadas nos distritos de João Pinheiro. (BRASIL, 2018).

A realização deste projeto justifica-se pelo interesse de saber mais sobre o papel desenvolvido pelo enfermeiro como supervisor dos ACS dentro da ESF. E diante disso percebo a grande importância da equipe de saúde da família, atuarem de forma junta para que a comunidade se beneficie com essas as ações desenvolvidas pela equipe.

Com este projeto pretende-se contribuir com a formação de importantes bases de evidencias para a reorientação das práticas desenvolvidas pela equipe da ESF, com vistas à criação de novas estratégias de intervenções e melhorias na qualidade dos serviços prestados a comunidade. É relevante ainda, acrescentar que os resultados fortalecerão o elo entre os agentes comunitários de saúde e o enfermeiro da estratégia de saúde da família.

Nesse sentido a realização deste projeto, justifica-se pela necessidade de iluminar o campo da produção de saberes e práticas da enfermagem que atua na prática assistencial da atenção primária e também pelo fato do profissional de enfermagem, ser um elemento

fundamental na equipe de saúde da família fazendo a sintonia entre os agentes de saúde, a comunidade e a equipe no geral. Dessa forma, o ACS é o elo da corrente, que liga o serviço da ESF a população, sendo importante que ele seja incentivado em suas funções e encontre um ambiente de trabalho adequado ás demandas de saúde que ele mesmo traz por parte dos usuários a que estão vinculados. Toda a articulação desse grupo fica, portanto, a cargo do enfermeiro, demostrando a importância do mesmo no êxito final do trabalho de toda equipe.

> Nesse processo, considerando questões éticas e estéticas e o rigor do estudo, é bastante valorizada a qualidade do ambiente da pesquisa e da interação pesquisador – pesquisado, a qual se expressa em razão do potencial criativo do pesquisador e de suas habilidades de comunicação verbal e não verbal. Essa interação é subsidiada para dar conta de responder à pergunta da pesquisa e tornar o processo de interação com o campo uma relação construtiva para ambos, incluindo satisfação de pesquisar. (PATRICIO, 2005, p. 40)

Partindo dessa premissa é que o presente artigo pretende responder ao seguinte questionamento: Entender como é a supervisão do enfermeiro no trabalho dos agentes comunitários de saúde dentro da Estratégia de Saúde da Família de João Pinheiro 2019? Qual a necessidade da educação permanente para os Agentes Comunitários de Saúde e os demais membros da equipe de saúde da família? E como é feita a busca ativa dos pacientes com comorbidades crônicas para dentro da Unidade Básica de Saúde (UBS)?

Hipostenizou-se que o enfermeiro supervisiona o trabalho dos ACS de várias formas, entre elas, a ficha de visita domiciliar realizada pelo ACS, e por meio de reuniões mensais, com o objetivo de reorientar sua prática, auxiliar na resolução de conflitos entre os membros da equipe e o aprimoramento do seu processo de trabalho, pois a troca de informações é importante para subsidiar discussões entre supervisores, para que estes possam adequar essas informações ao seu cotidiano de trabalho.

A educação continuada para o ACS e demais membros da equipe, é de suma importância para que os agentes possam desenvolver seu trabalho com melhor qualidade, sem dúvidas e para orientar a população, para uma qualidade de vida melhor e trabalhar na prevenção de doenças e agravos de outras doenças pré-existentes.

A busca ativa é feita através de visitas domiciliares que os agentes comunitários de saúde realizada nas casas das famílias, em sua respectiva área, os pacientes que são portadores de doenças crônicas como, Diabetes Mellitus e Hipertensão são convidados a participarem de

grupos mensais realizados na UBS, recebendo orientações quanto a promoção da saúde e na prevenção de complicações destas comorbidades.

A pesquisa foi submetida ao CAAE sobre o número 24020719.4.0000.8078. Todos os entrevistados foram convidados a participarem da pesquisa, foram informados dos objetivos da mesma, assim como suas identidades seriam mantidas em absoluto sigilo e os dados seriam divulgados cientificamente. Todos os participantes aceitaram prontamente a participar da pesquisa e assinaram o O TCLE , que foi redigido em linguagem acessível e contemplando todos os requisitos da Res. CNS 196/96, IV, IV.1 e IV.2 e Res. CNS 422/2012 II.23, incluindo o endereço e telefone do pesquisador para contato em caso de necessidade.

Este artigo tem como objetivo compreender o processo de trabalho do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde da Estratégia de Saúde da Família no município de João Pinheiro – MG no ano de 2019, de modo que ofereçam uma melhor assistência à saúde de forma preventiva, melhorando de forma indireta a qualidade de vida da comunidade assistida; verificar como o enfermeiro supervisiona os trabalhos desenvolvidos pelos os ACS dentro da Estratégia de Saúde da Família; avaliar a importância da educação permanente para a equipe de saúde da família e toda comunidade envolvida neste processo; avaliar como é feito a busca ativa dos pacientes com comorbidades crônicas para dentro da Unidade Básica de Saúde.

2 MÉTODOS

Trata-se de um de estudo qualitativo, descritivo, segundo Patrício (1995), seria impossível pensar em utilizar outro tipo de método de pesquisa que não o qualitativo para abordar os fenômenos humanos e as situações criadas por seus movimentos no mundo, portanto é este método que dá conta de descrever, interpretar e compreender toda a beleza e complexidade da subjetividade dos significados humanos: sua cultura expressada em suas crenças e práticas, em seus valores, conhecimentos e mitos e em suas metáforas; seus sentimentos, expressados em seus desejos e suas expectativas e em suas emoções de prazer e de dor, de felicidade e de insatisfações construídos no decorrer de sua história de vida, em todos os contextos de seu processo de viver.

Este tipo de pesquisa contribuirá de maneira significativa para ampliar os conhecimentos e fortalecimento de ações da enfermagem na área de supervisão e educação na

atenção primária de saúde, envolvendo um conjunto de processos que terá relevância para melhor assistência de enfermagem (LAKATOS, 2005).

Os métodos qualitativos são os mais indicados para serem utilizados quando a pesquisa envolve situações humanas, pois levará em consideração a particularidade dos indivíduos objetos de pesquisa. Visando que o projeto refere à atuação do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde de uma Estratégia de Saúde da Família, sendo a escolha da amostra 10 profissionais da área da saúde, incluindo 05 enfermeiros que atuem em saúde pública e 05 agentes comunitários de saúde que atuem na área a mais de 01 ano, para obter as informações necessárias para a realização deste projeto, será realizada por meio de uma entrevista que é um meio de instrumento de História Oral. Para se cumprir com a ideia do objetivo geral foi feito uma observação participativa dentro da Unidade Básica de saúde com interesse de aprender como é feita a supervisão do enfermeiro com sua equipe de ACS.

Para o objetivo especifico, onde trata da supervisão do enfermeiro, foi realizado uma entrevista gravada, com o objetivo de conhecer na prática a supervisão dos enfermeiros e suas dificuldades em relação ao trabalho. Para o objetivo especifico da educação permanente para a equipe de saúde, acompanhei na prática como essa educação é planejada pelo enfermeiro e logo como foi ministrada para sua equipe. E por fim, para o objetivo, de busca ativa dos pacientes com comorbidades crônicas para dentro da ESF, acompanhei alguns ACS nas visitas domiciliares, com intuito de observar como o convite para os grupos de Hipertensos e Diabéticos foi feito e observei também como o enfermeiro atendeu os pacientes com doenças crônicas na ESF para acompanhamento destes pacientes nos grupos de educação em saúde.

> A fonte oral é a base primária para a obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja ele científico ou não, o que vai dar legitimidade científica serão os critérios adotados na busca desse conhecimento. As entrevistas, portanto, foram e ainda são largamente utilizadas como recurso para construir informações no campo científico. A história oral representa um tipo de entrevista, porém, exibe uma complexidade que tentaremos descrevê-la ao longo dessas linhas. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial foi criado o primeiro projeto formal de história oral, na Universidade de Columbia, em Nova York. Foram os critérios estabelecidos que a diferenciasse das demais formas conhecidas de entrevistas. O nascimento da moderna história oral combinou a necessidade de narrativas de experiências de pessoas e os avanços e ampliação dos meios de comunicação. (RIBEIRO, 2014, p.4).

Segundo o Autor Meihy, em seu Manual de história oral (2005), destaca que a história oral é uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. Afirma ainda ser um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos, sendo sempre uma história do "tempo presente" e também reconhecida como "história viva".

3- REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Pode-se dizer que a preocupação com a saúde da sociedade, da população de uma forma coletiva, começou com as primeiras epidemias que afetaram um maior número de pessoas, e fizeram com que se começasse a pensar na causa destas. Há na bíblia registros de doenças, como a lepra (hoje conhecida como hanseníase), que afetaram a vida de muitas pessoas ainda na época de Cristo, onde também já aparece a preocupação de isolar essas pessoas, dando a entender que se pensava no contágio e assim, automaticamente, na saúde coletiva. (BERNARDO, 2013).

Assim como retrata Sevalho (1993), na Idade Média a Igreja exerceu grande influência na política e consequentemente na área da saúde. A doença era vista como um castigo divino, e os doentes eram isolados. O isolamento evidencia a falta de tratamento e o atraso científico da Idade Média.

O conceito de saúde sofreu diversas intervenções ao longo dos últimos 100 anos, pois foi conceituada a partir de diversas visões de mundo, numa construção social e histórica, saindo do conceito simples de ausência de doença para um conceito amplo com várias dimensões, tais como biológica, comportamental, social, ambiental, política e econômica.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde que a define como: *"*um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade*"*. (BRASIL,2015, p.44)

O sistema de saúde brasileiro adquiriu, ao longo de sua evolução, características marcantes que acompanham as tendências políticas e econômicas de cada momento histórico. Alguns aspectos marcaram a história da organização desse sistema, como a evolução, da política de saúde (definida como ação ou omissão do Estado, enquanto resposta social diante dos problemas de saúde e seus determinantes, assim como da produção, distribuição e regulação

de bens, serviços e ambientes que afetam a saúde dos indivíduos e da coletividade), a saúde pública não se constituía em prioridade dentro da política do estado brasileiro, recebendo maior atenção apenas nos momentos de epidemias ou endemias que refletiam na área econômica ou social e ameaçavam o modelo capitalista adotado; a assistência à saúde desenvolveu-se a partir da evolução da previdência social, com ênfase na medicina curativa e lucrativa a partir da contratação de serviços privados; o sistema de saúde estatal consolidou a dicotomia entre ações preventivas e de caráter coletivo e as ações curativas de caráter individual, sendo a primeira de responsabilidade do Ministério de Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a segunda, assumida pela previdência Social e pela medicina liberal.

A primeira campanha foi realizada em Recife e Olinda, entre 1965 e 1964, para debelar uma epidemia de febre amarela que afetava a produção e exportação da cana de açúcar.

Destaca-se que até 1964, a assistência médica previdenciária era prestada, principalmente, pelos hospitais, ambulatórios e consultórios médicos da rede de serviços próprios dos Institutos, passando se a partir de então à contratação prioritária dos serviços privados de saúde. Com isso ocorre uma expansão de clinicas e hospitais privados construídos com recursos da previdência e de faculdades particulares de medicina com enfoque na medicina curativa com ênfase nas especialidades médicas e na sofisticação tecnológica, com consequente aumento de consumo de equipamentos médico-hospitalares e produtos farmacêuticos. (BRASIL, 2015).

A partir da Conferência de Alma Ata, ocorrida em 1978, começa a ser difundida na América Latina e no Brasil, com apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o conceito de Atenção Primária à e os princípios da medicina comunitária que preconizava: a descentralização, o autocuidado de saúde, a atenção primaria realizada por não profissionais de saúde, a participação da comunidade, entre outros. (BRASIL, 2015).

> Foi criado em 1976 o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS). Esse programa promoveu uma grande expansão da rede ambulatorial pública e favoreceu a entrada de técnicos provenientes do movimento sanitário nos órgãos de Saúde do Estado e o surgimento de novas experiências no campo da saúde pública. (BRASIL, 2015, p.33).

Assim, em 1981, foi criado pelo governo o Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP) ligado ao Instituto Nacional de Assistência Médica da

Previdência Social (INAMPS), que traz em seu plano a proposta de mudança do modelo assistencial, tendo em vista a melhoria da qualidade da atenção; a ampliação de serviços para as populações urbanas e rurais; a descentralização e a hierarquização dos serviços de saúde por nível de complexidade.

A Reforma Sanitária refere-se ao projeto articulado ao longo dos anos 70 e 80 no Brasil, o projeto preconizava a criação de um sistema único de saúde, acabando com o duplo comando do Ministério da Saúde e do IMAMPS que executavam ações de saúde em perspectivas antagônicas. Assim, a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986 criou um espaço importante para debate dos problemas do sistema de saúde e de propostas de reorientação da assistência médica e de saúde pública.

> A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, realizada na cidade de Brasília em 1986 com a participação de cerca de 5.000 pessoas, representantes dos diversos movimentos sócias, movimentos populares de saúde, trabalhadores, usuários, estudantes, e intelectuais de saúde, parlamentares, sindicatos, entre outros. No evento foram debatidos os princípios e diretrizes da Reforma Sanitária, destacando-se: o conceito ampliado de saúde, o reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do estado, a criação do SUS, a descentralização e hierarquização dos serviços, a atenção integral às necessidades de saúde da população e a participação popular. (AGUIAR, 2015, p.37).

Enquanto elaborava o acordo jurídico do Sistema Único de Saúde no processo constituinte, um decreto da União de Julho de 1987 transformava as AIS no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) a ser implantada por meio de convênio entre os governos federal, estadual e municipal. Finalmente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi aprovado o Sistema Único de Saúde (SUS) que incorporou a maioria das propostas do movimento da Reforma Sanitária apresentadas por emenda popular acompanhada da participação dos segmentos interessados. A aprovação do SUS com os princípios e diretrizes da Reforma Sanitária significou uma grande vitória da sociedade. (BRASIL,2015)

Segundo a constituição Federal de 1988 “ a saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 2015, p.169).

Apesar desta constituição trazer avanços no sentido da instituição de bases para o desenvolvimento social, percebe-se que tais avanços não foram estendidos a toda população, uma vez que o direito à saúde era tido como uma garantia do trabalhador e não de todo cidadão.

Mesmo após a definição do conceito de saúde pela Organização Mundial de Saúde, ainda é muito forte a ideia curativista da saúde, uma vez que ainda hoje, tem-se o entendimento de que promoção da saúde é tratamento de uma doença.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início em 1991 e segundo Viana e Poz (2005) foi o precursor de importantes programas de saúde, dentre eles o Programa Saúde da Família (PSF).

Divulgado oficialmente em 1994, o Programa de Saúde da Família (PSF), inicialmente é definido como um modelo de assistência à saúde que visa desenvolver ações de promoção e proteção à saúde dos indivíduos, da família e da comunidade, utilizando o trabalho de equipes de saúde, responsáveis pelo atendimento na unidade local de saúde e na comunidade, no nível de atenção primária. "[...] o Programa Saúde da Família (PSF) surge no Brasil como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde". (ROSA, 2005).

Embora rotulado como programa, o PSF, por suas especificidades, foge à concepção usual dos demais programas concebidos pelo Ministério da Saúde, já que não é uma intervenção vertical e paralela às atividades dos serviços de saúde. Pelo contrário, caracteriza-se como estratégia que possibilita a integração e promove a organização das atividades em um território definido com o propósito de enfrentar e resolver os problemas identificado. (ROSA,2005).

Para o Ministério da Saúde (2015), o PSF é uma estratégia que visa atender indivíduo e a família de forma integral e contínua, desenvolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Tem como objetivo reorganizar a prática assistencial, centrada no hospital, passando a enfocar a família em seu ambiente físico e social.

> PSF pode ser definido como um modelo de atenção que pressupõe o reconhecimento de saúde como um direito de cidadania, expresso na melhoria das condições de vida; no que toca a área de saúde, essa melhoria deve ser traduzida em serviços mais resolutivos, integrais e principalmente humanizados. (ROSA, 2005, 1030).

O PSF tem como objetivo geral: contribuir para a reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do SUS, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidades entre os serviços de saúde e a população. As equipes de PSF, funcionando adequadamente, são capazes de resolver 85% dos problemas de saúde em sua comunidade, prestando atendimento

de bom nível, prevenindo doenças, evitando internações desnecessárias e melhorando a qualidade de vida da população. (ROSA, 2005).

A partir de 1996, o PSF passa a ser considerado não mais como um programa, na tradição corrente do Ministério da Saúde, mas como uma Estratégia para a reorganização da prática assistencial em novas bases e critérios, em substituição ao modelo tradicional de assistência, orientado para cura de doenças e no hospital, resgatando os princípios do SUS, visando melhorar e ampliar o atendimento à população.

Em síntese, a história do PSF pode ser dividida em dois momentos: o primeiro que se inicia com a sua criação e estende-se até 1996, marcado pela extensão de cobertura a grupos populacionais mais vulneráveis, inserido precariamente na estrutura ministerial e com funcionamento firmado por meio de convênios; e o segundo momento, a partir de 1996, em que passa a ser considerado uma estratégia de mudança do modelo assistencial. (BRASIL, 2015).

Ao perceber a expansão do Programa Saúde da Família que se consolidou como estratégia prioritária para a reorganização da Atenção Básica no Brasil, o Ministério da Saúde emitiu a Portaria n.º 648, de 28 de março de 2006, na qual ficou estabelecido que o PSF é a estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a atenção básica no Brasil. Segundo a referida Portaria, a atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. (BRASIL, 2015).

A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS. De acordo com a portaria n° 648, de 28 de março de 2006 “a Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde”. (PNAB, 2006).

De acordo com a Política Nacional da Atenção Básica - PNAB (2017), a ESF deverá ser composta por no mínimo um médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, um enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; um auxiliar

e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal. (PNAB, 2017).

Segundo a PNAB (2017) recomenda-se que as Unidades Básicas de Saúde tenham seu funcionamento com carga horária mínima de 40 horas/semanais, no mínimo 5 (cinco) dias da semana e nos 12 meses do ano, com uma população adscrita por equipe de Atenção Básica (eAB) e da equipe de Saúde da Família (eSF) de 2.000 a 3.500 pessoas, localizada dentro do seu território, garantindo os princípios e diretrizes da Atenção Básica.

As atribuições dos profissionais das equipes que atuam na Atenção Básica deverão seguir normativas específicas do Ministério da Saúde, bem como as definições de escopo de práticas, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, além de outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Das atribuições específicas do Enfermeiro, algumas dela são: Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida; Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e Agentes Comunitários de Endemias em conjunto com os outros membros da equipe; Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS; Implementar e manter atualizadas rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS; Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação. (PNAB, 2017).

Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e do ACE, algumas delas são: Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; (PNAB, 2017).

Das novas atribuições do ACS, algumas delas incluem: aferir a pressão arterial, inclusive no domicílio, com o objetivo de promover saúde e prevenir doenças e agravos; realizar a medição da glicemia capilar, inclusive no domicílio, para o acompanhamento dos casos

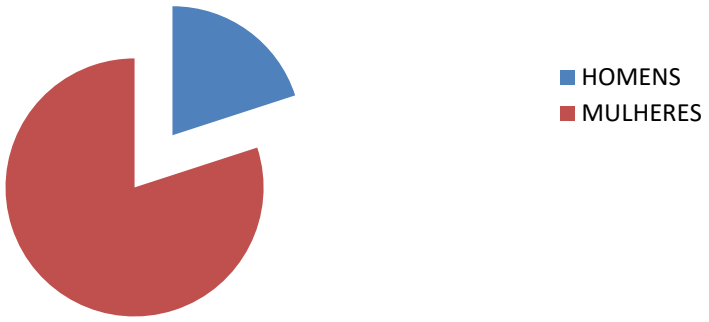
diagnosticados de diabetes mellitus e segundo projeto terapêutico prescrito pelas equipes que atuam na Atenção Básica; (PNAB, 2017).

4 RESULTADOS E DICUSSÃO

A Entrevista Oral foi realizada na Estratégia de Saúde da Família, com cinco Enfermeiros, e cinco Agentes Comunitários de Saúde, dentre eles oito mulheres e, dois homens. Para privar a identidade dos entrevistados e não terem seus nomes divulgados no decorrer do contexto os dez profissionais de saúde vão ser identificados por números, sendo do número 01 aos 05 enfermeiros e do número 06 aos 10 Agentes Comunitários de Saúde.

A princípio a entrevista buscou categorizar o sexo dos entrevistados os resultados se encontram no gráfico abaixo:

Gráfico 1: sexo dos entrevistados



Fonte: Pesquisa direta, 2019.

No gráfico acima mostra que 80% dos entrevistados foram mulheres e 20% foram homens. Percebe- se então que as mulheres estão em um maior número na área da saúde por ter consigo o ato de cuidar, zelar pela vida. Isso acontece desde os séculos passados, quando Florence Nightingale atuou como a primeira enfermeira do mundo, e perdura até nos dias de hoje.

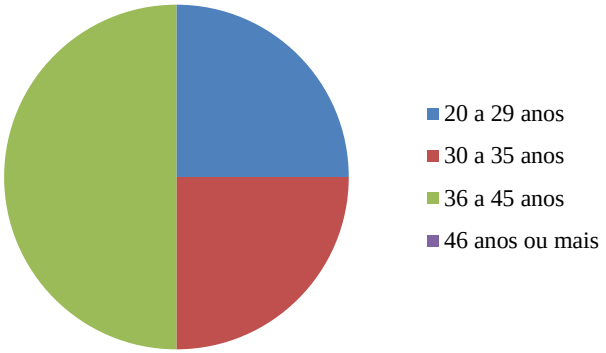
> Para Florence, a Enfermagem era compreendida, tanto como vocação quanto como profissão, e os dois aspectos deviam estar unidos, sendo que qualquer mulher poderia vir a ser uma boa enfermeira. O sentimento de religiosidade marcou parcialmente o ideário da enfermagem, principalmente quando se alia a este, àquelas qualidades desejadas, tanto para a religiosa quanto para a

> enfermeira, como obediência, respeito à hierarquia e humildade. (COSTA, et al., 2009, SN)

Neste sentido, entendendo gênero como uma construção histórica, a construção dos papéis sexuais direcionada, inclusive a escolha profissional, estabelecendo que a mulher, atendendo ao condicionamento recebido desde a infância, escolhe uma carreira condizente com a sua condição "feminina", como professora primária, secretária, enfermeira, etc., que são consideradas, por muitos, como pouco qualificada e competitiva no mercado de trabalho.

Na segunda pergunta possibilitou verificar a faixa etária dos entrevistados:

Gráfico 02: Idade dos entrevistados



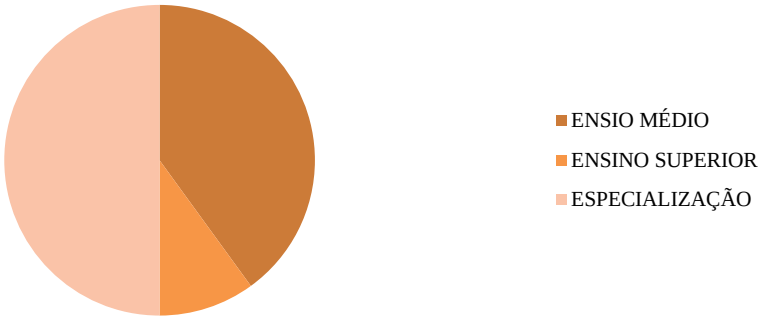
Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

Conforme no Gráfico acima, 25% dos entrevistados correspondem a idade de 20 a 29 anos, e outros 25% a faixa etária de 30 a 35 anos e 50% dos entrevistados a faixa etária a 36 a 45 anos, na faixa etária de 46 anos ou mais não houve entrevistados.

Pode-se perceber que alguns destes profissionais já atua na área de serviço a alguns anos, outros possuíram outros empregos antes de atuarem na saúde pública. Então as idades dos entrevistados correspondem ao esperado da pesquisa.

A terceira pergunta questionou o grau de escolaridade dos entrevistados:

Gráfico 03: Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

Em relação à formação dos mesmos, os Enfermeiros são especialistas com diversas áreas, e atuam a mais de 04 anos na atenção primária, os ACS quatro deles tem formação média e um tem ensino superior completo, e ambos atuam na atenção primária a cerca de 1 a 4 anos. Percebe-se que os enfermeiros cada vez mais buscam a especialização, pois o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo.

O Enfermeiro é um profissional qualificado de nível superior, responsável pela promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos indivíduos a quem comete os cuidados, sejam individuais, coletivo ou comunitário. (SOUZA, 2003). Estando apto para atuar nas áreas de saúde assistencial, administrativa ou gerencial. Ainda dentro da área, encontramos pessoas capacitadas como, técnicos de enfermagem, possuindo funções especificas designadas pelo enfermeiro. Contudo, a figura principal e central relacionada aos serviços e atuações profissionais de atenção á saúde é o paciente.

A quarta pergunta foi direcionada os enfermeiros das Estratégias de Saúde da Família, que indagou sobre como é a atuação do enfermeiro na supervisão do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde dentro da ESF?

> *O Enfermeiro comumente é o coordenador da ESF, além do trabalho dos ACS, também coordena toda unidade, temos a responsabilidade de orienta-los e capacita-los para o trabalho a ser desenvolvido, além de verificar se estão executando da maneira correta, para isso utilizamos alguns instrumentos para nos auxiliar nesta avaliação. (enfermeiro 01).*

> *O enfermeiro é quem coordena os ACS ajudando-os quando necessário e trabalhando em conjunto em beneficio da população. (enfermeiro 02).*

> *O papel do enfermeiro além de supervisão e coordenação engloba também a educação permanente para que o ACS possa oferecer uma melhor assistência a saúde de forma preventiva. (enfermeiro 03).*
>
> *Atua como coordenador, mediador do conhecimento, orientador e facilitador das atividades. Em sua maioria é base e segurança para o ACS. (enfermeiro 04).*
>
> *O enfermeiro como supervisor dos ACS, vai muito além de apenas conferir o serviço desenvolvido por eles, mas também de orienta-los sempre que necessário, capacita-los quando houver necessidade para que este ACS oriente melhor suas famílias. (enfermeiro 05).*

Analisando as respostas dos entrevistados percebeu que a supervisão do enfermeiro frente ao trabalho desenvolvido pelo agente de saúde, é apenas uma das responsabilidades do enfermeiro enquanto gerente da Estratégia de Saúde da Família, o mesmo desenvolve várias funções, além da assistencial, ele é o responsável por capacitar sua equipe, orientá-los e mediar os problemas que a equipe se depara no dia-a-dia.

> De acordo com a portaria nº 1.886, de 18 de dezembro de 1997 do Ministério da saúde (MS) que aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa Saúde da Família preconiza que, o profissional de Enfermagem seja responsável em "coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar sistematicamente o trabalho do ACS" (BRASIL, 1997, S/N).

Considera-se que, o enfermeiro é fundamentalmente um educador, visto que outras tarefas desenvolvidas no seu cotidiano se deparam com a necessidade de ensinar o cliente paciente, sua família e até mesmo sua comunidade, bem como capacitar a equipe sob sua liderança para contribuir com a melhora da qualidade da assistência à população.

Na quinta pergunta foi questionado sobre quais são as dificuldades encontradas pelo enfermeiro na supervisão dos ACS?

> *Geralmente é o tempo uma vez que o enfermeiro exerce função de assistência e admirativa. (enfermeiro 01).*
>
> *Não tenho dificuldades. A equipe é muito boa e experiente e gosta do que faz. (enfermeiro 02).*

> *Lidar com equipe nem sempre é fácil, são pensamentos diferentes, problemas diferentes, e o enfermeiro tem que está preparado para lidar com diversas situações. (enfermeiro 03).*
>
> *Necessidade de qualificação constante dos ACS, tendo em vista a rotatividade do profissional, deficiência de materiais para a execução, de algumas tarefas, excesso de serviço burocrático que interfere na qualidade e execução do trabalho. (enfermeiro 04).*
>
> *Quase não encontro dificuldades, pois é uma equipe boa, bem qualificada, e desenvolve um bom trabalho em equipe. (enfermeiro 05).*

O desempenho da supervisão exige o domínio de habilidades administrativas e técnicas e, consequentemente, havendo despreparo por parte do supervisor em uma dessas habilidades, os objetivos da supervisão não são alcançados, comprometendo a atuação do profissional enfermeiro.

> O enfermeiro, diante da diversidade de ações programadas inerentes à atenção básica, encontra-se em constante desafio, na medida em que novas atividades lhe são atribuídas o que torna necessário constantes rearranjos na organização do processo de trabalho. Portanto, a reflexão a respeito da supervisão dos ACS realizada pelo enfermeiro proporciona uma busca de possibilidades para recriação no trabalho do mesmo. (COSTA, 2011, 12).

Uma das características do processo de trabalho da saúde da família é o trabalho interdisciplinar com o objetivo de integração de áreas técnicas e profissionais de diferentes formações. Neste sentido, é importante, não apenas o enfermeiro, mas o médico e o dentista da equipe contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos profissionais de nível médio da equipe.

Na sexta pergunta indagou se ao entrevistando enfermeiro como é realizada a educação permanente dentro da ESF para a equipe de saúde da família? Com que frequência acontece?

> *Não tem uma frequência estabelecida, acontece sempre que necessário tipo: antes de campanhas e vacinas e outros, após reuniões da equipe e vejo a necessidade de trabalhar algum tema ou problema apresentado quando a população vem apresentando queixas com maior frequência, quando temos mudanças no processo de trabalho, quando temos surtos de algumas doenças. (enfermeiro 01).*
>
> *A educação continuada é realizada através de palestras com enfoque nas dificuldades apresentadas, ocorre mensal. (enfermeiro 02).*

> *São realizados através de trabalhos, reuniões e palestras, infelizmente acontecem com menos frequência que o necessário. (enfermeiro 03).*
>
> *De acordo com a necessidade e anseios da equipe ou frente a algum problema que necessita qualificação para a atuação. Geralmente trimestral ou semestral. (enfermeiro 04).*
>
> *Ocorre sempre que a equipe apresenta dúvidas em relação ao desenvolvimento do seu trabalho, acontece em forma de reuniões rápidas e até mesmo em formas de palestras incluindo a presença de outros profissionais da saúde. (enfermeiro 05).*

Analisando as respostas, o enfermeiro da ESF é um profissional que se depara a todo o momento com situações concretas referentes à educação, não só com a comunidade, como também na capacitação dos profissionais sob sua supervisão.

> (...) a educação e a saúde são espaços de produção e aplicação de saber destinados ao desenvolvimento humano. Há uma interseção entres dois campos, tanto em qualquer nível da atenção à saúde quanto na aquisição continua de conhecimentos pelos profissionais de saúde. Assim, estes profissionais utilizam, mesmo inconscientemente, um ciclo permanente de ensinar e aprender. (PEREIRA, 2003, p. 01).

O educador é aquele que se exercita continuamente o processo de busca da sistematização teórico-prática. Neste sentido, o educador de profissionais deve ter uma atitude aberta, não dogmática, de aproximação da teoria com a prática, pois a ação educativa nunca está plenamente dada.

Na sétima pergunta indagou-se ainda ao enfermeiro, são realizados dentro da ESF grupos de educação em saúde? Se sim, com que frequência acontece? São destinados a grupos e/ou gêneros específicos da comunidade assistida?

> *Sim. Eles acontecem mensalmente. São destinados a grupos de pessoas hipertensas e diabéticas, mas aproveitamos para alcançar também toda comunidade, e outro grupo de gestantes; esses grupos são fixos e com cronograma pré-definidos, esporadicamente trabalhamos com sala de espera, com assuntos diversos a depender da necessidade ou campanhas do Ministério da Saúde. (enfermeiro 01).*
>
> *Sim. Temos os grupos Gestar, Hiperdia, são mensais. Programa de Saúde na Escola, tivemos o grupo de tabagismo e o grupo de perda de peso que é realizado semestralmente. (enfermeiro 02).*

São realizados grupos mensais com hipertensos, diabéticos e gestantes. Palestras trimestrais em escolas da comunidade e dentro dos assuntos abordados em cada mês, realizando palestras com a população que estão na Unidade Básica de Saúde aguardando consultas. (enfermeiro 03).

Sim. Há grupos de gestantes e com hipertensos e diabéticos cuja frequência é mensal. Há também o grupo contra o tabagismo geralmente anual. A Educação em Saúde com grupos e/ou gêneros específicos quanto na diversificação do mesmo, com o apoio da família. (enfermeiro 04).

Sim. Os grupos de educação em saúde são destinados a gestantes, pessoas com diabetes e hipertensão, estes acontecem mensalmente, o grupo de gestantes acontece sempre na terceira semana de cada mês, o grupo de Hiperdia acontece na primeira semana. Atualmente na unidade está ocorrendo o grupo de saúde mental e tabagismo, ambos são anuais. (enfermeiro 05).

De acordo com as diretrizes da Política de Promoção da Saúde, a educação em saúde é uma das estratégias utilizadas para efetivar uma aproximação entre os serviços de saúde e a comunidade.

De acordo com Backes e colaboradores (2008) e Santos e Penna (2009), é possível compreender que a educação em saúde está intimamente relacionada com as ações cuidadoras. Isso nos remete à dupla identidade dos profissionais de saúde – a de educador e a de trabalhador de saúde. Essa duplicidade mostra que a educação ocupa lugar central no trabalho em saúde e, muitas vezes, é o que o torna viável. Não é possível pensar a saúde sem, simultaneamente, pensar a educação e as relações existentes entre ambas.

A educação em saúde é vista, hoje, como uma das estratégias utilizadas na atenção primária para efetivar uma aproximação entre os serviços de saúde e a comunidade, entre o educador e o educando, em um processo de ensino-aprendizagem. A educação em saúde é o processo educativo complexo e de construção permanente, no qual acontece a troca de conhecimento, em geral de saúde, de costume e cultura, com a finalidade debater e promover a tomada de decisão de uma população sobre as práticas de saúde.

As perguntas seguintes foram destinadas aos agentes comunitários de saúde, os quais atuam na saúde primária a mais de um ano. Eles serão identificados do número 06 ao número 10. A primeira indagação foi questionada sobre quais são os principais problemas diagnosticados pelo ACS durante a visita domiciliar?

Ausência das famílias, casas vazias, recusas são raras. (ACS 01)

Quase não encontro as pessoas. (ACS 02).

Falta de humanização das pessoas, recusas, casas fechadas. (ACS 03).

Dificuldade de encontrar as pessoas. A maioria da minha área na trabalha. (ACS 04)

Eu não tenho dificuldades, as vezes não encontro as famílias. Todos me recebem bem. (ACS 05)

Analisando as respostas acima podemos perceber que uma das principais dificuldades do trabalho do agente comunitário de saúde é de encontrar suas famílias, devido o mercado de trabalho no nosso município ser bastante amplo, varias das famílias estão empregadas, levando as mesmas ficarem o dia inteiro fora, isso na maioria das vezes fragmenta o trabalho do ACS que é a visita domiciliar.

De acordo com o Ministério da Saúde (2009), o agente, é um personagem fundamental, pois é quem está mais próximo dos problemas que afetam a comunidade, é alguém que se destaca pela capacidade de se comunicar com as pessoas e pela liderança natural que exerce.

Suas ações favorecem a transformação de situações-problema que afetam a qualidade de vida das famílias, como aquelas associadas ao saneamento básico, destinação do lixo, condições precárias de moradia, situações de exclusão social, desemprego, violência intrafamiliar, drogas lícitas e ilícitas, acidentes etc.

A segunda pergunta foi questionada ao agente de saúde, sobre como é feita a busca ativa dos pacientes com comorbidades crônicas para dentro da ESF?

Comunico nas visitas aos pacientes sobre os grupos de Hiperdia e Gestar e entrego os convites. (ACS 01).

Nas visitas, a gente leva os convites, e incentiva a participação das pessoas. (ACS 02).

Então a gente leva os convites para eles, e tenta mostrar a importância que tem que ter com a saúde, para poder tomar o medicamento direito. (ACS 03).

Através de consultas, palestras, eu faço o convite a eles. (ACS 04)

Assim, eu não tenho muitos, e eles só vêm quando precisam mesmo. (ACS 05).

Todas as famílias e pessoas do seu território devem ser acompanhadas por meio da visita domiciliar, na qual se desenvolvem ações de educação em saúde. Entretanto, sua atuação não está restrita ao domicílio, ocorrendo também nos diversos espaços comunitários.

> (...) Todas essas ações que estão voltadas para a qualidade de vida das famílias necessitam de posturas empreendedoras por parte da população e, na maioria das vezes, é o ACS que exerce a função de estimular e organizar as reivindicações da comunidade. (BRASIL, 2009, p.24).

O ACS deve estar sempre atento ao que acontece com as famílias de seu território, identificando com elas os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que interferem na saúde. Ao identificar ou tomar conhecimento da situação-problema, o agente precisa conversar com a pessoa e/ou familiares e depois encaminhá-las à unidade de saúde para uma avaliação mais detalhada.

A terceira indagação foi como se dá a participação do agente comunitário de saúde nos grupos de educação em saúde realizada na ESF?

> *Auxilio na ornamentação, ajudo na preparação do lanche, colho assinaturas para o e-SUS. (ACS 01).*
>
> *É mais na organização, na decoração, pegando assinatura. (ACS 02).*
>
> *Não é todo grupo que a gente fica. Geralmente são feitas escalas, cada mês um fica, organizamos ambiente, pegamos assinatura. (ACS 03).*
>
> *Depende da função que coloca a gente, as vezes é na ornamentação, outras no lanche, e também para pegar assinaturas. (ACS 04).*
>
> *Vai dá escalação. Quando estou escala a participação é boa, ajudo sempre no que preciso. (ACS 05).*

De acordo com as respostas dos entrevistados acima, percebe-se que o ACS tem um papel importante no acolhimento, pois é um membro da equipe que faz parte da comunidade, o que ajuda a criar confiança e vínculo, facilitando o contato direto com a equipe.

Segundo o Ministério da Saúde, “A Equipe e famílias devem compartilhar responsabilidades pela saúde. Isso é particularmente importante na adequação das ações de saúde às necessidades da população e é uma forma de controle social e participação popular”. (BRASIL, 2009, p. 21).

A participação popular e o controle social devem ser estimulados na ação cotidiana dos profissionais que atuam na APS.

A quarta pergunta foi qual a importância que o agente comunitário de saúde vê na educação permanente ministrada pelo enfermeiro responsável da Unidade Básica de Saúde?

> *Sim. É muito importante. Aprendizado nunca é demais, levo conhecimento para as pessoas. (ACS 01).*
>
> *Que a gente aprende mais tem coisa que a gente não sabia e acaba aprendendo. (ACS 02).*
>
> *Eu acho bom. Uma orientação esclarece muita coisa. (ACS 03).*
>
> *É interessante para nós tirarmos duvidas sobre a saúde dos pacientes, e também para evitar complicações de doenças dos nossos pacientes. (ACS 04).*
>
> *Assim, é muito bom, deveria ter mais, porque aprende muito. (ACS 05).*

O envolvimento do enfermeiro nas ações que visam à educação em saúde, desenvolvidas junto à comunidade, garante uma crescente integralidade e produção de equidade, o que é importante para as atividades desenvolvidas cotidianamente nos serviços de saúde.

O grande desafio para os trabalhadores do Programa Saúde da Família, em especial os da enfermagem, é a necessidade de rever sua prática diante de novos paradigmas, sendo indispensável repensar os processos de trabalho, bem como adotar metodologias, instrumentos e conhecimentos diferentes dos atualmente instituídos (VILLAS BÔAS; ARAÚJO; TIMÓTEO, 2008).

Muitos profissionais acreditam que a palestra ainda é a metodologia que melhor simboliza a educação em saúde. No entanto, sabemos que, de maneira verticalizada, com temas prontos e sem interação com o indivíduo, não acontece educação em saúde, apenas repasse de informações, o que é insuficiente para produzir mudança de comportamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento a respeito da supervisão do ACS estimula reflexões e subsidia discussões quanto aos limites de atuação do enfermeiro e o envolvimento de outros

profissionais de atenção básica na capacitação desses trabalhadores que até então tem ficando sob a responsabilidade do enfermeiro exclusivamente.

Ao desenvolver essa função de supervisor e educador com os profissionais de enfermagem de nível médio e ACS, o enfermeiro deve sempre valorizar o saber popular desses trabalhadores para assim encontrar um espaço para introduzir novos saberes por meio de uma metodologia que melhor possibilita a qualificação dos mesmos, no cenário em que eles atuam, além de permitir a sistematização do conhecimento e uma maior articulação entres eles, e ainda o empoeiramento do grupo para participar das discussões sobre ações de promoção de maior impacto a serem desenvolvidas na comunidade da área de abrangência da UBS.

É oportuno sugerir aos gestores municipais de saúde e gerentes de saúde um olhar diferenciado para o trabalho do enfermeiro na atenção básica e a inclusão da responsabilização do acompanhamento do trabalho do ACS nesse cenário de muitas diversidades que é o território de atuação da equipe de saúde da família.

Conclui-se que quando o enfermeiro promove de maneira eficaz, se tratando de uma educação continuada a partir de estratégias metodológicas inovadas com a equipe multiprofissional juntamente com o ACS, propicia conhecer a própria realidade, além de garantir um ambiente de dialogo, entre os atores envolvidos com troca de experiências, sensibilizando, conscientização, participação, mobilização e autonomia.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Carta de Bangkok para a Promoção da Saúde em um mundo globalizado**. Sexta Conferencia Global de promoção da Saúde**, Bangkok, Tailândia, agosto, 2005. Disponível em: < http://www.bvsde.paho.org/bvsdeps/fulltext/cartabangkokpor.pdf >. Acessado em 31 de março de 2019.

ALENCAR, R.C.V. **A vivência da ação educativa do enfermeiro no Programa de Saúde da Família (PSF).** Belo Horizonte- MG. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. p.25, 2006.

AGUIAR, Z.N. **SUS: Sistema Único de Saúde – antecedentes, percurso, perspectivas e desafio.** 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.

BACKES, V. M. S. et al. Competência dos enfermeiros na atuação como educador em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, V. 37, n. 3, p. 858-865.2010. Disponível em: http://www.arquivosonline.com.br/pesquisaartigos/Pdis/.../63060004.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2019.

BARREIRA, I.A. Contribuição da história da enfermagem brasileira para o desenvolvimento da profissão. **Escola Anna Nery Revista Enfermagem**. 1999 Abr.; vol.3 n., p. 125-41. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000092&pid=S0104-07072009000400007000004&lng=en. Acesso em 01 de novembro de 2019.

BERNARDO, C. et al. **Evolução Histórica da Saúde Pública no Mundo.** Universidade Federal da Fronteira Sul - EFFS. Disponível em: < https://www.ebah.com.br/content/ABAAAA-HEAA/historia-saude-publica-no-mundo-final>. Acesso em 12 de abril de 2019.,

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **O trabalho do agente comunitário de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 84. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_acs.pdf. Acesso em 01 de Novembro de 2019.

Brasil. Ministério da Saúde – Secretaria de Assistência à saúde. **Manual para a organização da Atenção Básica.** Brasília, 1999.

BOAS, L.M. F. M. V.; ARAÚJO, M. B.S.; TIMÓTEO, R. P.S. A prática gerencial do enfermeiro no PSF na perspectiva da sua ação pedagógica educativa: uma breve reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1355-1360, 2008. Disponível em: http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413. Acesso em 02 de novembro de 2019.

COSTA, M.A. de O**. A supervisão do enfermeiro no trabalho do agente comunitário de saúde: uma Revisão Bibliográfica. Universidade Federal de Minas Gerais.** Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, 2011. 34fl. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Disponível em:file:///C:/Users/Leticya/Desktop/TCC%202/atuacao%20do%20enfermeiro%20na%20supervisao%20dos%20ACS.pdf. Acesso em 02 de Novembro de 2019.

COSTA, R. et al. O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo. **Revista Brasileira de enfermagem.** 2009, Vol. 18. N.4, Florianópolis. Out/dez. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072009000400007 . Acesso em 02 de Novembro de 2019.
LEVIDICO. **Bíblia**. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/lv/13. Acesso em: 09 de abril de 2019.
Meihy, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.foa.unesp.br/home/pos/ppgops/portaria-n-2436.pdf >. Acesso em 31 de março de 2019.

PATRICIO, Z. M. Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades Éticas e Estéticas nas Interações Ser Humano-Natureza-Cotidiano Sociedade. In: PATRÍCIO, Z. M.; CASAGRANDE, J. L.; ARAÚJO, M. F. de (Orgs.). **Qualidade de Vida do**

Trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de Novos Paradigmas. Florianópolis: Ed. do Autor, 1999, p. 19-88.

PATRICIO, Z.M. **Introdução à prática de pesquisa socioambiental**. Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos. Florianópolis: UFSC/AFAL/FUNIBER,2005.

PEREIRA, A.L.F. **As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde.** Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, V. 19, n. 5. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2003000500031&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 31 de outubro de 2019.

RIBEIRO, M.C.; MACHADO, A.L. O uso do método história oral nas pesquisas qualitativas: contribuições para a temática do cuidado em saúde mental. **Estudo de pesquisa Psicologia,** Rio de Janeiro, Vol. 14, N°.2, ago. 2014. Disponível em URL: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000200011>. Acessado em 02 de abril de 2019.

ROCHA, E.M.O.; SANTOS, F.R.E. **Processo de trabalho do enfermeiro na supervisão dos agentes comunitários de saúde na estratégia saúde da família**. 12 p. Disponívelem:<file:///C:/Users/Leticia/Documents/MATERIAS%20DA%20FCJP/MATERIAS%20DO%209º%20PERÍODO%20DE%20ENFERMAGEM/TCC%201%20PARTE/ROCHA-Edila%20Mara%20Oliveira.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2019.

ROSA, W.A.G.; LABATE, R.C. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. **Revista Latino-americana Enfermagem**, Vol. 13, N° 6, nov. – Dez. 2005. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae >. Acesso em 30 de março de 2019.

SEVALHO, G. **Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença.** Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.9, n.3, jul.-set. 1993. p.349-363. 1993. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300022>. Acesso em 06 de abril de 2019.

SCLIAR, M. M. História do Conceito de Saúde. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, VOL. 17, N° 1, p.29-41, 2007. Disponível em URL: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acessado em 01 de abril de 2019.

TABORDA, P. C.; MARTINEZ, M.B. Microbiologia in foco. **Revista da sociedade brasileira de microbiologia**, São Paulo, Vol. 5, N° 2. 2013. Disponível em: <https://sbmicrobiologia.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Revista20.pdf> acesso em 10 de abril de 2019.

VIANA, A. L. D. e POZ, M. R. A reforma do sistema de saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família**. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol.15, 1998. Disponível em: < https://www.scielosp.org/article/physis/1998.v8n2/11-48/>. Acesso em 30 de março de 2019.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: recomendações do sistema único de saúde e sua aplicabilidade numa instituição particular do município de João Pinheiro (MG)

Júlio César Alves dos Santos[1]
Alexandra Maria Pereira[2]

Resumo: O campo das práticas alternativas em saúde vem se expandindo e sendo explorado cada vez mais por usuários dos serviços de saúde e profissionais que atuam na prestação desses serviços nos setores públicos e privados. Este estudo teve por escopo consultar as recomendações do sistema único de saúde para essas práticas. O método de estudo teórico foi realizado através de revisão documental das cartilhas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde a respeito do tema, bem como revisão literária de obras científicas relativas a essas práticas e sua implementação no Brasil por intermédio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Já a pesquisa em campo teve por objetivo averiguar a aplicabilidade dessas práticas numa instituição particular do munícipio de João Pinheiro no ano de 2019. Constatou-se que o uso recorrente das práticas vem proporcionando impactos positivos na saúde de pacientes e na prevenção de riscos e agravos a saúde, com ênfase em saúde mental.

Palavras-chave: Praticas Integrativas; Saúde Pública; Saúde Coletiva; Saúde Mental; Medicinas tradicionais.

Abstract: The field of alternative health practices has been expanding, being explored more and more by health service users and professionals who provide these services in The field of the alternative health practices has been expanding and being increasingly explored by health service users and professionals who provide these services in the public and private sectors. This study aimed to consult the recommendations of the unified health system for these practices. The theoretical study method was performed through document review of the booklets provided by the Ministry of Health on the subject, as well as literary review of scientific works related to these practices and their implementation in Brazil through the National Policy of Integrative and Complementary Practices (PNPIC). The field research aimed

[1] Aluno do Curso de Enfermagem da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) formando no ano de 2019, e-mail: jcesardrogcristina@gmail.com

[2] Docente dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: alexandra.pereira@fcjp.edu.br

Recebido em 28/05/2021
Aprovado em 14/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

to verify the applicability of these practices in a particular institution of João Pinheiro in the year 2019. It was found that recurrent use of the practices has been providing positive impacts on the health of patients and the prevention of health risks and health problems. Emphasis on mental health.

Keywords: Integrative Practices; Public health; Collective health; Mental health; Traditional medicines.

1 INTRODUÇÃO

No cenário da saúde brasileira, a cada ano, surgem novas recomendações para práticas medicinais e terapêuticas tradicionais e alternativas com vistas ao cuidado integral e holístico. No intuito de estabelecer uma rede de atuação para o desenvolvimento de ações em saúde pautadas num modelo assistencial humanizado e integrativo. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p. 9).

Nesse sentido, ao considerar o indivíduo como um todo e considerando suas particularidades e evidencias de seu perfil bioestatístico, a Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) vem corroborando para a ampliação do acesso às práticas integrativas em saúde, entretanto, necessita também da interação das ações de serviços existentes no SUS. (CARVALHO, 2017).

Assim, para a Organização Mundial de Saúde: “Nos países onde o sistema de saúde realiza ações com base na biomedicina, a Medicina Tradicional é classificada como Medicinas Tradicionais/Complementares e Alternativas. ” SOUSA et al. (2012, p. 2143)

A avaliação da ação benéfica de práticas integrativas e complementares tem gerado diversos estudos que visam avaliar sua eficácia e legitimar seu papel aprimorando a sua implementação no Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em vista essa recorrência, o estudo buscou avaliar os efeitos da sua aplicabilidade em uma instituição de tratamento especializado particular no município de João Pinheiro, no desejo de compreender sua natureza de ação de ordem prática (CARVALHO, 2017)

Segundo dados do IBGE (2018), João Pinheiro é uma cidade do Estado de Minas Gerais que fica às margens da BR 040. O município se estende por 10. 727,5 km² e contava (até o último senso) com uma população estimada de 48 561 habitantes. João Pinheiro possui distância aproximada de 336 km do Distrito Federal, e de aproximadamente 400 km da capital mineira, Belo Horizonte.

Para Andrade e Costa (2010), o desconhecimento por parte dos profissionais de saúde sobre as diretrizes da PNPIC constitui-se um obstáculo para acesso da população aos serviços oferecidos pelas instituições e, consequentemente, seu reconhecimento nos sistemas de saúde pública, dificultando também a autonomia do cidadão como parte responsável do seu processo de recuperação e manutenção do estado de saúde.

É importante frisar que a PNPIC como política de saúde pública possibilita a ampliação da inserção de práticas integrativas nos serviços de atenção básica em saúde, por se tratar de uma política centrada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde, estendendo essas práticas para além do setor privado de assistência. (EMÍLIO, 2016; WHO, 2002)

Pesquisar é descobrir, é revelar o que não existe, compreender o que ainda não foi trazido ao conhecimento. Dessa forma, eventos que nos despertam a curiosidade constituem o ambiente natural e cultural que compõem a nossa realidade. (MINAYO,1996, p. 17)

Portanto, investigar a realidade a qual nos cerca tem sido o caminho humano na busca por respostas às questões e para construir novas ideias e novos ideais, seja no mundo da vida cotidiana ou no mundo acadêmico. Assim, a pesquisa apresenta-se como uma espécie de micromundo humano de buscas objetivas que tentam explicar fatos e fenômenos, descobrir causas e efeitos de problemas, no intuito de desenvolver soluções para a vida. Dessa forma, a pesquisa tem um papel fundamental na construção e reconstrução do mundo e na sua definição das ciências que envolvem a vida como um todo. (MINAYO, 1996, p. 17)

A justificativa social se dá portanto pelo clamor social expresso por diversas vezes durante as conferencias de saúde a favor da inclusão de práticas integrativas/complementares em serviços de saúde pública, considerando também as recomendações da Organização Mundial de Saúde.

A justificativa pessoal se baseia na minha formação em Enfermagem e na visão de cuidado holístico e humanizado que é um tema amplamente discutido durante os cinco anos de graduação e por acreditar que é possível prestar uma assistência de qualidade e integrativa utilizando as PICS.

A relevância acadêmico-científica se baseia nos princípios fundamentais do SUS: Integralidade, Universalidade e Equidade. As práticas integrativas/complementares compreendem todos esses princípios e colocam em prática além de inserir o usuário como sujeito social protagonista no processo saúde-doença. Se dá também pelo desejo em contribuir para a divulgação de trabalhos de cunho cientifico que desmistifiquem a ideia de pseudociência erroneamente associada as PICS.

A pesquisa em questão buscou esclarecer algumas indagações a respeito da aplicabilidade das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) a nível municipal. O objetivo inicial do estudo seria avaliar as ações de ordem prática a nível de saúde pública, mas devido à escassez de serviços públicos no município que oferecem essas práticas, o estudo foi realizado em uma instituição de cunho privado, institucionalizada no município há cerca de um ano e que atende uma parcela bastante diversificada da população; o que tornou possível realizar uma avaliação criteriosa sobre os impactos das PICS no município de João Pinheiro no ano de 2019.

No contexto da problematização, o estudo buscou esclarecer as seguintes indagações: quais práticas são ofertadas na instituição? Qual a formação acadêmica dos profissionais atuantes incluindo especializações no campo das PICS? Qual o entendimento que eles têm sobre as diretrizes e recomendações da PNPIC? Este conteúdo é abordado dentro dos cursos de graduação e especialização? Qual o perfil dos usuários que buscam esses serviços? Qual a percepção diante deste cenário ainda pouco conhecido? Quais as possíveis resistências? Como se dá a avaliação dos resultados e percepção dos pacientes antes e depois do início do tratamento?

A Portaria GM/MS 971, de 3 de maio de 2006 inseriu o Brasil como precursor na inserção de terapias alternativas em saúde a nível de saúde pública. Tal feito, favoreceu uma maior visibilidade das práticas tradicionais já exercidas no país. Dessa forma, a política nacional de práticas integrativas e complementares almeja responder pelos desejos da população brasileira expressos por diversas vezes em conferências de saúde. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006)

O crescimento da oferta e das demandas de tais práticas tem revelado um enorme potencial das PICS no cuidado da população, ainda que diante de grandes desafios, como a pouca divulgação e o baixo interesse de instituições de educação continuada em saúde em inserir esse tema em seus conteúdos programáticos

Nesse contexto, deve-se estabelecer um intercâmbio técnico-científico visando ao conhecimento e à troca de informações decorrentes das experiências no campo da atenção à saúde, à formação, à educação permanente e à pesquisa em PICS com vistas ao aprimoramento da atenção à saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo se constituiu primeiramente na revisão documental para melhor compreender a natureza teórica dessas práticas inseridas em um contexto social e político permitindo, posteriormente, uma avaliação clara e concisa sobre a aplicabilidade das PICS no campo de estudo de interesse, ou seja, uma clínica particular do município de João Pinheiro.

Ainda dentro desse contexto, objetivou-se compreender o perfil dos profissionais que atuam na oferta desses serviços, conhecer sua formação acadêmica, bem como suas experiências pessoais e profissionais que os levaram a atuarem nessa área de cuidados.

Compreender os critérios de acolhimento usados por esses profissionais para com seus pacientes, critérios para continuidade dos tratamentos e para alta desses pacientes. Investigou-se igualmente possíveis dificuldades de alcance de público como resistências, dúvidas, preconceitos e como eles trabalham para se impor a essas questões e atingir seus objetivos profissionais.

E, por fim, analisou-se dados referentes à aplicabilidade dessas práticas dentro da instituição e o impacto na saúde dos pacientes/clientes que nela são atendidos, traçando um perfil sócio demográfico desse público a fim de compreender melhor os fatores que os inserem nesse universo terapêutico.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente a escolha da amostragem desejada seriam profissionais da rede pública que trabalhassem com as práticas no município em UBS e redes de atenção básica, no entanto, devido à escassez desses serviços no âmbito do SUS em João Pinheiro, foi necessário buscar outras alternativas o que levou a uma instituição de cunho privado com dois profissionais atuantes no campo das PICS.

Foram considerados como critérios de inclusão para composição da amostra: ser profissional atuante na clínica, concordar em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e demais termos necessários para a confecção de um estudo pautado pela ética em pesquisa com seres humanos, garantindo a completa confidencialidade dos envolvidos.

O caminho metodológico trilhado nesta pesquisa se concentrou em analisar as recomendações do sistema único de saúde para as PICS e como ocorre sua aplicabilidade, numa instituição particular do município de João Pinheiro durante o ano de 2019.

Nesse contexto, procurou-se uma metodologia que permitisse explorar tal relação de modo mais abrangente, chegando à opção de assumir a pesquisa de abordagem qualitativa no objetivo de compreender os fenômenos que se apresentaram a coleta de dados.

Denzin e Lincoln (2006), classificam a pesquisa qualitativa como pesquisa que utiliza uma abordagem interpretativa do universo, portanto, os seus pesquisadores observam os meios naturais na perspectiva de compreender e interpretar os fenômenos que os cercam.

Complementando esta definição, Creswel (2007, p. 186) ressalva ainda que, dentro desta perspectiva, a fonte direta de amostras será o meio natural estudado e o instrumento de pesquisa principal se torna o próprio pesquisador, ao considerar que as amostras coletadas são unanimemente descritivas.

Utilizou-se também da metodologia de história oral, definida por Delgado (2010) como:

> Um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2010, p.15)

Os materiais utilizados foram um questionário subdivido entre 12 questões objetivas sobre dados sócio demográficos dos entrevistados e 14 questões objetivas sobre as práticas integrativas/complementares, totalizando assim 26 questões. Posteriormente utilizou-se de entrevista oral registrada em aparelho gravador para transcrição no Software Word e seleção das amostras mais relevantes para a pesquisa.

Delgado (2010, p. 23) destaca que:

> A realização de entrevista de história oral pressupõe algumas qualidades que todo o profissional que se propõe a trabalhar com a metodologia deve cultivas. Em primeiro lugar, o bom entrevistador deve ser hábil tanto no primeiro momento de contato com seus entrevistados como no decorrer das entrevistas e depoimentos, buscando respeitar ao máximo as idiossincrasias e características da personalidade de cada depoente, além de considerar suas limitações estruturais, por exemplo: dificuldades em abordar determinados temas, idade, origem social. Além disso, deve respeitar também limitações conjunturais, como enfermidades, indisposições, dificuldades de mobilidade, compromissos profissionais, entre outras.

Nesse contexto, durante conversa previa com os entrevistados, foi estipulado em comum acordo o prazo de 1 hora para a entrevista, o que foi considerado o suficiente para a coleta de dados almejada. Os entrevistados foram advertidos de que a entrevista seria registrada e posteriormente transcrita e que suas respostas seriam usadas na confecção do trabalho cientifico. A entrevista ocorreu sem intercorrências, ambos os entrevistados foram cordiais e responderam prontamente a todas as questões como combinado finalizando com 50 minutos de duração.

4 REVISÃO DE LITERATURA

O reconhecimento das práticas integrativas em saúde constituiu um ato histórico para o Brasil colocando-o como um país de vanguarda na inserção dessas práticas em sistemas públicos de saúde a nível nacional, reconhecendo e valorizando práticas de saúde cada vez mais exploradas pela sociedade (CAVALCANTI et al, 2014)

Este reconhecimento não somente atendia anseios da população como também a recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) de integrar as medicinas tradicionais e práticas complementares/alternativas (MT/MCA) aos sistemas nacionais de saúde. Desde os primórdios da sociedade, o uso da acupuntura, homeopatia e das ervas medicinais já ganhavam notoriedade e naquele momento eram incorporados ao SUS. (MARTINS et al, 2019)

Quando a doença chega, seja ela na forma profissional, pessoal ou dentro da família, todos os profissionais querem basicamente a mesma coisa: um tratamento brando e rápido que possa viabilizar a cura ou ao menos atenuar os medos, o alivio da dor e do sofrimento, causados por moléstias, ou seja, a cura do enfermo e tratamento daqueles que não podem ser curados evitando a morte prematura ou até mesmo procurar uma morte tranquila. (WAYNE, JEFFREY, 2001)

Nesse sentido, as medicinas tradicionais orientais buscam resgatar saberes e técnicas ancestrais para ofertar um cuidado integral de promoção da saúde por métodos naturais de tratamento. (SENGER et al, 2019)

Em 1978, após a 1° Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde em Alma Ata na República do Cazaquistão, as práticas integrativas e complementares em saúde começavam a ganhar atenção a nível internacional em decorrência de recomendações de órgãos de saúde. (CAVALCANTI et al, 2014)

Seguindo essa sucessão de marcos históricos políticos, no período entre 2002 a 2005, a OMS lançou um conjunto de normas e resoluções que possui orientações para implementação nos órgãos nacionais, bem como para a elaboração de pesquisas para melhor compreender e validar sua segurança, eficácia e qualidade. (CAVALCANTI et al, 2014)

No Brasil, as práticas integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram incorporadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) após a implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. (CAVALCANTI et al, 2014)

Em 2018, 12 novas práticas foram aprovadas totalizando 29 PICS disponibilizadas aos brasileiros, dentre as quais foram incluídas a aromaterapia, a constelação familiar, a Geoterapia, a Imposição de mãos, a Medicina antroposófica, banhos terapêuticos, terapia artística, quirofonética e Terapia de florais. (MARTINS et al, 2019)

O universo da medicina tradicional oriental e das práticas integrativas e complementares constitui na valorização de saberes milenares e no reconhecimento cultural importantes para a integração disciplinar com seu amplo arsenal de recursos naturais, constituindo meios sustentáveis interessantes para a saúde coletiva e economia nos recursos materiais direcionados aos sistemas públicos de saúde. (TELÉSI JR, 2016)

Dessa forma, SOUSA et al (2012) ainda ressalva que essas práticas transcendem o cuidado, mas também permite uma visão integrada sobre o ser humano como parte do processo saúde-doença. Nessa nova e desconhecida paradigmática, cria-se uma resistência que é consequência do constante modelo hegemônico prevalente na saúde, moldado em um modelo assistencial que repreende outras formas de se fazer e validar saberes e práticas.

Nesse aspecto, Carvalho (2017) salienta a importância da introdução do estudo das práticas integrativas e complementares nas ementas de conteúdo programático em universidades e instituições de capacitação em saúde, visando a formação de profissionais generalistas com visão ampliada ao cuidado holístico e multidisciplinar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo foi realizado em uma clínica de cunho privado institucionalizada no município de João Pinheiro em atividade desde o início do ano de 2019. Conta com dois profissionais especializados em práticas integrativas e complementares que oferecem serviços de psicanálise

com uso da hipnose Ericksoniana, Coach, Programação neurolinguística (PNL) e práticas da Medicina Tradicional Chinesa como Acupuntura e auriculoterapia.

Toda a estrutura física do espaço foi planejada para proporcionar um ambiente favorável ao bem-estar físico e emocional dos clientes.

> *"Na verdade, pra isso nós usamos uma arquitetura especial junto com o neuromarketing e então a nossa arquiteta trabalhou cores de moveis, enfeites e arranjos, enfim, todo o ambiente foi gerado, assim como as outras salas que já estão com reformas para o ano que vem, para preparar esse ambiente propicio à cura."* (Entrevistado 1)

Ainda segundo o entrevistado, o ambiente interfere diretamente no desenvolvimento do potencial de cura que cada um carrega consigo. Esta característica está presente tanto na hipnoterapia quanto na filosofia taoísta que constitui a base da Medicina Tradicional Chinesa. Uma vez que,

> *"Toda a cura com a qual nós trabalhamos aqui no instituto, na verdade ela já está dentro da pessoa, ela só vai desenvolver essa cura. Mas o potencial de cura todos já temos, só que muitas vezes nós não conseguimos acessa-lo sozinhos e é quando entra o terapeuta pra estar ajudando."* (Entrevistado 1)

Outro profissional, que trabalha com a Medicina Tradicional Chinesa - Acupuntura, ainda complementou:

> *"Fazendo um adendo, a Medicina Tradicional Chinesa também utiliza do mesmo viés de que a cura está dentro do indivíduo. E a gente tem uma energia que chamamos de "Ming Men" que é uma energia ancestral, a gente nasce com ela e vai perdendo no decorrer da vida. E então o que a acupuntura faz? Vai mostrar para o seu corpo onde está o problema e o próprio corpo da pessoa é que vai curar."* (Entrevistado 2)

Outra característica positiva citada pelos entrevistados é o fato de colaborarem em conjunto associando os diversos saberes multidisciplinares. Segundo eles, esse é um fator facilitador do tratamento já que unificando práticas que trabalham o físico e psíquico, eles conseguem atingir uma maior resolutividade no trabalho além de proporcionar um maior vínculo com o paciente/cliente.

> *"Para mim isso é fundamental porque as vezes chegam pessoas aqui que eu percebo que além do problema psicológico ela tem também um problema físico e talvez se eu tivesse que encaminhá-la a outra consulta, com outros*

profissionais, em outra instituição, ela poderia ter um pouco de resistência. Mas quando eu digo que o próprio instituto oferece um atendimento integrado fica tudo mais fácil" (Entrevistado 1)

Dentre as dificuldades de implementação, os entrevistados citaram como obstáculo a interferência de outras classes profissionais, em especial os profissionais da área da medicina.

"O Brasil infelizmente nessa parte de divulgar essas práticas mais integrativas e que não são tão drásticas, no sentido de causar efeitos secundários, como quando você usa por exemplo um medicamento para tratar depressão, onde o uso desse medicamento gera vários outros problemas e ao invés de você começar com uma técnica como a acupuntura eles simplesmente não indicam, pelo contrário, alguns médicos desestimulam os pacientes a procurarem os profissionais que podem ajudar sem a medicação." (Entrevistado 1)

Ainda assim, ambos relatam uma boa receptividade do público pinheirense, possivelmente relacionado a popularidade e boa reputação da qual já gozavam ainda antes do instituto e também por já atuarem mesmo antes de haver uma estrutura física. No entanto ainda lidam com algumas questões como, por exemplo, o pseudomisticismo e o medo das agulhas na prática da acupuntura.

"Eu te confesso que nesse meio tempo a procura tem crescido a cada dia, toda semana novas pessoas nos procuram. Algumas mais curiosas dizem assim: "Olha eu queria fazer uma regressão, ouvi falar que você faz hipnose" e aí eu desmistifico, porque na verdade não há nada místico, não existe misticismo na hipnose, a hipnose é uma técnica da medicina integrativa para gerar um ambiente propicio para cura, eu não faço ninguém voltar dez anos atrás corporalmente falando." (Entrevistado 1)

"Dentro da MTC numa escala de 1 a 10 acredito que 2 a cada 10 pacientes tem uma resistência na primeira consulta. Geralmente esse paciente vem através de um familiar que indicou ou o próprio familiar pagou e agendou a consulta porque sabe que a pessoa não acredita. Mas após a primeira sessão essa resistência já é quebrada. Até agora tive apenas um caso onde o paciente relatou que não teve resultados, ainda que outras pessoas tivessem observado uma melhora, fora isso ninguém sustenta essa resistência, apenas um certo receio e medo das agulhas o que é bastante comum." (Entrevistado 2)

Durante o estudo, os entrevistados relataram dentre suas experiências profissionais alguns detalhes sobre as práticas com as quais trabalham dentro da instituição:

"A Medicina Tradicional Chinesa trabalha com a energia do corpo, relacionado a filosofia taoísta que é a base de toda a medicina oriental. Relacionando a nossa medicina ocidental, ela trabalha com a questão neural (todas as nossas inervações), é onde a Acupuntura entra gerando uma

> *diferença de potencial. Quando insiro a agulha e quando eu a toco, eu despolarizo as células do nervo, então gera uma despolarização de distal para proximal, e dependendo da área que eu decidir tratar (dependendo do problema da pessoa) algumas enzimas e alguns hormônios são produzidos por conta dessa despolarização."* (Entrevistado 2)

> ***"****O meu trabalho com a Hipnose em si é trabalhar o relaxamento total da pessoa. Geralmente de forma racional nós temos muitas resistências. Resistencia até mesmo a falar sobre o problema ou aceitar que temos um problema. A hipnose me traz um ambiente muito suscetível de cura onde as resistências são baixadas, onde a pessoa tem mais coragem para enfrentar."* (Entrevistado 1)

Também foram revelados alguns detalhes importantes de suas formações complementares como observado a seguir:

> *"Hoje eu estou terminando mais uma formação com o Dr. Stephen que é um norte americano que ministra aulas no Brasil e ele foi um dos discípulos de Milton Erikson, cuja filha (Betty Alice Erickson) foi uma das cofundadoras do Act Institute no Brasil. Ela foi responsável por estimular a abertura desse instituto no Brasil para continuar o trabalho do pai dela."* (Entrevistado 1)

> *"Eu tenho alguns cursos de tratamento da dor que incluem técnicas de ventosaterapia, raspagem terapêutica (ou "Gua Sha") que é usado por todas as tribos indígenas até hoje. Tenho também curso de moxaterapia, que é um tratamento que utiliza o calor e algumas ervas especificas onde nós utilizamos principalmente a "Artemísia Vulgaris" que é uma erva da China."* (Entrevistado 2)

Segundo informações do Act Institute, Milton Hyland Erickson foi um psiquiatra americano que se especializou em hipnose médica e terapia familiar. Presidente fundador da Sociedade Americana de Hipnose Clínica, ele é conhecido por sua abordagem para a mente inconsciente como solução criativa e geradora, tendo influência no campo da psiquiatria, psicologia, PNL e hipnoterapia.

Quanto a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, os entrevistados relatam pouco ou nenhum conhecimento a respeito e enfatizam ainda a falta do conteúdo nas grades curriculares dos cursos de graduação em saúde

> *"Olha, na faculdade nós tivemos uma única disciplina sobre políticas do sistema de saúde e dentro disso tivemos apenas uma "pincelada" sobre as PICS e principalmente sobre acupuntura... Ano passado foi que o assunto começou a ganhar mais força, então foi bem escasso. Agora que estou atuando na área eu vejo que o conhecimento passado pelo meu professor foi totalmente errôneo, não condiz com o que é realmente na prática e não condiz também com a visão filosófica da China."* (Entrevistado 2)

Outro tema abordado durante o estudo esteve relacionado aos problemas com os quais eles lidam com maior frequência. Para os atendimentos de Medicina Tradicional Chinesa, devido a maior prevalência do público feminino jovem adulto, as queixas mais comuns além da ansiedade, que é uma queixa comum ao público geral, são também observadas as queixas relacionadas ao gênero como cólicas, hipomenorréia e hipermenorréia (associados ao uso de anticoncepcionais) e a falta de libido.

Para os atendimentos com a hipnose não foi possível traçar um perfil, pois o público é bastante variável e as queixas são distintas, ainda que a ansiedade também seja prevalente.

> *"Nós temos uma sociedade bem ansiosa... Mas temos isso em razão da facilidade que as pessoas tem hoje em conseguir tudo... Tudo mesmo, eu não falo só do celular, da informação, eu falo de uma compra, de encontrar o produto que deseja. As vezes a pessoa queria uma roupa e procurava na cidade e não tinha, precisava ir a costureira e mandar fazer, hoje ela entra na internet, pesquisa e acha exatamente o modelo que ela quer e pede pra entregar em casa, se no Brasil não tem ela já encontra a facilidade de pedir de fora, isso vai nos levando a um desejo de também querer resolver os nossos problemas com facilidade e aí cria-se essa ansiedade porque não se compra uma solução fácil numa loja, não se resolve de um dia pro outro e é preciso esperar um pouco"* (Entrevistado 1)

Foi perguntado aos entrevistados se eles utilizam critérios de alta ou se estimulam o cliente a manter o tratamento continuo. Abaixo foram categorizadas as respostas:

> *"Eu sempre uso critério de alta, eu não quero pacientes pra ficar comigo durante cinco, seis anos. Eu sempre busco trazer pro paciente a independência. Imagina você ficar preso a uma terapia, como conheço casos de colegas meus que fazem os cursos junto comigo e que relatam ter pacientes que os acompanham a cinco ou seis anos... Eu não acho que seja saudável que a pessoa fique presa ao terapeuta a ponto de não conseguir comprar um carro se ela não consultar o mesmo, então você tirou uma doença e criou outra."* (Entrevistado 1)

Mas em alguns casos extraordinários abre-se exceções como relata o entrevistado:

> *"Eu tenho pacientes que vem até mim quando eu tento dar a alta e falam "Mas eu gosto tanto de vir pra cá porque é meu momento de descanso" isso acontece devido a esse ambiente propicio. Tenho que considerar que algumas pessoas que recebo aqui são extremamente ativas e relatam que o momento da consulta é o único momento de descanso que elas tem. Então as vezes tem pessoas que vem e falam "Eu quero relaxar" e daí eu faço a hipnose pra trazer esse relaxamento profundo e quando a pessoa traz um problema a gente avalia junto e isso é bem tranquilo. Mas retomando para a sua pergunta, eu trabalho sim 100% de autonomia do paciente pra que ele tenha alta. Não posso dizer se darei alta com um mês, com dois, com três, vai depender*

> *realmente do quadro que ele traz, mas geralmente eu começo atendendo uma vez por semana, posteriormente a cada quinze dias, após isso uma vez ao mês ou a cada dois meses e assim até eu obter resultado."* (Entrevistado 1)

Para o profissional responsável pela Medicina Tradicional Chinesa - Acupuntura, os critérios de alta variam conforme a queixa inicial do paciente:

> *"Vai depender do problema, vamos supor que alguém estava jogando bola e sofreu uma lesão na perna e ele só veio para tratar a lesão, ele não apresenta queixas secundárias, logo a alta para esse indivíduo será dada após a melhora da lesão. Se quiser continuar eu atendo, mas por se tratar de uma medicina preventiva, geralmente depois de resolvido a queixa principal da pessoa eu oriento a retornar a cada quinze dias para manter um tratamento ou até mesmo uma vez ao mês para prevenção de agravos e para evitar medicações, como se fosse um check-up mesmo, avaliar o sistema e evitar complicações. Trabalho também com pacientes crônicos como por exemplo na doença de Parkinson que é uma doença neurodegenerativa, obtive resultados extremamente positivos tanto para tremores quanto para equilíbrio e postura que são os piores acometimentos dos portadores dessa condição. "* (Entrevistado 2)

Ao final da entrevista foi perguntado aos entrevistados quais as perspectivas para o futuro e se pretendem implementar outras práticas integrativas e complementares na instituição. Abaixo foi categorizado a resposta:

> *"Eu ainda vou trazer a quiropraxia e a fisioterapia especializada em osteopatia, que é uma prática integrativa reconhecida pelo Ministério da Saúde e voltada para a MTC. Também quero trazer a fitoterapia daqui a cerca de dois ou três anos, porque aí a gente vai conseguir realmente reduzir os remédios, deixar apenas pra casos de emergência e urgência. E vou trazer também a homeopatia dentro de emplastros que são manipulados feitos naturalmente pelo profissional responsável. "* (Entrevistado 2)

A implementação de uma rede integrada entre práticas terapêuticas integrativas e complementares com a oferta de manipulados por homeopatia e fitoterapia pode trazer benefícios imensuráveis para a saúde da população que é assistida na instituição, visto que, constatou-se durante a pesquisa a prevalência de doenças psiquiátricas e psicossomáticas em que muitas vezes ocorre a intervenção alopática com drogas psicoativas com alto potencial causador de dependência.

Além da beneficência prevista pelos profissionais, essa integração responde as recomendações apresentadas durante a 10° Conferência Nacional de Saúde em 1996, que aponta no item 286.12: "incorporar no SUS, em todo o País, as práticas de saúde como a fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas

populares"; e, no item 351.10: "o Ministério da saúde deve incentivar a fitoterapia na assistência farmacêutica pública e elaborar normas para sua utilização, amplamente discutidas com os trabalhadores em saúde e especialistas, nas cidades onde existir maior participação popular, com gestores mais empenhados com a questão da cidadania e dos movimentos populares". (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p. 9)

Atualmente, existem programas estaduais e municipais de fitoterapia, desde aqueles com memento terapêutico e regulamentação específica para o serviço, implementados há mais de dez anos, até os com início recente ou com pretensão de implantação. (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, p. 9)

O sexo dos pacientes de acordo com os entrevistados mostrou uma maior prevalência de mulheres. Dado consonante com diversos estudos comparativos de gênero que demonstram maior interesse do público feminino no autocuidado. Historicamente as mulheres se preocupam mais com a saúde e tem menos receio na hora de buscar ajuda profissional.

> *"O maior público é predominantemente feminino, o que é comum na sociedade, se você observar os homens cuidam bem menos da saúde do que as mulheres. "* (Entrevistado 2)

Dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) divulgados em 2016 apontam que a expectativa de vida de homens, no mundo, é de 69,1 anos, ao passo que as mulheres vivem, em média, 73,8 anos. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres vivem, em média, quase sete anos a mais que os homens (79,1 anos ante 71,9). (WHO, 2016; IBGE, 2014)

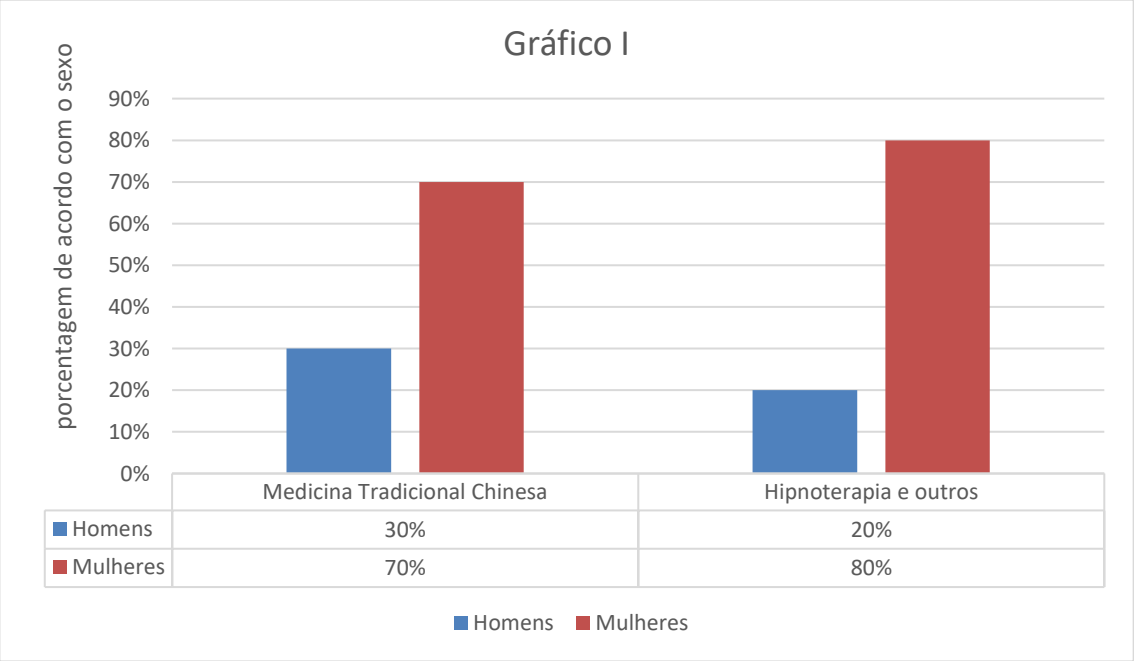


Gráfico I: sexo dos pacientes
Fonte: pesquisa direta, 2019.

"Em todas as sociedades existem diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher e o que é esperado, permitido e valorizado em um homem. Essas diferenças têm um impacto específico sobre mulheres e homens em todas as fases da vida e podem determinar, por exemplo, diferenças na saúde, educação, trabalho, vida familiar, ou no bem-estar geral de cada um." (GENDER, 2013)

Os entrevistados apresentaram um levantamento da faixa etária de seus pacientes/clientes considerando seus atendimentos individuais e em conjunto. Para aqueles em terapia com a hipnose, um dado intrigante chamou bastante atenção: o alto índice de pacientes do grupo etário infanto-juvenil, tendo como menor idade a partir dos 12 anos.

Foi perguntado a uma entrevistada se ela acreditava haver alguma relação entre esses comportamentos ansiosos relatados anteriormente e o crescente aumento no número de pacientes de faixa etária infanto-juvenil. Abaixo está categorizada a resposta:

> *"Eu acho que os adultos estão adoecendo as crianças no meu ponto de vista, o que pode ser um ponto de vista muito raso afinal eu nunca parei pra fazer um estudo, isso vem de observações, mas o que percebo é que a criança mal nasceu e os pais já querem que faça aula de natação, de balé, de inglês, futebol... E a criança acaba não tendo tempo de ser criança, ela não brinca, ela não se diverte, o momento dela ter diversão é com o celular, ela não tem essas relações interpessoais [...] "Aí os pais começam a falar que o jovem é o que? Antissocial! E que o filho está com algum problema, mas não foi ensinado ao filho a ter essas relações, então eu acredito também que são casais com desestrutura familiar, famílias desabando, mulheres esperando algo do marido ou vice-versa mas nenhum dos dois muda a ponto de gerar uma mudança no outro e os filhos vendo tudo, hoje já não se esconde mais as discussões dos filhos e eu acho nós temos tido uma geração assim. Tem também a questão de medicações, o uso excessivo de plásticos, de derivados de soja, tudo isso também influencia."* (Entrevistado 1)

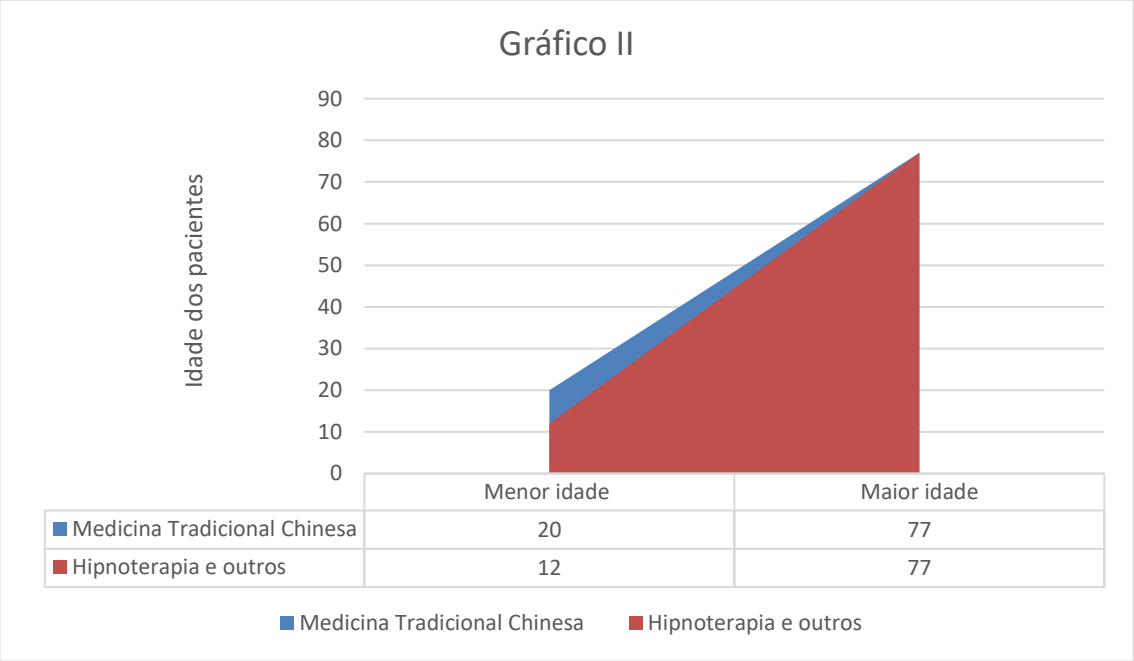


Gráfico II: idade dos pacientes
Fonte: pesquisa direta, 2019.

Os profissionais categorizaram uma média do grau de satisfação de seus pacientes considerando aqueles que lhes dão um retorno após a primeira consulta. Para José Roberto Marques, fundador e Presidente do Instituto Brasileiro de Coaching – IBC: *"Satisfação pode ser definida como um estado de entusiasmo, deleite ou prazer com a realização de um objetivo ou meta muito desejados. Está diretamente ligada ao grau de expectativas da pessoa em relação às suas conquistas, por isso, em muitos casos, podemos perceber diferentes níveis de satisfação, mesmo em indivíduos que pleiteavam algo em comum."* (MARQUES, 2015)

Por outro lado, o sentimento de frustração por não conseguir atingir um objetivo ou se deparar com uma situação onde as expectativas não são correspondidas gera um sentimento de insatisfação. Para Marques: *"A insatisfação nos alerta de que algo não vai bem e de que aquilo que estamos fazendo está indo contra os nossos valores. Sem estes sinais, tendemos a permanecer fazendo sempre as mesmas coisas e obtendo sempre os mesmos resultados."* (MARQUES, 2015)

Assim, os valores expressos no gráfico III indicam de acordo com os dados categorizados pelos profissionais, o grau de satisfação e insatisfação de seus pacientes/clientes que lhes deram algum retorno após a primeira consulta. Trata-se de um dado extremamente positivo e que expressa a hipótese de que as Práticas Integrativas e Complementares possuem eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados.

Gráfico III: grau de satisfação dos pacientes
Fonte: pesquisa direta, 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, considera-se de extrema importância os estudos que avaliam a ação benéfica das práticas integrativas e complementares em saúde, pois estes facilitam a divulgação dentro da comunidade acadêmico-científica e, consequentemente, aumentam a disseminação e preservação dos saberes tradicionais em saúde que são de suma importância para a saúde coletiva, esteja ela inserida nos setores públicos ou privados.

A atuação de uma instituição particular que oferta serviços de hipnoterapia e Medicina Tradicional Chinesa – Acupuntura; ambas terapias inclusas dentro das 29 práticas integrativas e complementares reconhecidas pelo Ministério da Saúde, no município de João Pinheiro em 2019, demonstrou resultados positivos na saúde de pacientes com transtorno de ansiedade, dentre outros acometimentos físicos e psicológicos de menor recorrência.

As diferentes vivências pessoais e profissionais associadas aos saberes multidisciplinares dos profissionais de saúde atuantes na instituição permitem a criação de um

vínculo com os pacientes que, associado ao ambiente, propiciam uma maior capacidade de enfrentamento dos problemas de saúde apresentados e o fortalecimento do potencial de cura.

O desconhecimento parcial ou completo em relação à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) ainda é um obstáculo a ser enfrentado mesmo treze anos após a criação desta. Sendo assim, alguns problemas identificados necessitam de intervenção para que a legislação seja aplicada à realidade vivenciada por esses profissionais; um exemplo citado no estudo é necessidade de inclusão do conteúdo nas grades curriculares dos cursos de graduação de especialização em saúde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. T. de; COSTA, L. F. A da. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da antropologia médica. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 497-508, 2010.

BAHIA, Lígia. O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 753-762, 2009.

BARROS, N. F. **Medicina complementar: uma reflexão sobre o outro lado da prática médica**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS** /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. –

CARVALHO, Jessica Liz da Silva et al. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 4, 2017.

CAVALCANTI, FELIPE et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no sus: histórico, avanços, desafios e perspectivas. **Práticas integrativas em saúde: proposições teóricas e experiências na saúde e educação. Recife: Editora UFPE**, p. 140-153, 2014 Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELGADO, L. DE A. N. **História oral:** memória, tempo, identidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução**: **a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

GALHARDI, Wania Maria Papile; BARROS, Nelson Filice de; LEITE-MOR, Ana Cláudia Moraes Barros. O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a Política Nacional de Prática Integrativa e Complementar e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 213-220, 2013

GENDER statistics manual: **integrating a gender perspective into statistics**. New York: United Nations, Statistics Division, 2013. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/genderstatmanual/Sitemap.ashx>. Acesso em: set. 2014.

IBGE. **IBGE | Brasil em Síntese | Minas Gerais | João Pinheiro | Panorama**. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama> Acesso em: 21. Julho. 2019.

IBGE. **IBGE | Estatísticas de Gênero:** Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=288941> Acesso em: 21. Nov. 2019.

JONAS, WAYNE B.; LEVIN, JEFFREY S. **Tratado de medicina complementar e alternativa**. Editora Manole Ltda, 2001.

LOSSO, Luisa Nuernberg; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de. Avaliação do grau da implantação das práticas integrativas e complementares na Atenção Básica em Santa Catarina, Brasil. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 171-187, 2017.

MARQUES, J.R. **O que é Satisfação?**. 2015. Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/o-que-e-satisfacao/> Acesso em: 10.dez.2019

MARTINS, Georgina et al. PICS: **Análise Bioenergética**. 2019. Disponível em: < https://www.arca.fiocruz.br/xmlui/handle/icict/33092> Acesso em: 15.out. 2019

MENDES, Dayana Senger et al**.** Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem/Benefits of integrative and complementary practices in nursing care/Beneficios de las prácticas integrativas y complementarias en el cuidado de enfermería. **JOURNAL HEALTH NPEPS**, v. 4, n. 1, p. 302-318, 2019.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – SP, 4ªedição, Ed. Hucitec-Abrasco, 1996.

MONTEIRO, Maria Magnificat Suruagy et al. **Práticas integrativas e complementares no Brasil-Revisão sistemática**. 2012.

MORETTI, Andrezza C. et al. Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 346-354, 2009.

PEREIRA, B. M. D. **Mãos que se abraçam: Afetividade, cuidado e as práticas integrativas complementares, no complexo hospitalar universitário professor Edgar Santos da UFBA**. 2017. Tese de Doutorado. Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

REIS, Bárbara Oliveira; ESTEVES, Larissa Rodrigues; GRECO, Rosangela Maria. AVANÇOS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO BRASIL. **Revista de APS**, v. 21, n. 3, 2018.

SOUSA, I. M. C et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 2143-2154, 2012.

TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.

TESSER, Charles Dalcanale; BARROS, Nelson Filice de. Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 914-920, 2008.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2002.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION et. al. **Women's health and well-being in Europe:** beyond the mortality advantage. 2016.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES DE JOÃO PINHEIRO EM HEMODIÁLISE

Silvânia Maria Soares de Paula[1]
Alexandra Maria Pereira [2]

Resumo: A Insuficiência renal crônica, doença progressiva, extenuante, causadora de várias incapacidades e com alto índice de mortalidade. O tratamento manifesta situações que interferem na hemostasia do paciente e tem repercussões nas relações pessoais, familiares e sociais. O interesse dos pesquisadores sobre qualidade de vida aumenta dia a dia. A pesquisa monitorou a saúde de pacientes em hemodiálise residentes no município de João Pinheiro, no desejo de analisar a natureza, gravidade e prognóstico da doença, e avaliar os efeitos do tratamento para esses pacientes. Buscando, coletar informações básicas em relação a qualidade de vida dos pacientes em terapia hemodialítico no ano de 2019, visando aperfeiçoar a humanização na terapia desses pacientes. Diante do exposto, justifica se a importância dos profissionais de enfermagem ou equipe multiprofissional avaliarem a presença e a intensidade do estresse e ansiedade vivida por esses pacientes. Assim acredita-se que esta pesquisa possa subsidiar os profissionais de enfermagem no planejamento de ações que priorizem qualidade de vida aos portadores de Insuficiência Renal Crônica (IRC) em tratamento hemodialítico. Tendo como objetivo: analisar as variações individuais e socioculturais. E a relevância sobre qualidade de vida dos pacientes em terapia hemodialítico. As metodologias usadas serão quantitativas e qualitativas. Resultados: De acordo com a análise das entrevistas e questionário foi evidenciado que os fatores que mais influenciam na qualidade de vida dos pacientes em hemodiálise são: futuro incerto de sua saúde; fatores psicossociais como medo de depressão e ansiedade; duração da diálise, admissão nas clinicas de nefrologia, especificamente pacientes de João Pinheiro que tem que se locomover para outro município para ter acesso ao tratamento. Conclusão: a doença renal crônica está associada a fatores clínicos, sociais, demográficos, psicossociais e psicológicos que levam os pacientes em hemodiálise a ter um declínio na qualidade de vida desde o diagnóstico da doença.

Palavras chave: Insuficiência Renal Crônica. Hemodiálise. Adulto. Qualidade de vida.

---

[1] Atualmente atuando como técnica de enfermagem no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, graduada em enfermagem pela Faculdade Cidade de João Pinheiro FCJP. E-mail: sylvanya2015@outlook.com.

[2] Professora dos cursos de graduação e de pós-graduação da Faculdade Cidade de João Pinheiro. Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: alexandra.pereira@fcjp.edu.br

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Abstract: Chronic renal failure, progressive, strenuous disease, causing several disabilities and with a high mortality rate. The treatment manifests situations that interfere with the patient's hemostasis and has repercussions on personal, family and social relationships. Researchers' interest in quality of life is increasing day by day. The research monitored the health of hemodialysis patients living in the municipality of João Pinheiro, wishing to analyze the nature, severity and prognosis of the disease, and to evaluate the treatment effects for these patients. Seeking to collect basic information regarding the quality of life of patients on hemodialysis therapy in 2019, aiming to improve the humanization in therapy of these patients. Given the above, it is justified if the importance of nursing professionals or multidisciplinary team assess the presence and intensity of stress and anxiety experienced by these patients. Thus, it is believed that this research can support nursing professionals in planning actions that prioritize quality of life for patients with chronic renal failure (CKD) undergoing hemodialysis treatment. Having as objective: to analyze the individual and sociocultural variations. And the relevance on quality of life of patients on hemodialysis therapy. The methodologies used will be quantitative and qualitative. Results: According to the analysis of the interviews and questionnaire, it was evidenced that the factors that most influence the quality of life of patients on hemodialysis are: uncertain future of their health; psychosocial factors such as fear of depression and anxiety; duration of dialysis, admission to nephrology clinics, specifically patients from João Pinheiro who have to move to another municipality to access treatment. Conclusion: Chronic kidney disease is associated with clinical, social, demographic, psychosocial and psychological factors that lead hemodialysis patients to have a decline in quality of life since the diagnosis of the disease.

Keywords: Chronic renal failure. Hemodialysis. Adult. Quality of life.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com estudos até o momento não há uma concepção predefinida de qualidade de vida, o primeiro passo para a evolução do método World Health Organization Quality of Life (WHOQOL) para encontrar uma conceituação. A OMS define qualidade de vida como.

> A percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, como família e amigos e, também, saúde, educação, habitação saneamento básico e outras circunstâncias da vida. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013.)

Nesse sentido, observa-se que (The WHOQOL Group, 1995. p.1) “É um conceito amplo que abrange a complexidade do construto e inter-relaciona o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais”.

A qualidade de vida associada a saúde "[...] é o valor atribuído à duração da vida quando modificada pela percepção de limitações físicas, psicológicas, funções sociais e oportunidades influenciadas pela doença, tratamento e outros agravos.". (CAMPOS, 2008. p.234). Está relacionada com a forma que compreendemos cada etapa vivida no nosso dia a dia. Algumas pessoas apresentam uma melhor aceitação dos fatos inerentes a sua saúde, conseguem lidar com os obstáculos, e, outras, tornam-se mais angustiadas e preocupadas com as instabilidades vividas durante seu processo de adoecimento. A conceituação de qualidade de vida abordado está relacionado a vários domínios do indivíduo.

Nessa perspectiva, a qualidade de vida pode ser definida como ampla e complexa, pois se refere a aspectos subjetivos, e observadas de forma diferenciada em relação ao bem-estar físico, emocional e social, comportamento laboral e atuação social. Nessa medida, qualidade de vida procede a uma observação da abordagem do que se deseja mensurar.

A avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde (QVRS) tem se tornando cada vez mais utilizada. Tendo em vista essa recorrência, essa pesquisa monitorou a saúde de pacientes em hemodiálise habitantes do município de João Pinheiro para analisar a natureza, gravidade e prognóstico da doença e avaliar os efeitos do tratamento para esses pacientes. Ou seja, coletou informações básicas sobre a qualidade de vida dos pacientes em tratamento hemodialítico no ano de 2019, no intuito de contribuir para uma melhor assistência a esses pacientes.

Segundo dados do IBGE (2016), João Pinheiro é uma cidade do Estado do Minas Gerais que fica às margens da BR 040. O município se estende por 10. 727,5 km² e contava com uma população estimada de 48 561 (2018) população residente 45 260 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 4,2 habitantes por km² no território do município. João Pinheiro se situa a 94 km a Sul-Leste de Paracatu. Distância de João Pinheiro até Brasília 336 km, e até Belo Horizonte 400 km.

Toda doença crônica faz com que haja adaptações relacionais e situacionais. Ao tratamento hemodialítico existe uma reestruturação obrigatória de uma nova rotina de vida e faz com que o indivíduo perca o direito maior que possui: o de escolhas na própria vida. Diagnósticos e tratamentos em doentes renais crônicos vêm sempre acompanhados de impacto de uma escolha por parte do paciente. Trazendo consequências como: limitações físicas, afetivas, econômicas e socioculturais, e a impotência diante do medo da morte.

A compreensão da qualidade de vida de cada indivíduo está relacionada com a forma de enfrentamento da doença; as positivas relacionadas com às estratégias racionais, como traçar

metas ou inteirar se mais sobre a doença; e as negativas se correlacionam da mesma forma, agindo como se ela não existisse. Determinantes estes existentes no meio e na vida das pessoas e relacionados à forma como os indivíduos percebem e interpretam ações sociais disponibilizadas para sua saúde e produtividade. Portanto, uma qualidade de vida relativa à saúde é um indicador diretamente ligada aos anseios e medos como a mortalidade e morbidade e ao número de hospitalizações vividas por esses pacientes.

Em razão dos desenvolvimentos tecnológicos obtidos na área de saúde, a relação profissional/paciente e as atividades de humanização no atendimento se tornaram cada vez mais importantes. As evoluções alcançadas pelos especialistas nos tratamentos de pacientes com doença renal crônica, podem contribuir para a saúde integral dos seres humanos.

Uma reflexão sobre humanização praticada em ambientes hospitalares que exigem cuidados intensivos e sua relação com a tecnologia é relevante, pois o órgão doente não deve se transformar no objeto exclusivo de atenção das equipes de saúde. Existe ali um ser humano que possui aspectos biopsicossociais, devendo ser tratado de forma holística. Não se deve olhar apenas para uma determinada questão do paciente, porque dificulta a compreensão de toda a sua essência e possibilita construir intervenções equivocadas. Dessa forma, deve se preservar o respeito pela 'inteireza' da família permitindo ao enfermeiro (a) compreender como a doença afeta a todos, provocando ansiedade, estresse, mecanismos de respostas e adaptações em graus diferentes. Assim, se o paciente estiver associado a um trabalho interdisciplinar efetivo, no qual se agregam saberes de várias especialidades, é possível evoluir exponencialmente para alcançar uma sobrevivência com qualidade de vida desses pacientes.

Outro aspecto relevante é a reflexão sobre o cuidado com as novas tecnologias. Devemos ser capazes de buscar inovações que nos possibilite a repensar a inerente capacidade de transformar o cotidiano do paciente, visando uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal.

Nesse contexto, segundo Patrício (2005) o ambiente pode se caracterizar como uma forma de limitação para a qualidade de vida, mas também como possibilidade de promover qualidade de vida. O ser humano é o ator principal desse processo até porque já conhece muito do potencial de resposta da natureza, podendo, por movimentos de pesquisas, prática inseridas em processos de educação hoslistico-ecologica, mediar o desenvolvimento de recursos naturais e sociais.

Diante do exposto, justifica se a importância dos profissionais de enfermagem ou equipe multiprofissional avaliarem a presença e a intensidade do estresse e ansiedade vivida por esses pacientes. Pressupõe que este estudo poderá contribuir para o planejamento de ações dos profissionais de enfermagem priorizando assim uma melhor qualidade de vida aos pacientes portadores de Doença Renal Crônica (DRC) em tratamento hemodialítico. O enfermeiro (a) precisa ter pensamento crítico e acreditar que é capaz de buscar soluções para os problemas com o propósito de compreender os acontecimentos na família e caminhar na direção de suas forças e competências.

O sentido é produção de conhecimentos como processos contínuos de desconstrução e reconstrução, ou de contínuos processos de compreensão e aperfeiçoamento de conhecimentos e situações humanas. Isso insere constante aprendizado estimulado pelas circunstâncias, quase todas criadas pela cultura humana, e o resgate de conhecimentos teóricos e práticas de tradições antigas, de forma a integrar conhecimentos e práticas do senso comum com conhecimentos científicos e suas tecnologias (PATRÍCIO,2005. p.79).

A pesquisa esteve norteada com as seguintes indagações:

Quais são os facilitadores e dificuldades que os pacientes pinheirenses em tratamento hemodialítico em Patos de Minas enfrentam durante a terapia? Quais são os obstáculos de coerência enfrentados pelos pacientes pinheirenses durante a hemodiálise, desde o diagnóstico até as sessões dialíticas para o tratamento? A literatura descreve que o tratamento da DRC por meio da hemodiálise prolonga a vida do paciente, aliviando o sofrimento da síndrome urêmica e previne incapacidades posteriores. Entretanto qual ou quem sabe que vida é esta que está sendo prolongada? Quais as implicações e consequências que o tratamento de hemodiálise acarreta na vida dos pacientes pinheirenses e na sua qualidade de vida? Qualidade de vida, qual a relevância desse assunto para o enfermeiro (a) e outros profissionais de saúde dedicados aos cuidados de pacientes submetidos ao tratamento de hemodiálise? Quais são os métodos utilizados para avaliar a capacidade funcional quanto a independência com seus cuidados pessoais e autonomia necessária para medir a intensidade das obrigações de vida diária dos pacientes pinheirenses em relação ao seu tratamento fora do domicilio? O que poderia ser feito pela sociedade e equipes de saúde para melhor proporcionar a esses pacientes um tratamento mais humanizado, visando melhorar sua qualidade de vida no decorrer das sessões?

2 OBJETIVOS

Analisar as variações individuais e socioculturais, incluindo o sistema de valores, percepções e interpretações do tratamento hemodialítico dos pacientes pinheirenses em tratamento em Patos de Minas e sua qualidade de vida.

Averiguar as compreensões de qualidade de vida dos pacientes com DRC e seus familiares e quais os obstáculos enfrentados na terapia de hemodiálise.

Compreender a rotina de vida doentes renais crônicos submetidos tratamento de hemodiálise.

Identificar possíveis conexões para a vida cotidiana DRC em hemodiálise buscando possibilidades de transformação

Distinguir a aceitação do tratamento e o estado de saúde dos pacientes em tratamento hemodialítico.

Avaliar a associação entre a qualidade de vida de pacientes DRC e o índice de dificuldade durante a terapia hemodialítico e adesão ao tratamento.

Classificar a qualidade de vida em indivíduos submetidos a hemodiálise considerando o tempo de tratamento e a presença de comorbidades.

3 MÉTODOS E FONTES

Trata se de um estudo qualitativo. Definindo sua objetividade e como foi realizado o processo de pesquisa. Também foi usado o método quantitativo para abordar quantidade e avaliar a qualidade de vida.

A população de interesse são os pacientes em hemodiálise. Participaram do estudo 06 pacientes adultos com Doença Renal Crônica submetidos ao tratamento hemodialítico, do serviço de nefrologia de um Hospital Geral Filantrópico de médio porte em Patos de Minas, situado no Alto Paranaíba em Minas Gerais.

Os critérios de inclusão foram: participar do programa de hemodiálise do Hospital, ser morador de João Pinheiro, assentir em participar do estudo firmando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ser alfabetizado para responder o questionário. E a exclusão foi: realizar a sessão em horário e dias diferentes, apresentar dificuldade de ler e escrever que impossibilitem de responder o questionário.

Para atender aos objetivos desta pesquisa fez-se necessário à aplicação de questionário para a busca de informações dos pacientes investigados.

Para comensurar a qualidade de vida utilizou-se o instrumento elaborado pelo Kidney Disease Quality of Life Working Group como critério autoaplicável da qualidade de vida, relacionada à saúde, de pacientes com doença renal e hemodiálise. O KDQOL-SF™ traduzido e validado por. **Duarte**, de acordo com os anexos 1 e 2 relacionados no questionário. (DUARTE**,**2003).

O instrumento autoaplicável contém 36 itens ou perguntas, divididos em dois componentes: apresenta um componente geral com perguntas sobre qualidade de vida, e um outro componente específico com perguntas sobre a doença renal. São cinco subescalas ou dimensões, físico, mental; específico, carga da doença renal, sintomas e problemas, e efeitos da doença na vida diária. As notas variam entre 0 e 100, em que 0 indica a pior qualidade de vida e 100 a melhor qualidade de vida. (DUARTE**,**2003)

4 REFERÊNCIA TEÓRICA METODOLÓGICA

O rim é um órgão que exerce um papel importante para manter o equilíbrio da saúde. É o responsável pela filtração eliminação de resíduos tóxicos do nosso organismo. A DRC "é um termo abrangente que descreve a ocorrência de lesão renal ou de diminuição da taxa de filtração glomerular (TFG), de 3 meses ou mais de duração". (BRUNNER E SUDDARTH, 2016, s/p). Está classificada como doença crônica e grande problema de saúde pública. Os rins e o sistema urinário ajudam a regular o ambiente interno do organismo, excretando as escórias do mesmo para manter o organismo em hemostasia e são essenciais para a vida.

As formas de tratamento da DRC são, hemodiálise, diálise peritoneal e transplante renal. "Considerado um dos métodos de tratamento da DRC com maior aceitação tanto por pacientes quanto por profissionais de saúde". (FERMI,2010, p.31). Os transplantes podem ser de dois tipos vivos e não vivos. O número de órgãos de doadores depende de suas culturas e conhecimento relativo ao assunto e suas legislações.

Fermi também apresenta o conceito de hemodiálise. Ou seja,

> É o processo de filtragem e depuração do sangue, que tem por finalidade substituir as funções renais prejudicadas por insuficiência renal crônica ou aguda. Para entender como funciona a hemodiálise, primeiro é preciso conhecer o processo fisiológico no qual ela se baseia, a diálise. Esse processo ocorre quando as substâncias de um meio passam para outro através de uma membrana semipermeável que os separa. (FERMI, 2010, p.36).

O procedimento de hemodiálise é realizado por uma máquina que faz o trabalho do rim doente, atua limpando e filtrando o sangue, eliminando os resíduos tóxicos do nosso organismo, para manter o equilíbrio do mesmo. Esses pacientes se apresentam em maior condição de vulnerabilidade, necessitando de atendimento integral e humanizado. É o momento em que o paciente não tem escolhas, as mudanças já aconteceram, adoecimento, diagnóstico, tratamento e prognóstico. O que passa existir é um antes e um depois. É neste contexto que os sentimentos e conflitos, questões emocionais podem surgir.

Para a realização do tratamento o paciente necessita que seja confeccionado uma fístula arteriovenosa que "... consiste em uma anastomose subcutânea de uma artéria com uma veia.". (FERMI, 2010, p.42). Com o tempo, a fístula se dilata e suas paredes se espessam, possibilitando assim a realização da hemodiálise.

Esses pacientes dependem dessa terapia para sobreviverem. Alguns pacientes comparecem nas clínicas somente para realizar as sessões, porém, outros necessitam ficar hospitalizados. Sendo assim, o(a) enfermeiro(a) é o profissional que tem comunicação direta com o paciente, tornando se presente durante toda a terapia de hemodiálise. Este profissional deve estar atento para detectar as intercorrências advindas da terapia para intervir adequadamente com celeridade, pois o bem-estar do mesmo depende da sua agilidade. Os profissionais não devem abranger somente os cuidados físicos e técnicos, mas cuidados psicológicos e espirituais. Procurando atender as necessidades do paciente e de seus familiares.

O bom êxito da terapia depende da relação paciente/enfermeiro (a). O paciente é mantido vivo por uma máquina, sendo dependente desta. A tendência é o mesmo se apegar as pessoas que participam do seu cuidado, tornando se cada vez mais dependentes destes profissionais.

O profissional da Enfermagem deve estar sempre ao seu lado, encorajando a independência do paciente e pronto a prestar orientações. Também deve manter um olhar holístico pelos familiares do doente que apresentam problemas emocionais e por viverem em constante estado de tensão e incerteza do futuro do seu ente querido.

A Sociedade Brasileira de Nefrologia aponta que no Brasil, em 2017,

> De acordo com a pesquisa feita com base em uma amostra de 291 unidades de Terapia Renal Substitutiva (TRS), o total atual estimado é de 126.583 pacientes em tratamento dialítico. A fila de espera para transplante teve alta de 29.268 pacientes (2016) para os atuais 31.266. (SESSO,2018, p.20).

Essa sociedade explica que a finalidade do censo todos os anos é estimar os pacientes em hemodiálise esclarecendo que as informações obtidas são fundamentais para pleitear remunerações mais adequadas e conhecer a realidade do tratamento dialítico no território nacional.

4.1 A origem dos estudos sobre qualidade de vida em pacientes em tratamento hemodialítico

Em 1970, Campbell (1976, *apud* Awad & Voruganti, p. 558) esclarece as dificuldades que detinham o termo qualidade de vida como: "*qualidade de vida é uma vaga e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é".* (SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M. L.C., 2004, p. 582).

Existe aqui um questionamento do autor que muitas pessoas trabalham com tema qualidade de vida, mas poucos reconhecem realmente o que é, sendo muitas vezes confundidas com condicionantes de saúde e sendo interpretadas de formas diferentes atribuindo valores universais, marcados pelo predomínio da razão sobre preconceitos, mitos e crenças que impedem o desenvolvimento pleno das potencialidades humana, interferindo no que realmente significa qualidade de vida.

A literatura médica evidência que o termo sobreveio antes de 1930, em estudos que objetivavam a elucidação e estabeleciam referências à avaliação da QV. Costa Neto, trabalhando a publicação de Cummins, intitulada Directory of Instruments to Measure Quality of Life and Correlate Areas, explanada em 1998, constatou 446 instrumentos, no intervalo de setenta anos. Contudo, 322 instrumentos identificados, correspondentes a mais de 70% do total, surgiram na literatura desde 1980. (SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M. L.C., 2004, p. 582).

Como observado no estudo dos autores acima, qualidade de vida em saúde é motivo de preocupação há muitos anos e diversos autores tem se esforçado para estabelecer um conceito e equiparar a qualidade de vida em saúde da população.

Estudiosos de 1990 concordam em vários aspectos sobre qualidade de vida. No que se refere a subjetividade, avaliaram o entendimento da paciente sobre a sua saúde e alguns outros aspectos não médicos em seu cotidiano. Propiciando ao paciente uma avaliação dos acontecimentos relacionadas à sua saúde e qualidade de vida.

Estudiosos enfatizam, então, que QV só pode ser avaliada pela própria pessoa, ao contrário das tendências iniciais de uso do conceito quando QV era avaliada

> por um observador, usualmente um profissional de saúde. Nesse sentido, há a preocupação quanto ao desenvolvimento de métodos de avaliação e de instrumentos que devem considerar a perspectiva da população ou dos pacientes, e não a visão de cientistas e de profissionais de saúde. (SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M. L.C., 2004, p. 584).

Os autores deixam bem claro a forma que cada pessoa deve avaliar sua qualidade de vida, pois os profissionais de saúde e cientistas tem uma visão diferente. As vezes o que consideramos uma qualidade de vida ruim para os mesmos, pode ser vista por eles como satisfatória. Cada ser humano experiencia as transformações e tem concepções, pensamentos e apreciações diferentes.

Alguns artigos de revisão de literatura que cobriram etapas anteriores a 1995 revelam que, empenhamentos direcionados para a elucidação e apreciação da QV na área de saúde, havia lacunas e desafios teóricos e metodológicos a serem enfrentados. Gill et al., por exemplo, procuraram identificar como QV estava sendo definida e mensurada na área de saúde, mediante a revisão de 75 artigos que tinham esse termo em seus títulos, publicados em revistas médicas. (SEIDL, E.M.F.; ZANNON, C.M. L.C., 2004, p. 583).

A inquietação dos autores com o desfecho da qualidade de vida, vem apresentando o acumulo de conhecimentos sobre a forma de pesquisas. Ou seja,

> Dentro da perspectiva médica, autores como Bausell (1998) julgam que, dada a grande abundância das atuais medidas de qualidade de vida, essas deveriam ser consideradas o ponto de partida para as políticas de atenção. Dechamp-Le Roux (1997) considera que a avaliação de qualidade de vida dá alma à tecnologização excessiva do setor. Porém, na medida que não leva em conta fatores sociais e econômicos, seu alcance passa a ser muito restrito, reproduzindo a lógica apenas biomédica. (MINAYO. et al, 2000, p.16).

Os autores trazem um contexto de que a atividade científica se tornou uma atividade manipuladora de objetos, instrumentos e conceitos. Assim, contenta-se que tudo funcione se tornando mecanicista. Esquece-se do indivíduo como aquele que tem sentimentos e emoções, ansiedades e angústias, acabando aos poucos com a autonomia presente na origem de cada ser humano, tornando as relações humanas vazias de sentido. Sendo as vezes julgados quanto a classe social, gênero e raça, as preferências políticas e suas práticas religiosas, passando a ser vistos e tratados como alvo de menosprezo. Tornando assim incapazes de encontrar um lugar nessa ordem mundial. A humanidade está evoluindo segundo os estudos científicos, devendo ser avaliados determinantes de condições objetivas existentes no meio e na vida das pessoas, e

determinantes relacionados a forma como os indivíduos percebem e interpretam ações sociais e serviços disponibilizados para sua saúde e produtividade.

4.2 principais autores que trabalharam com o tema qualidade de vida em pacientes em tratamento hemodialítico

Os autores citados não se referem somente a hemodiálise, mas a qualidade de vida em saúde de modo geral.

> A expressão qualidade de vida ligada à saúde (QVLS) é definida por Auquier et al. (1997) como o valor atribuído à vida, ponderado pelas deteriorações funcionais; as percepções e condições sociais que são induzidas pela doença, agravos, tratamentos; e a organização política e econômica do sistema assistencial. (MINAYO. et al, 2000, p. 12).

Conceituar qualidade de vida não é uma tarefa fácil. A busca para o aperfeiçoamento da qualidade de vida dos humanos é incessante. Uma das características fundamentais é a primordialidade de querer viver bem, vislumbrar novas condições para a melhoria do cotidiano, e substituir as condições adversas, por outras melhores.

Segundo Minayo, a qualidade de vida: é o valor atribuído a vida quando alterada pela noção de fraquezas físicas, psicológicas, funções sociais e possibilidades de outros agravos como doença e tratamento, tornando-se imprescindível para a pesquisa avaliativa sobre o efeito das ações, indicando se o estado de saúde é desejável. (MINAYO et al, 2000, p.12)

De acordo com a revisão de "(...) Ann Bowling (1991) referindo se as escalas de qualidade de vida relacionadas com saúde inserem parâmetros de bem-estar psicológico, de redes de contribuição social, e satisfação dos pacientes". (MINAYO et al, 2000, p.12).

Informações da OMS declaram que deveria comensurar a qualidade de vida de alguns grupos como: pacientes crônicos, pessoal de suporte, pessoas em circunstâncias extremas, e crianças. Segundo o mesmo, os estudos têm se concentrado nos pacientes crônicos, e alguns autores considera qualidade de vida como somente medicalizada, focalizando apenas custo efetividade, (MINAYO et al, 2000, p.13).

Os autores mencionam que a qualidade de vida vista pela classe médica é simplesmente a melhora dos sintomas. Deste modo, os julgamentos que os mesmos possuem em relação ao significado de qualidade de vida e os paradigmas relacionados como bom estilo de vida ou vida

com qualidade. Esses padrões e definições vão depender da integração do indivíduo na sociedade e da evolução da mesma como um todo.

Green (1995), apresenta em seus estudos um levantamento sobre fatores que determinam a qualidade de vida durante os anos de tratamento. Em seu estudo, o autor questiona se seria a equipe multiprofissional, a população geral, os pacientes que suportam as circunstâncias estudadas, visto que são três lógicas diferentes. Consequentemente, outros autores demonstram que é preciso coletar inúmeras opiniões ao equiparar doenças crônicas com indivíduos sadio, e que os indicadores não contemplam qualquer suspeita sobre a intensidade ou persistência dos sintomas da enfermidade em estudo. (MINAYO, 2000, p.14).

Para diversos autores, os pacientes que fazem essa terapia têm uma visão sobre a qualidade de vida, e os profissionais de saúde e o público em geral tem um olhar diferente. Essa distinção de qualidade de vida ocorre porque as condições concretas de suas vidas e ideais são diferentes. Apresentando a necessidade comparar a opinião das pessoas ouvidas afim de que possa conceituar qualidade de vida.

4.3 Surgimento da qualidade de vida em pacientes em tratamento hemodialítico a nível de Brasil

Para Ciconelli, “a avaliação de QDV é baseada na percepção do indivíduo sobre sua própria saúde, que também é influenciada pelo contexto”. (CICONELLI, 2003, p. 9) Estudos revelaram associação entre vários fatores de risco e pontuações baixas de QDV em pacientes com insuficiência renal crônica. A diminuição na qualidade de vida dessas pessoas está ligada ao uso de fistula arteriovenosa, existência de comorbidades, nível de escolaridade e privação ocupação regular, sexo e idade denominados como fatores relevantes em sua qualidade de vida.

O tema qualidade de vida é tratado sob os mais diferentes olhares. Assim“.... No âmbito da saúde, quando visto no sentido ampliado, ele se apoia na compreensão das necessidades humanas fundamentais, materiais e espirituais e tem no conceito de *promoção da saúde* seu foco mais relevante. ” (MINAYO.et al, 2000, p.15)

A introdução de bens facilitadores recebe destaque pertinente. Proporcionando mudanças a humanidade no que tange a melhoria da qualidade de vida. Com as evoluções e inovações tecnológicas e biomédicas trazendo drogas potentes, e terapias resolutivas no enfrentamento das enfermidades.

> Qualidade de vida em saúde coloca sua centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade. Isso porque, em geral, os profissionais atuam no âmbito em que podem influenciar diretamente, isto é, aliviando a dor, o mal-estar e as doenças, intervindo sobre os agravos que podem gerar dependências e desconfortos, seja para evitá-los, seja minorando consequências dos mesmos ou das intervenções realizadas para diagnosticá-los ou tratá-los. (MINAYO. et al., 2000, p, 15).

O enfermeiro (a) é o profissional que tem maior contato com o paciente, permanece presente em todos os momentos da terapia de hemodiálise. Como citado, a dor compromete a qualidade de vida trazendo sintomas depressivos significativos, acompanhada de insônia, perda do apetite, alteração do humor e causa limitação funcional e incapacidade física.

O bom êxito da terapia depende da relação paciente/enfermeiro (a). A máquina de hemodiálise é vista como forma de sobrevivência desses pacientes, sendo dependente desta. A tendência é esse paciente se apegar as pessoas que participam do seu cuidado, tornando-se cada vez mais dependentes destes profissionais.

O enfermeiro (a) deve estar sempre ao seu lado encorajando a independência do paciente e pronta a prestar orientações. Além disso, deve manter um olhar holístico pelos familiares do doente que apresentam problemas emocionais e por viverem em constante estado de tensão e incerteza do futuro do seu ente querido.

4.4 Autores que estudaram a qualidade de vida em pacientes em hemodiálise a nível do Brasil

No Brasil vem aumentando a preocupação pelo tema qualidade de vida no campo da saúde. (SEIDL; ZANNON, 2004, p. 585). A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) realizou, um seminário sobre condições de bem-estar e satisfação de saúde nos quais vários autores latino-americanos discutiram, o tema saúde e qualidade de vida. (BUSS, 2000, p. 165).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

João Pinheiro possui 21 pacientes em tratamento hemodialítico. Para realização desta pesquisa, os pacientes foram divididos em 02 grupos em conformidade com sua rotina hemodialítico. O grupo 1 realiza as sessões de hemodiálise segunda, quarta e sexta feira e este foi o grupo priorizado para a pesquisa. O grupo 2 realiza as sessões nas terças, quintas e sábados. Dos quais 11 são do grupo 2 e realizam sessões em dias diferentes do grupo 1. Sendo 01

portador de Alzheimer, não demonstrou condições de responder ao questionário. 01 foi transplantado há 9 meses.01 óbito. E 01 pacientes não aceitou participar do estudo. Dessa forma a amostra total foi de 06 pacientes.

Tabela 1 Características dos pacientes em hemodiálise do Município de João Pinheiro - MG em 2019

Variável	Total (n=6)	%
Idade (anos)		
20 - 39	2	33,33
40 - 60	4	66,66
Sexo		
Feminino	5	83,33
Masculino	1	16,66
Cor		
Negra	3	50,00
Parda	2	33,33
Branca	1	16,66
Estado Civil		
Casado	1	16,66
Solteiro	2	33,33
Separado/Viúvo	3	50,00
Escolaridade		
Ensino Médio Incompleto	1	16,66
Ensino Fundamental Incompleto	4	66,66
Analfabeto	1	16,66

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

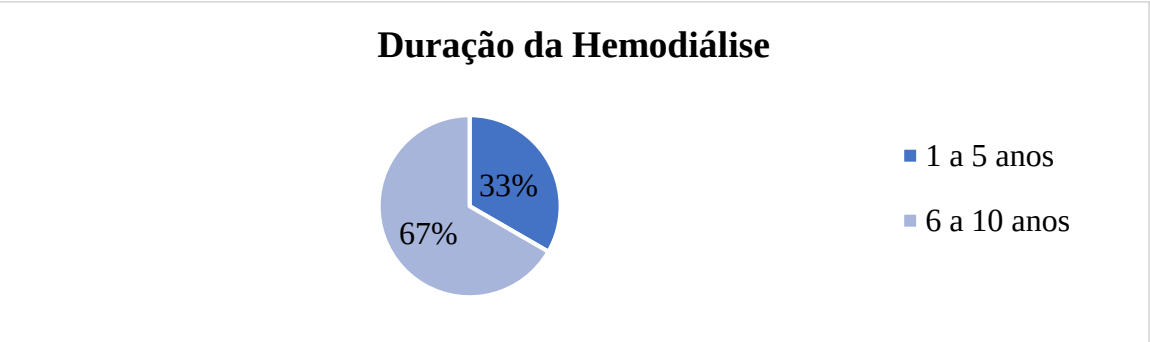


Gráfico: 1 Duração da hemodiálise

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

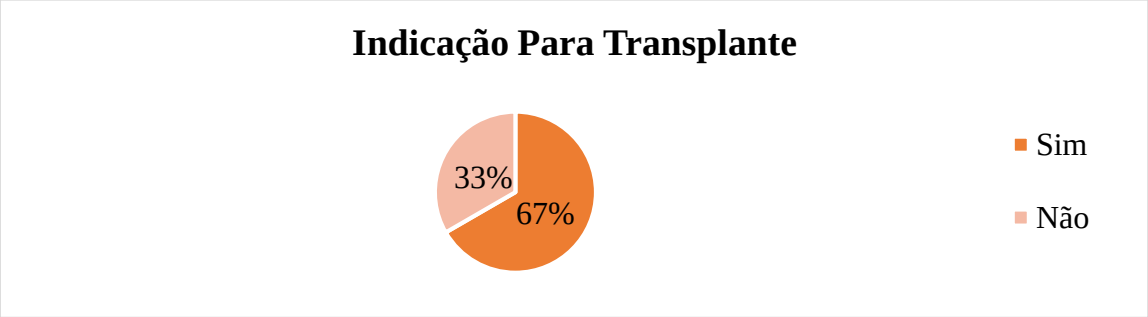


Gráfico: 2 Indicação para transplante.

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

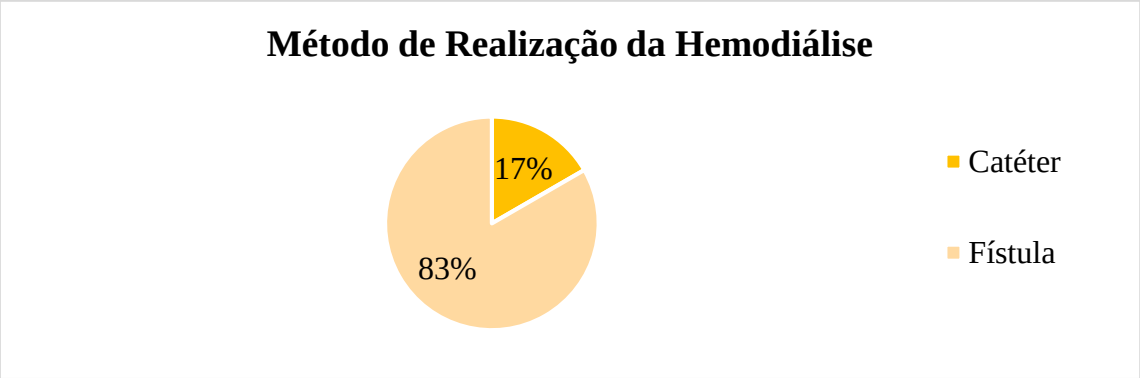


Gráfico: 3 Método de realização da hemodiálise.

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

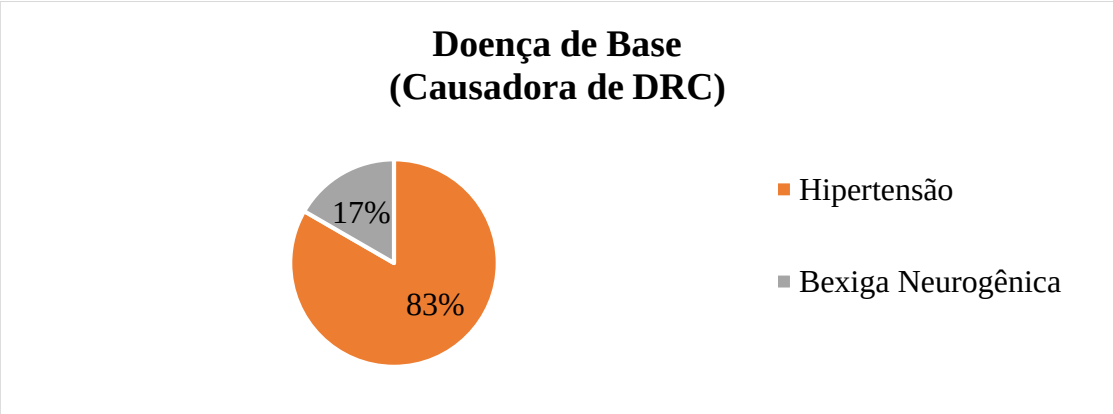


Gráfico: 4 Doença de base causadora de DRC

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

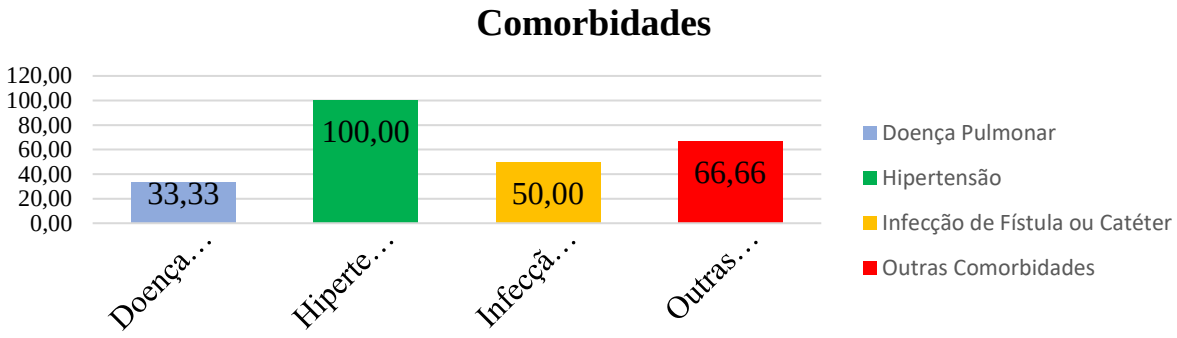


Gráfico: 5 Comorbidades

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

5.2 Aspectos Socioeconômicos e demográficos

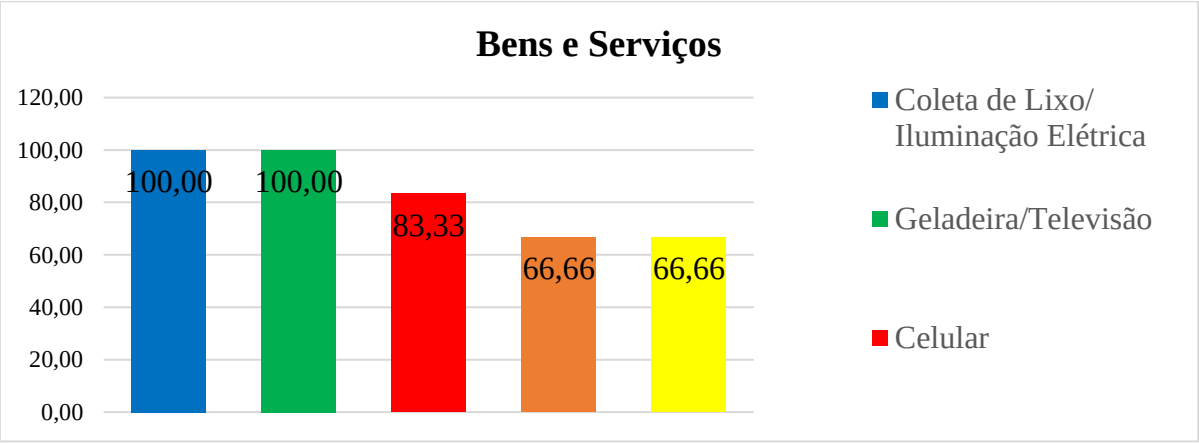


Gráfico: 6 Serviços e bens

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Partindo dos resultados socioeconômicos e demográficos, observa se pouca diferença etária entre os pacientes. A renda obtida é somente da aposentadoria e auxilio doença que é Tratamento Fora do Domicílio (TFD) sendo pago pela prefeitura, refletindo assim sobre sua qualidade de vida. Sendo a renda familiar de 33,33% com um salário mínimo e 66,66% recebem até 2 salários mínimo. A renda dos mesmos é obtida através de aposentadoria pelo INSS, sendo boa parte associada à decorrência da doença renal.

Em relação as moradias e ao acesso a bens e serviços, os pacientes não apresentam diferenças substanciais em relação aos outros membros da sociedade. Segundo levantamento 100% das casas são de alvenaria (tijolo) com reboco por dentro e por fora. 83% possuem casa própria e 17% vivem em casa alugada. As moradias apresentam condições de salubridade

satisfatória com água tratada, (à exceção de um entrevistado que relatou utilizar água de poço artesiano sem tratamento), escoamento sanitário, luz elétrica e coleta de lixo. A densidade de habitantes por moradia está compatível com a maior parte da população, sendo de 5 a 8 cômodos, significando que não eram residências superpopulosa. Apenas um morava sozinho e mais de 90% moravam com parentes e familiares.

5.3 Aspectos Clínicos

Sua saúde e relação interferência na vida com esforço físico

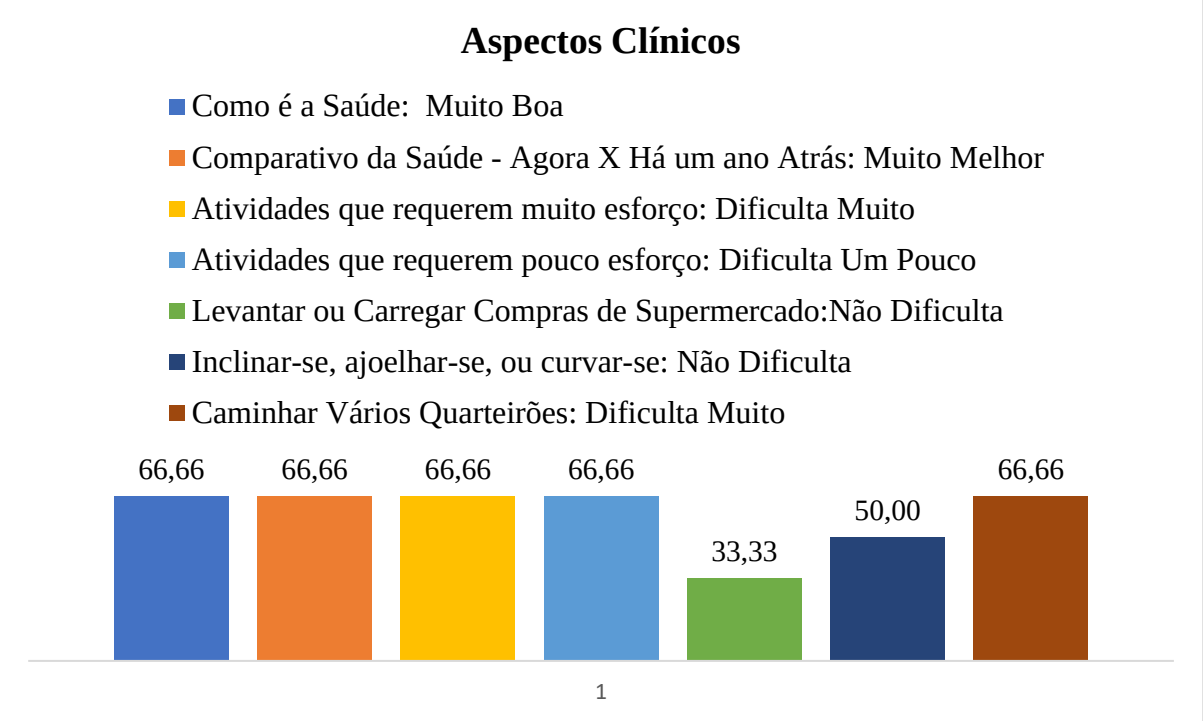


Gráfico: 7 Aspectos clínicos de sua saúde e relação interferência na vida com esforço físico

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

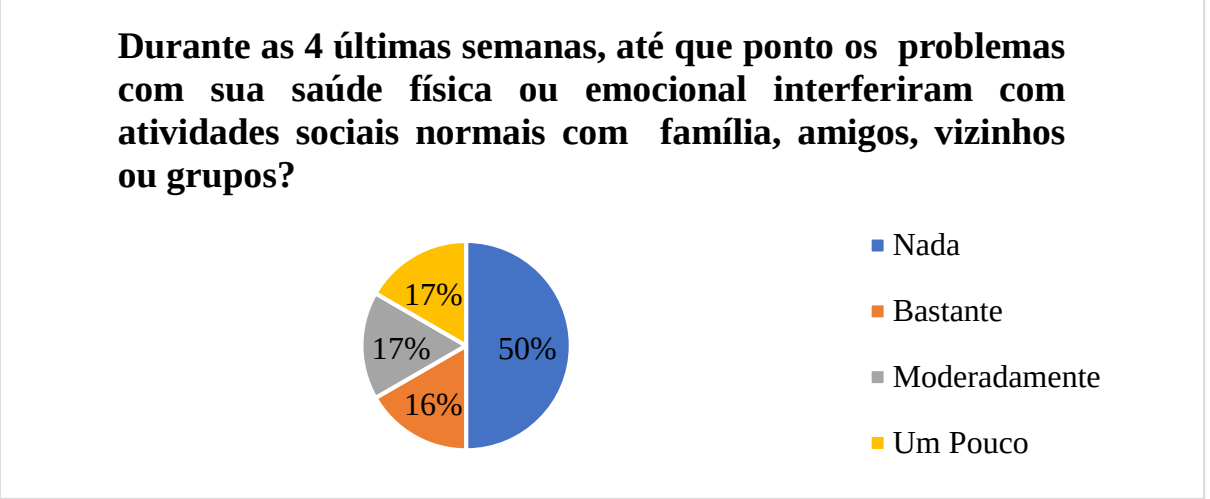


Gráfico :8 Problemas com sua saúde física e emocional

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

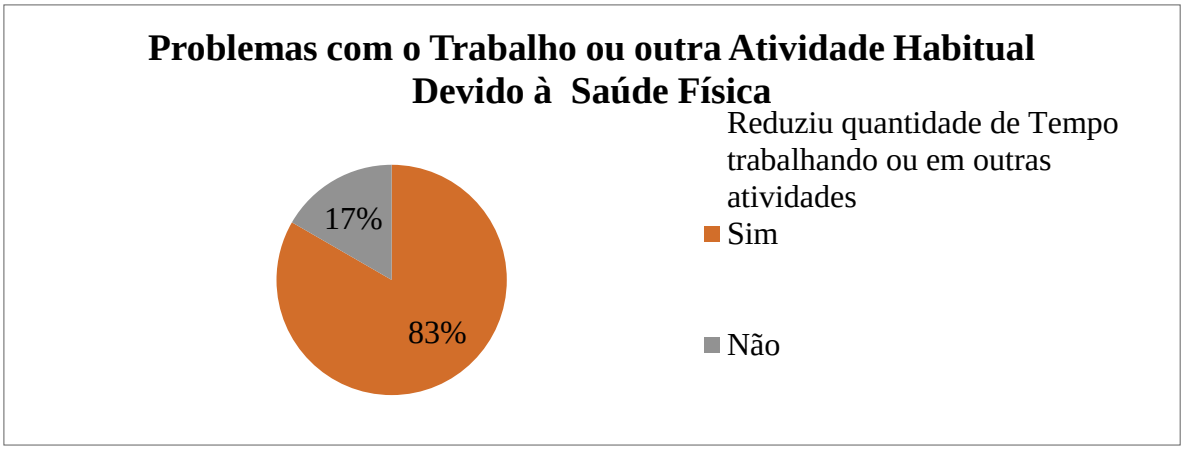


Gráfico: 9 Problemas com o trabalho e problemas emocionais.

Fonte: Pesquisa direta, 2019

Em relação ao trabalho, os dados comprovam as dificuldades relacionado ao mesmo, pois a maior parte do tempo desse paciente é gasto com o tratamento. Dessa maneira, torna-se difícil associar trabalho e tratamento, influenciado por queixas físicas e sintomas apresentados logo após a terapia, o que, na maioria das vezes, fica impossibilitado de trabalhar. Outro fato importante é que as empresas e o campo profissional oferecem poucas vagas para pessoas com algum tipo de deficiência.

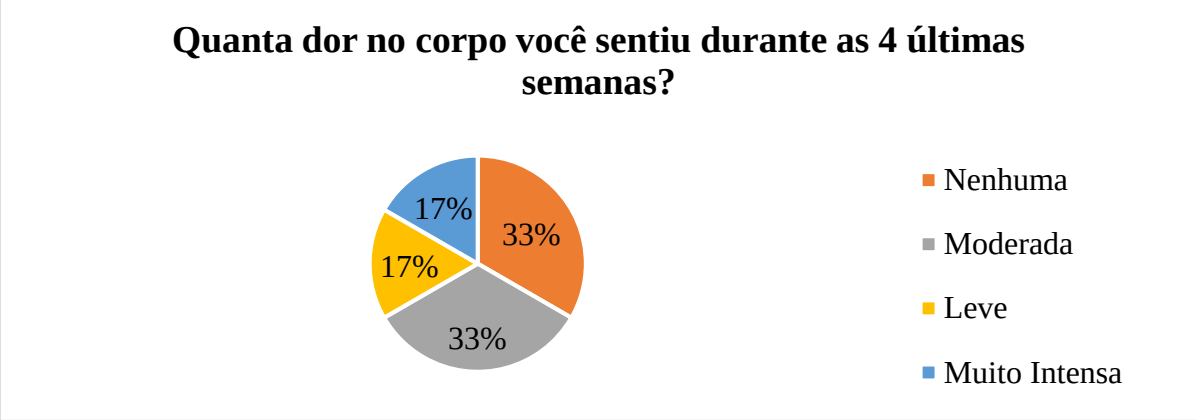


Gráfico: 10 Relacionada a dor nas últimas 4 semanas.

Fonte: Pesquisa direta, 2019

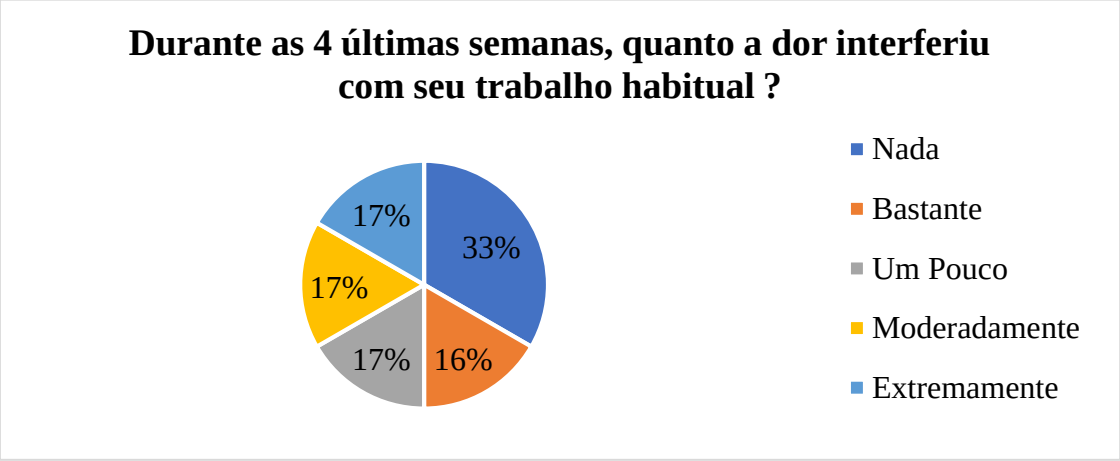


Gráfico :11 Relacionada a dor e interferência com o trabalho habitual nas últimas 4 semanas.

Fonte: Pesquisa direta, 2019

Sua doença renal

Tabela 2- Até que ponto cada uma das seguintes declarações é verdadeira ou falsa para você

Variável	**Total (n=6)**	**%**
Parece que eu fico doente com mais facilidade do que outras pessoas.	Verdadeira (3)	50,00
Eu me sinto tão saudável quanto qualquer pessoa que conheço.	Verdadeira (4)	66,66
Acredito que minha saúde vai piorar	Falsa	66,66
Minha saúde está excelente.	Verdadeira (3)	50,00
Minha doença renal interfere demais com a minha vida.	Verdadeira (4)	66,66
Muito do meu tempo é gasto com minha doença renal.	Verdadeira (6)	100,00
Eu me sinto decepcionado ao lidar com minha doença renal.	Falsa (6)	100,00

Eu me sinto um peso para minha família.	Falsa (3)	83,33

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Relação entre incomodo e a doença renal

Tabela 3 - Durante as 4 últimas semanas, quanto você se incomodou com cada um dos seguintes problemas?

Variável	**Total (n=6)**	**%**
Dores Musculares	Não me incomodei de forma alguma (3)	50,00
Dor no peito	Incomodei me de forma moderada (5)	83,33
Cãibras	Incomodei me de forma moderada (3)	50,00
Coceira na pele	Muito incomodado (3)	50,00
Pele seca	Muito incomodado (3)	50,00
Falta de ar	Fiquei um pouco incomodado (2)	33,33
Fraqueza ou tontura	Fiquei um pouco incomodado (3)	50,00
Falta de apetite	Fiquei um pouco incomodado	66,66
Esgotamento (muito cansaço)	Muito incomodado (3)	50,00
Dormência nas mãos ou pés (formigamento)	Não me incomodei de forma alguma (3)	50,00
Vontade de vomitar ou indisposição estomacal	Muito incomodado	50,00
Problemas com sua via de acesso (fístula ou cateter)	Não me incomodei de forma alguma (3)	50,00

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Em relação às fistulas, a manutenção de uma boa hemodiálise depende diretamente de um acesso vascular eficiente, pois as complicações relacionadas às fistulas são as causas mais comuns de internação dos pacientes em hemodiálise. Dado o número de pacientes que perderam suas fistulas, sobressai com essa pesquisa o baixo conhecimento sobre as complicações que tiveram. As respostas dadas indicam que os pacientes não foram orientados sobre os cuidados necessários, nem antes e nem depois de terem suas fistulas confeccionadas, e, após terem perdido, ninguém parece ter explicado sobre o porquê da perda. Embora os pacientes possuam a noção do que a hemodiálise é a continuidade de suas vidas e o papel que a fistula possui neste processo, eles não sabem distinguir, por falta de informação, as complicações que ameaçam a manutenção da mesma.

Efeitos da doença renal em sua vida

Tabela 3.1 - Até que ponto a doença renal lhe incomoda em cada uma das seguintes áreas?

Variável	**Total (n=6)**	**%**
Diminuição de líquido	Incomoda Muito (6)	100,00
Diminuição alimentar.	Não incomoda nada (3)	50,00
Sua capacidade de trabalhar em casa.	Não incomoda nada (3)	50,00
Sua capacidade de viajar.	Incomoda Muito (4)	66,66
Depender dos médicos e outros profissionais da saúde.	Incomoda um pouco (3)	50,00
Estresse ou preocupações causadas pela doença renal.	Não incomoda nada (4)	66,66
Sua vida sexual.	Não incomoda nada (4)	66,66

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Satisfação com o tratamento

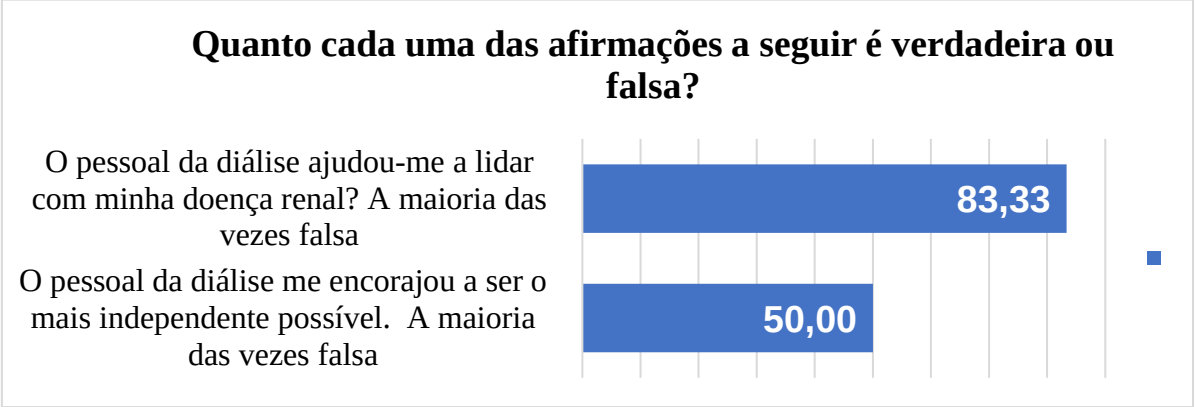


Gráfico :12 Relacionada a satisfação com o tratamento.

Fonte: Pesquisa direta, 2019

O gráfico apresenta um importante instrumento sobre o papel a ser desempenhado pela a enfermeira(o), pois indica que esse profissional pode atuar orientando o paciente de forma correta. Assim, esse profissional da saúde exerce papel destacado no tratamento do paciente.

5.3 RESULTADOS ENCONTRADOS DE QUALIDADE DE VIDA

Os resultados de qualidade de vida KDQOL-SF™ 1.3 serão apresentados na tabela abaixo.

Tabela 3.2 .Média e desvio-padrão das dimensões do KDQOL-SF™ 1.3 entre pacientes em terapia de hemodiálise.de João Pinheiro 2019

DOMINIOS OU DIMENSÕES (número de itens)	MÉDIA	DESVIO/PADRÃO
Sintomas / problemas (11)	78,52	21,48
Efeitos da doença renal (5)	50,96	27,22
Sobrecarga imposta pela doença renal (4)	34,62	24,56
Condição de trabalho (2)	10,3	26,01
Função cognitiva (3)	88,38	11,62
Qualidade das interações sociais (3)	78,29	27,45
Função sexual (2)	75	43,3
Sono (4)	72,73	27,74
Suporte social (2)	76,74	29,13

Apoio da equipe de diálise (2)	57,56	32,86
Satisfação do paciente (1)	55,81	17,01
Capacidade funcional (10)	33,37	28,02
Limitações causadas por problemas da saúde física (4)	10,72	23,71
Dor (2)	80,23	33,2
Percepções da saúde geral (5)	41,16	21,6
Bem-estar emocional (5)	67,26	30,9
Limitações causadas por problemas da saúde emocional(3)	25,5	33,61
Função social (2)	61,92	35,03
Vitalidade (energia/fadiga) (4)	53,84	29,01
Saúde geral (1)	56,98	22,31

Fonte: Pesquisa direta, 2019.

Os cálculos foram realizados de acordo com o questionário aplicado e em cima das respostas obtidas pelos pacientes em tratamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa foi possível avaliar a história de vida dos colaboradores deste estudo. Deve se considerar a arte de cuidar como o coração da enfermagem. As ações de cuidado são as que potencializam a vida e sua boa qualidade. O cuidado é uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilização e aproximação vincular com o outro. Nas questões da subjetividade, constituído de aspectos como felicidade e a satisfação na trajetória de sua vida. Na singularidade, sensação de que a vida tem significado, e que é capaz de integrar as experiencias vividas com o tratamento ao passado, presente e futuro como meta de vida e crescimento pessoal. Na experiência social, como o indivíduo organiza sua vida (cruzando preceito moral aos hábitos e rotina), a abordagem qualitativa favoreceu a oportunidade de os colaboradores discorrerem sobre seu comportamento, na doença e tratamento, no que diz respeito a suas convicções.

Nesse sentido, a hemodiálise mostrou-se como uma forma de tratamento para os pacientes não alterando os resultados da qualidade de vida, pois os mesmos relatam que antes de iniciarem a terapia sua qualidade de vida era ruim. Esses dados demonstram que o paciente deve assumir total controle de sua vida e ter uma posição ativa em relação aos seus desejos e de suas necessidades, ou seja, se mostrando como uma perspectiva de vida para estes pacientes. Vislumbrar não apenas as doenças, submissão às máquinas, aos procedimentos, a medicações e aos profissionais é enfrentar muito mais que o processo de adoecer, significa experimentar o processo de melhora em todos os sentidos.

Os pacientes em tratamento dialítico chamaram atenção pela confiança e esperança de resolver as adversidades da doença e tratamento, considerando o fato de que estes pacientes se apresentam, como um quebra cabeça para a equipe de saúde, dado o grande número de variáveis médicas e psicológicas que potencialmente podem influenciar o estado de saúde dos mesmos. O otimismo transmitido nas histórias de suas vidas, marcadas pelo o infortúnio da doença e tratamento fez surgir uma esperança sem limites, especialmente na relação com outros pacientes em condições semelhantes. A pessoa acometida por uma doença crônica apresenta fisionomia característica não de si mesmo, mas da doença da qual é portadora relacionados às estigmatizações e representações de imagem corporal que podem desencadear um processo de baixa autoestima.

No decorrer da pesquisa de QV pelo método KDQOL-SF^{TM} depreende a necessidade emergente de uma equipe interdisciplinar, atuante em nefrologia para uma assistência mais humanizada aos pacientes em tratamento dialítico. A doença possui, representações que incluem sofrimento, manipulação corporal e limitação das possibilidades físicas. Ela comporta frequentemente um ataque à integridade do paciente e um impedimento ao exercício normal de sua vida, o que pode trazer problemas psicossociais acompanhados de angústia. Porém, diante de um total estimado de 126.583 pacientes, realizando hemodiálise no Brasil, com esse índice elevado devemos tomar uma atitude humanizada proporcionando conforto e bem-estar para esses indivíduos.

As pesquisas direcionadas às equipes de enfermagem, podem contribuir com uma reabilitação progressiva do paciente, mudando o cenário de sofrimento, melhorando a integridade e promovendo o exercício normal de sua vida. Desenvolvendo futuras descobertas para a enfermagem, empregando uma estruturação para educação à saúde.

O trabalho interdisciplinar realizado pela a equipe de enfermagem com esses pacientes por meio de um contexto dinâmico, integrado e humanitário. Incluindo também técnicas disponíveis para a interação de educação e saúde, priorizando as funções preventivas e terapêuticas. A arte de cuidar nos faz mais fortes e resistentes. É justamente nos momentos mais difíceis que você descobre ser mais forte do que alguma vez foi capaz de imaginar. Parar de acreditar é deixar de viver e sonhar.

7 REFERÊNCIA

ALMEIDA, T.R. Jornal Brasileiro de nefrologia, **J. Bras. Nefrol,** São Paulo, V.2 (20), p. 131-132, fev.1998. Disponível em: < http://www.bjn.org.br/export-pdf/712/20-02-01.pdf> Acesso em: 02. abr. 2019.

BERNARDES.PDF, Https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/763/1/dissertacao Jacqueline Andreia. **Https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/763/1/Dissertacao Jacqueline Andreia Bernardes.pdf.** 2006. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/763/1/Dissertacao%20Jacqueline%20Andreia%20Bernardes.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BVS. MINISTÉRIO DA SÁUDE. **Dicas de saúde**. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html > Acesso em 21. Mar. 2019.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.163-177, 2000. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100014. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2011.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CASTRO OM, et al. **Qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise avaliada através do instrumento genérico SF-36**. Rev. Assoc. Med. Bras. 2003; 49(3): 245-49.

CAMPOS, Maryane Oliveira; RODRIGUES NETO, João Felício. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Montes Claros, v. 32, n. 2, p.232-241, ago. 2008. Disponível em: <http://stoa.usp.br/lislaineaf/files/-1/19150/qualidade-vida-instrumento-promocao-saude%3E.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CHEEVER, KERRY H. BRUNNER E SUDDARTH. **Manejo de clientes com distúrbios renais. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**, volumes 1 e 2 / Janice L. Hinkle, Kerry H. Cheever; tradução Patrícia LydiVoeux ... [et al.]. – 13. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan, 2016. Minha Biblioteca: Brunner & Suddarth | Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica, 13ª edição. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2820-1/cfi/6/156!/4/44@0:53.1 > Acesso em: 02. abr. 2019.

CICONELLI, R. M. Medidas de avaliação de qualidade de vida. **Rev. Bras Reumatol**, Rio de Janeiro v.43 p. 9-13. 2003. Disponível em: < https://www.google.com/search?q=Ciconelli+RM.+Medidas+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+qualidade+de+vida.+RevBras+Reumatol+2003;43:9-13.&tbm=isch&source=univ&client=firefox-b-d&>. Acesso em: 03.abr. 2019.

CIDADE BRASIL.COM.BR. **João Pinheiro - Informações sobres o município e a prefeitura.** Disponível em: < https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-joao-pinheiro.html> Acesso em: 21. Mar. 2019.

DIAZ BRUXO, J.A.; LOWRIE, G.; LEW, N.L.; ZHANG, H.; LAZARUS, J.M. Quality-of-Life evaluation using Short Form. 36: comparison in Hemodialysis and peritoneal dialysis patients. **AM.J. KIDNEY. DIS,** Lexington, MA, EUA, n.35, v.2, fev. 2000, p.293-300.Disponível em: < https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Quality-of-life+evaluation+using+Short+Form+36%3A+comparisonin+hemodialysis+and+peritoneal+dialysis+patients.+Am+JKidney+Dis.+2c> Acesso em: 03. abr. 2019.

DUARTE, Priscila Silveira. **Doença Renal e Qualidade de Vida (KDQOL-SF™ 1.3).** Disponível em: <https://www.rand.org/content/dam/rand/www/external/health/surveys_tools/kdqol/KDQOL13-Port.PDF>. Acesso em: 10 abr. 2019

FERIGOLLO, J. P.; FEDOSSE, Elenir; SANTOS, Valdete A. V. dos. Qualidade de vida de profissionais da saúde pública professional Quality of life of public. health. **Cad. Ter. Ocup.**, Rio Grande do Sul, São Carlos, v. 24, n. 3, p.497-507, 2016. Editora Cubo Multimídia. http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoao0722. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/download/1379/746>. Acesso em: o9 abr. 2019.

FERMI, M. R. V. **Diálise para enfermagem: guia prático**. 2.ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.p. 214. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-1976-6/cfi/48!/4/4@0.00:0.00> Acesso em: 02.abr.2019.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.33-38, 2000. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100004>. Acesso em: 21 mar. 2019.

IBGE. **IBGE | Brasil em Síntese | Minas Gerais | João Pinheiro | Panorama**. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama> Acesso em: 21. Mar. 2019.

MARTINS, Carmen Tzanno Branco. **SBN NEFROLOGIA:** SBN CENSO 2017. 2018. Disponível em: <https://arquivos.sbn.org.br/uploads/sbninforma114-2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência &saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.7-18, jan. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P. Qualidade de vida. **Ciência &saúde coletiva**, Rio Grande do Sul, v.5, n. 1, jan. 2000.Disponivel em: < https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Vol.5+N.1+-+Qualidade+de+vida+e+sa%C3%BAde> Acesso em: 03. abr. 2019.

PARMAR, Malvinder S. Chronic Renal Disease. **Bmj**, Rockville Pike, v. 325, p.85-90, jul. 2002. Disponível em: <https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1123635/&prev=search>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PATRICIO, Z. M. **3a. Introdução à Prática de Pesquisa Sócio-ambiental (1).pdf**. Disponível em: < http://www.neagua.ufsc.br/tiki-download_file.php?fileId=45> Acesso em: 21.mar. 2019.

PEDROSO, B et al. **Calculation of scores and descriptive statistics for WHOQOL instruments using** Microsoft Excel. Actividad. Física y Ciencias, Maracay, v. 2, n. 2, p. 1-23, jul. /dic. 2010.Disponível em:< http://www.brunopedroso.com.br/whoqol-pt.html > Acesso em: 16-10-2019.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.580-588, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SESSO, Ricardo. SBN INFORMA CENSO. **Sociedade Brasileira de Nefrologia**, Rio de Janeiro, v. 114, p.5-25, jun. 2018. Disponível em: <https://arquivos.sbn.org.br/uploads/sbninforma114-2.pdf.>. Acesso em: 09 abr. 2019.
SOBEN. **História da hemodiálise**, São Paulo, v.10, ago.2017. Disponível em: < https://soben.org.br/historia-da-hemodialise/#> Acesso em: 01. abr.2019.

SOUZA, Franciane Odebrecht de. **Relação entre estado nutricional e qualidade de vida em pacientes hemodialisados.** 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90961/258580.pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 maios 2019.

SUDDARTH, Brunner e. **Tratado de enfermagem médico cirúrgico:** Manejo de clientes com distúrbios renais. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. Cap. 54. p. 700-720. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2820-1/cfi/6/156!/4/44@0:53.1>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CADERNO DE RESENHAS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA BREVE ANÁLISE

Resenhado por / *Reviewed by*: Sthela Evelly Soares Nascimento[1]

SPIELBERG, Steven; A.I Artificial Intelligence. EUA, 2001. 147min

A.I. Artificial Intelligence (Inteligência Artificial em português) é um filme de ficção científica de Steven Spielberg lançado em 2001, a partir de um projeto de Stanley Kubrick, sobre a possibilidade da criação de máquinas com sentimentos. O roteiro criado por Spielberg foi baseado em um conto de Brian Aldiss chamado Supertoys Last All Summer Long.

Steven Allan Spielberg é um premiado cineasta, produtor cinematográfico, roteirista e empresário norte-americano. Spielberg é o diretor que tem mais filmes na lista dos 100 Melhores Filmes Americanos de Todos os Tempos, feita pelo *American Film Institute*. É considerado um dos cineastas mais populares e influentes da história do cinema. Até o momento, o rendimento bruto de todos os seus filmes, em todo o mundo, é de mais de US$ 8,5 bilhões de dólares. A Forbes calcula a riqueza de Spielberg em US$ 3,6 bilhões de dólares. Vencedor do Oscar por duas vezes o diretor tem em seu currículo obras famosas com a lista de Schindler (1993).

O filme Inteligência Artificial (2001) é um clássico de ficção científica que aborda uma sociedade sobrevivente a grandes inundações planetárias advindas do aumento dos níveis dos oceanos. A partir dessas inundações a vida dos habitantes passam a ser controladas excessivamente, até o número de filhos dos casais passam por uma tutela.

O casal protagonista do filme, Monica e Henry é vítima desse controle, eles têm um um filho único que está em coma e não podem sonhar em ter outro filho, então o marido decide aventurar-se a ter um robô programado para ter os sentimentos humano. Tudo começa quando em uma reunião o professor cientista Hobby, demonstra para seus amigos investidores, uma de suas criações, o meca-robô, que possui sentimentos bons e ruins, mas são incapazes de sentir

[1] Aluna do quarto período do curso de Direito da Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: sthelaevellyjp@gmail.com

dor. O professor sustenta uma teoria e uma ilusão que seus robôs se igualam a criação de Deus: Adão e Eva, colocando seus robôs na posição de puro objeto capaz de amar seus criadores.

Durante a sua apresentação, o professor Hobby solicita que sua criação fique de pé e responda o que é o amor, ela define amor como desejo sexual, o que não difere dos robôs-gigolô que já haviam inventado, eles tornam uma espécie de amantes dos humanos. O projeto de Hobby tem como objetivo produzir um meca-filho, torna-lo possivelmente capaz de amar incondicionalmente e eternamente seus pais, um sonho que surgiu após a morte de seu filho, o que faz ter o grande desejo de reencontrá-lo, mesmo que em forma de uma máquina. Então, meses depois, nasce a sua esperada criação, o meca-filho David.

Sobre essa ótica, entra uma fragilidade nos laços familiares, quando surge no contexto uma criança com o nome de Martin, que por um longo período permanece congelada no método criogênico devido uma doença terminal. Seus pais Monica e Henry, continua visitando e lendo sua História favorita: Pinóquio, mantendo uma rotina de visitação. A empresa Cybertronics, que tornaria futuramente possível a comercialização dos mecas-filhos, resolve escolher um indivíduo para testar sua nova criação e Henry é escolhido devido o estado de seu filho. Ao levar para casa e mostrar para sua esposa o David, que possuía perfeitamente a feição de uma criança, faz com que ela demore adaptar e aceitá-lo como filho e integrante da família.

Uma questão importante é a forma que o amor fraterno e o consumismo são relacionados, ou seja, para despertar sentimento em uma máquina, Monica teria que dizer breves palavras. Somente assim, David começa a se tornar parte da família, buscando em pequenas atitudes deixar sua mãe orgulhosa e ter de recompensa seu amor fraternal. Monica conseguiu transferir a dor devido o estado de seu filho internado, para um robô, que com o tempo passou a ser amado, suprindo toda lacuna causada naquela família.

Quando Martin tem uma melhora significativa, logo retorna para a sua casa e David passa de meca-filho para meca-brinquedo, o que gera uma disputa pelo amor de sua mãe. Depois de inúmeros incidentes acontecer, um fato intrigante acontece na festa de aniversário do Martin, quando algumas crianças resolvem testar a autodefesa do meca. Porém, como estavam próximos da piscina, um mecanismo é acionado e David abraça fortemente seu irmão, que ao tentar se soltar, faz com que acidentalmente os dois caem e Martin se afogue.

Após esse incidente, Monica resolve devolver o meca-filho, o que resulta na sua destruição, mas no meio do caminho, tomada por uma indecisão e angústia, deixa David e seu urso Teddy, que também é um robô, em uma floresta, dando conselhos para que não vá para a

cidade. Neste ponto, o roteirista coloca em questão como um meca pode amar um orga, mas não ter a garantia de que um humano seja totalmente capaz de amar uma máquina. Uma pequena analogia é feita, uma vez que, a inteligência artificial e a engenharia genética mesmo sendo de áreas diferentes são igualitárias, capazes de substituir o desejo sexual na reprodução de um ser. De fato a criação, humana ou máquina, torna um desejo ou fantasia de uma mãe, cujo único papel será substituir o vazio materno, tornando possível a sua criação o resultado que queiram reproduzir.

Quando David foi deixado na floresta ele só tinha um desejo: tornar se humano para que Monica pudesse o amar. Então, ele começa a busca pela Fada Azul, que tornou Pinóquio uma criança, um conto de fadas que ouvia sempre ser contado para ele e seu irmão Martin. David é encontrado por orgas e levado para uma feira que faz espetáculos de destruição de robôs. Contudo, graças à forma humana de David, ele consegue fugir daquele local com um robô-gigolô chamado Joe, que vão até à cidade Vermelha, em busca de uma resposta para tornar o meca-filho humano.

Ao encontrar uma resposta, através de um mecanismo chamado Dr. Saber, David e seu amigo consegue chegar até seu criador, que os observava sempre, neste local é encontrado um meca filho que ocupa a posição de primeiro de sua espécie, fazendo com que David o quebre. Em uma sala, próxima ao escritório, David encontra diversos mecas-filhos, construídos com sua aparência, pois o professor Hobby conseguiu tornar aquela criança única e comercializa-la. Ao fugirem dali, David e seu amigo Joe, vão até próximo ao mar, mas o robô-gigolô é capturado e consegue acionar o veículo que leve o meca-filho até o fundo do oceano.

David, no fundo do oceano, encontra um antigo parque de diversões com toda a encenação da história de Pinóquio e a tão procurada Fada azul, em forma de estátua. Perante a imagem, David repete reiteradas vezes súplicas para que ela o torne uma criança de verdade, o tempo começa a passar, faz com que ele congele e se passe um período de 2000 anos. Neste contexto, a Fada Azul é considerada parte de um defeito humano, de desejar o que não existe ou do maior dom, a capacidade de seguir seus sonhos. Todavia, antes de David, nenhuma máquina foi tão longe em busca de um querer, principalmente que não seja seu, mas de uma humana, como o Monica em torná-lo seu filho.

Com tudo isso, biologicamente todos os seres humanos morrem e à terra passa a ser habitada por robôs que com tempo foram se reconstruindo e assumiram formas superinteligentes, dotadas de alto conhecimento. Em uma de suas procuras, os robôs acham

David e o descongela, animados por ter descoberto uma vida, leem sua mente, reconstruindo toda sua a casa e em forma de Fada Azul, pergunta qual era seu desejo. Quando David diz que queria reencontrar sua mãe, os robôs poderiam trazê-la de volta, mas se tivesse algo que contivesse seu DNA, que por sorte seu ursinho Teddy tinha uma mecha do cabelo que outrora havia guardado quando David cortou.

Os robôs trouxeram Mônica de volta, mas ela poderia sobreviver somente um dia, o que fez com que David vivesse o melhor dia da sua vida juntamente dela. Aquele foi o momento eterno que ele sempre sonhou, mesmo conhecendo tão pouco a felicidade, era considerado a prova duradoura da genialidade e memória permanente da humanidade. Quando o dia acabou, Monica e David se deitam na cama e eles partem para o lugar onde nascem os sonhos. Os robôs superinteligentes demonstram uma espécie de inveja dos seres humanos, por conter espírito e criar milhões de explicações para o significado da vida.

> O sucesso em criar inteligência artificial seria o maior evento na história da humanidade. Infelizmente, também pode ser o último, a menos que aprendamos a evitar seus riscos. (Stephen Hawking)

Certamente os seres humanos devem ser a chave do significado da existência!

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

PERSPECTIVAS ACERCA DO HOLOCAUSTO

Resenhado por / Reviewed by: **Igor Márcio Monteiro Sales**[1]

NEGAÇÃO. Direção: Mick Jackson. Produção: Russ Krasnoff; Gary Foster; Celia Duval. Intérpretes: Rachel Weisz. Timothy Spall. Roteiro: David Hare. Estados Unidos: Sony Pictures Movies & Shows. 2016.DVD.

Negação é um filme estrelado pela vencedora do Oscar Rachel Weisz e Timothy Spall e dirigido pelo premiado diretor Mick Jackson. O enredo baseado em fatos reais conta a trajetória da professora de história Deborah Lipstadt e sua batalha jurídica contra o escritor David Irving. No centro da trama os dois protagonizam um profundo debate acerca da existência ou não do holocausto. De um lado, a jovem professora e escritora judia defende ardorosamente o seu argumento de que o nazismo ceifou a vida de milhares de judeus na Alemanha durante o Terceiro Reich, enquanto o escritor e pretenso historiador David Irving, afirma justamente o contrário, defendendo que o holocausto não passou de uma invenção dos próprios judeus que viviam na Alemanha, com a intenção de auferir vantagens financeiras do estado.

Esse antagonismo de argumentos acabou por gerar um processo judicial de difamação impetrado por Irving na justiça inglesa, na qual, ao contrário da América, não há presunção de inocência, ou seja, a pessoa acusada é que tem a responsabilidade de provar que não comoteu a suposta infração. Assim a professora Deborah Lipstadt, amparada por um famoso escritório de advocacia inglês, inicia sua saga para se defender do processo de difamação e ao mesmo tempo provar para a sociedade os efeitos do holocausto em realação ao povo judeu.

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Especialista em Ética e Filosofia Política pela Faculdade de Mantena (FAMA). Especialista em Metodologia e Didádica do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Oficial Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Acadêmico do 2º Período do curso de Direito da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: igor.sales.direito@gmail.com

Recebido em 18/01/2020
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

Baseando-se em ideias de supremacia racial e ligação com grupos antissemitas, o escritor David Irving afirma inclusive que as câmaras de gás são uma farsa e desafia qualquer pessoa a apresentar uma única prova da sua existência.

Em seu livro mais recente, a professora ao combater o negacionismo de Irving acaba por atingir em cheio o ego do escritor, usando palavras duríssimas contra o referido, sem se dar conta das consequências de tal ato, acaba gerando combustível para as pretensões jurídicas de Irving, que argumenta estar sofrendo danos materiais e sendo prejudicado em sua integridade como autor.

Sem querer abrir mão da sua causa, a professora se vê em um dilema no qual precisa se defender do processo judicial sem, no entanto, abandonar sua missão de defesa do povo judeu. Para isso, a equipe jurídica responsável pela defesa de Lipstadt, vista os destroços dos campos de concentração na esperança de obter provas irrefutáveis sobre a existência e utilização das câmaras de gás no extermínio de judeus.

Como se não bastasse o fato da dificuldade na obtenção das provas, Lipstadt se vê em desacordo de opniões com a equipe jurídica, que cogita a possibilidade de a própria ré não testemunhar em seu julgamento, o que lhe provoca um certo desapontamento, sobretudo pelo receio de as pessoas lhe rotularem de covarde.

No início do julgamento, David Irving para justificar o processo de difamação, argumenta perante o juiz de forma a colocar-se inteiramente no papel de vítima, afirmando que ao lhe rotular de “negador do holocausto”, Deborah Lipstadt o compara a um pedófilo e a um espancador de mulheres. Enquanto isso, Deborah é pressionada por uma sobrevivente do holocausto que a reinvidica o direito de falar no tribunal, o que para a defesa seria prejudicial juridicamente, e isso a desaponta novamente.

Durante um dos intervalos do julgamento, em uma intensa discussão com os seus advogados, Deborah exige que ela e os sobreviventes testemunhem no tribunal, mas a defesa se mantém firme na estratégia, pois teme que Irving os ridicularize e os humilhe publicamente, assim como já havio feito em outras oportunidades.

Já no final de um dos dias de julgamento, Irving é massacrado com as perguntas da defesa de Deborah, que o questiona especificamente sobre as razões para a construção de câmaras de gás em Auschwitz. Ele responde calmamente que as câmaras eram utilizadas para gaseificar cadáveres a fim de extirpar pragas, como piolhos. E é prontamente rebatido com o questionamento acerca do porquê de haverem trancas, já que se tratava de cadáveres.

No desenrolar do longo do julgamento, a defesa de Deborah reproduz no tribunal, vários vídeos em que Irving se mostra claramente racista, misógino e machista. Além de expor partes do seu diário em que comprova seus posicionamentos. Isto coloca suas opiniões acerca da não existência do holocausto em xeque e explicitamente parcial, o que se traduziu em uns pontos a mais para a jovem professora judia, após aproximadamente oito longas semanas e forte repercussão na mídia.

A medida que o julgamento vai se desenrolando, vai ficando cada vez mais claro o papel de David Irving como apologista do nazismo, do antissemitismo e principalmente de Adolf Hitler, uma vez que os seus propositais equívocos historiográficos sempre apontam para a não existência do holocausto.

Entretanto, uma reviravolta no julgamento ameaça a defesa de Lipstadt, quando o juiz do caso levanta a questão da possibilidade de o antissitismo explícito de Irving se tratar de liberdade de expressão, o que pega os advogados de surpresa, pois segundo o juiz: caso Irving acredite firmemente em seus argumentos antissemitas, talvez não possa ser considerado falsificador da história, mas um livre pensador. Essa questão acaba por afligir outros historiadores ao redor do mundo, pois se a referida tese for aceita, o ofício de historiador estaria ameaçado.

Mas na leitura do veredicto, o juiz concluiu que Irving de fato falsificou acontecimentos históricos a fim de coorroborar suas convicções racistas, e embora motivado por um sentimento sincero antissemita, não pode eximir-se da culpa pelos efeitos maléficos da falsificação. Assim, a sentença foi proferida a favor da professora Deborah Lipsdat, inocentando-a da acusação de difamação e premiando a brilahnte estratégia dos seus defensores.

No final, mesmo torturada pela obrigação de não se manifestar durante o julgamento, Lipsdat comemora a vitória que para ela pertence a todo o povo judeu, finalizando de forma categórica a discussão sobre a existência do holocausto.

O execelente filme é recomendadado principalmente para os amantes da história, estudantes e profissionais do direito, pois lança luz sobre a importância da busca e interpretação fiel dos fatos, além de proporcionar diferentes perspectivas legais acerca de temas tão essenciais e principalmente sobre o real significado da liberdade de expressão.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

LIDERANÇA QUE INSPIRA SOB A PERSPECTIVA DO FILME ESCRITORES DA LIBERDADE

Resenhado por / *Reviewed by:* **Roseline Martins Sabião** [1]
Cílson César Fagiani [2]
Saulo Gonçalves Pereira[3]

LaGravanese, R. (Escritor), & LaGravanese, R. (Diretor). (2007). *Freedom Writers* [Filme Cinematográfico]. Estados Unidos: Paramout Pictures.

1- CREDENCIAIS DE AUTORIA

O filme Escritores da Liberdade, originalmente Freedom Writers. Estreou em 5 de janeiro de 2007 nos Estados Unidos, e em 15 de fevereiro de 2007 no Brasil. O drama norte-americano foi dirigido por Richard LaGravenese, com produção de Danny DeVito, Michael Shamberg e Stancey Sher.

Richard LaGravanese, é diretor e roteirista americano. Graduou-se Bacharel em artes plásticas pela Universidade de Nova York's Tisch School of the Arts, no ano de 1980. Foi diretor e roteirista de filmes, como; 'Vivendo em voz alta', 'P.S. Eu te amo', 'Criaturas bonitas' e 'Os últimos cinco anos'.

[1] Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação Básica da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Graduada em Letras (UEMG). Pós-graduação em Letras - Especialista em Artes, Língua Portuguesa e Linguística (FIJ). Pós-graduação em Docência e Didática do Ensino Superior (FPM). Docente nos cursos de graduação Faculdade Patos de Minas. roselinemartins@yahoo.com.br

[2] Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Básica da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Pesquisador com apoio CNPq e FAPEMIG. Uberlândia - Minas Gerais – Brasil. cilsoncf@gmail.com

[3] [3]Professor de Ciências e Biologia, Biólogo, Pedagogo, especialista em Gestão Ambiental e Didática e Docência do Ensino Superior, Mestre e Doutor em Saúde Animal. Professor FPM e FCJP. saulobiologo@yahoo.com.br

Recebido em 18/04/2021
Aprovado em 10/10 /2021

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

A ideia original do filme partiu da jornalista Tracey Durning, após fazer um documentário sobre a professora Erin Gruwell para o programa Primetime Live da ABC News, sendo inspirado nos relatados reais do livro The Freedom Writers Diaries, baseado nos relatos da professora Gruwell e seus alunos.

O filme é estrelado por Hilary Swank, Scott Glenn, Imelda Staunton e Patrick Dempsey.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

O filme 'Escritores da Liberdade' dirigido por Richard La Gravenese, baseia- se nos diários dos alunos da sala 203 do colégio Woodrow Wilson, em Long Beach na Califórnia. O enredo que se passa no ano de 1994, traz a história baseada em fatos reais da professora Erin Gruwell, interpretada pela atriz Hilary Swank, e seus alunos.

Erin Gruwell, é uma professora iniciante. Seu pai era um defensor dos direitos civis, enquanto ocorriam os distúrbios raciais mais graves que sacudiram a cidade de Los Angeles. A professora Gruwell é designada para lecionar inglês básico para alunos do ensino médio, os mesmos são considerados alunos 'problema'. A escola vista como modelo adota um programa de integração voluntária que visa integrar jovens que saíram de reformatórios ou estão em liberdade condicional. Erin se depara com um sistema educacional ineficaz, indiferente as demandas dos alunos, munido de uma grade curricular que não admite mudanças.

Os alunos da turma 203 são o retrato de uma sociedade adoecida, onde suas oportunidades foram extinguidas, tudo que conheciam era o crime, armas, falta de limites e preconceitos. Suas lutas diárias eram por território, raça, orgulho e respeito. De diferentes nacionalidades, não havia respeito entre eles, os conflitos eram constantes. Completamente desacreditados pelos demais professores e direção do colégio, muitos deles faziam parte de gangues e só iam a escola para não ir para o reformatório, por isso eram acusados de tirar os alunos bons daquela instituição.

Logo em seus primeiros dias de aula, Erin se depara com brigas dentro e fora de sala de aula. Todas as suas investidas de progresso com seus alunos e colegas de trabalho são frustradas inicialmente. Os alunos não a recebem bem, alegando que respeito deve ser

conquistado, acusando-a de não fazer parte de suas realidades e por isso não ter direito a lhes dizer o que fazer e como agir.

Erin vai até a biblioteca em busca de livros para seus alunos, e é impedida de pegá-los, segundo a professora Margaret Campbell, interpretada pela atriz Imelda Staunton, para os alunos daquela turma não recebem livros comuns, por não terem capacidade de compreensão e por danificá-los, para eles eram destinadas versões reduzidas. Caso ela quisesse livros para seus alunos deveria comprar ela mesma.

Durante uma de suas aulas a professora Gruwell, coloca uma linha no meio da sala, e instrui aos alunos, ela diria algumas situações e se aquilo já tivesse acontecido com eles deveriam pisar na linha e posteriormente se afastar. Erin começa com perguntas simples, partindo posteriormente para assuntos mais sérios, como: quantos deles conheciam alguém que já havia ido para o reformatório, quantos deles sabiam onde conseguir drogas, quantos deles conheciam alguém que fazia parte de uma gangue, e quantos deles haviam perdido pessoas queridas para o crime. Neste momento os jovens percebem que haviam vivencias em comum, e trocam olhares cumplices, que antes eram apenas de hostilidade.

Erin compra para seus alunos cadernos que deveriam ser usados como diários, neles poderiam relatar sobre suas vidas, fazer desenhos, escrever poesias, eram livres para criar, esse não era um projeto avaliativo, mas seria verificado se o estavam executando. Caso quisessem que que ela lesse seus diários poderiam colocá-los dentro de um armário durante a aula, que posteriormente seria trancado. No primeiro encontro de pais e professores, nenhum pai dos alunos de Erin compareceu, ela então decide verificar o armário dos diários, e os diários de todos os alunos estão lá dentro para que ela pudesse ler.

Cada vez mais os alunos se empenhavam em escrever suas histórias nos diários, dessa forma os alunos desenvolvem senso crítico, aguçando sua capacidade de ter sentimentos, passam a refletir sobre seus próprios ideais e da sociedade em que vivem, se responsabilizando por suas escolhas. A forma empática e inovadora que Erin trabalha com seus alunos, resulta no sucesso não apenas em âmbito acadêmico, mas também na vida e expectativas de cada um deles.

Ainda no 1º ano, no semestre da primavera, Erin continua com seus esforços trabalhando em mais dois lugares temporariamente, o dinheiro que consegue com os outros empregos serve para custear benefícios para seus alunos. Pouco a pouco, ela conquista seus alunos, mas a hostilidade e descontentamento do corpo docente e secretária do colégio

permanecem. A Sra. G, leva seus alunos para conhecerem o museu do holocausto. Na entrada do museu cada aluno recebia um cartão com uma foto de uma criança, no decorrer da visita eles conseguiam descobrir quem elas eram, para qual campo de concentração forma mandadas, e no final da visita poderia saber se ela sobreviveu. Após a visita, foram levados para o restaurante onde Erin trabalhava, e puderam conhecer sobreviventes do holocausto e suas histórias.

Já no 2º ano, no semestre do outono, os alunos estão perceptivelmente conectados. Erin propõe um brinde a mudança, aqueles que eles haviam sido até ali ficariam para trás, todas a vozes que um dia disseram que eles não eram capazes seriam silenciadas. Cada aluno recebe de presente uma sacola com quatro livros, dentre eles 'O Diário de Anne Frank', que são os relatos de Anne, enquanto se escondia da ocupação alemã durante a segunda guerra mundial.

A Sra. G, pediu aos seus alunos que escrevam cartas dizendo o que acharam do livro e a respeito deles mesmos, as cartas deveriam ser destinadas a Sra. Miepe Gies, a mulher que ajudou Anne Frank e sua família a se esconderem dos nazistas. A proposta inicial era apenas escrever as cartas, mas os alunos insistem em enviar as cartas para Miepe em Amsterdã, e a convidaram para ir até a escola.

Os alunos desenvolveram projetos para arrecadar fundos e trazê-la de Amsterdã para a Califórnia. Miepe, uma senhora já idosa vai até os alunos, e conta a eles sobre Anne e sua família, e como foram descobertos pelos nazistas, através de um aliado que os traiu.

Destaca-se a presença de uma professora crítica, corajosa, comprometida, dentre outras características, Erin Gruwell tem confiança na capacidade de seus alunos e se interessa por suas apredizagens, estimulando os alunos a saírem das condições de oprimidos, marginais, reintegrando e fazendo com que eles lutem pelos seus ideais, vencendo os obstáculos não mais com a violência e sim com o conhecimento.

No semestre da primavera, os estudantes descobrem que no ano seguinte Erin não poderia ser sua professora, há uma comoção geral na sala. Erin tenta então conversar com o secretário de educação e com o corpo docente do colégio sobre a possibilidade de continuar com seus alunos, no entanto, seus colegas não admitem a troca. Tendo em vista que não poderá continuar com os mesmos ela propõe um último projeto, transformar seus diários em um livro, o mesmo foi intitulado de 'O diário dos escritores da liberdade'. Algum tempo depois uma nova reunião é feita, e devido ao progresso que a professora havia feito com aqueles jovens, lhe foi concedido continuar com eles até que se formassem.

Muitos dos alunos da turma 203 foram os primeiros de suas famílias a concluir o ensino médio e ir para faculdade. Seguindo alguns de seus alunos, a professora Erin Gruwell deixou de lecionar na escola Woodrow Wilson, e passou a dar aulas na Universidade Estadual da Califórnia em Long Beach.

Erin Gruwell e seus alunos, fundam em 1997 a Associação dos Escritores da Liberdade (Freedom Writers Fundation), dedicada em reproduzir o sucesso da sala 203 em salas de todo o país. Em 1999, 'O diário dos escritores da liberdade' foi publicado, para esse sonho pudesse tornar-se real, desenvolveu projetos e feiras para promover o empreendedorismo, socialização e construção do conhecimento com seus alunos.

APRECIAÇÃO DA OBRA

Ao apreciar o filme 'Escritores da Liberdade', percebe-se a necessidade de discutir as temáticas contidas no enredo, podendo ser analisado através de vieses como da psicologia, educação, ciências sociais, empreendedorismo e diversas áreas do conhecimento. O enredo é envolvente e cativante, a história baseada em fatos reais apesar de ambientada na década de 90, traz temáticas atuais que vão de encontro as demandas atuais.

A trama que se passa em um cenário de caos, onde gangues predominam. As guerras neste contexto, não se diferem muito da sociedade, isto é, o preconceito étnico- racial se faz muito presente nos dias de hoje, acompanhado de um sistema educacional falho, e um cenário político uma exímia guerra de gangues.

É valido ressaltar a importância dos eventos históricos que são mencionados ao longo do filme, eventos que não devem ser esquecidos, e tem grande impacto sobre nossa cultura e sociedade, como: o movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, os distúrbios de Nova York, o Holocausto, a Segunda Guerra Mundial.

O filme trata de forma emocionante as adversidades da educação, com foco em um ambiente socioeconômico problemático. A professora deu a possibilidade aos seus alunos de uma nova visão de mundo. Por exemplo, quando mostrou aos seus alunos, as semelhanças entre as gangues que faziam parte e a ideologia nazista, afirmando que enquanto eles travavam pequenas batalhas os nazistas dizimavam povos e territórios.

Todos são levados a refletir sobre as consequências da falta de uma estrutura familiar, intolerância ao que é desconhecido, racismo, exclusão social, falta de políticas públicas

eficazes, percebemos que tais fatores geram pessoas adoecidas, consequentemente tornando uma sociedade adoecida, violenta e permissiva.

Acredita-se na importância de inovações no sistema educacional e na forma de ensinar, para que não se tenha apenas alunos institucionalizados e que frequentam a escola de maneira compulsória. É possível elencar ainda, alguns fatores que contribuem para essa inovação, por exemplo: é de suma importância valorizar cada aluno com suas individualidades, para que as particularidades de cada indivíduo sirva para consolidar as interações sociais; aulas com maior dinamismo despertam motivação e interesse dos alunos; estabelecimento de metas a curto e longo prazo; um professor atento as novas tendências mundiais, e que traz esses conteúdos para a sala de aula acaba por renovar suas práticas pedagógicas.

INDICAÇÃO DA OBRA

Dado o exposto, a resenha sobre o filme 'Escritores da Liberdade', apresenta contribuições para estudantes e profissionais da educação, psicologia, ciências sociais e diversas áreas do conhecimento, pois registra bem o impacto da postura dos alunos na atitude da professora, com espírito empreendedor, a professora Gruwell promoveu um ensino de qualidade, metodologias diversificadas dentro de sala de aula, inspirou liderança, proporcionou construção do conhecimento através dos seus projetos artírticos, desenvolveu habilidades de leitura e instigou a criatividade. Por fim, de maneira bem significativa representou a mulher no mercado de trabalho, desafios da igualdade, criação e produção do conhecimento em uma perspectiva trandisciplinar, ou seja, Erin sublinha a questão do preconceito e frisa a importância de lidar com a herança do passado.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence (m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
5) Palavras – chave (máximo de cinco);
6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
7) Keywords**;(a tradução para a língua inglesa não poderá ser feita por meio de tradutores automáticos)**
8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: "Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...".
9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org*).* Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.